

UNIVERSIDAD DE CÓRDOBA
INSTITUTO DE SOCIOLOGÍA Y ESTUDIOS CAMPESINOS
DEPARTAMENTO DE RECURSOS NATURALES Y SOSTENIBILIDAD



UNIVERSIDAD DE CÓRDOBA

TESE DE DOUTORADO

**DESAFIOS PARA UMA METODOLOGIA TRANSFORMADORA NA
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: uma experiencia de construção social do
conhecimento de entidades de ATER no Paraná**

DOUTORANDO
VALDEMAR ARL

DIRETOR DA TESE
PROF. DR. ÁNGEL CALLE COLLADO

CÓRDOBA/ES
2015

TITULO: *Desafíos para una metodología transformadora na transicao agroecológica: una experiencia de construcao social do conhecimento de entidades de ATER no Paraná*

AUTOR: *Valdemar Arl*

© Edita: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba. 2016
Campus de Rabanales
Ctra. Nacional IV, Km. 396 A
14071 Córdoba

www.uco.es/publicaciones
publicaciones@uco.es

VALDEMAR ARL

**DESAFIOS PARA UMA METODOLOGIA TRANSFORMADORA NA
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: uma experiencia de construção social do
conhecimento de entidades de ATER no Paraná**

**Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Agroecologia como parte dos
requisitos para obter o grau de doutor pela Universidade de Córdoba.**

Diretor da Tese: Prof. Dr. Ángel Calle Collado

Programa de Doctorado en Agroecología, Sociología y Desarrollo Rural

Sustentable

Instituto de Sociología y Estudios Campesinos

Departamento de Recursos Naturales Y Sostenibilidad

Universidad de Córdoba

CÓRDOBA

2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

**“DESAFIOS PARA UMA METODOLOGIA TRANSFORMADORA NA
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: uma experiencia de construção social do
conhecimento de entidades de ATER no Paraná”**

por

Valdemar Arl

Tesis aprovada como parte dos requisitos para obter o grau de doutor pela
Universidade de Córdoba, no Programa de Doutorado em Agroecologia.

Profº. Drº. Angel Calle Collado
Diretor da Tesis

Córdoba, xx de abril de 2015



TÍTULO DE LA TESIS:

DESAFIOS PARA UMA METODOLOGIA TRANSFORMADORA NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: uma experiência de construção social do conhecimento de entidades de ATER no Paraná

DOCTORANDO/A:

VALDEMAR ARL

INFORME RAZONADO DEL/DE LOS DIRECTOR/ES DE LA TESIS

(se hará mención a la evolución y desarrollo de la tesis, así como a trabajos y publicaciones derivados de la misma).

Esta tesis es el resultado de largos años de investigación en campo, en los que hemos acompañado presencialmente al doctorando.

Cuenta con profundidad teórica y con rigor metodológico para reflejar un tema de raíces históricas, antropológicas y, a la vez, fundamentadas en una prolongada investigación acción participativa. El tema lo requería y no existen antecedentes significativos en Brasil en este campo, que fusiona investigación sobre transiciones agroecológicas y evaluación de marcos metodológicos, situando ambos procesos en su contexto histórico.

El doctorando ha mejorado positivamente su marco epistemológico en un campo (el de la agroecología y el conocimiento) que requiere de miradas transdisciplinarias.

A lo largo de estos años, el doctorando ha ido madurando en su hacer como en su capacidad para acometer y sintetizar un laborioso proceso de análisis compuesto de diferentes fases. Deja a la Universidad de Córdoba un trabajo que será referencia en los estudios de la transición agroecológica en los que continua su labor investigadora y docente. Por todo ello, se autoriza la presentación de la tesis doctoral.

Córdoba, 10 de Noviembre de 2015

Firma del/de los director/es

Fdo.: ANGEL ENRIQUE COLLAZO Fdo.: _____

Dedico este trabalho aos meus familiares,
em especial a minha companheira Cely
Maria B. Arl e filhas Miriam Arl e Raquel
Arl.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente ao amigo ao professor e companheiro na luta Eduardo Sevilla Gusmã, uma das grandes referências mundiais na luta popular pela transformação social e sustentação da agroecologia enquanto campo de conhecimento com base técnico científica mas orgânica interação sociológica e política, por ter sido um dos idealizadores da “Maestria” e Doutorado em Agroecología”, de grande importância para os Camponeses e seus Movimentos no Mundo.

Ao professor, companheiro de luta e hoje meu amigo Ángel Calle Collado, que conheci durante este pleito e que nos ajudou muito quando na fase presencial na Espanha, sempre atento às nossas dificuldades e muito disposto nas discussões sempre nos municiando de materiais e apoio. Sua orientação foi providencial e desafiadora trazendo dimensões estratégicas fundamentais e esclarecedoras. Espero poder retribuir um dia e no mínimo corresponder à altura na luta em que somos companheiros.

Ao professor e também companheiro na luta Francisco R. Caporal, que já o tinha como referência no Brasil na luta de construção da agroecologia, e especialmente no período em que cumpriu importante papel dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas a interação pessoal e poder contar com seu acúmulo teórico e experiência prática de luta concreta foi e está sendo muito enriquecedor.

Aos companheiros e companheiras do Movimento dos Trabalhadores sem Terra, do CEAGRO, da Cooperiguaçu, da Universidade Federal da Fronteira Sul, e da Rede Ecológica de Agroecologia onde em parceria nos exercemos na formação, organização e articulação popular camponesa na construção da agroecologia.

*A história é possibilidade
e não determinação*
(Paulo Freire)

RESUMO

A conjuntura evidencia crescentes incertezas econômicas, ambientais e sociais, que desafia a reflexões conjunturais e estruturais. Amplia-se a concentração e integração entre a agricultura, a produção de insumos, grandes complexos agroindustriais, redes de supermercados e o capital financeiro, exercidos por grandes corporações multinacionais, formando «impérios agro alimentares», que passam a controlar a produção e o consumo, provocando grandes mudanças na agricultura e estrutura agrária no Brasil, tomando fisicamente e ideologicamente os territórios. A agricultura familiar/camponesa interage com o modelo estabelecido, mas ao mesmo tempo busca resistir e opor-se ao mesmo através da construção de novas propostas de produção e comercialização e exercendo formas não capitalistas. Como resistência e também como base de uma nova proposta de desenvolvimento a agricultura familiar/camponesa tem função estratégica na produção, mas também na sua condição de multifuncionalidade em funções não imediatamente produtivas, como: - segurança e soberania alimentar; - geração de trabalho e renda; - conservação ambiental; - proteção e preservação da biodiversidade; - preservação cultural; - dinamização econômica; - e, o campo como forma de produção e modo de vida. Para aumentar a resistência, resiliência e autonomia relativa deste campo é necessária a reconstrução sustentável dos sistemas de produção através da recomposição da fertilidade, da produção para o auto consumo, da diversificação da produção, da reconstrução dos mercados e **da transição agroecológica**. A agroecologia exercida numa perspectiva transformadora assumida tanto numa condição mais tática de resistência e sobrevivência, mas, sobretudo na condição estratégica de enfrentamento do modelo capitalista e para estabelecer uma nova condição de relação produtiva positiva de convivência/existência na natureza e na sociedade. E, para torná-lo efetivo é necessária a **qualificação estratégica e metodológica** destacando-se a formação (técnica, tecnológica e política), a organização (produtiva, política e social – campo e cidade), e a multiplicação (horizontalização, massificação e verticalização) para a afirmação e articulação de múltiplos sujeitos. Para o exercício prático desse desafio, realizou-se construção de proposta através da pesquisa-ação participativa em 11 (onze) experiências de ATER desenvolvidas no Estado do Paraná, que envolveram mais de dez mil famílias, organizadas em centenas de grupos, comunidades, organizações e movimentos sociais no estado do Paraná. Foram construídos alguns instrumentos a destacar os planos familiares de transição agroecológica e obtiveram-se importantes avanços no exercício das metodologias participativas. Dentre os desafios evidencia-se a dificuldade de superação do enquadramento ideológico e metodológico da lógica capitalista neoliberal, e, a minimização da influência negativa resultante da forte pressão dos inúmeros atores do modelo agroquímico e industrial sobre as pessoas e sobre os projetos.

Palavras chave: Agricultura Familiar/camponesa; Agroecologia; Metodologias Participativas.

RESUMEN

La coyuntura pone de relieve la creciente incertidumbre económica, ambiental y social que desafía las reflexiones coyunturales y estructurales. Se expande la concentración y la integración de la agricultura, la producción de insumos, gran complejo agroindustrial, cadenas de supermercados y el capital financiero, ejercido por las grandes corporaciones multinacionales, formando “imperios agro alimentarios”, que vienen a controlar la producción y el consumo, provocando cambios importantes en la agricultura y la estructura agraria en Brasil, tomando de forma física e ideológica los territorios. La agricultura familiar / campesina interactúa con el modelo, mientras que simultáneamente busca resistir y oponerse al modelo mediante la construcción de nuevas propuestas de producción y comercialización y el ejercicio de las formas no capitalistas. Como la resistencia y también como base de una nueva propuesta de desarrollo la agricultura familiar/campesina tiene un papel estratégico en la producción y también por sus condiciones multifuncionales en funciones no inmediatamente productivas tales como: - la seguridad y soberanía alimentaria; - generación de empleo y ingresos; - conservación del medio ambiente; - La protección y conservación de la biodiversidad; - La preservación cultural; - el dinamismo económico; - y el campo como una forma de producción y estilo de vida. Para aumentar la resistencia, la resistencia y la autonomía relativa de este campo, se requiere la reconstrucción sostenible de los sistemas de producción, la producción para el autoconsumo, la diversificación de la producción, y la reconstrucción de los mercados y **la transición agroecológica**. La agroecología ejercido con una perspectiva transformadora, tomada en una condición más táctica de la resistencia y la supervivencia, pero sobre todo en la condición estratégica de confrontar el modelo capitalista y establecer una nueva condición en la relación productiva positiva en la convivencia / existencia en la naturaleza y en la sociedad. Y, para hacerlo efectivo se requiere una **cualificación estratégica y metodológica**, destacando la formación (técnica, tecnológica y política), la organización (de la producción, política y social – en el campo y ciudad), y la multiplicación (horizontalización, la masificación y verticalización) hasta la afirmación y la articulación de múltiples sujetos. Para el ejercicio práctico de este desafío, hubo una construcción de una propuesta a través de la investigación-acción participativa en once (11) experiencias de ATER desarrollados en el estado de Paraná, con la participación de más de diez mil familias, organizadas en cientos de grupos, comunidades, organizaciones y movimientos sociales en el estado de Paraná. Se construyeron algunos instrumentos, para poner de relieve los planes familiares de transición agroecológica y obtenidos avances importantes en la práctica de las metodologías participativas. Entre los retos se destaca la dificultad de superar la sumisión ideológica y metodológico de la lógica capitalista neoliberal, y reducir al mínimo la influencia negativa que resulta de una fuerte presión de muchos actores del modelo agroquímico e industrial sobre la gente y sobre los proyectos.

Palabras clave: Agricultura Familiar/campesina; Agroecología; Metodologías Participativas.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA	20
 CAPÍTULO 1– MARCO TEÓRICO E METODOLÓGICO: A AGROECOLOGIA COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UMA NOVA PROPOSTA PARA O CAMPO PARA UMA PERSPECTIVA TRANSFORMADORA	 29
1.1 Sociedade civil, movimentos sociais e transformação social	29
1.2 A agricultura familiar/camponesa	31
1.3 A agroecologia	33
1.3.1 As escolas uma importante trajetória	33
1.3.2 Rumos/tendências da agroecologia para além das escolas	49
1.3.3 Desafios para uma perspectiva estratégica transformadora da agroecologia	43
1.4 Um desafio metodológico e estratégico: a educação popular como base para uma metodologia popular transformadora	68
1.4.1 A questão da participação	68
1.4.2 As necessidades humanas básicas/fundamentais e sociais	70
1.4.3 Sobre a liderança	77
1.4.4 Sobre o papel da assessoria	78
1.4.5 Sobre o conhecimento tradicional e o conhecimento acadêmico	81
1.4.6 Sobre a teoria e a prática	83
1.4.7 Sobre a mística e a militância	84
1.4.8 Sobre o princípio da igualdade	87
1.5 A necessidade de uma nova democracia	89
1.6 Os novos Movimentos Globais e a condição de “Ser em Rede”	90
 CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA: A PARTICIPAÇÃO E PESQUISA-AÇÃO COMO BASE	 97
2.1. Condições da trajetória pessoal a considerar	97
2.2. As metodologias participativas como base da presente pesquisa e da proposta em construção	100
2.2.1 A pesquisa-ação como base.	108
2.2.2 IAP – Pesquisa Ação Participativa (Investigación Acción Participativa): praxis e dialética na construção social	113

2.2.3 Campesino a campesino: uma referência metodológica para construção social do conhecimento	116
2.3 Acúmulos metodológicos que serviram base imediata para a proposta sistematizada	120
2.3.1 Parceria Cepagri – Cepis – Santa Catarina	120
2.3.2 Programa de Inclusão Social	123
2.4 A pesquisa: um esforço de construção social do conhecimento agroecológico em projetos de ater realizados no paraná	124
2.4.1 Projeto Rede de ATER Cooperativada - Sudoeste do Paraná	125
2.4.2 Projeto de ATER da Unicafe/Agência	126
2.4.3 Projeto de ATER em Rede no Vale do Ribeira	127
2.4.4 Chamada ATER INCRA – CEAGRO	127
CAPÍTULO 3- CONTEXTO: O AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO E A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PROPULSORA DO MOVIMENTO SOCIAL. . .	129
3.1 A Educação Popular no Brasil como estratégia de formação, organização e mobilização social	129
3.2 Alguns desafios atuais	146
3.2.1 Um governo em disputa	146
3.2.2 A recente efervescência popular no Brasil	147
3.3 As grandes transformações e a necessidade de uma nova proposta para o campo.	150
3.3.1 História da agricultura antiga	151
3.3.2 A Revolução Verde: “a grande mudança de rumos”	154
3.4 O Movimento agroecológico no Brasil	158
3.4.1 As organizações e articulações em torno da agroecologia	160
3.4.2 Os Movimentos Sociais e a Agroecologia	162
3.5 � possível alimentar o mundo com agroecologia?	171
3.5.1 A questão da fome	172
3.5.2 A redução da base alimentar	175
3.5.3 A qualidade dos alimentos locais	176
3.5.4 A diferença da qualidade nutricional dos alimentos nos diferentes sistemas de produção	178
3.5.5 O modelo convencional e a contaminação dos alimentos	180

3.5.6 O modelo agroindustrial convencional é uma grave ameaça à soberania e segurança alimentar	182
3.5.7 O potencial dos sistemas agroecológicos na segurança alimentar . . .	189
CAPÍTULO 4- DISCUSSÃO DE RESULTADOS.	194
4.1 Territórios rurais em disputa:, agricultura familiar/camponesa ou agronegócio, alimentos ou commodities	194
4.2 O reconhecimento e valorização do verdadeiro papel do campo e a necessidade de uma nova proposta	200
4.2.1 A multifuncionalidade da agricultura familiar/ camponesa	202
4.2.2 A pluriatividade na agricultura familiar/ camponesa	209
4.3 Uma nova proposta para o campo	210
4.3.1 Diversificação da produção	210
4.3.2 Produção para o auto consumo	211
4.3.3 Transição Agroecológica	212
4.4 Qual é a agroecologia que queremos?	216
4.4.1 Para uma agroecologia popular e transformadora	216
4.4.2 A agroecologia como base para sistemas sustentáveis	222
4.5 A institucionalização da agroecologia no Brasil	225
4.5.1 O Marco Legal da Agricultura Orgânica no Brasil	225
4.5.2 Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO ..	235
4.5 Gênero e geração – um desafio urgente	237
CAPÍTULO 5- AS ESPERIÊNCIAS DE CONSTRUÇÃO SOCIAL EM INICIATIVAS DE ATER AGROECOLÓCA NO ESTADO DO PARANÁ	246
5.1 Principais experiências em que a proposta metodológica foi exercitada ..	246
5.2 Sobre a proposta de trabalho	260
5.2.1 Sobre a gestão, organização e equipe nas referências	261
5.2.2 Sobre a capacitação das Equipes de ATER	267
5.3 Sobre o início do trabalho	270
5.4 Espaços/ locais de construção prática do conhecimento	278
5.4.1 Unidades de estudo.	279
5.4.2 Intercâmbios e trocas de experiências	281

5.4.3 Dias de campo	281
5.4.4 Visitas nas unidades de produção e vida das Famílias	282
5.5 Instrumentos metodológicos e materiais de apoio à proposta	282
5.5.1 Planos Familiares de Transição Agroecológica	283
5.5.2 Planos grupais ou/e comunitários: a construção coletiva	291
5.5.3 Planos municipais de ATER Agroecológica	303
5.5.4 Outros materiais de apoio	305
5.6 A avaliação dos resultados dos projetos/processos e da proposta metodológica	307
5.6.1 Projeto Rede de ATER Cooperativada - Sudoeste do Paraná	308
5.6.2 Projeto de ATER da Unicafe/Agência	316
5.6.3 - Projeto de ATER em Rede no Vale do Ribeira	332
5.6.4 Chamada ATER INCRA – CEAGRO	357
5.7 Síntese das principais questões avaliativas das experiências estudadas	360
5.7.1 Sobre a relação/interação entre Projetos e processos	361
5.7.2 Sobre a organização e articulação das redes locais	361
5.7.3 Sobre o papel e a condição da “assistência técnica”	362
5.7.4 Sobre a estratégia metodológica	365
5.7.5 Instrumentos metodológicos de apoio à proposta	366
5.7.6 Sobre as ações coletivas de construção do conhecimento	371
5.7.7 Gênero	372
5.7.8 Aspectos gerais	374
5.8 Depoimentos de famílias agricultoras/ camponesas e agentes de ATER envolvidos nas experiências de construção social de propostas para o campo e metodologia de ATER na transição agroecológica	376
CONCLUSÃO	385
BILBIOGRAFIA	393
ANEXOS	400

ANEXO 01 - Principais Ong's de assessoria e apoio à agricultura familiar/camponesa no Sul do Brasil envolvidas na construção da agroecologia. . .	399
ANEXO 02 - Questionário de levantamento de informações aplicado em processo preparatório do encontro de monitoramento, avaliação e re-planejamento – Projeto ATER – Unicafe PR	409
ANEXO 03 - Tabela encaminhamentos e planejamento operacional iniciada e encaminhada durante seminário intermediário projeto ATER – Unicafe PR . .	410
ANEXO 04 - Plano Familiar de Transição Agroecológica	413
ANEXO 05 – Plano Comunitário de Ações para o Desenvolvimento Sustentável	430
ANEXO 06 – Plano Grupal – Feirantes de Chopinzinho	447
ANEXO 07 - Plano Municipal de ATER – Coronel Vivida	457
ANEXO 08 – Parecer chefia do departamento de desenvolvimento de Assentamentos – INCRA	475

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	<i>Aspectos e valores vivenciados junto à agricultura familiar/camponesa antes do avanço do capitalismo no campo</i>	57
Tabela 02	<i>Resultados diferenciais da renda nos quatro caminhos, obtidos com base na produtividade do trabalho de uma pessoa ocupada em tempo integral.</i>	65
Tabela 03	<i>Desde uma política de procedimentos a processos de democracia radical.</i>	90
Tabela 04	<i>Diferenciação entre o modelo convencional e o “campeño a campesino”</i>	117
Tabela 05	<i>Algumas diferenças marcantes do aspecto acima referenciado:</i>	118
Tabela 06	<i>Comparação nutricional entre espécies nativas locais e espécies exóticas introduzidas</i>	177
Tabela 07	<i>Composição nutricional do pinhão (araucária)</i>	177
Tabela 08	<i>Diferenças na composição nutricional entre vegetais orgânicos e convencionais.</i>	118
Tabela 09	<i>Comparação de composição nutricional de alimentos produzidos em sistemas orgânicos e convencionais</i>	179
Tabela 10	<i>Comparação de composição nutricional de alimentos produzidos em sistemas orgânicos e convencionais 2.</i>	180

Tabela 11	<i>Perdas na transformação de ração em subprodutos de origem animal.</i>	185
Tabela 12	<i>Espaços de comercialização/distribuição de alimentos orgânicos no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia</i>	189
Tabela 13	<i>Exemplos (para ilustrar) de ações de dimensão e visão tática e estratégica na transição agroecológica:</i>	220
Tabela 14	<i>Síntese do histórico da construção do marco legal da agricultura orgânica do Brasil.</i>	230
Tabela 15	<i>Síntese do histórico da construção do marco legal da agricultura orgânica do Brasil - 2.</i>	231
Tabela 16	<i>Dificuldades para implementação e atendimento das normas de produção orgânica no Brasil.</i>	233
Tabela 17	<i>Vantagens e desvantagens na construção familiar ou grupal dos planos de transição agroecológica</i>	283
Tabela 18	<i>Planejamento operacional dimensão econômica</i>	289
Tabela 19	<i>Planejamento operacional dimensão social</i>	289
Tabela 20	<i>Planejamento operacional dimensão ambiental</i>	291
Tabela 21	<i>Planejamento operacional transição agroecológica da produção de leite</i>	292
Tabela 22	<i>Planilhas de planejamento operacional junto aos planos grupais ou comunitários:</i>	300
Tabela 23	<i>Situação das Atividades Previstas no Projeto. (10.10.2008):</i>	309
Tabela 24	<i>Resumo das atividades de monitoramento</i>	321
Tabela 25	<i>Execução, resultados alcançados (principais ações)</i>	321
Tabela 26	<i>Resultado de levantamento e resultado do Seminário</i>	324
Tabela 27	<i>Ações previstas e resultados alcançados- Ater Vale do Ribeira</i>	331
Tabela 28	<i>Síntese monitoramento qualitativo entidades Vale do Ribeira</i>	332
Tabela 29	<i>Resultados do efeito do projeto/ processo (aplicado somente quando a liderança entrevistada diz ter conhecimento da realidade no campo)</i>	335
Tabela 30	<i>Monitoramento qualitativo - SISTEMATIZAÇÃO Planilha Agentes de Ater</i>	337
Tabela 31	<i>Planilha famílias</i>	342
Tabela 32	<i>Síntese Geral da avaliação qualitativa</i>	347
Tabela 33	<i>Conclusões avaliativas</i>	352
Tabela 34	<i>Aspectos e dimensões centrais evidenciando as diferenças conceituais e práticas entre as metodologias na Extensão rural e na construção social do conhecimento</i>	374

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01	<i>Paisagem típica no campo no Sudoeste do Paraná onde predomina a agricultura familiar contrastando com representação de unidade familiar/camponesa diversificada</i>	23
Imagem 02	<i>Imagem 02: biodiversidade funcional, construção e ciclo da fertilidade nos ecossistemas</i>	50
Imagem 03	<i>Esquema da formação do solo e evolução dos sistemas</i>	52
Imagem 04	<i>Exemplos de contribuições de outras ciências à Agroecologia</i>	54
Imagem 05	<i>Ilustração figurativa da distinção e proporcionalidade entre o campo racional e psicosocial.</i>	72
Imagem 06	<i>Pirâmide de representação hierárquica das necessidades básicas</i>	74
Imagem 07	<i>Representação dos espaços de competência e interação entre organização local e a assessoria em processo inicial de organização</i>	80
Imagem 08	<i>Da visão piramidal de sociedade para uma concepção de igualdade</i>	88
Imagem 09	<i>Formação técnica</i>	105
Imagem 10	<i>Formação tecnológica</i>	105
Imagem 11	<i>Formação política.</i>	106
Imagem 12	<i>Representação da distinção entre conhecimento “tático” e “explícito”.</i>	119
Imagem 13	<i>Representação da redução da base alimentar humana – com o advento da agricultura e da revolução verde</i>	176
Imagem 14	<i>Gráfico da percentagem de contaminação dos alimentos com agrotóxicos Anvisa 2010</i>	181
Imagem 15	<i>Perda da área cultivada com alimentos para as commodities entre 1990 e 2012</i>	182
Imagem 16	<i>Aquisições e fusões de grandes corporações produtoras de agrotóxicos e sementes.</i>	186
Imagem 17	<i>Rotas de circulação do Circuito solidário de comercialização de produtos orgânicos – Rede Ecovida de Agroecologia.</i>	190
Imagem 18	<i>Síntese do avanço do capitalismo no campo (revolução verde) no Brasil e aspectos propositivos para uma condição sustentável</i>	200
Imagem 19	<i>Inserção da agroecologia no processo de resistência no modo capitalista de produção em uma nova condição tecnológica e política.</i>	217
Imagem 20	<i>Fotos ilustrativas do projeto Rede de ATER Cooperativada - Sudoeste do Paraná</i>	247
Imagem 21	<i>Fotos ilustrativas Projeto de ATER junto a assentados da</i>	248

	Reforma Agrária do Sudoeste do Paraná	
Imagem 22	<i>Organograma organizacional Conselho Gestor Projeto de Ater em Rede</i>	249
Imagem 23	<i>Fotos ilustrativas Projeto de ATER em Rede no Estado Paraná</i>	250
Imagem 24	<i>Fotos ilustrativas Projeto de ATER junto aos Assentamentos da Região Centro/Oeste do PR</i>	250
Imagem 25	<i>Fotos ilustrativas Projeto de “ATER em Rede” do Território da Cidadania no Vale do Ribeira – PR</i>	254
Imagem 26	<i>Fotos ilustrativas Projeto de ATER nos Assentamentos da Reforma Agrária na Região Centro/Oeste do PR</i>	256
Imagem 27	<i>Fotos ilustrativas Projeto de Ater em Assentamentos Noroeste/PR</i>	258
Imagem 28	<i>Fotos ilustrativas Projeto de ATER em Assentamentos no Norte Pioneiro/PR</i>	259
Imagem 29	<i>Organograma do projeto da Rede de ATER cooperativada do Sudoeste do Paraná</i>	261
Imagem 30	<i>Representação dos exageros discursivos na formação</i>	270
Imagem 31	<i>Representação do “ser em circulo” na condição de troca</i>	270
Imagem 32	<i>O croqui da situação atual</i>	286
Imagem 33	<i>O croqui da situação desejada</i>	286
Imagem 34	<i>A dinâmica funcional do sistema ATUAL</i>	287
Imagem 35	<i>A dinâmica funcional do sistema DESEJADA</i>	288
Imagem 36	<i>Dimensões a considerar no diagnóstico e planejamento</i>	289
Imagem 37	<i>Cartilha de apoio para transição agroecológica na produção de leite</i>	305
Imagem 38	<i>Outros materiais de apoio construídos</i>	306
Imagem 39	<i>Organograma das entidades da Rede de ATER do Sudoeste do Paraná</i>	308
Imagem 40	<i>Grupo de Famílias da Comunidade Acampamento Camargo</i>	312
Imagem 41	<i>Micro regiões de abrangência do projeto</i>	319

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAMP	Centro de Assessoria Multiprofissional

CEAGRO	Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CEFÚRIA	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
CLAF	Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar
CENATER-PR	Central das Cooperativas de Acompanhamento Técnico e Extensão Rural do Estado do Paraná
CEPAGRI	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais
CEPIS	Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAIA	Cooperativa de Produção Agroecológica Ireno Alves
COOPAFI	Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada
COOPERIGUAÇU	Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços
COOPERJUNHO	Cooperativa agroindustrial 8 de Junho
CPC	Centros Populares de Cultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRESOL	Sistema de Cooperativas de Crédito da Agricultura Familiar com Interação Solidária
CRESOL BASER	Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação solidária
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de aptidão para agricultura familiar
DESER	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
EMATER-PR	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FETRAFESC	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCP	Movimentos de Cultura Popular
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MEB	Movimento de educação de base
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PLANAPO	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNA	Plano Nacional de Alfabetização
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PR	Estado do Paraná
PNATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional dos Territórios Rurais
PT	Partido dos Trabalhadores
PTA/FASE	Projeto de Tecnologias Alternativas/Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educacional
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SC	Estado de Santa Catarina
SISCLAF	Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária
SISCOOPAFI	Sistema de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar Integradas
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
UDR	União Democrática Ruralista
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Na história mais recente do Brasil (últimos 50 anos) vivenciaram-se grandes e distintas fases com significativos impactos no desenvolvimento do país e na vida das pessoas. Vale resgatar a década de 1930, logo após a crise de 1929, onde houve uma significativa nacionalização da economia, numa grande aliança entre o capital nacional com aproximação popular, numa relação populista e clientelista, seguida de uma crescente pressão e abertura para o imperialismo internacional nas décadas de 40 e 50. Esse momento acende o trabalho de formação, organização e mobilização popular que pressiona o Estado e o governo a realizar reformas, condição que leva o país a um golpe de estado e imposição do regime de ditadura militar.

Até a década de 1960 o Brasil era predominantemente rural com a grande maioria da população vivendo no campo. Havia um processo crescente de organização social nesse período, com destaque para as ligas camponesas, movimento esse que foi suprimido com a chegada da ditadura militar. E, foi nesse período da ditadura que se implantou o modelo da revolução verde através de uma metodologia impositiva que tratou de substituir os conhecimentos e tecnologias de então, por um modelo orientado pelo urbano e industrial tendo no Estado e nos Governos seus principais protagonistas.

A retomada da mobilização e organização social mais efetiva dá-se no final da década de 1970 e início da década de 1980, com o ressurgimento de diversos movimentos sociais. Nesse momento acumularam-se forças para o enfrentamento ao Governo Brasileiro fortemente articulado ao capital internacional. Esta fase foi de muitos avanços, mas atualmente passa por uma fase de retrocesso organizacional evidenciando fragilidades estratégicas, metodológicas e de capacidade de proposição mais ampla quanto aos rumos e objetivos do desenvolvimento e da própria luta. Ocorreu um grande dismantelamento das organizações populares classistas, e uma fragilização da luta e defesa ideológica socialista. Muito pouco se conseguiu avançar em relação às propostas e para o campo, não passando de políticas classificadas como reivindicatórias e compensatórias, pouco transformadoras.

Por outro lado é evidente a crescente força dominadora de grandes corporações que se exerce através da sua influência direta na economia e na política. Este contexto determina a estrutura produtiva e organizacional da sociedade orientando o desenvolvimento tanto no campo como na cidade.

A conjuntura do momento evidencia crescentes incertezas e preocupações econômicas, ambientais e sociais, que desafia a reflexões, estruturais e conjunturais, tanto na esfera da política de desenvolvimento governamental/estatal convencional, como na esfera da organização popular.

Na esfera política, no processo eleitoral de 2014, ficou muito clara a voracidade do capitalismo no Brasil e a influência geopolítica mundial, que almeja retomar de todo o governo do Estado Brasileiro, reorientar e realinhar a economia e as relações políticas. Dado a essa ofensiva, o processo eleitoral evidenciou a “luta de classes” e a tensão por diferentes projetos de desenvolvimento e sociedade no Brasil, e diferentes propostas de articulação geopolítica em curso. Paralelamente, os recentes episódios de desmedida corrupção evidenciam a atuação de cooperações empresariais que influenciam os processos eleitorais, controlam os governos e assaltam o estado.

No campo, o avanço do capitalismo exercido através da «revolução verde» submeteu o campo ao desenvolvimento urbano industrial liberando mão de obra (assalariamento) comprando insumos (industrialização da agricultura) e fornecendo matéria prima para as agroindústrias, seja através da integração direta ou indireta.

Como base tecnológica desenvolveu-se uma proposta agroquímica para dar suporte à monocultura ou mono criação para a produção máxima possível (produtivismo), através da mecanização pesada levando a uma crescente dependência de insumos externos. A proposta de agroindustrialização e distribuição foi colocada na mão de grandes empresas (corporações) em sua maioria hoje multinacionais.

Esse modelo foi implantado com decisivo apoio estatal, em parceria com as empresas produtoras de agrotóxicos, adubos, sementes e máquinas, envolvendo: ampla presença da assistência técnica e extensão rural exercida através do modelo difusionista, formação de agrônomos e técnicos; centros regionais de pesquisa,

crédito subsidiado e vinculado à compra de insumos ou máquinas, educação rural e propaganda.

Esse modelo proporcionou grandes mudanças na estrutura agrária, econômica e social e levou à concentração das terras e do capital no campo, criou problemas sociais e degradação ambiental, afetando a capacidade do sistema de se regular e diminuiu sua fertilidade, levando à crescente necessidade de agrotóxicos e adubos. Perdeu-se também o domínio das sementes, e dado aos altos custos gerados pelos adubos, sementes, agrotóxicos e máquinas, a renda resultante da produção foi diminuindo e precisa ser compensada pela ampliação da quantidade produzida, a ponto de não caber mais numa unidade de produção da agricultura familiar. O desenvolvimento da tecnologia de mecanização é para áreas cada vez maiores. A logística e estrutura de mercado se organizam em torno das commodities, como são chamados os produtos da agricultura de baixo valor agregado, produzidos em larga escala e negociados nas bolsas de valores, com preços determinados internacionalmente.

Nos últimos anos evidencia-se a supremacia do agronegócio e ampliação da exploração proporcionada pelo modo de produção capitalista, que avança tomando os territórios através da apropriação física das terras, do arrendamento das áreas de unidades familiares/camponesas até mesmo em assentamentos da reforma agrária para o plantio de soja transgênica, e da dominação ideológica, subjugando o campo ao modelo e seus interesses. Esse processo se realiza através da interação e integração entre a agricultura, a produção de insumos, grandes complexos agroindustriais, redes de supermercados e o capital financeiro e as grandes corporações multinacionais, formando impérios agro alimentares, que passaram a controlar a produção e o abastecimento, provocando grandes mudanças estruturais na produção agrícola.

Impõe-se uma nova visão sobre o desenvolvimento para no campo e sobre o papel do campo, mesmo junto às unidades familiares/camponesas de produção e vida, desviando-as da condição de produtoras de alimentos para a produção de commodities exercidas no modelo agroquímico e industrial.

Imagem 01: À esquerda paisagem típica no campo no Sudoeste do Paraná onde predomina a agricultura familiar/camponesa – à direita representação de unidade familiar/camponesa diversificada.



A imagem acima à esquerda retrata a paisagem predominante nos territórios do Sul do Brasil, em municípios onde predomina a agricultura familiar/camponesa, que está tomada pela monocultura principalmente da soja. Há uma pequena parcela da agricultura familiar que se estruturou a ponto de se viabilizar no modelo, que normalmente tem comprado áreas de seus vizinhos ou arrenda outras terras do entorno. A grande maioria está ameaçada ou se mantém em tempos de bons preços das commodities (soja, leite, trigo). Mas é necessário o reconhecimento e qualificação do verdadeiro papel da agricultura familiar/camponesa no desenvolvimento, e construir uma nova proposta para o campo.

Da mesma forma, na cidade, o abastecimento alimentar vai sendo dominado por grandes corporações, subjugando os consumidores às commodities e alimentos de pouca diversidade e baixa qualidade nutricional e organoléptica, pois disponibilizam aqueles que dão mais lucro e os que são menos perecíveis e por isso muitas vezes contaminados com agrotóxicos e conservantes.

Como resistência e também como base de uma nova proposta de desenvolvimento sustenta-se a condição da agricultura familiar/camponesa evidenciando-se sua atribuição de responsabilidade na produção de alimentos e também em funções não imediatamente produtivas:

- condição estratégica para a segurança e soberania alimentar;
- importante papel na geração de trabalho e renda;

- proteção ambiental e serviços ambientais relacionados;
- dinamização econômica, capilaridade e maior controle na gestão de territórios;

- proteção e preservação da biodiversidade;
- sustentabilidade energética;
- o campo como modo de produção e forma de vida;

Além da reconstrução das dimensões de funcionalidade do campo evidenciadas acima, há a necessidade de reconstrução social dos mercados a partir de uma nova aliança campo e cidade, pautada inicialmente na “plataforma da comida”, potencializando a revisão/recomposição dos objetivos da produção, tipo da produção, relações no processo de produção e relações entre a produção e o consumo e, incorporando crescentemente mudanças estruturais nessas dimensões e transformadoras da sociedade como um todo.

Estas condições estabelecem uma nova compreensão sobre o campo e seu papel na sociedade atual. Estas contribuições são estratégicas para o conjunto da população, por isso é necessária a valorização e a realização das mesmas através de políticas públicas pelo Estado. Para tanto justifica-se também a reforma agrária e a construção de uma nova proposta para a agricultura familiar/camponesa para recomposição sustentável dos sistemas de produção para superar a inviabilidade do modelo da monocultura e da dependência de insumos externos.

Da discussão dessa nova proposta evidenciam-se alguns aspectos básicos fundamentais para a reconstrução sustentável dos sistemas de produção:

- a recomposição da fertilidade dos sistemas;
- a produção para o autoconsumo;
- a diversificação da produção;
- **a transição agroecológica** dos sistemas de produção e a diminuição da dependência de insumos externos.

Sustentamos o desafio da construção de uma proposta de agroecologia popular e transformadora que incorpora dimensões técnicas/científicas e também dimensões sociológicas e políticas não capitalistas e transformadoras da sociedade. A agroecologia numa perspectiva transformadora pode ser assumida tanto numa condição mais tática de resistência e sobrevivência, mas, sobretudo na condição estratégica de enfrentamento do modelo agroindustrial e agroquímico e

estabelecimento de uma nova condição de relação produtiva positiva e de convivência/existência na natureza.

Dado à essa diferença de propostas e interesses, segundo Fernandes (2004), os territórios estão em permanente disputa de modelos de desenvolvimento e de sociedade, sendo classe e território inseparáveis, e esta interação de disputa produz diferentes territórios e espaços. Em relação à questão agrária os conflitos estão fortemente relacionada à pela terra, mas também envolve dimensões econômicas, culturais e ambientais, e, para muito além de apenas uma nova forma de produção de mercadorias, mas envolvendo a criação e recriação da existência das famílias diretamente envolvidas e dá um novo objetivo à própria produção.

Esse contexto desafia a retomada e reforço organizacional popular para resistir a essa ofensiva capitalista nefasta à sociedade e ao meio ambiente e retomar a construção transformadora da sociedade, e para isso, é necessária a **qualificação estratégica e metodológica** capaz de torná-lo efetivo.

Com a perspectiva de contribuir na revisão estratégica e metodológica para a transformação da realidade do campo junto à agricultura familiar/camponesa¹, que se realiza o presente projeto de pesquisa-ação. Tem-se como base a sistematização da proposta de construção social exercida em experiências realizadas por organizações de ATER cooperativada e entidades vinculadas aos Movimentos sociais populares do campo no Estado do Paraná. Trata-se de metodologias participativas embasadas na Pesquisa-ação, Pesquisa Ação Participativa e na experiência acumulada do Campesino a Campesino, incorporando alguns acúmulos construídos em iniciativas de educação popular na organização social que já buscavam ajustes metodológicos e estratégicos, principalmente na década de 1990. Parte-se da premissa de que é necessário revisar o papel do campo para uma perspectiva sustentável do desenvolvimento e construir uma nova proposta para a sustentabilidade do próprio campo, articulado com a cidade, embasada na agroecologia, e, sob uma metodologia participativa transformadora.

¹ Dado à diversidade existente no campo em função das diferentes condições socioeconômicas, condições ambientais, valores, cultura, perspectivas, e para fugir da dicotomia e reducionismo conceitual sobre agricultura familiar e agricultura camponesa, adota-se no texto a expressão agricultura familiar/camponesa. Esse tema será abordado no item 1.2 A agricultura familiar/camponesa

Tem-se como hipótese que, diante do atual ofensiva dominadora do capitalismo e fragilidade de organização popular, as estratégias e metodologias adotadas ainda sofrem influências da lógica da “difusionismo” da “Extensão Rural”, e são pouco eficientes para uma transformação mais efetiva na realidade no campo.

O exercício da construção prática e sistematização realiza-se junto às experiências de ATER participativa na transição agroecológica em construção junto à organização cooperativada (CENATER – Paraná) e CEAGRO/MST no Paraná.

Objetivo geral:

Contribuir na qualificação metodológica e estratégica para uma perspectiva transformadora no campo e na sociedade, junto às iniciativas de transição agroecológica exercidas na agricultura familiar/camponesa, tanto no exercício das políticas públicas como na atuação das organizações e movimentos sociais.

Objetivos específicos:

- Identificar os principais momentos políticos e econômicos do avanço do capitalismo no campo e as estratégias organizacionais e metodológicas de resistência, enfrentamento e superação exercidas pelas organizações e movimentos sociais populares do campo;
- Entender o contexto atual no campo e levantar desafios quanto ao papel do campo no desenvolvimento, propostas de conteúdo para o desenvolvimento do campo e proposição metodológica para uma perspectiva transformadora, tendo a agroecologia como base;
- Sistematizar aspectos importantes para uma metodologia popular transformadora do campo e da sociedade a partir de experiências acumuladas em metodologias participativas sustentadas em reflexões e acúmulos de alguns enfoques da educação popular;
- Estudar os avanços e limitações de experiência metodológica exercida em projetos de ATER participativa na transição

agroecológica junto à iniciativa de organização cooperativada de ATER (CENATER) e CEAGRO (MST) no Paraná;

- Propor ajustes metodológicos e organizacionais para os projetos de políticas públicas de ATER e para as práticas das organizações e movimentos sociais populares do campo.

Estrutura da tese

No CAPÍTULO 1 apresenta-se um marco teórico sobre os conceitos e compreensões à cerca da sociedade civil e movimentos sociais, a agricultura familiar/camponesa, e a agroecologia. Também apresenta-se algumas referências a cerca do Marco teórico e metodológico para uma perspectiva transformadora da sociedade, tendo a educação popular como base, buscando também algumas referências sobre novos os novos movimentos globais/sociais, sobre democracia, e sobre a na condição de “Ser em Rede” na organização social.

No CAPÍTULO 2 apresentam-se as referências metodológicas e dimensões estratégicas contidas nas metodologias exercidas no processo participativo de pesquisa e, sobretudo de construção social realizada. Realiza-se síntese das metodologias participativas básicas que se fizeram parte na presente pesquisa e na proposta em construção, destacando-se a Pesquisa-Ação, Pesquisa Ação Participativa, Campesino a Campesino e referência acumulada em experiências anteriores de construção metodológica exercidas na formação, organização, e construção social do conhecimento.

No CAPÍTULO 3 evidenciam-se aspectos do contexto do avanço do capitalismo no campo e a educação popular como propulsora do movimento social enquanto estratégia de formação, organização e mobilização social. Levantam-se alguns desafios atuais num contexto mais amplo, focando a análise para o campo, e para a agroecologia como base de uma nova proposta, destacando-se a trajetória e organização da agroecologia no Brasil e a incorporação desta nas estratégias dos principais movimentos sociais do campo. Busca-se ainda alguns aspectos relacionados ao desafio da capacidade futura de produção de alimentos e alimentação no mundo, evidenciando o potencial da agricultura familiar/camponesa em sistemas agroecológicos.

No CAPÍTULO 4 realiza-se ampla discussão de contexto focando nos resultados, acúmulos propositivos e desafios para o desenvolvimento do campo junto à agricultura familiar/camponesa, tendo a agroecologia como base. Inicia-se com uma análise dos territórios rurais como os espaços de disputa entre a agricultura familiar/camponesa e o agronegócio, evidenciando-se a importância de reconhecimento e valorização do verdadeiro papel da agricultura familiar/camponesa e a necessidade de uma nova proposta para o campo. Na sequência realiza-se um diálogo com a proposta de agroecologia que queremos construir no Brasil e os resultados (limites e avanços) da institucionalização em andamento. Por último realiza-se uma síntese do papel da agroecologia enquanto estratégia de resistência, enfrentamento, e transformação social mais ampla, e destacam-se alguns aspectos básicos para a construção de sistemas sustentáveis.

No Capítulo 5 apresentam-se as experiências de construção social em iniciativas de ATER agroecológica no estado do Paraná, descrevendo as propostas de trabalho desenvolvidas e os instrumentos metodológicos construídos, a destacar: os Planos Familiares de Transição Agroecológica e, os Planos grupais ou/e comunitários de ações para o desenvolvimento sustentável. Sistematiza-se uma avaliação individualizada dos resultados de da projeto/processo e da proposta metodológica exercida nas quatro experiências pesquisadas:

- a) Projeto Rede de ATER Cooperativada - Sudoeste do Paraná;
- b) Projeto de ATER da Unicafe/Agência;
- c) Projeto de ATER em Rede no Vale do Ribeira;
- d) Chamada ATER INCRA – CEAGRO

Conclui-se esse capítulo com uma síntese das principais questões avaliativas das experiências estudadas, e com depoimentos de famílias agricultoras/camponesas e agentes de ATER envolvidos nas experiências de construção social de propostas para o campo e metodologia de ATER na transição agroecológica.

Fecha-se este trabalho com a conclusão final, seguida de alguns anexos que julgamos complementares no entendimento da proposta em exercício.

CAPÍTULO 1 – MARCO TEÓRICO E METODOLÓGICO: A AGROECOLOGIA COMO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UMA NOVA PROPOSTA PARA O CAMPO PARA UMA PERSPECTIVA TRANSFORMADORA

1.1 SOCIEDADE CIVIL, MOVIMENTOS SOCIAIS E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Para falar de transformação social é preciso considerar a conjuntura, a estrutura e a superestrutura da sociedade. A conjuntura é o momento histórico concreto no qual a sociedade se encontra. A estrutura são as características organizacionais mais estáveis, sendo o Estado, as instituições, os meios de produção e a produção, a economia e o capital, os grupos sociais, etc. A superestrutura são mecanismos e instituições que formam, regulam e influenciam a estrutura e a conjuntura, como os meios de comunicação, a educação, partidos, sindicatos, igrejas e outros que atuam principalmente no campo ideológico. Gramsci evidencia a influência da superestrutura sobre a conjuntura, já para Marx as influências partem muito mais da estrutura. Também na distinção entre os componentes da superestrutura e estrutura há diferentes percepções, mas é evidente que não dá para separar o estrutural, o econômico e o político na forma de ser e se exercer da sociedade.

O conceito de sociedade civil está presente em diferentes correntes da sociologia política, desde uma visão neoliberal, na a idéia da terceira via para buscar a realização de serviços sociais e mediação entre estado e sociedade, e/ou mercado e estado, racionalizando a dominação estrutural, e, fragilizando a ideia da luta de classes. Este conceito foi muito presente na América Latina, especialmente nos períodos dos golpes militares e após destes. Outra corrente, antagônica à primeira, de origem marxista relaciona a organização e articulação da sociedade civil à condição de mudança social democrática a propostas antagônicas que tem em como Gramsci a principal referência teórica. Não queremos aqui aprofundar essas temáticas, apenas delimitar e situar politicamente nossas referências assumidas nesta sistematização no conceito de sociedade civil como espaço de mediação, conflito e disputa entre o econômico e o político exercido por diferentes classes sociais, numa esfera para além do estado, sendo a sociedade civil sujeito da história que interage e disputa o estado. E, um Estado para além da visão neoliberal de mero regulador das relações sociais e protetor da propriedade privada. Uma

sociedade como espaço de organização das relações de disputa na realidade concreta da produção e reprodução da vida social (práxis social) contraditória à visão liberal da “terceira via”.

O conceito de movimento social e popular também é de grande amplitude, desde uma articulação pontual, reivindicatória e conservadora a uma condição transformadora da ordem política e da estrutura social vigente. Castells (1999) afirma que a forma propulsora de articulação dos movimentos sociais é a construção social de identidades (*legitimadora, de resistência ou de projeto*) que se organizam em forma de redes.

Touraine (2003) propõe uma revisão do conceito de movimentos sociais para dar conta da complexidade contemporânea e defende que todo movimento social é, em certa medida, classista, anticapitalista e antiimperialista, mas diferencia os movimentos sociais em três tipos: “os movimentos culturais” (luta por direitos), “movimentos históricos” (luta pelos rumos do desenvolvimento) e “movimentos societais” (conflito ideológico e utópico com adversário social).

Por movimentos societais, entende aqueles que combinam um conflito social com um projeto cultural, e que defendem um modo diferente de uso dos valores morais. Portanto, baseiam-se na consciência de um conflito com um adversário social (TOURAINÉ 2003, p. 119).

Touraine (2003) faz uma síntese conceitual abrangente, vinculando condições sociais a uma identidade cultural sustentada em valores morais, sendo que o conflito social se estabelece a partir de pressões exercidas sobre essas dimensões, levando a reações coletivas.

Gohn (2007) faz uma distinção e separação histórica e ideológica quanto aos paradigmas dos movimentos sociais, distinguindo-os entre uma abordagem marxista e a dos novos movimentos sociais, sendo que cada uma delas se divide em uma série de correntes teóricas explicativas. Gohn destaca aspectos centrais das abordagens, sendo:

A marxista centra-se nos estudos dos processos históricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre as diferentes classes sociais. As categorias básicas construídas por seus analistas são: classes sociais, contradições, lutas, experiências, consciência, conflitos, consciência de classe, reprodução da força de trabalho, Estado, etc. As noções e conceitos de desenvolvimento são: experiência coletiva, campo de forças, organização popular, projeto político, cultura política, contradições urbanas, movimentos sociais urbanos, meios coletivos de consumo, etc.

O paradigma dos novos movimentos sociais parte de explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas deste paradigma são: cultura, identidade autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. Os conceitos e noções analíticas criadas são: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impacto das interações políticas, setor terciário privado e público, etc.(GOHN 2007, p. 16 e 17)

Porém, não obrigatoriamente é necessária uma separação antagônica, pois há sinergias entre ambas as condições, algumas mais específicas e contextuais/momentâneas, mas também teóricas e de efetividade mais complexas, identificadas por Gohn (2007) como: novos sujeitos históricos, campo de força popular, cidadania coletiva, espoliação urbana, exclusão social, descentralização, espontaneidade, redes de solidariedade, etc. Estas novas categorias estão muito presentes nesta sistematização, pois fazem parte da história e trajetória que vivenciamos concretamente, especialmente nos últimos 40 anos. A realidade do momento e o contexto de grandes transformações nas relações de produção, de poder, e nas relações sociais, imprimiram grande influência sobre os movimentos sociais na era da informação.

Os Novos Movimentos Globais são expressão desses novos movimentos sociais resultantes da expansão dos mercados e do capital globalizados, gerando crescentes conseqüências como desemprego, fome, exclusão e degradação ambiental, provocando incertezas e angústias em grande parte da população mundial. Os Novos Movimentos Globais emergem durante a década de 1990, em várias partes do mundo e tem no Fórum Global Social uma das principais aglutinações em torno da proposta de que “um outro mundo é possível” e, reclamam outras formas de fazer política dado à descrença nas atuais instituições e governos. Segundo Calle (2005), este movimento marca um novo ciclo na política mundial e chega para “revolucionar o tabuleiro das referências dos protestos e da política em escala mundial” (Calle, 2005 – p.13), e reclama por uma “democracia radical”, diante do distanciamento da política dada das reais condições de existência e participação dos habitantes do planeta.

Assim, diante do exposto, quando nos referimos aos movimentos sociais, estamos nos referindo aos movimentos históricos decorrentes de lutas sociais construídas junto aos trabalhadores, numa sociedade de desiguais, portanto,

classista, sendo resultante de articulações e lutas coletivas, em processos e espaços institucionalizados ou não, pretendendo gerar transformações na sociedade, e os denominamos como movimentos sociais populares, ou apenas de movimentos populares.

1.2 A AGRICULTURA FAMILIAR/CAMPONESA

Dado à diversidade existente no campo em função das diferentes condições socioeconômicas, condições ambientais, valores, cultura, perspectivas, e para fugir da dicotomia e reducionismo conceitual sobre agricultura familiar e agricultura camponesa, adota-se a expressão agricultura familiar/camponesa. Segundo a professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley, para entender a agricultura familiar no Brasil, é preciso considerar as seguintes hipóteses:

- a) A agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares;
- b) Ao campesinato, corresponde uma destas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade;
- c) A agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicionais;
- d) Estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, no entanto, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente, adaptar-se às novas exigências da sociedade.
- e) O campesinato brasileiro tem características particulares, em relação ao conceito clássico de camponês, que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da História social do País e que servem hoje de fundamento a este “patrimônio sociocultural”, com que deve adaptar-se às exigências e condicionamentos da sociedade brasileira moderna.

Jan Douwe Van der Ploeg (2008) propõe olhar ao campesinato a partir de “condições” ou “*princípios campesinos*”, e analisa essa diversidade a partir de diferentes e dinâmicos “graus de campenisidade” da agricultura camponesa propriamente dita, à agricultura capitalista à agricultura empresarial, com significativa interseção e fluxo de condições podendo ora tender para a condição capitalista ou tender para a recampinização.

Victor Manuel Toledo (1995) propõe como indicadores para estabelecer níveis da condição camponesa e sua interface com a agricultura industrial, sendo: a) tipo de energia utilizada na produção; b) escala das atividades produtivas; c) grau de auto-suficiência da unidade produtiva rural; d) natureza da força de trabalho; e) grau de diversidade (eco-geográfica, produtiva, biológica, genética) mantida durante a produção; f) nível de produtividade ecológico ou energética; g) nível de produtividade do trabalho; h) natureza do conhecimento; i) visão de mundo (natural e social) que prevalece como causa invisível e oculta na racionalidade produtiva.

1.3 A AGROECOLOGIA

1.3.1 As escolas uma importante trajetória

Dentre as questões quanto aos caminhos a serem seguidos vale considerar os acúmulos das “escolas” ou correntes históricas. Mas além dos acúmulos técnico científicos é necessário entender a intensidade e os objetivos das dimensões sociais e políticas envolvidas, conforme abordaremos mais adiante.

Historicamente construíram-se algumas correntes chamadas de escolas (permacultura, ecológica, biodinâmica, natural, biológica, regenerativa, orgânica e outras). Cada escola tem sua trajetória e acúmulo teórico, assumindo uma proposta e perfil próprio. A maioria tem inspiração nos seus autores primeiros, por exemplo, a permacultura com Bill Molison, a biodinâmica com Rudolf Steiner e a antroposofia, a Orgânica com Howard. Segue uma síntese destas correntes.

Agricultura biodinâmica

Criador da antroposofia, Rudolf Steiner (1861 - 1925) foi o grande protagonista da agricultura biodinâmica, uma das mais antigas reações ao modelo construído a partir da segunda revolução agrícola dos tempos modernos, centrada nos adubos químicos. Este movimento se cristaliza em 1924, na Alemanha e na Suíça, denominando-se: Biologische Dynamische Landwirtschaft (Dinâmica Biológica no trabalho com a terra). Crescentemente ajuntando adeptos e defensores, se espalha para outros países: Áustria, Itália, Inglaterra, França, Países Nórdicos e EUA.

Era crescente também o número de consumidores adeptos, que procuravam alimentos de melhor qualidade nutritiva, e também, com os aspectos ecológicos e paisagísticos dos ambientes. Em 1934, cria-se a Cooperativa Agrícola Demeter. Cria-se uma identidade em torno da marca Demeter.

A idéia central do movimento biodinâmico propõe o entendimento da propriedade como um organismo. Tratava-se de uma abordagem sistêmica que tinha os bovinos como importante integrante no seu equilíbrio, sustentado nas seguintes práticas:

- Interação entre a produção vegetal e produção animal;
- Adoção do calendário biodinâmico que indica as melhores fases astrológicas para a semeadura e demais atividades agrícolas;
- Utilização de preparados biodinâmicos, compostos líquidos elaborados a partir de substâncias minerais, vegetais e animais, que visam re-ativar as forças vitais da natureza;
- Utilização do composto, plantação de cercas vivas e outras medidas paisagísticas, aproveitamento máximo das leguminosas, inclusive em culturas mistas de cereais, adubação verde, cultivo de ervas e seu emprego na forragem, culturas de bordadura, culturas pioneiras, bem estar dos animais, etc.

Agricultura orgânica

Inicialmente impulsionado pelo pesquisado inglês Sir Albert Howard, que realizou seus trabalhos na Índia, então colônia Inglesa, desde 1905. Seu trabalho inicial baseou-se na observação da boa produção inicial e rápida decadência sequencial nas áreas adubadas com fertilizantes químicos, comparando com a continuidade produtiva constante, embora com menor produção, nas áreas cultivadas pelos camponeses indianos com métodos tradicionais. Estes se baseavam na utilização dos excrementos animais misturados aos restos culturais, cinzas e outros materiais orgânicos, produzindo uma espécie de composto. Howard desenvolveu o método indore de compostagem. Defendia que a fertilidade do solo era fundamental para a superação das doenças em plantas e animais, e “que o solo não pode ser entendido apenas como um conjunto de substâncias, tendência proveniente da química analítica, pois nele ocorre uma série de processos vivos e dinâmicos essenciais à saúde das plantas.”

Entre outras obras, em 1940 publicou o livro *An Agricultural testament* (Um Testamento Agrícola), uma importante referência. Howard é tido inclusive, como “pai da agricultura orgânica” pelos seus feitos. Esta escola divulga sua proposta através da The Soil Association. Um de seus seguidores, Irving Robert Rodale levou esta escola para os EUA, onde pregou os ensinamentos e publicou livros e revistas com a proposta. Na época esta proposição era muito criticada e hostilizada no meio agrônomo, encontrando poucos seguidores.

Esta situação se inverte nos anos 60 e 70 nos EUA e em vários outros lugares, com uma nova onda conservacionista e preservacionista que se desencadeia. Isso traz novos adeptos e ativistas, fazendo da fazenda orgânica dos Rodales uma referência de experimentação e pesquisa. Esta escola torna-se muito forte nos EUA, a partir dos anos 80.

Agricultura biológica

Seu precursor, o suíço Hans Peter Müller, preocupado com a autonomia dos produtores e com os sistemas de comercialização, lança em 1930, as bases do modelo orgânico Biológico, destacando aspectos econômicos e sócio político. Esta

proposta ganha mais força na Alemanha da década de 60, divulgada pelo médico Hans Peter Rusch, e ganha a adesão do movimento ecológico emergente.

Esta não considerava fundamental a integração vegetal e animal, embora recomendassem o uso de matéria orgânica nos cultivos, provindos de várias fontes, seja do campo ou da cidade. Recomendavam também o uso de rochas moídas. Defendiam que as propriedades agrícolas deveriam integrar-se entre si e com o conjunto de atividades sócio-econômicas regionais.

Criou-se na Alemanha a Boland, na Suíça várias Cooperativas, e a Associação Natureet Progrès na França, onde se tornou forte e abrigou as outras escolas. Um importante pesquisador e autor da agricultura biológica da França foi Claude Aubert, destacando-se L'agriculture Biologique (A Agricultura Biológica). Outro pesquisador francês de destaque foi Francis Chaboussou e sua Teoria da Trofobiose, que comprova a relação direta entre o ataque de insetos e doenças e o estado nutricional das plantas, levantando também os agentes causadores de desequilíbrios como agrotóxicos e adubos nitrogenados.

Agricultura natural

Tomando a natureza como princípio, o filósofo japonês Mokiti Okada (1882 - 1955), fundador da Igreja Messiânica Mundial, propôs em 1935, o desenvolvimento de um novo sistema de exploração agrícola, denominando-o de natural. Baseava-se na harmonia e prosperidade de todos os seres vivos assegurada pela preservação do ecossistema.

“Quando chegam a certo momento, todos os seres vivos existentes na Natureza morrem e seus restos retornam à terra. Seja vegetal ou animal, todos ao morrerem se transformam em terra. E esta mesma terra, fertilizada, produz novos vegetais. Podemos definir este processo como ciclos: solo vegetal solo, ou então, solo vegetal ser humano / animal solo.”(Chuzo Sakakibara 1998).

A agricultura natural recorre ao princípio da reciclagem de recursos naturais, da matéria orgânica do solo e seu enriquecimento com microorganismos eficazes EM. As conclusões dos trabalhos de Masanobu Fukuoka “(Agricultura da Natureza) em 1938, embora não diretamente articulado à escola, contribuíram para o seu desenvolvimento. Tanto Mokiti como Fukuoka julgava fundamental o respeito

às leis da natureza, defendendo que as atividades agrícolas exercessem uma intervenção mínima no ambiente e nos processos naturais.

Após a morte de Mokiti, cria-se a Associação Mokiti Okada (MOA), que continua esta construção especialmente por dentro da Igreja Messiânica, envolvendo um grande número de religiosos dispostos a seguirem as recomendações alimentares de Mokiti. Realizam-se encontros anuais de agricultura natural e em 1976, criam-se duas estações experimentais no Japão. Mais tarde cria-se mais uma estação experimental e funda-se o Centro Internacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Agricultura Natural, chegando ao mundo ocidental apenas em 1980.

As práticas recomendadas pela agricultura natural baseiam-se na utilização de adubos verdes, uso do composto, rotação de culturas, e uso de cobertura morta sobre o solo. A preservação das características naturais do ambiente é fundamental para a melhoria das condições de solo e do estado nutricional dos vegetais, importante na prevenção contra pragas e doenças. Recomenda a utilização de inimigos naturais, e em último caso, a aplicação de produtos naturais não poluentes. Apresenta algumas restrições quanto ao uso da matéria orgânica de origem animal.

Permacultura

Desenvolve-se na Austrália por volta de 1940, tendo como um dos seus principais autores Bill Mollison. Propõe a criação de agroecossistemas sustentáveis através da simulação dos sistemas naturais, priorizando as culturas perenes, destacando-se a árvore como capaz de suprir a maioria das necessidades humanas. Ocupa-se também da sustentabilidade e adaptação ecológica nos espaços urbanos. Procura a minimização das necessidades de energia, materiais e esforços externos e maximizando os mecanismos naturais que podem contribuir para satisfação das necessidades.

A permacultura é um sistema de design para a criação de ambientes humanos sustentáveis. A palavra em si não é somente uma contração de palavras permanente e agricultura, mas também de cultura permanente, pois as culturas não podem sobreviver muito sem uma base de agricultura sustentável e uma ética no uso da terra. Em primeiro nível, a permacultura lida com as plantas, animais, edificações e infra-estruturas (água, energia, comunicações). Todavia, a permacultura não trata somente desses elementos, mas principalmente dos relacionamentos que pode criar entre

eles por meio da forma em que os colocamos no terreno. (Introdução à Permacultura, 1998, p13).

Baseia-se também na observação dos sistemas naturais, na sabedoria contida nos sistemas produtivos tradicionais e no conhecimento técnico e científico.

Princípios gerais de permacultura:

- Localização relativa: cada elemento (casa, tanques, estradas, etc.) é posicionado em relação a outro, de forma que se auxiliem mutuamente;
- Cada elemento executa muitas funções;
- Cada função importante é apoiada por muitos elementos;
- Planejamento eficiente do uso de energia para a casa e os assentamentos (zonas e setores);
- Preponderância do uso de recursos biológicos sobre o uso de combustíveis fósseis;
- Reciclagem local de energias (ambas: as humanas e as combustíveis);
- Utilização e aceleração da sucessão natural de plantas, visando o estabelecimento de sítios e solos favoráveis;
- Policultura e diversidade de espécies benéficas, objetivando um sistema produtivo e interativo;
- Utilização de bordas e padrões naturais para um melhor efeito.

A permacultura defende a convivência e cooperação comunitária para a potencialização de sua filosofia e construção ideológica.

Agricultura regenerativa

É outro modelo que surgiu da agricultura orgânica a partir das idéias de Howard e Rodale, que agora se conhece como agricultura regenerativa. Este modelo reforça a condição dos agricultores obterem sua independência através da potencialização dos recursos locais e internos em lugar de buscar recursos externos.

Agricultura ecológica

Aparece no final de 1970, como uma proposta de "unificação" dos outros movimentos que se opõe à agricultura industrial, sendo também como uma reação às limitações da palavra alternativa, já que somente traduz algo diferente, e pode

inclusive significar uma gestão agrícola mais devastadora do que inicialmente estava destinada a contrastar.

A agricultura ecológica parte de uma visão unificada e sistêmica, que é uma visão geral na que a agricultura é vista como uma "unidade funcional" de um sistema mais amplo - a natureza.

Surgiu principalmente a partir da publicação do livro "Primavera Silenciosa" de Rachel Carson em 1962. Foi fortemente protagonizado por vários dos estudiosos no Brasil, como: José Lutzenberger, Ana Primavesi, Adilson Paschoal e outros.

Agricultura alternativa

Esse movimento que ajunta várias correntes e resulta de um esforço inicial realizado nos EUA em função de sérios problemas de erosão e perda de solos que o modelo agroquímico de mecanização pesada vinha causando. A publicação do relatório Soil and men (Os solos e o homem), pelo Departamento de Agricultura dos EUA, anunciando esta degradação deste modelo causou muito impacto chamando a atenção de cientistas e agrônomos. Isto potencializou naquele momento as discussões dos orgânicos e biodinâmicos, embora todos estes movimentos foram novamente sufocados com o avanço da Segunda Revolução Agrícola, até os anos 60 e 70, quando novamente se evidenciam os problemas energéticos (crise do petróleo), econômicos (decorrentes) e ambientais. Destaca-se internacionalmente a publicação do livro Primavera Silenciosa de Rachel Carson (1962). Denunciando o uso indiscriminado de agrotóxicos seus potenciais e desconhecidos efeitos sobre as pessoas e o meio ambiente, condenando também a dependência do petróleo, causaram grande impacto na opinião pública e científica.

Na sequência desencadearam-se algumas mobilizações levaram à proibição de alguns agrotóxicos específicos, como o DDT e outros. Nasceram também outras reações ao modelo, que questionavam este modelo degradante dos recursos naturais e energia não renovável, quanto à sua capacidade de sustentar a expansão demográfica em andamento (teoria malthusiana). Questionava-se também o crescimento econômico ilimitado, dissociados das reais necessidades e condições ambientais nasce o conceito de "tecnologia apropriada". Durante os anos 70 amplia-

se o movimento contestatório, da contracultura: movimento ambientalista, hippie, estudantil, feminista, etc. pelo mundo afora.

Neste cenário, ressurgem com força as escolas opositoras ao modelo convencional. Em 1972 cria-se a IFOAM (Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica), assumindo como atribuição a troca de informações entre as entidades associadas, a harmonização internacional de normas técnicas e a certificação de produtos orgânicos.

1.3.2 Rumos/tendências da agroecologia para além das escolas

Atualmente, é muito grande a diversidade de atores que se que se envolvem de diferentes formas e com diferentes objetivos com “produção orgânica”², envolvendo ONGs (Organizações não Governamentais), organizações de famílias agroecológicas, movimentos sociais do campo, instituições públicas, certificadoras e empresas. Até mesmo diante diferentes iniciativas fundamentadas na mesma escola construíram percepções políticas diferentes. Mas as diferenças mais graves se verificam na relação com as iniciativas do “econegócio”, do capitalismo verde.

Nesse contexto, a sustentação de uma perspectiva transformadora junto à agroecologia é um desafio muito grande, e cria-se muita confusão no que se quer chamar de movimento orgânico. Vivenciou-se essa confusão na construção do marco legal, descrito no item 4.5.1 (A institucionalização da agroecologia no Brasil), onde todos se diziam “estar no mesmo barco”, mas na hora de propor evidenciavam-se os diferentes objetivos e os interesses, entre as representações das entidades e organizações das famílias agroecológicas, as certificadoras e as empresas. Por isso, é necessário no mínimo fazer uma distinção quanto ao perfil³ dessas diversas iniciativas.

Não queremos com isso simplesmente criar dicotomias, até porque as distinções algumas vezes são claras e antagônicas, mas outras são sutis e aparecem como contradições a serem superadas em iniciativas agroecológicas que se propõem transformadoras.

² Esse é o “termo guarda chuva” assumida na lei e normas da agricultura orgânica no Brasil no qual, cabe essa diversidade de atores, conforme aprofundamento nos textos que se seguem.

³ Essa distinção realiza-se a partir da nossa experiência e vivência e se faz necessária para distinguir politicamente as iniciativas, identificar as confluências e caracterizar as diferenças.

Econegócio ou agronegócio verde

Essa é uma grande tendência na economia neoclássica: adjetivar de verde com selos e propagandas vinculadas para ocupar o novo espaço que se abre com as crescentes preocupações da sociedade com as questões ambientais. Pois envolve um mercado que movimenta anualmente no mundo mais de 30 bilhões de dólares, e cresce numa evolução acima de 10% ao ano no Brasil. Isso leva muitas empresas e grandes investimentos agropecuários a se interessarem pela produção orgânica, mas sob comando da lógica de mercado.

No campo, envolve sistemas de produção fortemente alicerçados na substituição de insumos agrotóxicos por insumos permitidos nas normas de produção orgânica, numa produção de escala, em monocultivos ou monocriações em ambientes de baixa funcionalidade ecológica e baixa ciclagem de nutrientes. Normalmente são sistemas com alta dependência externa, balanço energético débil, e com muitas perdas.

Trata-se da mera substituição de insumos para um produto diferenciado, normalmente comercializado com um preço maior. Constrói-se inclusive um novo mercado de “insumos orgânicos” até mesmo pelas mesmas empresas que comandam o mercado de agrotóxicos como a Monsanto e outras.

Embora hajam avanços, porque essa condição requer tecnologias que não contaminem os produtos ou o meio ambiente e determina algumas exigências sociais e ambientais, as questões estruturais de fundo como a concentração de riquezas, das terras e outros meios de produção, a exclusão social e a fome, e mesmo o entendimento mais amplo a respeito dos sistemas vivos não é parte e nem preocupações nessas iniciativas, e, até com posições antagônicas à reforma agrária, à agricultura familiar, às sementes crioulas, e outras dimensões como o desenvolvimento endógeno e autônomo, segurança alimentar e outras, fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, justa e igualitária.

Neste caso a adoção da denominação de agroecologia é falsa. Convencionou-se o termo “agricultura orgânica” para caracterizar essa condição associada à perspectiva capitalista do “econegócio” fortemente relacionado à lógica da substituição de insumos, da certificação, dos grandes mercados e da exportação.

A denominação de agricultura orgânica já era exercida na organização da IFOM (Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica) para abrigar o conjunto das iniciativas e escolas. No marco legal brasileiro também se adota esta denominação com estes mesmos objetivos (4.5.1 A institucionalização da agroecologia no Brasil).

A condição desta perspectiva da agricultura orgânica tem como propulsora a lógica capitalista e se fundamenta no paradigma do capitalismo agrário.

Agroecologia ciência (campode conhecimento resultante da confluência das ciências e outras formas de construção social do conhecimento)

Aqui se identificam iniciativas conseqüentes quanto à compreensão da funcionalidade e de amplitude da fertilidade dos ecossistemas e agroecossistemas. Assume a dimensão científica da agroecologia para muito além da lógica da substituição de insumos ou do cumprimento das normas de produção orgânica. E, percebe o ser humano como parte na natureza.

Porém, se exerce uma diversidade de posições em relação as questões sócio políticas sendo muitas vezes parcialmente consideradas e/ou até mesmo desvinculando a questão técnica da política. Nesse caso os temas para além das ciências naturais ou de perspectivas para além da produção não são devidamente tratados de forma vinculada à perspectiva técnico científica.

Essa condição no Brasil é freqüente principalmente junto a governos, instituições e em espaços acadêmicos fortemente tecnocráticos, mais vinculados às concepções do paradigma do capitalismo agrário (tratado no item 4.1 Territórios rurais em disputa: alimentos ou commodities, agricultura familiar/camponesa ou agroecologia). A institucionalização da agroecologia no Brasil se pauta nesta perspectiva.

Agroecologia ciência, sociedade e movimento

Trata-se de iniciativas e articulações conseqüentes quanto à compreensão da funcionalidade e amplitude da fertilidade dos ecossistemas e agroecossistemas. Assume a dimensão científica da agroecologia para muito além da lógica da

substituição de insumos ou do cumprimento das normas de produção orgânica. E, percebe o ser humano como parte na natureza, em visões mais ecocêntricas.

Assumem a condição da agroecologia como um campo de conhecimento e de confluências de ciências, mas vincula à perspectiva de transformação estrutural da sociedade, contrapondo-se claramente ao sistema capitalista e a dominação das grandes corporações.

Da mesma forma em que é necessário considerar que não se faz socialismo com os valores, objetivos e perspectivas do capitalismo, aqui é necessário considerar que não se faz agroecologia com os valores, objetivos e perspectivas do agronegócio. Trata-se da superação da lógica do paradigma do capitalismo agrário, sustentando-se nos desafios pautados em fundamentos do paradigma da questão agrária.

A agroecologia mesmo sendo uma estratégia de sobrevivência e enfrentamento das grandes corporações e seus interesses perversos centrados no lucro, controle e dominação, é claramente assumida como parte na estratégia de construção de uma nova condição na relação na natureza e entre as pessoas a partir da transformação social.

É a proposta de agroecologia em construção junto a algumas instituições, ONGs e Movimentos Sociais, a maioria articulados na ANA (Articulação Nacional de Agroecologia).



(Representação dos rumos/tendências da agroecologia - Arl 2015)

1.3.3 Desafios para uma perspectiva estratégica transformadora da agroecologia

Numa condição holística e sistêmica as dimensões envolvidas na agroecologia são ao mesmo tempo, ou seja, interdisciplinares, transdisciplinares e até mesmo indisciplinadas. Para facilitar as análises vamos segmentar algumas dimensões da agroecologia e abordá-la na sua condição tática e estratégica. Segundo Sevilla Guzmán e Ottmann (2004) (in Caporal (2009, p. 18), a agroecologia pode ser agrupada em três dimensões: a) ecológica e técnico-agronômica; b) socioeconômica e cultural; e c) sócio-política. Seguindo estas dimensões, traduzindo-as em desafios e subdividindo aspectos mais específicos, seguem algumas anotações, associações e, aproximações que julgamos oportunas.

Desafio sociopolítico

Para a superação da atual forma de organização sócio-produtiva e política, é preciso enfrentá-la, mas, sobretudo, exercitar a condição propositiva do “novo”, é preciso subjugar as iniciativas a uma lógica de desenvolvimento, incorporando novas perspectivas, valores e objetivos. Para tanto é necessário assumir a agroecologia como proposta e processo incorporando significativa amplitude epistemológica e condição transdisciplinar.

A partir de meados da década de 1990, com a multiplicação das iniciativas agroecológicas, a diversidade de atores, e a crescente ampliação do mercado dos orgânicos e seus promissores lucros, surgem também diferentes concepções e tentativas de definição conceitual, confusões e crise de identidade junto às iniciativas mais históricas. Aumentam as pressões pela regulamentação oficial contendo normas técnicas de produção e proposta da certificação, basicamente originadas pelo mercado, certificadoras e pretensas certificadoras.

A criação da Rede Ecovida de Agroecologia⁴, em 1998, teve como objetivo articular as experiências e organizações agroecológicas existentes no Sul

⁴ Em 1998 inicia-se apenas a organização das iniciativas de agroecologia que em sua maioria já existiam a muito tempo, também já havia o reconhecimento e muitas articulações entre as iniciativas. A articulação em formato de Rede inicia-se na Região do Contestado em SC, em torno

do Brasil para garantir essa identidade transformadora e ampliar a força política das iniciativas agroecológicas do sul do Brasil. Isso se tornava politicamente necessário, porque os Movimentos Sociais nesta época ainda não assumiam a agroecologia como parte nas suas bandeiras de luta na resistência e transformação social. Também nesse momento o Movimento da Agricultura Alternativa, como se denominava na época, estava sem articulações nacionais e com frágeis e poucas articulações regionais, desde 1989 quando se realizou o último EBAA (Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa).

Na fase inicial de organização da Rede construiu-se um conceito de agroecologia que pretendia expressar, tanto a condição de projeto, como a de processo sendo:

Processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os (as) agricultores (as) possam desenvolver suas atividades sem agredir o ambiente, tornando-se independentes dos “pacotes tecnológicos” com seus caros e degradantes insumos industriais, visando não somente as sobras financeiras, mas principalmente qualidade de vida. É a base para o desenvolvimento sustentável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos e metodologicamente adequados, onde os (as) trabalhadores (as) assumem o protagonismo maior e aumentam seu poder de intervenção na sociedade, de forma organizada. (CEPAGRI, 1998).

Esse conceito pretendia incorporar a dimensão de processo e projeto, assumido pelo protagonismo popular, sendo esta condição aspecto central na construção de uma nova proposta de desenvolvimento para o campo. A agroecologia centrada na dimensão estratégica assume a condição de instrumento na luta pela transformação social, mas que se realiza concretamente no dia a dia, como afirmou Eduardo Sevilla Gusmán: “A agroecologia é uma luta política efetiva que mostra na prática que é possível viver de outra forma”. (informação verbal)⁵.

A partir da atuação da Rede Ecovida a mesma passou a ser reconhecida, o que levou a demanda e pressão para sua extensão para além do Sul do Brasil. Mas como a Rede se afirmava em um reconhecimento histórico e mais orgânico no sul, o entendimento e a postura da Rede eram de que deveriam ser criadas outras redes regionais, também em torno de identidades já existentes, e, possibilitando a

da atuação do Cepagri, com a Afruta, Agrupar e outras organizações agroecológicas na região. Logo envolveu o estado, em seguida a discussão foi para o RS, e posteriormente para o PR. Atuamos nesse processo como sujeito central nessa construção e articulação inicial.

⁵ Manifestação durante seminário com os movimentos populares rurais do Rio Grande do Sul em 2002.

criação de uma rede das redes na esfera nacional, o que se concretiza a partir da realização do I ENA – Encontro Nacional de Agroecologia em agosto de 2002, com a organização da ANA – Articulação Nacional de Agroecologia em dezembro de 2002.

A organização da ANA (articulação Nacional de Agroecologia) foi um passo importante para o movimento nacional de agroecologia, pois, aglutinou as várias redes, organizações e articulações envolvidas com a agroecologia, com os movimentos sociais do campo. A organização reforça a luta política e construção do conhecimento Agroecológico, e, contempla também aspectos societários fundamentais como gênero e geração, conforme sustentação de Monteiro 2013:

A Agroecologia é um campo de conhecimento interdisciplinar. Junto da preocupação com o meio-ambiente, a agroecologia trabalha com questões de sustentabilidade econômica, social, política e ética. Ela luta por questões como melhoria do acesso à terra, preservação de comunidades tradicionais, inclusão de populações pobres e segurança alimentar, entre outras. ... Podemos defini-la como uma ciência, mas também como prática social. É um movimento social que junta pessoas, redes e organizações preocupadas com um desenvolvimento mais sustentável. (Dênis Monteiro, Secretário Executivo da ANA, em entrevista/ Globo Ecologia 08/2013).

A ANA potencializa uma perspectiva popular transformadora, sustentada pela rede de pessoas e organizações articuladas a ela.

Para um reforço teórico básico a cerca da agroecologia evidenciam-se vários autores e sistematizações conceituais como Henrique Leff, que vincula a dimensão ecológica à questão da sustentabilidade da agricultura, e, à dimensão sociopolítica.

A agroecologia incorpora o funcionamento ecológico necessário para uma agricultura sustentável, mas ao mesmo tempo introjeta princípios de equidade na produção, de maneira que suas práticas permitem um acesso igualitário aos meios de vida. (LEFF, 2001, p. 39).

A agroecologia, mais do que um ponto de chegada é uma forma de caminhar, onde cada avanço deve ser assumido e incorporado de forma cumulativa, sendo que, “o fim é também o caminho que percorremos para atingi-lo”. Mudanças na matriz de consumo e nas práticas de produção, valorização e respeito à diversidade cultural, o exercício efetivo de valores como a solidariedade, equidade, igualdade e mudança na concepção de mundo, são básicos para uma perspectiva sustentável. Quanto às preocupações com o meio ambiente, estas se popularizam crescentemente, mesmo que fortemente impulsionadas pelas consequências e

limites que o esgotamento dos recursos naturais impõe, ou seja, pelo que se pode chamar de “terapia do medo” proporcionado pelas previsões das reações e adversidades ambientais.

Eduardo Sevilla Guzmán, um dos principais defensores de uma perspectiva científica contemplando várias dimensões, fortemente sociológica e política propõe a agroecologia como importante estratégia para a construção de sociedades sustentáveis.

Agroecologia constitui o campo dos conhecimentos que promove o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de Modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica. Sua estratégia tem uma natureza sistêmica, ao considerar a propriedade, a organização comunitária e o restante dos marcos de relação das sociedades rurais articulados em torno à dimensão local, onde se encontram os sistemas de conhecimento portadores do potencial endógeno e sociocultural. “Tal diversidade é o ponto de partida de suas agriculturas alternativas, a partir das quais se pretende o desenho participativo de métodos de desenvolvimento endógeno para estabelecer dinâmicas de transformação em direção a sociedades sustentáveis”. (GUZMÁN, 1995, p. 03)

Calle et al (2003) sustenta a condição da agroecologia política a partir da práxis resultantes dos processos de cooperação que constroem redes de produção, distribuição, e consumo equitativos e sustentáveis, na definitiva democratização do sistema alimentário. participação ativa das pessoas e das comunidades na definição do rumo do desenvolvimento é fundamental. Uma condição consciente permite que cada pessoa contribua na luta pela transformação social mesmo em pequenas iniciativas, como por exemplo: na prática do resgate, preservação e melhoramento de semente de milho variedade o agricultor ao fazê-lo, além de diminuir seus custos de produção, aumentar sua segurança, contribuir na preservação da biodiversidade, entende que está enfrentando quotidianamente, o monopólio de grandes empresas. Desta forma, além do esforço no exercício de sobrevivência, contribui-se no enfrentamento da velha ordem e incorporam-se importantes aspectos na tarefa de construção de uma nova ordem.

Embora o acúmulo de conteúdo na agroecologia seja um processo permanente, que vai se realizando ao passar dos tempos, é importante que estes sejam incorporados nas iniciativas em andamento, e que não se perca aspectos

anteriormente assumidos, tanto nas tarefas de resistência e enfrentamento do agronegócio, como nas tarefas propositivas transformadoras da sociedade.

Desafio técnico científico

O método cartesiano, da segmentação e isolamento fragilizou a visão sistêmica e holística. A própria condição do ser humano, que já se posicionava relativamente fora do ecossistema dado à influência de sua visão antropocêntrica, distancia-se ainda mais quando descobre que pode controlar e substituir os princípios que regulam a natureza, a tal ponto que perdem a referência da sua condição natural de existência enquanto espécie. “O humano do futuro parece motivado por uma rebelião contra a existência humana tal como lhe foi atribuída... ele a deseja trocar por algo produzido por ele mesmo.” (ARENDT, p.10, 1958).

E na medida em que o afastamento da existência humana da natureza se realiza, necessita-se aumentar o nível de artificialização para poder continuar vivendo, afastando-se cada vez mais da ciência da vida e exerce uma vida dominada pela ciência. Interrompem-se os ciclos e segmenta-se a teia da vida, e se gasta fortunas com tecnologias e produtos para sustentar a vida nesta nova condição. É um exemplo clássico desta lógica da ciência pode ser verificado junto ao modelo da revolução verde aplicado na agricultura, onde simplificando a análise conclui-se que: os adubos altamente solúveis e agrotóxicos são recursos que nos permitem produzir em ambientes cada vez mais degradados.

A visão sistêmica como ponto de partida

As definições a cerca dos sistemas remontam esforços históricos antigos como o de Aristóteles na definição do fenômeno da emergência o qual afirmava que “o todo é mais que a soma das partes”. Um comportamento ou propriedade emergente surge de vários agentes simples que operam coletivamente em uma grande multiplicidade de interações resultando em comportamentos ou propriedades complexos. Cada agente, inicialmente é autônomo, mas responde a efeitos ou estímulos dos demais agentes. Isso se verifica junto a todos os seres presentes ou que se instalam a partir dos efeitos resultantes de interações anteriores (fungos,

bactérias, insetos, vegetais, animais, etc.), em processos contínuos de auto organização regulada pelas interações locais presentes.

Edgar Morin reforça a tese de que “O todo é superior à soma das partes”, sendo:

O sistema possui algo mais do que os seus componentes considerados de modo isolado ou justaposto: A sua organização; A própria unidade global (o «todo»); As qualidades e propriedades novas emergentes da organização e da unidade global. (MORIN, 2002. pág. 103)

(...) a organização e a unidade global podem ser consideradas como qualidades e propriedades novas emergentes das inter-relações entre partes; porque a organização e as qualidades novas podem ser consideradas como traços próprios da unidade global; porque a unidade global e as suas qualidades emergentes podem ser consideradas como os próprios produtos da organização. (MORIN, 2002. pág. 104).

A funcionalidade e fertilidade de um ecossistema ou agroecossistema

Os ecossistemas são os resultados da organização, interação e estrutura de seus componentes físicos, químicos e biológicos, ou seja, abióticos e bióticos. Na sua condição natural os ecossistemas estão em permanente transformação evolutiva.

O conceito de ecossistema é definido por Odum (2008) como um sistema funcional, aberto e de relações complementares entre os organismos vivos (comunidade biótica) e seu ambiente (físico e químico), suas fronteiras podem ser definidas arbitrariamente no tempo e espaço, que parece manter um estado estável de equilíbrio, porém às vezes dinâmico. Um sistema bem desenvolvido, maduro, é relativamente estável e auto-sustentável, com grande resistência e resiliência às perturbações, se adapta às mudanças e é capaz de manter a sua produtividade, utilizando somente a energia solar.

Os sistemas são autônomos e dinâmicos, qualquer alteração vai desencadear uma série de mudanças na sua funcionalidade. É o conjunto de espécies que faz um sistema funcionar. A isso se chama de funções ecológicas como o fluxo de energia, a ciclagem de nutrientes e os mecanismo de regulação das populações, destacando-se o equilíbrio dinâmico. Num ecossistema, e mesmo num agroecossistema cada espécie tem uma função (biodiversidade funcional), e esta é permanentemente ajustada principalmente pelo equilíbrio dinâmico.

A funcionalidade dos sistemas depende fundamentalmente da biodiversidade que se expressa de em todos os níveis de organização biológica. A

fertilidade dos sistemas depende diretamente da funcionalidade do mesmo. A biodiversidade pode ser definida, inicialmente, pelo número de espécies presentes em um dado local e momento.

Segundo Dover e Talbot (1992, p. 05), a diversidade causa ou eleva a estabilidade, e embora muitas vezes defendido que a diversidade/estabilidade evidencia-se como uma regra, um princípio, uma lei imutável, como algo provado e sem dúvidas, porém é necessário considerar também a qualidade das interações. Assim o simples aspecto quantitativo não pode ser traduzido como nível de estabilidade. A estabilidade é influenciada basicamente por aspectos biológicos, mas também por outros aspectos aspectos como: físicos, químicos ou climáticos.

Imagem 02: biodiversidade funcional, construção e ciclo da fertilidade nos ecossistemas



Fonte: A fertilidade dos sistemas e agroecologia, caderno do CEAGRO - Valdemar Arl, 2011.

A planta cresce, serve de alimento para seres humanos ou animais ou os restos vegetais voltam direto para o solo para alimentar a micro vida (micro-organismos), as excreções animais ou humanos voltam ao solo, onde também alimentam a micro vida. A micro vida decompõe o esterco e os restos das plantas

transformando-os de forma (mineralização) que a planta de novo pode alimentar-se deles.

A fertilidade de um sistema vai muito além da disponibilidade imediata de alguns nutrientes. Quanto mais fotossíntese, maior o aproveitamento de energia e maior a produção de biomassa. Quanto maior a produção de biomassa, melhor é a bioestrutura, microorganismos e macro organismos, mais ativo é o equilíbrio dinâmico (atuação de inimigos naturais) e também mais ativos são os ciclos de nutrientes.

Carlos Armênio Khatounian (2001), em seu livro *A reconstrução Ecológica da Agricultura*, (p. 204 em diante) -, faz uma síntese de condições básicas fundamentais para a sustentação e evolução de agroecossistemas:

- Manter uma camada fotossintetizante ativa 100% do tempo;
- Maximizar a biodiversidade;
- Manter uma camada generosa de detritos sobre o solo, 100% do tempo;
- Manter uma trama radicular densa e ativa 100% do tempo;

Estas condições devem ser perseguidas ao máximo possível e o tempo todo, pois a descontinuidade configura-se como uma perturbação no sistema e diminui sua funcionalidade, afeta negativamente a fertilidade e pode fazê-lo regredir.

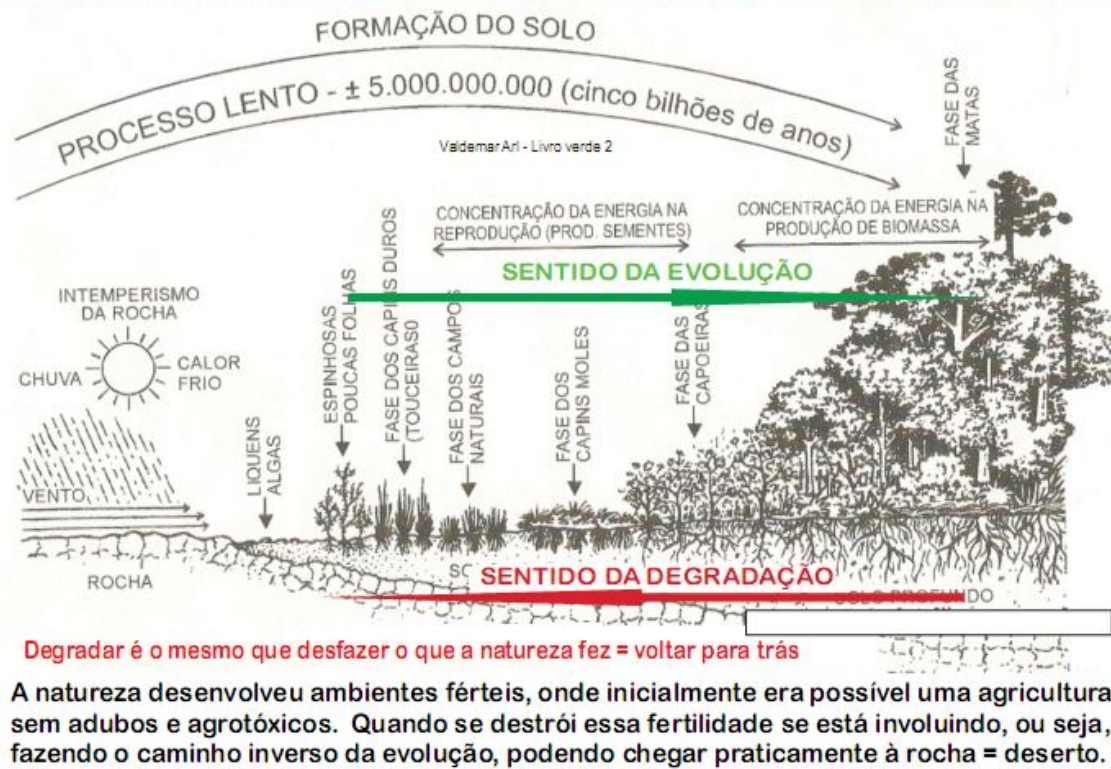
Dependendo da atividade ou do sistema de produção não é possível estabelecer plenamente essas condições, por isso sugere-se o máximo possível, o tempo todo.

É fundamental o conhecimento de alguns princípios básicos da ecologia. Estes princípios regularam e impulsionaram os ecossistemas por bilhões de anos até chegar ao nível de evolução em que nos encontramos. Além das questões já levantadas, vale ainda ressaltar a importância de entender como se forma o solo e a interação com a sucessão ecológica. Essas informações são importantes para diagnosticar as condições locais e contribuir na proposição de tecnologias que resolvam os problemas, e que ao mesmo tempo contribuam para a evolução do sistema.

Na transformação evolutiva e um ecossistema é possível identificar algumas fases com características predominantes. A sucessão vegetal é um dos aspectos mais visíveis na sucessão ecológica e parte importante no conhecimento tradicional popular a cerca da fertilidade dos ecossistemas e agroecossistemas.

Imagem 03 : Esquema da formação do solo e evolução dos sistemas

Esquema da formação do solo e evolução dos sistemas - e, o possível retrocesso



Fonte: Educação do campo e agroecologia, ARL 2011.

A partir desse conhecimento, os camponeses conseguem entender as condições dos agroecossistemas, seu estado de evolução ou sua condição de degradação. De fato, os agroecossistemas e, até mesmo os ecossistemas são resultado também da existência humana numa interação mais direta e mais expressiva ou uma influência indireta e menos expressiva.

Portanto, o ponto de partida para transição agroecológica numa efetiva visão sistêmica se dá na existência humana concreta, na realidade concreta de um agroecossistema específico, considerando sua composição e organização local, suas interações no contexto regional e global, e as interfaces culturais, sociais, econômicas, políticas e éticas, ou seja, uma coevolução social e ecológica, conforme Costabeber e Caporal (2003):

A abordagem sistêmica pode dar-se em espaços territoriais maiores ou menores. Sendo a unidade básica deste projeto o sistema-propriedade, a comunidade rural e mesmo o grupo de famílias da comunidade se constituem, no entanto, como sistemas de nível superior cuja estabilidade depende do sistema-propriedade. Ao analisar a comunidade rural como sistema, ou seja, como conjunto que reage como um todo e não enquanto partes, podemos compreender melhor os fatores da sua estruturação ou desagregação por meio da sua história e das complexas relações

existentes entre organização social, meio-ambiente, economia, política, cultura e ética, seis dimensões da sustentabilidade. (COSTABEBER E CAPORAL, 2003)

A agroecologia é um campo de conhecimento que desafia a fusão de conhecimentos das ciências naturais, conhecimentos tradicionais, projeto e processo propondo uma nova inserção e relação ecológica necessária para uma relação produtiva sustentável, e ao mesmo tempo partilha de novas condições e relações sociais e econômicas entre os humanos, em um novo projeto de sociedade. Trata-se de uma nova identidade biológica que insere a espécie humana com parte na natureza (uma nova identidade como espécie), associada a uma nova identidade sócio política.

Essa fusão de projeto e processo confere à agroecologia uma dimensão estratégica, ou seja, muito mais do que uma estratégia de resistência e sobrevivência, a agroecologia é uma importante tarefa para quebra de paradigmas na construção de uma nova ordem existencial.

Para uma perspectiva científica, Miguel A. Altieri (Universidade da Califórnia, Campus de Berkley, EUA) define a agroecologia como:

É a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. A Agroecologia proporciona então as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura “sustentável” nas suas diversas manifestações e/ou denominações. (ALTIERI, 1998)

Segundo Stephen R. Gliessman é necessário uma agricultura sustentável, mas produtiva para dar conta de alimentar a população no futuro. Para isso é necessário preservar os aspectos de conservação dos recursos naturais da agricultura tradicional, mas aplica conhecimentos e métodos ecológicos modernos configurados na ciência da agroecologia, definida como: “... a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.” (GLIESSMAN, 2000, p. 54).

Gliessman defende a interação e aplicação da ecologia na produção, no manejo dos agroecossistemas. Isso é necessário para superar a condição negativa da relação humana nos sistemas, ou seja, sair da condição que consome ou degrada os recursos naturais, e estabelecer uma interação positiva, que não só recompõe e conserva os recursos naturais, mas que potencializa a funcionalidade e

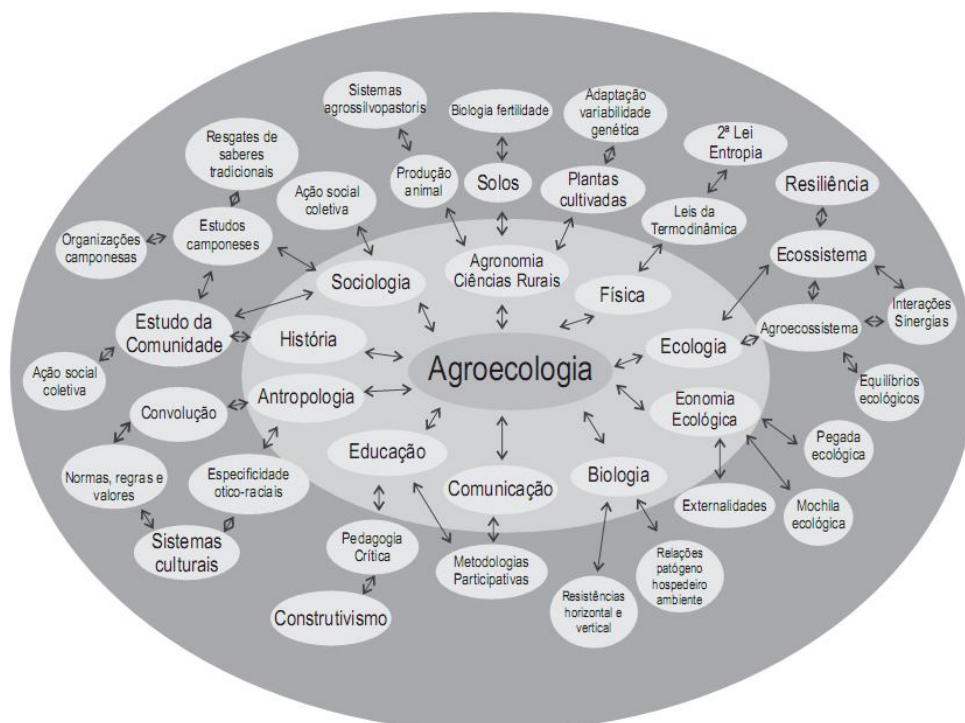
fertilidade dos sistemas. O conhecimento agroecológico se desafia à superação dessa condição negativa para uma interação positiva de coevolução e potencialização dos ecossistemas e agroecossistemas.

A teoria da evolução competitiva (de disputa/supressão) resultante da tradução distorcida da seleção natural, através da supremacia do mais apto, do mais forte, precisa ser entendida como teoria da co-evolução embasada nas interações positivas. Sobrevive melhor, aquele que melhor se relaciona com os demais nos ecossistemas ou agroecossistemas. É a lei da colaboração e da solidariedade entre os seres, da complementaridade e até mesmo interdependência. Esta co-evolução exercida na interação do humano na natureza e também na interação entre os humanos como parte da natureza que somos.

A agroecologia pode ser definida como proposta para co-evolução dos seres, em interações de cooperação, complementaridade e interdependência, e estabelecer relações positivas de produção e existência humana na natureza e na sociedade. Resulta do conhecimento tradicional (histórico) em interação com as ciências naturais e sociais exercidas na realidade concreta. (ARL, 2010).

O esquema abaixo apresentado por CAPORAL et alli, 2011, traduz a contribuição/interação das demais ciências com a agroecologia.

Imagem 04: Exemplos de contribuições de outras ciências à Agroecologia



Fonte: (CAPORAL ET ALLI, p. 55, 2011)

... A Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este novo paradigma se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas mais sustentáveis, mas também processos mais humanizados de desenvolvimento rural. (CAPORAL ET ALLI, 2011 p. 94)

A agroecologia é ciência embasada em uma nova consciência, fundamentada numa visão sistêmica, e que re-estabelece a relação humana na natureza.

Nessa nova condição é fundamental o conhecimento e incorporação técnica de alguns princípios básicos da natureza. Estes princípios regularam e impulsionaram os ecossistemas por bilhões de anos até chegar ao nível de evolução em que nos encontramos. Em um ecossistema, e mesmo um agroecossistema cada espécie tem uma função (biodiversidade funcional), e esta é permanentemente ajustada principalmente pelo equilíbrio dinâmico. Os sistemas são autônomos e dinâmicos, capazes de auto manter-se, auto regular - se e auto reparar-se. Qualquer alteração vai desencadear uma série de mudanças na sua funcionalidade. É o conjunto de espécies que faz aquele sistema funcionarem. A isso se chama de funções ecológicas como o fluxo de energia, a ciclagem de nutrientes e os mecanismos de regulação das populações, destacando-se o equilíbrio dinâmico.

A fertilidade de um sistema vai muito além da disponibilidade imediata de alguns nutrientes. Quanto mais fotossíntese, maior o aproveitamento de energia e maior a produção de biomassa. Quanto maior a produção de biomassa, maior a bioestrutura (microrganismo e estruturação do solo), e mais ativos os ciclos de nutrientes.

À medida que o tempo passa aumenta a produção de biomassa e a fertilidade vai aumentando. Os nutrientes que são liberados pelas rochas ou que entram de fora no sistema ficam circulando dentro dele (ciclos dos nutrientes), e, ao mesmo tempo, os sistemas vão se tornando mais férteis e mais complexos. O aumento da produção ocorre através do aumento da fertilidade geral do sistema.

Também à medida que um ecossistema vai evoluindo, se tornando mais maduro, aumenta a sua resistência e resiliência, ou seja, aumenta sua capacidade de suportar adversidades e aumenta a sua capacidade de continuidade.

Estes princípios também devem ser aplicados aos agroecossistemas, pois monoculturas e culturas anuais, além de baixíssima funcionalidade e perda rápida de sua fertilidade, possuem baixíssima resistência e pouca ou nenhuma resiliência. Por isso são de alto custo e de alto risco. Na comparação de uma monocultura de soja e uma agrofloresta é de fácil entender essa diferença. Os sistemas agroecológicos, de forma geral, a resistência e resiliência é maior.

Vale ainda lembrar a inegável condição humana como parte na natureza, assim, os princípios da natureza também se aplicam sobre nós, tanto na relação no ambiente, como na relação entre os seres humanos. Os efeitos dos princípios ecológicos sobre a produção e sobre a própria espécie humana mesmo que necessitem serem contornados em determinadas situações ou momentos, mas precisam ser compreendidos e respeitados. A continuidade da condição de concorrência, de exaustão e tentativa de controle da natureza poderá ameaçar a própria condição de sobrevivência da espécie humana.

Desafio cultural

Mudanças mais profundas, no nível da quebra de paradigma dependem de mudanças na estrutura de pensamento das pessoas, ou seja, quando se exerce uma nova consciência capaz de perceber o humano como parte da natureza, numa interação positiva de co-evolução e não mais de concorrência e/ou de competição. Uma visão de mundo não centrada no ser humano, mas que reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos, inter-relacionados e interdependentes, sendo este apenas um fio particular da teia da vida, pois:

(...) a natureza como exemplo de sustentação, multiplicação e aperfeiçoamento da vida é perfeita, ninguém ainda conseguiu contestá-la. Portanto a sustentabilidade somente será possível quando seus princípios forem respeitados e incorporados nas atividades e relações humanas (ARL, 1995, p. 05).

A cultura é elemento fundamental que dá sentido à vida, à organização social e até mesmo à organização econômica de um povo. Com a globalização e a comunicação de massas as culturas populares e tradicionais/ locais ou regionais construídas historicamente sofrem drástica hibridação com valores, perspectivas, necessidades e desejos da lógica predominante globalmente. A história e a cultura não são estáticas, mas nunca antes enfrentaram tamanha pressão como na fase do

neoliberalismo em tempos de globalização. Além de valores e costumes, as concepção e noção de comunidade e território sofreram grandes mudanças.

Para a viabilização do capitalismo criou-se uma estrutura de pensamento alicerçada numa escala de valores e excitações da subjetividade humana, que despertam o consumismo, a disputa e a exacerbação do individualismo. Condicionou-se o exercício da auto-estima e do reconhecimento à racionalidade das posses (é mais quem tem mais ou você é valorizado pelo que tem), criando-se uma perspectiva de acumulação ilimitada, dissociada das reais necessidades do indivíduo envolvido. As individualidades e as particularidades culturais não são consideradas. Estes aspectos, dado ao esforço da mídia e da educação, estabelecem uma conformação cultural hegemônica.

Na agricultura, por exemplo, importantes práticas como os pixuruns e mutirões, embora muitas vezes impulsionados pelas necessidades, porém motivados pela solidariedade, muito exercitados no passado recente, foram abandonados à medida que ganha força o espírito da competitividade resultante do produtivismo.

O quadro a seguir caracteriza importantes aspectos culturais vivenciados no campo com mais intensidade antes do avanço de capitalismo:

Tabela 01: Aspectos e valores vivenciados junto à agricultura familiar/ camponesa antes do avanço do capitalismo no campo

- Base na “unidade de produção familiar”
- Interação e dependência da natureza para a realização e continuidade da produção.
- Relativa independência em relação aos recursos externos.
- Economia não capitalista e natureza menos acumulativa (menor preocupação com o ter, ou com o ter o máximo possível)
- Maior preocupação com a autonomia, segurança, e estabilidade.
- Significativa autonomia social, econômica e política.
- Priorização da economia de subsistência e satisfação endógena das necessidades (produzir primeiro para o consumo e subsistência) como garantia da estabilidade e segurança.
- Maior preocupação com a continuidade e sucessão.
- Intensa vida comunitária, organização e interação no local de existência das pessoas. Forte censo de pertencimento e localização (território).
- Presença e exercício de valores como a solidariedade (ex. dos mutirões, pixuruns e entre ajudas), e o prestígio (reconhecimento).
- Melhor distribuição e acesso mais eqüitativo (condições de maior igualdade) aos recursos naturais.

(Adaptado de Leff 2000, embasado em Chayanov 1925).

Esses valores e condições foram se fragilizando em espaços onde é maior o avanço do capitalismo no campo que proporciona a acumulação e concentração de capital, concentração das terras e êxodo rural. Nestas condições ivedencia-se a hegemonia do “agronegócio” embasado na integração industrial, mercadológica exercida de forma empresarial por grandes corporações que realizam a produção em grande escala e visam exclusivamente o lucro. Estas condições e valores influenciam crescentemente a agricultura familiar/camponesa.

Segundo Guzmán et all (1996), a maioria dos agricultores do mundo que possuem poucos recursos e cultivam áreas ecologicamente sensíveis resistem às ao modelo agroindustrial e suas tecnologias, exercem três dimensões diferenciadas:

“o holismo (como enfoque integrador dos aspectos sociais, econômicos e culturais que demarcam a atividade agrária), a sustentabilidade (como preocupação com o meio ambiente e os mecanismos de renovação dos recursos naturais pensando nas gerações futuras), e o desenvolvimento rural (como contexto global onde se inserem as atividades agrícolas)” (GUZMÁN. G. ALONSO. A, POULIQUEN, Y. SEVILLA, E. 1996, p. 302-303)

O respeito à diversidade cultural, envolvendo o resgate da solidariedade, e a satisfação das perspectivas locais e endógenas de uma população são importantes para uma sociedade sustentável, e precisam ser resgatados em ações concretas de contra hegemonia à massificação cultural. Também uma condição que precisa ser globalizada e potencializada na cultura: a bioética. Leonardo Boff é um dos defensores ética da vida universal e por isso que é necessário construir uma nova consciência fundamentada numa visão ecocêntrica e sistêmica capaz de conectar o local com o global, o imediato com o futuro, o concreto com o político, onde o cuidado e a precaução são atitudes fundamentais. Outros autores denominam de ética ambiental a essa condição.

A ética é um princípio importante na agroecologia, tanto na relação com os outros de forma ampla, e no que se refere à natureza e aos sistemas vivos, ou seja, nos efeitos imediatos e futuros da interação humana nos ecossistemas e agroecossistemas. A ética assumida como responsabilidade social e a ética como responsabilidade ambiental, exercidas na existência atual e estendidas com igual rigor para a condição social e ambiental futuras. Uma ética da vida e da qualidade de vida exercidas para além da existência humana, até porque a mesma não ocorre

isoladamente, e nem sua qualidade de vida se realiza sem que exista qualidade de vida no ambiente em que vive.

Outro valor muito prejudicado pela lógica capitalista é o espírito da cooperação e da colaboração. Nas iniciativas agroecológicas até aqui construídas, a cooperação e o associativismo são condição muito presentes nos grupos de produção, nas feiras livres, nas iniciativas agroindustriais, no controle social e na certificação participativa e na construção do conhecimento Agroecológico. O associativismo é estratégico porque aproxima as pessoas, cria identidades, acumula forças organizadamente.

Para consecução do grande desafio humano traduzido no “chavão” da sustentabilidade que se embasa na capacidade de satisfação das necessidades atuais sem diminuir as perspectivas para as gerações futuras, são hoje necessárias rupturas revolucionárias. O momento é oportuno já que o capitalismo, nas atuais condições criadas, ao excluir e subjugar uma parcela expressiva e crescente da população à informalidade, tanto potencializa as formas degradantes de reação e esforço para sobrevivência (narcotráfico, roubos, prostituição, etc.), como cria condições favoráveis aos movimentos transformadores. Impossível hoje, não é a possibilidade da existência e / ou da possibilidade de construção de novos caminhos. Impossível hoje é imaginar que podemos seguir por muito mais tempo o atual caminho.

Um desafio econômico

No sistema capitalista

A atual ciência econômica surgiu com os fisiocratas do século XVIII, e gerou um universo fundamentado nos valores de troca, marginalizando a economia da natureza. Segundo José Manuel Naredo (2003), a separação da ecologia e a economia em diferentes disciplinas como diferentes objetos de estudo, possibilitou a desconexão e o conflito. A partir daí criou-se um crescente desconexão entre o sistema econômico e o mundo físico. A essa separação da economia da ecologia, em seus diferentes objetos de estudo, segundo Naredo, estabeleceu-se uma condição de “diálogo de surdos”. Naredo defende a integração dos processos monetários com os físicos.

Os economistas clássicos, no final do século XVIII e início do século XIX, sustentaram os valores de câmbio e a separação do mundo físico. A idéia da produção e crescimento seria o caminho para o progresso. Construiu-se também a separação das atividades produtivas e não produtivas, entendendo que as implicações no mundo físico iriam estagnar o crescimento continuado.

Os economistas neoclássicos no final do século XIX e início do século XX, definitivamente instalaram a materialidade na noção de produção, separando por completo a noção de produção e crescimento do mundo físico, situando no mero campo do valor. Gilberto Montibeller Filho (2001), em seu livro *O Mito do Desenvolvimento Sustentável*, fez um resgate muito competente das teorias do desenvolvimento onde transcreveu as diversas teses da conciliação entre capital e natureza na economia neoclássica. Estas estão sustentadas basicamente na valorização monetária do recurso ou serviço ambiental: defende-se que isto será capaz de conter a degradação desenfreada, criando-lhe condições de compensação e recomposição, sendo:

- a) Valorização monetária do recurso ou serviço ambiental: defende-se que isto será capaz de conter a degradação desenfreada, criando-lhe condições de compensação e recomposição. O economista *Pigou* (década de 20) chamou isto de externalidades, a proposta seria então, a internalização das externalidades = “o poluidor paga”. O *Princípio da Responsabilização* deriva das elaborações de *Pigou* e influenciou decisivamente o direito ambiental brasileiro.
- b) Direito de propriedade sobre o meio ambiente: proposta defendida por *Ronald Coase*, 1960, que afirmava o problema estar na ausência de propriedade particular sobre os bens comuns. O fato de ninguém ser dono propicia a exploração excessiva.
- c) A teoria do valor econômico total: defende o valor de um bem ou serviço ambiental considerando o valor de uso atual, o valor de uso futuro e o valor de existência do bem (este é o valor intrínseco na natureza, não relacionado ao uso).
- d) Método da valoração contingencial: refere-se à disposição de alguém pagar para obter um bem ambiental (ou evitar um prejuízo ambiental), e

por outro lado a disposição de quem sofre o prejuízo ambiental aceitar como compensação um determinado valor.

e) Método da análise custo/ benefício ambiental: este é um dos métodos mais completos de análise e valoração ambiental da teoria do pensamento econômico neoclássica, também o mais caro. Esta também mede a intensidade do valor a partir dos conceitos de disposição a pagar e disposição a receber compensação, considerando também o valor de uso efetivo do objeto, o valor de uso opcional no futuro e o valor intrínseco (fórmula da teoria do valor econômico total), comparando-os com os benefícios. O projeto só será eficiente se o saldo (a favor dos benefícios) for positivo. Autores como o economista Amartya Sen, reforçam esta análise do custo/ benefício social.

Na economia ecológica

Os autores da economia ecológica são os grandes críticos da teoria neoclássica de valoração ambiental, evidenciando principalmente a impossibilidade da mensuração de valores ambientais e as resistências operacionais, sendo:

- Dificuldade da quantificação correta e identificação real de todas as formas de valor.
- A resistência da aceitação dos eco preços e a possibilidade do aumento crescente dos mesmos em função de crescentes degradações, achatado ou até eliminando os lucros. Esta diminuição pode ser imediata, a partir de uma correta avaliação e valoração ambiental, acabando de imediato com a apropriação da mais-valia natural.
- A dificuldade e o não cumprimento das normas e acordos estabelecidos coletivamente, tanto por parte de empresas privadas como por parte de governos, a exemplo do não aceitar, por parte dos EUA, e também o não cumprimento por outros países, do acordo de redução da emissão de gases poluentes na atmosfera.
- As relações com a natureza e seus efeitos não são lineares e estáveis, portanto não cabem em fórmulas matemáticas.

- A concorrência na economia de livre mercado impõe a redução de custos para a sobrevivência junto à concorrência. Esta lógica não aceita aumento nos custos.

Ao contrário da Economia do Meio Ambiente ou da economia convencional neoclássica, que estão centradas no estabelecimento de preços, a Economia Ecológica está mais preocupada com a questão do “valor” e com a distribuição dos recursos, razão pela qual esta disciplina apresenta importantes contribuições para a Agroecologia. (CAPORAL et alli, 2011, p. 57).

A economia ecológica propõe uma ampla valorização da natureza, a minimização no uso de energia e materiais, preocupação com a durabilidade dos produtos e com a capacidade de re-uso, a minimização da produção de lixo e o reaproveitamento em sistemas fechados, além da priorização da utilização de recursos locais no atendimento das necessidades locais.

Situa a economia dentro do sistema ecológico, e não ao contrário, como na economia neoclássica, ou seja, a ecologia não está a serviço da economia, e sim a economia precisa estar subordinada à ecologia. Esta se preocupa com o estudo dos *inputs* e *outputs* relacionando-os à conservação da matéria e da energia, adequando a escala da economia dentro da capacidade de sustentação do ecossistema. Sendo o econômico apenas uma parte do desenvolvimento, não é possível valorar economicamente as variáveis e dimensões não econômicas, pois elas estão para além do econômico, são maiores que o econômico, e mais do que ajustar o ecológico ao econômico, será o ecológico que crescentemente influenciará o econômico. A economia humana passou da época na qual o fator limitante para o crescimento econômico era o capital produzido pelo homem, para uma época em que o fator limitante é o capital natural remanescente.

Embora o aspecto econômico seja importante, a agricultura é bem mais que uma atividade econômica. Atualmente as pressões e regras do mercado, custos dos insumos e preços recebidos forçam os agricultores e regularem suas decisões pela dimensão econômica. Essas dificuldades muitas vezes são compensadas com políticas de incentivos desconectadas de perspectivas e práticas agroecológicas.

A economia de mercado também força a uma visão de curto prazo dificultando ações e perspectivas de médio e longo prazo e as conseqüências disso normalmente se apresentam no médio prazo. A recuperação das degradações requer longos prazos e altos custos. Essas externalidades não são contabilizadas como custos econômicos. Para que a agricultura seja viável é necessário considerar

estas externalidades, que influenciam sua capacidade de reprodução e continuidade para muito além dos aspectos econômicos.

Segundo Stephen Gliessman, no texto Desde una agricultura sostenible a sistemas agroalimenticios sostenibles - UNIA 2008, a excessiva confiança na capacidade tecnológica de resolver os problemas diminui as preocupações com o efeito das conseqüências no futuro. Isso causou grandes degradações, contaminações, altos gastos energéticos e condições desiguais de acesso ao alimento e outros recursos. Isto mostra que a tecnologia pode ajudar a resolver problemas, mas não alcança muitas dessas dimensões. Assim como se apresentou a revolução verde como a solução dos problemas da produção de alimentos e desenvolvimento do campo, apresenta-se agora a biotecnologia como nova solução total, salvadora.

Diante do fracasso das teorias de desenvolvimento para acabar com a pobreza e a exclusão social, sem as necessárias mudanças de comportamento e estruturais na sociedade, segundo NAREDO (2003), o atual *homo economicus* está gerando uma mutação = o *homo miserabilis*.

Também vale questionar os sistemas alternativos ao capitalismo, como no socialismo da União Soviética, quanto à sua efetividade ambiental. Na verdade as experiências mostraram que não cabe construir sociedades alternativas ao capitalismo seguindo os mesmos objetivos, metas e idéia do desenvolvimento econômico.

No Brasil evidencia-se grande concentração de riquezas e conseqüente exclusão social. Quem produz riquezas não tem o direito de usufruir delas. Apesar das dificuldades, a agricultura ainda produz muita riqueza. Para estancar um pouco a expropriação na agricultura, é preciso mudar a base tecnológica. A agroecologia se propõe também a este desafio, através da recomposição do ambiente, reduzindo a dependência dos insumos industriais especialmente dos adubos químicos e agrotóxicos, e também do resgate e a produção de sementes.

Nesta condição a dimensão estratégica evidencia-se na medida em que, além da redistribuição e distribuição mais equitativa da riqueza produzida, possa ser assumida a perspectiva da negação da exploração do homem pelo homem. A abolição da escravidão caracterizou a negação de uma forma da exploração, mas

não questionou e exploração propriamente dita, que é o aspecto realmente central. Permite-se hoje, a continuidade da exploração alheia como condição legal e normal.

No campo, antes da revolução verde havia muitas dificuldades, mas de tudo que se produzia e vendia, ficava mais da metade do valor com as famílias no campo. Por exemplo: mais da metade do valor final de cada saca de milho produzido e comercializado ficava com quem produzia. Esse modelo até fez aumentar a quantidade produzida especialmente pelo aumento da área plantada, mas os custos de produção subiram muito e continuam subindo. Agora de cada saca de milho produzida o agricultor fica com mais ou menos 10% do valor. Há situações em que é possível vender a safra e ficar com contas a pagar.

A destruição da fertilidade natural e dependência externa, a monocultura e o fim dos cultivos para o autoconsumo, são responsáveis pela diminuição drástica e crescente da renda. O quadro acima mostra como mudou a distribuição da renda gerada no processo de produção de alimentos, antes do modelo agroquímico, no auge da sua implantação e mais recentemente. Este quadro deixa evidente que o modelo da monocultura e da dependência de insumos externos não serve para a agricultura familiar/ camponesa. Trata-se de uma grave crise de renda resultante do modelo agroindustrial: alta dependência externa, crescente necessidade de insumos decorrentes da degradação ambiental, desestruturação dos sistemas de produção.

Isto considerando apenas os desembolsos financeiros decorrentes dos custos de produção, se somados a estes os custos dos impactos ambientais e sociais (externalidades) resultantes dessa atividade nesse modelo, provavelmente sua inviabilidade se amplia.

O Deser - Departamento de Estudos Sindicais Rurais de Curitiba/ PR realizou uma pesquisa com famílias produtoras associadas à Rede de Gestores de Referências. Esta pesquisa foi realizada no Sul do Brasil, no âmbito do Movimento Sindical Cutista, da Rede Ecológica de Agroecologia e Assentamentos da Reforma Agrária. Das 1.013 famílias que participam desta rede-ferramenta, é possível distinguir 4 (quatro) grandes categorias de caminhos adotados:

- Agricultura tradicional;
- Agricultura convencional;
- Agricultura orgânica;
- Agricultura agroecológica de agrofloresta.

Segundo o Deser a “agricultura convencional” é o único caminho que apresenta uma referência de dependência de recursos externos para garantir, em cenários futuros, sua permanência como sistema de produção sustentado na agricultura. Essa dependência gera altos custos e grandes riscos.

A “agricultura tradicional” é aquela praticada por famílias com limitado acesso às novas tecnologias e aos benefícios das políticas públicas. Utilizam poucos insumos externos e normalmente obtêm produtividades mais baixas e comercializam volumes pequenos. É freqüente a prática dos pousios, roçadas e queimadas. Seu custo de produção é baixo.

A “agricultura orgânica” caracterizado como um sistema de produção intensiva e mesmo não utilizando agrotóxicos ou outros insumos agroindustriais do modelo da revolução verde, é ainda bastante dependente de insumos externos (esterco, sementes, e outros). Seu custo e riscos são ainda relativamente altos. Comercializa em mercados especializados e com preços superiores aos produtos convencionais.

A “agricultura agroecológica de agrofloresta” é um sistema altamente funcional e com incremento na fertilidade natural, com baixos custos de produção. Sua independência, autonomia e segurança são grandes. Seu maior custo é a mão de obra no manejo. Segundo o Deser, mostra claramente uma ruptura com o modelo da revolução verde:

(...) demonstra uma capacidade de ruptura técnico-econômica com a equação negativa entre preços e custos do capital representada pela agricultura convencional. O caminho seguido por esse padrão de agricultura aponta para uma perspectiva de autonomia e soberania. (DESER, 2005, p. 24).

Tabela 02: Resultados diferenciais da renda nos quatro caminhos, obtidos com base na produtividade do trabalho de uma pessoa ocupada em tempo integral.

	Caminhos seguidos pelas famílias agricultoras			
Indicadores	Tradicional	Convencional	Orgânico	Agroecologia de agrofloresta
Área de produção (ha)	5	15	0,2	4,5
Produtos comercializados	Milho, feijão	Soja, leite	Hortaliças	Banana, outras frutas, horta etc.
Valor bruto da produção – VBP (R\$/ha)	780,00	950,00	60.000,00	1.800,00
Valor bruto da produção total (R\$)	3.900,00	14.250,00	12.000,00	8.100,00

Custos tecnológicos (%/VBP)	18	77	27	12
Custos de manutenção (%/VBP)	4	8	12	3
Despesas de manutenção familiar – DMF (%/VBP)	35	25,8	34	24
Renda da agricultura (%/VBP)	43	(-10,8)	27	61
Renda da agricultura (R\$)	1.677,00	(-1.539,00)	3.240,00	4.941,00

Fonte: Rede de Agricultores Familiares Gestores de Referências, safra 2003/2004. Boletim do Deser, número 146, setembro/2005, pg. 22.

Os resultados de renda apresentados no quadro estão relacionados à produtividade do trabalho referentes à área de produção manejada por uma pessoa adulta. Os números traduzem claramente que os resultados dependem principalmente do baixo custo. É necessário considerar que no período do trabalho houve estiagens no Sul, e embora todos os sistemas de produção foram afetados, e efeito negativo é maior em sistemas de alto investimento. Isso mostra também que a resistência dos sistemas agroecológicos e até mesmo dos sistemas tradicionais é significativamente maior do que dos sistemas convencionais.

Os resultados dessa pesquisa também desafiam a lógica do sobre-preço de um produto diferenciado freqüentemente sugerido como caminho para a pequena produção, ou então aplicada no mundo orgânico mercadológico. A melhor possibilidade de ampliar a renda está na diminuição dos custos de produção, e com isso têm-se ainda outras vantagens, como menores riscos, ganhos ambientais e melhoria da capacidade de produção futura.

Um desafio energético

O planeta terra dispõe concretamente de três fontes de energia: a solar, a atômica e a geotérmica. A energia eólica, hidráulica, os agro combustíveis, e até mesmo o petróleo são derivadas da energia solar. A fotossíntese e a produção de biomassa são uma das formas mais eficazes de captação e acúmulo da energia solar dentro dos ecossistemas e agroecossistemas.

A agricultura tradicional era superavitária energeticamente, ou seja, para cada kilocaloria que entrava via insumos, máquinas ou outras formas geravam-se em torno de 6 a 20 kilocalorias. No modelo de agricultura agroindustrial para cada

kilocaloria aplicada, gera-se em média apenas 1,2 kilocalorias, e em muitas situações este saldo é negativo: para cada kilocaloria aplicada gera-se menos de uma kilocaloria.

CAPORAL et alli, p. 55, 2011, a ineficiência da agricultura industrial pode ser entendida, em partes, a partir das leis da termodinâmica, especialmente a lei da entropia, onde o funcionamento dos agroecossistemas simplificados como as monoculturas, que são altamente e crescentemente dependentes de energia e materiais de fora, na tentativa de manter artificialmente sua ordem.

Inclusive na produção de alguns agro combustíveis, segundo a pesquisadora francesa SIMONE DENAEYER (2008) da Universidade Livre de Bruxelas grande parte dos biocombustíveis são de baixa eficiência energética, ou seja, o saldo entre a energia aplicada na produção e a energia produzida é pequeno, e dependendo do ano e da produtividade pode ser negativo, como ocorreu com o milho em 2005, nos EUA em que o saldo foi de 0,71, ou seja, gastou-se mais de um litro de combustível para produzir apenas um litro. Esse saldo fica na maioria das situações entre 1 e 3. A grande exceção de saldo positivo é a cana de açúcar no Brasil, com saldo entre 8 e 9.

A agroecologia desafia à redução da entropia e recomposição da sustentabilidade energética nos agroecossistemas.

Ao contrário deste modelo simplificador e gerador de desordem ecossistêmica, desde a Agroecologia se preconiza uma aproximação ao fechamento dos ciclos biogeoquímicos, isto é, de uso dos materiais e de energia localmente disponíveis, um maior aproveitamento da energia solar, uma maior complexificação dos agroecossistemas através da ativação biológica dos solos e do incremento da biodiversidade, de modo a reduzir drasticamente a dependência do entorno e a necessária e permanente introdução de novos *inputs* industriais exigidos pela agricultura dita moderna. (CAPORAL et al., 2001, p. 55).

1.4 UM DESAFIO METODOLÓGICO E ESTRATÉGICO: A EDUCAÇÃO POPULAR COMO BASE PARA UMA METODOLOGIA POPULAR TRANSFORMADORA

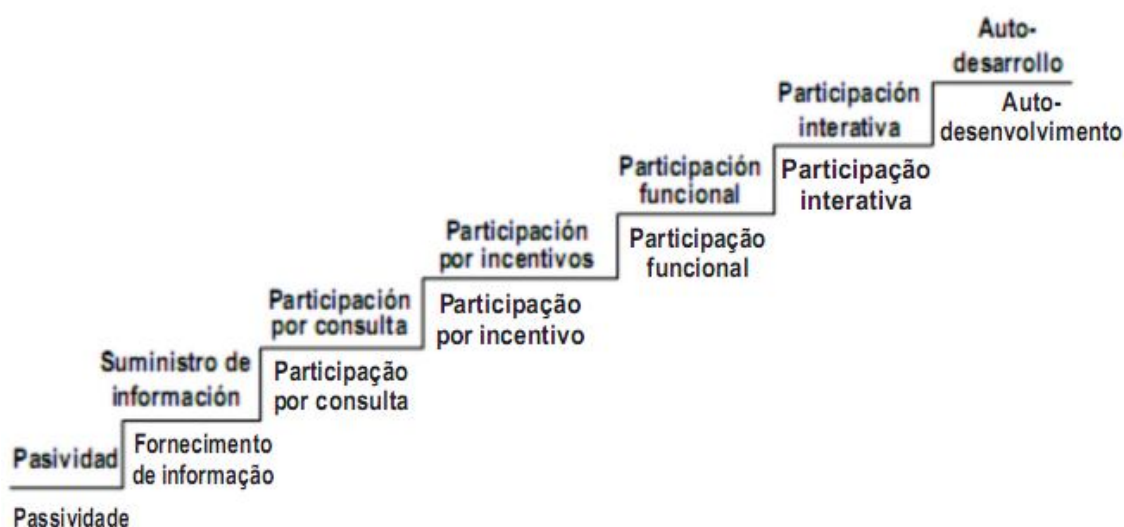
Trata-se de condições, princípios e significação conceitual básica a serem incorporados e exercidos nas elaborações metodológicas. Pois não basta simplesmente inovar as técnicas e métodos dentro das velhas intenções e lógicas de dominação e manipulação imaginando que os resultados serão novos, como na frase introdutória de Carlos de Andrade “tudo pode mudar para nada mudar”.

Estas condições e princípios devem ser exercidos simultaneamente ou de forma completar, ou seja, somarem parte em uma mesma metodologia.

1.4.1 A questão da participação

Inicia-se esta análise da questão da participação porque está na moda falar de metodologias participativas. A participação é uma expressão normal, junto às ONGs, agências de desenvolvimento e de financiamento (nacionais e internacionais) e também órgãos governamentais, e, se coloca como parte quase obrigatória nos projetos. Multiplicam-se espaços como conselhos, colegiados, comissões e outros. Porém, a participação pode ser apenas uma nova forma de continuidade das condições já estabelecidas (manipulação, opressão, exclusão), como pode de fato ser transformadora e estabelecer novas relações, novas formas de tomada de decisões e submeter à possibilidade de mudanças construídas coletivamente.

Para fugir um pouco da dicotomia é possível também olhar a participação a partir de diferentes níveis e condições. Segundo Frans Geilfus (2009), a participação não é uma condição fixa e pode de transição gradual “desde a passividade quase total (condição de beneficiário) ao controle do seu próprio processo (ser ator do auto desenvolvimento)”. Para isso criou uma escala da participação:



(GEILFUS, 2009, p. 02)

Passividade: as pessoas participam quando lhes é solicitado; não tem nenhuma incidência nas decisões e na implementação do projeto.

Fornecimento de informações: as pessoas participam respondendo às perguntas; não tem possibilidade de influenciar nem sequer ao uso que se dará à informação.

Participação por consulta: as pessoas são consultadas por agentes externos que escutam o seu ponto de vista; isso sem ter incidência sobre as decisões que se tomarão a partir dessas consultas.

Participação por incentivos: as pessoas participam provendo trabalho ou outros recursos (cedendo áreas de terra para os experimentos) em troca de certos incentivos (materiais, sociais, capacitação); o projeto requer sua participação, mas não tem nenhuma incidência sobre as decisões.

Participação funcional: as pessoas participam formando grupos de trabalho para responder a objetivos pré-determinados pelo projeto; não tem incidência sobre a formulação, porém são consideradas no monitoramento e no ajuste de atividades.

Participação interativa: os grupos locais organizados participam na formulação, implementação, e avaliação do projeto; isso implica em processos de ensino/aprendizagem sistemáticos e estruturados, e a tomada de controle progressiva do projeto.

Auto-desenvolvimento: os grupos locais organizados tomam iniciativas sem esperar intervenções externas; as intervenções de fazem em forma de assessoria e como sócios (parte do processo). (GEILFUS, 2009, p. 02).

De fato as metodologias participativas podem assumir uma diversidade de objetivos e valores e por isso são realizadas de várias formas e até o mesmo método pode ser exercido com diferentes intenções e objetivos, com práxis distintas e até contraditórias, produzindo diferentes resultados. Outras vezes, dado à pressão pela participação, a mesma pode exercida apenas para validação política dos projetos e processos sob a condição de um consenso coletivo manipulado.

1.4.2 As necessidades humanas básicas/fundamentais e sociais

Os atuais indicadores de desenvolvimento avaliam e quantificam o crescimento e as riquezas produzidas pelas pessoas, mas não avaliam de fato o desenvolvimento das pessoas, sua qualidade de vida e a possibilidade de satisfazer suas necessidades básicas, e a qualidade do ambiente em que vivem, e, o desenvolvimento social de sua população.

O desenvolvimento pleno do “ser humano” resulta de uma adequada interação dinâmica dos seus sistemas físico, químico, biológico, psicológico, social, cultural e espiritual. Entender, atender e exercer devidamente as condições necessárias é um primeiro desafio para a realização e satisfação individual e coletiva das pessoas. Por exemplo, conhecer a efetividade dos sentidos no ato de aprender pode contribuir muito na correta escolha metodológica. Destaca-se a importância da

visão como o principal sentido na aprendizagem, e por isso a importância do exemplo e da experiência concreta.

Em estudos e discussões durante as jornadas de educação popular⁶ realizadas a partir de meados da década de 1990, nas várias experiências de trabalho popular identificou-se excessiva racionalização da atuação na organização popular. Percebe-se que, paralelamente, a lógica mercadológica de uma sociedade de consumidores age fortemente na manipulação da subjetividade alheia, condição essa evidenciada especialmente na propaganda que se movia pela excitação envolvendo a auto-estima, o sexo, o lazer, o prazer e outros. As propagandas de cigarro evidenciavam condições de liberdade, aventura e saúde, natureza, sendo de fato, condições opostas ao vício no ato de fumar. Conclui-se que os melhores gestores, na sociedade do consumo, são os que têm o maior “QI” = “Quoeficiente de Inteligência”, mas que são mais eficientes os que possuem maior “QE” = “Quoeficiente emocional”, ou seja, aquelas que melhor sabem lidar e manipular a subjetividade alheia para sustentar a lógica consumista do capitalismo neoliberal. Portanto conclui-se que a educação popular precisa considerar mais as dimensões relacionadas às necessidades básicas do campo psicossocial. Sendo que estas podem influir decisivamente nas mudanças de padrões de consumo, de produção e ⁷influenciar a economia e a política, pois ao considerar as condições de sobrevivência, de qualidade de vida e a sua satisfação/felicidade, tende a questionar os aspectos acima e comparar com suas reais necessidades.

Naredo (2003) a ciência econômica desenvolveu à margem do subconsciente, sendo que o “inconsciente coletivo” poderia ter um efeito de regulação da exagerada racionalização e regular a ideia da produção, do contínuo crescimento, e noção do sistema econômico e sobre a própria epistemologia

⁶ Criou-se um coletivo de entidades e pessoas preocupadas com a pouca efetividade das iniciativas de formação que vinha sendo realizadas. Participavam desse coletivo: Cepis – SP, Escola Sul da CUT, Cepagri - SC (onde atuávamos), Campo – RS, Sazop – PE, Revista América Livre (Argentina) e outros. Este coletivo realizava encontros de estudo e discussões e jornadas de educação popular, que eram visitas de análise e estudo às iniciativas concretas.

⁷ “O inconsciente coletivo é uma parte da psique que pode distinguir-se de um inconsciente pessoal pelo fato de que não deve sua existência à experiência pessoal, não sendo portanto uma aquisição pessoal. Enquanto o inconsciente pessoal é constituído essencialmente de conteúdos que já foram conscientes e no entanto desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, os conteúdos do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e portanto não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à hereditariedade.” (JUNG, 2000, p.53). O inconsciente coletivo é construído de arquétipos, que são motivos, temas ou representações, e Segundo Jung, “representam o modelo básico do comportamento instintivo”.

mecânica subjacente. Mas mesmo querendo impor a economia como ciência do comportamento humano, sabem da importância do subconsciente e das dimensões psicossociais, manipulando-as, como visto acima, criando condições desviadas de comportamento, sendo:

... A economia pretendendo ser uma ciência do comportamento humano, não deixa de ser paradoxal que tenha limitado suas análises a um único e hipotético comportamento maximizador e linearmente utilitarista, quando próprios empresários percebem que este comportamento não é o único ou, por vezes, nem o mais importante, e para ampliar suas vendas, direcionam suas campanhas publicitárias para o inconsciente, buscando reações desviadas de comportamento, em vez de divulgar as qualidades intrínsecas de seus produtos. (NAREDO, 2003, P.497).

No mundo do trabalho, metodologias como a qualidade total e o exercício da inteligência emocional, trabalhada por Daniel Goleman (1995) passam a ser cada vez mais exercitadas, mas infelizmente não para resgatar o sujeito, mas também, na lógica capitalista, transferir a existência e a vivência social das pessoas para a fábrica (mundo do trabalho) reforçado pela idéia da dignificação humana no trabalho. Desta forma, como sustenta Beltrant Russel (1935) o trabalho torna-se menos penoso, já que na engenharia das cidades e das casas, não são projetados espaços de convivência e existência social, assim o trabalho torna-se o principal objetivo das pessoas. Segundo Russel as pessoas precisariam mais tempo livre para se divertir, mas também para a existência social e para ampliar seu conhecimento e capacidade de reflexão.

Imagem 05: Ilustração figurativa da distinção e proporcionalidade entre o campo racional e psicossocial.



(Imagem - Arl 2014)

Na ilustração acima apresenta-se o subjetivo como a parte submersa, “que está dentro”, não tão facilmente visível, e a comparação com iceberg ressalta a desproporção de tamanho e influência entre a racionalidade e a subjetividade sobre o indivíduo. E, metodologicamente, há uma distinção quanto ao verbo predominante de efeito na ação entre os campos da racionalidade e da subjetividade, sendo o verbo “convencer” e o verbo “comover” respectivamente”. Convencer traduz a condição da insistência, da luta, da força, do vencer com. Enquanto comover resulta, na seqüência, em um ato voluntário e contínuo, traduz a condição de mover com. As dimensões da subjetividade humana ocupam peso decisivo na existência e atuação das pessoas, a não satisfação ou manipulação das necessidades e real condição humana leva as pessoas a crises e vazios existenciais. Estabeleceu-se o desenvolvimento do “ter”⁸ e suprimindo o desenvolvimento do “ser – existir”⁹.

⁸ Representa as posses e bens de um indivíduo sua inserção na economia e o status social resultante das condições e posição econômica.

⁹ Refere-se às características de um indivíduo, sua satisfação e sua realização, mas que transcende a sua individualidade para uma existência coletiva, pois o ser humano é um ser social. A condição de ser social e ser territorial são aspectos importantes a serem considerados nas metodologia e construção do desenvolvimento.

Portanto, conclui-se pela importância da subjetividade humana e efeito propulsor das emoções no trabalho formação, organização e articulação popular. Diversos autores evidenciam a desproporção entre o racional e o emotivo, e destacam a importância, como MATURANA (1999).

Dizer que a razão caracteriza o humano é um antolho, porque nos deixa cegos frente à emoção, que fica desvalorizada como algo animal ou como algo que nega o racional. Quer dizer, ao nos declararmos seres racionais vivemos uma cultura que desvaloriza as emoções, e não vemos o entrelaçamento cotidiano entre razão e emoção, que constitui nosso viver humano, e não nos damos conta de que todo sistema racional tem um fundamento emocional. (MATURANA 1999, p. 15).

Mas o ser humano se move por ambas as dimensões: a racional/técnica e a psicossocial. Estas dimensões se traduzem em necessidades, e essas necessidades na lógica capitalista neoliberal são manipuladas, individualizadas, e criou-se a idéia de que são ilimitadas. Também individualiza-se o acesso à possibilidade de satisfação das necessidades e associa-se sua satisfação à acumulação de mercadorias, bens e capital, estabelecendo as condições necessárias para a viabilização da “sociedade do consumo”.

Naredo (2003) denuncia a indução a uma noção equivocada de necessidades, que o atual modelo realiza, estabelecendo relações casuais entre consumo, satisfação das necessidades e bem estar, manipulando e utilizando as noções de necessidades, criando e multiplicando diariamente novas e falsas necessidades. Por isso propõe a distinção entre as necessidades básicas/primárias e secundárias, ou entre as necessidades vitais e as sociais, sendo que, segundo Naredo, as necessidades vitais têm caráter autônomo e são inerentes aos seres humanos, e, as necessidades sociais são mais passíveis de indução.

Atualmente predomina teoricamente a interpretação de Maslow que expressa as necessidades de forma piramidal, a iniciar pelas fisiológicas que ocupam espaço decisivo no comportamento humano, à medida que estas vão sendo satisfeitas, as pessoas anseiam satisfazer outras necessidades de níveis superiores mais centradas no campo social, proporcionando o desenvolvimento humano. Segundo Maslow, essa hierarquia é que determina as prioridades propulsoras em determinado contexto e momento.

Imagem 06: Pirâmide de representação hierárquica das necessidades básicas



(Fonte: WWW.suamente.com.br)

Quanto às necessidades humanas fundamentais, há concordâncias de que são basicamente fisiológicas (subsistência), psicológicas, sociais ambientais, e que estas são universais. Porém há distinções em diferentes formas de organização e há diferentes percepções quanto ao peso de influência em diferentes contextos, e, críticas ao enfoque funcionalista e verticalizado.

... na linha da pirâmide dos cinco níveis de Maslow, se reforçaram nos anos 30 enfoques fechados destas necessidades básicas, que ainda perduram. Predomina o enfoque funcionalista, vertical, que não permite interação entre as necessidades. Legitimam a ordenação do mundo, a promoção de formas de desenvolvimento verticais e autoritárias, a construção de projetos sociais sem pessoas. (CALLE, 2011, p. 08)

As necessidades podem estar condicionadas a interesses e estratégias de grupos sociais, especialmente na atual sociedade capitalista e desigual, onde são definidas de forma tecnocrática, fora do contexto específico e real da grande maioria, e condicionadas pelo mercado. Segundo o economista Manfred Max Neef (1993), em sua teoria do Desenvolvimento à Escala Humana, as necessidades não mudam (apenas podem mudar com a evolução da espécie) o que muda são as prioridades de necessidades dado aos contextos e o que se diferencia principalmente ao passar dos tempos é a forma de satisfação das necessidades humanas em diferentes sociedades, culturas ou regimes de governo. Sustenta também que as necessidades não são tão hierarquicamente determinadas, mas funcionam como um sistema onde elas interagem e se fundem/completam simultaneamente. Max-Neef (1993) evidencia a importância da diferenciação do que são de fato as necessidades e as formas de satisfação das necessidades, que podem ser culturalmente ou

politicamente estabelecidas, ressaltando também que não há uma relação única entre as necessidades e seus “satisfatores”.

As necessidades humanas fundamentais são as mesmas em todas as culturas e em todos os períodos históricos. O que muda através dos tempos e das culturas são os meios utilizados para satisfação das necessidades. Cada sistema econômico, social e político adota diferentes estilos para satisfazer as mesmas necessidades humanas fundamentais. Em cada sistema estes se satisfazem (ou não) através da geração (ou não geração) de diferentes satisfatores. Uma dos aspectos que define uma cultura é a eleição de seus satisfatores. (MAX NIFF, 1993, p.42)

Não existe correspondência biunívoca entre as necessidades e os satisfatores. Um satisfator pode contribuir simultaneamente na satisfação de diversas necessidades, ou o inverso, uma necessidade pode requerer vários satisfatores para ser satisfeita. Nem sequer, estas relações são fixas, podem variar segundo o tempo, lugar e circunstancias. (MAX NIFF, 1993, p. 42).

Também não dá para confundir os “satisfatores” como denomina Max-Neef (1993) com os meios pelos quais se potencia os “satisfatores” das necessidades. Por exemplo, a necessidade fisiológica de se alimentar expressa através da fome é resolvida com a alimentação (satisfator) o tipo de alimento, a forma de produção e distribuição e acesso, são os meios adotados para potencializar a possibilidade da alimentação. Assim a proposta de desenvolvimento necessária deveria resultar da dialética entre as necessidades humanas, os “satisfatores” e os meios/bens necessários, sendo que os “satisfatores” e meios/bens. Pode haver diversas formas de classificar as necessidades, e segundo Max-Neef (1993) estas devem estar abertas a mudanças à medida que haja razões e evidências para fazê-las. Neef subdivide as necessidades em duas categorias: as existenciais (ser, ter, fazer e estar) e a axiológicas (subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade).

Max-Neef (1993) propõe três pilares para o desenvolvimento voltado à escala humana: satisfação das necessidades humanas fundamentais; geração de níveis crescentes de autodependência; e a articulação orgânica entre o homem, a natureza e a tecnologia. Entende que a partir dessa compreensão e as relações que se estabelecem entre as necessidades e os “satisfatores” pode construir-se uma filosofia e uma política de desenvolvimento humanizado, onde as necessidades não são apenas carências, mas potencialidades. A humanização neste enfoque é a coletivização das condições necessárias e assim se torna revolucionária. Segundo

Löwy (1999, p. 48) “O valor supremo de todo verdadeiro humanismo não pode ser senão a própria humanidade”.

O atual contexto neoliberal globalizado é contraditório a qualquer proposta humanizada e para o conjunto da população, o que vemos são exclusão e fome crescentes, degradação ambiental e internacionalização e mercantilização dos satisfatores fundamentais para a sobrevivência e o bem estar humano. Segundo Calle (2011), nesse contexto, o mundo só continua girando para a maioria graças a cooperação social cotidiana e, diante disso, sustenta a democracia como um condição/necessidade humana ao analisar a sua práxis e destaca duas dimensões principais que evidenciam esta condição: a busca universal por práticas de auto governo; e a dialética entre a arte da cooperação social frente às forma de governo que não as possibilitam em vez de reforçá-las. “A democracia é um grande imaginário a partir do qual se organiza ou institui a vida social em função da satisfação das nossas necessidades básicas.” (Calle, 2011, p. 03).

Calle (2011) subdivide as necessidades básicas em quatro blocos: Materiais (subsistência), expressivas (liberdade e criatividade), afetivas, e de relação com a natureza (na qual existimos como uma espécie), traduzindo como necessidade básica:

Como necessidades básicas nos referimos aqueles fatores e dimensões que nos permitem reproduzir nossas vidas, isto é, elementos fundamentais que atendam a nossa construção biológica ou psicoemocional, evitando a nossa autodestruição. (CALLE, 2011, p. 03)

Além das limitações do acesso aos satisfatores, estes estão sustentados em padrões de produção e consumo insustentáveis. Por isso, segundo Calle (2001), repensar a democracia significa restabelecer globalmente os satisfatores de necessidades básicas, sendo que a democracia não está apenas vinculada às aspirações sociais, mas também é necessário o acesso à terra, democratizar o acesso à energia e também o acesso à satisfação das necessidades biológicas e psicológicas.

Portanto, concluiu-se que é necessário ampliar o entendimento e o exercício das dimensões relacionadas às necessidades humanas nas metodologias dos processos formativos, organizativos, de mobilização popular e construção do desenvolvimento. É necessário ampliar a humanização dos processos e resgatar e exercer a realização plena dos sujeitos, e superar todas as condições de manipulação humana. Estamos cada vez mais convictos de que esta análise e

desafio de entender e resgatar o ser humano integral, que iniciamos com os estudos e jornadas de educação popular, são uma necessidade e uma potencialidade para a transformação social, pois a sociedade está em crise, mas as pessoas também estão em crise e até com dificuldade de sonhar e de levantar bandeiras. É necessário superar os reducionismos e extremismos entre o real “condição humana” e as propostas econômicas e políticas.

1.4.3 Sobre a liderança

A liderança não é apenas o exercício de algum cargo, mas acima de tudo uma condição exercida com ou sem cargos. Esta é a verdadeira liderança e por isso chamada de liderança popular. Na prática verificam-se vários tipos de liderança exercidos de formas muito distintas, podendo ser caracterizadas basicamente como: liderança autoritária, liderança populista, ou liderança popular.

Uma liderança autoritária se coloca acima do povo, exerce poder e ocupa espaços utilizando-se de vários recursos, como conhecimento, poder do cargo, ou até mesmo violência. Esse tipo de liderança se impõe, submete e/ou manipula as pessoas.

Uma liderança populista é igualmente opressora e manipuladora. Esta se apresenta mais amistosa, promete favores e se coloca freqüentemente na condição de “fazer pelo povo”, é altamente personalista e oportunista. Utiliza-se do paternalismo, clientelismo e cooptação.

Uma liderança popular, segundo Ranulfo Peloso da Silva, Educador Popular do Cepis, tem profunda ligação e compromisso com o povo, clareza e compromisso com o projeto e proposta política do povo, postura democrática, capacidade propositiva, compartilha o poder e multiplica o protagonismo. Exerce o papel de animação, formação, organização e coordenação.

1.4.4 Sobre o papel da assessoria

Imagina-te como uma parteira. Acompanhas o nascimento de alguém, sem exibição ou espalhafato. Tua tarefa é facilitar o que está acontecendo, e não o que achas que deve acontecer. Se deves assumir o comando faze-o de tal modo que auxilies a mãe e deixes que ela continue livre e responsável. Quando nascer a criança a mãe dirá com razão: nós dois realizamos este trabalho. (LAO TSE, séc. V a.C.).

No processo de transformação social, um pré-suposto inicial é a confiança no protagonismo popular animado e organizado a partir da base, onde as pessoas são o sujeito da história e do desenvolvimento.

A re-afirmação de que a mola do mundo está nas mãos de quem produz. Então os trabalhadores se tornam sujeitos nessa transformação e muitos, inclusive como mobilizadores, facilitando a participação de outros companheiros do debate de questões que são de todos. Tudo isso aponta para o horizonte de um projeto alternativo com a modernização do poder, mas que se realiza desde já. (Cepis/ Cepagri1996).

É o chamado “empoderamento popular”.

É freqüente considerar-se que são os “experts”, os “animadores individuais” ou «de fora» que devem diagnosticar a realidade, propor ações, apresentar solução, dar direção. Essa condição foi imposta com a revolução verde através da extensão rural, continua sendo exercida e pelo tempo de exercício da mesma já é também expectativa dos agricultores.

Hoje o campo é ocupado dessa forma pela presença física e virtual de múltiplos atores com diferentes interesses e enfoques, sendo na sua maioria articulados com as revendas e indústrias de insumos agropecuários, e estas empresas se fazem presente com 08, 10 ou mais profissionais. Enquanto isso a ATER estatal está presente com um ou dois técnicos, “despachantes” de políticas governamentais (com muitas atividades burocráticas). O papel de implantar a “revolução verde”, para o qual a ATER estatal foi criada, já se realizou, o campo agora está preparado para atender às expectativas da indústria e do comércio. Segundo Caporal e Costa Beber (2004) a Ater estatal passa por um momento de grande crise quanto ao papel a ser exercido no contexto atual, quanto ao conteúdo e proposta para a agricultura familiar/camponesa, e já não tem mais uma base metodológica. Evidenciam-se também diferentes compreensões quanto ao papel, quanto ao conteúdo e metodologia até dentro de uma mesma equipe local.

A extensão rural debate-se em enormes dificuldades. Para se ter uma idéia, além da questão formal, sob o ponto de vista institucional/organizativo que se abate sobre o sistema de extensão, desde a extinção da EMBRATER, no início do Governo Collor, a extensão oficial vive, hoje, momentos de dificuldade quanto ao seu papel, retomando discussões já feitas nos anos 80, por ocasião do repensar. Grosso modo, esta "crise de identidade" se dá em razão dos desafios impostos à extensão pela própria realidade, pois, junto com o esgotamento do modelo tradicional de modernização do campo, torna-se insuficiente o modelo difusionista/inovador praticado pela extensão nos últimos 45 anos (CAPORAL e COSTA BEBER, 2004, p.02)

Mesmo a maioria das iniciativas de contestação do modelo da revolução verde, na construção de tecnologias alternativas inicialmente embasava-se fortemente no método difusionista.

Por mais comprometidas politicamente com a causa do campesinato e por maior sensibilidade que tivessem da importância da sabedoria popular para o desenvolvimento local, as assessorias técnicas eram então compostas majoritariamente por profissionais formados academicamente com base nos princípios técnicos e metodológicos dos cursos superiores e médios das ciências agrárias, desenvolvidos para viabilizar a expansão das formas capitalistas no campo. Portanto, embora criticassem o modelo técnico convencional, no primeiro momento as assessorias encontraram dificuldades para se desvincular do viés produtivista e da perspectiva difusionista de atuação. (PETERSEN 2011, p. 12).

Ainda, segundo PETERSEN 2011, mesmo na atuação de agricultores multiplicadores, numa proposta inovadora em relação aos métodos convencionais, “... não logrou romper com a verticalidade das relações de poder entre assessores e assessorados”. As novas elaborações metodológicas se realizaram de forma desigual entre as várias iniciativas, especialmente das ONGs, e tiveram significativo avanço a partir do esforço das Cebis (Comunidades Eclesiais de Base) e de outras pastorais sociais. Portanto, embora tenham sido acumulados bons avanços, este é um desafio ainda atual.

Criar uma nova condição é antes de tudo estabelecer novos papéis e novas metodologias. A «construção coletiva» é um dos desafios que ocupa a educação popular hoje. O conhecimento «de fora» o agente externo pode continuar desempenhando importante papel, mas a experiência acumulada historicamente e coletivamente tem função e papel a ser considerado e assumido, e mesmo na comunidade muitas vezes existem pessoas capacitadas para o papel de assessoria ou de agente. Inclusive quando o agente animador pertence à comunidade se beneficia, evidentemente, de certas vantagens, em função da própria realidade. Entretanto, em certos casos, um animador vindo do exterior é mais bem aceito pela comunidade por diferentes razões.

Todavia, o animador autóctone está mais apto a exercer sua função política e social, de dar “alma” ao processo de educação organização ou outros. Ele compartilha melhor o “sentir” da comunidade e pode mais facilmente abordar a difícil etapa do “compreender”, que é a assimilação do primeiro momento. Quando é um animador vindo do exterior que intervém, este deve apropriar-se desse “sentir” da comunidade, assim como dos conhecimentos práticos e empíricos que o fato de viver em uma determinada sociedade implica... Este salto qualitativo entre o “sentir” e o

“compreender” não deve ser o desafio de um simples indivíduo, de um dirigente ou de um grupo de dirigentes. Deve ser um desafio coletivo, no qual o conjunto da comunidade aprenda a conhecer criticando e se auto criticando, aprendendo, assim, a aprender. (GOUVEA, 2005, p.38).

Quando se trata de processos iniciais de organização o (a) agente realiza tarefas e cumpre funções que caberia ao sujeito social local, por isso deve estar atento às formas de superação desta condição. O papel de agente externo é de animador, facilitador, capacitador, organizador, multiplicador, e necessita ter sempre a intencionalidade imediata e futura de parceria, ou seja, de sair, ampliar o processo e redefinir o papel, conforme mostra o esquema ao abaixo.

Imagem 07: Representação dos espaços de competência e interação entre organização local e a assessoria em processo inicial de organização



(Desenho Arl - 2010)

A dimensão estratégica mais ampla passa pela criação de uma identidade de projeto coletivo de sociedade e pelo desenvolvimento da capacidade propositiva coletiva mais ampla.

1.4.5 Sobre o conhecimento tradicional e o conhecimento acadêmico

Uma pergunta atual é sobre qual é o conhecimento válido: O acadêmico? Ou, qual é a validade do conhecimento tradicional?

Historicamente, especialmente na fase da implantação da Revolução Verde no campo, foi considerado como conhecimento válido o conhecimento acadêmico, da pesquisa e do método científico, dos especialistas. O conhecimento tradicional foi desqualificado e tratado como atrasado.

O conhecimento acadêmico é muito importante, pois consegue sistematizar detalhes e particularidades fundamentais para compreender determinadas condições, fenômenos, materiais, ou outros. Mas o método científico isola os fatores e os analisa separadamente.

O conhecimento tradicional, muitas vezes pouco sistematizado, pode ser efetivo, pois resulta de processo histórico de observações, experimentação e realização na prática. Ele se constrói na realidade complexa, dentro dos sistemas sob influência de inúmeros fatores.

... o conhecimento letrado é um produto do que se caracteriza como “atividade científica”, obtido geralmente através do experimento e que circula através de um “texto”. Já o conhecimento cotidiano é produto tanto da acumulação pessoal como do acúmulo das sucessivas gerações, e sua circulação depende diretamente da memória e da sabedoria. (COSTA GOMES, 2011, p. 31).

Segundo COSTA GOMES, 2011 a sustentação do conhecimento tradicional da possibilidade da sucessão e do contato e troca de experiências, mas também do respeito a esse conhecimento por agentes e propostas que vem de fora. Esse conhecimento foi se perdendo com a ruptura com a cultura do campo proporcionada pelo êxodo rural e pela imposição de um novo conhecimento realizado pelos técnicos do modelo da revolução verde.

O conhecimento tradicional, na agricultura familiar, depende de reprodução em dois sentidos: do surgimento de novas pessoas e do aprendizado sobre o modo de reprodução que as caracteriza. Ou seja, sua circulação depende do contato direto entre os atores sociais, num contexto histórico e cultural. Fenômenos como êxodo ou diáspora, quando ocorrem, provocam também uma ruptura, ao interromper o ciclo. Isso também é o que temo corrido pelo processo de invasão cultural e lavagem cerebral, impostas pela ideologia da civilização urbana industrial, baseada em duas premissas falsas: superioridade dos técnicos e pesquisadores sobre a cultura rural (atrasada) e a idéia de que a ciência representa a única forma de conhecimento válido, transformada em ideologia e mecanismo de dominação. (COSTA GOMES 2011, p. 31).

A sistematização continuada do conhecimento tradicional é um desafio importante que pode contribuir na qualificação e sustentação do conhecimento tradicional.

No contexto atual não se trata de fazer uma opção entre as formas de construção do conhecimento ou entre os diferentes conhecimentos, mas sim da necessidade de respeitar esses conhecimentos e desenvolver metodologias capazes de interagi-los. Ambos os conhecimentos podem conter fragilidades: o conhecimento popular pode conter inconsistências, falta de informações, e até mesmo crenças; o conhecimento acadêmico pode conter distorções, reducionismos, e, também não é infalível, conforme evidenciado por Julia S. Guivant (2002), referindo-se à eficiência dos métodos participativos na interação entre conhecimento acadêmico e o tradicional.

Para uma implementação mais eficiente de métodos participativos (que permite o empoderamento das populações locais), é necessário considerar que nem o conhecimento dos peritos nem o das comunidades-alvo são produtos estanques, sendo um verdadeiro e o outro falso ou um racional e o outro irracional. O importante nas estratégias participativas seria entender os pressupostos de ambos os tipos de conhecimento com vistas a gerar condições de negociação satisfatórias. Tanto é preciso questionar os pressupostos sobre o papel do conhecimento científico/técnico dos peritos quanto os pressupostos assumidos pelas populações-alvo (considerando-se, no interior destas, as diferenças sociais e econômicas que possam existir). (GUIVANT, 2002, p.72-88).

Portanto, o novo conhecimento pode resultar do encontro do conhecimento acadêmico com o conhecimento tradicional de forma não subordinada. O resultado dessa interação talvez resulte no conhecimento capaz de construir condições sustentáveis, pois exercita um conhecimento especializado com a complexidade dos sistemas e a realidade sócio cultural e perspectivas da população local.

Esta forma de construção social do conhecimento (pesquisa) exige que se transforme a relação entre pesquisador e pesquisado, entre aluno e professor estabelecendo o diálogo na formulação do problema, no levantamento de dados, na busca e consolidação propostas transformadoras da sua realidade de forma compartilhada.

1.4.6 Sobre a teoria e a prática

A prática é o grande balizador do alcance transformador da concepção teórica já alcançada. A relação entre teoria e prática, especialmente quanto ao seu caráter inseparável e da permanente dinâmica interativa e dialética garante-lhe a condição de critério da verdade. “A verdade de um conhecimento ou de uma teoria está determinada, não por uma apreciação subjetiva, mas pelos resultados objetivos da prática social” (Mão Tse-tung, in Gohn 2007, p. 184). Não há diferença entre teoria e prática, ambas são uma só coisa. A prática resulta da teoria aplicada, e a teoria resulta da prática sistematizada. Ambas acontecem simultaneamente, numa relação dialética.

A dialética e as contradições vão gerando uma nova prática proporcionando novas formulações, re-elaborações e aprofundamentos teóricos, e vice versa. A dialética é a interação crítica entre teoria e prática, exercendo na contradição a superação e construção de nova condição. É a estrutura contraditória do real, que no seu movimento constitutivo passa por três fases: a tese, a antítese e a síntese. Ou seja, o movimento da realidade se explica pelo antagonismo entre o momento da tese e o da antítese, cuja contradição deve ser superada pela síntese. A dialética integra teoria e prática pedagógicas numa relação de dependência, simultaneidade e reciprocidade, e na visão materialista é parte importante no método na superação do capitalismo e construção do socialismo.

Mas pode haver dissociações entre a prática e o discurso onde estes podem ser intencionalmente ajustados por conveniências, como é muito comum no mundo partidário e político, novamente aí, a análise da prática vai revelar a verdadeira compreensão e convicção teórica daquele sujeito. Configura-se aí uma contradição conscientemente assumida, sem desafiar a uma reformulação teórica ou a uma mudança da prática. Segundo o Cepis (2007, p.42), “A prática social é o critério da verdade e fim último de todo o processo de conhecimento”. A mudança não é um processo fácil e rápido porque implica em um novo acreditar e um novo viver. Mudar o discurso é algo fácil e rápido, como pintar a fachada de uma casa. Mudar a estrutura ou mesmo uma fazer uma reforma na casa significa ter um novo projeto, derrubar paredes, e pode significar até mesmo, mexer nos alicerces.

Também o uso de palavras com significados diferentes normalmente resulta de percepções/entendimentos e vivências em contextos diferentes,

exercendo-se a condição de semântica ou polissemia. Segundo Maturana (1998), as “palavras têm a ver com a coordenação do fazer” já que “as palavras se aprende no viver em coordenações de ações”, portanto na experiência da vida real e seus significados e compreensões a cerca do mundo real naquele contexto. Nesse caso não se trata de uma contradição.

As palavras são nós em redes de coordenações de ações que surgem na convivência. Por isso, mudar os significados das palavras implica mudar os domínios de ação, e mudar os domínios de ação implica mudar o modo de conviver. E por isso também é certo que, se não se mudam as palavras, não mudam as ações que elas configuram, e não muda o modo de viver. (MATURANA 1998, p. 89).

Por isso na transição agroecológica é preciso ir reconstruir parte do vocabulário, por exemplo: “campos de demonstração” por “unidades de estudo”; “dias de campo” por “mutirões\pixuruns”; e até mesmo o termo “assistência técnica” (ATER) por “construção social do conhecimento”, pois a agroecologia é uma nova práxis sócio política, ambiental e econômica.

1.4.7 Sobre a mística e a militância

A condição da militância e da luta popular pela transformação social, envolve também dimensões difíceis de dimensionar, pois envolvem crenças, convicções, energia, animação, esperança e outros valores, etc., que estão para muito além da razão e das questões sociais, ambientais, econômicas e políticas da luta popular. Mas são igualmente importantes e decisivas, pois colocam as pessoas em movimento e levam à superação do medo, e mantém a disposição e animação mesmo em tempos difíceis. A mística é um valor na militância, e incorpora em si uma série de outros valores.

Ademar Bogo é um lutador de MST e tem sistematizado algumas reflexões a cerca da mística e da militância, e descreve uma série de valores importantes a serem cultivados pelos lutadores do povo, sendo:

- a) O valor da solidariedade: a ação consciente de pessoas da mesma classe na busca de alternativas conjuntas, tanto na qualidade de vida, como na qualidade de consciência e na construção de novos valores. “Solidariedade é mais do que doar o que nos sobra, mas também o que nos pode fazer falta, por entendermos que o ser humano tem essa

possibilidade de permitir que todos os povos tenham o direito de satisfazer suas necessidades, mesmo que isso dependa da ajuda e da participação solidária de todos”. (BOGO, 2000, p. 54-55);

- b) O valor da indignação: indignação contra qualquer injustiça, exercida em ações concretas de protesto e de defesa dos injustiçados;
- c) O valor do compromisso: compromisso de classe exercido em atitude de permanente vigilância sobre os propósitos feitos coletivamente;
- d) O valor da coerência: coerente na teoria e na prática, mas dialético, coerente com a história e com as origens.
- e) O valor da esperança: manter vivos os sonhos de um mundo melhor e para isso de superação do capitalismo. “A esperança na história das lutas dos povos é uma chama que em determinados momentos diminui de tamanho, mas não morre.” (BOGO, 2000, p. 54-55);
- f) O valor da confiança: confiança nos objetivos e na proposta;
- g) O valor da alegria: a luta pelos sonhos coletivos é prazerosa, assim como “a sociedade que sonhamos construir deve ser alegre porque teremos prazer em viver nela;
- h) O valor da ternura: aperfeiçoamento do comportamento político e humano com respeito, reconhecimento e amor ao próximo, mesmo em situações luta, como na célebre frase de Che Guevara “hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás.”
- i) O valor da mística em forma de utopia: superação da ideologia da incerteza sobre o futuro e a afirmação da possibilidade de uma sociedade igualitária, de relações sustentáveis no meio em que vive;
- j) O valor dos símbolos: o símbolo é a expressão da identidade e é parte importante na animação da mística.

A mística é a motivação que nos faz viver a causa até o fim, não é apenas um momento num encontro ou numa atividade, embora esses momentos sejam importantes para aflorar¹⁰ e reforçar a mística. A mística associa a luta à vida às crenças, por isso traz alegria, vibração e motivação. A mística leva e mantém as pessoas na luta e pode se expressar de diversas maneiras, na produção intelectual, na ação concreta, na disposição para fazer as coisas, para colaborar.

¹⁰ Expressão popular que significa, deixar fluir, manifestar.

Segundo Bogo (2010) a mística está associada a mistério e se manifesta como energias, persistências, vigor e reações positivas sendo analiticamente explicável o fato, mas não a motivação, condição que se expressa na própria origem da palavra/conceito:

A palavra mística é a representação de mistério. Usa-se geralmente a palavra mistério para designar coisas inexplicáveis ou coisas indecifráveis, mas neste caso não é. Mistério para a mística é saber a razão porque na luta coisas extraordinárias acontecem.

Embora a palavra *Mysterion* seja oriunda da língua grega, que descende de outra palavra *múien* “quer dizer a busca de entender o que está escondido nas coisas”, a mística é a procura de explicações e ao mesmo tempo o incentivo para viver o inexplicável. (BOGO, 2010, em <http://base.d-ph.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8237.html> visitado em 05 de novembro de 2013)

Para Bogo (2010) mistério é a dimensão de profundidade que tem as coisas, sendo que na vida e na luta, há coisas fáceis de entender e que se explicam por si só. Bogo identifica três referências conceituais, sendo:

- a) O sentido religioso: mais centrado na “espiritualidade, devoção ao sagrado, compenetração e adoração às forças divinas” que levam à prática de valores como solidariedade, justiça, companheirismo, etc. Esta pode levar a duas visões/condições – o exercício da divindade na atuação social; - a militância política e fortalecimento da luta de classes. As Cebbs, as pastorais sociais e a teologia da libertação nas décadas de 70 e 80 no Brasil levaram à forte militância política e impulsionaram o ressurgimento dos movimentos sociais. Entre os camponeses, em várias regiões a fé dimensão importante na mística e na luta;
- b) O sentido das ciências políticas: evidencia-se através do carisma, que envolve características, habilidades e convicções que aglutinam e animam as pessoas, mantendo-as firmes e éticas na luta;
- c) O sentido filosófico e da valorização cultural: relacionada à própria existência social e cultural, envolvendo história, manifestações culturais, crenças e, valores.

A militância é crença, mas, é também paixão e convicção, que indiferente à posição ou papel que a pessoa ocupa mantém-se animada e o faz com vigor.

Olhar para alguém desanimado é o mesmo que querer jogar futebol e ver que a bola está vazia. O ar que está dentro da bola é quem a faz dar os

saltos quando posta em movimento. A energia que está em cada militante, é a razão do seu animo. (BOGO, 2010 em <http://base.d-ph.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8237.html> visitado em 05 de novembro de 2013)

A mística mantém a esperança e a capacidade de sonhar e faz as pessoas viverem não só para si, mas também para os outros e por isso agem junto com os outros. Condições estas, já muito fragilizadas pela força da imposição e condições criadas pelo capitalismo neoliberal. A mística está para além da intelectualidade é algo difícil de ser derrotado e por isso é muito importante para o movimento e na luta e na luta ambiental, social política.

A inteligência burguesa ocupa-se com uma crítica racionalista do método, da teoria, da estratégia dos revolucionários. Que mal-entendido! A força dos revolucionários não está na sua ciência, mas na sua fé, na sua paixão, na sua vontade. É uma força religiosa, mística, espiritual. É a força do mito (MARIÁTEGUI, 1970, p. 22).

Na Guerra do contestado, Adeodato, um dos líderes nos últimos combates, cercados, com fome e com pouca força, fez um discurso aos lutadores (traduzido na peça teatral de Romário Borelli – A Fúria Cabocla) expressando a força da mística, que foi muito forte durante a guerra toda: “Tamo cercado, se espalhem por aí e lutem, fujam se puderem, e podem até se entregá se preciso for, mas não se rendam por dentro”.

1.4.8 Sobre o princípio da igualdade

Alguns aspectos gerais

Quem é mais importante, o médico ou o agricultor?

O médico é muito importante sim, e pode ser decisivo em determinado momento na vida de muitas pessoas. Do agricultor depende-se todos os dias. Qual é então a diferença? Trata-se de conhecimentos diferentes e de diferentes papéis na sociedade.

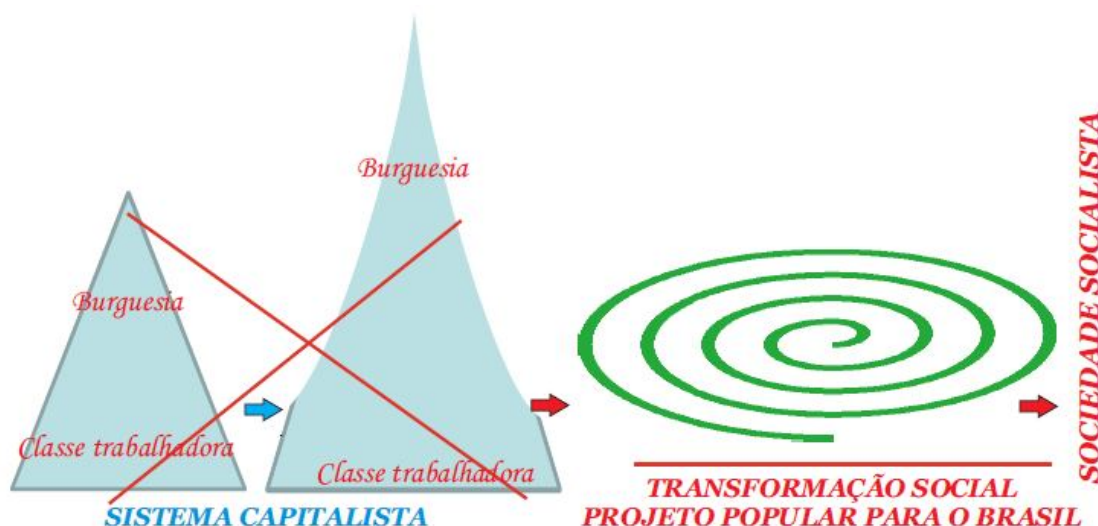
A visão piramidal de sociedade é opressora e dominadora e transforma conhecimento e posses em poder sobre as demais pessoas, por isso é representada pela pirâmide, onde “em baixo” está o povo. Vem daí a expressão muito utilizada pelas lideranças: “vou para a base”, que significa vou voltar para junto do povo. Esta liderança já não está mais com o povo, mesmo ocupando cargos em organizações

populares, e para se sustentar na posição, normalmente manipula as pessoas. O desafio colocado para todas as pessoas é “subir na vida”, ou seja, subir de nível na pirâmide social.

O princípio da igualdade pré-supõe outra compreensão e por isso necessita de uma nova representação gráfica, talvez exercitada em uma espiral ou mandala, onde todos estão no mesmo plano, e não acima e muito menos “em cima”. A distinção se dá na diferenciação de papéis, funções, tipo e nível de informação.

Da mesma forma é preciso revisar a concepção de “massa”, quando se refere ao povo, pois esta resulta da compreensão inerte e manipulável, assim como a massa de um pão. É necessária uma perspectiva animada e mais autônoma dessa “massa amorfa”, para a condição de sujeito capaz de se auto-organizar e construir suas próprias formas.

Imagem 08: Da visão piramidal de sociedade para uma concepção de igualdade



(Desenho - ARL 2015)

De fato, a grande raiz da desigualdade social está se inicia com a divisão social do trabalho e na dominação e concentração dos meios de produção e do capital, que se acentua crescentemente e de forma muito rápida na fase neoliberal do capitalismo que vivenciamos atualmente. Essas condições históricas se transformam em poder e criam uma estrutura de sociedade piramidal opressora e de exploração portanto classista dividida entre trabalhadores e detentores dos meios de produção e do capital. Na defesa da propriedade privada, o Estado, composto pelo poder militar (exército), poder legislativo (congresso), poder judiciário (justiça) e pelo

poder executivo (governo) regula essas relações, e por isso é disputado, hoje numa correlação de forças negativa para os trabalhadores.

A desigualdade se acentua ainda mais no que se refere às mulheres, que ainda antes da divisão social do trabalho, foram submetidas à divisão sexual do trabalho. Essa conjuntura e estrutura social se é defendida e

1.5 A NECESSIDADE DE UMA NOVA DEMOCRACIA

No campo político organizacional apregoa-se a democracia como um imperativo planetário. A democracia deveria ser assumida como forma de potencializar a superação das difíceis condições de existência e sobrevivência que as pessoas enfrentam. Ser a forma de garantia do acesso igualitário às condições básicas de vida: água, moradia, saneamento básico, saúde, alimentação, educação, cultura, lazer. Mas, de fato, a democracia exercida está dissociada dos fins e valores do coletivo, sendo assumida apenas como técnica de organização e administração do poder, sob a racionalidade formal e legal. Trata-se de uma democracia não exercida diretamente pelas pessoas e dissociada dos fins e valores do coletivo envolvido.

Os novos movimentos sociais, de certa forma, anseiam por uma nova forma do exercício da democracia com ênfase na participação social, o que Angel Calle (2005), denomina de democracia radical. Angel refere-se especialmente aos novos movimentos globais como um conjunto de atores políticos, evidenciando sua ação e perspectiva para muito além da mobilização de protesto, ou seja, sua intenção de promover “ordens sociais alternativas às que impulsionam a arquitetura mundial imperante”, onde:

... os novos movimentos sociais globais propõem um novo paradigma político que persegue a transição de sistemas de democracia formal a processos de democracia radical. (CALLE, 2005, p. 83)

A democracia radical preconiza uma ruptura nas condições de acesso às decisões, na forma de construção das pautas e conteúdos, na metodologia de participação e tomada de decisão. O quadro abaixo traz uma síntese comparativa em torno de questões fundamentais para uma efetiva democracia.

Tabela03: Desde uma política de procedimentos a processos de democracia radical.

	Política de procedimentos	Democracia radical
Condições de acesso	Igualdade formal.	Igualdade real em recursos, informação, possibilidade de intervenção, etc.
Participação: formato de acesso	Observação, adesão ou representação.	Decisão (direta e partilhada) sobre conteúdos e regras
Participação: conteúdo	Projeto definido.	Projeto aberto.
Deliberações: metodologia	Exposições e maiorias. Lógica: universalidade racional e eficiência	Diálogos e consensos. Lógicas: traduções e contextos: vinculação (global).
Deliberação: intercâmbios (trocas)	Escassos: dedução (de cima para baixo) ou agregação simples de posições.	Muito presente: fluxos horizontais intensos.
Conteúdos: Eixos, debates, etc.	Reclamações singulares, expressivas ou materiais.	Democracia se converte em demanda particular e em eixo transversal.

Fonte: Novos Movimentos Globais (CALLE, 2005, p. 83)

1.6 OS NOVOS MOVIMENTOS GLOBAIS E A CONDIÇÃO DE “SER EM REDE”

O nosso dia a dia é um emaranhado de redes: redes de internet, redes de supermercado, redes de lojas, rede bancária, e assim por diante. A sociedade é uma grande rede composta de um emaranhado de inúmeras redes. Com a globalização o mundo capitalista se torna uma grande rede econômica e mercadológica e influenciando fortemente as condições políticas, sociais e culturais dos povos. Mas com o avanço tecnológico, emergem inúmeros movimentos sociais construídos a partir de novas e poderosas identidades coletivas, que pressionam por diferentes condições econômicas, ambientais, sociais e culturais. Essas identidades são construídas a partir de bases históricas ou momentâneas, e podem se enfraquecer ou fortalecer na sua trajetória.

Os novos movimentos se realizam em formato de Rede e se organizam a partir de espaços e instâncias de interação coletiva. A expressão novos movimentos sociais surge em meio a uma relativa crise do Marxismo ortodoxo, e propõe a ampliação da análise fortemente sustentada nas estruturas sociais, especialmente a econômica, entende a necessidade de consideração de novas dimensões relacionadas à subjetividade dos indivíduos para dar conta dos novos fenômenos políticos e sociais contemporâneos, e defende a dimensão política como parte de

toda prática social. A grande crítica a esta proposição é não ter as classes sociais como centralidade, o que não significa seu abandono, mas propõe uma análise ajustada à diversidade e complexidade das atuais relações produtivas e políticas. Os novos movimentos sociais assumem novos temas aglutinadores como a luta pela terra, gênero, moradia, questão ambiental, agroecologia, feminismo, autonomia política e outros. Evidenciam-se os movimentos contra a globalização neoliberal, contra o consumismo e o produtivismo (que não trazem a felicidade), e, contra as formas tradicionais de fazer política.

Segundo CALLE (2013) embora esses novos movimentos sociais, que ele chama de novos movimentos globais, a partir do século XXI, basicamente se articulam em torno da busca de resultados e se articulam momentaneamente, traduzem uma nova forma de fazer política e novas formas de vinculação social. Portanto, os novos movimentos sociais pautam também a forma organizacional sendo que, diante da crescente verticalização, a personalização e burocratização institucional que ocorre, inclusive junto aos próprios movimentos sociais, com mais ou menos intensidade. Outro aspecto refere-se à necessidade de multiplicar a capacidade social¹¹ na retomada do Trabalho de base amplo e efetivo para além da base social filiada às atuais organizações, o que sugere novas estratégias e novas formas de organização e luta. Entende-se que mesmo diante do atual imobilismo social, há muita indignação e inquietações junto a uma grande parte da população. O desafio está na articulação, qualificação e mobilização desse conjunto de pessoas que em sua maioria não está articulada em nenhuma organização social institucionalizada. Não é preciso desperdiçar as experiências construídas, mas é necessário revisar estratégias e redescobrir novas formas organizacionais, e reencontrar eixos comuns de luta local/territorial, regional e nacional.

¹¹ Utiliza-se este termo **capacidade social** em substituição ao termo do “**capital social**” largamente utilizado por sociólogos brasileiros como Ricardo Abramoway com a intenção de incorporar-lhe a dimensões sustentadas na educação popular, reforçando a condição de sujeito coletivo e protagonismo popular. Concorda com a visão de um povo capaz, que participa e se organiza, mas reforça sua condição de autonomia. Segundo SCHERER-WARREN & LÜCHMANN (2004), a aproximação e parceria da sociedade com o Estado de forma complementar e com consensos, apresenta um certo “tom” conciliatório nas relações sociopolítico-institucionais, sugerindo, que: “Não é à toa que os governos e as agências multilaterais (BIRD, BID, FMI) se apropriam de um conceito de capital social que, destituído de qualquer caráter de conflituosidade, está ancorado nas idéias de voluntariado e filantropia empresarial”. Reduzindo assim a condição política e fortalecendo a noção de “confiança, civismo, complementaridade, eficiência e colaboração.”

Os novos movimentos sociais são capazes de criar identidades fora dos espaços institucionalizados e provocar transformações envolvendo uma maior diversidade de sujeitos sociais institucionalizados ou não, de diferentes grupos sociais na relação de produção. Essas identidades podem afirmar-se a partir de questões mais específicas ou concretas, como a conquistas de direitos, e devem contemplar dimensões de ordem estratégica mais ampla, como a transformação social e ruptura com a ordem capitalista em vigor. Para tanto, segundo CALLE 2013, é necessário passar de momentos insurgentes de protesto para dinâmicas insurgentes no seio da sociedade e passar do político à política.

Para Manuel Castells (1996) "... a construção social da identidade ocorre em um contexto histórico marcado por relações de poder." E, propõe uma distinção quanto às formas e origens de construção das identidades, sendo:

... identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes da sociedade...; identidade de resistência, criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação...; *identidade de projeto*, quando os atores sociais , utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, e ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda estrutura social (CASTELLS, 1996, p. 24).

A Via Campesina e o Fórum Social Mundial são redes que se articulam em torno de uma identidade de projeto contra o capitalismo em torno da proposta de que "um outro mundo é possível" e são redes contínuas no tempo e mantém regularidade de ações e mobilizações.

Este novo ciclo de mobilização, segundo Calle (2010) se organiza em três pilares:

a) A necessidade de mudar as formas de mobilização (novas organizações, novos espaços de encontro, novas dinâmicas de ação e novos ativistas com novas formas de intervir);

b) A mobilização global impulsionada pela consolidação da glogalização econômica e política criando situações e problemas que já não se limitam nem se resolvem no nível de Estados Nação;

c) As novas tecnologias de comunicação (internet, telefones celulares), facilitou o quando e formas de coordenação horizontal.

Uma experiência relevante quanto às novas formas organizacionais está na revolta da população urbana e rural reforçado pelo movimento indígena na

Bolívia, que a partir de uma questão bem concreta envolvendo a tentativa de privatização da gestão da água para uma empresa norte americana, a população foi capaz de se mobilizar e reinventar sua forma de organização e interação com o estado, pautando posteriormente outras questões de interesse social e popular. Esta é uma experiência que aparentemente de articular em torno de uma identidade de resistência, mas que se afirma crescentemente em torno de um projeto de identidade e soberania nacional.

Analisando a experiência da Bolívia, Álvaro García Linera, pesquisador social Boliviano, chamou a essa forma de articulação e organização de “*forma multitud*” (*movimento de massa/multidão*) que se embasa nas seguintes condições básicas:

- a) Modo de unificação territorial e flexível: na medida em que as atuais formas de organização foram se desagregando e fragilizando, novos formatos organizacionais foram se construindo, articulando e ampliando sua capacidade de mobilização.

O decisivo nesse movimento de massa, é que, resulta da aglutinação de sujeitos coletivos, ou seja, associação de associações onde cada pessoa que está presente no ato público. resultado da agregação das pessoas colectivas, ou seja, uma associação de associações, onde cada pessoa que estiver presente no ato público, não fala por si mesmo, e sim por uma entidade coletiva local, diante da qual tem que prestar conta de suas ações, de suas decisões, de suas palavras. (LINERA, 2001, p. 2)

Segundo Linera, esta forma organizacional não cria uma fronteira entre filiado e não filiado, ou seja, todos se tornam parte do movimento sem uma filiação e institucionalização formalizada, onde tanto os representantes de organizações como qualquer pessoa interessada pode intervir e participar das decisões nas assembléias, encontro, ou reuniões. Desta forma, amplia-se a base social e legitimidade do movimento e cria-se uma rede organizativa bastante flexível em torno de um eixo de aglutinação bastante sólido e contínuo.

- b) Tipo de reivindicação e base organizacional: esse modo de organização tem-se iniciado a partir de questões concretas, como a tentativa de privatização da água, preços dos serviços sociais básicos, acesso à terra e outros. Caracteriza-se em uma *ação coletiva reativa* e defensiva, mas na medida afirmando-se como uma nova forma de exercer a democracia e

transformando-se em poder político, assumindo a forma propositiva e ofensiva.

- c) Soberania e democracia social: essa experiência organizacional tem como base e território onde se realizam as assembléias e consultas populares diretas, mas se estenderam para além destes.

Mas, a medida que as rede de mobilização centradas em uma mesma demanda cresceram como a mobilização de redes centradas na mesma demanda cresceu em nível departamental, esses saberes democráticos e essas técnicas de deliberação tiveram que se expandir, e reconfigurar-se para abrir caminho a uma complexa e sistemática estrutura de exercício democrático de prerrogativas públicas, de formação de uma opinião pública e, com o tempo, a resolução da gestão de um bem público (água), a nível regional, mesmo em concorrência com o estado . (LINERA, 2001, p. 03).

- d) Institucionalidade e amplitude: A experiência organizacional do Bolívia, segundo Linera, embora seja muito presente o exercício das assembléias nas comunidades, carece de mecanismos mais duradouros de convocação, para que a vitalidade dessa prática possa forjar uma nova cultura organizacional

Essa experiência retrata um exemplo claro de igualdade política e, como denominou Linera, “democracia deliberativa”, para muito além do movimento institucionalizado e desafiando o estado de direito discriminatório e sustentado na desigualdade. A afirmação de identidades fora dos espaços institucionalizados e provocar transformações envolvendo uma maior diversidade de atores sociais institucionalizados ou não, de diferentes grupos sociais na relação de produção. Essas identidades podem afirmar-se a partir de questões mais específicas ou concretas, como a conquistas de direitos, e contemplar ou não dimensões de ordem estratégica mais ampla, como a transformação social e ruptura com a ordem capitalista em vigor.

Esses novos movimentos sociais podem articular-se em “Redes” nacionais e internacionais. Uma rede é capaz de articular uma diversidade de sujeitos e pode incorporar uma significativa heterogeneidade um bom nível de pluralismo a partir de propostas e estratégias políticas assumidas coletivamente. Permite que mesmo não havendo processo vivo localizado, as pessoas possam incorporar-se em frentes de lutas amplas.

As organizações de sociedades articuladas em redes são formas muito atuais e efetivas de sustentação de identidades coletivas embasadas em padrões comuns de comportamento, valores e perspectivas. A articulação em rede é uma

forma de organização que pode se conectar planetariamente, ultrapassando o limite das instituições e inclusive a divisa dos estados nacionais. É uma forma de articulação política contemporânea cada vez mais efetiva.

Goss & Prudêncio (2004), citando Bauman (2001), destacam a importância política das redes que se evidencia diante da chamada crise da noção de cidadania, provocada pela intensificação do processo de individualização. A ação coletiva em rede pode ser um ponto de ligação do abismo que se criou entre o indivíduo e o cidadão.

As manifestações de resistência global, uma rede de movimentos que se contrapõe aos atores político-econômicos internacionais, representam bem esse aspecto da ação coletiva contemporânea: a volta dos atores coletivos à esfera pública com uma mensagem originada na esfera privada e “coletivizada” pelas redes. (GOSS & PRUDÊNCIO 2004, p.82)

Trata-se de uma nova forma de fazer política, conforme Goss & Prudêncio (2004), citando Beck (1997) “novas formas de ação na sociedade que compreendem diferentes arranjos sociais e possibilitam modos alternativos de construção de consensos”, sob os princípios da participação igualitária, horizontalidade, articulação e descentralização, e que estão se tornando cada vez mais expressivas nas articulações políticas atuais.

Porém, nessa rede alguns sujeitos coletivos serão temporários o que segundo Goss & Prudêncio (2004) denominou de Movimentos Sociais em Rede como um sistema aberto onde permanece o campo de ação, mas mudam os seus atores. Aqui se amplia o conceito de Movimentos Sociais trabalhado em itens anteriores. As autoras propõem uma distinção entre os “coletivos em rede” e “redes de movimentos”. Os coletivos em rede não se definem como movimento social, mas nesse caso podem ser parte constitutiva dos movimentos sociais, e definidos como: “conexões em primeira instância comunicacional de vários atores ou organizações através da Internet, principalmente, para difundir informações, buscar apoio ou estabelecer estratégias de ação conjunta” (Goss & Prudêncio 2004, p. 83). As redes de movimentos “são redes sociais complexas que extrapolam as organizações e que conectam, simbolicamente, sujeitos sociais e atores coletivos.” (Goss & Prudêncio 2004, p. 83).

Nessas articulações, essas redes “oferecem novas leituras para a realidade, atribuindo novos significados às transformações sociais”, sendo:

... a desfundamentalização — o fim da crença em uma única orientação para a transformação social; o descentramento — atores diversos reivindicando projetos distintos; o combate aos essencialismos em direção ao interculturalismo — reconhecimento das diferenças sem totalitarismos; e o engajamento dialógico na rede, para a superação da distinção teoria e prática, ou seja, entre a produção intelectual, as mediações e as militâncias. (GOSS & PRUDÊNCIO 2004, p.83, citando SCHERER-WARREN, 2003).

Scherer-Warren & Lüchmann (2004) defendem a importância da abordagem de redes para a análise dos movimentos sociais atuais, e até mesmo para entender os processos estruturadores da sociedade.

Além do tripé democracia/participação – diversidade/pluralismo – inclusão sociocultural, a organização ou mobilização na forma de redes é assumida como um conceito propositivo para os movimentos sociais no novo milênio. (SCHERER-WARREN & LÜCHMANN, 2004 p.22)

Talvez um desafio muito atual seja a articulação dos Movimentos Sociais institucionalizados com os Novos Movimentos sociais, pelo menos em torno de alguns eixos comuns ou lutas específicas comuns, mas na condição de movimento, para além desse específico, fortalecendo mudanças sociais mais amplas.

As articulações da agroecologia no Brasil podem ser definidas como um Movimento Social em Rede, como no caso da Rede Ecovida de Agroecologia que é uma rede de Núcleos Regionais, que por sua vez são uma rede de grupos, associações, cooperativas, entidades, etc., e ainda, cada sujeito coletivo é uma rede de famílias. Trata-se de um Movimento em Rede em si, mas que se articula em um Movimento em Rede nacional maior, a ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) que é uma rede de outras redes regionais, na qual também se articulam os Movimentos Sociais do Campo e a ABA (Associação Brasileira de Agroecologia), que também é uma rede de organizações.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA: A PARTICIPAÇÃO E PESQUISA-AÇÃO COMO BASE

2.1 CONDIÇÕES DA TRAJETÓRIA PESSOAL A CONSIDERAR

Inicialmente seguem algumas informações facilitarão o entendimento de sínteses e posturas que se realizam durante o texto que resultam de uma trajetória de 30 (trinta) anos de militância social e política exercida também através da atuação profissional iniciada na década de 1980 no movimento estudantil, no movimento ambientalista, no movimento da agricultura alternativa, na criação de ONGs e no (re) surgir dos movimentos sociais populares do campo.

Acompanhamos e atuamos de forma continuada e dialética no processo de construção da Agroecologia desde o início dos anos de 1980, sendo: - na fase dos grandes debates iniciais (ex. EBAAS - Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa e ERAAS – Encontros Regionais de Agricultura Alternativa); - na grande fase de sensibilização no final dos anos 1980 e início dos anos 1990; - na fase do fortalecimento e multiplicação das experiências práticas junto à agricultura familiar (meados dos anos 1990); - na fase organizacional - envolvendo a criação da Rede Ecovida, iniciada no Cepagri (Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais, ONG que ajudamos a construir e onde atuamos por 17 anos; - na retomada do processo de articulação nacional via organização do Iº ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) e na organização e coordenação inicial da ANA (Articulação Nacional de Agroecologia); - na contribuição em debates de organização inicial de outras Redes de agroecologia em outras regiões do país; - atuação na construção do marco legal da "agricultura orgânica no Brasil, sendo, na criação e coordenação do GAO (Grupo de Agricultura Orgânica que assumiu a tarefa do marco legal) e, na coordenação do Grupo de Trabalho da Certificação Participativa dentro do GAO; atuação também na organização do Colegiado Estadual da Produção Orgânica de SC e representação pelas Organizações da Região Sul no primeiro mandato do Colegiado Nacional da Produção Orgânica junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, durante o período em que se construiu a instrução normativa 007/99 e 006/20012, a Lei 10.831/2003 e o Decreto Nº 6.323/2007.

Em relação ao envolvimento com aspectos mais práticos em torno da agroecologia, iniciamos uma experiência de comercialização de cestas (entregas em domicílio) em Caçador/SC no final de 1988 e início de 1989. Em 1990, inicia-se a

primeira feira agroecológica, sendo esta talvez a primeira feira do gênero no estado de Santa Catarina, e, uma das primeiras no Brasil. Atuamos na organização e acompanhamento de muitos grupos de produção agroecológica, contribuições junto a outras entidades e movimentos sociais nesta área temática, assessoria a centenas de seminários, encontros, debates e cursos. Também elaboramos dezenas de materiais populares como cadernos de formação, revistas, cadernos temáticos, folders e boletins técnicos, a destacar, o Livro Verde 2, em 1995, que se tornou uma referência para a superação da idéia da agroecologia como uma substituição de insumos. Este caderno tornou-se um instrumento por si só e foi multiplicado junto a várias organizações principalmente no Sul do Brasil.

Atuamos também na formação acadêmica (em tempo parcial) de forma mais continuada no Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia na UnC (Universidade do Contestado) em Concórdia/SC, por 10 anos, nas disciplinas de Introdução à Agroecologia, História do Desenvolvimento Rural, Agroflorestas e Agroecologia vegetal III - Cereais e Pastagens; no Curso de especialização na educação do campo da Universidade Federal do Paraná/Setor Litoral, na disciplina Sistemas de Produção, Organização Social e Sujeitos do Campo; e ainda no Curso de Especialização na Produção de Leite Agroecológico da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campos de Laranjeiras do Sul/PR, como professor na disciplina Introdução à Agroecologia, professor nas oficinas de metodologias participativas e, contribuição na coordenação do curso. Além da docência atuamos nas orientações de estágios, projetos de pesquisa e participação em bancas de conclusão de curso.

Ainda, enquanto experiência profissional atuamos como membro da Rede Nacional de Colaboradores do Ministério do desenvolvimento Agrário (IICA/SDT) de 2004 a 2007, na contribuição para organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, na promoção da implantação e integração de políticas públicas, e na moderação de oficinas e eventos na construção dos planos territoriais de desenvolvimento. E, de 2010 a 2011 na colaboração/ moderação no processo de construção dos territórios da Pesca e Aqüicultura em Santa Catarina e no Paraná.

Em toda a trajetória buscou-se uma inserção metodológica sustentada na educação popular, desde a criação do Cepagri em 1988, que desde a sua origem

assumia a agroecologia e a educação popular como missão. Nesta trajetória participamos de uma Articulação Sul Americana de Educação Popular, que realizava encontros de estudos e aprofundamentos temáticos. Na seqüência esses encontros foram transformados em jornadas de educação popular, onde a partir de alguma experiência prática realizavam-se aprofundamentos teóricos. Exercitamos juntos com a Escola Sul da CUT e com o CEPIS/SP - algumas experiências práticas no esforço de reconstrução metodológica na década de 1990, num contexto de fragilização dos movimentos sociais, onde sistematizou-se a metodologia da Formação Básica Multiplicadora - publicada em 1996 (Cepagri/CEPIS). Temos assessorado diversos seminários e debates na área, e acompanhado algumas experiências.

A partir de 2010 até o momento, em parte majoritária do tempo, temos atuado junto ao MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) através do Ceagro (Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia) na região Centro Oeste do Paraná (Cantuqiriguaçu e entorno) na organização de um Núcleo Regional de Agroecologia (Luta Camponesa) articulado na Rede Ecovida de Agroecologia, mas imbricado com os Movimentos Sociais.

E, no que se refere à pesquisa desta tese, temos contribuído na construção de metodologias populares participativas para o trabalho de ATER na transição agroecológica, onde se criou uma proposta e alguns instrumentos que vem sendo utilizados em diversas experiências, com agricultores familiares no Sudoeste e em outra iniciativa em todo o Estado do Paraná, e ainda nos assentamentos da Reforma Agrária em Rio Bonito do Iguaçu.

Assim, aproveitamos a oportunidade dessa tese para qualificar algumas sistematizações anteriores, sistematizar outros aspectos e dimensões envolvidos na organização social popular e construção transformadora da sociedade, tendo a agroecologia como foco de análise, mas, sobretudo avaliar os avanços e limites encontrados nas iniciativas de projetos de ATER na transição agroecológica realizadas por instituições e movimentos sociais no Paraná.

Vale ressaltar que não se trata de uma trajetória acadêmica, mas sim uma inserção real na luta concreta, portanto, queremos nos desculpar por eventuais limitações presentes nesta sistematização.

2.2. AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS BASE DA PRESENTE PESQUISA E DA PROPOSTA EM CONSTRUÇÃO

*“Tudo pode mudar para nada mudar,
ou tudo pode acontecer para nada acontecer de fato”
(Carlos de Andrade)*

O novo não é somente um ponto de chegada, o novo é também o jeito de caminhar, ou seja, a metodologia precisa incorporar as novas percepções a cerca da participação, do protagonismo, das relações. Precisa ser capaz de resgatar a cidadania, reconstruir os sujeitos e incorporar novos valores e perspectivas.

Mudanças significativas são hoje um imperativo necessário para uma perspectiva social, econômica e ambiental sustentáveis. A construção de uma nova sociedade embasada em uma nova sociabilidade alicerçadas na justiça, igualdade e oportunidade de vida digna para todos precisa também incorporar com mais rigor uma relação produtiva de convivência e existência positivas na natureza, numa necessária abrangência global. Isto vem sendo crescentemente pautado nas discussões e convenções, tanto locais como globais, embora seja ainda grande a distância entre o discurso e a prática efetiva. Nesta sistematização evidenciam-se como grandes desafios para a efetiva transformação sócio política, econômica e ambiental as **metodologias** (participativas), a **organização** (popular) e o **conteúdo** (proposta de desenvolvimento).

As metodologias exercidas na construção social não se limitam a uma só proposta ou método específico, muito menos a simplesmente a um conjunto de técnicas. Trata-se de um processo participativo numa perspectiva dialética que não se limita a estudar e descrever uma experiência, mas gera conhecimentos e influencia os processos/projetos a partir da condição de assessoria militante. Entende-se que para uma **metodologia popular transformadora** é necessário uma articulação dialética entre métodos e técnicas, para superar a condição reducionista das técnicas participativas manipuladoras presentes em processos conservadores autoritários e dominadores.

Assume-se a condição da metodologia como a operacionalização de uma perspectiva envolvendo os métodos, técnicas e dinâmicas e processos associadas a uma dimensão estratégica transformadora, alicerçada a uma visão de mundo que incorpora perspectivas e valores exercidos em uma nova consciência social e

ambiental para uma sociedade sustentável. A metodologia é, sobretudo, uma pedagogia dialógica¹² e dialética¹³. Esta amplitude conceitual a cerca da metodologia na educação popular expressa por Pedro Pontual e Plínio de Arruda Sampaio, como:

(...) uma concepção metodológica, por tratar-se de um conjunto de princípios político - educativos que devem orientar e iluminar nossas práticas específicas e que devem garantir a articulação coerente entre os elementos do processo educativo e aqueles referentes à estratégia político organizativa. (PEDRO PONTUAL, in GOUVEA 2005, p. 25)

(...) o conjunto de procedimentos genéricos, para se realizar uma gama de ações teóricas ou práticas com base em determinados objetivos, motivações e intenções que se visa alcançar ou cumprir. (ARRUDA, 1988, in Cepagri 1996, p.58)

O método caracteriza-se como conjunto de técnicas, instrumentos ou dinâmicas adequadas para a efetiva realização de uma metodologia, como defendido por ARRUDA:

(...) enquanto conjunto de procedimentos específicos, determinado pelo sujeito os sujeitos da ação à luz de uma metodologia, para lidar com uma ação específica. (ARRUDA, 1988, in Cepagri 1996, p.58)

Os métodos dão condições de operacionalização de uma metodologia.

Os métodos são a busca criativa... de construir os procedimentos mais adequados de trabalho para cada situação concreta e para cada grupo em particular. Isso faz que aqueles princípios metodológicos que têm certa validade universal, tenham que ser traduzidos e recriados em cada situação concreta e com a qual vamos trabalhar. Isso coloca em um papel bastante crítico e criativo aos educadores e educandos em cada situação concreta... Já as técnicas são as ferramentas (dinâmicas, recursos pedagógicos, etc.) utilizados para fazer viáveis os métodos, criados para aquela situação concreta e para aquele grupo particular, à luz dos princípios metodológicos gerais» (ANTÔNIO FERNANDO GOUVEA DA SILVA, 2005, p. 27).

Uma metodologia popular hoje é:

¹² Expressão derivada da dialética proposta por Paulo Freire centrada no diálogo e interação horizontal em contexto e uma realidade concreta, num processo de idas e vindas de análises críticas e libertárias, para além do específico e imediato.

¹³ Dialética é uma condição contestadora. Pode ser exercida na interação crítica entre teoria e prática, exercendo na contradição a superação e construção de nova condição, onde não se pensa as partes sem o todo e nem pensa o todo sem as partes, colocando a realidade em movimento. Marx propôs três leis gerais da dialética: 1 – Lei da passagem da quantidade para a qualidade (e vice versa); 2 – Lei da interpenetração dos contrários; 3 – Lei da negação da negação. O espírito crítico e autocrítico é fundamental na dialética. Segundo Konder () "Em sua inspiração mais profunda, ela existe tanto para fustigar o conservadorismo dos conservadores como para sacudir o conservadorismo dos próprios revolucionários."

Uma tentativa de aliar a arte de tornar (se) capaz, e a mística que provoca a indignação dos oprimidos, reacende o ânimo do povo, qualifica o trabalho de base e incentiva a ligação das frentes de luta e de convivência. (Cepis/Cepagri – 1996).

Pois é necessário ampliar o **poder da participação** crítica, ativa e permanente do conjunto da sociedade na reconstrução da própria sociedade e das suas relações no meio em que vive.

Participar não é apenas dar opinião, sugerir ou informar. **Participar significa compartilhar uma ação.** Para isso, todo cidadão e cidadã precisam ter garantido e facilitado o acesso à formação e à informação, para a igualdade de condições e tornar as decisões conscientes e conseqüentes.

A participação sem uma dimensão estratégica pode ser “um novo jeito de fazer as velhas coisas”, ou seja, é uma forma de exercer a manipulação ou mesmo a condição vertical e unilateral da “extensão rural”, até porque depois de dezenas de anos de “formatação” as pessoas já estão “enquadradas”¹⁴, confirmando a atual forma de ser das coisas.

Outro aspecto a considerar no trabalho junto ao campo, é que as decisões nem sempre são embasadas no conhecimento técnico e sim na própria forma de compreender o campo, nos valores e perspectivas e, que nem sempre são apenas produtivas. Assim as tecnologias e a economia local precisam ser entendidas e ajustadas/assumidas dentro dessa complexidade de contexto historicamente e coletivamente constituído.

É natural das pessoas escolherem o melhor para si e para “os seus”, até mesmo a troca de votos, num processo eleitoral, por “alimento” pode parecer a melhor decisão no alcance do “ponto de vista” daquele cidadão, pois se ele não entende de política, entra candidato e sai candidato, entra partido e sai partido e a situação daquele sujeito não tem mudado. Se de fato as pessoas enxergam e entendem as possibilidades nas escolhas, vão optar pela melhor. Será assim também na comparação entre as propostas para o campo. O modelo convencional é muito eficiente para apresentar sua proposta. Já a proposta da agroecologia ainda

¹⁴ No texto utiliza-se muitos termos de expressão popular, pois estas elaborações resultam de sistematizações em processos populares, onde esta terminologia é utilizada. Aqui, “formatado” ou “enquadrado” significa ajustado a uma visão de mundo capitalista, e no campo ajustado também ao modelo da Revolução Verde.

não consegue ser apresentada com a mesma intensidade e eficiência, salvo em pequenos grupos localizados.

A participação a que se sustenta na construção social/popular é aquela que compõe uma metodologia que incorpora dimensões estratégicas de superação dos valores e da lógica do sistema capitalista; de humanização das relações; de democratização radical onde as pessoas são sujeito no desenvolvimento; e que contribua no estabelecimento de uma interação positiva nos ecossistemas e agroecossistemas. **Uma participação que de fato se constitua em poder** capaz de influencia e mudar a sociedade. Participação que não é apenas um método ou um meio de, mas sim uma forma de ser coletivamente.

Essa nova condição na participação estimula novamente e é a condição necessária no associativismo e na cooperação. Uma concepção de cooperação que se aplica na solução de desafios concretos do dia a dia, mas que também busca o desenvolvimento igualitário das pessoas e o acesso coletivo aos benefícios dos avanços tecnológicos e científicos, e, politicamente articulada na transformação social necessária.

Trata-se de uma condição de cooperação que vai muito além do associativismo institucionalizado, mas que se aplica e deve ser exercido de fato também nessa forma, e que ampliam a condição democrática de ser, como sustentam Scherer-Warren & Lüchmann (2004).

A premissa básica aqui é a de que, quanto mais elevados os níveis de capital social (laços e normas de cooperação, confiança, civismo e solidariedade), maiores serão as possibilidades de constituição de uma institucionalidade democrática. Embora partam de matrizes teóricas diferentes, estes conceitos coincidem no que diz respeito à importância do associativismo civil para a ampliação e o fortalecimento da democracia, tanto no plano sociocultural, quanto na dimensão político-institucional. (SCHERER-WARREN & LÜCHMANN, 2004 p.20)

Para um processo com dimensões estratégicas e transformadoras, a AÇÃO, seja em torno de questões mais específicas ou em questões mais amplas deve incorporar as dimensões: formativa (formAÇÃO), organizativa (organizAÇÃO) e mobilizadora (mobilizAÇÃO- multiplicAÇÃO). A forma de escrever estas palavras é para ressaltar o seu caráter de inseparáveis e de simultaneidade entre ação e formação, entre ação e organização e entre ação e multiplicação. Isto retrata um dos significativos avanços da educação popular assumidos a partir de meados dos anos

90, e incorpora elementos do tema gerador proposto por Paulo Freire, na Pedagogia do Oprimido.

Assim nas experiências buscou-se permanentemente a dimensão da **formação** para desenvolver a capacidade crítica e ampliação da visão de mundo de cada pessoa envolvida. Isso é importante, porque depois de muitos anos de dominação das mentes e enquadramento dentro do atual projeto e sua lógica, simplesmente convocar o povo pode não significar muita mudança. Desta forma a participação pode ser um novo jeito de continuar as velhas coisas. Sempre que o povo é convocado há mudanças positivas mesmo dentro da atual lógica de desenvolvimento, mas isso não é suficiente para mudanças transformadoras.

A **formação e organização** estão no centro de estratégias bem atuais exercidas em processos desencadeados a partir da realidade em torno de temas e situações geradoras na organização e na luta da classe trabalhadora na conquista e no exercício do poder. Isso exigiu o engajamento nas ações concretas e na construção de respostas ao imediato, mas como parte na luta pela transformação social, através do exercício de uma metodologia dinâmica e dialética onde a prática dos participantes se relaciona com o saber acumulado, na busca de respostas aos desafios dos trabalhadores e de suas organizações. Para esta amplitude de perspectivas exige a interação entre ação e reflexão, do prático e o teórico, do concreto com o político, do local com o global e do imediato com o futuro. Além de formar a ação a forma de realizá-lo é igualmente importante, podendo expressar um “novo jeito” capaz de romper com a forma unidirecional formal.

Segundo Duarte (2014) “É no bojo deste projeto estratégico que a formação para o trabalho, em qualquer atividade produtiva necessária para o bem estar da sociedade, encontra o seu sentido político e contribui para a dignidade coletiva”. Mas para Duarte, membro da equipe de assessoria da Assesoar, em processo de discussão interna sobre os desafios atuais, ressalta a importância da retomada da formação política e sua distinção em relação a formação técnica, e a formação tecnológica.

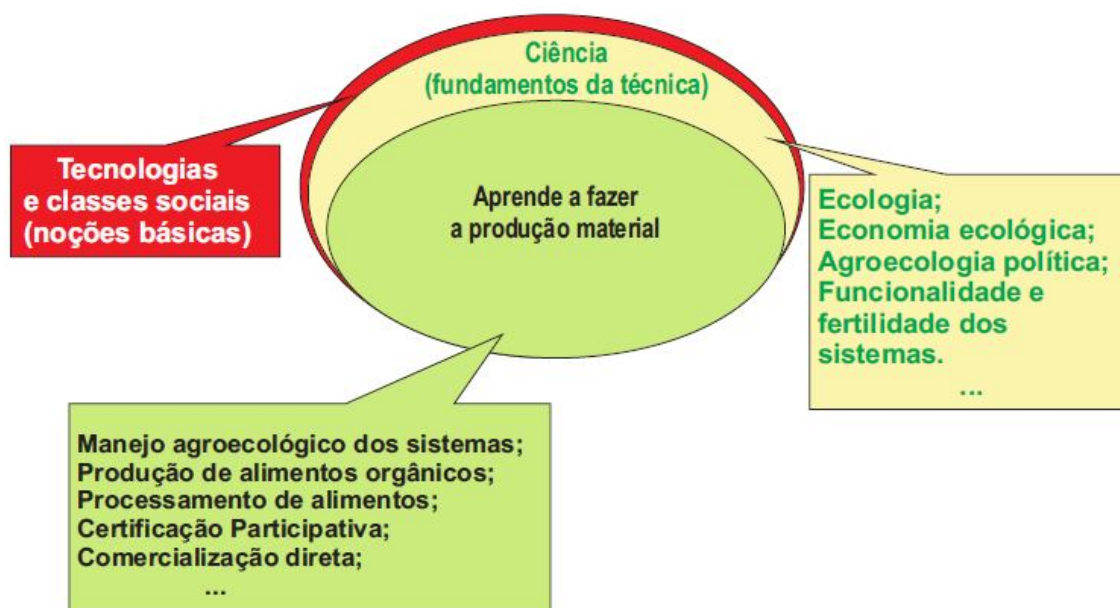
Segundo Duarte (em interação direta e em discussões na equipe da Assesoar, 2014) “Formação Técnica” leva ao saber fazer, 'habilidades e competências'. É um conhecimento necessário para a reprodução material da existência. Por si, não potencializa o pensamento analítico sobre as contradições da realidade. Isolada do contexto, é a modalidade incentivada pelo capital na formação da classe trabalhadora.

Imagem 09: Formação técnica



A “Formação Tecnológica” possibilita aprender a fazer a produção material e conhecer os princípios que orientam a criação das técnicas num determinado tempo e sociedade. Faz uma abordagem inicial das implicações das técnicas na sociedade de classes: relações econômicas, sociais e políticas.

Imagem 10: Formação tecnológica

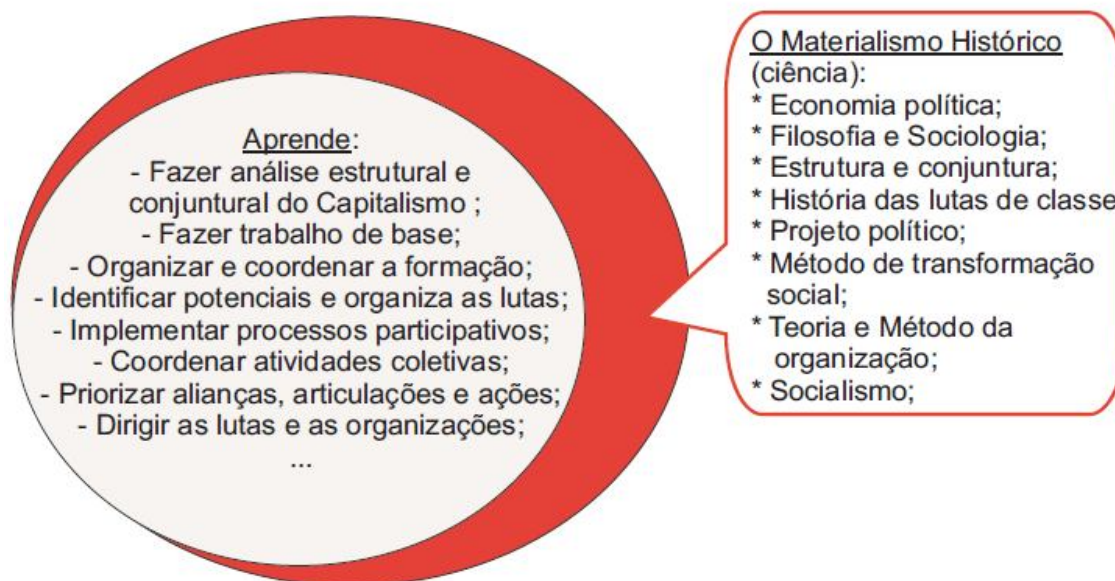


(Arl e Duarte em interação direta e em discussões na equipe da Assesoar, 2014)

A “Formação Política” – prepara a classe trabalhadora para a conquista e o exercício do poder. Só existe em processos de luta popular e de classe. Opta pelo

pólo da luta de classe que se dispõe a transformar, pela raiz, a estrutura da sociedade capitalista.

Imagem 11: Formação política.



(Duarte em intereção direta e em discussões na equipe da Assesoar, 2014)

Formação e organização política são partes de uma mesma lógica, a lógica da luta popular, cujos sujeitos históricos são os trabalhadores. Portanto refere-se ao universo dos atores aos quais se destina, dos temas que lhes interessam, e, da metodologia adequada aos próprios trabalhadores (do analfabeto ao letrado). Mas é, sobretudo, a re-afirmação de que a mola do mundo está nas mãos de quem produz. Então os trabalhadores se tornam sujeitos nessa transformação e muitos, inclusive como mobilizadores, facilitando a participação de outros companheiros do debate de questões que são de todos. Tudo isso aponta para o horizonte de um projeto alternativo com a reorganização e re-significação do poder, mas que se realiza desde já.

A formação em processos onde o técnico e o político são inseparáveis tem sido fundamental na construção da agroecologia popular. Traduz-se em um esforço comprometido com uma intencionalidade e, por isso, exige um engajamento na ação concreta, coletiva e transformadora. O fortalecimento de uma identidade de

projeto, sem perder a perspectiva de uma sociedade desigual e classista, é base para um processo organizacional transformador.

Também a **multiplicação e articulação** são importantes na afirmação e sustentação do “novo” em permanente construção. Diante do “aparato” e estrutura de sustentação da atual lógica e modelo de sociedade, a multiplicação e a auto geração popular coletiva transformadora são estratégicos. Esta multiplicação deve ser na quantidade, isto é, envolvendo mais gente, mas também deve ser, e ao mesmo tempo, na qualidade, pois há a necessidade de agentes esclarecidos, competentes, militantes, etc. Uma multiplicação exercida através do exercício da condição militante de animadores, monitores multiplicadores e lideranças autênticas. É o exercício do protagonismo popular em uma democracia radical, numa sociedade sustentável nos diversos aspectos e dimensões, construída a partir das necessidades e perspectivas populares.

Na afirmação e sustentação do “novo” em permanente construção, diante do “aparato” e estrutura de sustentação da atual lógica e modelo de sociedade, a multiplicação e a auto geração popular coletiva transformadora são estratégicos. É necessário criar a “rede povo” (redes de comunicação e aproximações de identidades) para enfrentar a “Rede Globo” (mídia televisiva), e acionar o “tele vizinho” (internet, movimento de massa) para substituir a televisão (instrumento de dominação ideológica capitalista).

Outra condição fundamental é a importância da **retomada do trabalho de base**, pois na trajetória da organização e mobilização popular anteriormente descrita, os momentos mais efervescentes e de maiores conquistas dos trabalhadores foram antecidos de forte trabalho de base. Atualmente realiza-se pouco trabalho de base, pouca formação de lideranças novas e formação de formadores, por parte das organizações e Movimentos Sociais.

Seguem alguns aspectos fundamentais assumidos nas propostas e metodologias populares na retomada do trabalho de base. Estas resultam de sistematização de discussões realizadas durante a década de 1990 entre Cepagri e Cepis, na busca da retomada e qualificação do trabalho de base, sendo:

- É pré-suposto inicial a confiança no protagonismo popular animado e organizado a partir da base. É o chamado “empoderamento popular” e a organização social popular (movimentos sociais populares).

- A construção a partir das pessoas e pelas pessoas, a partir do conhecimento com elas já acumulado. As pessoas envolvidas são o conteúdo principal, tanto nos processos formativos, organizativos e produtivos. Todas as pessoas têm conhecimento. A vida é uma grande escola e a sabedoria não vem só do estudo. Tudo o que as pessoas conhecem e acreditam está articulado com a sua história e com o contexto que vivem, não existe, só uma interpretação correta, o que existem são saberes diferentes que se constroem historicamente na complexidade da realidade. O encontro desse conhecimento com o conhecimento acadêmico e especialista talvez resulte no conhecimento necessário e capaz de construir a sustentabilidade.
- A humanização dos processos e relações, respeito da individualidade e valorização da subjetividade humana são aspectos fundamentais para contraposição à “coisificação humana”¹⁵. É preciso superar a condição de pessoa-objeto e estabelecer a condição de pessoa-sujeito. O resgate da cidadania e da auto-estima é parte importante na significação existencial. A metodologia precisa incorporar também esta condição propositiva exercida na prática, sendo um poderoso instrumento capaz de mover as pessoas, dado às atuais pressões negativas sobre os humanos.
- A valorização do processo e relações decorrentes, mesmo na geração de um produto concreto e imediato.
- O exercício da capacidade propositiva e construção propositiva: “O fim é também o caminho que percorremos para atingi-lo”. Assim, cada avanço deve ser assumido e incorporado de forma acumulativa, e o “novo” vai sendo vivenciado no dia- dia e, mais do que um “ponto de chegada”, torna-se uma forma de caminhar.
- A formação política e a re-significação das concepções de: “base”, “massa”, “protagonismo”, e a retomada/ampliação da capacidade de mobilização social.

¹⁵ Essa expressão tenta traduzir o desrespeito ao humano e o uso das pessoas assim como as coisas e mercadorias, que quando perdem seu valor de uso tornam-se inclusive descartáveis.

- A correta interpretação da realidade na atual sociedade classista, concentradora, nefasta às pessoas e ao meio em que vivem.

2.2.1 A pesquisa-ação como base

A pesquisa-ação é uma metodologia de pesquisa qualitativa que busca entender um fenômeno específico a partir de descrições, comparações e interpretações, onde o observador e observados são sujeitos que interagem em um dado projeto de estudo. Neste caso, não se tratava apenas de uma relação entre pesquisador e pesquisados, mas uma interação de cumplicidade em processo de reflexão e ação crítica e dialética, exercida na construção de uma nova metodologia participativa e de construção social do conhecimento na transição agroecológica, para a superação da “extensão rural”.

Segundo Franco (2005), a pesquisa-ação tem suas origens nos trabalhos de Kurt Lewin, em 1946, num contexto de pós-guerra, dentro de uma abordagem de pesquisa experimental de campo e tem sido utilizada como possibilidades de práxis investigativa. Em uma perspectiva dialética, pesquisa e ação andam juntas e pretendem a transformação da prática, onde segundo Franco (2005, p. 485) “... a direção, o sentido e a intencionalidade dessa transformação serão o eixo da caracterização da abordagem da pesquisa-ação.”

A metodologia permite uma inserção ativa onde o pesquisador também pode tornar-se sujeito no processo, o que possibilita a percepção de fenômenos sociais mais difíceis de serem percebidos de fora ou de forma estática, conforme Franco (2005), citando Lewin, “... os fenômenos de grupo não revelam as leis internas de sua dinâmica.” Porém essa condição de inserção do pesquisador como sujeito no processo precisa ser consentida e assumida pelo grupo todo, onde este assume dois papéis: de pesquisador e participante. Também tanto o grupo como o pesquisador precisam estar conscientes da dinâmica da situação social em evolução. Na origem da proposta da pesquisa-ação identifica-se a perspectiva contribuição na transformação de uma realidade. Na evolução dessa perspectiva da dialética e práxis social a pesquisa-ação vai fortalecendo contornos pedagógicos e políticos.

... a pesquisa-ação, estruturada dentro dos seus princípios geradores, é uma pesquisa eminentemente pedagógica, dentro da perspectiva de ser o exercício pedagógico, configurando como uma ação que cientificiza a prática educativa, a partir de princípios éticos que visualizam a contínua formação e emancipação de todos os sujeitos da prática. (FRANCO, 2005, p. 489).

Em síntese, Franco subdivide a pesquisa-ação em três dimensões:

a) Dimensão ontológica, referente à natureza do objeto a ser conhecido, onde o conhecimento norteador deve permitir aos sujeitos:

- produzir conhecimentos para uma melhor compreensão dos condicionantes da práxis;
- produzir conhecimentos para estabelecer mudanças em suas práticas profissionais;
- produzir conhecimentos, após cientificizados, para a melhoria das práticas, para fins coletivamente desejados;
- produzir conhecimentos para a reestruturação de processos formativos. (FRANCO, 2005, p. 490)

b) Dimensão epistemológica, referente à relação sujeito-conhecimento, que numa perspectiva dialética tenha como pressupostos:

- priorização da dialética da realidade social; da historicidade dos fenômenos; da práxis; das contradições, das relações com a totalidade; da ação dos sujeitos sobre suas circunstâncias;
- a práxis deve ser concebida como mediação básica na construção do conhecimento, pois por meio dela se veicula teoria e prática; pensar e agir; e pesquisar e forma;
- não há como separar sujeito que conhece do objeto a ser conhecido;
- o conhecimento não se restringe à mera descrição, mas busca o explicativo; parte do observável e, vai além, por meio dos movimentos dialéticos do pensamento e da ação;
- a interpretação dos dados só pode ser realizada em contexto;
- o saber produzido é necessariamente transformador dos sujeitos e das circunstâncias; (FRANCO, 2005, p. 490)

c) Dimensão metodológica, referente à articulação da ontologia com a epistemologia, podendo para isso usar técnicas e métodos diversos, e, propõe como fundamentos epistemológicos da metodologia:

- deve-se, na escolha metodológica, rejeitar noções positivistas de racionalidade, de objetividade e de verdade (citando Carr; Kemmis, 1986);
- a práxis social é o ponto de partida e de chegada na reconstrução/ressignificação do conhecimento:
- o processo de conhecimento se constrói nas múltiplas articulações com a intersubjetividade em dinâmica construção;
- a pesquisa-ação deve ser realizada no ambiente natural da realidade a ser pesquisada;
- a flexibilidade de procedimentos é fundamental e a metodologia deve permitir ajustes e caminhar de acordo com as sínteses provisórias que vão se estabelecendo no grupo;

- o método deve contemplar o exercício de espirais cíclicas: planejamento, ações cada vez mais ajustadas às necessidades coletivas, reflexões e assim por diante. (FRANCO, 2005, p. 491)

De acordo com DEMO (1994), citado por MAIA et al (*Novo Manual da Extensão Proex*), a pesquisa-ação é uma modalidade de pesquisa qualitativa, e a maioria dos autores concorda que este tipo de pesquisa adapta-se às investigações em ciências humanas. A pesquisa-ação reintegra o que a pesquisa convencional conseguiu separar: pesquisa e ação, objetividade e subjetividade, fatos e valores, pensamento e ação.

Um dos principais autores da pesquisa-ação no Brasil é Michel Thiollent, com o qual tivemos a oportunidade de interagir durante a realização deste trabalho. Thiollent define a pesquisa-ação como:

... é um tipo de pesquisa social com base empírica, que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT 2011, p.20).

Thiollent considera a pesquisa-ação uma estratégia metodológica de pesquisa social, na qual:

- a) Há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;
- b) Desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;
- c) O objeto da investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;
- d) O objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;
- e) Há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;
- f) A pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento ou o "nível de consciência" das pessoas e grupos considerados. (THIOLLENT 2011, p.22).

A condição dialética/dialógica torna os processos dinâmicos desafiando a elaborações e revisões contínuas nos conteúdos e nas proposições metodológicas, ao que na educação popular e organização social chama-se de processo, em permanente imbricação entre conhecer e agir da ação militante. E para isso, entende-se o método da pesquisa-ação adequado, pois qualifica e exerce simultaneamente o fazer e o saber fazer, interagindo saberes. Segundo Thiollent (2011) a pesquisa-ação não perde a objetividade, que embora não estática e sim

resultante da relatividade observacional coletiva, mas é subjetivamente assumida pelo conjunto dos participantes.

Em qualquer processo há fases e momentos distintos, resultantes do contexto e até mesmo das ações e efeitos do próprio processo. Destacam-se a importância do conhecimento da realidade (diagnóstico), a análise crítica, o estudo e o aprofundamento teórico para qualificar a análise, síntese e sistematização, planejamento, que se realizam de forma dinâmica e continuada, com maior ênfase a algum dos aspectos, de acordo com a necessidade do momento.

Para THIOLENT (1987, p.100), a pesquisa-ação pode ser orientada em função da resolução participativa de problemas, utilizando uma seqüência que não é rígida:

- identificar problemas relevantes dentro da situação investigada;
- estruturar a explicação dos problemas;
- definir um programa de ação para a resolução dos problemas escolhidos como prioritários;
- acompanhar os resultados da ação por intermédio de diversos meios de controle (ver até que ponto o problema está sendo “resolvido” ou apenas “deslocado”);
- fazer uma síntese dos resultados obtidos em todas as fases.

Segundo Franco (2005), a pesquisa-ação pode e deve funcionar como uma metodologia de pesquisa, pedagogicamente estruturada, possibilitando tanto a produção de conhecimentos novos, como também formando sujeitos pesquisadores, críticos e reflexivos. Em processos sociais, com perspectivas transformadoras da realidade deve haver uma associação da pesquisa a uma estratégia ou proposta, na qual a pesquisa-ação se torna parte na consecução dos objetivos almejados, somando-se de forma complementar a outras estratégias, métodos e dinâmicas sociais. Nesses contextos, a pesquisa-ação, como sustenta Thiollent (2011) pode ser assumida muito mais como um método agregando outros métodos ou técnicas de pesquisa e ação social.

De fato houve confluências especialmente com a metodologia da Observação Participante, que é um método de investigação na qual o observador se envolve nos processos e eventos que definem a realidade estudada, fazendo-se

parte dela, vivenciando aquilo que se observa e observando aquilo que se vivencia, e, aproximando e interagindo com o marco teórico e metodológico relacionado.

Também houve significativa aproximação com o método Pesquisa Ação participativa do pesquisado Colombiano Orlando Fals Borda (1925-2008), que a define como uma forma de assumir nosso papel nas transformações sociais, e exercendo uma forma distinta de relação da pesquisa com nossas sociedades, como uma aposta na construção do pensamento próprio, como um meio de chegar a formas mais satisfatórias de sociedade, e de ações empreendidas para transformar as realidades

Esta aproximação com a Pesquisa Ação Participativa potencializa a condição política dialética classista transformadora da sociedade capitalista.

2.2.2 IAP – Pesquisa Ação Participativa (Investigación Acción Participativa): práxis e dialética na construção social

Na proposta do pesquisador Colombiano Orlando Fals Borda (1925-2008) a Pesquisa Ação Participativa promove a integração de conhecimento e ação, uma vez que ela admite que os usuários devem se envolver, aprender, interpretar e transformar a realidade em estudo, e propor ações para a solução dos problemas identificados por eles próprios, tornando-se sujeitos das mudanças e transformações da realidade e da sociedade em que vivem. Trata-se de um processo dialético que busca a transformação de contextos, bem como dos sujeitos que fazem parte deles, através da práxis (interação constante/unidade entre teoria e prática) onde a ação tem origem em um conhecimento, mas que é geradora de novos conhecimentos. No IAP o pesquisador não se envolve somente no estudo, mas também na solução dos problemas junto ao ambiente e sujeitos pesquisados.

A filosofia da práxis (interação constante/unidade entre teoria e prática) é o fundamento da Pesquisa Ação participativa, onde a ação tem origem em um conhecimento, mas que é geradora de novos conhecimentos. Miguel Martínez (2005) define o Método de Pesquisa Ação participativa como:

É indicado quando o pesquisador não só quer conhecer uma determinada realidade, ou um problema específico de um grupo, mas também resolvê-lo. Nesse caso, os sujeitos investigados participam como co-investigadores em todas as fases do processo: formulação do problema, coleta de dados, interpretação das informações, planejamento e execução da ação concreta para a solução do problema, avaliação posterior ao realizado, etc. O

principal objetivo destas pesquisas, não é algo externo às mesmas, e sim está orientado à conscientização, desenvolvimento e emancipação dos grupos estudados, e para a solução de seus problemas. (MIGUEL MARTÍNEZ, 2005 pg.12).

Para Fals Borda (1985), a unificação do pensamento entre bases e profissionais a fim de reforçar a confiança mútua e alcançar a Praxis em objetivos comuns de poder popular e transformação social não é tarefa fácil, exigindo principalmente uma mudança de atitude do pesquisador. A participação ativa das partes interessadas no estudo, juntamente com os processos de reflexão crítica e interesse em promover o desenvolvimento social são aspectos centrais dessa metodologia. Pesquisadores-educadores são assumidos como participantes e aprendizes destes processos e todos os envolvidos como sujeitos do conhecimento e, também, como sujeitos em processo de formação.

Os objetivos da Pesquisa Ação Participativa são:

“1º- Geração de um conhecimento libertador que parte do próprio conhecimento popular que vai se explicitando, ampliando e estruturando em um processo de pesquisa levado a cabo por um povo, e no qual os pesquisadores são catalizadores e provedores de ferramentas metodológicas. O resultado não é um conhecimento segmentado ou disciplinado, e sim, global e explicativo da realidade como um todo.

2º- O processo de geração do conhecimento, assim como o resultado final do mesmo, devem iniciar a consolidar uma estratégia (ação), paralelamente ao crescimento do poder político (não necessariamente partidário) que torne possível a mudança pretendida.

3º- Esse processo de aquisição de conhecimento e poder político (empoderamento) para alcançar transformações positivas para a comunidade deve conectar-se a outros semelhantes, de tal forma que gere um emaranhado horizontal e vertical que permita o desenvolvimento do processo e a transformação esperada da realidade social. Isso é assim porque a região (dentro do conceito de formação social) se considera como elemento chave para a interpretação da realidade na criação de mecanismos internos e externos de nivelamento do poder, sendo o fim principal da IAP resolver as contradições fundamentais de uma região concreta, recorrendo a elementos autóctones.” ((FALS BORDA, 1991 citado por GUZMÁN, G. ALONSO. A, POULIQUEN, Y. SEVILLA, E. 1996, pág. 309)

A Pesquisa Ação Participativa (IAP) exercida em diferentes propostas e projetos se fundamenta em três pilares: ações políticas, teorias e metodologias.

Calderón y Cardona (2014) descrevem aspectos básicos da Pesquisa Ação Participativa, sendo:

A relação sujeito-objeto: O IAP se distingue na relação sujeito-objeto da epistemologia tradicional porque considera o tanto o pesquisador como os participantes sujeitos, permitindo uma relação não hierárquica, onde a interação é

apenas possível em um processo de conhecimento intersubjetivo. Este é o início de um novo paradigma de pesquisa que reconhece o processo intersubjetivo, assim, identifica e torna protagonistas na formação e aprendizagem todos os sujeitos que ali se encontram como parte dos processos sociais, que permite a mudança contínua.

A Prática da Consciência: Um dos elementos do processo de conhecimento do sujeito-sujeito é o exercício da consciência. Todo o conhecimento reflexivo-auto-reflexivo consciência no sujeito, mais ainda quando esses processos são grupais e seus resultados são para os participantes das ações coletivas, ou seja, o IAP promove reflexões coletivas que permitem a tomada de consciência igualmente coletiva. Então, rompe com a idéia de gerar consciência a partir da externalidade e atende a um novo paradigma, onde a consciência é práxis.

Redescoberta do saber popular: O IAP reconhece nos coletivos sociais um conhecimento acumulado que é potencializado e qualificado. Organiza e valida conhecimentos ancestrais, desconstrói coletivamente preconceitos sobre a realidade e promove a pesquisa para transcender ou superar a realidade em se encontra a comunidade. Nesse sentido, os grupos transformam-se em movimento social, a partir de um passado reconhecido coletivamente, um conhecimento construído por todos e com propósitos sociais coletivos pensados coletivo para intervir na realidade e transformá-la.

A ação como um elemento central da formação: a práxis política devem ser centro da formação no exercício de reconhecimento processos intersubjetivos de conhecimento, uma vez que permite a qualificação consciente da ação do sujeito social (unidimensional e colectiva) e sua por sua vez, alimenta o trabalho das comunidades para realizar ações que modificam as situações de pobreza, marginalização e desigualdade que geralmente se encontra. Dessa forma, a acção é a transformação.

A participação: Geralmente participação é permitida para se expressar as experiências e problemas dos atores sociais, sem permitir espaço para a reflexão para gerar ações de mudança e transformação profunda das estruturas hegemônicas de ensenação ou coisificação dos sujeitos. Neste sentido, o IAP promove a melhoria a idéia da participação enquadrada dentro dos pressupostos do status quo imposto aos coletivos sociais. Neste sentido, a participação nas mãos de

um promotor da IAP, aumenta "a livre expressão", levanta perguntas e questões que permitam reflexões críticas dos sujeitos sociais, mas que normalmente não se atrevem a compartilhar com os outros ou na construção de alternativas populares. A participação a partir dessa perspectiva é ativa e crítica, e não pode mais ser regulada pelos coletivos ou grupos sociais. Participar então é capacidade de agir como iguais em um grupo social na busca de respostas críticas aos seus desafios econômicos, políticos, ambientais, sociais e culturais, onde o educador-pesquisador torna-se parte em um grupo social, colocando o seu conhecimento a serviço de tal reflexão, sistematização e construção social, numa relação horizontal, sem gerar dependência, exploração, opressão ou submissão.

A pesquisa ação participativa promove a integração de conhecimento e ação, uma vez que ela admite que os usuários devem se envolver, aprender, interpretar e transformar a realidade em estudo, e propor ações para a solução dos problemas identificados por eles próprios, tornando-se sujeitos das mudanças e transformações da realidade e da sociedade em que vivem. A Pesquisa Ação Participativa é, portanto, um processo dialético que busca de a transformação de contextos, bem como dos sujeitos que fazem parte deles.

2.2.3 Campesino a campesino: uma referência metodológica para construção social do conhecimento

As famílias camponesas historicamente vêm construindo conhecimento e repassando-o a outras comunidades e perpetuando-o através de gerações. Grande maioria de nosso alimento atual é fruto do trabalho de comunidades antigas: o trigo, milho, mandioca, feijão, amendoim, tomate, e tantas outras, incluindo as espécies animais. Não só a descoberta/ domesticação, mas o melhoramento genético, a conservação de sementes e raças e as tecnologias de produção forma conhecimentos construídos coletivamente e repassados de forma muito eficiente. A isso é possível chamar de “campesino a campesino”.

Aqui se faz referência a uma experiência metodológica construída na América Central, na Guatemala, México, Honduras e especialmente em Cuba, onde teve expressão na recomposição da segurança alimentar embasada na agroecologia, envolvendo mais de 100 (cem) mil famílias em apenas 10 anos.

Segundo Sosa (2011) esta metodologia consiste em três etapas fundamentais:

- a) Problematização: embasada, sobretudo no diagnóstico rural participativo;
- b) Experimentação: teste e adaptação das práticas aprendidas às condições específicas das unidades de produção;
- c) Promoção e multiplicação de práticas: objetivo do programa “campesino a campesino”. (SOSA et alli, 2011, pág. 33)

Trata-se de um processo coordenado e realizado pelos campesinos, e metodologicamente incrementado na experiência cubana, sendo definido como:

(...) sistema de métodos procedimentos e técnicas que facilitam desencadear processos de intercâmbio e aprendizagem entre os campesinos (as) e suas famílias, assim como entre dirigentes, técnicos, pesquisadores e outros atores relacionados. Seu objetivo foi envolver e comprometer os atores interessados na transformação da agricultura para uma modelo cada vez mais sustentável através de análises e projeções no próprio contexto produtivo, a partir de uma perspectiva muito mais participativa. (SOSA et alli, 2011, p. 33)

É uma metodologia embasada na práxis campesina em uma proposta centrada na gente e na agri – cultura. Busca motivar os campesinos a pesquisar e obter resultados aplicados e reconhecidos na construção de tecnologias apropriadas a partir de algumas técnicas escolhidas, a serem apropriadas, sistematizadas e multiplicadas por agentes campesinos capacitados.

Tabela 04: Diferenciação entre o modelo convencional e o “campesino a campesino”

Extensão convencional	Campesino a campesino
Pesquisadores desenvolvem uma tecnologia	Um camponês já tem uma solução de um problema que é comum a outros camponeses, ou descobre uma solução.
Realizam testes de campo	Transforma-se em promotor dessa nova ou recuperada prática
Realiza testes junto aos produtores	
Extensionistas montam parcelas demonstrativas, dias de campo e realizam assistência técnica	Realizam-se intercâmbios onde outros (as) visitam sua experiência para aprender, ou este visita as outras famílias para trocar experiência.

(SOSA et alli, 2011, pág. 35)

As principais ações do campesino a campesino são as práticas de experimentação realizadas junto às unidades camponesas, os testemunhos dos experimentadores, demonstrações didáticas, exposições e feiras, dinâmicas de

animação, poesias, canções, sócio dramas e outros, em atividades de assembléias, oficinas, diagnóstico rápido participativo, visitas, intercâmbios e encontros.

Outra referência alicerçada na interação campesino a campesino é a proposta da **metodologia de concursos de Raymi**, sistematizada por WILLEM H.M. VAN IMMERZEEL (2006) a partir de vários projetos realizados na Região Andina da América Latina. Ramy significa festa no idioma quéchua do Peru, e, pretende criar um ambiente festivo e incentivar o compromisso coletivo no desenvolvimento das capacidades locais. Realiza-se através da competição – cooperação, onde os concursos são mais para cooperar do que para competir:

Nós achamos que Raymi é um meio, uma ferramenta para:

- Proporcionar condições para gerar um processo de aprendizagem e ações sociais no grupo;
- Promover o desenvolvimento de inovações tecnológicas e difundir através da aprendizagem mútua;
- Facilitar o fortalecimento da capacidade das comunidades para negociar acordos e gerir conflitos;
- Gerar impactos rápidos e sustentáveis em grande escala, que são geralmente muito rentável. (IMMERZEEL, 2006, p. 11)

A metodologia também propicia o fortalecimento da identidade cultural e a auto-estima das pessoas, condição importante na organização social, mas também estabelece pontes interculturais para aproximar comunidades de origem distinta. Considera que as pessoas têm uma base de conhecimentos válidos adquiridos na sua trajetória de vida e que por isso podem desenvolver, por si próprias, novas compreensões e novas habilidades, basta que sejam estimuladas e motivadas.

Os resultados avaliados são muito superiores e mais rápidos e duradouros que em outras metodologias e propostas desenvolvidas em diversos projetos realizados junto às populações empobrecidas e em ambientes bastante degradados, como se referencia na avaliação de um dos projetos estudados:

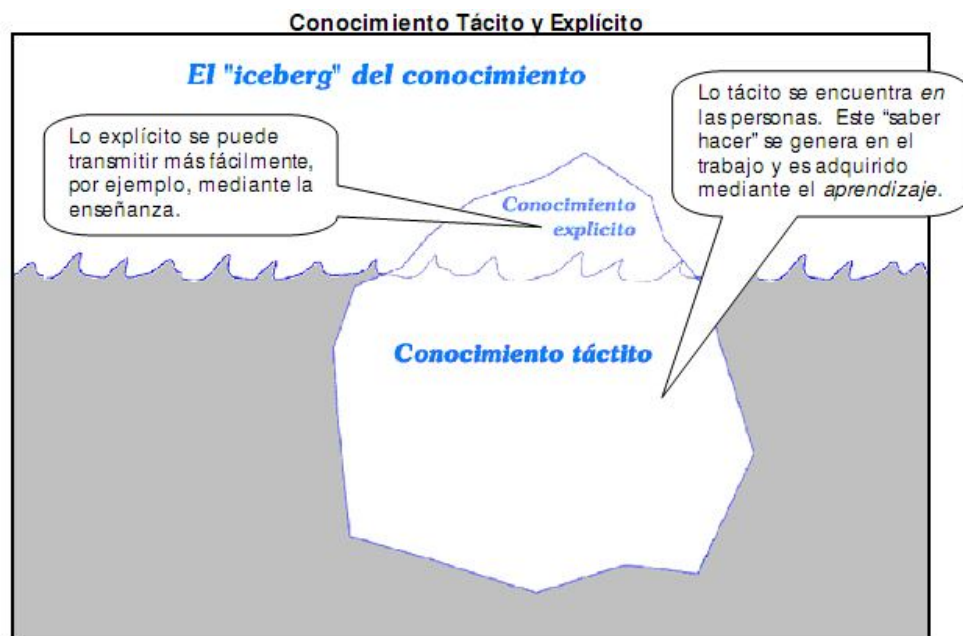
Possibilitou a transição de pelo menos 20 mil famílias da comunidade, de uma situação de subsistência e insegurança alimentar, a uma condição de camponeses produtores, com maior capital físico e financeiro, com a segurança alimentar e com produção de excedentes. (IMMERZEEL, 2006, p. 22).

Tabela 05: Algumas diferenças marcantes do aspecto acima referenciado:

Alguns Projetos de ONGs	Proposta “Aprendendo dos Melhores” (Ramy)
01 técnico para 200 famílias;	01 técnico para 1.500 famílias;
Menos de 5% adotam as tecnologias em mais de 15 anos;	Mais de 80% adotam as tecnologias em 2 a 4 anos;
Custo de U\$ 600/família/ano.	Custo de U\$ 35/família/ano.

A proposta pauta-se basicamente no denominam de conhecimento tático, ou seja, no conhecimento acumulado que as pessoas possuem e em que acreditam, aquilo que são capazes. Este conhecimento é mais fácil de ser exercido do que ser expresso. Já o conhecimento que denominam como explícito, é o conhecimento racional, apresentado em textos, tabelas, números e que pode ser facilmente transferido através da linguagem, documentos, fórmulas, vídeos, etc.

Imagem 12: Representação da distinção entre conhecimento “tático” e “explícito”.



(IMMERZEEL, 2006, pag 68).

As capacidades são desenvolvidas a partir dos conhecimentos das pessoas e das comunidades, de dentro para fora, gerando novas capacidades.

A motivação para a participação das pessoas, apesar da existência de um prêmio, vai muito além dele, desde o reconhecimento à perspectiva de melhorar os resultados e as condições de vida da família. A efetiva motivação é o resultado combinação dos vários motivadores.

Se você planeja para um ano, planta arroz. Se você planejar para uma década, deve plantar árvores. Se você planeja para toda a vida, deve

desenvolver as habilidades das pessoas. (adaptado de provérbio Chinês em - IMMERZEEL, 2006, p. 141).

As experiências do “campesino a campesino” destacam-se pela construção efetivamente horizontal do conhecimento, e da independência da figura do profissional técnico. Pode questionar-se a pouca presença do conhecimento acadêmico acumulado, mas destaca-se também pela capacidade de obtenção de resultados rápidos e duradouros e ainda, pelo baixo custo financeiro.

2.3 ACÚMULOS METODOLÓGICOS QUE SERVIRAM BASE IMEDIATA PARA A PROPOSTA SISTEMATIZADA

Além da análise de trajetória histórica da Educação Popular e de outras experiências anteriores de ONGs e movimentos sociais, das referências metodológicas acima apresentadas, a proposta se valeu mais especificamente de duas iniciativas anteriores:

2.3.1 Parceria Cepagri – Cepis – Santa Catarina

O Cepagri (Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais) é uma ONG de Santa Catarina que centrou seu trabalho na Educação Popular e Agroecologia. Esta entidade articulou-se junto ao Cepis (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae) e outras entidades de Educação Popular da América Latina, na busca da qualificação metodológica. Esta parceria realizou a partir de meados da década de 1990 desenvolvendo diversos encontros de estudos, algumas iniciativas práticas e uma sistematização propositiva.

Dentre os momentos fortes de sua atuação, destaca-se o Encontro Nacional de Educadores Populares, realizado no Instituto Cajamar/SP em novembro de 1994, que tinha como objetivo reunir educadores populares na perspectiva de manter o “horizonte da transformação social” na sua atuação. Dentre as principais conclusões do debate, evidencia-se a necessidade de articular “os objetivos gerais de construção de uma nova sociedade e as necessidades imediatas das pessoas”. Houve alguns avanços propositivos, mas este encontro levantou muitos desafios e questões subjacentes às articulações a serem superados na educação popular:

Como gerar novas formas de participação? Como construir espaços democráticos? Diante do técnico, como fica a iniciativa popular? Qual a relação entre governo e partido? Partido e Movimento? Bases e direção? Como recriar as bases de relacionamentos entre diferentes companheiros? Como reviver valores como o companheirismo, a solidariedade, a aliança, a confiança? (CEPIS – CEPAGRI, 1996, p. 9).

Realizaram-se na sequência diversas Jornadas de Educação Popular junto às experiências práticas, para avaliação, aprofundamento e re-sistematização a partir das metodologias exercidas nessas práticas, por exemplo, no orçamento participativo em Porto Alegre. Uma destas jornadas se deu na experiência do próprio Cepagri à luz da educação popular na agroecologia.

Dado ao refluxo dos Movimentos Sociais e o crescente imobilismo social no início da década de 1990, era necessário “provar que o sonho não acabara”.

A conjuntura que enfrentávamos era muito difícil. Grandes mudanças no mundo do trabalho, a derrota do nosso projeto eleitoral, democrático e popular, Fukuyama com seu “capitalismo como fim da história” e Collor (com a Globo) toda sua parafernália governamental. O Projeto “socialista” que fora derrotado no Leste Europeu não era o mesmo projeto socialista que pregávamos, nem tampouco o que nos cativara. Mas, como dizer isso aos trabalhadores? Como negar uma versão tão bem contada? Como reanimar a militância e soltar tanta fúria tão bem represada? (CEPIS – CEPAGRI, 1996, p. 9).

Constatava-se, que dos trabalhos de formação (Cursos, seminários, plenárias e outros) poucos frutos resultavam, poucas lideranças sobravam ou iam buscar com agora com mais condições seu próprio projeto de vida com cargos e bons salários, pouco trabalho de base se conseguia fazer e pouca organização de fato resultava. Era necessário retomar o trabalho de base, mas tinha que ser de outra forma.

Tinha que recuperar a paixão e o “tesão”, re – animar (devolver o ânimo, a alma), voltar a ter esperança, re-acender a criação de novos valores, de novas práticas, de novos homens e das novas mulheres, pra nova sociedade que estamos a gestar. Tinha que sair dos gabinetes, dos sindicatos, das quatro paredes, voltar a ganhar as ruas, invadir campos e construções, acender novos archotes, re-construir a “revolução”. E acima de tudo, conhecer a realidade, se por em sintonia com os novos tempos, incluir os excluídos em nosso projeto de libertação e multiplicar, multiplicar com qualidade, mas também com quantidade e com velocidade. Pois custam vidas, muitas vidas, quanto mais tarda o amanhã. (CEPIS – CEPAGRI, 1996, p. 10).

Era necessário um saber de qualidade, científico, mas um “saber popular”. Retomar e multiplicar a capacidade social para contrapor a qualidade total e o capital social da lógica tecnicista de um mundo da individualização, da disputa e do

consumismo. Tirar o povo da “domesticação” e alienação, e acender o protagonismo popular, pois a força reside no povo. Resgatar a condição de “ser humano” diante da crescente “coisificação” e da condição de “uso” a que são submetidas. Reconhecer e respeitar a subjetividade humana, retomar a auto-estima e resgatar a cidadania.

Nasce daí a proposta da Formação Básica Multiplicadora como uma experiência metodológica implementada em diversos espaços e realidades: junto ao MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) de Sorocaba/ SP (1993), os metalúrgicos do ABC (1993); Escola Sul da CUT (1994); APP Sindicato dos Professores/PR (1994). Na parceria Cepagri e Cepis, ainda em 1994, a proposta foi lapidada e sistematizada em um caderno como “Formação Básica Multiplicadora”, a partir de iniciativas junto a assentamentos da reforma agrária, comunidades rurais e movimentos sociais.

A Formação Básica Multiplicadora (FBM) “é uma tentativa de aliar a capacitação – a arte de tornar (-se) capaz – e a mística que provoca a indignação dos oprimidos, re-acende o ânimo do povo, qualifica o trabalho de base e incentiva a ligação das frentes de luta e de convivência”. Esta concepção propositiva está na base da formulação metodológica e, já foi transcrita teoricamente no capítulo anterior “Um desafio Metodológico” e é parte na proposta de construção coletiva do conhecimento para superação da ATER (assistência técnica e extensão rural) apresentada na parte final deste caderno.

As iniciativas relatadas a seguir tiveram outras fontes de referência na sua construção incluindo a trajetória da própria Cooperiguaçu, e resultam de esforços realizados na transformação do que historicamente se convencionou como ATER.

2.3.2 Programa de Inclusão Social

Realizado de 2003 a 2007, o programa de Inclusão social se envolveu em quatro micros regiões do Sudoeste do Paraná e uma em Santa Catarina, contemplando 1.500 famílias em processo de exclusão. No Sudoeste do Paraná o programa envolveu 500 famílias de forma direta integrantes de 60 grupos, em 25 comunidades rurais, distribuídas em 22 municípios. Atuaram nesse projeto 25 profissionais das áreas das ciências agrárias e afins definidos a partir da indicação das entidades locais nos municípios. A coordenação executiva coube a

Cooperiguaçu que contava com um coordenador geral e quatro coordenadores microrregionais, um para cada fórum microrregional, também definido pelos fóruns microrregionais e o coordenador geral pelo fórum regional das entidades da agricultura familiar do Sudoeste. Teve como parceiros principais as Cooperativas de Crédito e Interação Solidária (CRESOL), as Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (Claf), as Cooperativas da Agricultura Familiar Integradas com maior atuação na comercialização (COOPAFI), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Sudoeste do Paraná e algumas prefeituras.

O Conselho gestor do programa de Inclusão era composto por duas lideranças de cada um dos sistemas que representavam as organizações que compunham a “rede”, assim: Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação solidária - CRESOL BASER; Cooperativa de Crédito Rural com Interação solidária - CRESOL BASE SUDOESTE (16 Cooperativas); Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária, CRESOL Base Fronteira (12 Cooperativas); Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária, SISCLAF (22 Cooperativas); Sistema de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar COOPAFI (15 Cooperativas); Associação dos Sindicatos do Sudoeste do Paraná (ligados a FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) - ACESI (29 sindicatos); perfazendo um total superior a 60 organizações locais e regionais. A cada dois meses o conselho gestor se reunia e analisava os trabalhos em todos os aspectos, debatia e encaminhava as orientações gerais.

Teve como objetivo principal apoiar a inclusão social de famílias empobrecidas e a sua participação nos processos de desenvolvimento local. Os principais conteúdos trabalhados foram: transição ecológica, formação, organização social, crédito solidário, gênero e geração, acesso às políticas públicas e comercialização.

Uma das maiores virtudes desse programa e do Projeto de Ater Cooperativada do Sudoeste que veio em seguida foram as parcerias constituídas e a capacidade de articulação que se conseguiu construir entre as organizações, transformando em participação efetiva e construção coletiva: conhecimentos e práticas que contribuíram para animar o Desenvolvimento Local.

2.4 A PESQUISA: UM ESFORÇO DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO EM PROJETOS DE ATER REALIZADOS NO PARANÁ

A pesquisa tem como foco as experiências práticas, realizadas junto a mais de dez mil agricultores familiares e assentados da reforma agrária no estado do Paraná em mais de 100 (cem) municípios, realizadas por Cooperativas de ATER, articuladas na CENATER – Paraná (Central das Cooperativas de Acompanhamento Técnico e Extensão Rural do Estado do Paraná) e CEAGRO (Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia) ligado ao MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) no Território da Cantuquiriguaçu. As experiências se desenvolvem desde 2003 com algumas delas ainda em execução com previsão de encerramento em 2016. Desde o início já atuaram nas referências estudadas, mais de 150 agentes de ATER com formações diversas majoritariamente das ciências agrárias.

Nessas experiências desenvolveram-se vários instrumentos de construção social do conhecimento, que podem ser resumidos na elaboração e execução participativa de “Planos familiares de desenvolvimento sustentável e transição agroecológica”, “Planos Grupais ou Comunitários de ações para o desenvolvimento sustentável e transição agroecológica”, e Planos Municipais de ATER.

Os instrumentos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de ações foram concebidos e ajustados de forma coletiva com as famílias e organizações locais, e a sistematização realizada em parceria com os (as) Agentes Locais de ATER. Contou também com algumas assessorias externas de profissionais especializados com qualificação e militância junto com a agricultura familiar/camponesa e a agroecologia. Em cada experiência sistematizada a inserção do pesquisador e o próprio processo metodológico de construção e re-construção da proposta foi diferenciado, conforme apresentado. Em todas as experiências realizadas, tanto o pesquisador, como os agentes de ATER, as lideranças das organizações e as famílias tiveram papel ativo nas avaliações, e planejamento e ajustes da proposta e das ações a serem executadas.

Nos momentos de interação coletiva exerceu-se: a formação, momento pedagógico de estudo troca de experiências para potencializar da capacidade

crítica; a organização, afirmação dos papéis, funções e distribuição das tarefas assumidas propostas; e a multiplicação, fortalecimento dos sujeitos já envolvidos e envolvimento de novos sujeitos visando ampliação horizontal e geométrica da construção da proposta.

Para os fins desta pesquisa-ação adotou-se 4 desses projetos/processos, sendo:

- Projeto de Ater Cooperativada das Entidades do Sudoeste
- Projeto de ATER da Unicafe/Agência
- Projeto de ATER em Rede no Vale do Ribeira
- Chamada ATER INCRA – CEAGRO

2.4.1 Projeto Rede de ATER Cooperativada - Sudoeste do Paraná

Abrangência: Sudoeste do Paraná, envolvendo quatro microrregiões, sendo Fronteira, Marrecas, Vale do Iguaçu e Pinhais.

Período: 2007 a 2009.

Beneficiários: 1.500 famílias de 60 grupos em 100 comunidades rurais de 30 municípios do Sudoeste;

Entidade proponente e gestora: Cresol Base Sudoeste;

Entidade Executora: Cooperiguaçu;

Entidades parceiras: Cresol Base Sudoeste, Cresol Base Fronteira, Sisclaf, Coopafi Central e ACESI

Grupo de trabalho: 30 Agentes Locais de ATER e 05 Agentes Coordenadores, sendo, 04 agrônomos (as), 03 Economistas domésticos (a)s, 02 assistentes sociais, 10 Pós médios em Agroecologia, 04 Agricultores (as) com notório saber, 10 técnicos (as) agrícolas.

Tipo de envolvimento/interação: Pesquisa-ação participativa na atuação na proposição metodológica e elaboração dos instrumentos, na execução da formação/capacitação dos agentes, participação nas reuniões da coordenação, e no seminário de avaliação. Durante todo o processo houveram diversos encontros de avaliação e ajustes metodológicos para os momentos seguintes. Durante essa iniciativa foram testados e ajustados de forma participativa e dialógica os instrumentos metodológicos exercidos nas experiências seguintes.

Fonte de obtenção das informações de avaliação e monitoramento:

Monitoramento final e avaliação realizados pelos profissionais contratados Engenheiros Agrônomos Msc. Alberto Bracagioli e Msc. Christophe de Lannoy.

2.4.2 Projeto de ATER da Unicafes/Agência

Abrangência: Estado do Paraná, nas seis regiões do Paraná, sendo, Sudoeste, Oeste, Centro, Norte, Sul e Vale do Ribeira, envolvendo 55 municípios;

Período: De 2008 a 2011

Beneficiários: 4.400 famílias

Entidade proponente e gestora: UNICAFES e AGÊNCIA

Entidade Executora: Cooperativas de ATER e outras

Entidades parceiras: Cresol Baser, Sisclaf, CENATER e Coopafi Central.

Grupo de trabalho: 55 Agentes Locais de ATER e 12 Agentes Coordenadores;

Tipo de envolvimento/interação: Pesquisa-ação participativa através da atuação no ajuste dos instrumentos, na execução da formação/ capacitação dos agentes, participação nas reuniões da coordenação, assessoria no seminário de monitoramento e avaliação, na execução do monitoramento;

Fonte de obtenção das informações de avaliação e monitoramento:

- Assessoria na capacitação da equipe técnica e acompanhamento das reuniões de avaliação e planejamento da equipe, coordenação e entidades parceiras;
- Monitoramento e avaliação participativa do projeto/processo.

2.4.3 Projeto de ATER em Rede no Vale do Ribeira

Abrangência: Território Vale do Ribeira - Estado do Paraná, envolvendo os municípios de Cerro Azul, Adrianópolis, Dr. Ulysses, Tunas do Paraná, Bocaiuva, Rio Branco do Sul, Rio Branco e Itaperuçu.

Período: De 2011 a 2012.

Beneficiários: 900 famílias, em 70 grupos.

Entidade proponente e gestora: Cooperiguaçu.

Entidade Executora: Cooperiguaçu.

Entidades parceiras: Cooperativas de crédito (Cresol) e comercialização (Coopafi de Cerro Azul); Associações municipais de comercialização; Associação de Agricultura Orgânica do Paraná (AOPA); Aprotunas; APRAF; Associação Rio Sul; Secretaria de Agricultura de Cerro Azul; Prefeitura de Adrianópolis; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Deser.

Grupo de trabalho: 12 agentes sendo, 05 Engenheiros Agrônomos, 05 técnicos agropecuários, 01 sociólogo e uma pedagoga.

Tipo de envolvimento/interação: Pesquisa-ação participativa através da atuação no ajuste dos instrumentos, na execução da formação/ capacitação dos agentes, participação nas reuniões da coordenação, participação em oficinas de construção de planos familiares de transição agroecológica e planos comunitários de desenvolvimento sustentável, e, assessoria construção do seminário de avaliação;

Fonte de obtenção das informações de avaliação e monitoramento:

- Assessoria na capacitação da equipe técnica e acompanhamento das reuniões de avaliação e planejamento da equipe, coordenação e entidades parceiras.
- Aplicação de um questionário junto às famílias envolvidas, num total de 45 em uma amostragem sorteada em todos os municípios de abrangência.
- Outra pesquisa foi realizada junto às entidades parceiras (COOPAFI/ Cerro Azul - CRESOL / Cerro Azul - SEC. AGR. Cerro Azul - ASTRAFI – Cerro Azul - PAC - CRESOL – Bocaiúva do Sul - COPLAR – Adrianópolis - APROTUNAS – Tunas do PR - GRUPO ORGANICO AOPA – Bocaiúva do sul - UNICAFES - FÓRUM DO TERRITÓRIO - CRESOL - Itaperuçu - SINTRAF - Itaperuçu.
- Uma terceira pesquisa foi realizada junto à equipe de agentes envolvidos.
- Acompanhamento e sistematização no seminário final de avaliação.

2.4.4 Chamada ATER INCRA – CEAGRO

Abrangência: Município de Rio Bonito do Iguaçu, Território Cantuquiriguaçu - Estado do Paraná, envolvendo dos assentamentos Ireno Alves, Marcos Freire e Oito de Junho.

Período: De setembro de 2011 a setembro de 2012, com continuidade aprovada em andamento.

Beneficiários: 1.600 famílias

Entidade proponente e Executora: Ceagro - Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia.

Entidades parceiras: Mundukid (País Basco – ES) ACACIA, ACANF, Crehnor, MST e UFFS.

Grupo de trabalho: 18 agentes – 01 (uma) coordenadora;

Tipo de envolvimento/interação: Pesquisa-ação através da atuação na elaboração dos instrumentos, na execução da formação/ capacitação dos agentes, e na assessoria e apoio em dias de campo.

Fonte de obtenção das informações de avaliação e monitoramento:

- Acompanhamento de reuniões de formação e avaliação da equipe técnica e coordenação e acompanhamento das ações práticas de campo na construção de planos familiares de desenvolvimento sustentável e planos comunitários de ações para o desenvolvimento sustentável.
- Avaliação realizada em encontros com as famílias envolvidas e encontros com a equipe técnica e coordenação, e encontros com a equipe de coordenação do Incra (financiador).

CAPÍTULO 3 - CONTEXTO: O AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO E A EDUCAÇÃO POPULAR COMO PROPULSORA DO MOVIMENTO SOCIAL

3.1 A EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Conjunturalmente a abordagem a seguir se apresenta fortemente polarizada e algumas vezes dicotômica entre o estatal e o popular. Isso se deve à trajetória da construção do Estado Brasileiro, historicamente, dirigido pelos interesses de oligarquias de nobres e burgueses, distanciando-o da realidade e interesses da maioria da população. O educador Carlos Rodrigues Brandão, ao comparar as sociedades indígenas tribais onde não há estado e predomina o dever do poder, as diferencia da nossa organização social regida pelo estado, onde predomina o direito do poder, o que permite o descolamento entre o governo e o povo, entre a realidade e o poder, potencializando interesses privados e gerando desigualdades e exclusão social.

Diferente é a condição de sociedades regidas pela desigualdade, mundo que obriga a pensar, na educação, a necessidade de uma estranha educação popular. Existimos dentro de um mundo social onde senhores do poder, através do Estado, decidem e definem para os “outros” (para nós) o que querem que seja a relação entre eles e os “outros” (nós). Vivemos em uma sociedade onde um Estado de democracia restrita não é o lugar coletivo do poder consensual de criar direitos, de criar por consenso as normas da vida coletiva, mas apenas é o lugar de obedecê-las. (BRANDÃO 2006, p. 04).

Assim, necessita-se da criação de uma esfera identificada como popular, para além do estado que interage com o estado, resultando constantemente, numa relação de conflito, de disputa, coerção, anulação (ditadura militar), mas com momentos de aproximação e interação positiva. Mesmo assim, o popular não deve ser visto como paralelo, ou uma forma mais justa ou avançada de fazer a mesma coisa, mas como uma condição relacional, organizacional e política alicerçada na realidade de um povo, na interação participativa, efetiva e permanente, em um movimento transformador das estruturas sociais opressoras e exploradoras, tendo o povo como sujeito. O popular, também, deve ser percebido em uma diversidade de condições, formas e contextos. De fato mesmo, o estado deveria ser popular e igualmente toda a educação deveria ser popular.

A condição do “popular” é assumida em diversos momentos na história do Brasil, sob condições e percepções diferentes, em cada momento do processo histórico. Da mesma forma a idéia de “povo” vai ganhando novos significados.

Na fase do Brasil colônia e durante a monarquia, o popular relacionava-se ao povo, menos a oligarquia real tida como nobres. Não contemplava também os índios e os escravos porque não eram considerados “gente”. Com a proclamação da república, em 1889, todos são considerados cidadãos iguais perante a lei, mas, de fato, condições de cidadania se exercem junto à burguesia que concentra as terras e outros meios de produção. Nesse contexto de aliança da oligarquia com a burguesia, segundo Conceição Paludo, identifica-se um novo pensamento e práticas políticas hegemônicas:

A ilustração, ideário cultural e político, encontra-se com o capitalismo, nova forma de produzir – classes sociais. E é nesse movimento que se forjam o novo pensamento e práticas políticas hegemônicas. ... O homem livre, para sobreviver, tem de vender sua força de trabalho aos velhos ricos (oligarquias) e aos novos ricos (burguesia) e submeter-se ao que lhe pagam ou, então, apelar para as atividades paralelas de subsistência. (PALUDO 2001, p. 32 e 33).

A relação da ordem vigente, estabelecida pelo Estado, sempre esteve articulada com o poder econômico e dissociada das reais necessidades e condições da maioria da população. Evidencia-se a condição dicotômica “do popular” em relação ao Estado e à economia capitalista. Muitas foram as reações de não concordância, de resistência ou de ruptura contra a ordem estabelecida pelo avanço do capitalismo, a destacar desde a resistência indígena, Revolta de Canudos e Coluna Prestes.

Na chamada Revolução de 1930 (Governo Getúlio Vargas) com o Estado novo, ocorre um rearranjo nas forças políticas, caracterizado num pacto da elite, um pacto num movimento de reforço à nacionalização. Neste momento ocorre uma aproximação e integração de demandas e necessidades populares junto ao governo, quando houve alguns avanços dos trabalhadores. Porém, as grandes questões que já vinham pressionando o governo não foram resolvidas, como o acesso à terra, o desemprego, a fome e outros. Essa aproximação foi necessária para ampliar a força pela nacionalização do estado brasileiro, mas também, segundo Paludo, era para conter as pressões e manter a ordem social.

Há, por parte do governo, a concretização de um movimento que já se delineava na Primeira República, o da integração tutelada dos trabalhadores a fim de garantir a ordem social. (PALUDO 2001, p. 87)

Momento expressivo que marca uma nova condição do popular dá-se com a abertura democrática a partir de 1945. A sistematização a seguir objetiva fazer um paralelo da organização social e educação popular, tendo como foco de análise o campo. Toma-se como referência o final da década de 1940, dado a condição de continuidade mais efetiva das interfaces com a história mais recente da luta popular e o desenvolvimento da atual condição sociopolítica da sociedade. Remontam daí os grandes fundamentos teóricos e metodológicos da proposta em construção, apresentada neste livro. Também no que se refere ao campo e à discussão da extensão rural, tema diretamente relacionado com o objetivo deste trabalho, datam a partir daí referências mais expressivas.

O final da II Guerra Mundial trouxe para o mundo a vitória dos ideais democráticos; essa conjuntura internacional interferiu nas mobilizações nacionais da época que acabaram dando ênfase ao movimento pela educação das massas. Na medida em que se buscava o progresso social e econômico da nação, tornava-se necessário pensar em uma política de educação de base, na qual, além da alfabetização, a população tivesse acesso a um ajustamento social, ou seja, buscava-se a adaptação dos desfavorecidos ao mundo moderno. (PEREIRA 2010, p. 75).

Nesse momento da história, quando a população brasileira, em sua maioria vivia no campo, surge a primeira fase da extensão rural conhecida como “humanismo assistencialista”. Paralelamente, inicia-se um forte movimento de educação popular, puxado pela igreja católica, lideranças populares e educadores, entre eles Paulo Freire. Destacam-se as iniciativas em torno da proposta de educação de jovens e adultos.

Pode-se afirmar que esse processo vai se afunilando principalmente na luta contra o preconceito ao analfabeto, juntamente com a luta pelo seu direito ao voto. Ocorre também a difusão dos ideais de Paulo Freire, que começa a perguntar: “A serviço de quem educamos? Para quem educamos? O que ensinamos? Como ensinamos?” (PEREIRA 2010, p. 76).

Esse movimento levou à ampliação da mobilização e participação popular, propondo necessárias transformações econômicas e sociais. Surgem alguns movimentos sociais importantes no campo e na cidade que vão ganhando força e radicalizando as lutas, propondo redistribuição da renda e reformas de base,

especialmente a partir do Governo de Juscelino Kubitschek, a partir de 1956, onde se amplia a internacionalização da economia.

Inúmeras iniciativas de formação de quadros e formação de base foram sendo realizadas pelo conjunto de Movimentos Sociais que emergiam. No início da década de 60, ganham força os movimentos de cultura popular e de educação de base, como bem resumido por Paludo:

É no início dos anos 1960 que surgem os primeiros Movimentos de Cultura Popular (MCP), o primeiro, data de 1960 e esteve ligado à prefeitura de Recife. Paulo Freire pertenceu a esse grupo. Em seguida é criado, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento de educação de base (MEB – março de 1961). Por iniciativa da União Nacional dos Estudantes (UNE), São criados os Centros Populares de Cultura (CPC), e, em 1963, surge o Plano Nacional de Alfabetização (PNA). (PALUDO 2001, p. 89).

Essas iniciativas caracterizam uma construção alinhada com os interesses das classes populares, formadora de consciência crítica e com perspectivas de transformação social. Consolida-se a ideia da educação popular libertadora e transformadora que se constrói junto às práticas sociais e políticas. Brandão (2006) referenciando Paulo Freire em uma análise crítica ao sistema de educação vigente, propões a educação popular como uma nova proposta de educação, que:

1 - constitui passo a passo uma nova teoria, não apenas de educação, mas das relações que, considerando-a a partir da cultura, estabelecem novas articulações entre a sua prática e um trabalho político progressivamente popular das trocas entre o homem e a sociedade, e de condições de transformação das estruturas opressoras desta pelo trabalho libertador daquele; 2 - pretende fundar não apenas um novo método de trabalho “com o povo” através da educação, mas toda uma nova educação libertadora, através do trabalho do/com o povo sobre ela —...; 3 - define a educação como instrumento político de conscientização e politização, através da construção de um novo saber, ao invés de ser apenas um meio de transferência seletiva, a sujeitos e grupos populares, de um “saber dominante” de efeito “ajustador” à ordem vigente —...; 4 - afasta-se de ser tão somente uma atividade “de sala de aula”, de “escolarização popular”, e busca alternativas de realizar-se em todas as situações de práticas críticas e criativas entre agentes educadores “comprometidos” e sujeitos populares “organizados”, ou em processo de organização de classe; 5 - procura perder, aos poucos, uma característica original de ser um movimento de educadores e militantes eruditos destinado a “trabalhar com o povo”, para ser um trabalho político sem projeto próprio e diretor de ações pedagógicas sobre o povo, mas a serviço dos seus projetos de classe. (BRANDÃO 2006, p. 46 e 47).

A educação popular foi decisiva e impulsionou vários movimentos que surgiram no Brasil nas décadas de 1940 a 1960, e depois também na sua retomada

e recriação nas décadas de 1970 e 1980. Destacam-se, década 50, as Ligas Camponesas em Pernambuco, que aglutinavam agricultores envolvidos em várias situações de conflito e luta pela terra, estendendo-se aos poucos a outros estados. Após vários encontros e congressos destes camponeses, afirma-se a proposta de uma reforma agrária ampla e radical sob o lema “Reforma Agrária na lei ou na marra”.

Surge, em 1954, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), que tinha por finalidade a coordenação das associações camponesas e a criação de condições para uma aliança política entre operários e trabalhadores rurais. Essa organização se espalhou por praticamente todos os Estados, com exceção de Pernambuco e do Rio Grande do Sul.

No final da década de 1950 surge o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Na sua estratégia de luta pela terra, em 1962 iniciou os acampamentos. Esta não era uma proposta apenas de resistência na terra, como a maioria dos movimentos de luta pela terra, citados anteriormente, e sim uma luta pela conquista da terra. Este movimento surgiu e se fortaleceu com o apoio do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), liderado por Leonel Brizola.

Inicia-se, ainda, a criação de sindicatos de trabalhadores rurais. Embora, inicialmente, sem muita base popular, tem sua regulamentação em 1962 no governo de João Goulart (Jango), quando foram reconhecidos. A primeira Convenção Brasileira de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ocorrida em Natal/RN (1963), propõe-se a criação de uma confederação sindical, unindo as iniciativas da Ultab – que aglutinava a maioria dos sindicatos existentes até então, e os sindicatos ligados ao trabalho de pastoral da Igreja Católica. Na seqüência, em dezembro de 1963, nascia a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), aglutinando as Federações Estaduais (FETAGs) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais em sua base.

O resultado dessa construção popular resulta na ampliação da organização e capacidade social exercida através desses Movimentos Sociais. O fortalecimento organizacional e a ampliação da capacidade de mobilização criaram condições para mudanças conjunturais e estruturais no Brasil.

A grande reação opressora do estado brasileiro

Essa efervescência popular e organizacional desafiava os interesses da elite que dominava a política e a economia, articulada com o imperialismo externo. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, assume a presidência o Vice, João Goulart, que promete realizar diversas reformas: reforma agrária, reforma urbana, aumentar os impostos aos ricos, etc. Nesse momento houve uma aproximação e interação das perspectivas populares com o Governo, numa relação populista, mas que dialogava com os anseios do povo. Essas possibilidades dividiram a sociedade entre essas perspectivas populares e as elites e segmentos conservadores. Expressões disso foram a “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade” e o golpe em abril de 1964, impondo uma Ditadura Militar.

Durante a Ditadura Militar, todos os movimentos e proposições populares e participativas foram massacrados e subjugados ao Estado. Houve reação armada que foi dizimada. A maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais foi fechada. Alguns que sobraram ficaram numa ação meramente assistencialista, que se consolida com a criação do Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), órgão da previdência voltado para o campo, cabendo aos sindicatos, a responsabilidade burocrática.

Sob estas condições, a partir de 1968, ressurgem muitos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Persistiram alguns movimentos que se exercem através de outros sujeitos políticos coletivos, como a Igreja e as pastorais sociais progressistas (Cebs - Comunidades Eclesiais de Base, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Comissão Pastoral Operária - CPO e outros), um tanto clandestinos e disfarçados que aglutinam forças e criam as condições para o enfraquecimento e derrubada da Ditadura Militar.

[...] a educação popular foi um desses movimentos que se refugiaram em Organizações Não Governamentais (ONGs) ou mesmo em trabalhos desenvolvidos pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). (PEREIRA, 2010, p. 79).

A retomada da organização social

Com a crise do petróleo e o esgotamento da “era do milagre econômico”, a partir da ala progressista da igreja, surge a Teologia da Libertação e, na seqüência, emergem, lentamente, a partir de 1975, algumas organizações basicamente de dentro da igreja, como as CEBS (Comunidades Eclesiais de Base), o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que exercem um papel fundamental na organização inicial dos Movimentos Sociais do Campo. Mas é a partir das greves dos metalúrgicos do ABC paulista de 1978/79 que inaugura-se uma nova fase do Movimento Sindical Brasileiro. Um sindicalismo que se propõe independente, classista e reformador, opondo-se ao sindicalismo atrelado ao Estado. Esse movimento se fortalece e no início da década de 80 realiza a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), um marco fundamental na reorganização do movimento sindical urbano e rural brasileiro, um dos encaminhamentos propostos foi a organização de uma central sindical brasileira.

Em 1982, realiza-se o Congresso Pró-CUT, Central Única dos Trabalhadores. Neste Congresso cria-se a Central e evidencia-se pelo menos dois grandes blocos ideológicos divergindo nos debates sobre estrutura sindical, fundação e papel da central, táticas de luta, entre outros. Esta divergência leva a criação em 1986 da CGT, Central Geral dos Trabalhadores. A CUT propunha uma central classista, de luta, tanto pelos objetivos imediatos quanto pelos objetivos mais históricos da classe trabalhadora, buscando uma sociedade sem exploração, com democracia política, social e econômica. Seu princípio fundamental é a defesa intransigente dos direitos, reivindicações e interesses gerais e particulares dos trabalhadores brasileiros. Já a CGT propunha um “sindicalismo de resultados” menos ideológico e mais articulado com os interesses imediatos dos trabalhadores. Na seqüência, outras centrais sindicais foram criadas, pulverizando o movimento. Vários outros Movimentos Populares surgem a partir da década de 1980.

No Brasil evidencia-se, especialmente a partir da década de 90, a condição dos movimentos populares como forma de expressão dos novos movimentos sociais, que considera “o povo como sujeito” através de uma multiplicidade de sujeitos sociais coletivos, afirmando-se, na sua maioria, num plano mais localizado e com bandeiras de luta mais específicas. Evidencia-se uma crescente fragmentação da atuação, fragilização da luta classista e enfraquecimento da perspectiva de transformação radical das relações e lógica capitalista da

sociedade. Até mesmo o conceito de classe que se constitui historicamente e se pauta pelas relações na produção, na distinção entre burguesia e classe trabalhadora e, passa a ter questionada a sua validade¹⁶.

Outro aspecto a considerar é a significativa segmentação entre os movimentos sociais do campo e da cidade, assim como, também, são segmentadas as discussões a respeito do desenvolvimento e das políticas públicas. Segundo Scherer-Warren & Lüchmann (2004 p. 16), referindo-se à década de 80, “Raramente se estabelecia um diálogo intelectual entre esses dois universos, mesmo diante do “boom” dos movimentos sociais rurais nesse período (Movimento Sem Terra, Movimento de Atingidos por Barragens e Movimento de Mulheres Agricultoras).” Também o movimento ambientalista seguiu uma trajetória pouco articulada com os demais movimentos sociais.

As relações entre o Estado e a sociedade transformam-se nesse período e estabelecem-se inúmeras parcerias entre o público e o privado, e, dado às influências neoliberais sobre o Governo, influenciaram de forma negativa a perspectiva transformadora mais radical.

Neste projeto, subverte-se o conteúdo de radicalidade presente nas ideias de participação, cidadania e solidariedade, desconectado agora dos princípios de igualdade e universalidade. Este novo paradigma prometeu novas relações entre Estado e sociedade preenchidas por ingredientes pautados na parceria público-privado, na ideia de “terceiro setor”, na responsabilidade social, na filantropia empresarial e na solidariedade. (SCHERER-WARREN & LÜCHMANN, 2004 p. 17)

A efervescência organizacional da década de 1980: principais eixos de luta

A década de 1980 foi a década de maior mobilização e efervescência organizacional na história do Brasil. A retomada dos movimentos sociais coloca na pauta inúmeras bandeiras de lutas políticas e sociais, como a luta pela terra, a luta por direitos políticos e sociais, a luta por moradia, por saúde, salário, e tantas outras.

¹⁶ Nessa sistematização sustentamos a sua validade atual em um contexto de crescente complexidade social e diversidade de condições nas relações de produção, assim como maior diversidade de camadas e/ou grupos sociais dentro da classe dos trabalhadores, condições estas que sugerem maior amplitude conceitual a respeito. No próprio âmbito da agricultura familiar/camponesa criou-se grande diversidade de condições dentro de um mesmo segmento da classe trabalhadora.

Também nessa década construíram-se vários eixos de lutas comuns, que resultaram em grandes mobilizações e conquistas. Destacamos a seguir as mais significativas quanto à sua amplitude e resultados.

Diretas já

O movimento “Diretas-Já” aglutinou intelectuais, estudantes, artistas, organizações populares, lideranças sindicais e políticas em uma grande mobilização nacional por eleições presidenciais diretas no Brasil. Essa articulação teve início em 1983 e se ampliou, rapidamente, devido à resistência e repressão do governo e, também, dado ao agravamento da crise econômica. No início de 1984, ocorreram muitas manifestações sociais. Em São Paulo, envolveu mais de 1 milhão de pessoas, no Rio de Janeiro, aproximadamente, 1 milhão e mais de 5 milhões de pessoas, em todo o Brasil.

Houve muita violência e prisões. Embora o pleito tenha sido derrotado no congresso, em 1985 conquista-se a volta de um governo civil (Tancredo Neves), em eleição indireta, realizada pelo Congresso Nacional. Efetivamente, a eleição direta consolida-se em 1988, com a nova constituição e a eleição presidencial de 1989.

Constituinte de 1988

Esse foi um dos grandes momentos da história contemporânea do Brasil, onde o conjunto da sociedade, envolvendo as pastorais sociais, os movimentos sociais, lideranças artísticas, intelectuais e a população em geral mobilizou-se para um novo ordenamento político do país. As primeiras movimentações se deram na eleição do congresso, com poderes constituintes, em 1986. A atuação popular aconteceu, principalmente, através das emendas populares que foram subscritas por, no mínimo, 30 mil eleitores. Ao todo, foram apresentadas 122 emendas populares, envolvendo mais de 12 milhões de pessoas, sendo que algumas com mais de 500 mil assinaturas. Assim, estabeleceram-se relações de participação popular direta na Assembléia Nacional Constituinte. O processo envolveu muita pressão sobre os deputados, encontros e debates, deslocamento de caravanas à Brasília para pressionar as votações, etc.

Algumas propostas não conseguiram êxito, como a proposta de realização de ampla reforma agrária, mas houve grandes avanços na área dos direitos e garantias sociais, na descentralização administrativa e das políticas públicas.

Campanha presidencial de 1989

Este foi um grande momento de confluência popular. Muitas organizações e movimentos se empenharam porque a campanha estava polarizada entre dois projetos de sociedade. De um lado, a burguesia e a continuidade das políticas neoliberais e, do outro, a crença na transformação social e as perspectivas populares, expressas na figura do candidato Luis Inácio da Silva (Lula). A campanha presidencial de 1989 carregava a força da efervescência social da década de 1980.

Algumas conquistas do campo

a) No campo, destaca-se a luta pela reforma agrária com muitas ocupações de terra e assentamentos, com grande adesão e aprovação da sociedade em geral. A aprovação do artigo 186 da constituição, que trata da função social da propriedade rural (função social da terra), foi passo importante na luta pela reforma agrária no Brasil.

b) Foram, também, importantes as mobilizações e posturas progressistas da FEAB (Federação das Associações dos Engenheiros agrônomos do Brasil) e da FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil) que contribuíram na aprovação da lei dos agrotóxicos em 1989, tornando mais rigorosos os registros destes produtos. Essas mobilizações marcam avanços, inclusive, na obrigação do uso da caveira nos rótulos dos defensivos agrícolas (assim denominados pelas empresas) que passaram, a partir daquele momento, a ser chamados de agrotóxicos. Tiveram, ainda, papel central nas discussões e atividades em torno da, então chamada, “agricultura alternativa” e hoje, agroecologia.

c) A conquista do PRONAF - Política Nacional da Agricultura Familiar, embora desproporcional em relação ao total de investimentos no campo, é parte do reconhecimento da agricultura familiar e suas particularidades.

d) A lei da agricultura familiar, Lei nº 11.326/2006, que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Com essa lei, a agricultura familiar passa a ser reconhecida e ganha mais visibilidade. A importância disso se expressa, principalmente, no reconhecimento da diversidade existente no campo que estava sendo homogeneizada pela lógica do agronegócio. São beneficiários desta Lei: agricultores familiares, silvicultores, extrativistas e pescadores.

e) O marco legal da agricultura orgânica no Brasil, que regulamenta a produção orgânica tornou-se, inclusive, referência no mundo, especialmente, no reconhecimento do controle social através dos sistemas participativos de garantia. Também a criação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica foi um passo importante.

f) A criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional através da Lei federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Esta lei determina o direito do acesso alimentar e nutricional em quantidade, qualidade e diversidade alimentar. Aspectos estes que reforçam a importância da agricultura familiar/camponesa e a produção agroecológica.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável. (Lei federal nº 11.346, art. 3º).

A política nacional de segurança alimentar e nutricional tem possibilitado bons debates relacionados à produção, qualidade, disponibilidade e acesso aos alimentos.

g) Criou-se o programa de alimentação escolar que, em 2009, virou política pública permanente através da Lei 11.947. Além de estabelecer importantes aspectos quanto à qualidade nutricional.

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; (Item I - Art. 2º Diretrizes da alimentação escolar).

O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), agora lei da alimentação escolar, trás avanços importantes no debate da alimentação, beneficia a agricultura familiar, prioriza a alimentação agroecológica e fortalece o desenvolvimento sustentável.

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (Art. 14. Lei 11.947/2009.)

Seguindo o exemplo, no Paraná, Institui-se no âmbito do sistema estadual de ensino fundamental e médio, a merenda escolar orgânica, sendo que:

Entende-se por merenda escolar orgânica a merenda escolar certificada, conforme legislação federal pertinente. “Assim, entre outras especificações da legislação, os alimentos fornecidos na merenda escolar não poderão conter agrotóxicos em toda a cadeia produtiva de todos os seus itens e competentes.” (Art. 1º. LEI 16.751 - 29 de Dezembro de 2010).

São significativos avanços na direção dos circuitos curtos de comercialização, abastecimento local/regional, comercialização direta e estímulo à transição agroecológica, já que os produtos orgânicos têm prioridade e um acréscimo de 30% no preço. Neste caso a continuidade já não depende do governo, pois se trata de uma lei que se realiza através de política pública de forma continuada.

h) O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) tem sido muito importante para uma parcela expressiva da população tanto da cidade como do campo, pois evidencia a importância do abastecimento local/regional, dos circuitos curtos e da comercialização direta. Tem como objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Apesar da sua importância, o PAA não foi transformado em lei ainda. É um programa de governo que pode ser extinto pelo próprio governo, a qualquer hora.

i) O PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) é resultado de uma interação importante entre governo e sociedade e trás entre os principais avanços; assegurar com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas,

quilombolas, pescadores artesanais e aqüicultores, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso ao serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar.

Apesar dos avanços, ainda é grande a distância entre a proposta e a prática. Primeiro, por não chegar de fato e de forma satisfatória junto às famílias e, segundo, por ser basicamente realizada por instituições viciadas nas velhas lógicas da “extensão rural”.

Outras conquistas na aproximação e interação no conjunto da sociedade

Apesar da sensação de imobilismo é preciso resgatar os avanços metodológicos e de conteúdo no conjunto da sociedade e atores sociais, sendo:

- Grandes conquistas e avanços sociais na nova constituição (1988);
- Retomada das eleições diretas no Brasil em 1989.
- Eleições de governos populares (Partido dos Trabalhadores e outros partidos de centro-esquerda e de esquerda) que incorporaram propostas das organizações sociais;
- Muitos educadores e lideranças populares passaram a atuar dentro de governos populares, exercendo, em grande medida, conteúdos e metodologias populares. Paulo Freire foi secretário de Educação na Gestão de Luíza Erundina na Prefeitura de São Paulo, em 1989;
- Instituições de ensino e pesquisa passam a incorporar, mesmo que parcialmente, conteúdos como a agroecologia;
- Adoção do orçamento participativo em algumas gestões públicas;
- Abrem-se espaços, mesmo que pequenos, em diversos Ministérios para temas e propostas como a agroecologia, educação do campo, segurança alimentar;
- A ideia da participação e das metodologias participativas se espalhou em diversos espaços públicos e privados;
- Criação de diversos Conselhos Populares, Câmaras Técnicas, Câmaras Setoriais e Comissões em diversos níveis da gestão pública.

O crescente imobilismo social e a diminuição da capacidade organizacional dos movimentos sociais institucionalizados

No Brasil, o capitalismo, na sua fase neoliberal desmantelou as organizações da classe trabalhadora da cidade e engessou as do campo. É claramente visível o enfraquecimento organizacional e a crescente imobilidade social a partir da década de 1990. Crise esta que se arrasta até hoje sem que se vislumbrem mudanças de cenário num curto espaço de tempo. O avanço avassalador do capitalismo criou a ideia de ser o único caminho, ou a visão fatalista da história, e tem influência significativa na diminuição da crença e esperança de que outro mundo é possível. A queda do muro de Berlim, a queda da União Soviética e do socialismo real sustentado no estado, enfraqueceu a ideia da alternativa ao capitalismo. Enfraqueceu a perspectivado modelo clássico de movimentos sociais de massa amplos e ávidos por mudança social e pelo estabelecimento da Revolução. Muitos lutadores, acadêmicos e pensadores, passaram a se dedicar a temas mais neutros, deixaram de pregar o socialismo.

Na década de 80, com a globalização e, na década de 1990, ganham força a proposta neoliberal do estado mínimo, a expansão econômica e a ampliação dos poderes do mercado, que resultou na flexibilização das leis sociais e desregulamentação das legislações trabalhistas. A ampliação do desemprego, resultante do avanço tecnológico e a diminuição das garantias, fragilizaram os movimentos dos trabalhadores e, inclusive, a individualização das oportunidades e do acesso ao desenvolvimento técnico e científico, acentuou a competição entre os trabalhadores. O avanço da tecnologia da informação e o aumento na velocidade das mudanças tecnológicas, também, foram e são condições de forte influência sobre as pessoas e sobre os movimentos sociais.

Diante disso, novas condições se estabelecem e novos fenômenos sociais estão surgindo. Segundo Gohn (2007) evidenciam-se novas dimensões da mobilização dos atores sociais e surgem novas formas de luta articuladas em torno de elementos culturais, da solidariedade, das lutas sociais cotidianas e de processos de identidades gerados, etc.

Os movimentos sociais atuais e a interpretação sobre os mesmos vão ganhando novos contornos, conforme apresentado nos itens 2.2 e 2.7, a seguir. E,

requerem, segundo Gohn (2007), especialmente na América Latina, de novas sistematizações/interpretações.

No caso do Brasil, além dos aspectos mais globais, há causas resultantes de fatores conjunturais mais específicos, que acreditamos influenciar a capacidade de mobilização, organização e luta dos movimentos sociais, não havendo talvez uma causa principal, sendo difícil medir o peso da influência de cada fator.

Fatores mais específicos que, de forma mais ou menos intensa, contribuíram para o imobilismo social no Brasil:

- a) Durante a ditadura militar, as atenções se voltavam para o Estado e para o restabelecimento da democracia. O inimigo era visto no governo. Com o fim da ditadura e a participação representativa nos governos, o inimigo tornou-se invisível. Alguns poucos movimentos não perderam a dimensão estratégica e continuaram percebendo o inimigo, principalmente, nas grandes corporações. Assim, segundo Gohn (1997), os movimentos sociais já não objetivam tomar o poder do Estado, mas garantir direitos sociais;
- b) A década de 1990, em todo o país, foi um período de grande violência contra os Movimentos Sociais, com mortes, prisões, e massacres, alguns de repercussão internacional, como foi o caso de Eldorado de Carajás e outros;
- c) Recuo na contribuição progressista da igreja, fragilização das pastorais sociais e a sistemática perseguição à teologia da libertação;
- d) Os Movimentos Sociais passaram a priorizar pautas próprias e se “voltaram para dentro”. Não se visualiza mais eixos comuns e poucas atuações e lutas conjuntas se realizam;
- e) Crescente individualização das pessoas e organizações;
- f) Com o agravamento da crise, as lutas por direitos e transformações mais amplas, dão lugar às lutas pela sobrevivência e pela garantia do emprego;
- g) Ampliação do trabalho informal;
- h) Com a eleição de governos populares, muitas lideranças passaram a ocupar espaços dentro dos governos, saindo da atuação junto aos movimentos. E, embora esses novos governos tenham surgido a partir da efervescência organizacional, estes não tiveram suficiente preocupação

em fortalecer a base organizacional dos Movimentos Sociais e ONGs progressistas¹⁷. A tentativa de aproximação via convênios e contratos, tem gerado muitos problemas que em um cenário de disputas com os setores mais conservadores, vem “criminalizando” as entidades e movimentos sociais;

- i) A ampliação das parcerias entre o público e o privado, dado às influências neoliberais sobre o Governo, tem fragilizado a perspectiva transformadora mais radical da sociedade;
- j) A diminuição da cooperação internacional levou muitas entidades e movimentos a buscar recursos junto às esferas governamentais. Recursos, normalmente engessados, reduzindo as organizações à condição de executoras de projetos e políticas públicas, fragilizando seu papel de militância, assessoria e formação, principalmente de formação política;
- k) Diminuíram as iniciativas de formação de lideranças e pouco trabalho de base é realizado, sendo que algumas organizações perderam sua capacidade de mobilização e viraram figuras de representação, o que, popularmente, tem-se chamado de “movimento dos capas pretas”. Ou seja, lideranças e instituições sem povo. O “poder” passa a ser dos liberados nas organizações e até mesmo do partido. Isso tem gerado certa crise institucional e enfraquecimento das formas tradicionais de organização representativa verticalizada;
- l) Excesso de ativismo, análises insuficientes do contexto atual e falta de teorização dentro das próprias organizações populares e, conseqüentemente, poucas revisões/ajustes nas estratégias e metodologias;
- m) Ampliação de políticas sociais, como bolsa família e outras conquistas através de programas habitacionais, durante os governos democráticos populares de Lula e Dilma, aliadas às novas oportunidades de trabalho e pequenas melhorias na renda diminuem a insatisfação de parcela expressiva da população brasileira;

¹⁷São chamadas de progressistas as organizações que se posicionam contra o capitalismo e assumem a percepção da transformação social, articuladas com os Movimentos Sociais.

- n) Há uma grande dificuldade para encontrar eixos temáticos comuns de aglutinação regional e/ou nacional;
- o) Ganha força a ideia de que o capitalismo é o único caminho possível, e perde visibilidade o movimento de um outro mundo possível.
- p) Diante do poder das grandes corporações e das condições estruturais e conjunturais estabelecidas, as pessoas têm a sensação de que não tem controle ou condições de influir no trabalho, na produção e no dia a dia de suas vidas. O inimigo tornou-se invisível (“despersonificado”), antes parecia estar no governo e agora já não aparece para a grande maioria da população, ao que popularmente se chama de “mãos invisíveis do neoliberalismo”. O que é o sistema? Quem é o opressor? O que é o capital? Onde está?
- q) E, por último, evidencia-se uma grande dificuldade de posicionamento diante da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e agora Dilma Russef, que se identificam como centro-esquerda e propõem uma transformação lenta e processual, mas que, até o momento, tem proporcionado mudanças políticas mínimas, e fortalecido segmentos como o agronegócio, contra os quais lutam alguns Movimentos Sociais do Campo, a destacar o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

Este cenário de imobilismo, agravado pelas dificuldades geradas no contexto dos governos de centro-esquerda, compostos com forças populares e forças articuladas com o neoliberalismo, desafia os Movimentos Sociais para uma tomada de decisão política, e um aprofundamento teórico e conceitual, como afirma o professor e pesquisador uruguaio Raúl Zibechi:

A partir das mudanças registradas, os movimentos sociais não podem continuar a funcionar como antes, principalmente nos países onde há a presença de governos de esquerda e progressistas, onde lhes é imposta a necessidade de redefinir e discutir estratégias para enfrentar situações inéditas. Os desafios colocados por essas mudanças estão sendo debatidos há algum tempo (Seoane e Taddei, 2004), não só política, mas também teórico ou conceitual, já que as formas anteriores de analisar e compreender a realidade estão se mostrando, muitas vezes, incapazes de dar conta dessas novas situações. (ZIBECHI, 2006, p. 06)

Zibechi (2006) identifica alguns grandes desafios atuais para os Movimentos Sociais, sendo: a revisão e qualificação das relações junto aos governos progressistas que compactuam pontualmente com suas propostas. Não da

para continuar fazendo análises simplistas, é necessário compreender melhor os efeitos e conseqüências futuras das atuais políticas adotadas, como por exemplo, se de fato o bolsa família amplia os direitos e cria novas oportunidades aos mais pobres ou é uma política compensatória e, de certa forma, clientelista, as reais conseqüências da subordinação ao sistema financeiro e outras. Faz-se necessário, também, aprofundar os conceitos de continuísmo (do modelo neoliberal), cooptação e traição. Outro desafio refere-se às grandes periferias, onde predomina o desemprego, as políticas públicas de sobrevivência mínima e a dominação do narcotráfico. Um último refere-se à ampliação das iniciativas de produção e reprodução auto gerenciada e de micro poderes locais, aqui no Brasil classificadas como economia solidária.

Diante do enfraquecimento da luta institucionalmente organizada e a perda de visibilidade de possibilidades transformadoras mais efetivas observa a ampliação de iniciativas de resistência, mobilizações e ações coletivas articuladas de forma horizontal, envolvendo diferentes categorias, exercidas através de novas ferramentas ainda pouco percebidas e pouco entendidas quanto ao seu potencial transformador.

3.2 ALGUNS DESAFIOS ATUAIS

Visualiza-se um contexto de crescentes crises (econômicas, sociais, ambientais, existenciais, etc.), em conjunturas muito dinâmicas, e em contextos estruturais complexos. Para visualizar melhor os desafios é necessário antes entender melhor esse momento estrutural e conjuntural do modelo e organização da sociedade, e das percepções e reações das pessoas. Para tanto, levanta-se, a seguir, alguns aspectos mais gerais e do item três em diante, novamente focar-se-á a análise e propostas para o campo.

3.2.1 Um governo em disputa

No Brasil é exercida a democracia representativa e quando se discute o desenvolvimento, as atenções se voltam, predominantemente, ao Estado e aos Governos, historicamente, atrelados ao poder econômico que usam da coerção e do

autoritarismo para sustentar as condições e interesses da elite dominante. Cria-se a ideia da imparcialidade e neutralidade dos eleitos que se dizem “do povo, pelo povo e para o povo”. Condição que se autodenomina de democrática pela existência de eleições diretas, de liberdade política e do pluripartidarismo.

É muito forte, também, a percepção do Estado como o grande protagonista do desenvolvimento. Isso, em parte, deve-se à trajetória recente do Estado como único protagonista durante a ditadura militar. É preciso fortalecer a organização da sociedade civil, especialmente, por se tratar de um Estado com governos em disputa numa correlação de forças desigual para com os trabalhadores, pois as grandes corporações, fortalecidas pelo próprio Estado, fazem dos governos seus reféns. O campo é exemplo claro dessa condição. O agronegócio e as grandes corporações envolvidas ditam normas, mudam leis e assaltam o Estado. Essa condição se mantém mesmo em governos de centro esquerda que se propõem populares. Não dá para negar que houve avanços, mas é evidente que não tem proporcionado mudanças estruturais e conjunturais mais efetivas. Bandeiras assumidas na campanha, como a reforma agrária, não só não se realizaram, mas diminuíram as ações realizadas, apesar da pressão das ocupações de terras do MST.

Os Movimentos Sociais no Brasil tiveram papel importante na resistência contra o neoliberalismo. Fizeram importantes trabalhos de formação, conscientização e lutas concretas, que propiciaram avanços sociais, políticos, e possibilitaram ocupar espaços significativos com a eleição de governos de centro-esquerda. Mas o imobilismo social e a pouca capacidade organizacional e de mobilização social dos movimentos proporcionaram uma condição de fragilidade para conter a voracidade econômica dominadora das grandes corporações e a virulência do mercado. Também, mais recentemente, diante da estratégia de transição gradual adotada pelo governo brasileiro, exercido sob pressão dos acordos nas composições de governo tende para o centro direita, exercendo-se como uma “esquerda reformada” que já nem discursa mais o socialismo, convergindo em muitos pontos com os discursos da direita neoliberal em torno da garantia da governabilidade regido pelo imperativo econômico.

3.2.2 A recente efervescência popular no Brasil

A persistência e agravamento de velhas questões como a concentração fundiária no país, os retrocessos na reforma agrária, a crescente internacionalização da agricultura brasileira, a persistência da violência, da exploração do trabalho e da devastação ambiental no campo brasileiro como características centrais de nosso modelo agrário. A soja, cana, pínus, eucalipto e outras commodities continuam avançando de forma avassaladora. Agrotóxico já parece uma situação normal. A agricultura familiar/camponesa continua marginalizada, ganhou espaço no discurso, mas não está no plano estratégico. A agroecologia continua à margem da discussão do desenvolvimento, basicamente vista apenas como mais uma alternativa ou um nicho de mercado, e “rigorosamente” controlada pelo estado, com a certificação.

Na cidade se agrava a exploração e se deterioram as condições de vida das pessoas. O êxodo rural agravou a situação no meio urbano, onde crescem as favelas, predomina a especulação fundiária, e se agrava a mobilidade urbana. Apesar do crescimento das riquezas produzidas isso pouco repercute no aumento do bem estar, na melhoria da saúde, da educação, e no aumento dos salários da classe trabalhadora.

As pessoas já estão com dificuldade de sonhar e acreditar porque os sonhos não se realizam e estão cada vez mais longe de serem alcançados. Sem a possibilidade de sonhar o econômico fica no mercantil e leva as pessoas a busca-se a realização da felicidade no consumo, a existência cultural se distancia do campo das relações e convivência e se realiza na tecnologia e, o social de fato não tem vez.

O processo de redemocratização após a ditadura ficou incompleto e apesar da pressão popular continua disputado pelas elites históricas e crescentemente passa a ser controlado pela força neoliberal. Portanto as pretendidas reformas estruturais como, reforma agrária, reforma urbana, reforma tributária e reforma política não foram realizadas, e mesmo com um governo de interface popular estão cada vez mais longe da possibilidade de voltarem à pauta. Pois diante da frágil perspectiva eleitoral da elite econômica, evidencia-se uma gradativa e crescente incidência da burguesia agrária e urbana sobre o governo Dilma, que fortalece as alianças políticas com estes segmentos. Para entender a resistência do capital às reformas, vale lembrar que a ditadura resulta das reações

burguesas às mobilizações sociais por reformas estruturais no início da década de 1960. Para os mais pobres criaram-se programas assistenciais, mas sem as mudanças estruturais que causam a pobreza e a fome.

As recentes mobilizações por mais que tenham motivação aparente bem específica, como a diminuição do preço das passagens no transporte público, tem relação direta com a falta de mobilidade urbana, portanto, com a necessária reforma urbana. É inaceitável para a população urbana o aumento de passagem para condições de transporte ineficientes e insuportáveis para a população.

As reações iniciais contra as mobilizações foram violentas na tentativa de suprimir o movimento, e a mídia com seus analistas se esforçaram pela desqualificação das mobilizações. Mas ocorreu um fenômeno de efeito contrário, não só aumentou o número de pessoas nas ruas, como houve a adesão e simpatia da grande maioria da sociedade, mesmo aquelas pessoas que não foram à rua, apóiam o Movimento. Isso mexeu com as estruturas do poder e fez o governo tomar providências imediatas. Também a mídia teve que mudar sua postura antes que sejam pautadas as questões de fundo, ou seja, as reformas estruturais, por isso agora tenta disputar as pautas e rumos das mobilizações, evidenciando temas secundários como: luta contra corrupção, contra violência, aplicação de recursos públicos nos estádios de futebol para a copa, PEC 37 e outros. É necessário considerar também que em meio às manifestações surgem na seqüência também outros interesses e disputas secundárias, como a tentativa de fragilizar o governo Dilma, visando à próxima campanha eleitoral.

Em meio a essas mobilizações perceberam-se alguns sintomas da crise de crença nas instituições quando alguns partidos e movimentos sociais apresentaram suas bandeiras e foram rechaçados pela multidão e, quando as organizações sindicais resolveram chamar uma greve geral, mesmo em meio ao clima de mobilizações não houve significativa adesão. Nas duas últimas décadas, evidencia-se uma crescente indignação descrença com a esfera institucional, seja nas instituições governamentais, e até mesmo nas organizações sociais não estatais. É muito grande a indignação com a atual prática política, e tem levado as pessoas a entenderem que grandes mudanças não virão da esfera institucional, e que depende delas e do conjunto da sociedade as possibilidades.

Para CALLE (2013) este é um movimento que vai é contínuo e se pauta em três perspectivas distintas: o grito da dignidade, de direitos sociais e autogoverno em uma sociedade em grandes cidades que aumentam dinâmicas de desigualdade e exclusão; o grito por direito ao território; o grito da radicalização da democracia.

A sucessão de manifestações populares que ocorrem no Brasil em 2013 não representa somente um ciclo de protestos, de demandas concretas e de ações nas ruas. Há toda uma revolução nas formas de fazer e entender a política, nas próprias articulações entre as organizações políticas e cidadania. Trata-se de um ciclo de mobilizações mais amplas. São três gritos que se sobrepõe, com conexões com outras vozes provenientes da América Latina e do resto do mundo. (ÁNGEL CALLE COLADO 2013 em <http://desinformemonos.org> - nº 118 - Publicado em 11 de novembro de 2013 - visitado em 05 de junho de 2014).

Segundo CALLE (2013) – evidenciam-se aqui os “Novos Movimentos Globais”, que mesmo mais rebeldes do que revolucionários enfatizam a construção de outras sociedades.

Os novos rebeldes protagonizam fenômenos menos visíveis, porem evidenciam o gosto pela diversidade, pela revolução “desde baixo”, desde o político (mais cotidiano) e desde o protagonismo social. (ÁNGEL CALLE COLADO 2013 em <http://desinformemonos.org> - nº 118 - Publicado em 11 de novembro de 2013 - visitado em 05 de junho de 2014).

Enfim, aponta-se um novo caminho e forma de construção horizontal para a política brasileira. Os movimentos sociais institucionalizados e partidos de esquerda precisam entender e interagir com essas novas formas de articulação e protagonismo social. Essa possibilidade deve ser considerada tanto na cidade como também no campo e na interação campo/cidade, embora o acesso à internet no campo ainda seja limitado. Pautas como a soberania e segurança alimentar e a agroecologia podem ser assumidas nessas novas esferas de articulação e organização, e, sobretudo, é necessário que este movimento se fortaleça e crie condições para que o centro da luta de classes se desloque da institucionalidade para essa luta de massas, para que de fato seja possível transformar a sociedade.

3.3 AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES E A NECESSIDADE DE UMA NOVA PROPOSTA PARA O CAMPO

Este capítulo pretende evidenciar aspectos importantes das transformações históricas ocorridas no campo, especialmente as grandes mudanças ocorridas com a revolução verde e as transformações provocadas no papel e

proposta para o desenvolvimento do campo no Brasil, e grandes transformações estruturais envolvendo a concentração das terras e do capital no campo. Nesse contexto inserem-se os desafios de conteúdo como a agroecologia, de estratégias e metodologias para o enfrentamento e transformação social, ambiental e produtiva no campo, e, sobretudo, de transformação política e mudanças estruturais.

3.3.1 História da agricultura antiga

Na história da humanidade, a fase mais longa foram as chamadas comunidades primitivas ou vida tribal. A sobrevivência se embasava na coleta, caça e pesca. Submetia-se totalmente às condições do ambiente, que, quando se escasseava, forçava a população à migração.

A forma de organização do trabalho se dava de forma natural, podendo ser chamada de divisão natural do trabalho, determinada pela natureza. As atividades mais brutas e pesadas cabiam aos homens (a caça, a pesca, a guerra...). Às mulheres, crianças e velhos cabiam as atividades mais leves. Todos trabalhavam, não havia exploração da força do trabalho.

Foi uma longa fase de evolução em um processo de transformações crescentes decorrentes de sua própria evolução, onde, aos poucos, o humano cria e aperfeiçoa instrumentos, armas, habitações e muda a sua forma de relação com a natureza, exercendo a agricultura e a domesticação de animais.

Na idade da pedra lascada (período Paleolítico) predominavam a caça, a coleta e a pesca. No período neolítico (idade da pedra polida, 12.000 anos atrás), importante referência na evolução da humanidade, já dispõe de instrumentos de pedra sofisticados. Neste período iniciam-se os cultivos e criações. Segundo Mazoyer e Roudart 2001, os humanos praticam cultivos e criações a aproximadamente 10.000 (dez mil) anos.

À medida que o homem amplia alguns cultivos e criações, passa a se tornar mais sedentário, ampliando as condições de sobrevivência, o que permite também o aumento populacional. A caça e a coleta coexistem como atividades paralelas. A essa mistura de cultivo e coleta, denomina-se protoagricultura, e caça com a criação de protocriações. Essa nova forma de sobrevivência proporciona uma

reorganização na divisão do trabalho e uma grande transformação social e cultural (MAZOYER E ROUDART 1998).

É na fase neolítica que se amplia a prática da derrubada de florestas e das queimadas.

O homem sustentava-se basicamente na aproximação das atividades agrícolas e das criações, nas rotações de culturas (principalmente forrageiras e leguminosas) e na diversificação de culturas, facilitadas pelo aperfeiçoamento e descoberta de novos instrumentos e ferramentas. Tudo isso significou grandes aumentos na produção de alimentos.

Na Idade Média destaca-se a introdução de tubérculos e de culturas forrageiras, levando à diminuição do pousio e à adoção de novos e mais complexos sistemas de rotação. Com o aumento dos pastos, foi possível o incremento da pecuária, que reverte para a agricultura, por sua vez, através da disponibilidade de adubo animal (MAZOYER E ROUDART 1998).

Ocorrem novas melhorias dos instrumentos agrícolas, seleção e tratamento das sementes, atrelamento animal, aração mais profunda, semeadura em sulcos, aumento e diversificação da produção leiteira e de corte dos animais. Os carros de roda facilitaram o transporte. O aumento da produção de alimentos contribuiu para o aumento populacional, especialmente na Europa. Isso levou à ocupação máxima, degradação da fertilidade e queda de produção, causando grande crise do sistema. A fome e a desnutrição levaram às epidemias e mortes, quando cidades e regiões inteiras são devastadas. Também, as revoltas sociais e as guerras se multiplicam. Na busca de soluções, surgem novas rotações, e a introdução de diversas novas espécies de plantas forrageiras e alimentares, dentre elas as leguminosas e o milho vindo da América. Iniciam-se algumas práticas de adubação verde. A prática do pousio deu lugar à rotação qualificada. Com isso, proporcionaram ganhos de produção e produtividade (MAZOYER E ROUDART 1998).

Amplia-se o desenvolvimento urbano e industrial, e, com a Revolução industrial, a agricultura sofre novas e grandes mudanças com o desenvolvimento de equipamentos e posterior mecanização agrícola. Mas foi o avanço do conhecimento na área da química e genética que proporcionou as maiores mudanças. Seguindo o caminho dos princípios da química moderna, formulados por Lavoisier, em meados

do século XIX, surge “quimismo” a partir das teorias sobre o comportamento das substâncias minerais nos solos e nas plantas, formuladas pelo químico alemão Justus Von Liebig. O químico afirmara que a nutrição mineral das plantas se dá essencialmente pela absorção de substâncias químicas presentes no solo. Desprezava o papel da matéria orgânica, afirmando que a insolubilidade do húmus a tornava inútil.

Liebig acreditava que o aumento da produção agrícola seria proporcional à quantidade de substâncias químicas incorporadas ao solo. Defendia que a resposta das plantas dependia da quantidade mínima disponível de cada elemento químico necessário ao seu crescimento, e que a ausência ou presença em quantidade muito reduzida limitaria o crescimento vegetal. Essa teoria foi chamada de Lei do Mínimo. Liebig é considerado o pai da agricultura química, sendo um dos principais precursores da agroquímica. As ideias de Liebig causaram grandes impactos na época por estarem se opondo à “Teoria Húmica”, na qual, por milênios, se embasavam a produção e as teorias agronômicas. A Teoria Húmica sustentava que a nutrição vegetal se dá através das raízes, que absorvem do solo partículas infinitamente pequenas, constituídas, em grande parte, pelo mesmo material das plantas.

Embora tenham encontrado muitos opositores, como Louis Pasteur e suas descobertas no campo da microbiologia, as formulações de Liebig tornaram-se hegemônicas no desenvolvimento da “agricultura moderna”. Grandes transformações já vinham ocorrendo na agricultura no século XVIII, mas a “modernização” da agricultura é um processo que se instala efetivamente a partir do pós-guerra.

Durante as guerras mundiais, houve grandes investimentos tecnológicos e científicos no desenvolvimento de armas, máquinas e substâncias mortais a serem usados nos combates e nos campos de extermínio. Passadas as guerras, muito deste “arsenal” e capacidade industrial de produção do mesmo passou a ser adaptado e reutilizado em campanhas de saúde pública e principalmente na agricultura. Entre os exemplos mais clássicos, estão os casos do DDT e do schradan, adaptados posteriormente como inseticidas agrícolas.

Esse modelo, chamado de “Revolução Verde”, um padrão agrícola químico, moto mecânico e genético gestado nos EUA e Europa, transformado em

“pacote”, vai gradativamente se espalhando e se instalando em todo o mundo, criando uma nova racionalidade produtiva. O grande “chavão” deste modelo era “acabar com a fome no mundo”. Preconizava-se que com a modernização tecnológica, e com o conseqüente aumento da produtividade e da produção, haveria aumento da renda familiar e, portanto, desenvolvimento rural.

Outras conotações e perspectivas estão intrínsecas na «Revolução Verde», como o combate à «Revolução Vermelha», ou seja, as revoluções socialistas que ganhavam força com as crises do sistema. É necessário considerar que as informações básicas das formulações de Liebig estão correta, embora lhe faltasse visão sistêmica. Mas estas formulações, quando na mão das grandes empresas das sementes, agrotóxicas e adubos solúveis do agronegócio e transformados em tecnologias são submetidos às suas perspectivas de lucros e dominação.

3.3.2 A Revolução Verde: “a grande mudança de rumos”

Antes dos adubos químicos, sementes certificadas, agrotóxicos e outros, a produção dependia da natureza. Os agricultores buscavam formas de ajudar a natureza para poder continuar produzindo, deixando a “terra descansar” (pousio), aplicando matéria orgânica e fazendo rotação de culturas. Assim, as famílias tinham uma produção diversificada, quase não dependiam de insumos externos e produziam primeiro para o autoconsumo. Com a Revolução Verde, esse sistema de produção da agricultura familiar foi transformado dando lugar à monocultura e mecanização pesada, uso de sementes certificadas e híbridas, cultivadas com adubos químicos e agrotóxicos. A natureza foi desconsiderada, e a fertilidade natural foi destruída, o solo degradou, a fonte secou, e o agricultor empobreceu.

O modelo de produção da Revolução Verde foi assumido pelas indústrias para atender os seus interesses de vender sementes e insumos. Proporcionou alguns avanços, mas causou grande degradação ambiental, contaminação do meio, dos alimentos e das pessoas. Aumentou os custos a níveis insuportáveis e levaram ao êxodo rural, concentração de renda e das terras.

Esse modelo foi imposto durante a ditadura militar com total suporte de políticas públicas através da assistência técnica, pesquisa e crédito. Não se

preocupou em qualificar o que as famílias agricultoras estavam fazendo e, sim, tratou de substituir tudo.

Nesse modelo, o campo foi tido apenas como espaço de produção, e o sistema tradicional foi tido como sinônimo de atraso. Associou-se a condição “do ser gente”, da “cidadania” à cidade e as famílias foram impulsionadas a saírem do campo.

Também o modelo da monocultura e da dependência externa de insumos inviabiliza economicamente o campo, porque, em função da degradação, a quantidade de insumos aumenta crescentemente. Mesmo que a cidade já não ofereça mais muitas oportunidades, o êxodo rural continua.

A natureza foi desconsiderada, e a fertilidade natural foi destruída. Já não era mais possível “deixar a terra descansar”. Assim, acabou a produção de biomassa (matéria orgânica) realizada pelas matas e capoeiras, o húmus do solo se desgastou, e começaram a aparecer as pragas, doenças e inços. Também, à medida que a degradação e a contaminação ambiental se aceleraram e a vida do solo vai morrendo, aumenta a necessidade de adubos químicos e agrotóxicos para manter o mesmo nível de produtividade.

Esse modelo da Revolução Verde gerou um ciclo vicioso, porque o adubo químico mantém a produção sem aumentar a fertilidade do solo. Além disso, provoca outros desequilíbrios no solo e na planta, proporcionando inços, pragas e doenças. Agora, são necessários também os agrotóxicos. Assim, os problemas são multiplicados, e vai aumentando a dependência de insumos externos.

Antes da Revolução Verde, havia muitas dificuldades no campo, mas de tudo que se produzia e vendia, ficava mais da metade do valor com as famílias no campo. Por exemplo: mais da metade do valor final de cada saca de milho produzido e comercializado ficava com quem produzia.

O modelo da Revolução Verde até fez aumentar a quantidade produzida, especialmente pelo aumento da área plantada, mas os custos de produção subiram muito e continuam subindo. Agora, de cada saca de milho produzido, o agricultor fica com mais ou menos 10% do valor. Há situações em que, mesmo após vender toda a safra, o agricultor fica endividado. A destruição da fertilidade natural do solo e a dependência de insumos externos, a monocultura e o fim dos cultivos para o autoconsumo são responsáveis pela diminuição drástica da renda.

Esse modelo de desenvolvimento provocou grande êxodo rural:

- Inicialmente, o êxodo foi provocado porque a cidade precisava de gente para trabalhar na indústria que estava se instalando;
- Na sequência, o êxodo se acentua em função da dificuldade econômica gerada pelo modelo.
- O Estado seja através do Governo Federal, Estadual ou Municipal, teve papel importante na construção da atual condição de desenvolvimento, seja no campo ou na cidade.

No Brasil, quem protagonizou este modelo da “Revolução Verde” no campo foi principalmente o governo através da atuação direta das instituições públicas, programas e campanhas de governo como “Plante que o João garante”¹⁸, como também constantes e estreitas parcerias entre instituições públicas de planejamento, pesquisa, ensino e extensão com grandes empresas, “Se é Bayer é bom” ou “Com Manah adubando dá”¹⁹ e assim por diante. Foram mais de 40 anos de investimentos diretos e indiretos. Vale destacar:

- Centros de pesquisa regionais;
- Equipes técnicas em praticamente todos os municípios;
- Centros de formação de técnicos e universidades;
- Crédito subsidiado e vinculado ao modelo;
- Muita propaganda e capacitação de agricultores.

A educação cumpriu papel fundamental, preparando as pessoas para esse novo modelo de desenvolvimento. Os conteúdos curriculares incorporavam a perspectiva do desenvolvimento urbano e industrial.

O campo foi visto como espaço de produção, fortemente associado ao sinônimo de atraso. Ganha força a ideia da cidadania associada à cidade, e, para isso não faltaram estereótipos (“Jeca-Tatu”, “Mazzaropi”)²⁰, desqualificando o campo

¹⁸ Este foi um slogan lançado pelo Presidente militar João Batista Figueiredo no início dos anos 80 para incentivar a agricultura, especialmente o cultivo de trigo, com crédito, apoio técnico e um preço mínimo de garantia.

¹⁹ Slogans criados pelas empresas, no caso a Bayer e Manah (Bunge) muito veiculados nos meios de comunicação na década de 70 e 80 no Brasil.

²⁰ Jeca Tatu e foi personagem criado pelo escritor Monteiro Lobato, que tinha uma visão pejorativa e de conflito com os camponeses (caboclos), chegando ao limite na *“Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização...”* (Lobato 1914) – *“caboclo que vejeta de cócoras” ... “piolho da terra”* (Lobato 1918). Levando a políticos da época a

e seus sujeitos. Essa condição sociológica do “ser camponês” deu-se por diversas formas em diferentes espaços como nas escolas, nos meios de comunicação, com expressões em músicas, e outras.

O sociólogo José Martins de Souza, em exposição no encerramento do X Congresso Mundial de Sociologia Rural, em 2000, evidencia o papel da sociologia na desqualificação do modo de vida do camponês, seu conhecimento e suas perspectivas.

A sociologia rural tem um pesado débito para com as populações rurais de todo o mundo. As gerações vitimadas por uma sociologia a serviço da difusão de inovações, cuja prioridade era a própria inovação, ainda estão aí, legando aos filhos que chegam à idade adulta os efeitos de uma demolição cultural que nem sempre foi substituída por valores sociais incluídos, emancipadores e libertadores: ou legando aos filhos o débito social do desenraizamento e da migração para as cidades ou para as vilas pobres próximas das grandes fazendas de onde saíram, deslocados que foram para cenários de poucas oportunidades e de nenhuma qualidade de vida. (SOUZA, 2000, pág. 01).

A sociologia rural contribuiu estimulando o êxodo rural ao associar o modo de ser e viver do camponês ao atraso e ao primitivismo. Essa visão teve efeito na diminuição da autoestima dessa população, já que a condição de cidadania estava do “ser gente” foi vinculada com o desenvolvimento urbano/ industrial.

Nenhum campo da sociologia ficou mais exposto a esse desencantamento do que a sociologia rural. Porque nenhum ficou tão obstinadamente preso à suposição de que as populações rurais são populações retardatárias do desenvolvimento econômico e da História, supostas ilhas de primitivismo no suposto paraíso da modernidade. (SOUZA, 2000, pág. 01).

Essas expressões sociológicas davam-se nos estudos e análises acadêmicas e se expressavam de forma muitas vezes ingênua no conjunto da sociedade. Por exemplo, são vários os relatos de professores (as) em escolas do campo, dirigirem-se aos alunos, filhos de agricultores, usando expressões com o seguinte conteúdo: “estudem ou querem ficar ignorantes e sofrendo na vida dura do campo, como seu pai e sua mãe”.

assumir posturas igualmente pejorativas como: *“símbolo de preguiça e fatalismo, de sonolência e imprevisão, de esterilidade e tristeza, de subserviência e embotamento”* (Rui Barbosa 1919). Jeca Tatú também inspirou outros personagens caipiras pejorativos como o Mazzaropi. Ambos traduziam a condição de ignorância, preguiça, pobreza, sujeira e outras que se tornaram o estereótipo do “ser camponês”. Com o avanço do capitalismo agrário nas décadas de 1960 e 1970, estes estereótipos foram estimulados sociologicamente na estratégia de aceleração do êxodo rural para o desenvolvimento industrial urbano e na implantação do modelo industrial agroquímico no campo.

As demais políticas públicas de forma geral foram totalmente direcionadas para o meio urbano, como por exemplo: os programas habitacionais só financiavam casas no meio urbano; a educação no campo voltava-se para o trabalho urbano industrial, também outros programas, como saneamento básico, transporte e lazer também eram aplicados apenas no meio urbano. De forma geral esta condição perdura até os dias atuais, com exceção aos programas de habitação que nos Governos Lula e agora no Governo de Dilma Rousseff estende-se também ao campo.

Nessa trajetória o campo foi decisivamente submetido ao desenvolvimento urbano industrial inicialmente liberando mão de obra e depois comprando insumos e fornecendo matéria prima para as agroindústrias, seja através da integração direta ou indireta. Essa condição vem crescentemente empobrecendo e excluindo grande número de famílias do campo. Horácio Martins de Carvalho (2002) faz uma síntese preocupante quanto às perspectivas para o campo junto à agricultura familiar/camponesa no atual modelo e contexto, sendo:

- a) Dificuldade na conquista de renda familiar suficiente para a garantia da reprodução dos meios de vida que justifique a permanência na terra.
- b) Outra, de natureza política, decorre da crescente constatação de que as lutas, como aquelas para efetivação das políticas públicas compensatórias, como o crédito rural subsidiado, ainda que sejam fundamentais para a unidade política de classe e para o acesso aos recursos públicos, eram e são insuficientes para a viabilização econômica da unidade de produção familiar.
- c) Uma terceira, de natureza ideológica e como consequência das anteriores, pode ser resumida na perda da esperança na possibilidade da pequena agricultura familiar, mantido o atual modelo econômico e social, constituir-se numa alternativa para as gerações atuais e futuras.

Mesmo em um contexto de crise o campo da agricultura familiar/camponesa vai se mantendo em relação parcial entre o modelo agroquímico e industrial e a agricultura diversificada, menos dependente de insumos, relacionada com a produção de alimentos e articulada em circuitos mais curtos e descentralizados de comercialização, conforme abordado no Capítulo 4, item 4.1. “A condição da agricultura familiar/camponesa no Brasil”, buscando crescentemente a

agroecologia como estratégia de resistência e também de superação do modelo, conforme tratado no item 4.6 “Para uma agroecologia popular e transformadora”.

Paralelamente as terras e os recursos naturais vão sendo disputados e apropriados por grandes corporações que buscam no campo a busca de novas formas de acumulação de capital criando impérios agroalimentares, conforme traduzido por Rosset e Torres (2012):

Neste sistema, a produção e o consumo não estão vinculados nem no tempo, nem no espaço, sendo que as corporações atuam em uma escala global com alianças estratégicas entre os fornecedores de insumos, processadores, comerciantes, cadeias de supermercados e bancos financeiros, para formar complexos agroalimentares que Phillip McMichael (2009, 2010) e outros chamam de sistema o regime corporativo de alimentos e Jan Dowe van der Ploeg (2008, 2010) chama de impérios alimentares. (ROSSET e TORRES, 2012. p. 02).

Esta ofensiva capitalista amplia os conflitos e a disputa material (terras e recursos naturais) e imaterial (proposta de desenvolvimento e de organização social, objetivos da produção, a existência social das comunidades e relações locais) dos territórios, conforme aprofundado no item 4.2 Territórios rurais em disputa: alimentos ou commodities, agricultura familiar/camponesa ou agroecologia.

3.4 O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NO BRASIL

O movimento da contracultura também fez eco no Brasil nos anos 70 e início dos anos 80, repercutindo no “rural” via intelectuais, estudantes e políticos progressistas, evidenciando os impactos sociais, econômicos e ambientais. Destacam principalmente: José Lutzenberger, Ana Maria Primavesi, Adilson Paschoal e Luiz Carlos Pinheiro Machado.

Foi de grande repercussão a publicação do Manifesto Ecológico Brasileiro: Fim do futuro? Por Lutzenberger 1976. Repercutiu também no Brasil a publicação - A Primavera Silenciosa, de Rachel Carson.

Ainda no final da década de 1970 e mais fortemente no início da década de 1980, é forte o movimento pela criação da lei dos agrotóxicos, assumindo inclusive esta nomenclatura (e não “defensivos” como queriam os fabricantes e outros interessados). Debatia-se também a proibição de alguns agrotóxicos já questionados ou proibidos em outros países, como os clorados.

Na década de 1980, o Movimento foi marcado pela realização dos EBAA's Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, onde confluíam as discussões. Para preparação dos mesmos realizavam-se processos regionais (ERAA's Encontros Regionais de Agricultura Alternativa). Nessa década criam-se várias ONGs, envolvendo profissionais militantes da causa. Nas articulações decorrentes, destaca-se o Projeto de Tecnologias alternativas (PTA), criado em 1983, pela FASE (Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educação). Desta articulação nasce a AS-PTA Assessoria e Serviços em Projetos em Agricultura Alternativa, que ampliou a Rede "TA" Rede de Tecnologias Alternativas para várias regiões envolvendo várias organizações afins. A AS-PTA. A partir de meados dos anos 90, cresce o envolvimento de novos atores (profissionais de empresas públicas, pesquisadores, gestores públicos e Movimento Sociais). No final da década de 90 e início desta década iniciam-se articulações de Redes Estaduais ou Regionais de Agroecologia.

Atualmente a proposta começa a ter eco nas esferas governamentais (municipais estaduais e federais). A nível federal cria-se o Colegiado Nacional de Produção Orgânica e os Colegiados Estaduais de Produção Orgânica, agora denominadas de Comissões nos Estados e Câmara Setorial na esfera nacional, junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Criou-se também junto ao MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) o Pró Orgânico, Programa de Agricultura Orgânica.

O MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário tem dedicado especial atenção e alocado recursos para as articulações e iniciativas agroecológicas no Brasil. Criou em 2005 o Programa Nacional de Agroecologia.

A partir de 1999 retomam-se os Seminários Nacionais e Internacionais de Agroecologia inicialmente puxados pela EMATER do Rio Grande do Sul (Associação Rio-grandense de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Na esfera organizacional, com o ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) (2002), retoma-se o processo de mobilização e articulação nacional, criando-se a ANA Articulação Nacional de Agroecologia, que significou uma grande aproximação e articulação política e unificação do Movimento Brasileiro de Agroecologia.

A criação da ANA, em 2002, em particular, significou a unificação e a consolidação de uma aliança política em torno da promoção da agroecologia, de todos os setores que vinham se aproximando desse debate e que também vinham realizando experiências práticas produtivas e de comercialização: ONGs agroecológicas, movimentos sociais rurais, incluindo os de mulheres, aliados a técnicos estatais, pesquisadores, professores, consumidores, enfim, um amplo espectro social que se reconheceu a partir da defesa da agroecologia. (SILIPRANDI, 2009, p. 151).

No campo mais acadêmico e técnico cria-se em 2004 a ABA (Associação Brasileira de Agroecologia), hoje articulada na ANA.

Vale destacar o assumir da agroecologia pelos Movimentos Sociais do Campo, tem contribuído para sustentação da dimensão estratégica transformadora.

3.4.1 As organizações e articulações em torno da agroecologia

Inicialmente, os atuais Movimentos Sociais do campo não assumiam a agroecologia como pauta estratégica nas suas bandeiras de luta, sendo a FEAB (Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil), o Movimento Estudantil e as ONGs de assessoria e apoio, os principais protagonistas que tiveram um papel muito importante na construção da agroecologia.

A Rede Ecovida de Agroecologia

A Rede Ecovida reúne experiências das ONGs, dos grupos e cooperativas de agricultores ecologistas, organizações da agricultura familiar e movimentos sociais. Conta com a contribuição de muitas lideranças e profissionais ligados a agroecologia. A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares, ecologistas e suas organizações, organizações de assessoria e simpatizantes com a produção, o processamento, a comercialização e o consumo de produtos ecológicos. Foi criada a partir de uma identidade histórica de construção da agroecologia no Sul do Brasil.

Em meados da década de 1990 evidenciaram-se fortes disputas em torno da proposta da agroecologia envolvendo as concepções populares históricas e a emergência do capitalismo verde/éconegócio descritos anteriormente, disputa que se acirra no início das elaborações para construção do marco legal da “agricultura

orgânica no Brasil". Nesse momento os Movimentos Sociais do Campo ainda não incorporavam a agroecologia nas suas estratégias, assim foi necessário criar um movimento próprio da agroecologia, tendo como objetivos principais garantir a identidade popular e transformadora na continuidade da construção histórica da agroecologia, contemplando aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais, e, responder de forma coletiva e propositiva a desafios concretos, às questões políticas, técnicas e outras, no cenário local, regional, nacional e internacional, exercido no momento pela Rede Ecovida de Agroecologia.

Especificamente, a Rede objetiva desenvolver e multiplicar as iniciativas agroecológicas; incentivar o associativismo na produção e no consumo de produtos ecológicos; gerar, articular e disponibilizar informações entre organizações e pessoas; aproximar, de forma solidária, os agricultores e os consumidores; construir o mercado justo e solidário; ter uma marca e um selo que expressem o processo, o compromisso e a qualidade através de processos de certificação participativa em rede; fomentar o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular.

Organiza-se em 26 Núcleos Regionais, distribuídos nos três estados do Sul do Brasil. Articula em torno de 200 feiras semanais ecológicas e um circuito de trocas entre as feiras, bem como, um circuito de circulação de mercadorias no sul do Brasil.

Há diversas outras redes e articulações em torno da agroecologia nas demais regiões do país como o núcleo de agroecologia da Rede Cerrado; a rede Sudeste de agroecologia; a rede regional de agroecologia Mantiqueira, a rede paulista de agroecologia; articulação mineira de agroecologia; rede de agroecologia do Rio de Janeiro e muitas outras.

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia

A ABA tem como objetivos incentivar e contribuir para a produção de conhecimento científico no campo da agroecologia; promover a agroecologia levando em conta as suas diversas dimensões (econômica, social, ecológica, cultural, política e ética); organizar reuniões e congressos, como o Congresso Brasileiro de Agroecologia, para debate e apresentação de trabalhos relacionados à agroecologia; editar e divulgar trabalhos sobre o tema; pugnar pela proteção da

agrobiodiversidade; despertar o interesse do público nas questões que dizem respeito à agroecologia; assessorar e aconselhar entidades oficiais ou particulares no que concerne ao desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis; manter um fórum permanente de ensino em agroecologia, práticas sustentáveis e cooperação internacional.

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

A ANA é um espaço de convergência de movimentos, redes e organizações da sociedade civil envolvidas em experiências concretas de promoção da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável nas diferentes regiões do Brasil.

O papel da ANA não é o de formular e executar estratégias de forma centralizada, nem o de substituir, se sobrepor, coordenar ou interferir na autonomia das diferentes redes e organizações. A existência da ANA exprime-se e justifica-se pela necessidade de interação e mútua fecundação entre essas redes e organizações para que, juntas, possam construir crescentes capacidades de influência nos rumos do desenvolvimento rural do Brasil.

3.4.2 Os Movimentos Sociais e a Agroecologia

Os Movimentos Sociais do Campo assumem a produção de alimentos, sistemas produtivos diversificados e a agroecologia nas suas estratégias de luta a partir do final da década de 1990 e início da década de 2000. De fato alguns importantes movimentos surgem exatamente no final da década de 1990, como o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e a Fetraf (Federação dos trabalhadores da Agricultura Familiar), estes já na sua organização inicial incorporam a agroecologia. A adesão da agroecologia como parte nas lutas estratégicas dos movimentos sociais amplia a dimensão política e transformadora e cria possibilidades de massificação da agroecologia, já que além do desenvolvimento técnico prioriza a análise crítica ao modelo convencional e à proposta de desenvolvimento a que se vincula e os interesses financeiros que sustenta, condição

essa importante dado ao “enquadramento”²¹ e condição de passividade proporcionados pelo ensino, pesquisa e extensão rural ao longo de mais de 40 anos no Brasil. Hoje, na condição de um modelo implantado, existe no campo uma grande diversidade de atores provedores deste modelo por interesses prioritariamente financeiros (obtenção de lucros) de atuação quotidiana junto às famílias agricultoras/camponesas se exercendo através de pressão publicitária, técnicos vendedores, facilitando o acesso aos recursos e insumos, e outras.

Segundo Rosset e Torres (2012) a adesão dos Movimentos Sociais intensifica a dimensão ideológica e política na agroecologia e potencializa a escala de adoção da agroecologia dado às metodologias socialmente dinamizadoras, ao número de famílias camponesas envolvidas em processos autogestionados.

MST o maior movimento social do Brasil

No bojo da ascensão do movimento operário e outros movimentos sociais, no final da década de 1970, ressurgem também as primeiras ações pela reforma agrária resultantes do trabalho da CPT. A ocupação da fazenda Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul (1979), pode ser considerada o embrião do MST. Nesse período, o Brasil vivia uma conjuntura de lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Fruto desse contexto, em janeiro de 1984, ocorre o primeiro encontro do MST em Cascavel, no Paraná, onde se reafirmou a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima dos trabalhadores rurais. A partir daí, começou-se a pensar um movimento com preocupação orgânica, com objetivos e linha política definidos. Em 1985, em meio ao clima da campanha das Diretas Já, o MST realizou, em Curitiba/PR, seu primeiro Congresso Nacional. A palavra de ordem foi "Ocupação é a única solução", nascia aí o MST. Em maio de 1985, surge a UDR (União Democrática Ruralista), uma aglutinação de latifundiários e empresários rurais oponentes à luta pela reforma agrária empreendida pelo MST.

A partir da segunda metade da década de 80 – a luta pela reforma agrária ganha grande respaldo popular pelo Brasil afora e é reforçada por vários outros

²¹ Expressão que traduz a hegemonia forçada pela formação, pesquisa e extensão ao longo de 40 anos a cerca da proposta do modelo da revolução verde, envolvendo uma concepção de tecnologia e desenvolvimento.

movimentos e instituições como a CNBB, a CUT, a Contag e outras. Torna-se pauta continuada nos governos que se seguem. Além das desapropriações, em praticamente sua totalidade forçadas pelas ocupações, tem-se alguns avanços com a aprovação da nova Lei Agrária em 1993, que entre outros aspectos recoloca a função social da propriedade da terra.

Assim como nos mais diversos espaços, foram sendo construídas diversas iniciativas agroecológicas nos assentamentos da reforma agrária. Também lideranças do MST historicamente têm participado das articulações e mobilizações em torno desta temática.

Mas oficialmente, foi no 3º Congresso Nacional do MST em 1995, que se reforçaram as questões relacionadas com o meio ambiente e a produção de alimentos saudáveis, dentro do grande tema: Reforma agrária uma luta de todos, onde a terra é um bem de todos e deve estar a serviço de toda a sociedade com valores igualitários, humanistas e socialistas, contemplando a produção de alimentos de qualidade e baratos, com a preservação do meio ambiente.

O programa de assistência técnica chamado de Lumiar, entre 1997 e 2000, foi executado em parceria com muitas instituições e organizações não governamentais que já reforçavam a perspectiva agroecológica para o desenvolvimento sustentável. A criação da Bionatur em 1997, hoje constituída numa rede nacional de produção e distribuição de sementes crioulas, foi talvez a mais significativa ação agroecológica do MST até então. Destaca-se também a organização da Festa Nacional da semente de milho, que se realiza anualmente, em Santa Catarina, na qual o MST é parceiro organizador.

Porém é no 4º Congresso Nacional em 2000, onde o MST assume a agroecologia como uma bandeira de luta estratégica. Em 2001 criou o Grupo Nacional de Meio Ambiente, que realizou diversas reuniões internas e discussões sobre o meio ambiente e a matriz tecnológica.

Foram criadas várias escolas para formação em agroecologia. Destaca-se também a Jornada Paranaense de Agroecologia que se realiza a cada dois anos e reúne milhares de camponeses e camponesas.

No documento de preparação para o VI Congresso a ser realizado em fevereiro de 2014, evidencia-se que a agroecologia assume importância crescente junto às estratégias do MST, pois indiretamente em vários aspectos e diretamente

tanto nos fundamentos como na proposta para o programa de Reforma Agrária Popular, sendo:

- Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas;
- Preservar, multiplicar e socializar as sementes crioulas, sejam tradicionais ou melhoradas, de acordo com a biodiversidade dos nossos biomas regionais, para que todo campesinato possa usá-las. (Fundamentos Programa Agrário MST, 2013, p. 34).
- Priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicas (Fundamentos Programa Agrário MST, 2013, p. 39).
- Exigir do Estado políticas de créditos, financiamentos subsidiados, pesquisas e aprendizados tecnológicos voltados para a produção agrícola de matriz agroecológica e com o incentivo à adoção de técnicas que aumentem a produtividade do trabalho e das áreas, em equilíbrio com a natureza.
- Desenvolver, através do Estado, programas de produção, multiplicação, armazenagem e distribuição de sementes crioulas e agroecológicas, dos alimentos da cultura brasileira, para atender as necessidades de produção dos camponeses, inseridos no princípio da soberania alimentar do país.
- Exigir do Estado a organização, fomento e a instalação de empresas públicas e cooperativas de camponeses para produção de insumos agroecológicos, armazenar e distribuir para todos os camponeses. Instalar unidades de transformação dos resíduos orgânicos das cidades em adubação orgânica e distribuí-los gratuitamente a todos camponeses.
- Exigir do Estado o combate a produção e comercialização de agrotóxicos e de sementes transgênicas. (proposta programa agrário MST, 2013, p. 40 e 41).

Dado as grandes mudanças estruturais e produtivas resultantes do avanço do agronegócio no campo brasileiro exercido crescentemente por corporações empresariais, articuladas com a produção de insumos, capital financeiro e mercado globalizado, a agroecologia torna-se estratégia de disputa ideológica nos territórios realizada pelo MST relacionada à sustentabilidade para o desenvolvimento (contaminação agrotóxicos, monocultivos, destruição e perda da biodiversidade, mecanização pesada, aquecimento global,...) e a soberania/segurança alimentar, na busca de respaldo e envolvimento do conjunto da sociedade, justificando ocupação/disputa física destes territórios, aspectos aprofundados no item 4.1 Territórios rurais em disputa: alimentos ou commodities, agricultura familiar/camponesa ou agroecologia.

O MST em sua trajetória tem se credenciado como um dos principais movimentos sociais da América Latina, incorporando perspectivas que vão muito além da luta pela terra, engrossando as fileiras de muitas outras lutas e mobilizações sociais na busca por transformações sociais.

Movimento de Mulheres Camponesas – MMC

O Movimento de Mulheres Camponesas é uma organização formada por mulheres trabalhadoras rurais. Caracteriza-se como um movimento social popular, de caráter autônomo, democrático, feminista e de massas. Luta pela mudança nas relações entre homens e mulheres e por transformações na sociedade visando à construção de uma nova sociedade, que resgate o valor humano, estabelecendo relações eqüitativas entre as pessoas em equilíbrio com a natureza, numa perspectiva socialista e democrática.

O MMC articula os movimentos de mulheres rurais no Brasil. Faz parte da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e da Via Campesina e estabelece relações com organizações rurais, outros movimentos sociais e movimentos de mulheres em toda a América Latina. Além disso, estabelece parcerias com entidades de cooperação nacional e internacional.

Segundo Paludo (2002, p.19-23), a trajetória do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR (hoje MMC) pode ser caracterizada em três momentos centrais: a) a sua constituição inserida no bojo das lutas sociais populares de resistência no Brasil, b) na busca dos direitos, valorização e participação, a opção pelo movimento autônomo, c) gênero, classe e projeto popular síntese da identidade. Reconstruindo sua trajetória nessa perspectiva, pode-se afirmar que o MMC foi se organizando e se constituindo, inserido no processo mais amplo da luta popular (de classe) e feminista (gênero) no Brasil.

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Com a construção dos grandes complexos hidroelétricos na década de 1970, surgem descontentamentos resultantes das desapropriações, indenizações e re-assentamentos. Inicialmente, as reações eram mais localizadas e isoladas. Estas reações contavam basicamente com o apoio da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e em algumas situações do movimento sindical. A partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, com a construção de grandes barragens como Itaparica

na Bahia, Tucuruí no Norte e, Itaipu no Sul, iniciam-se os movimentos de resistência mais organizados e propositivos.

Nestas obras, a luta das populações atingidas pelas barragens que, no início, era pela garantia de indenizações justas e re-assentamentos, logo evolui para o próprio questionamento da construção da barragem. Assim, os atingidos passam a perceber que além da luta isolada na sua barragem, deveriam se confrontar com um modelo energético nacional e internacional. Para isso, seria necessária uma organização maior que articulasse a luta em todo o Brasil. Assim, em abril de 1989 é realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Dois anos depois, em março de 1991, é realizado o I Congresso Nacional, onde se decide que o Movimento dos Atingidos por Barragens, deve ser um movimento nacional, popular e autônomo, que deve organizar e articular as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso. Em 1999, o MAB realiza seu IV Congresso Nacional onde, além das lutas específicas, reafirma o compromisso de lutar contra o modelo capitalista neoliberal, e por um Projeto Popular para o Brasil que inclua um novo modelo energético. O MAB integra hoje a Via Campesina Brasil.

O sindicalismo rural

No sindicalismo rural, a reação ao chamado Sindicalismo de Estado, se dá através da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – (Fetraf-Sul/CUT)... Este processo organizacional iniciou-se a partir do Departamento de Trabalhadores Rurais que havia dentro da CUT (Central Única dos Trabalhadores) onde em 1992 criou-se uma instância articuladora dos sindicatos Cutistas, o Fórum Sul dos Rurais da CUT, mais tarde transformada na Frente Sul da Agricultura Familiar. Nesta Frente participavam várias entidades que já assumiam na suas proposições estratégicas, a agroecologia. Em 1997 cria-se a FETRAFESC no estado de Santa Catarina, onde em parceria com algumas ONGs organizou-se processo de formação que entre outros temas incorporava a agroecologia. Em março de 2001, cria-se a Fetraf-Sul/CUT, que a partir de acúmulos construídos na Frente Sul da Agricultura Familiar.

A FETRAFESC solicitou filiação à CONTAG, mas não foi aceita. Em 1999 criou-se a Frente Sul da Agricultura Familiar, como uma organização promotora da agricultura familiar na região (esta organização articulava sindicatos, cooperativas e ONGs). Dando seqüência a esse processo de organização foi fundada, em março de 2001, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul Fetrat-Sul/CUT, como uma organização sindical específica de agricultores familiares, que a partir de acúmulos construídos na Frente Sul da Agricultura Familiar, propõe a regionalização dos sindicatos municipais, centrando sua atuação na organização da produção e no campo das políticas públicas, através de um sindicalismo propositivo e combativo.

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais articulados na Contag, fortemente atrelados ao estado durante a ditadura militar, agora, continuam presentes em, praticamente, todos os estados brasileiros, com suas Federações Estaduais com muitos Sindicatos de Trabalhadores Rurais filiados, mantendo uma grande diversidade quanto ao seu perfil político ideológico. Esta diversidade abrange desde sindicatos e federações com perfil popular e de luta classista com perspectivas transformadoras amplas, à sindicatos e federações com perfil conservador e perspectiva meramente reivindicatória.

O grande impulso organizacional e propositivo na criação da Fetrat-Sul CUT foi o programa Terra Solidária, sendo, um grande processo de formação envolvendo em torno de 5.000 jovens nos três estados do sul, que possibilitava a conclusão do primeiro grau e incorporava formação política, organizacional e tinha a agroecologia como básica para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Movimentos dos Pequenos Agricultores – MPA

Além de grande parte dos agricultores familiares não estarem filiados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou outros movimentos, surge, também, dentre os sindicalizados, uma parcela que não se sentiam mais representados pelas organizações existentes. Isto se evidencia, mais fortemente, durante as negociações de soluções para os atingidos pela seca de 1995, no Rio Grande do Sul, onde este segmento não concordava com os termos dos acordos em torno das propostas negociadas e desencadeia uma mobilização dos atingidos pela seca. Esta

mobilização provocou, junto a estes segmentos, o aprofundamento da avaliação sobre o método de organização das lutas políticas e sobre o modo de atuação dos movimentos, dando origem a proposta da criação de um novo movimento – o MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, definido como:

“(...) Movimento Social autônomo, de massa, organizado e dirigido pelos pequenos agricultores. Seu nascimento está diretamente relacionado à luta contra a atual situação de empobrecimento econômico e marginalização política da Agricultura Familiar...”. O desenvolvimento de sua luta tem como objetivo a construção de um “novo modelo para a agricultura que garanta a viabilização política, econômica e técnica da agricultura familiar”, numa luta através de “um novo jeito de organização dos agricultores” sustentado “na organização de grupos de base”.

Desde o Rio Grande do Sul, onde surge, o MPA passa a organizar-se também em outros estados do Brasil. Defende como proposta a construção de um “Projeto Popular para a Agricultura”.

A Presença das ONGs (Organizações Não Governamentais) de apoio e assessoria

Na abordagem a seguir, buscaremos identificar as ONGs que atuam no campo da agricultura familiar/camponesa e junto aos movimentos sociais do campo, no Sul do Brasil, de alguma forma envolvidas com a transição agroecológica e a educação popular. A maioria delas surge nas décadas de 1980 e 1990, em contextos e conjunturas específicas, assumindo bandeiras e estratégias relacionadas ao momento histórico, e tem cumprido papéis importantes, como o de apoio aos Movimentos Sociais e elaboração propositiva.

Embora, muitas vezes, executando diretamente as experiências, o seu papel principal tem sido o de germinar propostas e experiências, como a agroecologia, a agroindustrialização de pequeno porte, a biodiversidade, o resgate e revalorização das sementes crioulas, a venda direta e abastecimento local e a certificação participativa. Também, algumas tiveram significativa contribuição na Organização Social do campo, na construção da agroecologia e na construção metodológica da educação popular. Destaca-se a atuação na sensibilização, na construção propositiva, na organização de iniciativas práticas, na organização inicial

da Rede Ecovida de Agroecologia e na construção do marco legal da agricultura orgânica no Brasil, como ainda na construção e sustentação conceitual. Papéis e ações adequadas aos contextos e momentos conjunturais.

Na educação popular, principalmente no que se refere à sistematização metodológica, a partir da convivência de mais de 20 anos nesse universo, podemos concluir que se evidencia um número pequeno de ONGs, mas de forma geral as metodologias adotadas são participativas e alicerçadas no protagonismo popular e coletivo e na construção social do conhecimento.

Hoje, várias ONGs passam por um momento de crise, que se expressa em duas dimensões: financeira e dificuldade na atualização dos papéis e revisão metodológica. A crise financeira e estrutural deve-se à redução dos recursos da cooperação internacional, e da dificuldade legal e burocrática no acesso aos recursos públicos estatais.

Quanto ao papel e metodologias das ONGs destacavam-se, historicamente, pautar temas como a agroecologia, sementes, segurança alimentar; organizar experiências de referência e estudo, formação de lideranças e de base; criar ou assessorar organizações e movimentos sociais e outros. Hoje, muitos temas estão, significativamente, pautados como é o caso da agroecologia e diversas organizações existem. Portanto, há um novo contexto, mas percebem-se poucas discussões sobre o papel atual e poucos ajustes metodológicos e estratégicos.

Há, também, outros desafios e questões a serem permanentemente vigiadas e avaliadas no que se refere às ONGs, como o pouco comprometimento com questões mais amplas que envolvem toda a sociedade; a substituição do papel político dos movimentos e organizações populares; a atuação muito localizada sem articulação e repercussão mais ampla ou, ainda, por questão de sobrevivência, reduzindo-se à condição de subserviência aos financiadores e/ou executoras de políticas públicas (Petras 1996).

Outro aspecto refere-se à dependência de projetos para sua atuação e quando estes terminam tudo se reverte a um estado de “pré-projeto”, com pouco efeito duradouro (Rosset et al. 2011). Segue em anexo a relação das ONGs que atuam no campo junto à agricultura família/camponesa no Sul do Brasil – **(ANEXO 01)**.

A Via Campesina

É uma articulação internacional de movimentos camponeses que luta pelos direitos dos camponeses no mundo inteiro. Atua em diversos temas como a reforma agrária, agroecologia, soberania alimentar, gênero, direitos humanos, migrações, trabalhadores agrícolas assalariados, biodiversidade, biossegurança e recursos genéticos. Constituiu-se formalmente na Bélgica, em maio de 1993, onde foram fixados os objetivos e princípios fundamentais que têm marcado a história da organização. Está dividida em oito representações regionais em todo o mundo, com uma conferência internacional realizada a cada três anos em diferentes países. No Brasil, fazem parte da Via Campesina o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Federação dos Estudantes de Agronomia (FEAB) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR).

3.5 É POSSÍVEL ALIMENTAR O MUNDO COM AGROECOLOGIA?

Para discutir a questão da soberania/segurança alimentar é preciso considerar aspectos que vão muito além da dimensão física da produção e do consumo. A vinculação da agricultura e dependência da indústria de insumos, a articulação com grandes redes de supermercados e com o sistema financeiro e, a inserção no mercado global está afetando profundamente a natureza da produção agrícola, os ecossistemas onde a produção é realizada, os objetivos da produção, a qualidade dos alimentos e as formas de distribuição, criando grandes impérios agro alimentares, ampliando os problemas sociais, ambientais, riscos à saúde humana e riscos à capacidade atual e futura de produção de alimentos suficientes para a população mundial.

Os próprios conceitos de Soberania e Segurança Alimentar oficiais (Lei federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) já evidenciam grandes contradições no atual modelo de produção distribuição e consumo de alimentos. Soberania alimentar é “o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias

sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos...”. A segurança alimentar é “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”.

São condições básicas para a soberania segurança alimentar:

- Disponibilidade de alimentos, acesso regular, sustentabilidade social e econômica, adequação da alimentação (cultural, saudável) e, informação e formação;
- Priorização da produção agrícola local para alimentar a população, o acesso do(a)s agricultore (a)s e trabalhadores à terra, água, sementes e ao crédito. Daí a necessidade de reformas agrárias, da luta contra os transgênicos, visando o livre acesso às sementes, e de manter a água como bem público e distribuído de forma sustentável;
- O direito dos agricultores de produzir alimentos e o direito dos consumidores de poder decidir o que querem consumir e, como e quem o produz;
- Fortalecimento das relações diretas entre produção e abastecimento e consumo e a priorização da produção e abastecimento local e regional;
- O direito dos Países de se proteger das importações agrícolas e alimentares de baixo custo e preço e/ou subsidiadas. Garantir preços de acordo com os custos de produção e propiciar o controle da produção do mercado interno para evitar excedentes estruturais;
- O reconhecimento dos direitos das agricultoras, que desempenham um papel fundamental na produção agrícola e na alimentação.

A seguir levantaremos alguns aspetos importantes a serem considerados nesse debate, incluindo a discussão dos “modelos” e a agroecologia.

3.5.1 A questão da fome

De fato alimentar o mundo nos próximos é um desafio que precisa ser fortemente pautado, pois é uma preocupação real. Conforme relatório anual de 2009

da Organização das Nações Unidas (ONU) a respeito de segurança alimentar, mais de um bilhão de pessoas, cerca de um sexto da população mundial, sofre com a desnutrição. O relatório constata que o número de pessoas que sofre com a fome já estava crescendo antes da crise econômica mundial, mas, depois, a situação piorou ainda mais.

O Brasil está entre os poucos países onde a fome diminuiu, graças ao maior investimento em políticas sociais por parte do Governo Federal. Este relatório adverte para o aumento da fome nos próximos anos.

A ameaça quanto à capacidade de alimentar o mundo está exatamente na continuidade do atual modelo, que concentra renda, exclui pessoas, degrada o meio ambiente, e que tem como objetivo maior o lucro e a produção de commodities. Muitas pessoas já passam fome, mesmo com safras abundantes. No Brasil somente a safra de grãos soma em torno de 159 milhões de toneladas, o que equivale a mais de 2,0 kg de grãos por dia por habitante. Somado aos demais produtos agrícolas, ultrapassa os 3 kg por habitante por dia, o que daria para alimentar a no mínimo cinco vezes mais pessoas. Porque então ainda tem fome no Brasil?

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) classifica os graus de insegurança alimentar e aponta que 65,6 milhões de brasileiros não se alimentam direito. Desse total, 40,1 milhões (20,9% da população total) convivem com a forma leve de insegurança. Mais 14,3 milhões estão na situação moderada. Os demais (11,2 milhões) passam pela privação de alimentos, a insegurança alimentar grave.

O acesso ao alimento depende de disponibilidade, mas também de condições econômicas para a aquisição ou o acesso à terra para a produção dos mesmos. Esse é hoje o grande fator causador de fome no mundo. Se a produção geral de alimentos ainda não é deficitária em relação ao consumo, tanto nas regiões produtoras como em regiões com dificuldade de produção o acesso ao alimento é o fator limitante. Portanto, um primeiro aspecto a ser considerado é o acesso ao alimento, pois uma parcela significativa da população já é vítima da falta de alimentos, mesmo havendo produção suficiente.

Talvez o um dos estudos mais completos sobre a fome no Brasil foi realizado por Josué de Castro (1984) na “Geografia da Fome”, e embora a realidade em alguns aspectos até já tenha mudado para melhor, mas, seguramente outros

aspectos se agravaram a exemplo do êxodo rural e a concentração da terra, considerados por ele como a raiz da fome.

A dualidade da civilização brasileira, com a sua estrutura econômica bem integrada e próspera no setor da indústria e sua estrutura agrária arcaica, de tipo semicolonial, com manifesta tendência à monocultura latifundiária, é a principal responsável pela sobrevivência da fome no quadro social brasileiro. Nenhum fator é mais negativo para a situação de abastecimento alimentar do país do que a sua estrutura agrária feudal, com um regime inadequado de propriedade, com relações de trabalho socialmente superadas e com a não utilização da riqueza potencial dos solos. (JOSUÉ de CASTRO, 1984, p.285).

Josué de Castro (1984) destaca também outra dimensão da fome que é a nutricional, e que no caso do Brasil é muito séria e embora tenha relações sócio econômicas e geográficas, está muito mais associada a fatores socioculturais.

A alimentação do brasileiro se mostra assim imprópria em toda a extensão do território nacional, apresentando-se em regra insuficiente, incompleta ou desarmônica, arrastando o país a um regime habitual de fome — seja de fome epidêmica, como na área do sertão, exposta às secas periódicas, a do Nordeste açucareiro e a da monocultura do cacau, seja epidêmica, como na área do sertão, exposta às secas periódicas, seja de subnutrição crônica, de carências mais discretas como nas áreas do Centro e do Sul. (JOSUÉ de CASTRO, 1984, p.296).

Pode-se prever que a questão das dietas inadequadas se amplia também por fatores mercadológicos, pois, como será apresentado mais adiante há uma redução da base alimentar dos povos provocada pelo modelo que cada vez mais se move pelo lucro a partir das commodities.

3.5.2 A redução da base alimentar

Um problema muito grave é a perda de agrobiodiversidade e o empobrecimento das dietas, pois esse aspecto afeta quase toda a população, mas especialmente os moradores urbanos. O agronegócio e o grande mercado movem-se pelo lucro, portanto produzem e comercializam commodities, ou seja, produzem e comercializam aquilo que lhes proporciona mais lucro e possibilita grande escala. Não lhes interessa qualidade nutricional nem costumes e culturas regionais, muito menos diversidade. Assim obriga a população comer commodities. Com isso há um grave empobrecimento da dieta alimentar, especialmente no que se refere às proteínas, vitaminas e sais minerais. A oferta de alimentos deveria se adaptar às

necessidades das pessoas e do mundo. Hoje a oferta de alimentos está condicionada ao potencial de lucro maior das corporações agro alimentares.

As populações antigas tinham uma dieta muito diversificada e rica. Com o surgimento da agricultura, já houve uma redução significativa na diversidade. Mas com o surgimento da chamada agricultura moderna, a redução da diversidade foi drástica. E, à medida que grandes corporações vão assumindo a distribuição de alimentos, essa diversidade vai sendo reduzida ainda mais.

Mesmo quem não passa fome, tem uma dieta carente em sais minerais e vitaminas (gordinhos desnutridos). Além da redução da diversidade, a industrialização dos produtos leva à perda de qualidade e à inclusão de aditivos como corantes, estabilizantes, conservantes e outros, que afetam a nossa fauna e flora intestinal.

Imagem 13: Representação da redução da base alimentar humana – com o advento da agricultura e da revolução verde.

Redução da base alimentar humana



Fonte: Sebastião Pinheiro, 2004.

3.5.3 A qualidade dos alimentos locais

A qualidade de muitos desses alimentos tidos como Commodities é muito inferior a alguns alimentos regionais e cultivos tradicionais. A tabela abaixo evidencia a baixa qualidade nutricional dos produtos oferecidos pelo grande mercado e a alta

qualidade de produtos pouco disponíveis ou até mesmo quase esquecidos pela população.

Tabela 06: Comparação nutricional entre espécies nativas locais e espécies exóticas introduzidas

PRODUTO	CALORIAS Kcal	PROTEÍNAS g	FIBRA g	CÁLCIO mg	FERRO mg	VITAMINA A mmg
BATATINHA	75	1,6	1,0	6	0,8	0
BATATA DOCE	116	1,3	0,9	31	1,0	300
MANDIOCA	149	0,8	1,0	35	1,1	2
ALFACE	15	1,3	0,7	43	1,3	87
REPOLHO	28	1,7	1,0	43	0,7	10
COUVE	40	3,6	0,9	203	1,0	650
BREDO	42	4,6	1,8	410	8,9	953
CAMBUQUIRA	26	4,2	1,5	127	5,8	270
CHUCHU broto	28	4,0	1,3	58	2,5	205
BATATA DOCE folha	49	4,6	2,4	158	6,2	975

Fonte: IBGE, 1981.

Há também uma grande quantidade de espécies de plantas nativas, especialmente frutíferas, pouco utilizadas nas dietas, como, por exemplo, o pinhão (*Araucária angustifolia*), a guabiroba (*Campomanesia xanthocarpa*), o araçá (*Psidium sp.*), o butiá (*Butia eriospatha*), uvaia (*Eugenia pyriformis*). Pupunha (*Bactris gasipaes*) e outras, com alta qualidade nutricional. Estas poderiam ser aproveitadas in natura e de diversas formas na culinária. Há experiências muito boas de extração da polpa principalmente para sucos e sorvetes, e são comercializadas em feiras e utilizadas na alimentação escolar.

Veja o exemplo do pinhão abaixo:

Tabela 07: Composição nutricional do pinhão (araucária)

Composição nutricional do pinhão = 100g					
Umidade (g/100g)	46,90	Cu (mg/100g)	0,20	P (mg/100g)	135,43
Minerais (g/100g)	2,06	Zn (mg/100g)	0,66	S (mg/100g)	39,20
Proteínas (g/100g)	3,85	Carboidratos (g/100g)	40,88	Valor calórico total (kcal/100g)	192,69

Em base seca (%)					
Fibras (g/100g)	4,78	Fe (mg/100g)	0,90	Na (mg/100g)	0,67
Mn (mg/100g)	0,19	K (mg/100g)	692,13	Ca (mg/100g)	24,72
Lipídios (g/100g)	1,53	Mg (mg/100g)	49,38		

Fonte: Embrapa Florestas, 2011

Composição nutricional do pinhão = 100g			
Vitamina C (mg/100g)	13,9	Vitamina B5 (mg/100g)	4.700
Vitamina B2	240	Vitamina B1 (mg/100g)	1.350
Vitamina A (mg/100g)	3	Niacina	4,28

Fonte: Fonte: REVISTA FLORESTA, 1979, V.X Nº 2

3.5.4 A diferença da qualidade nutricional dos alimentos nos diferentes sistemas de produção

No sistema convencional a adubação é realizada com altas doses de NPK (nitrogênio, fósforo e potássio). Isso acelera o desenvolvimento das plantas e também dificulta a absorção de outros micronutrientes. E também, em solos desgastados e sem vida, a disponibilidade geral dos nutrientes é baixa. Assim, a qualidade nutricional das plantas é inferior. Também o sabor das olerícolas e frutas de sistemas agroecológicos é muito superior. Essa é uma manifestação de elogio muito freqüente feita por consumidores nas feiras livres.

Seguem alguns dados de pesquisas para ilustrar a diferença de composição entre alguns produtos orgânicos e convencionais:

Tabela08: Diferenças na composição nutricional entre vegetais orgânicos e convencionais.

Nutriente (em%)				
Vegetal	Vitamina C	Ferro	Magnésio	Fósforo
Alface	+17	+17	+29	+14
Espinafre	+52	+25	-13	+14
Cenoura	-6	+12	+69	+13
Batata	+22	+21	+5	0
Repolho	+43	+41	+40	+22

Fonte: THE JOURNAL OF ALTERNATIVE AND COMPLEMENTARY MEDICINE -Volume 7, Number 2, 2001. p.167

Tabela 09: Comparação de composição nutricional de alimentos produzidos em sistemas orgânicos e convencionais.

Estudo comparativo quanto à composição nutricional entre diferentes sistemas

	Cálcio	Magnésio	Potássio	Sódio	Manganês	Ferro	Cobre
ALFACE (em mil equivalentes de minerais por 100 gramas)							
Orgânico	40,5	60,0	99,7	8,6	60,0	227	69,0
Convencional	15,5	14,8	28,1	0,0	2,0	10	3,0
TOMATE (em mil equivalentes de minerais por 100 gramas)							
Orgânico	71,0	49,3	176,5	12,2	169,0	516,0	60,0
Convencional	16,0	13,3	53,7	0,0	1,0	9,0	3,0
ESPINAFRE (em mil equivalentes de minerais por 100 gramas)							
Orgânico	23,0	23,0	148,3	6,5	68,0	1.938,0	53,0
Convencional	4,5	4,5	58,6	0,0	1,0	1,0	0,0
FEIJÕES (em mil equivalentes de minerais por 100 gramas)							
Orgânico	96,0	203,9	257,0	69,5	117,0	1.885,0	32,0
Convencional	47,0	46,9	84,0	0,8	0,0	19,0	5,0
MÉDIAS							
Orgânico	57,6	84,01	170,4	24,2	103,5	1.066,5	53,5
Convencional	20,9	19,9	56,4	0,2	1,0	9,8	2,8
Diferenças x+	2,8	4,2	3,0	121,0	103,5	109,4	19,5

Fonte: Rutgers University - Boletim Vida Sana, 2202, pág 10 e 11 - Alimentos orgânicos por Jairo Restrepa, Riviera, Cali-Colômbia.

Tabela 10: Comparação de composição nutricional de alimentos produzidos em sistemas orgânicos e convencionais 2.

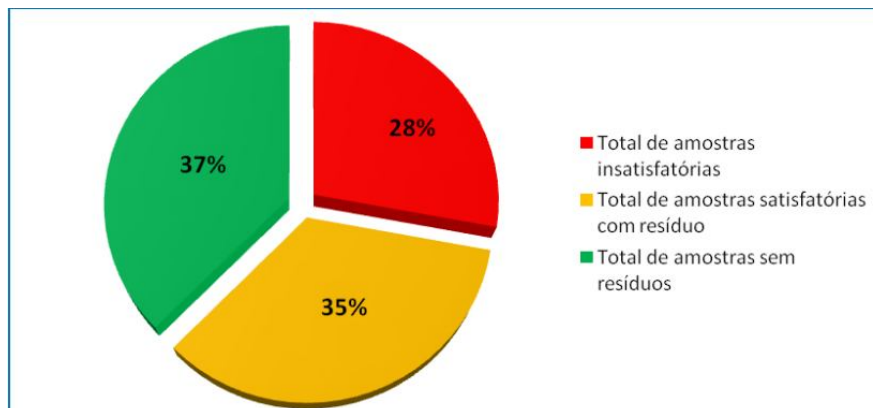
<u>Perdas Nutricionais na horticultura americana 1963 - 2000</u>
BATATA DOCE - menos 39% de Vitamina C
COUVE FLOR - menos 40% de Vitamina C
MILHO - menos 41% de Vitamina C
ESPINAFRE - menos 45% de Vitamina C
BETERRABA - menos 50% de Vitamina C
BRÓCOLIS - menos 50% de Cálcio
COUVE - 84% de Mg e - 61% de Vit.C
AGRIÃO - menos 88% de Ferro
Fonte: Senado Norte Americano www.advance-health.com

Uma planta desequilibrada também é mais atacada por insetos e doenças. Uma planta que se desenvolve normalmente, sem excessos de apenas alguns nutrientes, é mais equilibrada, contém mais fibras e é de qualidade nutricional superior. Estas plantas também são menos suscetíveis a doenças e pragas. Alguns trabalhos de análise vem sendo feitos, como o que se apresenta ao lado, o qual mostra diferenças de composição mineral expressivas.

3.5.5 O modelo convencional e a contaminação dos alimentos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) publicou, em abril de 2010, dados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos e Alimentos. No balanço geral, de nove importantes produtos avaliados (alface, batata, morango, tomate, maçã, banana, mamão, cenoura e laranja), o índice de amostras insatisfatórias ficou em 28%.

Imagem 14: Gráfico da percentagem de contaminação dos alimentos com agrotóxicos Anvisa 2010.



Fonte: ANVISA - Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos Em Alimentos - relatório de atividades de 2010

As contaminações são por excesso de dosagem, não respeitar as carências e até mesmo produtos proibidos. Quase 30% dessa produção não é alimento, e sim lixo tóxico.

Tamanha proporção de contaminação requer uma ação mais rigorosa do governo federal, pois é uma ameaça à saúde pública. Essa produção do modelo convencional é que necessita de uma avaliação de conformidade (certificação), pois são de alto risco, e não os produtos orgânicos, que não usam agrotóxicos.

3.5.6 O modelo agroindustrial convencional é uma grave ameaça à soberania e segurança alimentar

A princípio pode-se concluir que o próprio modelo capitalista agroquímico e agroindustrial é que coloca em risco a segurança alimentar do mundo. Seguem a seguir mais alguns aspectos a considerar como ameaças expressivas à segurança alimentar:

a) Biocombustíveis – Agrocombustíveis

Muitas áreas de terras férteis, antes ocupadas para produção de alimentos, vão dando lugar aos cultivos de cana-de-açúcar, girassol, mamona, milho e outros para produção de agrocombustíveis. Se a produção para biocombustíveis for mais lucrativa, a produção do agronegócio rapidamente incorpora essa

possibilidade. Já existem no Brasil grandes áreas e crescentes territórios sendo ocupados pelo cultivo da cana para a produção de etanol. Se houver algum problema com o abastecimento ou preço do petróleo, essa pressão aumentará ainda mais.

b) Pínus – eucalipto – acácia

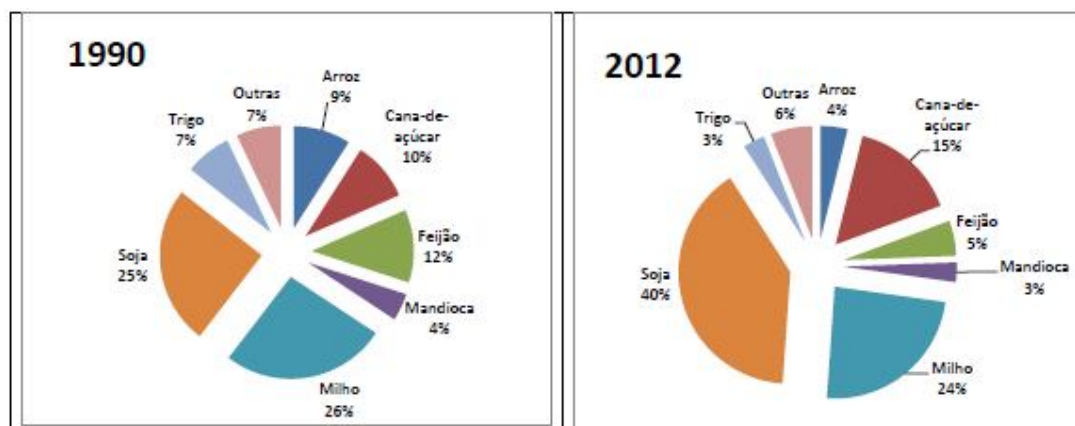
Em outras regiões, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, quem ocupa as áreas é a expansão dos cultivos de monoculturas de pínus, eucalipto e acácia, formando verdadeiros desertos verdes, expulsando famílias e suprimindo comunidades, e afetando a fauna e flora. Trata-se de população que se auto alimentava e produzia alimento, agora necessita de alimento. Muitas vezes em situações de conflito de terras com comunidades tradicionais e desrespeito às áreas de preservação permanente, suprimindo fontes, ocupando encostas e topos de morros. O destino principal dessa produção é a exportação para os países do norte e Ásia.

c) Modelo agroexportador x produção de alimentos

Uma grande parte da produção se volta para a exportação. Trata-se de produção de commodities ou mercadorias e não alimentos, a não ser que algum alimento possa se tornar uma commodity lucrativa. Por exemplo, a soja representa mais de 40% da produção de grãos do Brasil país e não é para alimentar o país, nem mesmo as pessoas diretamente, mas sim para os animais da Europa e Ásia. A produção de commodities significa e desconexão definitiva entre a produção e o alimento e uma desconexão total entre a produção e o consumo de alimentos. O negócio e o lucro é que orientam as decisões do agronegócio

O quadro abaixo evidencia a perda de área cultivada com cultura de maior peso na alimentação popular e o aumento do cultivo das commodities. No período de 1990 a 2012, as culturas do feijão, mandioca, trigo e arroz que somavam 32% da área cultivada caíram para 15% no total dos cultivos de lavouras temporárias. No mesmo período a soja saltou de 25% da área para 40% e, em 2012 a soma dos cultivos da soja, cana e milho representavam 79% do total da área cultivada com lavouras temporárias.

Imagem 15: Perda da área cultivada com alimentos para as commodities entre 1990 e 2012.



Fonte: Gerson Teixeira, 2012.

d) Aquecimento global - Adversidades climáticas;

Esta é uma grande ameaça à disponibilidade de alimentos, pois, anualmente, segundo a ONU, mais de 6 (seis) milhões de hectares de terras entram em processo acelerado de desertificação, em consequência do modelo agroquímico destruidor.

Também, a intensificação das adversidades climáticas extremas, como secas e excesso de chuva, são resultado do próprio modelo causador do aquecimento global, que leva à frustração de safras e diminuição da produção de alimentos. A agricultura contribui com pelo menos um quarto das emissões de gases causadores de efeito estufa e é a grande responsável pelos desmatamentos, hoje impulsionado pela pressão da exportação da soja (demanda e preços atrativos).

e) Especulação financeira

O abastecimento alimentar está ficando cada vez mais na mão de poucas e grandes empresas, em sua maioria, multinacionais que, tem como grande objetivo o lucro. Seus estoques se ajustam ao abastecimento de mercado, não realizam estoque estratégico, pois não têm responsabilidade com a segurança alimentar. Negociam safras inteiras, e especulam com o preço.

Em texto escrito por Boaventura de Sousa Santos, para a Revista Carta Maior, denuncia a migração dos investimentos especulativos para os mercados internacionais de produtos agrícolas, depois da crise do investimento no setor imobiliário.

Em articulação com as grandes empresas que controlam o mercado de sementes e a distribuição mundial de cereais, o capital financeiro investe no mercado de futuros na expectativa de que os preços continuarão a subir, e, ao fazê-lo, reforça essa expectativa. Quanto mais altos forem os preços, mais fome haverá no mundo, maiores serão os lucros das empresas e os retornos dos investimentos financeiros. (SANTOS, p. 2, in Boletim ECOS – Centro Ecológico Litoral RS - Ano VII, edição 2)

A fome não é novidade no mundo, mas as causas sim. Santos associa o aumento de preços à especulação, o que amplia a fome: “a fome do mundo é a nova grande fonte de lucros do grande capital financeiro e os lucros aumentam na mesma proporção que a fome”.

f) Padrão de consumo – hábitos alimentares

Segundo a análise embasada na pegada ecológica, diante da limitação de recursos naturais, se o mundo assumir uma dieta alicerçada no consumo de carne, o planeta suportaria apenas 3 (três) a 3,5 (três e meio) bilhões de habitantes, ou seja, a metade da população atual.

Se em uma dieta alimentar alicerçada nos grãos, vegetais e frutas, o Planeta Terra suportaria de forma sustentável de 10 (dez) a 14 (quatorze) bilhões de habitantes.

Dieta embasada em grãos, vegetais e frutas	Mundo com 10 a 14 bilhões de habitantes
Dieta embasada na carne	Mundo com 3 a 3,5 bilhões de habitantes

Fonte: Pegada ecológica WWF

Há grande perda de energia, nutrientes e diminuição na quantidade de alimento final na transformação de grãos em proteína animal. Segundo Kautoniam (2001), estima-se que dado ao alto consumo de carne é necessário de 1.500 a 2.000 kg de grãos por ano para cada habitante dos países ricos.

Tabela 11: Perdas na transformação de ração em subprodutos de origem animal.

ANIMAL	kg de ração/ kg ganho de peso vivo	kg de ração/ kg de carcaça peso fresco	kg de ração/kg prato matéria seca
Frango	2,1	2,6	11,4
Suíno	3,6	4,8	20,9
Gado	7,0	10,0	44,0

Fonte: CAST (1999)

São necessárias mudanças gerais nos padrões de consumo, não somente nos hábitos alimentares, pois é impossível estender as condições de consumo dos países ricos para os demais países do mundo.

g) Redução e perda de biodiversidade

A partir da revolução verde há uma redução crescente da biodiversidade tanto na redução da diversidade de espécies cultivadas, como na perda da diversidade de variedades em cada espécie. As variedades híbridas foram substituindo as sementes crioulas e agora com as variedades transgênicas a ameaça é ainda maior, pois podem contaminar as variedades crioulas ainda existentes. A garantia da diversidade de espécies e variedades é fundamental para a segurança alimentar futura dos povos. A perda da biodiversidade significa também a perda da autonomia genética e a dependência das grandes corporações para a obtenção de sementes. O controle das sementes é uma estratégia de poder.

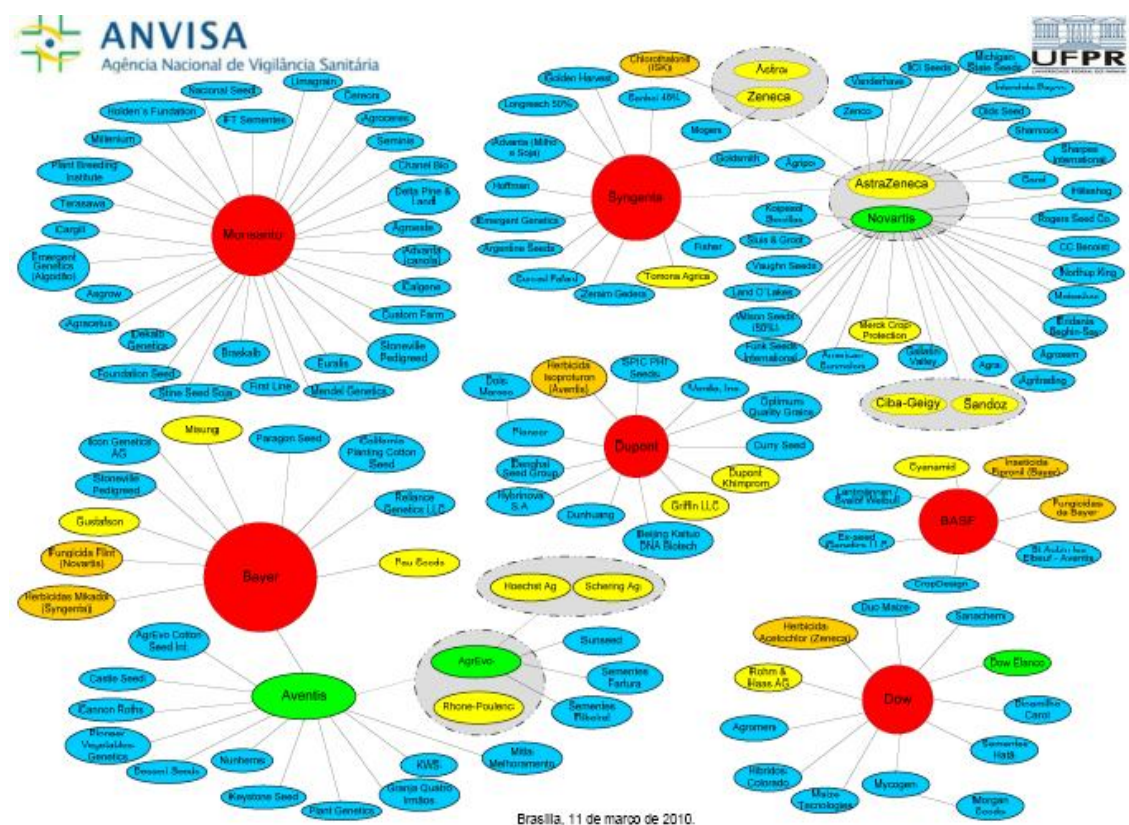
h) Controle das sementes e concentração da produção de insumos, da produção e do abastecimento.

As sementes são um dos principais alvos das grandes cooperações nos últimos anos como estratégia de dominação da produção e distribuição de alimentos no mundo. Estamos cada vez mais dependentes dessas empresas para nos alimentarmos e, portanto sujeitos às suas decisões quanto ao que devemos comer e

quanto devemos pagar por isso. A ofensiva dos transgênicos é parte dessa estratégia de controle e dominação.

A imagem a seguir traduz as a incorporação de várias empresas pelas grandes corporações no últimos anos, sendo que as empresas marcadas em azul são empresas de sementes. A grande quantidade de empresas de sementes sendo compradas evidencia essa condição acima.

Imagem 16: Aquisições e fusões de grandes corporações produtoras de agrotóxicos e sementes.



Fonte: ANVISA, 2009.

Segundo Calle et al (2013) dez empresas detem um terço do mercado mundial de sementes. Concentração que se verifica também na área dos insumos, industrialização e distribuição.

i) Desconexão entre o consumo e a produção

Paralelamente à revolução verde e até com parte da mesma, estabeleceu-se a caificação²² e verticalização da produção de alimentos, passando o agricultor muito mais para a condição de fornecedor de matéria prima para a indústria e comprador de seus insumos, cabendo-lhe um papel cada vez menor e cada vez mais controlado e comandado pela indústria.

A industrialização agro alimentar implicou em um processo de substituição dos produtos agrários por produtos industriais que se traduz no desenvolvimento de alimentos fabricados que complementa o processo de apropriação industrial da agricultura já exercido através dos insumos, antes controlados e produzidos pelo agricultor. (Goodman e Redclift 1991, Friedman, 1991, in Collado et al 2009, p. 2).

A industrialização do processo de produção de alimentos marca o início do crescente distanciamento entre a produção e o consumo, e, cada vez mais exercido por algumas grandes corporações, em circuitos cada vez mais longos e globalizados. Cabe agora à “mão invisível” do mercado o abastecimento, e que prioriza produtos que lhe dão mais lucro (as commodities) e produtos menos perecíveis, seja naturalmente ou resistência induzida quimicamente. Essas condições fazem diminuir drasticamente a diversidade e a qualidade nutricional e os sabores. Um exemplo disso são o tomate “longa vida” e os melões “casca dura”, ambos muito inferiores em sabor, mas de longa durabilidade na prateleira.

Esse “passeio” dos alimentos nas cadeias longas representa custos de transporte e eleva as perdas. Outro aspecto a considerar, é que as grandes corporações não mantêm armazéns estratégicos, onde o armazenamento se vincula apenas à perspectiva de oscilação de preços entre a safra e a entre safra, para obtenção de maiores lucros, e não para a garantia de suprimento alimentar e muito menos para a sustentação de preços justos, mas sim, impulsionada e impulsionadora da lei da oferta e da oferta buscando lucros ilimitados.

A desconexão distanciamento entre a produção e o consumo desestruturou dietas locais/regionais e acabou o consumo de produtos da época, ambos aspectos culturais e históricos nas dietas dos povos.

²² Deriva do termo Complexos Agroindustriais – e significa a integração agroindustrial e a verticalização total da produção, cabendo ao campo apenas uma parte cada vez menor no processo de produção. A indústria produz e determina e fornece os insumos, determina o modelo de produção, e leva a produção bruta para processar, embalar e distribuir.

3.5.7 O potencial dos sistemas agroecológicos na segurança alimentar

O sistema agroecológicos tem capacidade de prover a alimentação futura da população, também por sua capacidade produtiva, e, principalmente por se tratar de sistemas de maior funcionalidade ecológica, de maior resistência e resiliência.

A capacidade de produtividade em muitas situações é igual ou maior do que no modelo convencional, por exemplo: a soja produz em torno de 3.500 a 4.000 kg de grãos/hectare/ano, os sistemas agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis produzem mais de 7.000 kg de alimento/hectare/ano. Ainda, ao transformar os grãos de soja em ração e depois em carne a desproporção fica ainda maior. Há registros de Saf's com produção anual acima de 15.000 kg de alimento/hectare/ano.

Até mesmo as florestas nativas têm significativa capacidade de produção de alimentos, a exemplo das florestas de araucária no Sul do Brasil (hoje quase extintas), onde no passado se criava e engordava suínos e gado. Nestas florestas estima-se uma produção superior a 7.000 kg de alimento por ha por ano. Muitas dessas áreas, hoje cultivadas e empobrecidas, talvez já não conseguem produzir nem o que a floresta nativa era capaz.

Para a possibilidade de uma efetiva e duradoura segurança e soberania alimentar dos povos é necessário ampliar a biodiversidade, construir sistemas de produção mais resistentes e mais resilientes, portanto, agroecológicos.

Outros aspectos fundamentais a considerar são o papel e potencial da agricultura familiar/camponesa na segurança e soberania alimentar, a iniciar pela capacidade de se auto alimentar e, que mesmo na atual condição social e política, segundo o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) 84% dos estabelecimentos rurais com apenas 23,4 % das terras, produz 60% dos alimentos básicos no Brasil, a destacar: 87% da mandioca; 69% do feijão; 67% do leite de cabra; 59% dos suínos; 58% do leite de vaca; 50% das aves; 46% do milho; 38% do café; 33,8% do arroz e 30% dos bovinos. Além da produção de alimentos, se comparada com o agronegócio, representa 74,4% dos postos de trabalho no campo, e gera 89% a mais de renda por área total.

A eficiência da agricultura familiar também é maior, sendo que gera um valor bruto de produção de RS 677,00/ha/ano, que é superior à agricultura do

agronegócio empresarial (que é de R\$ 358,00/ha/ano) (IBGE/MDA, 2006). Segundo Altieri, nos EUA os pequenos e médios agricultores que empregam métodos sustentáveis, produzem de 2 a 10 vezes mais por unidade de área que as grandes fazendas corporativas. Isso justifica a importância do fortalecimento da agricultura familiar/camponesa e a reforma agrária.

A agricultura familiar/camponesa prioriza a produção de alimentos a iniciar para suas próprias famílias e tende a centrar-se no mercado local e nacional, pois de forma geral, está excluída do grande mercado que se constitui em crescentes oligopólios transnacionais que operam com escalas cada vez maiores. Por isso é necessário construir novas formas de relação entre a produção e o consumo, a iniciar por privilegiar e fortalecer os mercados locais/regionais, circuitos curtos e comercialização direta. Essa tem sido uma condição bem presente nas iniciativas agroecológicas no Brasil.

No caso de Rede Ecovida de Agroecologia, esta foi e é uma estratégia central, apesar da sedução de grandes redes de supermercados e outros espaços similares. A partir de dados de pesquisa realizada por Julian Perez Casarino (2013)²³, confirma-se que praticamente a totalidade dos espaços de distribuição são diretos ou em circuitos curtos:

Tabela 12: Espaços de comercialização/distribuição de alimentos orgânicos no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia.

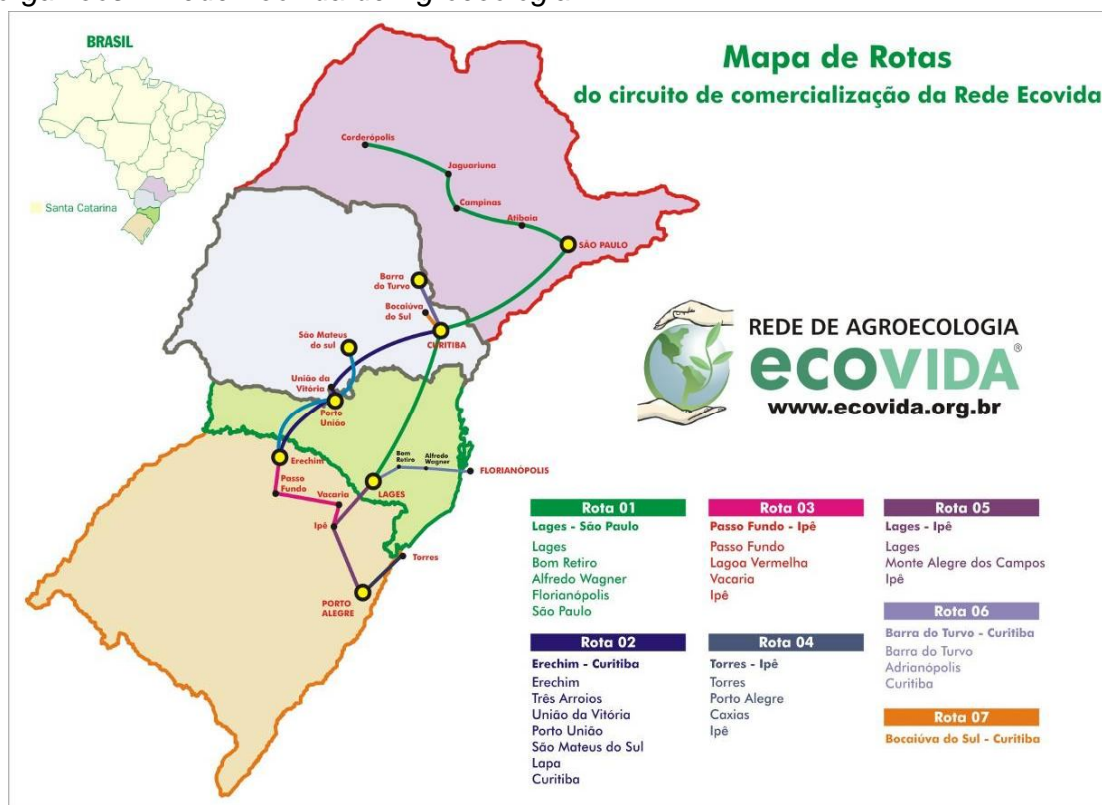
Quantidade em kg de alimentos agroecológicos comercializados por mês		
Local	Kg/mês	%
Feiras Livres Agroecológicas	1.211.783	54%
Varejo	514.970	22%
Mercado institucional	374.820	17%
Pontos Fixos	161.760	07%
Total	2.263.333	100%

Fonte: Adaptado de PEREZ, 2013.

²³ Trabalho realizado durante Tese de Doutorado nos Núcleos da Rede Ecovida nos três estados do Sul, que não envolveu a totalidade das iniciativas, mas a maioria, e é representativo.

Segundo essas informações 71% da comercialização é realizada de forma direta e 29% em circuitos curtos, e talvez estejam incluídos aí algumas redes de supermercados. É preciso considerar que a comercialização na Rede Ecovida conta com o apoio do Circuito e Trocas e Comercialização Solidária, que é uma experiência inédita vem sendo realizada no Sul do Brasil e é um circuito de trocas que abastece as famílias de agricultores com produtos de outros agricultores de outras regiões e diversifica a disponibilidade de produtos oferecidos nas feiras ecológicas e demais canais de comercialização, e propicia também o aumento da oferta de alimentos ecológicos para as próprias famílias agricultoras. Iniciou-se em 2006, e tem como objetivos obter resultados econômicos efetivos e ainda assim manter os princípios da economia solidária, e os princípios históricos da Rede. Organiza-se através de rotas de trocas de produtos agroecológicos, sendo: Erechim-Curitiba – Lages – Curitiba -São Paulo, com cinco sub- rotas de abastecimento, que aos poucos vão se ampliando. A comercialização se dá basicamente através da troca de produtos entre as associações de cada região.

Imagem 17: Rotas de circulação do Circuito solidário de comercialização de produtos orgânicos – Rede Ecovida de Agroecologia.



(Fonte: Rede Ecovida de Agroecologia 2010)

Sabe-se que alguns produtos são enviados para grandes redes de supermercados e há eventualmente são exportados produtos agroecológicos produzidos no âmbito da Rede, mas estes talvez tenham sido somados no total comercializado no varejo.

Num contexto mais amplo, para além de boas experiências localizadas, conclui-se pela importância da aliança estratégica entre a cidade e o campo, pois cada vez mais, a escolha do tipo e da origem do alimento é um ato político e ecológico.

Para resistir à lógica do grande mercado e recompor o controle sobre os alimentos, Collado et al (2009) propõem assumir o ato de consumo como um ato de identificação cultural, de aproximação relacional e de percepção da natureza.

... as resistências agro alimentarias de que falamos neste trabalho são estratégias conscientes de introduzir modificações nos hábitos e na gramática social sobre o que é considerado bom na alimentação, apelando para razões sociais, morais, ambientais, culturais e afetivas. (COLLADO et al 2009, p.7).

Segundo Collado et al (2009) as pessoas se movem em torno de três condições: integração e aceitação das pautas que dita o mercado; adaptação por não ter outras possibilidades; e, de resistência. Diante dessas condições, Especialmente da última, que pode advir de preocupações com a saúde, estilo de vida e mesmo consciência política, é possível construir estratégias luta política mais amplas junto aos “novos movimentos globais” da antiglobalização, potencializar as cooperativas de economia solidária de produtores e consumidores, e por último, construir uma agricultura diferente, fortalecer e potencializar novos estilos agro alimentares.

A Via Campesina é a principal articulação na luta pela soberania e segurança alimentar tem pautado constantemente a questão. No Fórum Global pela Vida, Justiça Social e Ambiental, através da Declaração de Cancun conclama para:

- a) Retomar os princípios dos acordos de Cochabamba de 22 de abril de 2010 com um processo que realmente nos leve à redução real da emissão de gases de carbono com efeitos estufa e para atingir a justiça social e ambiental.
- b) A Soberania Alimentar com base na agricultura camponesa sustentável e agroecológica, dado que a crise alimentar e a crise climática são a mesma coisa, as duas são consequência do sistema capitalista.
- c) É necessário mudar os estilos de vida e as relações destrutivas do meio ambiente. É necessário reconstituir a cosmovisão de nossos povos originários, que se baseia no pensamento holístico da relação com o

cosmos, a Mãe Terra, o ar, a água e todos os seres vivos. (Via Campesina, Cancún 4 a 10 de dezembro de 2010).

Segundo o Relator Especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação Olivier De Shutter (2010), a partir de estudo recente sobre pequenos agricultores e agroecologia, conclui que a produção mundial de alimentos poderia duplicar em uma década caso fossem implementadas políticas corretas relacionadas à agricultura camponesa e tradicional.

Enfim, os desafios em torno da capacidade de alimentar o mundo não se resumem apenas ao debate da capacidade de produção, mas essa sempre foi e não deixará de ser uma preocupação importante. E, em relação à produção conclui-se que a agricultura familiar/camponesa é que de fato cumpre com o papel da produção de alimentos, mas precisa recompor seus sistemas de produção tornando-se mais resistentes e resilientes, aumentar sua funcionalidade e a fertilidade, aumentando assim sua independência, segurança e autonomia. Para estabelecer estas condições, a transição agroecológica é um imperativo. Evidencia-se também a importância da reconstrução das relações entre a produção e o consumo, estabelecendo relações diretas e/ou circuitos curtos de comercialização, em processos conscientes onde a alimentação é assumida como um ato político, cultural e ecológico em articulações orgânicas entre o campo e a cidade.

CAPÍTULO 4 - DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 TERRITÓRIOS RURAIS EM DISPUTA: AGRICULTURA FAMILIAR/CAMPONESA OU AGRONEGÓCIO, ALIMENTOS OU COMMODITIES

Para uma reflexão atual, sustentada na dialética inerente às possibilidades camponesas evidenciadas historicamente e que permitiram sua continuidade até o presente momento, propõe-se algumas reflexões sobre possibilidades para ampliar a resistência e ampliar a resiliência da agricultura familiar/camponesa.

No Brasil um primeiro aspecto a considerar é a diferença e disputa de concepções entre o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma da questão agrária.

O paradigma do capitalismo agrário, que tem Ricardo Abramovay como principal referência, acredita na integração e consolidação da agricultura familiar na lógica do capital. Esta tese tem influenciado as políticas públicas e as posturas de algumas organizações do campo principalmente aquelas não articuladas na via campesina.

Já o paradigma da questão agrária não se limita à introdução produtiva na lógica do capital e seu modelo e considera as diversidades presentes onde existe tanto a sujeição como a resistência ao capitalismo, a destruição e recriação do campesinato, a existência e construção de relações não capitalistas de produção. Ao mesmo tempo sustenta a perspectiva de enfrentamento do capital, da reestruturação agrária e agrícola dos territórios e da transformação social, como por exemplo, através da ocupação de terras, da proposição da agroecologia e defesa da soberania alimentar. Ao mesmo tempo em que realiza a integração nos mercados busca a recriação social destes. Segundo Fernandes (2004) o paradigma da questão agrária tem como elementos de análise: a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social geradas pelo desenvolvimento do capitalismo. Incorpora também outras bandeiras na sua luta como a educação, saúde e formação política. Esta proposta e condição é defendida principalmente pelos Movimentos Sociais do Campo articulados na Via Campesina.

Segundo Jan Douwe van der Ploeg (2008) a agricultura mundial segue três trajetórias de desenvolvimento distintas e contrastantes: a ampliação da

industrialização, a recampinização, e outra de desativação. A industrialização vai assumindo controle crescente e direto sobre a produção e o consumo, e criando condições como: a desconexão entre a produção e o consumo; a desconexão da produção das condições ambientais dos ecossistemas locais; a divisão da produção em unidades e atividades isoladas realizadas através da divisão de trabalho e controladas externamente; e ainda, a desintegração e recomposição dos próprios produtos, onde as partes componentes de um produto final são produzidas de forma totalmente desconectadas.

Essas condições impostas pela industrialização exercem forte pressão sobre os sistemas locais de produção de alimentos, diminuindo a margem de renda sobre cada unidade produzida, diminuindo a renda e marginalizando parcelas crescentes da agricultura familiar/camponesa, e isso, segundo Ploeg, impulsiona e recampinização.

A recampinização é a busca por formas próprias de sobrevivência fora da produção de escala e fora da atual lógica de mercado, definida como: “A recampinização é uma expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência.” (Ploeg, 2008. p. 23).

Essas são reações espontâneas do próprio campo, diante da sua dificuldade de oportunidade, inviabilidade e exclusão na integração industrial. A crescente integração ao modelo agroindustrial e agroquímico Rosset e Torres (2012) denominam de descampinização, da mesma forma denominam assim a perda da terra e expulsão dos camponeses do campo.

Outro caminho apresentado por Ploeg (2008) é a desativação da produção agropecuária, com a reorientação das atividades econômicas, das finalidades do espaço (da terra) e dos investimentos. Isso ocorre normalmente no entorno de grandes centros com a especulação imobiliária e reorientação dos objetivos desse espaço. No Brasil isso também ocorre, mas é mais forte a desativação de unidades familiares/camponesas em áreas mais planas, sob pressão da agricultura capitalista do latifúndio do agronegócio, no momento impulsionado pela soja, cana, gado, eucalipto e pinus.

Ploeg propõe uma análise do campesinato a partir de “condições” ou “*princípios campesinos*”, a destacar o compromisso com a natureza para fortalecer a base produtiva (solo, biodiversidade, outros recursos locais,...) e a luta por

autonomia (relativa) através da redução das relações de dependências externas, podendo, entretanto migrar permanentemente entre a condição de uma agricultura camponesa a uma agricultura mais industrial e empresarial e vice versa, de recampinização.

Nos últimos anos evidencia-se uma interação e integração entre a agricultura, a produção de insumos, grandes complexos agroindustriais, redes de supermercados e o capital financeiro e as grandes corporações multinacionais, impérios agro alimentares, que passaram a controlar a produção e o abastecimento, provocando grandes mudanças estruturais na produção agrícola. Presenciamos o avanço do agronegócio através da crescente presença de corporações empresariais no campo, tomando fisicamente e ideologicamente os territórios.

Segundo Fernandes (2004) gerou-se uma forte apologia ao agronegócio como uma forma de indução a uma hegemonia de ocultação da questão agrária e dos conflitos relacionados, apresentando apenas o caráter produtivista e economicista.

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia, a questão estrutural permanece. (...) O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. (Bernardo Mançano Fernandes, 2004. pag. 38).

A tomada dos territórios, a concentração de capital, da terra e dos recursos naturais resultam da intensificação das políticas neoliberais da atual fase do capitalismo, que por sua vez aumentam as desigualdades sociais e que, após desmantelarem as organizações da classe trabalhadora, agora estão afetando, sobretudo a população camponesa.

Para Fernandes (2004) os territórios estão em permanente disputa de modelos de desenvolvimento e de sociedade, sendo classe e território inseparáveis, e esta interação de disputa produz diferentes territórios e espaços. Fernandes sustenta a compreensão de territórios para muito além de espaços geográficos e arbitrariamente determinados como território único, parte sim da condição espaços de governança, mas reconhece a diversidade de condições materiais e imateriais, formando distintas relações sociais e lutas de classes sociais (território diverso).

por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as idéias transformando em território até mesmo as palavras. As idéias são produtoras de territórios com suas diferentes e contraditórias interpretações das relações sociais. Os paradigmas são territórios. (Bernardo Mançano Fernandes, 2004, pag. 27).

No campo a questão agrária está fortemente relacionada ao conflito pela terra, mas também envolve dimensões econômicas, culturais e ambientais. As ocupações de terras realizadas pelo MST modificam a estrutura agrária do território, além disso, a conquista da terra não significa apenas uma nova forma de produção de mercadorias, mas a criação e recriação da existência das famílias diretamente envolvidas e dá um novo objetivo à própria produção. Segundo Fernandes (2004) esses conflitos destroem e recriam relações sociais de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e da agricultura familiar/camponesa, numa interação e simultaneidade entre conflito e desenvolvimento. O capital expropria, exclui e reordena o território, nas contradições geradas pelo próprio capital, os trabalhadores sem terra ocupam a terra e reconstróem as relações sociais locais.

A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão reducionista, porque esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. (Bernardo Mançano Fernandes, 2004, pag. 02).

O atual contexto de ofensiva do agronegócio forçou a mudança do foco da luta contra o latifúndio e pelo cumprimento da função social da terra, para a luta por uma reforma agrária popular que já não é apenas uma luta dos Sem Terra, mas sim por mudanças estruturais necessárias para o conjunto da sociedade, na construção de um novo modelo de produção agroecológico, produção de alimentos saudáveis, e pela reconstrução social dos mercados para reaproximar as relações entre produção e consumo.

Segundo Rosset (2012), dado a essa ofensiva dos impérios alimentares, da ocupação produtiva das terras com commodities como a soja, madeira e

agrocumbustíveis causadores de degradação ambiental, contaminação com agrotóxicos, destruição da biodiversidade, justifica-se aos “sem terra” a ocupação de terras produtivas contrastando com o argumento os efeitos ecológicos e sociais positivos dos cultivos dos camponeses com agricultura ecológica na biodiversidade, manutenção das famílias no campo e produção de alimentos saudáveis para os mercados locais (soberania alimentar). Assim, a agroecologia assumida nesta disputa reforça sua dimensão política e estratégica para a transformação produtiva e da sociedade:

Os movimentos sociais têm que promover e implantar a agroecologia de modo mais abertamente politizada e ideológica em comparação com outros atores das esferas das práticas agrícolas alternativas, como organizações não governamentais (ONGs), pesquisadores, agências governamentais e empresas privadas. Dizemos mais “abertamente” política e ideológica, porque qualquer opção tecnológica traz consigo uma carga política e ideológica implícita. (Rosset e Torres, 2012. p. 6 – 7).

Portanto, é um desafio transformador a retomada e re-significação dos territórios hoje tomados fisicamente pelo agronegócio através apropriação das terras, do arrendamento e dominados ideologicamente por seu modelo e interesses. Interesses que se transformam em poder exercido pelas de grandes corporações no campo e na cidade, que além de dominar os territórios, exploram os trabalhadores, controlam os políticos e roubam o estado.

Também, para que seja possível uma mudança mais expressiva nos sistemas de produção e vida da agricultura familiar/camponesa, o debate precisa contemplar a continuidade do desenvolvimento tecnológico, a mecanização para facilitar o trabalho e o acompanhamento técnico para produção. Devem-se buscar novas possibilidades para o processamento e comercialização, priorizando os circuitos curtos (locais e regionais) e as relações diretas entre a produção e o consumo. Trata-se de uma aliança estratégica entre o campo e a cidade na construção de um projeto popular para os territórios e para o Brasil, pois a melhoria da qualidade de vida, o acesso ao alimento de qualidade e sem contaminação, a reforma agrária, a reforma política e outras bandeiras são uma luta dos trabalhadores do campo e da cidade, e são condições importantes na transformação social.

No atual contexto agrário brasileiro, as elaborações em torno da agricultura familiar no paradigma do capitalismo agrário tem acumulado análises e propostas, já a discussão a partir do paradigma da questão agrária e dos rumos da

agricultura familiar/camponesa ainda vem acumulando elaborações propositivas mais consistentes mais recentemente, a destacar o esforço do MST na proposição da “Reforma Agrária Popular”, que em sua cartilha de orientação propositiva apresenta como missão:

- a) Produzir alimentos saudáveis de forma massiva, para atender as necessidades de todo o povo brasileiro;
- b) Recuperar e cuidar dos bens naturais, como a terra sementes, biodiversidade, água, matas e as florestas, que estão sobre nosso controle.

E propõe a agroecologia, interação ampla com a população em torno da produção de alimentos saudáveis (plataforma dos alimentos), ampliação da autonomia (sementes, fertilidade dos sistemas, etc.), e a cooperação como estratégia (produção, abastecimento, gênero, geração), com amplos processos de capacitação técnica, tecnológica e formação política. Fica evidente a necessidade de construção de novos espaços e relações fora das atuais propostas de produção e estruturas de comercialização e dos próprios objetivos da produção.

Em texto escrito em janeiro de 2015, Horácio Martins de Carvalho referindo-se aos camponeses reforça essa condição e sustenta que para sair da condição subalterna é preciso romper com a dependência das políticas públicas, subalternas à lógica do capital:

[...] é indispensável que eles lutem contra a sua subalternidade ao capital. Para tal os camponeses necessitam, enquanto classe social organizada, criar ou implementar, ainda que num quadro de correlação de forças políticas desfavoráveis, iniciativas que lhes proporcionem não apenas canais próprios ou adaptados de comercialização como diversas outras possibilidades efetivas de retenção da renda agrícola gerada no seu processo produtivo. se os camponeses desejam romper com a sua subalternidade ao capital um dos primeiros passos político-ideológicos seria o de romper com a atual dependência das políticas públicas que camufladas por medidas ocasionais de defesa das suas necessidades imediatas os ajustam aos interesses das classes dominantes, mantendo-os cativos e subalternos ao capital.
(Carvalho 2015, p. 05).

Enfim, nas disputas com o agronegócio e com a lógica do capital, importantes condições e características históricas da agricultura familiar/camponesa podem proporcionar vantagens muito significativas, a destacar: a produção de alimentos saudáveis, as formas de produção não capitalistas, forte economia de

subsistência, e a agroecologia como forma de ampliação da resistência, resiliência e autonomia perante o capital, condições estas assumidas ideologicamente e politicamente nas lutas das famílias, organizações e movimentos sociais do campo, numa perspectiva para além do campo em torno desse ideário não capitalista.

Urge ao campesinato assumir de fato seu lugar na história, e ao Estado democrático o papel de garantir a participação efetiva dos camponeses na construção de projetos de desenvolvimento da agricultura camponesa. Evidente, que esse processo não acontecerá sem conflitos, porque os capitalistas vão disputar os mesmos recursos e os mesmos territórios. (Bernardo Mançano Fernandes, 2004 – p. 25 – 26).

4.2 O RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DO VERDADEIRO PAPEL DO CAMPO E A NECESSIDADE DE UMA NOVA PROPOSTA

O atual modelo de desenvolvimento urbano/industrial, pautado na Revolução Verde para o campo, impôs um jeito de fazer agricultura já apresentado anteriormente e propôs para a agricultura familiar os seguintes papéis:

- Produzir de matéria prima para agroindústria de forma integrada;
- Comprar máquinas e adubos, agrotóxicos e outros insumos das indústrias;
- Fornecer mão de obra para a cidade.

Tendo essa proposta como objetivo, a verdadeira condição e papel do campo desapareceram das pesquisas e foco das análises. Em experiência vivenciada como membro da Rede Nacional de Colaboradores do Ministério do Desenvolvimento Agrário (através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial) de 2004 a 2007, na assessoria à construção de planos territoriais de desenvolvimento sustentável, nos diagnósticos que se apresentavam, na quantificação dos postos de trabalho apareciam o comércio, a indústria e até mesmo a prefeitura como principais geradores de trabalho, mesmo em municípios com metade ou mais da população residindo no campo, do campo contabilizava-se apenas os empregados. Trata-se de uma visão equivocada de trabalho como sinônimo de emprego e condição necessária para a exploração capitalista da mão de obra.

Da mesma forma as análises econômicas não consideram a condição indireta do campo na economia local e muito menos a produção e riqueza gerada para a economia de subsistência das famílias agricultoras. Isso desqualifica economicamente o campo da agricultura familiar. A produção de subsistência, como

não circula no mercado também não permite a expropriação de mais valia para a economia capitalista (por isso ignorada).

A valorização da condição das mulheres no campo fica ainda mais prejudicada, pois nos diagnósticos e avaliações oficiais não aparece como parte da população economicamente ativa, mesmo na sua atuação nas atividades comerciais, e especialmente no que se refere à economia de subsistência, que é condição econômica fundamental no sistema e, onde sua atuação é decisiva.

Há avanços e aspectos positivos, mas é urgente colocar em prática uma nova proposta de desenvolvimento, uma proposta economicamente mais viável, socialmente mais justa, culturalmente adaptada e ambientalmente sustentável.

É preciso construir uma nova proposta de desenvolvimento e reinserir o campo, estabelecendo-lhe um novo papel. É necessário também projetar uma nova proposta de desenvolvimento para a agricultura familiar e camponesa. E, para isso são necessárias novas estratégias e um novo embasamento metodológico.

Imagem 18: Síntese do avanço do capitalismo no campo (revolução verde) no Brasil e aspectos propositivos para uma condição sustentável:



(Arl 2009)

Os temas para o papel e proposta para o campo hoje na síntese acima, são uma discussão em aberto, mas resultam de acúmulo e esforço histórico das organizações e movimentos sociais ligados ao campo da agricultura familiar/camponesa.

4.2.1 A multifuncionalidade da agricultura familiar/ camponesa

A multifuncionalidade da agricultura familiar/camponesa está relacionada a uma grande diversidade de condições e complexidade de interfaces nas relações. Consideramos esse debate de grande relevância no desenvolvimento e sustentabilidade do próprio segmento e dos territórios e envolve dimensões sociais, políticas, econômicas e ambientais. Segundo Cazella et alii (2009) a multifuncionalidade relaciona-se às famílias rurais, aos territórios, à sociedade e às políticas públicas, e está associada à reprodução socioeconômica das famílias rurais; promoção da segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade; manutenção do tecido social e cultural e preservação dos recursos naturais e da paisagem rural, sendo defendida no Brasil como instrumento de política pública para o apoio e promoção da agricultura familiar.

Segundo Carneiro e Maluf (2005) “A dependência excessiva ao mercado – a ênfase no caráter produtivista da agricultura familiar – teria desvirtuado algumas funções essenciais da agricultura familiar na sua relação com a sociedade...”, não permitindo ou desconsiderando a multifuncionalidade diminuindo seu papel de coesão econômica e social do campo, assim como a sua função ambiental. O debate torna-se oportuno neste momento de disputa entre diferentes propostas no campo:

A proposta de uma agricultura multifuncional surge, assim, em um contexto de disputa entre duas concepções de agricultura: uma sustentada nas determinações das leis do mercado e outra que considera que o sentido da atividade agrícola não se limita à produção para o mercado, mas se estende também à oferta de serviços e bens (materiais e imateriais) à sociedade. (Carneiro e Maluf, 2005. p. 43).

Portanto, trata-se de distintas propostas quanto à produção, desenvolvimento e papel/funções do campo, e não de política compensatória num contexto de primazia da lógica produtivista e mercadológica imposta pelo avanço do capitalismo no campo, seja através do agronegócio, ou mesmo somente compensar

a parcela mais frágil na relação mercantil da diversidade do universo da agricultura familiar/camponesa no Brasil, mesmo que tenha que ser levado em conta a necessidade de correção da desigualdade social existente. Assim, segundo Carneiro e Maluf (2005) para uma abordagem multifuncional é exigência e ao mesmo tempo resultado a articulação entre as dimensões do econômico, social e biotécnico, de maneira que os fins econômicos não sejam formulados e avaliados independente dos resultados sociais e ambientais almejados nas estratégias e propostas.

Dado à grande diversidade e heterogeneidade existente na agricultura familiar/camponesa e também de contextos dos territórios no Brasil, é difícil estabelecer uma lista única ou nível de intensidade padrão às funções deste campo. Também o grau de importância de algumas funções pode resultar da realidade do contexto mais amplo, multi-setorial e para além da visão produtivista e economicista em cada território, onde a agricultura neste caso é apenas mais uma das dimensões. Identificamos a seguir algumas funções e dimensões do campo da agricultura familiar/camponesa a considerar nas análises e proposição para o agrário e territorial no Brasil:

- Condição estratégica para a segurança e soberania alimentar;
- Importante papel na geração de trabalho e renda;
- Proteção ambiental e serviços ambientais relacionados;
- Dinamização econômica, capilaridade e maior controle na gestão de territórios;
- Proteção ambiental e preservação da biodiversidade;
- Sustentabilidade energética;
- O campo como modo de produção e forma de vida;

Estas condições estabelecem uma nova compreensão sobre o campo e seu papel material e imaterial, produtivo e existencial na sociedade atual, e são estratégicas para o conjunto da população. Por isso é necessária o reconhecimento, a valorização e algumas situações a realização compensatória de algumas destas funções pelo Estado.

- a) O campo como produtor de alimentos para segurança e soberania alimentar

O campo da agricultura familiar/camponesa, além de alimentar as pessoas que vivem no próprio campo, segundo os dados do IBGE 2006, a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. Para grande parte deste campo, a produção de alimentos não é apenas um negócio, como para o agronegócio, tanto que quando se trata de produção orgânica os números chegam a 80% do total produzido.

A segurança e a soberania alimentar dependem de uma agricultura familiar/camponesa forte e distribuída em todo o território, e para isso é necessário:

- A priorização do abastecimento local, regional e as relações diretas de distribuição;
- A adequar a produção para o abastecimento direto (preparação/processamento e agroindustrialização de pequeno porte).

A recomposição dos sistemas de produção diversificados e a distribuição local/regional são estratégias importantes para a superação do papel de produtor de matéria prima para as grandes agroindústrias, para a condição de produtor de alimentos.

b) O campo como gerador de trabalho e renda

A agricultura familiar/camponesa continua cumprindo um papel central na reprodução econômica e social das famílias do campo. Cumpre inclusive com o papel de reabsorver egressos, principalmente jovens, que experimentaram a vida fora do campo e não deram conta de uma vida digna ou concluem pelas conveniências da vida no campo. Também nas disputas que envolvem a questão agrária e através das ocupações e da reforma agrária estabelece novas condições econômicas e sociais nos municípios e territórios.

É importante considerar que gerar trabalho é muito mais do que a criação de empregos. A geração de empregos hoje é importante, mas cria condições de grande risco às possíveis adversidades econômicas e políticas da globalização. Possibilitar o acesso à terra (reforma agrária) é uma importante estratégia de geração de trabalho no Brasil. Um posto de trabalho no campo requer muito menos

investimento e é mais sustentável do que um posto de trabalho na indústria ou comércio.

Segundo o censo agropecuário IBGE 2006 é o número de pessoas ocupadas na agricultura é de 16,5 milhões de trabalhadores, destes 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura familiar (74,4% do total de ocupados no campo). Ou seja, de cada dez ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar, que emprega 15,3 pessoas por 100 hectares.

Em muitos municípios, o campo é o maior gerador de trabalho e renda, ocupando a metade ou mais da população, como por exemplo, no Território da Cantuquiriguaçu (Região Centro Oeste do Paraná) nos 20 municípios, segundo dados do IBGE (2007), 51,73% vive e trabalha no campo, gerando 48,9% renda no território, contra 20,9 % da indústria e 30,2% dos serviços, dados do IPARDES IBGE (2004). Além da produção comercializada, também a produção para o autoconsumo precisa ser contabilizada como renda na economia, visto que é uma riqueza gerada que apenas não passa pelo mercado. Normalmente, esta produção se equivale a bem mais de um salário mínimo por família.

Por último, é necessário considerar a possibilidade da existência de atividades não agrícolas no campo, sendo agroindústrias de pequeno porte, indústrias e turismo. Isto possibilitaria a permanência no campo de muitos jovens que não se identificam tanto com a atividade agropecuária. A descentralização do desenvolvimento e a desconcentração humana atual das cidades é uma estratégia ecológica e econômica importante. Trata-se da pluriatividade, sendo muitas delas resultantes da existência das comunidades, da paisagem rural, etc. Nesta condição o campo é visto para além da atividade agropecuária.

c) O campo como guardião da biodiversidade

É o campo da agricultura familiar/camponesa o grande guardião de espécies, variedades e raças ainda hoje existentes. Esta prática precisa ser qualificada e estimulada, porque é muito importante para a segurança e o futuro alimentar da humanidade. A redução da base alimentar está levando a população a uma série de deficiências nutricionais e a uma grande dependência de algumas multinacionais que controlam o mercado de sementes e cobram cada vez mais caro

pelas mesmas. A seleção, a multiplicação e a troca de sementes e raças são formas de conservar e ampliar a biodiversidade, e as raças e sementes que vão sendo reproduzidas ano a ano são mais viáveis porque vão se adaptando aos ambientes.

As sementes são patrimônio da humanidade, pois são um legado de nossos antepassados. Tão importantes para a existência humana que são constantemente celebradas e consagradas. Alicerçada nessas práticas a humanidade produziu e se alimentou por mais de 10.000 anos. Mas, em apenas pouco mais de 50 anos, a produção de alimentos sofreu grandes transformações. O modelo industrial agroquímico aplicado no campo negou essas práticas populares de manutenção e melhoramento das espécies e raças classificando-as como atrasadas.

Uma grande quantidade de espécies que usamos na nossa alimentação é nativa das Américas e foram deixadas pelos indígenas (Astecas, Maias, Incas e outros) como por exemplo: milho, batata, mandioca, feijão, algodão tomate, pimenta, amendoim, cacau, abóbora e outros. Outras foram trazidas de outros continentes, como o trigo e o arroz, mas já por centenas de anos são conservadas e melhoradas pelas famílias agricultoras. Essas sementes que são conservadas e melhoradas pelas famílias de agricultores são chamadas de sementes crioulas.

A disponibilidade e continuidade dessas sementes é virtude e missão da agricultura familiar/camponesa e não depende de nenhuma empresa ou país e, são fundamentais para a garantia de segurança e soberania alimentar dos povos. As sementes crioulas são adaptadas aos ambientes locais, portanto mais resistentes, e menos dependentes de insumos. São também a garantia da diversidade alimentar e contribuem com a biodiversidade dentro dos sistemas de produção. A biodiversidade é a base para a sustentabilidade dos ecossistemas (sistemas naturais) e também dos agroecossistemas (sistemas cultivados).

d) O campo como conservador do meio ambiente e da paisagem rural

Além da biodiversidade das espécies cultivadas e das criações, a biodiversidade natural (nativa) dos ecossistemas tem importantes funções nos agroecossistemas. Ou seja, essa biodiversidade é importante no equilíbrio dinâmico, diminuindo a incidência de pragas e doenças.

Nas grandes monoculturas, a biodiversidade é arrasada. Nas comunidades onde predomina a agricultura familiar/ camponesa, ainda há uma grande biodiversidade natural, embora esta pode e deve ser melhorada. É o campo que conserva o solo, as águas e as florestas.

Quando uma família está protegendo e conservando uma fonte, um rio ou uma floresta está prestando um serviço para o conjunto da sociedade. É neste contexto que se insere a discussão do pagamento pelos serviços ambientais.

e) O campo como produtor de energia

O planeta terra dispõe de fato de apenas uma grande fonte de energia: o Sol. Todas as outras fontes (com exceção da energia nuclear) são derivadas do Sol, como, por exemplo, o vento que depende do calor, a chuva depende da evaporação da água, a cana e a lenha dependem da fotossíntese, e o petróleo que nada mais é do que plantas e animais fossilizados.

O campo dispõe de espaço para captação de energia solar via plantas, via vento e via água. Por isso, entende-se que o campo tem que ter saldo positivo de energia. Na agricultura convencional, esse saldo freqüentemente é negativo. Via agroecologia o campo pode se tornar produtor de energia.

f) O campo como forma de produção e modo de vida

A agricultura familiar/camponesa é um modo de existir, pensar, criar e produzir sustentado na família que o capitalismo não consegue apreciar e incorporar de todo, pois possui regras e condições próprias. Trata-se de uma forma de produção com aspectos de um outro modo de produção e vida que interage no sistema capitalista, mas ao mesmo tempo resiste e se opõe a determinados padrões e condições, estabelecendo formas não capitalistas, como sua base na “unidade de produção familiar”. A essa condição que não cabe de todo no capitalismo creditamos capacidade transformadora, desde que tenha acesso a formação e à organização e articulação, criando condições para afirmação dessa resistência camponesa como classe social de oposição ao capitalismo.

Para Friedmann, citado por Guzmán e Molina (2005) o conceito de “forma de produção” é a combinação de dois elementos teóricos fundamentais. Por um lado, as “condições de reprodução” com que encontra qualquer tipo de pequena agricultura no processo histórico. E, por outro lado, a forma em que estas *se inserem* no âmbito da formação social em que se encontram. (GUZMÁN E MOLINA, 2005 pág. 33).

Ao mesmo tempo em que a família é dona da terra (meio de produção), o trabalho é pela família e não depende do trabalho assalariado, pois a força de trabalho da família continua fundamental para a reprodução e expansão dos sistemas produtivos. A produção é diversificada e se estabelece em equilíbrio entre a satisfação das necessidades materiais, endógenas (auto consumo e consumo produtivo), e venda de excedentes. Exerce também uma maior racionalidade ecológica resultante da interação orgânica de coevolução com o meio ambiente em que vive.

Diferencia-se também nas relações culturais, sociais e comunitárias envolvendo encontros e festas religiosas e encontros de lazer (bochas, futebol, jogo de cartas). E mesmo que a modernização da agricultura tenha estimulado a monetarização das relações sociais a reciprocidade nas trocas de dias de serviço e as práticas de mutirões ou pixuruns, continuam a ser realizados. Também nas festas e outras atividades culturais a preparação é organizada através do trabalho coletivo voluntário. Estas práticas contribuem na afirmação da identidade e vínculo social.

Essa forma de produção e modo de vida é parte constitutiva da sociedade brasileira que além de produzir parte fundamental do alimento para o campo e para a cidade, estabelece outras condições de interesse para o conjunto da sociedade na ocupação e significação dos territórios, na prestação de serviços ambientais, na representação cultural e na geração uma paisagem atraente tanto para os que habitam no campo como para quem almeja melhor qualidade de vida.

Portanto, o campo não é só lugar de produção, mas um lugar onde vivem pessoas que mantêm uma forma própria de produção, de relação no meio e de existência social. É necessário mudar muitas coisas para melhorar a qualidade de vida no campo. Hoje, grande parte da população vive nas periferias e favelas das cidades, onde a qualidade de vida é, na maioria das vezes, muito pior do que no campo em aspectos como saneamento básico e alimentação.

Olhar para o campo como lugar para morar e viver significa rever a maioria das políticas públicas que hoje ainda se voltam apenas para a cidade, como transporte, lazer, saúde, habitação, saneamento básico, educação e outras. Mas

para manter e potencializar este campo da agricultura familiar/camponesa como parte importante na soberania e segurança alimentar e, no desenvolvimento territorial, significa também o estabelecimento de uma política agrícola e agrária capazes e efetivas para sua sustentação.

4.2.2 A pluriatividade na agricultura familiar/ camponesa

A pluriatividade ainda é um debate relativamente novo no Brasil e muito relacionado a contextos específicos ou localizados e tem maior ou menor influência direta no desenvolvimento da agricultura familiar/camponesa, pois tanto pode fazer parte da organização econômica e produtiva da família, como pode estar relacionada mais às conveniências do contexto socioeconômico territorial em que a família está inserida.

Numa relação mais orgânica se refere à condição permanente na qual uma família de agricultores, além das tarefas agrícolas, desempenha outras atividades não agrícolas dentro ou fora da propriedade, que servem como fontes de renda complementar. Esta é também denominada de agricultura de tempo parcial. Segundo Schneider (1999). “A agricultura de tempo parcial ocorre quando pelo menos a metade da força de trabalho ativa da família não tem, na propriedade rural, seu principal local de trabalho”. Isso ocorre principalmente próximo a alguns pólos industriais. Nesta condição a pluriatividade aparece como estratégia econômica e de sobrevivência das unidades familiares/camponesas.

Seguem abaixo alguns exemplos de possibilidades envolvidas:

- Turismo rural: são sistemas de produção familiares que constroem espaços e criam condições para abrigar turistas;
- Agroindustrialização de pequeno porte: são pequenas agroindústrias construídas no campo e que absorvem e processam leite, carnes, panifícios, hortaliças e outras;
- Artesanato: sendo dos mais diversos tipos, mas muitas vezes associado à disponibilidade de determinada matéria prima característica e disponível no local;
- Indústrias de roupas e outras: são indústrias que se instalam no campo, onde trabalha parte das pessoas das famílias dos agricultores;

- Oficinas mecânicas e outros serviços: muitas vezes relacionadas à manutenção de máquinas agrícolas, construções e outras.

A pluriatividade pode assumir também significados que vão além da estratégia de sobrevivência de desenvolvimento da agricultura familiar/camponesa em si, e está relacionada à adaptação e ao contexto do entorno sócio econômico de espaço agrário envolvendo oportunidades a membros da família ou às famílias, que continuam a viver no campo, com pequena relação produtiva e muito mais voltada ao autoconsumo, e buscando sua realização econômica em outras atividades no entorno.

Indiferente à condição de ser da pluriatividade a mesma está relacionada diretamente à multifuncionalidade do campo.

4.3 UMA NOVA PROPOSTA PARA O CAMPO

A seguir serão abordados alguns aspectos que julgamos procedentes para a sobrevivência e recomposição sustentável os sistemas de produção na agricultura familiar/camponesa. Estas conclusões afirmativas resultam de considerações dos referenciais teóricos abordados e da experiência pessoal de relação prática e propositiva, e, de diálogo com famílias agricultoras/camponesas envolvidas nas iniciativas de ATER na Transição agroecológica no Paraná, descritas no item 5.8 parte final, a cerca das propostas para o campo e da metodologia construídas/exercitadas.

- A diversificação da produção;
- A produção para o autoconsumo;
- A transição agroecológica dos sistemas de produção;
- A recomposição da fertilidade dos sistemas;
- A independência de insumos externos.

4.3.1 Diversificação da produção

Este é um aspecto básico e histórico na estratégia de desenvolvimento da agricultura familiar, que proporciona as seguintes vantagens:

- Melhor adequação ambiental da unidade de produção, onde cada atividade é implantada no ambiente mais adequado para a mesma;
- Amplia a biodiversidade que amplia a funcionalidade ecológica do agroecossistema;
- Melhor aproveitamento da mão de obra com atividades que necessitam de maior intensidade em épocas;
- Possibilita a rotação e consorciação de culturas;
- Interação complementar entre criações e cultivos e entre os cultivos;
- Amplia a resistência e resiliência²⁴ dos agroecossistemas;
- Segurança e estabilidade econômica;
- Maior autonomia e independência política.

4.3.2 Produção para o autoconsumo

Esta é uma estratégia fundamental para a segurança e independência com significativos efeitos na qualidade de vida, como também no resultado econômico. Na maioria das famílias, o valor do autoconsumo familiar dificilmente fica abaixo de R\$ 300,00 mensais, podendo ultrapassar R\$ 800,00 por mês.

João Carlos Tedesco associa essa estratégia diretamente com a segurança alimentar, estendendo para muito além da fronteira da unidade familiar.

A produção de subsistência assume um caráter de resistência compreendendo que a soberania e a independência se constroem a partir da segurança alimentar e que esta, por sua vez, vai se construindo progressivamente desde o abastecimento da família do agricultor, da comunidade onde ele vive e daí avançando para os pequenos municípios, para as cidades de porte médio e para as grandes cidades. (TEDESCO, 2006, pág. 03)

²⁴ Resiliência de um princípio da ecologia relacionado com a estabilidade dos ecossistemas, onde, segundo Odum um sistema é estável se ao mudar um estado estacionário desenvolve forças que tendem a restaurar sua condição original. De acordo com Margalef, um sistema é persistente "se permanece praticamente igual e (mesmo se) sua suposta estabilidade (resiliência) não se comprovar". Já C.S. Holling descreve como "a capacidade dos sistemas para absorver a mudanças e ainda assim persistirem". A resistência é a capacidade dos ecossistemas suportarem as perturbações sem causar grandes mudanças, conservando suas características. Estes conceitos se aplicam aos agroecossistemas e podem ser estendidos às dimensões produtivas e econômicas.

O autoconsumo é a renda gerada pelo campo que não é contabilizada na economia convencional, onde só se contabiliza aquilo que passa pelo mercado. Na economia ecológica, o desenvolvimento não é medido apenas pelo mercado, mas contabiliza os custos e ganhos ambientais, e o desenvolvimento e a qualidade de vida interna de cada unidade de produção e comunidade. A economia convencional insiste em contabilizar os postos de trabalho apenas contando os empregados do campo. Isso também está errado. O autoconsumo também é renda, e a condição das pessoas que vivem do campo também é trabalho.

Existem muitas idéias e formas de organizar a produção para o autoconsumo dentro das unidades de produção. Na seqüência, apenas para provocar o debate, abordam-se algumas sugestões:

- Inicialmente, vale destacar que no entorno da casa, ao passar do tempo, há uma concentração de nutrientes;
- Outro aspecto se relaciona à necessidade de realização de pequenas tarefas junto à produção para o autoconsumo, no cultivo, no manejo e até no acesso para colheita. Isso sugere que esta produção seja o mais próximo possível da casa;
- Muitas vezes, é difícil também conciliar esses cultivos com criações, como as aves que também são muito importantes no autoconsumo;
- Cercar uma área um pouco maior próximo a casa é uma idéia a considerar. Se o galinheiro tiver abertura também para esta área, pode-se oportunamente deixar as galinhas nesta área quando os cultivos permitirem. Até porque, na fase de implantação de agroflorestas, é preciso tirar as aves.

4.3.3 Transição Agroecológica

A transição agroecológica é uma necessidade urgente para a recuperação e conservação ambiental e para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Cada vez mais pessoas sabem que o caminho de degradação precisa ser alterado para que se possa ter mais qualidade de vida e que se revertam as tendências atuais de desemprego, aquecimento global, dificuldade de acesso a alimentos e falta de água.

Transição para agroecologia significa sair do modelo agroindustrial e agroquímico degradante do meio ambiente e dependente de grandes quantidades de insumos externos para construir uma proposta sustentável e reconstruir um sistema de produção adequado para a agricultura familiar, e ecológico. Porém, para se construir essa proposta, é preciso que as famílias agricultoras conheçam e entendam as diversas possibilidades e possam, então, escolher o que é melhor para si, para sua família e para o meio onde moram e trabalham.

Não há receita ou passo a passo para a transição agroecológica e muito menos uma temporalidade ideal. É possível iniciar por uma atividade ou parte da unidade de produção, desde que, segundo o marco legal, com produção diferente do restante das áreas e nesse caso, a partir do início da certificação, o prazo para a transição das demais áreas é de cinco anos. Mas quem não está operando no mercado orgânico não há prazo.

Há algumas referências importantes sobre passos e/ou níveis no processo de transição agroecológica como os descritos por Gliessman (2000): 1- incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de inputs externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente; 2 - substituição de inputs e práticas convencionais por práticas alternativas; 3 - redesenho agroecológico dos agroecossistemas, são condições freqüentemente presentes, mas em muitas iniciativas vivenciadas no Sul do Brasil estas três condições se deram concomitantemente. O que ocorria com mais freqüência era a diferença de intensidade de esforço em distintas atividades ou áreas dentro de um mesmo agroecossistema. Na maioria das vezes a transição teve início em atividades periféricas (não centrais) na sustentação econômicas, como as hortas, pomares inicialmente mais voltados para o autoconsumo e que foram assumindo importância econômica crescente.

Mas há importantes referências do exercício da agroecologia articulado em projetos/processos de luta e disputa mais ampla nos territórios, ou seja, a agroecologia que perpassa o Movimento Social e assumida pelo Movimento, a transição agroecológica junto às principais atividades econômicas de um território e das unidades familiares/camponesas de produção, e exercidas de forma massiva.

Estas iniciativas se incorporam um enfoque sociológico e político mais forte, envolvendo amplitude transformadora mais ampla, definido por Calle et al

(2013) como uma proposta de transição a inter-relação entre as dimensões micro e macro, materiais e culturais, desde a produção ao sistema agroalimentar mais amplo, devendo considerar:

- Dimensões pessoais: fatores de "consciência", ligados à credibilidade e motivação dos atores e indivíduos envolvidos na cadeia alimentar assim como a própria transição ao nível da local ou exploração dos recursos naturais.
- Dimensões microssociais: manejos produtivos e articulações/redes de cooperação social que sustentam a biodiversidade, apoio mútuo e bases da democratização e da sustentabilidade dos nossos sistemas agroalimentares.
- Dimensões eco estruturais: com o objetivo de fechar circuitos de circulação de todos os tipos de fluxos (materiais, energeticos, sociais, econômicos, a circulação de variedades locais) de tecnologias que buscam a adequação endógena e o estabelecimento de circuitos curtos de produção e consumo.
- Dimensões meso e macro sociais: apoiando-se nas dimensões anteriores, potencializar desde redes de cooperação social até a constituição de instituições sociais ou de pressão e de gestão de políticas públicas realmente participativas e com agendas abertas aos processos de agroecologia emergentes. (Calle, Gallar e Candón, 2003. p. 256).

Trata-se de propostas que implicam em avanços significativos na transformação social. Em algumas iniciativas podemos identificar processos organizacionais e políticos mais evidentes. Um exemplo foi a experiência chamada de “plantio direto de tomates”²⁵ na Região do Alto Vale do Rio do Peixe (SC), processo que se iniciou a partir do grande endividamento no final da década de 1990 e início da década de 2000. Esse processo, dado aos excelentes resultados, questionou a pesquisa, ameaçou o grande mercado de insumos e potencializou um enfrentamento político ao neocoronelismo²⁶. Esse processo era coordenado junto ao

²⁵ Na região do Alto Vale do Rio do Peixe, Santa Catarina, o monocultivo do tomate se tornou uma das principais atividades (próximo a 20 milhões de pés), envolvendo mais de 1.000 famílias. O cultivo é realizado com grande movimentação do solo e com utilização indiscriminada de fertilizantes químicos e de agrotóxicos e no manejo inadequado da planta e da água para fins de irrigação. Além dos problemas econômicos e ambientais, são igualmente graves os problemas sociais resultantes, além de grande endividamento das famílias. Neste contexto, em 1999 se articulou a pesquisa e acompanhamento técnico, em um projeto denominado ‘Sistema de Plantio Direto de Hortaliças (SPDH): espaço de discussão e prática para uma agricultura sustentável’, é tema gerador (mobilizador, organizador, conscientizador e articulador) deste processo, visando a transição agroecológica. A metodologia utilizada foi a Formação Básica Multiplicadora e a Pesquisa-ação Participativa, obtendo grandes resultados técnicos, organizacionais e políticos. Mas dado ao potencial transformador o processo foi derrotado e teve suas bases pessoais, organizacionais e institucionais destruídas através de ações de perseguição pessoal, demissões, ameaças de morte, desmobilização organizacional e tomada de direção política de entidade de apoio (Cepagri) e tomada de direção política do Partido (PT), que havia sido assumido pela mesma frente organizacional. Somamos parte nessa experiência.

²⁶ Esta região politicamente sempre foi muito conservadora, comandada por grupos políticos familiares e bem articulados entre as elites. No passado foi forte o poder dos madeireiros que hoje

Sindicato dos Trabalhadores Rurais local mas possuía um processo de organização próprio com coordenações em todas as comunidades, somando 70 coordenadores(as), e estava em fase inicial de criação de uma associação específica dos produtores de tomate.

Outra experiência de referência massiva e realizada a partir de atividade centrais na economia local ocorre na produção de arroz agroecológico nos Assentamentos da Reforma Agrária no Sul do Rio Grande do Sul. Segundo a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (Cooceargs), a iniciativa envolve mais de 400 famílias, de 16 assentamentos em 11 municípios, com mais de 4.000 hectares cultivados e mais de 7 mil toneladas de arroz. A maior parte da produção em torno de (70%) vai para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). A experiência se realiza na base do MST – através das cooperativas Cooceargs e Cootap (Cooperativa de Produção Agropecuária de Tapes), e coordenado por um grupo Gestor da Produção Agroecológica de Arroz.

Outra iniciativa ainda inicial, que envolve principalmente a transição agroecológica na produção de leite se realiza na Região Centro Oeste do Paraná, onde, a produção de leite é a principal atividade econômica na região, especialmente nos Assentamentos. Trata-se de um Núcleo de Agroecologia (Luta Camponesa) articulado na rede Ecovida, construído principalmente por iniciativa do Ceagro em parceria com o MST e o MPA. O Núcleo conta hoje com 40 grupos em 12 municípios da região e envolve na transição agroecológica aproximadamente 500 famílias e alimenta-se a perspectiva de envolvimento de próximo a 1.000 famílias nos próximos anos. Conta-se com uma agroindústria (em fase final de construção) para 20.000 litros de leite dia (orgânicos). No momento destaca-se a produção de hortaliças e frutas que vão para as feiras, PAA e PNAE, e inicia-se a distribuição de cestas de alimentos agroecológicos entregues a domicílio. Alimenta-se a expectativa de em breve abastecer o restaurante universitário (em torno de 900 refeições dia), buscar outros espaços no mercado local/regional e de entrar no circuito de comercialização da Rede, numa perspectiva futura de estabelecer uma rota de circulação semanal de produtos orgânicos entre Foz do Iguaçu a Curitiba. Essa iniciativa conta ainda com o

dominam outros segmentos da economia local. No passado eram conhecidos como coronéis porque exerciam o poder diretamente e hoje o exercem indiretamente, por isso a denominação de neocoronelismo.

apoio da UFFS (Universidade Federal Fronteira Sul), e com a Experiência de Cooperação de Mondragon (país Basco - ES).

Poucas experiências têm-se desafiado a iniciar a transição em processos mais massivos e a partir das principais atividades econômicas nas unidades de produção e vida familiares. Mas, a partir de algumas iniciativas percebeu-se que quando nessa condição, causa grande impacto tecnológico e político. Percebe-se que nestas experiências mais massivas mencionadas destaca-se o aspecto organizacional, a articulação orgânica com um movimento social (Sindicato, MST, MPA), a relação da agroecologia com propostas de desenvolvimento nos territórios e envolvendo dimensões políticas.

4.4 QUAL É A AGROECOLOGIA QUE QUEREMOS?

4.4.1 PARA UMA AGROECOLOGIA POPULAR E TRANSFORMADORA

As discussões e elaborações a cerca da compreensão sobre a agroecologia, embora com bons acúmulos, ainda tem muitos desafios a serem superados, tanto na sua definição conceitual como na prática concreta. Mas a partir de uma perspectiva popular transformadora pode-se sustentar uma compreensão que incorpora dimensões técnicas/científicas e também dimensões sociológicas e políticas. A seguir, para contribuir nesse debate, levantam-se alguns aspectos que julgamos importantes para a agroecologia como parte importante na qualificação ecológica, econômica e social do campo junto à agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária no Sul do Brasil.

Num contexto e compreensão mais ampla, a agroecologia ainda envolve uma parcela relativamente pequena de iniciativas organizacionais e práticas, e também uma parte pequena da academia, mas há grandes avanços propositivos e práticos. A afirmação de uma nova proposta para a agricultura depende do avanço técnico científico, mas depende também, de mudanças políticas. Segundo COSTA GOMES, neste contexto e na sua atual condição, a agroecologia se apresenta como um novo paradigma ainda em construção.

Agroecologia ainda não pode ser considerada como um novo paradigma, como algo puro e acabado, que represente uma ruptura e que oriente a produção e circulação do conhecimento na agricultura. O que sem dúvida

está acontecendo e pode ser notado facilmente, é a explosão de anomalias no interior do paradigma convencional. A consolidação da Agroecologia como novo paradigma poderá vir a ocorrer, mas depende de esforço intelectual, prática política, ajustes institucionais, entre outras coisas. (JOÃO CARLOS COSTA GOMES, 2011, p. 25).

Nesse debate, propondo algumas reflexões para contribuir na afirmação da condição estratégica da agroecologia na construção de uma nova proposta para o campo, com interfaces sociopolíticas concretas. Para organizar essa abordagem realiza-se a reflexão a partir de cinco desafios a considerar: um desafio sociopolítico e cultural; um desafio científico; um desafio econômico, um desafio energético, e um desafio metodológico. Sendo que, o desafio metodológico será abordado em capítulo específico, pois é parte central nesse trabalho.

Inicialmente apontam-se alguns aspectos para a compreensão a cerca das distinções entre as dimensões táticas e estratégicas. Os conceitos a cerca de estratégia e tática derivam de conceitos militares, mas também das lutas travadas, pelas classes sociais, ao longo da história, e se alicerçam na concepção materialista-dialética do mundo.

Tática normalmente se relaciona ao conjunto de métodos utilizados para conseguir a realização de um objetivo. A estratégia é o fim a ser alcançado, o objetivo estabelecido. As táticas são os meios, os caminhos escolhidos para se chegar a esse fim. Há uma linha muito sutil de separação entre tática e estratégia, e o que é tático em certa medida também é estratégico, primeiro porque existe em função de uma estratégia. A estratégia é relativamente mais fixa e as táticas são mais dinâmicas e podem modificar-se em função de contextos ou situações mais específicos. O êxito da estratégia resulta do êxito das ações táticas.

A estratégia e a tática a que nos referimos têm perspectiva transformadora da sociedade se alicerçam na concepção materialista-dialética do mundo.

Para o debate proposto a partir das dimensões táticas e estratégicas de inserção da agroecologia e do movimento agroecológico junto à luta pela transformação social, apresenta-se o esquema a seguir. É importante salientar que a transformação social depende de muitas outras tarefas, articulações, organização etc. A construção da agroecologia que propomos se insere no processo de transformação social, tanto enquanto estratégia de resistência e enfrentamento, como também estratégia e condição propositiva transformadora.

Imagem 19: Inserção da agroecologia no processo de resistência no modo capitalista de produção em uma nova condição tecnológica e política.



(ARL, 2009)

A agroecologia numa perspectiva transformadora pode ser assumida tanto numa condição mais tática de resistência e sobrevivência, como na condição estratégica de enfrentamento do modelo agroindustrial e agroquímico e na condição de uma nova relação produtiva e de convivência/existência na natureza numa nova forma de organização social.

Dessa forma a agroecologia pode ser assumida não só como uma nova base tecnológica, mas como parte na luta política de enfrentamento às grandes corporações e ao capitalismo.

A condição tática da agroecologia

Considerando a definição acima a agroecologia pode cumprir um importante papel na luta pela sobrevivência da agricultura familiar/camponesa, diante do aumento de custos, queda da renda e descapitalização do campo. Essa condição muitas vezes é aliviada pela intervenção do Estado, com subsídios e

compensações. No Brasil a compensação e recomposição econômica são parciais e vem diminuindo com redução do papel do estado, que, além dos poucos subsídios, diminui e fragiliza os serviços públicos apoio e de acompanhamento técnico.

Para a grande maioria das famílias agricultoras sua reprodução passa pela melhoria imediata na qualidade de vida, na reanimação da identidade cultural e aproximação organizacional. Horácio Martins de Carvalho, em seu texto e proposta da “Comunidade de resistência e superação” - CRS faz uma abordagem importante para entender tanto a dimensão tática como estratégica a ser fortalecida junto aos camponeses.

A CRS deverá ser compreendida, por um lado, como uma alternativa para retenção, no nível da família camponesa, de um possível excedente (sobre trabalho) a se gerado no seu processo de trabalho quando da venda de suas mercadorias nos mercados estabelecidos ou a serem criados. Ademais, sugere mudanças nas concepções e práticas para reprodução dos seus meios de vida e os de trabalho que reduza ou evite a proletarianização dos membros ou da totalidade da família camponesa, com seu ingresso no exército da reserva de capital. Por outro lado, pelas mudanças que serão propostas, enseja, a partir de uma nova práxis na produção e nas relações com o ambiente, o desenvolvimento da consciência crítica que facilite, em aliança com as demais classes sociais populares do campo e da cidade, a emergência subjetiva e objetiva das condições para a superação do atual modelo econômico e social de reprodução da sociedade brasileira. (CARVALHO, 2002, pg. 08).

Segundo Carvalho esta luta emergencial da sobrevivência requer a construção de “novos referenciais de produção que tornem os agricultores menos vulneráveis à exploração econômica”. Num estágio primário, isto se constitui num ato de resistência. No exercício coletivo deste ato desenvolve-se um primeiro nível de aproximação e identidade defensiva. Entende-se que a agroecologia, pode ser exercida nessa condição da dimensão tática (redução da dependência, dos custos, nicho de mercado, venda direta etc.). A retomada do exercício da produção para subsistência e a diversificação são importantes práticas a serem exercidas junto a esta dimensão, assim como a redução na dependência do uso de insumos externos como adubos, sementes e agrotóxicos. Na proposta de agroecologia a qual defendemos, estas condições estão presentes.

Trata-se de uma resistência para além da reação para sobrevivência na atual condição de adversidade, mas de ações criativas, organizativas e de cooperação, que busca aproximação entre o campo e a cidade, construtivas de novas condições.

A condição estratégica transformadora da agroecologia

Enquanto a condição tática da agroecologia se refere a uma necessidade de sobrevivência, a estratégia aponta para mais além, ultrapassando os limites internos da ação. Nessa mesma linha, Horácio Martins de Carvalho ressalta como identidade de projeto quando uma população tem clareza e assume o desafio coletivo de colocar em prática uma proposta de sociedade, e se organiza para tal, ou seja, assume a “identidade de projeto”. Um projeto materializado em condições ou contextos específicos, mas que se estende (prolonga) para toda a sociedade. Essa identidade de projeto redefine a posição e a forma de relação desta organização na sociedade, buscando a transformação da mesma, assumindo na prática um projeto de vida diferente.

Segundo Emanuel Castels (1999), nesta construção, mesmo que seja formada por indivíduos, o sujeito é coletivo, ou seja, formado pelo conjunto de indivíduos organizados, com intencionalidade coletiva assumida.

Considera-se a construção de identidade de projeto quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. (CASTELLS, 1999 p. 24).

A dimensão de identidade projeto e protagonismo coletivo tornam os cidadãos sujeitos. Esse conceito de sujeito coletivo foi definido por Alain Tourani, traduzido por Castells, como:

Sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. É o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. Neste caso a construção da identidade consiste em um projeto de vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém, expandindo-se no sentido de transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade (...) (Castells, 1999, p. 26).

Essa fusão de projeto e processo confere à agroecologia uma dimensão estratégica, ou seja, muito mais do que uma estratégia de resistência e sobrevivência, a agroecologia é uma importante tarefa para quebra de paradigmas na construção de uma nova ordem, sustentada na transformação da relação entre as pessoas e na interação positiva destas no meio ambiente. Trata-se, inclusive de uma nova identidade biológica que insere a espécie humana com parte na natureza

(uma nova identidade como espécie), associada a uma nova identidade sócio-política exercidos em um novo formato organizacional.

Tabela 13: Exemplos (para ilustrar) de ações de dimensão e visão tática e estratégica na transição agroecológica:

Ex. de Ação	Dimensão – tática		Dimensão – estratégica	
	técnica	política	tecnológica	política
Resgate e produção de sementes crioulas.	<ul style="list-style-type: none"> - diminuição dos custos de produção; - diversidade e qualidade alimentar. 	<ul style="list-style-type: none"> - resistência no campo; 	<ul style="list-style-type: none"> - variedades adaptadas e adequação ambiental; - conservação da biodiversidade 	<ul style="list-style-type: none"> - soberania e segurança alimentar;
Organização de feiras livres e comercialização direta.	<ul style="list-style-type: none"> - possibilidade de comercialização da produção; - escoamento de pequenos volumes de produção. 	<ul style="list-style-type: none"> - aproximação e articulação da produção e consumo; 	<ul style="list-style-type: none"> - reaproximação da produção e o consumo; - desenvolvimento endógeno; 	<ul style="list-style-type: none"> - mudança de paradigma;
Transição agroecológica.	<ul style="list-style-type: none"> - recomposição sustentável dos sistemas de produção da agricultura familiar/camponesa ; Produção de alimentos sem contaminação. 	<ul style="list-style-type: none"> - diminuição da relação negativa no meio ambiente; - ENFRENTAMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da funcionalidade e fertilidade dos sistemas; - estabelecimento de interação positiva no meio ambiente (sociedade e meio ambiente) 	<ul style="list-style-type: none"> - independência e ampliação da autonomia política; - TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
...

(Arl, 2014).

As mudanças normalmente propostas dentro da atual lógica de desenvolvimento, ou estão subjugadas aos seus objetivos ou são “paliativas”, ou seja, não resolvem os problemas e muitas vezes nem sequer são suficientes para amenizá-los. A ineficiência se agrava quando as campanhas publicitárias, ao invés de conscientizar, desviam as atenções do verdadeiro problema, porque

conveniências e interesses impedem a mudança efetiva. Um exemplo clássico são as campanhas de tríplice lavagem, perfuramento e recolhimento das embalagens de agrotóxicos sem investimentos na pesquisa, acompanhamento técnico para a superação dos agrotóxicos. O problema é a embalagem ou o que havia dentro? Outro exemplo é recolhimento, a separação e a reciclagem do lixo, embora sejam ações importantes, são paliativas, pois a questão central para a superação deste desafio não se resume ao fato do lixo estar misturado ou na pouca reciclagem, mas sim na diminuição da produção de lixo. A produção de lixo aumenta cada dia, isto significa mais problemas ambientais, energéticos, econômicos.

Também, simplesmente cumprir as normas de produção orgânica e colocar um selo de avaliação da conformidade pode ser paliativo e pouco contribui para os reais objetivos da agroecologia para a segurança alimentar, equidade social e sustentabilidade ambiental.

Da mesma forma outras ações e práticas agroecológicas devem ser igualmente percebidas e assumidas tanto na sua dimensão tática imbricada com a dimensão e perspectivas estratégicas de superação do atual modelo econômico e social através da transformação estrutural da sociedade, bem como estabelecer uma interação humana positiva nos ecossistemas e agroecossistemas.

4.4.2 A AGROECOLOGIA COMO BASE PARA SISTEMAS SUSTENTÁVEIS

A agroecologia é condição básica na recomposição sustentável dos sistemas de produção da agricultura familiar camponesa. As propostas acima levantadas são importantes para a sobrevivência e melhoria dos resultados junto à agricultura familiar/camponesa, e possibilitam estabelecer condições para sua sustentabilidade futura, sendo:

a) Aumentar a funcionalidade e fertilidade do sistema: Biodiversidade funcional (equilíbrio dinâmico, e outros).

Consiste em aumentar a diversidade de plantas: plantas cultivadas, adubações verdes, plantas nativas. Aumentando a diversidade de plantas aumenta a diversidade de insetos, fungos, bactérias e outros organismos vivos e, quanto maior a biodiversidade destes, maior é a capacidade do sistema se auto regular e não

sofrer com pragas e doenças. A isso se chama biodiversidade funcional (equilíbrio dinâmico, e outros);

É importante ter sempre uma boa disponibilidade de biomassa: restos de plantas como folhas, galhos, e outros materiais. É com isso que os microorganismos do solo se alimentam, para ter um solo vivo e bem estruturado é necessário alimentar os microorganismos o tempo todo. Na floresta tem sempre uma boa camada, por isso o sistema vai ficando cada vez mais fértil.

Também é necessário manter sempre plantas crescendo com raiz ativa: assim não se perde os nutrientes que são liberados no solo. Plantas crescendo fazem fotossíntese e aumentam a energia no sistema.

b) Aumentar a resistência dos sistemas:

Resistência é a capacidade de suportar melhor as adversidades como secas, chuvas, granizos, ventos, geadas, pragas e doenças e outros.

Diversificar ao máximo o sistema: pode-se ter algumas atividades principais, mas não se pode ficar dependente de uma ou duas atividades. Quanto menos atividades, maior o risco imediato e futuro. A agroecologia ajuda nisso aumenta a resistência, porque contribui para o melhor funcionamento do sistema e reduz custos.

c) Aumentar a resiliência dos sistemas:

A resiliência é a capacidade do sistema de suportar as adversidades, se recompor e manter-se ao longo dos anos. Além da diversificação e da agroecologia, para tornar os sistemas mais resiliêntes é importante introduzir mais atividades perenes, como por exemplo, agroflorestas, criações, pomares, e outras. Esse tipo de atividade, além de sofrer menos com as adversidades como secas, excessos de chuvas, geadas e outros, não é necessário refazê-las todo ano. Por isso também o custo normalmente é menor.

d) Aumentar a independência:

Sistemas com baixa dependência externa são mais seguros e possuem custos mais baixos. Seus riscos relacionados aos fatores externos são menores.

e) Aumentar a segurança e estabilidade:

Fazer o sistema funcionar melhor, melhorar sua fertilidade, baixar os custos e tornar os sistemas mais resistentes e resilientes, confere às famílias agricultoras mais segurança e estabilidade.

f) Aumentar a autonomia:

O camponês não depende do patrão para sobreviver. A agricultura familiar/camponesa foi parte importante na história das mobilizações e movimentos sociais porque tinha maior autonomia política em relação ao conjunto da sociedade. Essa autonomia está cada vez mais ameaçada pela ampliação da exploração ao qual é submetido pelo modo de produção capitalista do agronegócio, que avança no campo tomando os territórios através da apropriação física das terras, do arrendamento, e da dominação ideológica, subjugando o campo ao modelo e seus interesses.

Esse avanço do capital no campo força a agricultura familiar/camponesa a buscar maior autonomia. Segundo Jan Douwe Van der Ploeg, 2008 (pág. 48) a busca por liberdade e autonomia é uma luta constante do campesinato. Refere-se a uma autonomia relativa condicionada ao grau de integração no sistema capitalista de produção, a situações intermediárias até níveis mais elevados de relativa autonomia em relação ao mercado e às instituições.

Trata-se de um movimento de resistência a um modelo e de sustentação de um modo de produção e vida próprio, que a partir de sua identidade classista precisa ser reanimado para tornar-se sujeito social na sustentação e qualificação da sua própria existência, enfrentamento do capitalismo, e contribuição propositiva na transformação social.

As condições levantadas nos itens como a produção para autoconsumo, a independência, sistemas mais resistentes e mais resilientes são fundamentais para a maior autonomia camponesa.

Eduardo Sevilla Guzmán sintetiza como fundamentais para sustentabilidade, as seguintes condições:

a) Integralidade: atividades econômicas e sócio-culturais integradas, as potencialidades e oportunidades tendo como foco o bem-estar das comunidades.

- b) Harmonia e equilíbrio: crescimento econômico X sustentabilidade ambiental.
- c) Autonomia de gestão e controle: gestão compartilhada, incluindo a gestão pública, com participação da comunidade.
- d) Minimização das externalidades negativas: criação de redes locais de intercâmbio de insumos, mercados alternativos, etc.
- e) Potencialização de circuitos curtos de comercialização, que possibilitam experiência e controle, e paulatinamente podem ser alargados; minimizando a dependência da comercialização externa.
- f) Estímulo ao conhecimento local do manejo dos ecossistemas; não apenas o resgate de tecnologias e conhecimentos ancestrais (muitos já perdidos), mas também a busca da criatividade para se encontrarem novas soluções com base na co-evolução entre os sistemas naturais e sociais.
- g) Pluriatividade, seletividade e complementaridade de renda: promoção de uma “modernidade alternativa”, com o uso múltiplo do território, reutilização da energia e dos materiais, buscando-se a complementaridade das atividades (SEVILLA GUZMÁN, 2001, p. 37).

Ainda, vale reforçar a importância do reconhecimento da multifuncionalidade do campo, tanto pelo conjunto da sociedade, mas especialmente pelos governos nas políticas públicas.

4.5 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA NO BRASIL

4.5.1 O Marco Legal da Agricultura Orgânica no Brasil

No Brasil a construção agroecológica deu-se sustentada sobre uma base ideológica com perspectiva no mínimo opositora ao modelo da revolução verde, mas também, transformadora. O “mercado” não estava muito interessado. Na grande maioria dos casos a comercialização era direta sendo que os processos organizativos e as entidades de apoio, através de diálogo e interação com moradores urbanos, geravam credibilidade e identidade aos processos e aos produtos. Poucas iniciativas adotaram algum selo para caracterizá-lo, e as que o fizeram, associavam este selo a uma identidade. Apenas algumas iniciativas adotavam algum selo, que era muito mais relacionado a uma identidade, do que à avaliação da conformidade e garantia de um produto. As normas seguidas adotavam os acúmulos históricos das principais escolas, e eram ajustadas coletivamente nas experiências. No sul adotavam-se predominantemente as normas da agricultura ecológica e biodinâmica.

Durante a década de 90, por um lado, cresce a demanda mercadológica a e ampliam-se os espaços de comercialização indireta, e aumenta distanciamento entre agricultores e consumidores. Por outro lado, o agravamento da crise rural, os impasses e limites ambientais, a luta pela sobrevivência associados à expansão da oportunidade de mercado dos “orgânicos”, estimula a visão de um “produto” para um “nicho de mercado”. Do ponto de vista tecnológico, ganha força a concepção da não utilização de agrotóxicos via substituição de insumos. Reforçou-se nesta condição a perspectiva centrada na dimensão tática, ou seja, da redução de custos, agregação de valor, oportunidade de mercado e substituição de insumos. E ainda, na medida em que as iniciativas vão se desenvolvendo e ganhando adesão popular (ampliando a demanda), e por isso sendo pautadas nos debates, despertam a possibilidade de um novo negócio para o mercado. Diante dessa condição a “agricultura orgânica” facilmente se tornará um novo negócio para a acumulação capitalista, relegando novamente para um segundo plano as dimensões ambientais, culturais e sociopolíticas mais efetivas. Assim, a proposta é descaracterizada e crescentemente apropriada pelo modelo e lógica aos quais se opunha. As iniciativas com perspectivas técnico científicas consistentes e também potencialmente transformadoras também se ampliam pelo país afora, desafiadas a não perder sua identidade política e organizacional, como veremos mais adiante.

Dentro deste novo cenário, a consolidação de diversas iniciativas, a ocupação de espaço crescente no mercado de alimentos, bem como a pressão da comunidade europeia sob influência da IFOAM²⁷ e além da pressão do próprio mercado interno e das certificadoras, desencadeou-se, em 1994, o processo de discussões e elaborações pró-normalização e certificação da agricultura orgânica no Brasil.

Quando começam as tentativas de exportação (cacau e açúcar) para a Alemanha, nos anos de 1988/1989, efetivadas em 1990, os importadores e os países de alta renda, bem como os OCs²⁸ europeus e nacionais passam, a exercer pressão para o reconhecimento de um OC brasileiro e de uma legislação nacional. Em 1992, aumenta a pressão em face da promulgação pela UE da Diretriz 2.092/91, que trata da comercialização de alimentos orgânicos nos países-membro. (Fonseca, 2005, p.45).

²⁷ IFOAM - International Federation Organic Movement, com sede na Alemanha, fundada em 1972, e é uma federação de organizações de produção orgânica de vários países do mundo.

²⁸ Organismos de Certificação

Em 1995, cria-se o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPOrg) com representantes das ONGs atuantes no segmento naquele momento (AAO, ABIO, APTA, Colméia, IBD), Mapa, Embrapa, Ministério do Meio Ambiente e universidades. Mas as discussões geravam conflitos e não se conseguia acordos, pois havia dois dissensos importantes: o mérito da certificação e o modelo de certificação. Criou-se em 1997, um Fórum de orgânicos para a elaboração de propostas. Em 1999 se recompõe o grupo de trabalho do CNPORG, e o Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento, publica a Instrução Normativa 007, de 17 de maio de 1999. A IN007/99, entre outras coisas (como veremos adiante) cria e institucionaliza o CNPOrg (Colegiado Nacional da Produção Orgânica), que é recomposto oficialmente em 2000, ao qual cabe como atribuição principal a acreditação de OCs e a coordenação, supervisão e fiscalização das atividades dos colegiados estaduais e do Distrito Federal. Cria também nos estados os CEPOrgs (Colegiados Estaduais da Produção orgânica), que têm como principal função (como também o CNPOrg), assessorar e acompanhar a implementação de normas e padrões nacionais para a produção orgânica de alimentos ou matéria-prima de origem vegetal e/ou animal. Esses Colegiados são compostos por dez membros, sendo cinco representantes de órgãos governamentais e cinco de órgãos não-governamentais (ONGs, empresas privadas).

IN 007: Um Consenso em Construção

Depois de várias tentativas através de grupos de trabalho e realização de fóruns nacionais, envolvendo representantes do governo e sociedade civil, depois de quase 6 (seis) anos, resulta a Instrução Normativa nº 007 de 1999 (IN 007/99) do Ministério da Agricultura, que define normas e procedimentos para a produção e certificação de produtos orgânicos no Brasil. Apesar de querer se apresentar como um consenso, essa IN criava a condição obrigatória da certificação, mas expressava uma tentativa de flexibilização evidenciada no item 9.2, que prevê:

“9.2. As instituições certificadoras adotarão o processo de certificação mais adequado às características da região em que atuam, desde que observadas às exigências legais que trata da produção orgânica no país e das emanadas pelo Órgão Colegiado Nacional...”. (IN 007/99, item 9.2)

Nesse consenso houve concordância de que tanto a construção oficial das

normas de produção como a certificação (avaliação da conformidade) eram necessários:

- a) A construção de normas técnicas básicas mínimas a serem assumidas pelas mais diversas e distintas iniciativas para a produção, processamento armazenamento e distribuição de produtos orgânicos.
- b) A criação de serviço de avaliação da conformidade e certificação de produtos orgânicos para determinados mercados, como a exportação e algumas redes de mercados, e por parte dos consumidores anônimos distantes do processo de produção, embora haja serias discordâncias quanto à condição compulsória da certificação.

Quanto às normas, trata-se de um processo contínuo de avaliação, pesquisas e revisões técnicas, a serem assumidas na interação entre o Estado e a sociedade civil organizada. Há ainda muitas dúvidas e condições a serem qualificadas.

Porém a tentativa de regulamentação desta normativa, através da IN 006/2002, realizada de forma apressada, sem ter passado pelos Colegiados Estaduais, fechou-se qualquer possibilidade e cria uma proposta verticalizada e extremamente burocratizada. Esta condição gerou reações no âmbito da agricultura orgânica e ecológica do país, especialmente junto a Rede Ecovida de Agroecologia no sul do Brasil. Assim, durante o *1º Encontro Nacional de Agroecologia* (ENA), realizado no final de julho de 2002, no Rio de Janeiro, diante do desafio de tornar a normalização um importante instrumento de desenvolvimento da agricultura orgânica e garantia da qualidade dos produtos dela oriundos, numa vigilância permanente para a inclusão ampla, aprovou-se moção propondo que “nenhum credenciamento de certificadoras deve ser formalizado junto ao CNPOrg, até que se avalie se a IN006/2002 contempla os processos de certificação mais adequados às características nacionais, regionais e locais, conforme previsto na IN 007/99”. Essa mobilização dentro do ENA²⁹ foi puxada pela Rede Ecovida e contou com apoio da Pesagro e da Abio do Rio de Janeiro.

Criou-se nesta oportunidade um grupo de trabalho para esta avaliação e possíveis re-elaborações. Este grupo de trabalho reunido em Curitiba/PR, em 12 e

²⁹ A estrutura do ENA não estava preparada para tomar decisões – e no encontro havia também representantes de certificadoras e também algumas entidades que não queriam parar o processo de construção do marco legal – mas mesmo assim conseguiu-se aprovar uma moção.

13 de outubro de 2002, envolvendo 12 dos principais Organismos de certificação de produtos orgânicos do Brasil, organizações públicas, empresas e entidades envolvidas com a agricultura orgânica e ecológica de oito estados, confirmou o caráter excludente da IN006/2002. Esta articulação que se inicia neste encontro, e que de ora em diante assume a continuidade de articulação interação na construção do marco legal, é denominada de GAO – Grupo de Agricultura Orgânica.

O GAO realizou muitas reuniões, e mobilizações e criou vários grupos de trabalho – e entre eles o GT DE CERTIFICAÇÃO PARTICIPATIVA – Coordenado pela Rede Ecovida³⁰. A Rede compunha também a Coordenação do GAO.

O Gao cria o texto base da proposta de Lei e articula sua tramitação na Câmara dos Deputados e depois no Senado Federal, sob muita pressão e diversos conflitos de concepções e interesses.

Principais questionamentos e críticas na construção do marco legal

Diante de diferentes interesses e também diante de diferentes percepções a cerca da certificação, destacando-se a condição de obrigatoriedade legal da certificação, contestada por algumas iniciativas especialmente pela Rede Ecovida no Sul do Brasil, evidenciavam-se várias contestações, sendo:

Principais contestações:

- Mérito da certificação – mesmo considerando necessário ter uma normalização para a agricultura orgânica e uma regulamentação para certificação de produtos orgânicos, questiona-se a obrigatoriedade legal desta certificação. Entende-se ser esta uma imposição momentânea do mercado, e por isso era preciso criar e regulamentar este serviço, mas numa condição voluntária, e como uma exigência de determinados mercados e não compulsiva por força da Lei do Estado;
- Se a questão é, qualidade e riscos para a saúde do consumidor devem ser aplicados também aos produtos convencionais assumidamente

³⁰ A Rede Ecovida cumpriu um papel importante na construção do marco legal da agricultura no Brasil – de fato, participei diretamente desse processo, através da representação das entidades do Sul do Brasil no Colegiado Nacional da Produção Orgânica, também através da Coordenação do GAO e da Coordenação do GT de Certificação Participativa, que se tornou o maior e mais ativo GT do GAO, porque era onde confluíam as polemicas.

tratados com agrotóxicos (e especialmente sobre estes). De qualquer forma todos estão sujeitos às demais Normas e Leis (sanitárias, código de defesa do consumidor...);

- Tentativa de imposição de um único método exercido por Organismos Certificadores e invalidação dos processos de geração de credibilidade sob controle social e suas formas participativas de garantia da qualidade historicamente construídas e reconhecidas. Condição esta ainda mais polêmica quando se tratava das relações diretas de comercialização;
- Validade da metodologia de certificação para processos e produtos da agricultura, sendo que a certificação se aplica com mais eficácia sobre produtos industriais, que são padronizados e permitem a repetição. No campo, a quantidade de fatores que interferem é muito grande e os produtos não são tão passíveis de padronização e nem permitem repetição;
- Era evidente que as certificadoras tenham interesse na certificação e obrigatoriedade legal porque representava um filão de mercado grande e crescente, ou seja, fazer certificação seria um excelente negócio;
- Na relação entre ricos e pobres no mundo, é possível concluir que os ricos nos vendem os agrotóxicos e agora querem certeza, e atestada legalmente, de que nós não os usamos sobre os alimentos que oferecemos a eles.

Estes e outros impasses alongaram a construção do marco legal até 1999, quando é editada a primeira norma, sendo concluído apenas em 2010.

Ampliação do debate no Brasil

De forma geral os movimentos sociais do campo estavam alheios a esse debate da certificação, até porque a agroecologia ainda não era central nas suas pautas e também muitas ONGs e especialmente as famílias envolvidas com a agroecologia não só estavam alheios como até achavam interessante a possibilidade de certificação, pois estavam confundindo a mesma com a idéia da identidade do processo e proposta da agroecologia.

Assim, com o apoio do MDA, O GT de certificação participativa realizou oficinas em todas as regiões do Brasil, ampliando o debate da certificação e aprofundando sobre a proposta da certificação participativa. Essa tarefa coube à Rede Ecovida e à ABIO/RJ.

A riqueza de conteúdos e possibilidades que esta discussão vinha proporcionando foi interrompida por um projeto de lei que "correu por fora" do debate nacional e da aglutinação do GAO. Isto forçou um acordo apressado dentro traduzido no corpo da Lei 10.831/2003. Este projeto paralelo já havia passado pela Câmara dos Deputados e estava tramitando no Senado. Nesse momento, integrantes do GAO, juntamente com representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com muito esforço e habilidade, conseguiram retirar esse projeto e colocar o substitutivo que tramitou no Senado e passou novamente na Câmara dos Deputados na sua íntegra.

Em todo o processo de construção do marco legal contou-se com importante apoio do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) através da SAF (Secretaria da Agricultura Familiar) e da Coordenação de Agricultura Orgânica do MAPA (Ministério da Pecuária, Agricultura e Abastecimento).

Tabela 14: Síntese do histórico da construção do marco legal da agricultura orgânica do Brasil.

Histórico da regulamentação para orgânicos no Brasil

Portaria SDT/MA 178, ago./1994	Comissão especial para propor normas de produção e de certificação de produtos orgânicos
Portaria SDT/MA 190, set./1994	Cria o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPOrg) para propor estratégias para certificação de produtos orgânicos
Portaria SDT/MA 192, abr./1995	Nomeia membros para comporem o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos
Portaria SDT/MA 505, out./1998	Trata da produção, processamento, acondicionamento e transporte de produtos orgânicos (consulta pública por 90 dias)
Portaria SDT/MA 007, maio/1999	Trata da produção, processamento, acondicionamento e transporte de produtos orgânicos
Portaria SDA/Mapa 42, nov./2000	Designa os membros para comporem o Colegiado Nacional
Portaria SDA/Mapa 19, abr./2001	Diretrizes para regimentos internos dos órgãos colegiados federal/estadual
Portaria SDA/Mapa 17, jun./2001	Estabelece critérios para acreditação das entidades certificadoras de produtos orgânicos (consulta pública por 30 dias)
Instrução Normativa SDA/Mapa 006, jan./2002	Estabelece critérios para acreditação das entidades certificadoras de produtos orgânicos

Fonte: Fonseca (2003).

Tabela 15: Síntese do histórico da construção do marco legal da agricultura orgânica do Brasil - 2.

A reorganização e retomada do processo

ENA - julho de 2002	Aprovação de moção pró avaliação da IN 006 quanto à sua condição excludente
GAO – outubro de 2002	Conclusão pela necessidade de revisão da IN 006
Criação de GTs (Grupos de Trabalho) no GAO	- GT de Certificação Participativa - GT do Agroextrativismo
Lei 10.831/2003	Aprovação no Congresso Nacional e assinatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
Decreto Nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007	Regulamenta a Lei Nº10.831, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências.
Instrução Normativa Nº 46, de 6 de outubro de 2011.	Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, e as listas de Substâncias Permitidas.

Arl (2013)

De 1994 a 2001 quase 20 anos se passaram. O resultado é inovador para o mundo, sendo que parte da experiência acumulada, especialmente no que se refere à certificação participativa vem sendo adotada em vários países na América Latina e na Europa. Porém não dá para considerar o processo por encerrado, pois ainda restam desafios fundamentais para que a transição agroecológica de fato possa ser exercida como base para a recomposição saudável e sustentável dos sistemas de produção de alimentos no Brasil.

Agricultura orgânica: o termo “guarda chuva”

A construção do marco legal da “agricultura orgânica” no Brasil adotou a denominação Agricultura Orgânica definida sendo definido como: “sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros”. Esta opção deu-se em função da diversidade de amplitude das iniciativas, onde, difere muito o compromisso e intensidade deste com as dimensões culturais, ambientais e sociopolíticas. Algumas iniciativas praticamente limitam a sua visão de orgânico a um produto, enquanto outros a sustentam no processo do qual resulta um produto. Como exemplo da investida de lógicas não associadas às escolas e suas proposições, pode-se citar supermercados, algumas certificadoras, e grandes fazendas produtoras de orgânicos (grandes áreas em monoculturas). Até mesmo grandes empresas produtoras e vendedoras de agrotóxicos estão criando linhas de

insumos para “orgânicos”. Há muitos entendimentos que associam à “agricultura orgânica” essa lógica do agronegócio verde, ou às iniciativas ainda muito dependentes de insumos externos para regular os sistemas e garantir a produção.

Enquanto conceito ficou assim definido:

Art. 1º - Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (LEI 10.831, 2003).

Portanto, desta forma, o termo “Agricultura Orgânica” como guarda chuva, não compromete as identidades construídas durante muitas décadas de elaboração, experimentação, pesquisa e prática. Quando se fala de Agroecologia, Permacultura, Biodinâmica e outras, continuam valendo os conceitos anteriormente construídos, inclusive o conceito de agricultura orgânica defendido pelo pesquisado inglês Sir Albert Howard, concebia o sistema de produção como um organismo vivo, onde no solo ocorre uma série de processos vivos e dinâmicos.

Avanços e desafios no marco legal da agroecologia

A partir deste esforço coletivo houve alguns avanços, merecendo destaque a superação da obrigatoriedade incondicional da certificação, expresso no artigo 3º - § 1º sendo que "no caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador a certificação será facultativa, uma vez assegurado aos consumidores e ao órgão fiscalizador rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção e processamento". No parágrafo 2º do mesmo artigo, cria-se a condição da certificação, porém "considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no país".

A adoção do termo “certificação” no corpo da Lei limitaria o debate às formas de certificação, reduzindo consideravelmente as alternativas de

possibilidades de processos distintos de garantia da qualidade. Porém mudanças no contexto mundial e nacional ocorridas pós 99 e avanços nas compreensões e debates realizados no GAO qualificaram este aspecto levando à criação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade para a agricultura orgânica, superando a idéia anterior de Sistema Brasileiro de Certificação. Embora a certificação continue sendo a principal forma de garantia da qualidade utilizada convencionou-se, já no decreto que encaminha a regulamentação da Lei, o termo a “Avaliação da conformidade” como o grande mecanismo, onde a certificação é uma das formas de avaliação da conformidade.

Outro grande e principal avanço a destacar, é que dentro do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade criaram-se duas possibilidades: a avaliação da conformidade por certificação e auditoria, e a avaliação da conformidade participativa, dentro da qual se encaixa a certificação participativa.

Segundo Fonseca e Ribeiro (2003), as normas apresentam algumas limitações para serem colocadas em prática principalmente junto a Agricultura familiar/camponesa, sendo:

Tabela 16: Dificuldades para implementação e atendimento das normas de produção orgânica no Brasil.

Dificuldades para atender às normas da agroicultura orgânica
Produtores querem uma norma “mínima” e que essa possibilite o desenvolvimento contínuo.
Rastreabilidade nos grupos quando se tem venda individual (normalmente é coletiva).
Rastreabilidade em sistemas de produção de olerícolas muito diversificados.
Registro de todos os dados de produção e comercialização da unidade produtora.
Origem orgânica de sementes, mudas e animais.
Linguagem das normas não adequadas à linguagem dos produtores e trabalhadores rurais
Uso indiscriminado de insumos naturais, orgânicos.
Desconhecimento dos perigos de contaminação por insumos orgânicos.
Pouco conhecimento dos produtores sobre a O Aliado à pouca assistência técnica pública capacitada para atender ao pequeno produtor.
Alto custo financeiro quando a certificação é feita individualmente.
Alto custo social (participação em reuniões, grupos de trabalho, etc) para atender aos princípios da Certificação Participativa e da conformidade social.

Fonte: Fonseca e Ribeiro (2003).

(In Medaets e Fonseca, 2005, p.54)

Embora os avanços construídos/ conquistados no Brasil se tornaram uma referência mundial, temos ainda importantes desafios a superar. Dentre os principais, a ampliação do debate sobre a condição compulsória (obrigatório por lei) da certificação para a agricultura orgânica. A obrigatoriedade legal da certificação

para qualquer relação indireta de comercialização é contrária à posição da representação da agricultura familiar e pequena produção, que entende ser esta uma imposição do mercado. A criação do serviço de certificação era uma necessidade para atender esta demanda do mercado. Assim, além dos aspectos anteriormente mencionados, tornar a certificação obrigatória apenas para a produção orgânica é no mínimo uma contradição diante da realidade quanto à qualidade dos alimentos oriundos da agricultura.

Outro desafio importante e fragilidade do marco legal é a existência de milhares de famílias que ainda nem adotam as tecnologias da revolução verde (agrotóxicos, adubos solúveis, transgênicos, etc.), estes não estão no escopo da lei e, portanto não existem no “mundo orgânico oficial” e por nem sequer aparecem nos diagnósticos e mapas da agricultura orgânica do Brasil.

Também as iniciativas em mesmo que em avançado estágio de transição agroecológica, não existem no marco legal e, sendo reconhecidas apenas no momento da certificação, o que reforça a idéia de um produto e dificulta a condição de processo amplo de transição permanente e massiva para uma nova proposta agroecológica na produção de alimentos. A própria revolução verde contou com essa condição processual na transição, apesar da imposição política, técnica e econômica do modelo. A presença de grupos organizados, produzindo e comercializando produtos orgânicos a condição ideal desejada, mas a ecologização dos sistemas de produção precisa ser realizada amplamente e massivamente. Sob este enfoque, práticas como a adubação verde e o plantio direto são passos significativos, desde sejam assumidas como um passo na transição do sistema e não como um fim, ou como uma prática isolada dentro de um modelo ecologicamente perverso.

Nesse sentido, o reconhecimento do conhecimento local/tradicional a pesquisa, a formação técnica profissional, o acompanhamento técnico na construção coletiva do conhecimento e políticas públicas de incentivo e apoio são fundamentais. Não basta “cercar os grupos orgânicos”.

Enfim, a institucionalização legal de uma agricultura ecológica e saudável reconhece oficialmente o problema ambiental da agricultura convencional e o perigo dos agrotóxicos para a saúde humana. Da mesma forma a proibição dos

transgênicos na agricultura orgânica reconhece suas inconsistências e riscos para os ecossistemas, agroecossistemas e para as pessoas.

4.5.2 – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO

O PLANAPO foi criado por um decreto presidencial decreto nº 7.794/2012, resulta de processo histórico de construção e pressão do movimento agroecológico e mais recentemente com o apoio dos demais movimentos sociais populares do campo, que encontrou apoio dentro dos Governos Lula e Dilma. Embora a dotação orçamentária ainda seja pequena se comparada com o total de recursos aplicados no campo, mas marca o reconhecimento oficial e institucional por parte do governo federal da importância da agroecologia e da produção orgânica especialmente se referindo à agricultura familiar/camponesa, quilombolas, indígenas, coletores e demais povos tradicionais, e, expressa a clara necessidade de necessidade da produção de alimentos saudáveis com a conservação de seus recursos naturais.

O Planapo se divide em eixos, objetivos, estratégias e metas, conforme síntese no próprio Plano:

O PLANAPO, com 4 eixos: produção, uso e conservação de recursos naturais, conhecimento, comercialização e consumo -, traduzidos em objetivos, estratégias, 14 metas e dezenas de iniciativas, propõe uma série de macro desafios: ampliar o número de produtores envolvidos; incentivar o registro, produção e distribuição de insumos adequados; fomentar a conservação, o manejo e uso sustentável dos recursos naturais; contribuir para a organização de produtores em cooperativas e redes solidárias, com ampliação das compras e subvenções e o número de pontos de venda de produtos; ampliar a utilização de crédito e outras formas de financiamento e fomento para o custeio e implantação de infra-estruturas produtivas e comerciais; ampliar a inclusão e incentivo à abordagem da agroecologia e de sistemas de produção orgânicos diferentes nos níveis e modalidades de educação e ensino no contexto das práticas de movimentos sociais, do mundo do trabalho e manifestações culturais; democratizar a formação da agenda de pesquisa e integrar pesquisa e extensão de modo a socializar o conhecimento gerado para técnicos e produtores; estimular a agroindustrialização; levar informações ao consumidor e universalizar o acesso e o consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica. (PLANAPO, Decreto Presidencial nº 7.794/2012)

Enquanto reconhecimento e institucionalização governamental são possíveis ainda listar outros programas e políticas relacionadas ou de apoio direto à agroecologia e produção orgânica: a) o Programa Nacional de Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade, coordenado pelo Ministério do Meio

Ambiente; b) os Programas Nacionais de Assistência Técnica e Extensão Rural, de Fortalecimento da Agricultura Familiar, de Agroindústria e de Reforma Agrária, promovidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; c) o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; d) o Programa de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico, coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e) as linhas de pesquisa e tecnologia relacionadas à agroecologia, desenvolvidas pela Embrapa, Organizações Estaduais de Pesquisa e Universidades; f) o ensino formal com enfoque agroecológico fomentado pelo Ministério da Educação; g) a Política Geral de Preços Mínimos, executada pela CONAB; h) os programas de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos, promovido pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome e do Desenvolvimento Agrário, executada pela CONAB, e o Programa de Alimentação Escolar, promovido pelo Ministério da Educação; i) a Política Nacional de Educação Ambiental e Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar promovido pelo Ministério do Meio Ambiente.

Essas iniciativas resultam da construção histórica da agroecologia no Brasil realizada por ONGs, Movimentos Sociais Populares e que agora encontra relativa ressonância Governamental.

4.6 Gênero e geração – um desafio urgente

O princípio da igualdade precisa ser exercido nas relações de gênero e geração tanto na esfera macro social como na família, nas relações de existência e de produção. Quando se trata de metodologias participativas e da agroecologia evidenciam-se alguns avanços em relação a essa temática, mas muitas vezes são limitados e insuficientes para de fato se estabelecer uma condição igualitária. Siliprandi (2009) em sua pesquisa identifica a fragilidade das análises e aprofundamentos relacionados à questão de gênero na agroecologia.

É como se, no nível macro, onde os autores agroecológicos dão destaque para as formas de resistência dos camponeses às transformações globais, as mulheres permanecessem invisíveis. Porém, mesmo quando se desce ao nível do manejo dos agroecossistemas, onde necessariamente as

mulheres teriam que aparecer (visto que estão ali, em todas as famílias camponesas, trabalhando na terra e transformando os ecossistemas), tanto a análise das atividades realizadas por elas, como a sua participação enquanto sujeito político dificilmente são enfocadas. (SILIPRANDI, 2009, p. 116).

Quanto à questão de gênero, é fato e visível a opressão masculina a diferenciação social e a fragilidade de condição das mulheres como sujeito no processo de produção. A partir da organização das mulheres em movimento importantes conquistas se realizaram especialmente no que se refere às políticas de direitos sociais, mas segundo Siliprandi (2009) persiste uma aceitação acrítica generalizada sobre a opressão das mulheres, e diante dessa conformação, é necessário buscar a superação de forma racional, voluntária e permanentemente.

O patriarcado é um sistema político de domínio universal do masculino sobre o feminino, baseado na força e no consenso, que segundo Siliprandi (2009, p. 59) tem como principais componentes: “o status (condições de acesso ao poder), o temperamento (obtido por meio da socialização de gênero), e o papel social (expresso na divisão sexual do trabalho).”

No campo, e na cultura camponesa, mesmo diante de percepções positivas em relação à natureza, a biodiversidade, o desenvolvimento endógeno, etc. o patriarcado está muito presente, sendo esta uma condição a ser superada no resgate crítico da cultura camponesa para o futuro.

Há dimensões importantes relacionadas à condição agroecológica que podem potencializar o fortalecimento da questão de gênero, que a partir do próprio papel que o capitalismo e o patriarcado impuseram às mulheres envolvendo tarefas não remuneradas, relacionadas com a reprodução, ou seja, cuidar do alimento, da saúde e da educação das crianças, tornando-as visíveis tornando as mulheres sujeito desses espaços de formação e produção.

Essas atividades eram importantes para a segurança alimentar, para a complementação de renda da família e como estratégias de conservação da biodiversidade. O reconhecimento do seu valor implicaria, no entanto, uma mudança de postura dos técnicos que trabalhavam nesse tipo de projeto, pois seria necessário ouvir as mulheres, dar atenção às suas preocupações, e reconhecê-las como elementos importantes nas lutas sociais, o que, na prática, até então, ocorria muito esporadicamente (PACHECO, 1997, citada por SILIPRANDI, 2009, p.119).

Dado a esse papel, as mulheres adquiriram muitos conhecimentos agroecológicos, já que “na horta, pomar, ou lavoura para o consumo, não vai

agrotóxico”³¹. Da mesma forma é para manter uma continuidade e qualidade na dieta alimentar, preservou-se grande diversidade de variedades e espécies e espécies e raças de animais (principalmente aves e suínos). Esse conhecimento relacionado com a soberania e segurança alimentar da família, envolvendo a manutenção e manejo da biodiversidade, reprodução e conservação das sementes, a fertilidade dos subsistemas de produção alimentar (subsistência), o processamento/armazenamento e até mesmo a preparação do alimento é basicamente acumulado pelas mulheres. São todos temas básicos fundamentais para a agroecologia. Mas, como demonstra a pesquisa da Emma Siliprandi, os temas em si só não tem garantido o reconhecimento da condição de sujeito das mulheres junto aos sistemas agroecológicos de produção.

Quanto aos avanços com relação da condição e papel da mulher nas iniciativas agroecológica, apresentados em teses de mestrado e doutorado, Sistematizadas por Siliprandi, apontam que de maneira geral ampliou-se a participação das mulheres e das suas redes de sociabilidade, sendo:

- a) A agroecologia valoriza atividades tradicionalmente exercidas pelas mulheres;
- b) Condições e valores exercidos na agroecologia (cuidado com a natureza, ética, participação e outros) contribuem na mudança das relações;
- c) A proposta da participação de todos os membros da família, e a visão sistêmica do conjunto das atividades quebrou o monopólio gerencial do homem;
- d) Exigência dos editais de projetos governamentais quanto à maior participação das mulheres e jovens envolvendo atividades exclusivas;
- e) A participação das mulheres em espaços públicos, principalmente onde se realizava a comercialização (como as feiras) permitia o contato com públicos exteriores à propriedade, assim como a aquisição de novos conhecimentos e habilidades, possibilitando o reconhecimento social do trabalho desenvolvido por elas, gerando-lhes maior auto-estima.

³¹ Mesmo nas unidades familiares que utiliza agrotóxicos, é sempre presente a expressão acima citada. “O veneno só vai nas áreas onde é para vender.

- f) A obtenção de renda direta de suas atividades deu mais autonomia às mulheres.

Porém estas condições não são tão automáticas, e por si só não garantem o efetivo exercício da condição de igualdade. Nas mesmas pesquisas, aparecem situações em “quanto mais o sistema produtivo avançava em direção às práticas ecológicas e integrava-se mais fortemente ao mercado, mais as mulheres iam sendo marginalizadas das decisões”. Siliprandi citando Pacheco (2002) levanta alguns desafios importantes para contribuir no reconhecimento do papel das mulheres e a construção da sua condição de sujeito social:

No entanto, para reverter a sua situação de invisibilidade e enfrentar a questão do poder seria necessário, entre outras questões, oferecer-lhes apoio organizativo e possibilitar que elas tivessem acesso a recursos produtivos (terra, crédito, formação técnica) para que pudessem desenvolver suas capacidades. Essa postura iria requerer um triplo desafio das organizações que apoiavam essas experiências: revisão das categorias de análise aceitas até então; revisão das práticas político-educativas das próprias ONGs e entidades de assessoria; e aprofundamento das críticas às propostas de políticas públicas para a proposição de alternativas, levando em consideração os anseios das mulheres (PACHECO, 2002, em SILIPRANDI 2009, p. 120).

Isso implica inclusive, segundo Siliprandi, na reconstrução da idéia de família que se exerce hoje como “um conjunto harmônico e integrado, em que todos exercem papéis complementares, *gerenciados* pelo homem”. As mulheres realizam trabalhos fundamentais na sobrevivência e reprodução do modo de produção camponês envolvendo em sua maioria atividades não remuneradas, mas contribuem também nas atividades consideradas de sustentação econômica, mas mesmo assim não exercem igualdade de condições nas decisões e nem nas relações em torno da produção para além da unidade familiar. E mesmo em atividades que antes eram de exclusiva responsabilidade da mulher, à medida que vão ocupando espaço mercadológico e assumindo expressão econômica direta, vão sendo ocupadas/tomadas pelos homens. Isso se verifica em algumas iniciativas agroecológicas, mas mais recentemente, em relação à atividade de produção de leite no sul do Brasil. Esmeraldo (2013) destaca o lugar invisível da mulher no modo de produção camponês.

Mesmo junto aos movimentos sociais, e exemplo do MST, a organização das mulheres tem sido fundamental para que essa bandeira seja assumida pelo próprio movimento, pois a mudança social se realiza também por uma nova prática

social, como afirma Neiva Furlin (2013) em seu trabalho de pesquisa sobre a questão de gênero no MST:

Os resultados da pesquisa apontam a existência da compreensão de que a construção de uma sociedade mais justa passa também pela construção de relações igualitárias de gênero. Tal questão pode ser vista como um salto qualitativo na organização do MST, já que este demonstra compreender que a nova sociedade não implica somente novas relações de classe, mas também novas relações de gênero no interior de uma mesma classe. (Furlin, 2013, p. 277–278)

Diante das constatações, entende-se que a organização das mulheres foi fundamental para os principais avanços conquistados até aqui, assim entendemos fundamental o desafio da ampliação da formação e o reforço organizacional deste segmento a ser exercido nos processos e projetos participativos e de transição agroecológica, como podemos adaptar a partir da afirmação de Paulo Freire (1987): “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: *as mulheres* se libertam em comunhão”.

Na nossa condição de militância política, temos acompanhado um pouco da trajetória da organização desse movimento, principalmente na sua origem em Santa Catarina, e desde meados da década de 1990 temos contribuído diretamente com o Movimento das Mulheres Agricultoras. Nessa época, algumas questões nos chamavam a atenção: nos encontros regionais de mulheres na Região do Contestado havia uma decisão de que a cozinha seria de responsabilidade dos homens. Isso era algo muito difícil, primeiro pela falta de conhecimento e capacitação na área e, muito mais por ser “trabalho de mulher”, o que tornava constrangedor assumir essa função (cozinhar, lavar louça e limpar). Muitos não se disponibilizavam, poucos se desafiavam e para muito poucos isso era uma condição normal. Em interações percebia-se que essa condição e aptidão fora desenvolvido na infância, em casa, a julgar pela minha própria condição. Isso sempre me desafiou a considerar, além das questões sociológicas históricas e da dimensão política, a importância da formação.

A condição humana individual resulta da “*diversidade*” resultante da combinação genética, “*auto ativação do comportamento humano*” para além das necessidades fisiológicas básicas e estímulos externos envolvendo vontade própria e criatividade precoce, e, da “*continuidade*” e pela decisiva influência do ambiente do entorno nesse processo (McFarland, 1977). Essas condições influenciam as

experiências iniciais da criança afetando no momento em que ocorrem e influenciando seu futuro.

É com relação a esse aspecto da “*continuidade do desenvolvimento humano*” que nos remete a questão da formação exatamente nessa fase da vida, conhecida como primeira infância, de zero aos três ou quatro anos principal fase do desenvolvimento cognitivo, quando o ambiente é de influência decisiva. A sociedade capitalista determinou às mulheres o papel de realização de atividades que mesmo sendo fundamentais para a existência não geram capital, tais como “cuidar das crianças” (educação dos filhos), cuidar da casa (ambiente, roupa, organização, etc.) e cuidar da comida (refeições, produção para subsistência, como as hortas e criações de pequenos animais, etc.), conforme pesquisa de Siliprandi (2009). Da mesma forma que estas condições podem ser ponto de partida para a potencialização da agroecologia, a responsabilidade de “cuidar das crianças” pode ser ponto de partida para mudanças nas relações de gênero, num momento de possível influência decisiva sobre a personalidade, desde que assumida de forma consciente como importante estratégia na transformação social e política criando possibilidades para mudanças significativas nas percepções sobre as relações envolvendo também a questão de gênero.

Diante dessa constatação e possibilidade nos sugere a organização de propostas e planos de formação para mulheres e homens, mulheres grávidas e seus parceiros e responsáveis e educadores (as) de creches, envolvendo no mínimo a questão de gênero e comportamento humano e relações sociais a partir das possibilidades na primeira infância, e desde as primeiras fases decisivas na continuidade do desenvolvimento humano. No campo as crianças ainda permanecem em contato maior com a família e com as mulheres especialmente, assim facilita essa possibilidade.

Apenas para introduzir esse debate e, desafiar as organizações e Movimentos Sociais Populares nesta construção, vale destacar que vários autores referencias teóricas sobre o desenvolvimento humano reconhecem a importância das várias fases do desenvolvimento humano, mas apontam a primeira infância como a base de toda a aprendizagem humana. Desde as visões mais construtivistas na teoria psicogenética e de etapas de Jean W. F. Piaget, com forte ênfase aos anos iniciais e menor consideração das questões sociais. Como na teoria sócio-histórica

de Lev F. Vygostky, com ênfase no social, onde o aprendizado decorre da compreensão do “homem” como um ser que se forma em contato com a sociedade, numa relação dialética entre o sujeito e a sociedade onde o ambiente e a sociedade modificam o humano e o humano modifica o ambiente e a sociedade. Como também nas visões da psicanálise e do inconsciente de Carl Gustav Jung (200) e da forte influência da identidade do inconsciente (e em grande parte de forma inconsciente) dos pais sobre o desenvolvimento da psique da criança desde o nascimento ao primeiro ano de vida seguindo até a adolescência, e das influências do inconsciente sobre o consciente.

Já a visão materialista e dialética, que tem em Henri Wallon uma das principais referências, é crítica às concepções lineares de análise e interpretação e se baseia nas contradições e sobreposições onde não é possível encontrar uma sucessão de etapas ou uma abordagem cronológica pré estabelecida e didática única. Wallon (2007) sustenta que a evolução psicológica e o desenvolvimento da criança resultam dos fatores de origem biológica e de origem social implicados mutuamente e, procura compreender as diversas dimensões da expressão humana de forma vinculada e indissociável, como a integração da afetividade, da ação motora e da inteligência. Concorde que a criança atravessa por diferentes estágios, mas que o surgimento de uma nova etapa do desenvolvimento implica na incorporação dinâmica das condições anteriores, ampliando-as e resignificando-as, “assim como num canteiro de obras”, onde os alicerces antecedem outras etapas e estruturas na construção. Mesmo não priorizando como decisiva alguma etapa, concorda que as etapas seguintes resultam das anteriores.

De fato, a grande raiz da desigualdade social está de fato na divisão sexual e social do trabalho e na dominação dos meios de produção e do capital, e essa hegemonia da forma de percepção e a continuidade dessas condições tende a reproduzir as relações machistas, de opressão e exploração, principalmente através da super estrutura da sociedade exercida através dos meios de comunicação (mídia) e da escola institucionalizada, que baseada na perspectiva conteudista não assume de fato a ruptura com esses padrões. Diante disso, organizações como o Movimento das Mulheres Campesinas, a Marcha Mundial das Mulheres e outros Movimentos Sociais tem desenvolvido várias ações de luta para a mudança no atual sistema de ensino, e também realizando processos de formação próprios. Mas talvez ainda

tenham dado pouca atenção a essa fase inicial no desenvolvimento e formação das crianças onde aprender é o grande desafio na reinvenção básica do “ser humano”, que tem no afeto o primeiro elemento de interação, confrontação e confirmação de saberes culturais, modo de ser, se relacionar e estar no mundo.

Juventude – e o campo de amanhã

Esse é um tema crescentemente preocupante, pois no passado havia maior preocupação com a sucessão, pelo por parte das famílias camponesas. A questão da juventude também se relaciona com a questão do patriarcado, mas, além disso, a realidade do campo brasileiro tem grande influência sobre o êxodo rural da juventude. Como já ressaltado em itens anteriores, dado às dificuldades de renda suficiente e falta de propostas, conforme destacado por Horácio Martins de Carvalho (2002) cria-se uma dificuldade de natureza ideológica que pode ser resumida na perda da esperança na possibilidade da pequena agricultura familiar, mantido o atual modelo econômico e social, constituir-se numa alternativa para as gerações atuais e futuras.

Segundo pesquisa realizada pela Epagri (instituição pública de ATER em SC) em 1999, que aponta que mais de 12% dos estabelecimentos de agricultores familiares do Oeste de Santa Catarina tem pouco ou nenhuma perspectiva de sucessão. Nesta pesquisa apontam-se como aspectos de influência determinante: - a importância da educação (saída para buscar acesso); - a influência familiar e diferenciação social (falta de espaço e pouca renda); - pobreza e estreitamento das relações sociais (isolamento, busca de maior convivência social). Em outras situações onde ainda há a disposição de jovens para permanecer, dado ao fracionamento das terras já realizada em gerações anteriores, em muitos casos, não há terra suficiente para a permanência de mais de um membro da família. E, ainda, outra dificuldade é a falta de espaço para participação dos jovens nas decisões na produção e na gestão dos recursos financeiros resultantes. A juventude serve como mão de obra não remunerada e recebe pouco dinheiro para seu uso próprio.

Em pesquisa realizada no município de Saudade SC, apresentada por Abramovay ET alii (1998), em 47% das unidades familiares pesquisadas o pai controla todas as atividades e em 43,4% destas, quando o jovem precisa de dinheiro

tem que pedir ao pai. Nesse mesmo trabalho na população ente 10 e 34 anos, 63% são homens e apenas 37% de mulheres.

Esses dados apenas ilustram parte da realidade da questão da juventude no campo e da sucessão junto às unidades familiares/camponesas no Brasil. Diante disso, de forma geral, evidencia-se o envelhecimento e a masculinização no campo. Envelhecimento com a crescente saída dos jovens e masculinização porque o êxodo da juventude feminina é ainda maior, dado às questões de gênero acima discutidas, o que torna a vida no campo ainda mais penosa para as mulheres.

Segundo Abramovay et alii (1998) as famílias agricultoras e suas organizações representativas, não estão preparadas para enfrentar os novos desafios dos processos sucessórios. A organização da própria juventude é um processo frágil e inexistente em muitos territórios.

A dificuldade da juventude se estende para muito além do campo, mas no campo a situação está ainda mais complexa e requer maiores atenções nos projetos e propostas para o campo. A organização de processos participativos requer espaços específicos para a juventude, e, é fundamental a contribuição na organização e fortalecimento organizacional da juventude.

No conjunto da sociedade, a recente efervescência de mobilizações no Brasil, tem forte expressão da juventude e pode significar o recomeço de sua própria expressão e organização.

CAPÍTULO 5- AS EXPERIÊNCIAS DE CONSTRUÇÃO SOCIAL EM INICIATIVAS DE ATER AGROECOLÓGICA NO ESTADO DO PARANÁ

5.1 PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS EM QUE A PROPOSTA METODOLÓGICA FOI EXERCITADA

A proposta metodológica foi exercitada de forma participativa (Pesquisa Ação Participativa) em de 11 (onze) experiências de ATER desenvolvidas no Estado do Paraná, e envolveram mais de dez mil famílias, organizadas em centenas de grupos familiares, comunidades, organizações e movimentos sociais localizadas em mais de cem municípios em praticamente todas as regiões do estado do Paraná.

As experiências se desenvolvem desde 2003 com algumas delas ainda em execução com previsão de encerramento em 2016. Desde o início já atuaram nas referências estudadas, mais de 150 agentes de ATER com formações diversas majoritariamente das ciências agrárias.

Em relação à metodologia, embora muitas ações já venham pré-definidas nos projetos, convênios ou nas referidas chamadas de ATER, as entidades envolvidas procuraram ajustar as ações orientando-se pela Ater Agroecológica, aplicando metodologias que contemplem a construção participativa de Planos Familiares, de grupos e/ou comunidades rurais e destes com os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos nas áreas afins. Além disso, a proposta busca articular as forças locais para a construção de Planos Municipais ou Territoriais de ATER os quais devem orientar a gestão social e política de ATER nos municípios beneficiados, e nos territórios.

Segue uma apresentação resumida das experiências.

Projeto Rede de ATER Cooperativada - Sudoeste do Paraná

Esse projeto foi realizado no Sudoeste do Paraná de 2007 a 2009, e teve como proponente a Cresol Base Sudoeste e executado na sua maior parte pela Cooperiguaçu. Teve como entidades parceiras a Cresol Base Sudoeste, Cresol Base Fronteira, Sisclaf, Coopafi Central e ACESI, que da mesma forma que no Programa de Inclusão se articularam em um Conselho gestor com as entidades citadas

naquele programa, somadas agora ao Sistema de Cooperativas de ATER do Sudoeste do Paraná - SISCOOPERATER com três cooperativas além da Cooperiguaçu (Coopermarrecas, Cooperpinhais e Cooperfronteira), todas formadas a partir do programa de Inclusão Social, abaixo representadas pelo organograma da REDE.

O objetivo principal do projeto de ATER Cooperativada desenvolver ações de Acompanhamento Técnico junto às unidades familiares da agricultura familiar cooperativada do Sudoeste do Paraná na perspectiva da Construção Coletiva de processos. Os principais temas trabalhados foram: transição ecológica, formação, organização social, crédito solidário, gênero e geração, acesso às políticas públicas e comercialização. Envolveu 1.500 famílias, em 100 comunidades rurais, de 30 municípios do Sudoeste. Atuaram no projeto 30 Agentes Locais de ATER, quatro Agentes de ATER coordenadores micro regionais e um como coordenador geral.

Foram elaborados 1.500 (um mil e quinhentos) Planos Familiares Básicos de Transição Agroecológica das Unidades de Produção Familiar, 100 (cem) Planos Comunitários de Desenvolvimento e 04 (quatro) Planos Municipais de ATER.

Imagem 20: Fotos ilustrativas do projeto Rede de ATER Cooperativada - Sudoeste do Paraná



Projeto de ATER junto a assentados da Reforma Agrária do Sudoeste do Paraná

O Projeto de ATER executado com recursos do Programa de Consolidação de Assentamentos foi realizado pela Cooperiguaçu de 2004 a 2007, no Assentamento Nova Fartura localizada no município de Saudade do Iguaçu, região Sudoeste do Paraná.

Envolveu 168 famílias distribuídas em 12 grupos de famílias em 04 comunidades rurais, com a participação efetiva de 04 Agentes de ATER. Teve como parceiros Prefeitura Municipal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Saudades do Iguaçu.

Teve como objetivo principal Desenvolver ações de Acompanhamento Técnico junto às famílias assentadas. Os principais conteúdos trabalhados foram: transição ecológica, formação, organização social, crédito solidário, gênero e geração, acesso às políticas públicas e comercialização.

Imagem 21: Fotos ilustrativas Projeto de ATER junto a assentados da Reforma Agrária do Sudoeste do Paraná



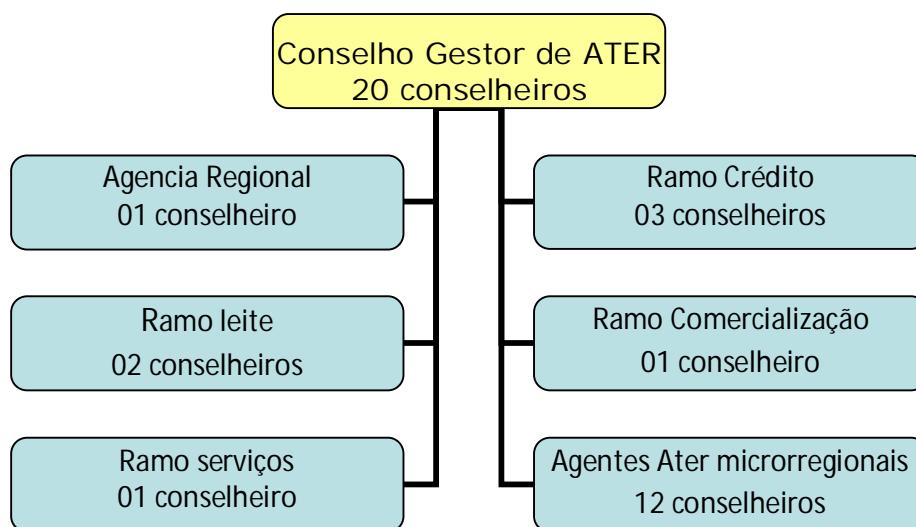
Projeto de ATER em Rede no Estado Paraná

O projeto rede de ATER foi coordenado pela Unicafe e Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste e se realizou em 55 municípios do Paraná, situados nas regiões Sudoeste, Oeste, Centro, Norte, Sul e Vale do Ribeira, com ações de desenvolvimento técnico e social junto a 4.400 famílias de agricultores familiares.

Atuaram no projeto: 55 Agentes Locais de ATER, 12 Agentes de ATER Microrregionais com a função de Coordenar as Equipes, vinculados as cooperativas de ATER daquela respectiva região e contou com algumas assessorias externas.

À Agência de Desenvolvimento Regional coube o papel de fazer a gestão, apoiada politicamente por um Conselho Gestor formado por uma REDE de entidades da agricultura familiar vinculadas a Cresol Baser, ao Sistema de Cooperativas de Leite - Sisclaf, a Central das Cooperativas de ATER - CENATER e a Central das Cooperativas de Comercialização - Coopafi Central, conforme organograma abaixo.

Imagem 22: Organograma organizacional Conselho Gestor Projeto de Ater em Rede



Organograma de gestão do projeto de ATER em Rede no Paraná.

O objetivo foi desenvolver ações de desenvolvimento técnico e social junto às unidades da agricultura familiar cooperativada do Paraná como estratégia de apoio ao desenvolvimento local e sustentável, através da transição ecológica dos sistemas produtivos, do fortalecimento das organizações da agricultura familiar em especial às cooperativas solidárias, da construção de alternativas de renda que substituam o cultivo do fumo, e, da produção de alimentos saudáveis na perspectiva do abastecimento das demandas institucionais, em especial o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O projeto foi iniciado em 2008, com previsão de encerrar em um ano, no entanto só foi concluído em 2012. E, assim como a grande maioria dos convênios realizados pelas entidades da Agricultura familiar do Paraná com o MDA, este também sofreu várias paralisações e interrupção nos pagamentos, levando à paralisação dos trabalhos, acarretando constrangimentos ao Conselho gestor e indignação dos agentes de Ater que atuavam junto às famílias, causando o abandono do projeto por vários profissionais.

Imagem 23: Fotos ilustrativas Projeto de ATER em Rede no Estado Paraná



Projeto de ATER junto aos Assentamentos da Região Centro/Oeste do PR

Este projeto foi desenvolvido junto aos assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire, ambos localizados no município de Rio Bonito do Iguaçu, região Centro do estado do Paraná no período de 2008 a 2011, pela Cooperiguaçu.

Envolveu 1.600 famílias assentadas da reforma agrária pertencentes a 29 comunidades rurais, no município de Rio Bonito do Iguaçu. Atuaram nele 18 agentes de Ater.

O Objetivo principal foi desenvolver ações de desenvolvimento técnico e social junto às famílias assentadas da Reforma Agrária. Os principais aspectos trabalhados foram: melhoria da infra-estrutura dos assentamentos; aplicação do Pronaf A, elaboração de planos familiares de transição agroecológica, práticas ecológicas de sementes como sementes crioulas, adubação verde, sistema de produção de leite a pasto, e outras. Teve como parceiros ACACIA, ACANF, CEAGRO e UFFS.

Imagem 24: Fotos ilustrativas Projeto de ATER junto aos Assentamentos da Região Centro/Oeste do PR



Projeto de “ATER em Rede” do Território da Cidadania no Vale do Ribeira – PR

O projeto rede de Ater do Vale da Ribeira foi financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA através de chamada pública. Teve início em final de 2010 com previsão de encerrar em 2011, mas finalizado em 2012. Foram envolvidas 900 famílias articuladas em 70 grupos distribuídos em seis municípios do Vale do Ribeira/PR e contou com a atuação direta de uma Equipe formada por 12 agentes de ATER (Locais Microrregionais e assessoria externa).

Executado pela Cooperiguação em parceria com as cooperativas de crédito (Cresol) e comercialização (Coopafi de Cerro Azul), AOPA, Aprotunas, APRAF, Associação Rio Sul, Secretaria de Agricultura de Cerro Azul, Prefeitura de

Adrianópolis, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Departamento de Estudos Rurais - Deser.

O objetivo principal foi desenvolver ações desenvolver ações de Acompanhamento Técnico junto às unidades familiares na perspectiva da Construção Coletiva de processos, visando criar alternativas para mitigar a migração da mão de obra para os centros urbanos, ampliar a diversificação produtiva das unidades familiares, melhorar a renda familiar, ampliar a articulação e organização das entidades da agricultura e reivindicar melhoria das condições de infra-estrutura básica (estradas, saúde e educação) da população do campo que vive na região do Vale do Ribeira.

Importante destacar que mesmo após o encerramento do projeto referente à Chamada de ATER, a equipe da Cooperiguaçu foi contratada pelas Cooperativas de Crédito daquela região para continuarem prestando serviços de Ater, custeados pelos agricultores e sob a coordenação das Cresóis. O projeto teve continuidade, mesmo sem os recursos do Governo federal e está em andamento demonstrando sua alta aceitação na base.

Imagem 25: Fotos ilustrativas Projeto de “ATER em Rede” do Território da Cidadania no Vale do Ribeira – PR



Projeto de ATER nos Assentamentos da Reforma Agrária na Região Centro/Oeste do PR

Iniciado em 2011, o projeto se desenvolve junto aos Assentamentos Marcos Freire e Ireno Alves no Município de Rio Bonito do Iguaçu. Envolvendo 1.300 famílias e 13 agentes de Ater pela Equipe técnica do CEAGRO.

O objetivo central é resgatar e construir de forma coletiva ações de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos criados e reconhecidos pelo INCRA, tornando-os unidades produtivas com garantia de segurança alimentar, inseridas no processo de produção e comercialização, sob o viés do desenvolvimento sustentável, e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.

Este projeto já foi aditivado para o segundo ano e foi ampliada a sua abrangência.

Este processo juntamente com outras ações do Ceagro na região, se articula na organização de um Núcleo de agroecologia articulado na rede Ecovida. Essa articulação e organização vêm avançando no debate, na troca de experiências, na produção de alimentos, na participação e conscientização da sociedade em diversos setores, quanto à importância do alimento saudável, da reforma agrária, da proteção do meio ambiente, da valorização da cultura camponesa, viabilização da produção familiar e ecológica. Atualmente o Núcleo Regional de Agroecologia Luta Camponesa conta com 36 grupos, em 12 municípios da região e aproximadamente 450 famílias envolvidas na transição agroecológica. Alimenta-se a perspectiva de envolvimento de próximo a 1.000 famílias nos próximos anos.

A metodologia de transição agroecológica em construção visa à massificação da proposta, contemplando a diversidade de condições e perspectivas das famílias agricultoras na região, visando desde a redução dos custos de produção, a qualificação do auto consumo, a diversificação dos sistemas de produção ampliando a resistência e resiliência dos mesmos.

No campo da produção e comercialização envolve atividades centrais da economia das famílias, como o leite - onde conta-se com uma agroindústria quase pronta para 20.000 litros de leite dia (orgânicos). No momento destaca-se a produção de hortaliças que vão para as feiras, PAA e PNAE. Inicia-se também a produção de frutas. Alimenta-se a expectativa de em breve abastecer o restaurante

universitário (800 refeições dia), buscar outros espaços no mercado local/regional e de entrar no circuito de comercialização da Rede.

Tem-se uma parceria com a UFFS (Universidade Federal Fronteira Sul), e com a Experiência de Cooperação de Mondragon (país Basco - ES).

Está tramitando uma nova chamada de ATER a ser assumida pelo Ceagro, para atuação nos assentamentos de Quedas do Iguaçu, que envolverá mais 900 famílias.

Imagem 26: Fotos ilustrativas Projeto de ATER nos Assentamentos da Reforma Agrária na Região Centro/Oeste do PR



Projeto de Ater em Assentamentos Noroeste/ PR

Esta experiência se refere à chamada pública organizada Pelo INCRA – MDA - desenvolvida pela Cooperiguaçu para o desenvolvimento técnico e social em Assentamentos de Reforma Agrária na região Noroeste do Estado do Paraná.

Este projeto iniciou-se em 2011 e poderá se desenvolver até 2016. Contempla 310 famílias, em três municípios: Querência do Norte, Xambre e Planaltina do Paraná, ambos não inseridos em nenhum território da cidadania. Participam desse projeto três agentes com formação nas ciências agrárias e afins.

Além de respeitar as demandas construídas coletivamente a Cooperiguaçu assume o compromisso de executar as ações de forma participativa com as organizações regionais que atuam nos assentamentos e que tem ou podem ter uma relação com as famílias assentadas. Dentre estas organizações, destacam as Secretarias de Estado, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, as Cooperativas de Economia Solidária, o Movimento dos Sem Terra, Prefeituras e Câmaras Municipais e pelo Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, entre outras.

Imagem 27: Fotos ilustrativas Projeto de Ater em Assentamentos Noroeste/ PR



Projeto de ATER em Assentamentos no Norte Pioneiro/PR

Esta experiência se refere à chamada pública organizada Pelo INCRA – MDA – executada pela Cooperiguaçu através de licitação pública para o desenvolvimento técnico e social em Assentamentos de Reforma Agrária na região denominada de Norte Pioneiro do Estado do Paraná.

O projeto iniciou-se em 2011 e deverá se desenvolver até 2016 caso seja aprovada no final de cada ano subsequente. Abrange 900 famílias localizadas em 10 municípios. Participam das ações de forma direta 10 (dez) agentes das áreas de ciências Agrárias e afins.

Nas parcerias destacam-se as Secretarias de Estado, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, as Cooperativas de Economia Solidária, o Movimento dos

Sem Terra, a Embrapa, Prefeituras e Câmaras Municipais e pelo Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Imagem 28: Fotos ilustrativas Projeto de ATER em Assentamentos no Norte Pioneiro/PR



5.2 SOBRE A PROPOSTA DE TRABALHO

Ao transcorrer das diversas experiências práticas, houve vários momentos de avaliação e reprogramação. Tratava-se de encontros de trocas de conhecimentos e aprofundamento teórico, que à luz da prática refletida realizavam-se ajustes e programavam-se os próximos momentos, resultando na proposta ora sistematizada.

Neste capítulo serão abordados os principais momentos, passos e instrumentos úteis na metodologia de desenvolvimento sustentável junto à

agricultura familiar/camponesa, produzidos através da construção coletiva dos sujeitos envolvidos. Trata-se de um esforço de assimilação e incorporação das discussões, conteúdos e perspectivas elaboradas acima.

Os métodos, técnicas e instrumentos podem e devem ser permanentemente adequados à realidade e condições locais, pois o que de fato vale são, os objetivos e as estratégias implícitas.

Descrevem-se abaixo algumas das ações e atividades desenvolvidas e utilizadas na construção das experiências:

5.2.1 Sobre a gestão, organização e equipe nas referências

Apesar das diferenças entre os locais e públicos trabalhados nas experiências relatadas a gestão de forma geral segue orientação dos colegiados de entidades regionais, microrregionais ou locais da agricultura familiar e assentados da reforma agrária.

Na maioria das referências analisadas, os fóruns locais é que definem, por exemplo, as comunidades rurais prioritárias, os agentes de ATER e linhas gerais e temáticas específicas ou o seu ajustamento quando vem pré – definidas fontes financiadoras, na maioria das vezes do governo federal.

O envolvimento das organizações locais nas experiências analisadas acrescentou novas sugestões, embates, críticas as propostas. Mas é avalizado tanto por agricultores como pelos profissionais de ATER por que se por um lado fortalece as organizações, por outro aumenta sua co-responsabilidade e possibilidades daquele sindicato, cooperativa ou associação participar mais tanto no debate, como no apoio logístico da proposta. No entanto, também é unânime a posição de que na gestão dos projetos é necessária uma coordenação executiva para garantir que as ações saiam do discurso e se concretizem na prática.

Outra percepção foi à relação do projeto ou programa com os colegiados já existentes naquele local ou região. Há uma espécie de pertencimento das organizações e por isso uma política pública que venha ser desenvolvida naquele local é considerada conquista do conjunto e não da proponente. Por isso mesmo implicitamente, há uma cobrança para que seja socializada à coletividade aquela determinada ação.

Abaixo apresentamos organograma de um dos projetos com boa participação de entidades. Evidentemente organogramas são representações que devem se ajustar a cada realidade. A finalidade da figura abaixo é de reafirmar o compromisso da proposta em compreender de que a Assistência Técnica e Extensão Rural devem ser gestadas pelas organizações sociais e que o papel das equipes e dos profissionais de ATER é de facilitadores, animadores e colaboradores do processo.

Imagem 29: Organograma do projeto da Rede de ATER cooperativada do Sudoeste do Paraná



Compreende-se por equipe de ATER, o conjunto de profissionais formados pelos agentes locais de ATER, profissionais de apoio e coordenadores de equipe. Além desse conjunto de funções componentes orgânicos das equipes, as maiorias dos projetos estudados apresentaram mais duas funções; a coordenação geral e o articulador ou coordenador operacional, ambas as funções caracterizadas abaixo.

Agente local de ATER

Caracterizamos a função de Agente Local de ATER como um educador, animador e organizador com capacidade técnica que de toda a Equipe exercerá a função de maior proximidade junto às famílias, grupos e comunidades rurais.

O agente não precisa saber tudo, mas sempre que necessário deve buscar informações junto à equipe, entidades ou bibliografias. Suas tarefas prioritárias são definidas no planejamento operacional dos planos comunitários e planos familiares. Cabe a eles a interação direta com as famílias e respectivas comunidades rurais. De todos os profissionais, os Agentes Locais de ATER, atuarão mais próximos da base e por isso redobra a importância de sua qualificação.

A grande maioria dos agentes locais de Ater atua não apenas para o Projeto, mas também como prestador de serviços junto às demais entidades, como Cooperativas de Crédito - Cresol, Cooperativa de Leite - Clãs, Cooperativa de Comercialização, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Associações e em muitos casos também para o governo local. No entanto, tem sido recomendado que estes Agentes não deixem de atuar pelo menos uma semana por mês, na sua propriedade ou com pai, tios ou alguém que lhe proporcione essa possibilidade. Muda muito a forma de ação quando um Agente tem que resolver questões internas. Passa a compreender de forma orgânica as dificuldades de outras famílias e por isso age de forma mais realista.

Cada um destes Agentes Locais atende de uma a três comunidades rurais do seu município, ou seja, de 40 a 60 famílias. A participação das entidades na definição dos agentes locais, assim como das comunidades onde o Projeto atua, assegura em boa medida a co-responsabilidade dessas entidades para com essas comunidades e para com as demais ações, estimulando-as a contribuírem efetivamente com recursos, combustível, empréstimo de carro, local para reuniões e outras contribuições localizadas.

Estes agentes possuem formação em agroecologia, geralmente no nível de pós-médio. Muitos destes são agricultores ou filhos de agricultores familiares e algumas vezes não atuam com exclusividade como Agentes Locais de ATER, muitos continuam a trabalhar nas propriedades de suas famílias. Assim são valorizados os recursos humanos locais sem criar maior dependência econômica destes para com

projetos de ATER, cujas fontes de financiamento geralmente são instáveis e os montantes de recursos são variáveis. A prestação de serviços destes profissionais para mais de uma entidade local permite a percepção de realidades diferentes e a construção de laços locais entre organizações que atuam ali.

A experiência de profissionais cedidos para atuarem juntamente com as organizações foi sempre positiva. Mais ainda quando estes saíram de instituições públicas em acordos locais com os poderes públicos. A diferença percebida entre a atuação de um profissional enquanto esta atuando por dentro de uma entidade pública e quando é cedido para uma entidade da agricultura familiar é completamente diferente. Nessa última situação ele sai da corporação e dos projetos de gabinetes e vai para a vida real. Como o ambiente de escritório não lhe é muito conveniente, vai muito mais a campo e acaba sendo muito mais reconhecido e lembrado pelas famílias.

O Agente Local de ATER tem a função de apoiar a realização dos diagnósticos Rurais Participativos - DRPS, do Plano Comunitário de Desenvolvimento e dos planos de transição das Unidades Familiares. Deve estar bem inserido e engajado nos processos de desenvolvimento local, sendo além de técnico, um animador Comunitário. Para a execução adequada e coerente dessas ações junto às famílias e comunidades a melhor relação encontrada foi quando cada agente foi responsável por 50 famílias.

Profissionais de apoio

São aqueles que por formação e/ou função, focam sua ação técnica de modo setorial: leite, comercialização, crédito, sementes, educação, saúde, etc.. Evidentemente que o nível de comprometimento com uma função setorial poderá variar, mas o importante é que ele possa respaldar não apenas um setor específico como, por exemplo, a atividade leiteira, mas também as ações de desenvolvimento local, sobretudo ao nível da Comunidade Rural.

Esses profissionais geralmente são de nível superior e desenvolvem uma atividade afim, demandada pelas famílias, grupos ou comunidades rurais, ou a formação dos agentes. As experiências bem avaliadas foram quando havia pelo

menos dia de apoio destes profissionais por comunidade ou grupo comunitário a cada dois meses.

Coordenadores de Equipe

Quando as experiências desenvolvidas envolverem mais que cinco profissionais, a prática apontou para a definição de constituição de equipes microrregionais. Esse formato possibilita que o coordenador desempenhe a função de avaliar ações dos agentes, aproximar a equipe com as lideranças locais, fazer a mediação política com os dirigentes dos Fóruns de entidades, conselhos municipais de Desenvolvimento Rural, poder público e outras entidades/ instituições necessário.

As decisões mais acertadas foram quando estes ou estas coordenadoras foram escolhidos pelas lideranças das entidades da Agricultura Familiar e/ou camponesa daqueles municípios onde se desenvolvia o projeto/programa. Na maioria das vezes são os coordenadores que auxiliam os agentes locais. Assim, os profissionais de apoio só vêm para atender demandas de temas específicos. No geral quem encaminha as demandas são os coordenadores.

Articulador/ coordenador operacional

Para operacionalizá-la na prática as decisões políticas e orientar de maneira eficaz as ações gerais, a maioria das experiências criou a função do articulador, com o papel de fazer a ponte entre as organizações que compõe o Conselho gestor e as equipes de ATER locais ou microrregionais. Ressalte-se de que essa função foi criada quando havia mais que uma equipe de ATER.

A função principal do articulador ou coordenador operacional é assegurar que os objetivos, as metas e demais orientações definidas pelo projeto e encaminhadas pelo Conselho Gestor, sejam executadas concretamente. Além disso, assumem um papel muito importante de construir entendimentos e parcerias locais.

Uma importante lição aprendida durante a análise dessas experiências é de que todas as vezes que a indicação do coordenador operacional foi com respaldo do conselho político e não da entidade gestora ou proponente, a aceitação foi muito maior e os problemas futuros foram mais fáceis de serem resolvidos.

Conselho Gestor

O conselho Gestor tem a função de fazer a gestão política do Projeto como um todo, definir público beneficiado, metodologia de trabalho, parcerias, assegurando orientação geral do projeto/programa. Quanto maior for a participação e o debate, mesmo as críticas sobre o projeto, maior será a construção.

As experiências nos mostraram de que um Conselho Político formado por representantes das entidades envolvidas deve ser enxuto, mas sem excluir nenhuma das organizações governamentais ou não governamentais que tenham qualquer vínculo com as famílias beneficiadas.

Sobre a forma de contratação da Equipe de ATER

O modo de legalizar a prestação dos serviços passa pelo formato institucional da entidade ao qual o profissional está vinculado. A seleção dos agentes locais, coordenadores e profissionais de apoio quando realizada pelas próprias entidades locais e ou microrregionais tem um efeito extraordinário no envolvimento daquelas entidades sobre o trabalho do profissional. Além de empoderar a organização. No entanto não são todos os arranjos institucionais que permitem contratar profissionais escolhidos pelas entidades.

No caso Cooperiguaçu foi possível pelo fato desse arranjo institucional permitir que um profissional se associe, bastando apenas o consentimento do conselho administrativo da cooperativa. No entanto em outras entidades haveria dificuldade, porque vejamos: em relação à EMATER ou prefeitura teria que ser um profissional concursado e nesse caso não poderia ser escolhido pela entidade. Esta teria que aceitar aquele que a instituição pública disponibilizar.

Em empresas de lucro presumido ou micro empresa este arranjo facilita um pouco mais do que as instituições públicas, mas o processo exige que o profissional selecionado pela entidade local se integre a empresa e isso custa mais e é demorado em relação à cooperativa.

5.2.2 Sobre a capacitação das Equipes de ATER

A formação das pessoas resulta das interações no meio em que vivem, somada à escolarização formal e capacitação profissional. De forma geral a educação formal não assume conteúdos relacionados ao dia a dia do “ser humano” e com as quais a maioria das pessoas vai ter que agir ou interagir. A educação infantil é um exemplo: quantos pais sabem da importância da primeira infância na personalidade do indivíduo? Mesmo coisas mais concretas, como a mecânica de automóveis é outro exemplo: algumas pessoas pouco sabem sobre questões básicas sobre como funciona um carro, mas acabam aprendendo na prática. Vários são as situações às quais as pessoas são submetidas, mas que a educação formal não considera. Uma das poucas atividades profissionais que se aprende desde a infância, proporcionada pelos pais e pela convivência ativa no meio) é o exercício da agricultura.

Em relação à formação política é ainda mais sério, pois faz pouco tempo que saímos de uma ditadura militar. A filosofia e a sociologia política possibilitam a compreensão de outras possibilidades que podem gerar consciência crítica, o que não interessa à ordem em vigor.

A formação de profissionais para atuação no campo inicia-se dentro das escolas de educação formal, e efetiva-se tecnicamente nas escolas Agro técnicas e faculdades de agronomia, onde o conteúdo trabalhado foi totalmente enquadrado no modelo da revolução verde. A metodologia da “Assistência Técnica e Extensão Rural” é parte no currículo de formação profissional. Assim, além da qualificação de conteúdo com visão agroecológica, é um grande desafio a re-qualificação metodológica, técnica e política dos profissionais. Trata-se do desafio da formação técnica, tecnológica e política, conforme abordado no item 2.2 (As metodologias participativas base da presente pesquisa e da proposta em construção).

Durante a execução destas experiências foram sendo construídos processos coletivos de capacitação da equipe de ATER e nestes momentos de formação, estimulava-se para que sempre estivessem presentes dirigentes regionais e lideranças locais. A presença desses agentes “externos” durante o processo de capacitação não só garantia um debate mais próximo da realidade vivida, como tencionava para que a linha de ação continuasse sendo orientada conforme o plano

inicialmente acordado e para que as demandas construídas junto aos agricultores e suas organizações fossem efetivamente respeitadas.

Percebeu-se nas experiências acima relatadas, que se relaxar o processo de formação, os agentes vão se afirmando tecnicamente, o que é bom, mas vão crescentemente retomando posturas unidirecionais e adotando práticas “extensionistas”. Portanto é necessário um programa de formação inicial e permanente aos agentes em processos populares transformadores, envolvendo os seguintes conteúdos básicos:

Sociologia política, desenvolvimento políticas públicas e agroecologia

- História da agricultura e o modelo da Revolução Verde – agrotóxicos – biotecnologia (transgênicos, biologia sintética, nanotecnologia)...
- A questão agrária no Brasil;
- Agricultura familiar/camponesa e seu papel no desenvolvimento (multifuncionalidade do campo);
- Proposta para o desenvolvimento sustentável do campo - (recomposição/reorganização dos sistemas de produção (diversificação, auto consumo, transição agroecológica)
- Os Movimentos Sociais do Campo - cooperação, associativismo e economia solidária;
- Geração e gênero;
- Diversidade sócio ambiental;
- Políticas públicas na agroecologia.
- Soberania e segurança alimentar.

Qual é a Agroecologia que queremos

a. Geral

- História – escolas – conceitos - tendências;
- Conceito(s) de agroecologia(s)
- Organizações e Redes (ANA, ABA, Ecovida e outras);
- Lei 10.831 e normas técnicas de produção;
- Certificação participativa;
- Agroecologia e os Movimentos Sociais do Campo.

b. Funcionalidade e fertilidade dos sistemas

- Noções sistemas;
- Princípios da ecologia (equilíbrio dinâmico, resistência, resiliência, etc.);
- Sucessão ecológica;
- Biodiversidade funcional;
- Bioestrutura do solo;
- Fertilidade dos ecossistemas e agroecossistemas.
- Manejo ecológico dos solos e recursos hídricos;
- Biodiversidade (sementes e raças);
- Produção de biomassa e manejo da matéria orgânica;
- Manejo ecológico de insetos e ervas;
- Caldas e biofertilizantes;
- Plantas indicadoras
- Criações: produção de leite e pequenos animais
- Cultivos agroecológicos: hortaliças – frutas - grãos

Processamento – comercialização -

- Normas – inspeções...
- Agroindustrialização de pequeno porte;
- Circuitos curtos e venda direta: feiras, cestas, restaurantes, mercados locais
- Mercados institucionais: PAA, Pnae,...
- Circuito da Rede Ecovida
- Sistemas Agroflorestais.

Economia ecológica

- Os recursos naturais e a ciência econômica;
- Os princípios da economia ecológica;
- O metabolismo econômico;
- A pegada ecológica.

Educação popular e metodologias participativas

- Educação popular;
- Metodologias participativas para o trabalho de base. (metodologias de diagnóstico, metodologias de planejamento estratégico, metodologias

de construção coletiva do conhecimento, metodologias de sistematização,...);

- Metodologias de transição agroecológica (metodologias participativas aplicadas = superação da “extensão rural”). – Construção social do conhecimento.

A demanda de conteúdos a partir dos agentes, sempre tenciona para a formação técnica, mas o técnico precisa estar imbricado com o político, a prática com o ideológico, o imediato com o futuro, considerando a formação técnica, tecnológica e política como partes do mesmo processo de formação.

Uma sugestão que se apresentou foi de que o processo de formação deve ser continuado e que os intervalos não devem ser superiores a dois meses entre os momentos, e que estes devem ser no mínimo de dois dias. A mística e a análise de conjuntura devem fazer parte de todos os momentos de formação. Também, é sempre importante uma análise de contexto.

5.3 SOBRE O INÍCIO DO TRABALHO

Técnicas e aspectos pedagógicos básicos utilizados nas atividades coletivas

Existem muitos métodos e técnicas básicas às quais é possível recorrer. O melhor método ou técnica depende dos objetivos a serem alcançados, mas, sobretudo da possibilidade de incorporar aspectos da dimensão estratégica e facilitar a obtenção dos resultados concretos pretendidos.

Ser em círculo

Esta é uma condição básica para superação da visão tradicional unidirecional, para a condição da construção coletiva, da interação, da troca.

Imagem 30: Representação dos exageros discursivos na formação



Imagem Cepagri, 1995

O participativo é facilitado e estimulado pelo método e técnica, por isso, seja um encontro de formação, seja uma reunião, assembléia ou qualquer evento coletivo, sempre organizar em círculo para que todos possam interagir trocar e tornar-se sujeitos/protagonistas.

Estar em círculo expressa claramente a intenção da troca entre diferentes formas de pensar, diferentes opiniões e posição. Em processos participativos, o consenso é o caminho para as decisões e encaminhamentos.

A construção a partir das pessoas e pelas pessoas é condição básica para a construção coletiva do conhecimento, pois as pessoas envolvidas e sua experiência são o conteúdo principal, tanto nos processos formativos, organizativos e produtivos. Ninguém é “saco vazio”, todas as pessoas têm conhecimento, pois a vida é uma grande escola e a sabedoria e o conhecimento não vem só do estudo acadêmico, ou seja, vem também da reflexão sistematizada sobre a prática. O ponto de partida pode ser a história e o conhecimento acumulado.

A imagem e o desenho

No trabalho popular, a visualização e a comunicação oral são muito importantes, pois além do pouco hábito da leitura, há normalmente baixos níveis de escolarização e um significativo número de analfabetos. Uma imagem associada ao conteúdo é muito comunicativa, mas, sobretudo desafia as pessoas, a partir da sua

Na condição convencional as pessoas são colocadas uma atrás da outra, em fileiras e o técnico ou liderança é colocado à frente ou no palco, pois o papel de uns é ensinar e dos outros é assistir para ver para reproduzir.

Imagem 31: Representação do “ser em círculo” na condição de troca



Imagem Cepagri, 1995

experiência e formação a construírem o conteúdo a ser trabalhado. As informações se constroem a partir do diálogo e da opinião de todos os participantes.

Possíveis passos para utilização deste recurso, sendo:

- Primeiro selecionar uma frase ou imagem que tenha alguma relação com o conteúdo em pauta;
- Inicialmente ver a imagem: “o que estamos vendo nesta imagem?”
- Depois interpretar o desenho: “O que esta imagem expressa?”
- E, por último associar ao conteúdo ou situação concreta em pauta: “O que esta imagem tem a ver e o que nos sugere com o que está em discussão?”

A história e a parábola

A história ou a parábola é “como uma cesta onde se coloca dentro o conteúdo” e é uma forma muito efetiva de comunicação. Na história da humanidade, este recurso sempre esteve presente, desde os livros antigos da bíblia, com estórias recheadas de conteúdos e mensagens. Na educação infantil também sempre está presente. Na educação popular, especialmente na animação da mística militante, também as estórias e parábolas são recursos presentes.

A frase de efeito

Uma frase de efeito é aquela que consegue com poucas palavras traduzir o conteúdo a ser comunicado. As frases podem ser utilizadas de diversas formas, em cartazes ou banners nas paredes, nos materiais de trabalho, nas pastas, nas camisetas, nos convites, etc.

A música e a poesia

A música e a poesia estão entre as formas culturais de comunicação mais presentes no cotidiano. Traduzem contextos, sentimentos e transmitem informações das mais diversas.

Possíveis passos para utilização deste recurso, sendo:

- Inicialmente escolhe uma poesia ou música que tenha alguma relação com o conteúdo em pauta;
- Ler coletivamente ou em partes por cada pessoa a poesia ou letra da música;
- Depois cada participante, ou voluntariamente, escolhe uma das frases que acha mais expressiva;
- Em seguida fala a frase e diz por que a escolheu;
- E, por último associar ao conteúdo ou situação concreta em pauta.

O ambiente e os símbolos

O ambiente comunica muito, por isso a preparação do mesmo é importante, contribui na mística e ajuda a construir as condições e conteúdos do encontro.

Relacionar a ornamentação com o tema em discussão, objetivos do encontro, ou ainda, o campo, a produção de alimentos, a história da agricultura e da comunidade, torna o debate mais próximo da realidade e facilita a compreensão. Isso pode ser realizado de diversas formas, como: exposição de produtos, equipamentos, fotos, frases de efeito, bandeiras ou banners das organizações/movimentos, etc.

“Festa junina sem fogueira e bandeirinhas, festa de criança tem que ter bolo e balão,...” Assim também a luta, o local, as coisas do dia a dia precisam estar presentes nas reuniões de trabalho.

Contato inicial com as famílias

A palavra contato, nesse caso pode ser desmembrada em “*com tato*”, porque precisa traduzir a efetividade dessa aproximação. Com tato, significa tamanha proximidade que permite tocar a mão. Esse é o momento do “contrato”, novamente desmembrada em “*com trato*” que significa combinação, acerto, compromisso. Este não precisa ser escrito, mas aqui vale a palavra, como no dito popular, “*o fio de bigode*”.

O contato e o contrato são decisivos na qualidade da relação e no resultado do processo, pois decidem o compromisso e o empenho de ambas as partes: a família e agente, e ainda, são parte importante na construção da confiança que é imprescindível em processos de construção coletiva.

Sempre que possível tanto o contato como o contrato devem ser realizados em dois níveis:

- Nível institucional, que normalmente se realiza de forma coletiva envolvendo as organizações às quais as famílias estão articuladas e as comunidades onde se realizará a iniciativa, por exemplo: Sindicatos, Cooperativas, Associações, Movimentos, ou outros que se reúnem através das lideranças com as famílias para discutir a proposta, metodologia e apresentar a entidade executora e o (a) agente.
- Nível pessoal, que se realiza entre o (a) agente e a família. A relação do (a) agente se dá na dimensão interpessoal e também na dimensão técnica. As duas dimensões de forma complementar determinam o nível de confiança que se estabelece. A dimensão interpessoal é determinada basicamente pela capacidade de empatia e respeito. A dimensão técnica é determinada pela competência, conhecimento e responsabilidade.

Chegando à comunidade: mobilização inicial

O contato inicial junto às comunidades rurais deve acontecer com a visita às lideranças comunitárias previamente combinadas para evitar horários e compromissos inadiáveis para a família do campo. Não dá pra marcar visita às cinco da tarde, quando a família toda está em função da ordenha, por exemplo.

Em todas as comunidades há diversas lideranças, algumas estão ocupando cargos, e outras não, mas são lideranças históricas e formadoras de opinião. São a estas lideranças que se realizam as visitas qualificadas, ou seja, uma visita para uma boa discussão sobre a proposta, estratégias e metodologias, etc. Estas visitas têm o desafio de informar e envolver outras lideranças no processo de mobilização. Uma palavra de apoio de uma liderança comunitária tem um significado muito grande para o desenvolvimento de uma proposta naquele local.

Na mobilização inicial é muito importante que seja feita em companhia dos dirigentes das entidades da agricultura familiar do município. A presença de representantes das organizações locais dá mais segurança ao Agente Local de ATER e permite um diálogo mais confiante.

Uma boa visita tem em média duas horas de duração e serve para informar, esclarecer e motivar as lideranças comunitárias sobre os objetivos gerais das ações que se quer construir juntamente àquela comunidade, grupos e /ou famílias.

Em algumas vezes foi mais importante chegar à comunidade através de um morador antigo. Geralmente estas pessoas têm uma grande admiração das famílias locais. Por isso, a recomendação é de que antes de chegar à comunidade, é preciso conhecê-la bem, saber quem são as lideranças de fato e os dirigentes de direito, as famílias mais antigas e os problemas internos, como conflitos e outras questões locais. A demonstração de respeito pela comunidade é fundamental e quanto mais esta se sentir valorizada e respeitada, maior será a possibilidade de construção.

Dessa conversa inicial espera-se que seja definindo uma estratégia de mobilização para a realização de uma reunião ampliada com a participação do maior número de famílias da comunidade.

O convite

O convite é um instrumento importante por que é ali que se começa a debater o que irá acontecer na reunião, seminário, ou qualquer momento futuro. Esse momento significa para o agricultor ou agricultora a dimensão ou a importância daquele tema, projeto ou ação. Por ser um marco que define entre participar ou não, deve ser realizado através de contato direto, com os objetivos e pautas bem claros.

O convite é um poderoso instrumento de comunicação e até mesmo de formação. Para isso precisa, além de animar a participação, transmitir a mensagem a cerca do conteúdo que será trabalhado no evento. Para isso deve ser cuidadosamente preparado, e conter no mínimo: uma ilustração comunicativa, uma

“frase de efeito”³², um pequeno texto e a informação do dia, local e hora. A ilustração, a frase de efeito e o “com tato”³³ mensagem na entrega são decisivos.

Essas informações aliadas à mensagem do contato de quem vai convidar já são parte do conteúdo a ser trabalhado no evento, e por isso deve estar de tal forma expressa, que mesmo a pessoa não podendo participar sinta-se informada e parte do processo. Assim o convite torna-se instrumento de informação, formação e mobilização. Também deve estar clara a programação, horários e local.

A preparação do ambiente da reunião

O ambiente comunica muito, por isso a preparação do mesmo é importante, contribui na mística e ajuda a construir as condições e conteúdos do encontro.

Relacionar a ornamentação com o tema em discussão, objetivos do encontro, ou ainda, o campo, a produção de alimentos, a história da agricultura e da comunidade, torna o debate mais próximo da realidade e facilita a compreensão. Isso pode ser realizado de diversas formas, como: exposição de produtos, equipamentos, fotos, frases de efeito, bandeiras ou banners das organizações/movimentos, etc.

Arrumar as cadeiras em círculo ou semicírculo é uma condição básica para o diálogo, a troca.

Materiais didáticos e pedagógicos utilizados

Os materiais didáticos e pedagógicos devem estar preparados de acordo com as técnicas ou dinâmicas previstas. Os equipamentos devem ser testados anteriormente. É recomendável que se prepare alguma alternativa em caso de algum imprevisto, como falta de energia. São úteis: papel (papelógrafo), pincéis atômicos, tarjetas, fita crepe, e outros.

³² “Frase de efeito” significa, na comunicação popular, uma frase que consegue traduzir da forma mais sucinta e completa a proposta a ser comunicada/trabalhada.

³³ “Com tato” é uma forma de expressar a importância da máxima aproximação possível no momento do convite, uma aproximação capaz de transmitir mensagens, e, com tato, significa respeito e, inclusive aproximação física.

As experiências analisadas apontaram diferenças significativas na aprendizagem final por conta da utilização adequada de instrumentos pedagógicos. Por outro lado há muitos relatos de constrangimento de Agentes de ATER de não providenciar em alternativas, chegar na comunidade pouco antes da reunião, não ter corrente elétrica ou mesmo ter faltado luz naquela comunidade naquele dia.

A realização da reunião; acordos e encaminhamentos

No período que antecede a reunião, recomenda-se sempre que possível descentralizar as atividades, e criar condições de envolvimento e comprometimento das pessoas com as atividades, no caso, com o encontro da comunidade ou grupo, por exemplo: distribuir tarefas já na preparação da reunião, como: a ornamentação do ambiente, chimarrão, bolacha, pinhão, batata doce assada, etc..

A reunião deve ser realizada de tal forma que não vire um monólogo e principalmente por parte de um Agente de ATER que vem de fora, ainda conhece pouco da realidade local e não tem ainda a confiança plena das pessoas que ali estão. Uma boa reunião não deve passar de duas horas desde sua abertura apresentação dos presentes até os encaminhamentos dos próximos passos.

A apresentação da proposta na comunidade é realizada em uma ou duas reuniões e deve contar com o apoio das lideranças já contatadas na primeira visita e dirigentes das entidades da agricultura familiar.

Nesse contato com a comunidade, é importante que se observe e se respeite os seus interesses e decisões, suas dinâmicas próprias e outros programas e ou projetos que já estejam sendo desenvolvidos localmente.

Nessa apresentação para a comunidade, tem-se feito o possível para conseguir a presença de todas as pessoas que ali residem: pais, mães, agregados, filhos e filhas e outros parentes. Tem sido importante esclarecer o máximo de questões sobre a proposta, assim como acordar o grau de comprometimento das famílias para com o mesmo.

Aspectos importantes para a reunião

A atividade deve começar e terminar na hora prevista, e o (a) agente deve sempre chegar com tempo. Normalmente são sugestivos os seguintes momentos:

- Início com o contexto e conversa sobre a proposta ou objetivos;
- Apresentação dos presentes;
- Apresentação da pauta e horários, e sempre colocá-la em discussão;
- Distribuição dos papéis e organização das tarefas do encontro/ momento.
- Encaminhamentos/ definição dos próximos passos
- Organização coletiva dos próximos momentos.

Após a apresentação, debate e o aceite da proposta pela comunidade recomendam-se um termo de adesão assinado por todos e todas. Este termo deverá ser no livro ata da própria comunidade incluindo as famílias decididas a participar diretamente e os demais atores locais dando início a um processo de diagnóstico e planejamento das ações a serem realizadas na comunidade.

As experiências construídas permitiram concluir de que o fato das pessoas assinarem a ata da comunidade aceitando a participação no referido projeto cria um sentimento de compromisso e pertencimento com o mesmo. As famílias do campo não assinam muitas coisas, por isso aquilo que assinam fica presentes no seu consciente.

5.4 ESPAÇOS/ LOCAIS DE CONSTRUÇÃO PRÁTICA DO CONHECIMENTO

Todos os momentos coletivos ou não, devem ser planejados e preparados, sempre de forma coletiva, e contemplar minimamente as três dimensões básicas que compõem os processos populares transformadores abordadas anteriormente, sendo:

- FormAÇÃO;
- OrganizAÇÃO;
- MultiplicAÇÃO

Esta condição garante a possibilidade de continuidade e autonomia do processo, ampliando o protagonismo e fortalecendo organizações e movimentos sociais.

A seguir são transcritos momentos, instrumentos e condições para uma maior efetividade na organização e realização de atividades coletivas.

5.4.1 Unidades de estudo

Na extensão rural convencional costuma se denominar de “unidades demonstrativas” os espaços onde eram implantadas práticas propostas pelo modelo da revolução verde, e estas eram acompanhadas e tecnicamente qualificadas. O nome “demonstrativo” traduz a intenção de mostrar algo pronto para alguém que não sabe como se faz, ou seja, as famílias eram convocadas para “ver como é que se faz”, num exercício claro de difundir de forma unidirecional uma técnica, ou um conceito ou informação.

A condição de Unidade de Estudo propõe o exercício do sujeito coletivo, tanto na escolha e definição da área, e na decisão das tecnologias. Serve para trocar experiências, testar, avaliar, pesquisa coletiva. São unidades que se qualificam ou implantam novas práticas, mas estas são acompanhadas pelas demais famílias desde o seu planejamento e implantação inicial, onde todos sugerem e participam.

Nestas unidades podem ser aplicadas/ testadas informações resultantes de pesquisa, mas também práticas resultantes do conhecimento obtido em experiências anteriores das próprias famílias. Todas as ações são realizadas de forma dialogada, e posteriormente avaliadas coletivamente. As conclusões finais também são coletivas e devem ser sistematizadas.

Quando se trata de técnicas ainda pouco conhecidas é sugestivo iniciar em áreas menores. Facilita o manejo e pode evitar custos que muitas vezes “queimam” propostas ainda sem conhecê-las bem.

Quando uma iniciativa for instalada junto a uma unidade familiar de produção, a última decisão é sempre da família, pois estas normalmente são parte de sua produção. A avaliação e sistematização dos resultados devem ser coletivas e podem ser feitas num dia de campo.

A partir dos seus resultados, sistematizados coletivamente, as unidades de estudo podem se transformar em unidades de referência (lavouras ou criações).

Nestas iniciativas, a maior parte da base tecnológica ainda vem de “fora”, ou seja, se pauta em experiências anteriores. Um desafio a ser exercitado em novas iniciativas é buscar possibilidades para ampliar o estímulo à criatividade e o potencial investigativo e inovador dos agricultores, e exemplo de iniciativas exercidas junto à metodologia do campesino a campesino.

A partir das experiências vivenciadas, é possível levantar algumas dicas para organizar uma unidade de estudo, sendo:

- Inicialmente identifica-se temas Geradores que são demandas/necessidades concretas, problemas reais, e/ou desafios a serem superados. Um exemplo de tema gerador foi a produção de silagem orgânica, pois em função das “plantas invasoras” os agricultores estavam acostumados a usar herbicidas, mas o desafio ia muito além, pois a atividade da produção de milho é muito presente no assentamento e as práticas a serem desenvolvidas puderam ser estendidas para além das áreas de produção de silagem.
- Na preparação se possível envolver as pessoas no planejamento e preparação do dia de campo, ou seja: na preparação do material, escolha do local, definição das datas e horários, etc. etc.
- No dia de campo apresentar a proposta inicial: o que será plantado – porque das espécies – porque da cobertura – etc. etc.
- Colocar em discussão – levantando sugestões para fazer melhor;
- Organizar a ação de implantação da área – distribuir tarefas e serviços para o presente dia de campo...
- Marcar o próximo momento coletivo para visitar e perceber a evolução da iniciativa;

Obs. É sempre oportuno fazer uma rodada evidenciar dúvidas – ex. “porque vocês acham que pode não der certo?” ou, outras... Com isso talvez dê para identificar sugestões a serem acrescidas já agora na iniciativa, e, principalmente – **identificam-se coletivamente os aspectos a serem estudados e acompanhados**. Estes aspectos devem ser listados e olhados em cada fase da experiência (nos dias de campo).

5.4.2 Intercâmbios e trocas de experiências

A partir de experiências anteriores, conclui-se que troca de experiências é o grande propulsor das mudanças e do desenvolvimento, pois esta prática pressupõe a troca, ou seja, à luz da experiência anterior de cada pessoa, faz comparações, tira conclusões. Tanto os que visitam a experiência quanto quem é visitado somam novos aprendizados. Ver e interagir com uma realidade concreta ou com uma experiência é um processo autônomo e muito efetivo de aprendizagem.

O intercâmbio realiza-se em experiências de relevância que já são referência, na região ou fora dela. Nas iniciativas realizadas tanto intercâmbios como unidades de estudo e dias de campo tem sido as ações de maior efeito informativo e formativo. Ao ver uma experiência concreta ou participar de uma prática, facilmente as pessoas fazem comparações e tiram conclusões, pois esta é uma forma decisiva de interagir conhecimentos de uns com os outros e construir um novo conhecimento.

Muitos foram os avanços ou até mudanças de propostas por conta da realização de intercâmbios, que permitiram as famílias perceberem na prática aquilo que só conheciam na imaginação. E que ambas se completam.

5.4.3 Dias de campo

Os dias de campo são formas também já muito exercitadas, porém podem assumir dimensões metodológicas muito distintas, que vão desde uma condição passiva das famílias envolvidas (“venham ver como é que se faz”) a uma condição de organização e realização coletiva (“vamos fazer juntos, estudar e discutir e concluir coletivamente”). O mutirão ou pixurum são práticas exercidas nos dias de campo.

Tanto o local como os membros da família onde se realizará o dia de campo precisam ser previamente preparados. Também os visitantes devem ser preparados e organizados para esse momento. A construção e a responsabilização de conteúdos ou de dinâmicas podem ser descentralizadas aproveitando a experiência e habilidades das pessoas.

No dia de campo são realizadas práticas tecnológicas específicas, como; instalações de unidades de estudos, realização de manejos, ou outras atividades.

Nas avaliações das iniciativas, as unidades de estudo, juntamente com os intercâmbios e trocas de experiência se mostraram metodologicamente as estratégias mais efetivas de construção coletiva do conhecimento.

5.4.4 Visitas nas unidades de produção e vida das Famílias

Assim como as unidades de estudo, os dias de campo e os intercâmbios são momentos de debate, análise e oportunidade de diálogo com as famílias pesquisadoras e os profissionais de apoio, as visitas nas unidades também são momentos de interação específica.

Na interação família e agente a interação ocorre com mais regularidade e permite uma relação mais direta entre ambos. São momentos importantes para a construção dos planos familiares e execução de atividades onde o agente tem contribuição a realizar, ou na avaliação de atividades anteriormente implantadas.

Nas experiências construídas as visitas de acompanhamento tem sido momentos que podem ser intercalados conforme o andamento das atividades planejadas. Geralmente na fase inicial as demandas são maiores e por isso o agente deverá estar de volta na Unidade Familiar no máximo de mês em mês. Com o decorrer do tempo esse intervalo pode ser maior, mas dificilmente deve passar mais que dois meses entre uma visita e outra. Em várias experiências analisadas percebemos que quando esse intervalo por uma razão ou outra foi maior, as famílias, principalmente iniciantes, começaram abandonar as praticas ecológicas e retornar as atividades convencionais.

As visitas dos Agentes de Ater devem cumprir tarefas que vão além da visita em si. Como haverá o contato com a família lá na comunidade, o Agente deve ser um mensageiro das organizações da agricultura familiar, para levar materiais de informação, para planejar encontros, seminários, reuniões e outros comunicados do dia a dia do campo.

5.5 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS E MATERIAIS DE APOIO À PROPOSTA

Para a realização prática da proposta foram sendo criados instrumentos de operacionalização de apoio ao planejamento, execução monitoramento e

avaliação das ações a serem e daquelas em desenvolvimentos junto às famílias agricultoras, comunidades e demais organizações locais.

Os instrumentos são utilizados pelos agentes, lideranças e famílias no sentido de dar organicidade aos acordos que vão sendo construídos. Permitem uma visualização dos feitos e a fazeres em cada local e atividade. Estão sempre sendo ajustados e renovados para expressar de maneira compreensível as definições tomadas e a tomar, de forma que todos e todas possam interagir e aperfeiçoar.

A intenção no processo de construção destes instrumentos nunca foi criada conscientemente para favorecer só os técnicos e ou só os agricultores e suas organizações, antes sim, construídos coletivamente para serem utilizados por todos e todas.

Prevê-se um planejamento inicial que vai sendo completado e qualificado continuamente. Muitas famílias e técnicos conhecem menos sobre agroecologia, por isso necessita-se de mais tempo para um plano se tornar efetivo. Dessa forma possibilita-se a organização inicial das atividades, mas garante a qualificação do processo após os momentos de formação realizados através de cursos, intercâmbios, sistematizações junto às unidades de estudo, que fazem parte etc.

A seguir apresentamos o Plano Familiar de Transição Agroecológica, o Plano de ação Grupal, Plano de Desenvolvimento Comunitário e Plano de ATER Municipal, construídos e utilizados como instrumentos metodológicos junto às experiências de ATER descritas acima.

5.5.1 Planos Familiares de Transição Agroecológica

Desde a trajetória tribal da espécie humana evidenciam-se suas condições de um ser social e territorial. A família é o primeiro coletivo social e no caso da agricultura familiar/camponesa a unidade familiar de produção é o primeiro território de sua existência.

A unidade de produção e vida familiar é assim denominada por caracterizar se como uma mistura de um modo de vida e uma forma de produção sustentadas na existência e cultura familiar. Os planos familiares têm por finalidade entender, refletir e propor mudanças nos modos e formas de ser e seus agroecossistemas.

Os “modelos” de gestão e administração rural pautados na economia capitalista neoclássica não dão conta de entender e dialogar com agricultura familiar/camponesa. Muitas tentativas já falharam ou se exercem apenas enquanto contam com a participação direta do técnico fazendo anotações, controles e análises. Categorias como lucro, juro sobre capital, e outras não são dialogam devidamente com a condição e perspectiva camponesa e não determinam as decisões.

Ainda não conseguimos construir de fato um novo modelo, mas o método da elaboração do plano familiar possibilita uma visão sistêmica para além da produção e evidencia as interações entre os subsistemas. Facilita a análise crítica do sistema a partir da família, com contribuições do agente. Quem inicialmente descreve, analisa e primeiro fala do sistema é a família que traduz seu sistema e identifica as mudanças que pretende fazer. Dessa forma proporciona o protagonismo da família, não é o técnico que faz a análise e propões a solução, como na extensão rural.

Esta metodologia pode ser utilizada tanto em reuniões coletivas de análise e planejamento da transição, como também em processos individuais a ser realizado em cada unidade de produção. No caso de atividades realizadas coletivamente, cada família faz o seu plano e troca idéias com o grupo sobre o seu sistema de produção. No caso da atividade ser realizada individualmente em cada unidade de produção é conveniente uma reunião posterior para socialização das propostas individuais;

Sempre que possível optar em fazer coletivamente os desenhos e análise dinâmica dos sistemas de produção, pois ganha-se tempo que poderá ser utilizado nas visitas individuais previstas já para execução dos planos. A condição da interação coletiva é importante porque potencializa a troca de experiências e cria o sentimento de envolvimento e assumir conjunto de um desafio.

Tabela 17: Vantagens e desvantagens na construção familiar ou grupal dos planos de transição agroecológica:

	<i>Vantagens</i>	<i>Desvantagens</i>
Construção dos planos individualmente com cada família	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilita um melhor acompanhamento do Agente Local de ATER: - Pode ser realizada uma 	<ul style="list-style-type: none"> - Requer mais tempo para desenvolver todos os planos daquele grupo ou comunidade:

individualmente	caminhada de diagnóstico; - Envolve mais facilmente todos os membros da família	- Não permite a troca de experiência e interação com outras famílias;
Construção dos planos coletivamente com um grupo de famílias	- Permite uma maior troca de experiências com outras famílias; - Permite a comparação - A comunidade fica sabendo das propostas e desafios; - Ganha tempo na fase inicial do trabalho; - O processo é muito mais animado e alegre;	- Nas reuniões não participam todos os membros da família; -...

Em geral, a construção participativa de um plano familiar de transição agroecológica provoca em cada agricultor ou agricultora uma revisão do seu projeto de vida e que por sua vez estimula demandas de processos de formação e capacitação.

A partir dessa reflexão, cabe ao agente local de ATER e às coordenações do programa ou projeto em execução orientar e/ou encaminhar as organizações pertinentes, ao poder público e às entidades parceiras, das propostas de formação, qualificação profissional e outras, que venham ao encontro às demandas levantadas.

À medida que se ampliam os horizontes das famílias e que elas passam a vislumbrar novas possibilidades, faz-se necessário mobilizar meios para corresponder às expectativas criadas. Por isso um plano familiar não se faz sem antes conhecer bem a realidade local, as organizações e o poder público de abrangência. Ninguém tem o direito de criar falsas expectativas a estas pessoas que na maioria tem tido poucas oportunidades, são relegadas e muitas vezes discriminadas pelos poderes locais. No entanto, na medida em que as demandas vão sendo criadas e vão sendo atendidas, ocorre uma transformação muito mais rápida do que se imagina.

O caderno operacional deve ficar com a família agricultora para orientar as atividades projetadas e executar o planejamento realizado. Os agentes podem fazer uma cópia deste caderno, e esta deve ser analisada sempre antes das visitas às famílias.

A proposta do Plano incorpora os seguintes momentos:

- Diagnóstico;
- Análise coletiva do sistema;

- Planejamento da condição desejada;
- Planejamento operacional;
- Definição do papel e ações do agente técnico.

Inicialmente é importante conhecer cada sistema de produção. Uma boa caminhada na unidade familiar, o desenho e a análise da dinâmica e funcionalidade do sistema de produção são aspectos importantes para o diagnóstico.

Segue uma descrição dos principais momentos na construção dos planos familiares.

O desenho (croqui) do sistema de produção familiar:

O croqui é uma forma de realização de diagnóstico do sistema da *unidade de produção e vida familiar*. Este pode ser antecedido ou complementado por uma caminhada na área. O croqui ou maquete³⁴ deve ser elaborado pelos membros da família, com a ajuda do agente de ATER local, pois a metodologia preconiza o protagonismo coletivo e a decisão deve ser da família.

O senso operacional é muito forte junto aos agricultores. A visão do ecossistema é mental, assim como também as tarefas e o calendário agrícola. O agricultor sabe o que precisa ser feito, onde e quando fazê-lo.

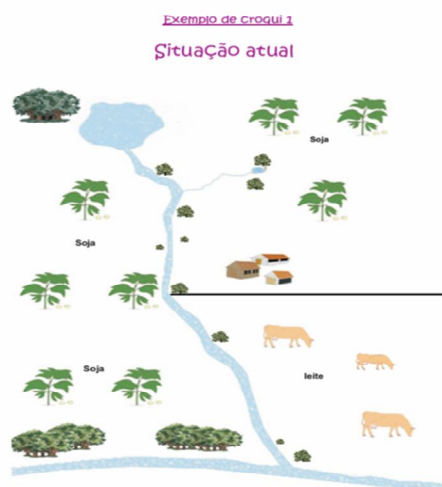
O desenho é uma estratégia adequada ao forte senso prático dos (as) agricultores (as), fortalece a visão e o que estes já têm em mente. Ao desenhar a pessoa raciocina uma visão sistêmica do todo da unidade de produção, incluindo atividades produtivas, ações de preservação ambiental, estrutura, localização, etc.

Ao colocar no papel refaz também seu desenho mental e, mesmo deixando o papel de lado assume agora uma nova visão do sistema.

A maioria das informações de diagnóstico do agroecossistema aparece na construção do croqui. Essa tarefa pode ser realizada individualmente ou com um grupo de famílias próximas.

Imagem 32: O croqui da situação atual

³⁴ Maquete de gesso é uma forma de representação de uma determinada região em que numa mesa de tamanho de 2 metros por um em média se reproduzem as características de geografia, relevo e características ambientais. As maquetes estão sendo utilizadas em experiência de ATER pela Cooperiguaçu, nos assentamentos do Norte pioneiro (André Mosselim, 2013)



Desenhar o croqui da situação atual do agroecossistema contendo as áreas aproximadas de cada componente. Considerar: cultivos, criações, atividades de auto consumo, rios, córregos, fontes, áreas de preservação permanente e reserva legal, estradas, construções, etc.

Imagem 33: O croqui da situação desejada

Para esta tarefa o (a) agente deve inicialmente perguntar sobre quais as mudanças que a família deseja realizar.

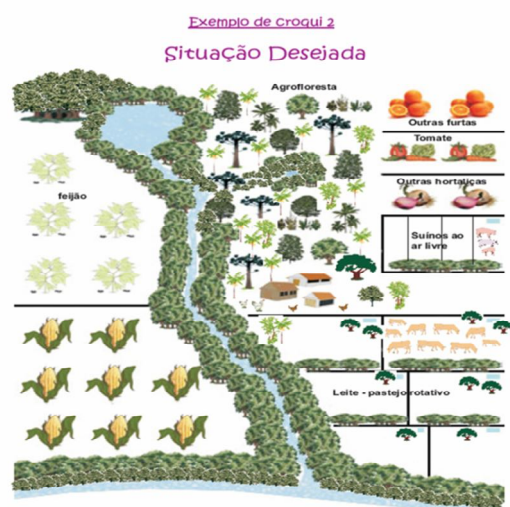
Analisar junto com a família quais são as mudanças necessárias para tornar o sistema mais sustentável.

Após, deve questionar e sugerir, mas nunca impor condições. Cada nova idéia ou possibilidade somente fará parte do novo desenho se a família assim decidir.

Aqui vale também sugerir trocas de experiência com outras iniciativas em torno de questões específicas, como por exemplo: agroflorestas para as áreas de preservação permanente ou reserva legal, sistemas de partejo rotativo, ou outras.

A Dinâmica funcional do sistema:

Este exercício é importante para entender e planejar a funcionalidade do agroecossistema. É importante observar se é um sistema linear, altamente dependente de insumos externos e produtor de matéria prima (elo da indústria) ou se é um sistema complexo, diversificado e pouco dependente de insumos externos.



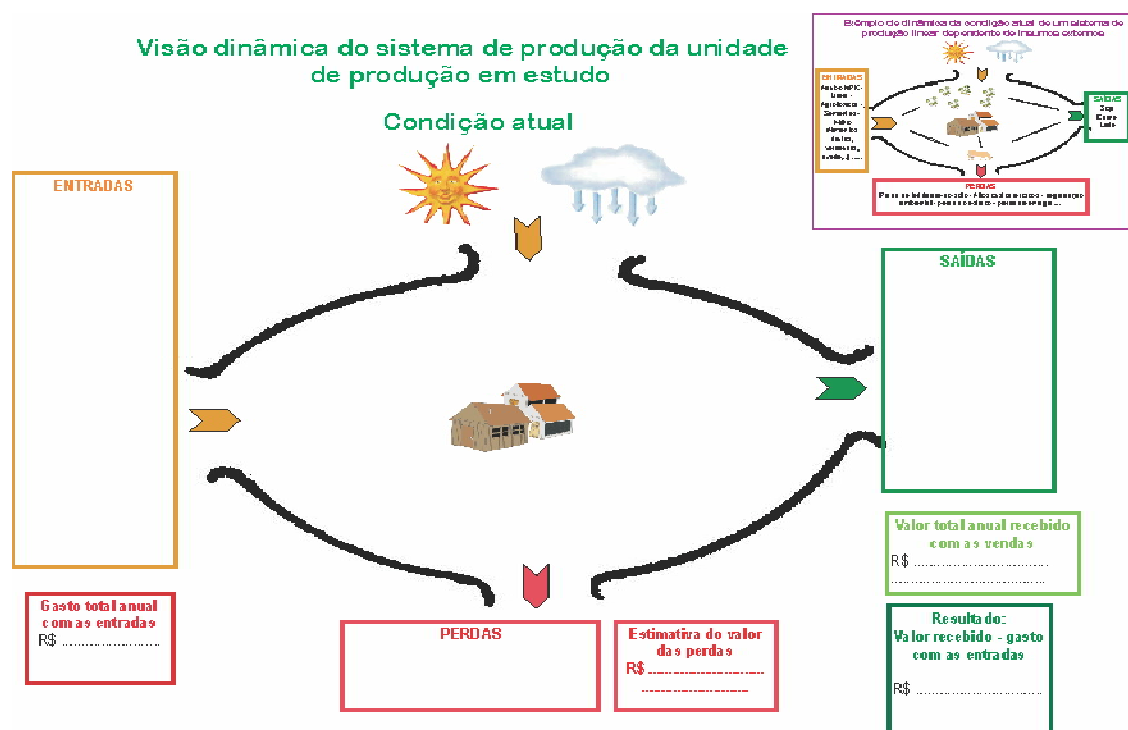
Devem-se anotar as quantidades anuais de todas as variáveis passíveis de quantificação.

Considerar:

- As entradas de insumos para a produção e subsistência da família, energia, sementes, adubos, remédios, etc.;
- As entradas naturais como a água (principalmente chuva) e energia solar;
- As perdas – solos, nutrientes, biodiversidade, energia, etc.
- As saídas de produção gerada no sistema.

Tanto as entradas, as perdas e saídas podem ser quantificadas monetariamente. Mesmo que seja de forma estimativa servem para avaliar a viabilidade do sistema e ajudar na gestão.

Imagem 34: A dinâmica funcional do sistema ATUAL



A dinâmica funcional do sistema DESEJADA

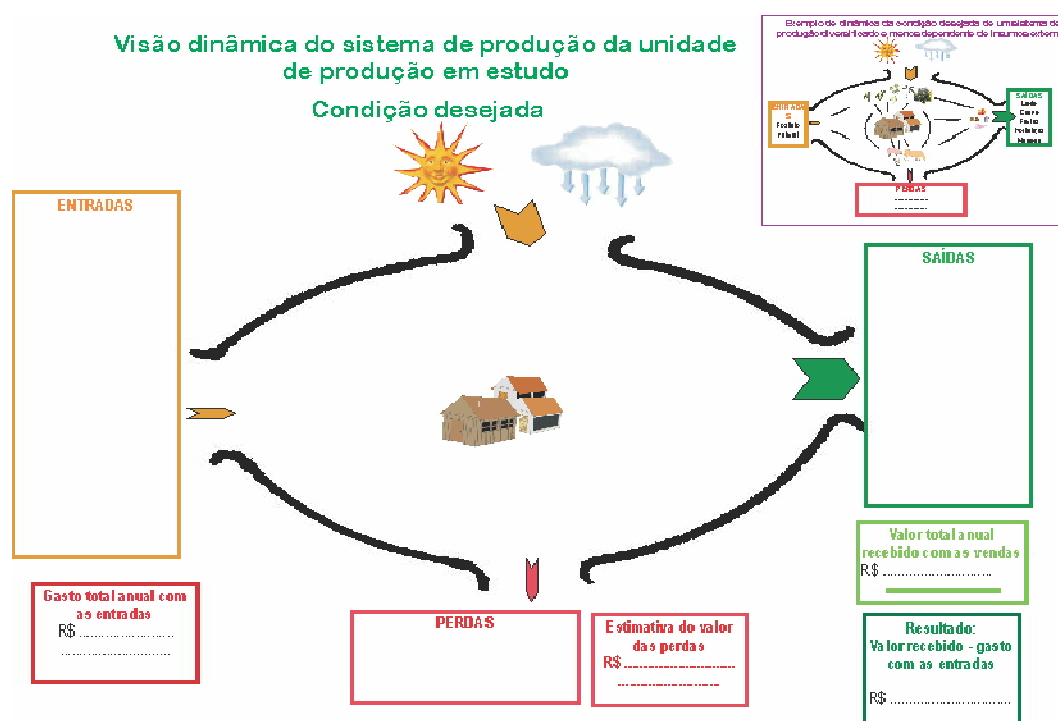
Assim como no croqui, aqui o (a) Agente de ATER sempre deve iniciar perguntando quais são as mudanças que a família pretende fazer e juntamente com

a família analisar quais são as mudanças necessárias para melhorar a sustentabilidade do sistema. Considerar a aumento da segurança, estabilidade, resiliência, diminuição dos custos e melhoria dos resultados.

De forma ampla, os principais desafios são:

- Diminuir as entradas de insumos externos;
- Potencializar as entradas de água e energias naturais;
- Acabar ou minimizar as perdas;
- Ampliar ou qualificar as saídas;

Imagem 35: A dinâmica funcional do sistema DESEJADA



O planejamento operacional do Sistema Familiar:

O desenho e a dinâmica do sistema de produção já traduzem as principais mudanças que precisam ser agora planejadas na busca da realidade desejada pela família.

Mas há dimensões importantes nos sistemas de produção e na vida da família que talvez não apareçam fisicamente no desenho, mas que também necessitam de planejamento.

O esquema abaixo traduz os principais “pilares” ou dimensões a serem considerados na construção do desenvolvimento sustentável. Essas dimensões valem para o desenvolvimento no planeta terra, nos países, regiões, territórios, municípios, comunidades e também nas unidades familiares de produção.

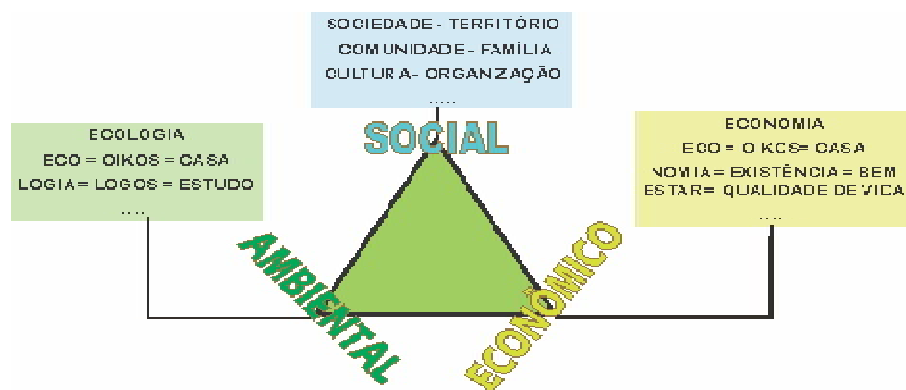
A dimensão social relaciona-se especialmente com aspectos como sociedade, movimentos e organizações de representação social, comunidade, família, geração, gênero, educação e cultura, lazer, e outros.

A dimensão econômica visa a garantia da qualidade de vida e reprodução futura do sistema de produção.

A dimensão ambiental é a garantia da conservação e continuidade da fertilidade e funcionalidade do sistema e relaciona-se também conservação das águas, solos, clima, etc.

Os aspectos levantados nas tabelas do planejamento operacional, conforme exemplos abaixo devem contemplar os objetivos e prioridades do projeto e/ou das organizações envolvidas, mas devem ser ajustados com a realidade local.

Imagem 36: Dimensões a considerar no diagnóstico e planejamento



O planejamento operacional pode ser feito aos poucos, de acordo com as prioridades e/ou necessidades. Não dá para fazer tudo no início das atividades, por que as mudanças vão sempre acontecer. É melhor fazer uma vez só e mais próximo da realidade do que ter que ficar mudando o planejamento para cada mudança que for acontecendo.

Tabela 18: Planejamento operacional dimensão econômica

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL		CONDIÇÃO DESEJADA	
ECONÔMICA <u>Dinâmica e organização do sistema</u> • Entradas - saídas - perdas • Resultado • Resistência - resiliência • Segurança - autonomia <u>Principais fontes de renda</u> Renda mensal - Leite - Outros ... Rendas sazonais - milho - feijão - soja - mandioca - frutas ... Renda longo prazo - madeira - agrofloresta - sistema silvo pastoril - Auto consumo • Horta - pomar • Pequenas criações galinhas, suínos, etc • Pequenos cultivos mandioca, batata, etc. • Agrofloresta • Sementes • Outras <u>Comercialização</u> • PAA - PNAE - alim. escolar • Feiras • Outros ...				
	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS	QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente

Tabela 19: Planejamento operacional dimensão social

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL		CONDIÇÃO DESEJADA	
SOCIAL <u>Gênero</u> • Espaço e papel • Organização <u>Geração</u> • Espaço, oportunidades para os jovens <u>Organização</u> • Comunidade • Grupos • Núcleo Regional de Agroecologia • Cooperativas • Movimentos Sociais <u>Qualidade de vida</u> educação - saúde - lazer ; • Organização, embelezamento da unidade familiar - etc...				
	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS	QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente

Tabela 20: Planejamento operacional dimensão ambiental

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL		CONDIÇÃO DESEJADA	
AMBIENTAL Base tecnológica • Fertilidade e funcionalidade do sistema Solos • Adubação verde • Cobertura do solo • Controle da erosão • Biodiversidade Água • Proteção de fontes, • controle de efluentes/ dejetos • Outros Adequação ambiental legal • Áreas de preservação permanente • Área de reserva legal Saneamento • Esgoto doméstico • Dejetos animais				
	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS	QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente

Podem-se criar planilhas específicas para atividades estrategicamente centrais, como no caso abaixo, exercido nos assentamentos no município de Rio Bonito do Iguaçu, Laranjeiras do Sul e agora também será aplicada em Quedas do Iguaçu, pois a produção de leite é uma das principais atividades naquela região e está em construção uma agroindústria para processamento e comercialização de 20.000 litros/dia de leite agroecológico. Para tanto está sendo necessário acelerar e qualificar a transição agroecológica de leite.

Tabela 21: Planejamento operacional transição agroecológica da produção de leite

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL		CONDIÇÃO DESEJADA	
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA PRODUÇÃO DE LEITE <u>Animais/ plantel</u> • Quantidade de vacas • Qualidade das vacas • Reposição animais • Outros <u>Alimentação</u> • Pasto - qualidade e manejo • Pasto para inverno • Alimentação complementar • Suplementos • Outros <u>Manejo</u> • Parasitas • Doenças • Água • Outros <u>Outros</u>				
	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS	QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente

Sempre definir prioridades para não se perder em meio a muitas ações. É importante ficarem bem definidas e encaminhadas as responsabilidades e tarefas dos agentes de ATER.

O exemplo da tabela anterior se refere apenas a um dos pilares ou dimensões, sendo o econômico, por ter efeito ilustrativo, mas para cada dimensão é necessária uma tabela específica para as dimensões sócio políticas e culturais, e para as dimensões ambientais.

Segue abaixo uma descrição dos principais momentos na construção dos *planos grupais e comunitários*.

5.5.2 Planos grupais ou/e comunitários: a construção coletiva

A condição do ser humano como um ser social e territorial, pode ser mais claramente evidenciada através da existência tribal vivenciada por aproximadamente quatrocentos mil anos pela espécie humana. Hoje essa condição assume novas conformações tanto no que se refere à condição de ser social, como em relação à

compreensão e percepção do território. Mas no campo, a existência e organização comunitária, ou seja, no local onde as pessoas trabalham e vivem, ainda é uma referência tanto social como territorial. A condição social das famílias agricultoras se exerceu, historicamente, na comunidade, sendo este o primeiro grupo social, depois da família. A identidade das pessoas se formava nas relações comunitárias. Os centros comunitários, as igrejas e escolas eram os pontos de encontro, lazer e organização.

O esvaziamento das comunidades com o êxodo rural e a individualização das pessoas proporcionada pelo modelo capitalista neoliberal consumista, minimizou e em alguns lugares acabou com a vida comunitária e levou as famílias ao isolamento.

O acesso dos agricultores familiares à moderna e crescente dinâmica do conhecimento requer que estes se organizem em grupos articulados entre si e também com agentes relevantes de outros segmentos sociais, de modo a se evitar o isolamento, promovendo assim um processo contínuo de aprendizado inclusive para os não-agricultores. Estabelece-se assim um processo de mão dupla, de modo a superar os limites do conhecimento entre diferentes culturas e classes sociais.

Estudar a vida comunitária é importante para compreender a trajetória, o contexto e as possibilidades locais. Conforme Costabeber e Caporal o estudo comunitário envolve várias dimensões.

“Ao analisar a comunidade rural como sistema, ou seja, como conjunto que reage como um todo e não enquanto partes, podemos compreender melhor os fatores da sua estruturação ou desagregação por meio da sua história e das complexas relações existentes entre organização social, meio-ambiente, economia, política, cultura e ética, seis dimensões da sustentabilidade (Costabeber e Caporal, 2003)”.

O contato inicial com as comunidades acontece geralmente com a visita às lideranças locais (dirigentes de Igreja, time de futebol, escola, associação de agricultores ou clube de mães), preferencialmente em companhia dos dirigentes das entidades da agricultura familiar do município. A visita tem a duração, em média, de duas horas e serve para conhecer melhor a realidade daquela comunidade a partir de uma visão local. Além disso, esse momento serve para esclarecer e motivar as lideranças sobre os objetivos do planejamento da comunidade ou “grupo –

comunitário”³⁵. Neste primeiro encontro é definindo uma estratégia de mobilização para a realização de uma reunião ampliada daquela comunidade.

Em algumas vezes pode ser mais proveitoso iniciar o processo conversando com um morador antigo da comunidade, principalmente pelo respeito que a comunidade tem com estes. É muito importante antes de chegar à comunidade, conhecê-la bem, saber quem são as lideranças de fato e os dirigentes de direito, as famílias mais antigas e os problemas internos, como intrigas e outras questões locais. A demonstração de respeito pela comunidade é fundamental. Quanto mais esta se sentir valorizada e respeitada, maior será a possibilidade de construção.

Restabelecer a vida comunitária significa recompor a existência social, retomar a construção e defesa do território e das necessidades coletivas, e, aumentar a felicidade das pessoas.

Inicialmente chama-se de ações para plano comunitário, pois um planejamento estratégico requer mais empenho e tempo. A proposta é iniciar com algumas urgências e prioridades e ao passar dos tempos ampliar e qualificar o planejamento da referida comunidade. A metodologia consiste na realização de um ou mais encontros nas comunidades ou grupos envolvidos, e propõe o resgate da história, análise crítica da realidade, projeção de futuro desejada e planejamento operacional.

Esse trabalho visa resultar em atividades conjuntas e despertar o protagonismo e melhoria da autoestima coletiva. Também contribui com a organização local e cria condições para articulações com as organizações existentes. É também nesse espaço coletivo onde normalmente são discutidas e pautadas as políticas públicas e as ações propostas nos projetos.

Esse planejamento comunitário se realizado depois dos planos familiares, pode iniciar a partir da sistematização de aspectos e demandas comuns detectadas nestes. Se realizado antes dos planos familiares, contribui facilita o trabalho posterior

³⁵ Caracterizamos como “grupo – comunitário”, todo o grupo de pessoas rurais que se articula para resolver questões específicas. Não necessariamente precisa residir numa mesma comunidade, mas tem relação comunitária. Os grupos mais percebidos nas experiências analisadas foram; grupo dos (as) feirantes, grupos de mulheres, grupo de jovens, grupo das sementes, grupo do leite, grupo das plantas medicinais, entre outros. Enquanto o grupo é mais ágil no encaminhamento de questões específicas de interesse mais focado em poucas famílias(3 a 5 famílias), a comunidade , considerando as definições acima de Costabeber, é o espaço para construção e encaminhamentos mais gerais, como acesso as políticas públicas de educação rural, estradas rurais, saúde, etc.

junto às Unidades de vida e Produção Familiar, que devem considerar as propostas conjuntas construídas.

A metodologia consiste na realização de um ou mais encontros nas comunidades ou grupos envolvidos, e propõe o resgate da história, sua análise crítica e a realização de exercício propositivo. Geralmente são usadas técnicas participativas para obter conhecimentos, como o Diagrama de Venn, Diagrama de Fluxo, Linha do Tempo, Travessia e Montagem de Mapa da comunidade. Todo o trabalho, especialmente o resultado do diagnóstico, é registrado em livro de ata da comunidade, com a assinatura de todos os participantes nas reuniões.

Essa proposta metodológica resulta da interação das metodologias do PEP - planejamento estratégico participativo e DRP - diagnóstico rural rápido participativo reforçadas com importantes dimensões da educação popular.

Nessa intervenção inicial pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

a) Contemplar minimamente a dimensão da formAÇÃO para qualificar inicialmente o processo de análise e planejamento, bem como contribuir na construção do senso crítico e ampliação da visão de mundo de cada pessoa envolvida. Isso é importante, porque depois de muitos anos de dominação das mentes e enquadramento dentro do atual projeto e sua lógica, simplesmente convocar o povo pode não significar muita mudança.

b) Potencializar a organizAÇÃO das pessoas no local onde elas vivem. A formação qualifica o protagonismo e a organização amplia a força da ação, tanto para dentro da comunidade ou grupo, como para fora. Essa organização das famílias nas comunidades fortalece qualquer organização representativa e movimento do qual, as mesmas são a base.

c) Incentivar a multiplicAÇÃO, porque as mudanças necessárias ultrapassam o limite das famílias e das comunidades. A multiplicação dá força à luta local ou regional, cria e fortalece o movimento maior que se articula na busca dos mesmos objetivos.

Qualquer AÇÃO, seja como essa da construção e execução de um plano, seja em torno de questões ainda mais específicas, pode tornar-se transformadora se incorporar as dimensões: formAÇÃO - organizAÇÃO - multiplicAÇÃO.

Assim tem-se o resultado do projeto imediato, que no caso são propostas de desenvolvimento comunitário sustentável, mas tem-se o resultado decorrente do processo, que é o desenvolvimento da capacidade e organização social.

Dinâmicas aplicadas na construção dos planos comunitários

A mobilização inicial anterior é muito importante, destacando-se os momentos com as organizações nas comunidades. Visitar e envolver as lideranças da comunidade. Também o convite é um instrumento importante, este deve ser realizado através de contato direto, com os objetivos e pautas bem claras.

a) Preparação do ambiente

Conforme orientação descrita, no item 5.4.

b) Socialização e animação o encontro; envolvendo as pessoas

- Descentralizar as atividades e ampliar o envolvimento e comprometimento das pessoas com as atividades, no caso, com o encontro da comunidade ou grupo, por exemplo;
- Sugerir que as pessoas tragam fotos ou outros objetos que marcaram época - ou momentos importantes da sua história ou da história da comunidade;
- Distribuir tarefas já na preparação da reunião, como: a ornamentação do ambiente, chimarrão, bolacha, pinhão, batata doce assada, etc.
- Estimular a participação do poder público e dirigente das organizações da Agricultura familiar do município para que acompanhem estes momentos na comunidade.

c) Preparação do material e instrumentos

- Papel (papelógrafo), pincéis atômicos, tarjetas, fita crepe, e outros.
- A linha da história pode ser feita em quadro grande quando houver, ou em papelógrafo colado em uma parede ou colocado no chão. Ali serão descritas ou coladas às tarjetas com datas, os momentos e condições que vão sendo levantadas pelas famílias.
- Levar os roteiros operacionais para serem preenchidos.

d) Iniciando a reunião da comunidade ou grupo - comunitário

- A reunião deve começar e terminar na hora prevista e sobre os horários é bom que os mesmos sejam acordados com as famílias participantes no início da atividade;
- Iniciar com o contexto e situar o projeto, proposta ou programa (conversar sobre a proposta, como surgiu quem está envolvido, como será executado, etc.);
- Apresentar sucintamente a proposta metodológica, ou seja: caminhos, técnicas e processos para se atingir o objetivo do projeto ou programa;
- Fazer uma rodada de apresentação ou usar alguma dinâmica de apresentação;
- Conversar sobre a vontade e disponibilidade das pessoas em assumirem um processo deste;
- Estabelecer uma agenda cronograma para a execução da proposta.

A linha do tempo da comunidade ou grupo – comunitário

A linha do tempo do grupo ou comunidade tem a finalidade de fazer o resgate da história sob a visão das famílias que ali residem. Para fazer este exercício do resgate da história, sugerir que as pessoas tragam fotos ou outros objetos que marcaram época - ou momentos importantes da sua história ou da história da comunidade, etc.

Estimular que as pessoas mais experientes e que vivenciaram momentos importantes repassem para os demais. Isso proporciona autoestima para quem viveu e conhecimento para os mais novos.

Além do resgate é importante este momento para o entendimento da história. Portanto o Agente Local de ATER com a participação de dirigentes, pessoas da comunidade ou grupo - comunitário com alguma análise crítica ao construir o tempo da comunidade aproveitem para debater os momentos da história fora daquela comunidade. Esse é também um momento de informação e formação.

Análise da situação da comunidade ou grupo – comunitário

Apresentar elementos que suscitem análise crítica e propositiva dos efeitos da história sobre os sistemas de produção da agricultura familiar e aprofundar o debate e o entendimento sobre as mudanças que ocorreram nos sistemas de produção a partir das várias dimensões levantadas pela própria comunidade.

Aqui é importante provocar o debate sobre a história da Revolução Verde e seus efeitos sobre o modelo de desenvolvimento atual e sua relação com a vida local. As famílias têm demonstrado muita lucidez sobre as mudanças que ocorreram nos seus sistemas familiares, na comunidade e no município. Os (as) Agentes de ATER que prepararam-se para o debate conseguiram produzir resgates muito verdadeiros sobre a trajetória não apenas do local.

Planejamento do futuro desejado do grupo ou comunidade

O desenho do futuro desejado é o momento de olhar para um novo lugar, se enxergar nele e a partir dessa nova visão, apontar rumos para o desenvolvimento das famílias e da comunidade nas diversas dimensões diagnosticadas, ou seja: ambiental, econômica, social e institucional.

A visão do lugar desejado da comunidade ou grupo - comunitário sugere identificar eixos estratégicos e construir propostas e ações a serem desenvolvidas com o propósito de sair da realidade atual para um determinado futuro.

Planejamento operacional

Este é o momento de visualizar a mudança desejada e construir propostas, colocando-as em ordem de prioridade, definindo responsabilidades encaminhando-as para as competências devidas que poderão ser as entidades da agricultura familiar do município, o poder público ou mesmo a própria comunidade.

Na definição de responsabilidades sugere-se uma coluna onde será anotada a contribuição e compromisso dos trabalhos de “ATER” e mais especificamente do Agente Local. Esse compromisso deve ser discutido e acordado entre as partes.

As planilhas de planejamento operacional apresentadas a seguir sugerem diversos aspectos junto às dimensões que podem e devem ser ajustadas aos contextos e realidades locais:

Tabela 22: Planilhas de planejamento operacional junto aos planos grupais ou comunitários:

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL		CONDIÇÃO DESEJADA
SOCIAL <u>Gênero</u> • Organização • Capacitação • Espaço e papel <u>Geração</u> • Capacitação • Espaço, oportunidades para os jovens <u>Organização - condição - funcionamento</u> • Comunidade • Grupos • outras <u>Qualidade de vida e políticas públicas</u> educação - saúde - lazer ; • Organização, embelezamento da unidade familiar - etc...			
	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS-QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL	CONDIÇÃO DESEJADA	
AMBIENTAL <u>Solos</u> <ul style="list-style-type: none"> • Adubação verde • Cobertura do solo • Controle da erosão • Biodiversidade <u>Água</u> <ul style="list-style-type: none"> • Proteção de fontes, • controle de efluentes/ dejetos • Outros <u>Adequação ambiental legal</u> <ul style="list-style-type: none"> • Áreas de preservação permanente <u>Saneamento</u> <ul style="list-style-type: none"> • Esgoto doméstico 			
	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS-QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL	CONDIÇÃO DESEJADA	
ECONÔMICA <u>Ações conjuntas</u> <ul style="list-style-type: none"> • Principais fontes de renda • Leite • Auto consumo • Outras <u>Processamento</u> <u>Comercialização</u> <ul style="list-style-type: none"> • PAA • PNAE - alim. escolar • Feiras • Outros ... <u>Infraestrutura</u>			
	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS-QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente

OUTROS	O QUE FAZER	COMO, QUANTO, METAS- QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente

Gestão, avaliação e re-planejamento das ações

Devem ocorrer na seqüência novos momentos de continuidade do resgate, planejamento e monitoramento dos encaminhamentos de avaliação e re-planejamento. A experiência mostra de que uma reunião a cada três meses é suficiente para manter o processo animado na comunidade. No entanto o agente Local deverá acompanhar os encaminhamentos conforme definição sobre seu papel acordado coletivamente e estar presente na comunidade no máximo uma vez por mês.

Comissões comunitárias de encaminhamento das ações aprovadas

A partir do debate e definição das prioridades do Plano de Desenvolvimento comunitário, tem sido muito importante a eleição de comissões locais com a missão de levar as demandas construídas até o poder público, às entidades municipais e outras instituições.

A definição de comissões da comunidade para acompanhar as ações encaminhadas é fundamental, além de descentralizar o processo, promove um empoderamento local e um compromisso das pessoas que ali vivem com sua própria realidade. É diferente quando a própria comunidade ou representante dela vai negociar um ponto de ônibus, a instalação de um posto de saúde ou uma ação qualquer junto ao poder público. O peso é muito maior. O respeito e o tratamento das autoridades constituídas é outro. Tem muito mais peso do que um Agente de

ATER o comunicado do poder público sobre uma determinada demanda. O crédito que a comunidade atribui é muito maior a quem vive ali.

Em algumas experiências, as comunidades têm organizado sua representação por comissões-setoriais (infra-estrutura, educação, saúde, etc.) de modo a ampliar as oportunidades de participação e de exercitar a representação. Os encaminhamentos das demandas e reivindicações, assim como das respostas obtidas, devem ser relatados à comunidade e registrado no livro ata da comunidade. Isso no futuro tem um poder muito grande perante qualquer debate que venham ser feitas sobre campanhas políticas, eleições de dirigentes, etc.

5.5.3 Planos municipais de ATER Agroecológica

No projeto/processo de ATER das Entidades do Sudoeste do Paraná propôs-se a construção de 04 Planos Municipais de ATER, como experiência piloto. Esta proposta não será aprofundada nesta sistematização, pois é objeto de outro estudo em andamento.

Mas vale salientar, que no contexto vivido pela agricultura familiar/camponesa por sua complexidade é necessária uma análise, elaboração e atuação conjunta. Também não se justifica atuações paralelas e muitas vezes até concorrentes e até mesmo contraditórias. Somar forças é acima de tudo uma estratégia que possibilita ampliar e multiplicar os resultados. Deve-se buscar no mínimo atuações complementares, mas, sobretudo ações conjuntas e para isso são necessários análises e estudos conjuntos, planejamento coletivo e estratégias partilhadas.

O maior objetivo dos Planos Municipais de ATER é o *Desenvolvimento Local e Sustentável* com a dimensão geral do município como um todo e não apenas o Rural.

A Política Nacional de ATER – PNATER consolidada a partir de 2003 definiu como uma das estratégias a descentralização de suas ações junto aos estados e municípios, atendendo a esse encaminhamento deliberado pelos seminários e conferências que deram base e sustentação a essa política. Portanto a construção de Planos Municipais de ATER é uma extensão da Política Nacional e faz parte da estratégia da PNATER:

“Na esfera dos estados e municípios a implementação da Política Nacional de ATER e de futuros programas nacionais de ATER deverá buscar articulação com as orientações dos conselhos de desenvolvimento rural do estado e /ou município e suas câmaras técnicas de ATER que devem ser preferencialmente deliberativos e paritários contando estes com a participação de setores estatais, de representação de agricultores e da sociedade civil organizada (Caderno PNATER, 2004. p. 17)”

“Nos municípios a gestão será compartilhada por meio de Conselhos Municipais ou Câmaras Técnicas Municipais de ATER, dos conselhos que terão entre outras as seguintes atribuições: coordenar a elaboração analisar e aprovar o Plano Municipal de ATER (Caderno PNATER, 2004. p. 17 e 18)”.

Portanto, como define o PNATER, os municípios se constituem numa das instâncias federativas prescritas em lei para desenvolver esta política pública, orientando a construção participativa entre sociedade civil e estado para a realização dos Planos Municipais de ATER.

Considerando a importância e a necessidade de fortalecer a estratégia da descentralização dessa política pública, nas experiências realizadas buscou-se orientar as ações através dos mesmos princípios definidos pela Política Nacional de ATER (cadernos da PNATER, 2004), ou seja;

- a) Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, camponeses e outros públicos definidos como beneficiários.
- b) Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno.
- c) Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.
- d) Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades.
- e) Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista.

O estímulo que a Legislação dá à construção de planos participativos de ATER em nível de municípios é muito importante, no entanto as experiências construídas não resultam por conta apenas desse amparo legal, mas de um processo de amadurecimento das entidades locais ligadas a agricultura familiar/camponesa. Trata-se de perceber a importância de aglutinar forças entre as instituições oficiais e organizações da sociedade civil que tem objetivos afins,

experiência acumulada, um mesmo espaço de atuação, um mesmo segmento e com recursos públicos, para realizar suas ações de forma conjunta ou pelo menos comum.

Dentre as principais vantagens obtidas junto às experiências realizadas é possível destacar de que a construção de Planos Municipais de ATER possibilita: otimizar os recursos públicos de ATER, de forma que estes possam beneficiar um maior número de famílias e com ações de melhor qualidade; melhorar as relações entre as entidades governamentais e não governamentais locais que desenvolvem ATER e outras políticas públicas com a agricultura familiar e camponesa; qualificar as propostas de crédito nos financiamentos de custeio e investimentos das famílias rurais; contribuir para o fortalecimento de todas as formas de organização que atuam no campo; potencializar processos de transição agroecológica e ações que preservem os recursos naturais no âmbito territorial; entre outras.

Dentre as dificuldades evidenciadas está a cultura institucional da segmentação e da busca de propostas próprias de atuação, condição que se torna ainda mais complexa diante da multiplicidade de organizações com influência direta e quase diária sobre o campo, e algumas delas com propostas alinhadas com os interesses da própria organização, e não de desenvolvimento e sustentabilidade do campo, como é o caso das grandes corporações e lojas agropecuárias vendedoras de adubos, sementes, agrotóxicos e outros insumos.

Portanto é necessário o desenvolvimento de estratégias, metodologias e instrumentos capazes de influir nesse contexto.

5.5.4 Outros materiais de apoio

Em todas as iniciativas, além da capacitação das iniciativas de formação dos (as) agentes técnicos (as), disponibilizou-se materiais técnicos específicos e em outros elaborou-se alguns materiais específicos adequados às principais estratégias em construção.

Destaca-se o caso da transição agroecológica na produção de leite na região Centro Oeste do Paraná, onde se iniciou um processo coletivo de sistematização.

Imagem 37: Cartilha de apoio para transição agroecológica na produção de leite



Este caderno pretende auxiliar nesse desafio. Foi construído a várias mãos e submetido a várias discussões, sendo ajustado à realidade e condições locais. O trabalho foi coordenado pelo Ceagro e contou com a experiência de agricultores dos assentamentos, técnicos da equipe do Ceagro e pesquisadores e alunos bolsistas ligados ao Programa PET da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS e foi financiada pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). E, contou ainda com a colaboração de profissionais de outras instituições com experiência na área.

A proposta é que esta elaboração se torne um processo contínuo, de novas edições revisadas a cada momento que essa construção coletiva do conhecimento acumular novas informações tanto resultantes das pesquisas em andamento, como da sistematização das práticas efetivas junto aos sistemas familiares de produção.

Em outras iniciativas vários outros materiais de apoio específico foram elaborados.

Imagem 38: Outros materiais de apoio construídos



5.6 A AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROJETOS/PROCESSOS E DA PROPOSTA METODOLÓGICA

A proposta metodológica foi exercida na sua totalidade ou com adaptações em 12 projetos e processos diferentes, envolvendo até o momento em torno de 15.000 famílias de agricultores nos três estados do Sul do Brasil, principalmente no Paraná. Para os fins desta pesquisa-ação adotou-se 4 desses projetos/processos, sendo:

- Projeto de Ater Cooperativada das Entidades do Sudoeste
- Projeto de ATER da Unicafe/Agência

- Projeto de ATER em Rede no Vale do Ribeira
- Chamada ATER INCRA – CEAGRO

5.6.1 Projeto Rede de ATER Cooperativada - Sudoeste do Paraná

Contexto e Aspectos Gerais do Projeto

A Região Sudoeste do Paraná tem um importante histórico organizacional popular no campo, resultado de um trabalho de pastoral social e educação popular. Dessa trajetória surgiram muitas organizações junto à agricultura familiar, destacando-se as cooperativas da agricultura familiar e economia solidária que são hoje mais de 70 organizações de diversos tipos envolvendo os ramos do crédito, produção de leite, comercialização e de na área. Este conjunto de cooperativas criou a UNICAFES (União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária), na qual os se articulam os vários ramos organizados através de centrais.

Essas várias organizações da Região Sudoeste construíram coletivamente um projeto de Ater a ser executado pelas Cooperativas de Ater da Região tendo como foco a transição agroecológica em Comunidades Rurais e suas Unidades de Produção e Vida Familiar (UPVF). As entidades proponentes foram: CRESOL BASER (Cooperativa de Crédito Rural com Interação solidária); CRESOL BASE SUDOESTE (Cooperativa de Crédito Rural com Interação solidária); CRESOL BASE FRONTEIRA (Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária); SISCLAF (Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar com Interação Solidária); COOPAFI (Sistema de Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar) COOPERIGUAÇU (Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços) e, STRs (Sindicatos de Trabalhadores Rurais).



Imagem 39: Organograma das entidades da Rede de ATER do Sudoeste do Paraná

Politicamente a gestão dessas equipes é orientada a nível regional pelo Conselho Gestor de ATER formado por representantes de entidades regionais. Ao nível micro-regional as equipes subordinam-se politicamente aos respectivos fóruns de entidades locais da agricultura familiar. São estes fóruns os que definem, por exemplo, as comunidades rurais prioritárias bem como a escolha dos agentes de ATER. Estes agentes possuem formação em agroecologia, geralmente no nível de pós-médio. Muitos destes são agricultores ou filhos de agricultores familiares e não atuam com exclusividade como agentes de ATER, muitos continuam a trabalhar nas propriedades de suas famílias. Assim são valorizados os recursos humanos locais sem criar maior dependência econômica destes para com o projeto de ATER em execução, cujas fontes de financiamento são instáveis e os montantes de recursos são variáveis.

Esse projeto assumiu dois grandes desafios gerais: potencializar e qualificar os acúmulos metodológicos para além das experiências/ iniciativas localizadas e contribuir na construção de uma nova proposta para o campo. Os objetivos mais específicos foram: socializar a política nacional de ater; fortalecer e integrar as entidades da agricultura familiar; constituir uma rede de ATER do sudoeste do PR; e, construir uma proposta de ATER que focada na inclusão social e

orientada pelos princípios da agroecologia.

Sobre as metas e os resultados gerais

As linhas de ação propostas foram: estimular as famílias a se associarem nas entidades da agricultura familiar; orientar a produção para o autoconsumo familiar; racionalizar e reduzir os custos da unidade familiar; desenvolver novas alternativas de renda; e, melhorar a qualidade de vida das famílias.

Operacionalmente formou-se uma equipe de Ater em cada micro-região, sendo: Fronteira; Marrecas; Pinhais e Vale do Iguaçu. Nas micro-regiões o trabalho foi coordenado pelos fóruns locais de entidades da agricultura familiar e em nível de grande região criou-se um Conselho Gestor de Ater formado por representantes de entidades regionais. Durante o andamento do trabalho realizaram-se vários encontros de formação especialmente envolvendo as metodologias participativas e agroecologia, avaliação e reorganização do trabalho, pois se assumiu o desafio de reconstrução coletiva da metodologia.

Metas do projeto/processo:

- Meta 1 - Elaboração e execução (parcial) de 100 (cem) Planos de Desenvolvimento comunitários ou grupais;
- Meta 2 - Elaboração e execução (parcial) de Planos de Transição ecológica em 1500 (um mil e quinhentas) Unidades de Produção Familiares;
- Meta 3 - Construção de planos de ATER municipais em 4 municípios;
- Meta 4 – Monitoramento e sistematização da experiência;
- Meta 5 - Capacitação dos profissionais de ATER.

O quadro a seguir apresenta as metas e os resultados de execução resultantes até o momento da presente avaliação:

Tabela 23: Situação das Atividades Previstas no Projeto. (10.10.2008):

ATIVIDADES (instrumento de verificação)	Previsto / Realiza- do	FORUM MARRECAS		FORUM FRONTEIRA		FORUM PINHAIS		FORUM VALE DO IGUAÇU	
		Planeja- do	Execu- -tado	Planeja- do	Execu- -tado	Planeja- do	Execu- -tado	Planeja- do	Execu- -tado
Lista de presença Grupo/Comu- nidade.	600 / 604	144	159	192	185	144	160	120	100

Laudos de Visitas (família)	10.500 / 10.491	2.520	2.579	3.360	3.209	2.520	2.470	2.100	2.233
Listas Presen. Plan. Munic.	16 / 17	04	04	04	04	04	04	04	05
Produtos									
Planos Comunitários	100 / 87	24	23	32	20	24	22	20	22
Planos Familiares	1500 / 1240	360	358	480	234	360	346	300	302
Planos Municipais	04 / 04	01	01	01	01	01	01	01	01

Este é a experiência onde se realizou o principal exercício de construção coletiva do conhecimento na elaboração da proposta metodológica e no ajuste dos instrumentos utilizados. Ao longo do projeto realizaram-se diversos encontros com os agentes e coordenadores do processo. Em cada encontro era realizada uma troca de experiências, seguida de avaliação dos avanços e identificadas as dificuldades e, construídas propostas de ajustes para a continuidade e de qualificação da metodologia.

O projeto em análise insere-se no processo maior de organização da produção da agricultura familiar e da economia solidária. Em particular da formação de um sistema de ATER no qual se destaca a constituição de cooperativas de trabalho de agentes de extensão rural denominado de Sis-Cooperater. Como instrumentos desta ATER voltada para o desenvolvimento local, destacamos a formalização de Planos Municipais de ATER; Planos Comunitários e Planos Familiares bem como as instâncias de gestão social representada por conselhos e comitês existentes a nível municipal ou territorial.

O monitoramento realizado destaca a importância da organização em grupos a articulação entre as famílias e também com agentes relevantes de outros segmentos sociais, que tem diminuído o isolamento, promovendo assim um processo contínuo de aprendizado. Desta forma estabelece-se um processo de mão dupla, de modo a superar os limites do conhecimento entre diferentes culturas e disciplinas.

Nesse sentido, a prática do agente de ATER ganhou inserção junto aos grupos de famílias por ele acompanhados, na medida em que foi capaz de identificar e animar processos que estimulem capacidade de iniciativa, o fortalecimento da

organização, a criatividade e a inovação que resultaram, por meio de uma adequada mediação, em crescente ganho de confiança e de integração social do grupo.

Segue um exemplo transcrito do relatório de avaliação (Bracagiolli e Lannoy, 2010, p. 21-22), para ilustrar:

BOX 1

ACAMPAMENTO CAMARGO.

Em área ainda em litígio, 47 famílias acampadas formam uma comunidade rural que aguarda uma definição legal e a demarcação definitiva dos seus lotes pelo INCRA. Estão distantes 22 km da sede do município e não possuem luz elétrica. Uns grupos de 8 famílias decididas a orientar a produção para a agroecologia, com o apoio regular do agente de ATER, realizam diversas atividades: produção de sementes, adubos verdes, fruticultura, etc. Entre tantas iniciativas realizadas pelo grupo, destacamos pela sua singularidade a experiência: produção de refrigerantes de laranjas para venda em festas.

“Com a realização da Romaria da Terra, os organizadores queriam ter uma proposta diferente de bebida, com isso o grupo assumiu fazer o refrigerante de laranja. Fizeram 3000 litros. O grupo comprou os litros descartáveis e o açúcar e nos finais de semana, em seis dias ao todo, trabalharam inclusive crianças e adultos: fervendo a água, fazendo o suco, arrumando nó-de-pinho para o fogo e indo procurar laranjas doadas na vizinhança. Depois na Romaria não conseguiram vender tudo, não cobriram todas as despesas, mas ficaram com estoque de refrigerantes. No entanto o grupo ficou motivado para fazer novos trabalhos comunitários, perceberam a importância do trabalho conjunto.” (agente de ATER).

Foi esta uma iniciativa singela, mas podemos comprovar o orgulho do grupo ao receber os visitantes e poder servir o refrigerante de laranja feito por eles mesmos. Importa evidenciar a interação entre agente de ATER e grupo de famílias, ambos aprendem. Não é apenas o técnico que aporta conhecimentos ao grupo, mas constrói com eles valorizando o protagonismo do grupo. Mesmo quando não ganham dinheiro, ganham em integração, autoconfiança e solidariedade de grupo.



Imagem 40: Grupo de Famílias da Comunidade Acampamento Camargo

Sobre os Planos comunitários

A comunidade rural foi vista como unidade sistêmica e o trabalho de ATER conseguiu resgatar a vida comunitária e retomar ações conjuntas. Há comunidades que resgataram sua história e perceberam a importância da atuação local nos contextos e realidades construídas. “Entendemos que para compreender a realidade na sua dimensão mais qualitativa, a *linha do tempo* constitui-se em um importante instrumento.” (Bracagiolli e Lannoy, 2010, p. 30).

Por fim, importante destacar que alguns métodos aparentemente simples (como a linha do tempo), permitem que façamos hipóteses preliminares sobre a realidade percebida por determinada comunidade. Os aspectos ressaltados indicam a ênfase percebida pelos agricultores e podem ser chave para alavancar processos de desenvolvimento rural. (Bracagiolli e Lannoy, 2010, p. 35-36).

A metodologia utilizada proporcionou “(...) a qualificação mínima do processo de análise e planejamento, de modo a ampliar a visão de mundo e o senso crítico das famílias participantes” (Bracagiolli e Lannoy, 2010, p. 28).

Identifica-se uma grande interação entre os planos comunitários e planos familiares, tornando-se assim os dois instrumentos complementares.

Em geral as propostas dos Planos Comunitários incorporam aquelas dos Planos Familiares dando-lhes uma amplitude maior. Assim por exemplo,

(...) se ao nível do Plano Familiar a demanda trata de organização da produção leiteira como uma questão de filiação do produtor à cooperativa (Claf), ao nível do Plano Comunitário, a mesma refere-se a necessidade de organizar um serviço de coleta para o transporte da produção leiteira. Por conseguinte existe de modo geral, uma correspondência entre as demandas ou ações propostas ao nível dos Planos Familiares e as demandas ou ações propostas nos Planos Comunitários. (Bracagiolli e Lannoy, 2010, p. 28).

O Plano de Desenvolvimento da Comunidade Rural bem como o Plano Familiar de Conversão, orientaram as atividades de um grupo acompanhado e definiram a responsabilidade e o papel das famílias e também do técnico agente local de ATER.

Embora ainda seja possível melhorar a proposta os planos comunitários tiveram papel importante no trabalho de ATER sendo, “(...) este processo encontra-se em construção e aprendizagem, porém tem sido significativo para compreender o sistema de produção e entender as propostas prioritárias de cada comunidade.” (Bracagiolli e Lannoy, 2010, p. 28).

Sobre os planos familiares

Os planos familiares enquanto instrumento de diagnóstico evidenciaram a interação que existe entre os distintos subsistemas ou componentes dos sistemas das unidades de produção e vida familiar, registrando as diferentes dimensões e condições desejadas pela família no processo de conversão agroecológica. Possibilitaram uma análise crítica e serviram de instrumento de planejamento, identificando a mudanças desejadas e determinando as ações a serem realizadas na produção, nas relações sociais, e em relação ao meio ambiente.

De forma geral, enquanto síntese das propostas construídas durante o trabalho de ATER pode-se identificar:

Na área ambiental os trabalhos de proteção de fontes e de recuperação da mata ciliar, representam as ações mais importantes; a organização da produção leiteira e a filiação à respectiva cooperativa (Claf) bem como “se por em dia com o sindicato”, aparecem como as principais preocupações das famílias; na área de infra-estrutura e políticas públicas, destacando-se o financiamento da habitação rural; no acesso ao crédito constata-se falta de orientação sobre as diferentes linhas do Pronaf e grande expectativa com relação ao crédito fundiário; a produção própria de sementes e o piqueteamento de pastagens (manejo racional rotacionado); quanto à comercialização, as famílias mais carentes são as que mais valorizam a possibilidade de acessar o PAA, as feiras e o comércio local, dado. O STR tem sido a organização mais próxima desse público carente. (Bracagiolli e

Sobre os planos municipais de ATER

Durante o projeto/processo construiu-se quatro planos municipais de ATER, sendo, Itapejara do Oeste; Coronel Vivida; Renascença e Ampére. A proposta evidencia grande diferença entre a proposta e a trajetória histórica do serviço de extensão rural estatal, conforme mencionam os pesquisadores:

Sendo a mesma institucionalizada de forma centralizada, hierarquizada ou piramidal, construída mais para a oferta de produtos (pacotes) do que para a organização da demanda local. Priorizou metodologias de massa (rádio/dias de campo) em detrimento das metodologias grupais e participativas. Portanto, a ATER Pública Convencional contrapõe-se a Extensão Pública Agroecológica, embasada na articulação de diferentes estruturas de extensão rural (estatal e não-governamental) na execução de um Plano Municipal de ATER construído com a participação dos principais atores de desenvolvimento rural do município. (Bracagioli e Lannoy, 2010, p. 43).

Para a execução dos planos tratou-se também da criação de um fundo cujo caráter pode ser virtual, já que não se trata de um financiador ou de diversos financiadores aportando recursos financeiros para uma mesma conta bancária. Foram estimados os diferentes aportes, inclusive dos agricultores beneficiários, para planejar a melhor forma de maximizar os recursos disponíveis localmente.

Nos quatro casos, a estratégia metodológica de ação foi similar ao desenvolvido por este projeto: acompanhar grupos de famílias nas comunidades para construir planos familiares e planos comunitários de desenvolvimento.

Sobre a capacitação dos agentes/técnicos

Por se tratar de jovens a maioria filhos de agricultores com formação de nível médio em agroecologia e mesmo com capacidade de iniciativa e liderança, percebia-se limitações metodológicas e técnicas. Visando a qualificação da equipe, mas também diante da proposta da reconstrução coletiva da metodologia prevista no projeto/processo, realizou-se encontro de formação inicial, uma oficina em cada micro região e três seminários regionais, de trocas de experiências, estudo e re-planejamento.

A formação e capacitação da equipe foi fortemente prejudicado pela descontinuidade, pois o projeto ficou operacionalmente suspenso por duas vezes

por períodos de mais de três meses, provocando inclusive a rotatividade de agentes. Mesmo assim os resultados foram efetivos, conforme conclusão dos pesquisadores. “Importante salientar que apesar de todos os problemas de descontinuidade, o projeto representa parte importante no processo de construção de um sistema de ATER em rede no território do Sudoeste do Paraná.” (Bracagiolli e Lannoy, 2010, p. 50).

Algumas considerações finais

De forma geral as metas previstas no projeto foram cumpridas, e pode-se acrescentar outros resultados decorrentes do processo transcritos abaixo, conforme Bracagiolli e Lannoy 2010 (p. 77), pesquisadores responsáveis pelo monitoramento e avaliação final.

Outros resultados, ainda que não quantificáveis, devem ser levados em conta. Para citar alguns:

- Processo de estruturação na região de um Sistema de Cooperativas de ATER – Sis- Cooperater.
- Crescimento da capacidade de gestão e gerência de projetos de desenvolvimento por parte dos técnicos e dirigentes da agricultura familiar da região.
- Crescimento político da base social, melhorando a sua capacidade de reivindicação e negociação com os governos.
- Desenvolvimento de uma cultura da contrapartida, da mobilização de recursos e de esforços em favor da construção de sinergias, de compromissos e responsabilidades mútuas.
- Crescimento da consciência ambiental e do manejo sustentável dos recursos naturais.
- Como parte da promoção do desenvolvimento endógeno, a valorização de insumos de origem local.
- Redução do isolamento social, político, econômico e educacional por parte das famílias de comunidades mais carentes.

De forma geral, o projeto/processo contribuiu na redescoberta do rural, na qualificação e intensificação do conhecimento endógeno e na aprendizagem pela ação coletiva, e proporcionou o empoderamento da base.

5.6.2 Projeto de ATER da Unicafe/Agência

Aspectos Gerais do Projeto

O presente projeto tinha como objetivo desenvolver ações de ATER junto aos Agricultores Familiares localizados em municípios do estado do Paraná, abrangendo as regiões: Sudoeste, Centro, Vale do Ribeira, Oeste, Norte e Sul, preferencialmente os enquadrados no PRONAF C e nas cadeias de produção de leite e fumo, beneficiando diretamente 4.400 unidades produtivas familiares.

Os objetivos específicos:

- Elaborar planos de transição agroecológica dos sistemas de produção e vida familiar junto às unidades de produção familiar de modo a orientar o crédito para promover uma abordagem sistêmica de cada unidade familiar.
- Elaborar planos de transição agroecológica dos sistemas de produção e vida familiar junto às unidades de produção familiar, localizadas nos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu (12 municípios) e do Território da Cidadania do Vale do Ribeira (4 municípios), de modo a orientar o crédito para promover uma abordagem sistêmica de cada unidade familiar
- Promover a agricultura de base ecológica, com a conversão da cadeia produtiva do fumo para outras atividades produtivas, sobre tudo a cadeia leite;
- Capacitar os agentes de ATER e dirigentes das organizações da agricultura familiar, para qualificar as ações de ATER a serem executados.
- Fortalecer a base das organizações da agricultura familiar;

- Integrar as ações de ATER com as políticas de desenvolvimento territorial promovidas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, bem como com Programa Nacional Territórios da Cidadania.

O projeto foi desenvolvido em 55 municípios distribuídos em 12 microrregiões, onde atuam 120 Cooperativas singulares da agricultura familiar e economia solidária, que compõe as 10 Bases regionais de serviços de diversos dos ramos cooperativos representadas pela União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Paraná – UNICAFES.

Envolveu 55 (cinquenta e cinco) agentes técnicos – que tinham como tarefas centrais realizar 4 (quatro) visitas a cada família para a construção dos planos familiares; organizar 12 (doze) oficinas sobre agroecologia, agregação de valor e outras.

A área de abrangência do projeto coincide na sua maioria com a área dos territórios outros temas; organizar 2 (dois) Intercâmbios em unidades de referência; e, realizar 4 (quatro) cursos por videoconferência sobre temas como agroecologia e outros temas relacionados como a produção de leite a pasto.

Em cada micro região havia um (a) coordenador (a) ao qual cabia: subsidiar os agentes técnicos locais; assessorar as oficinas e intercâmbios; organizar documentação; articular parcerias locais; e, facilitar os planos municipais de ater.

Ao todo envolveram-se diretamente na execução do projeto e processo 70 (setenta) mapeados com a Secretaria de Desenvolvimento dos Territórios – SDT, destacando-se que na área de abrangência a atenção especial a produtores familiares de 16 municípios que pertencem aos Territórios da Cidadania Cantuquiriguaçu e Vale do Ribeira.

Regiões, microrregiões e municípios envolvidos:

Sudoeste

- Microrregião Pinhais: Coronel Vivida, São João, Chopinzinho, Honório Serpa, Manguelirinha.
- Vale do Iguaçu: Itapejara do Oeste, Vere; São Jorge D'Oeste, Salto do Lontra, Nova Prata do Iguaçu.
- Marrecas: Marmeleiro, Renascença, Salgado Filho, Manfrinópolis, Enéias Marques.

Oeste

- Fronteira: Capanema, Planalto, Pranchita, Ampere, Santo Antonio do Sudoeste, Pérola D'oeste, Bela Vista da Caroba.

Centro Oeste

- Guarapuava Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu, Candói; Goioxim, Turvo.
- Pitanga: Manoel Ribas, Boa Ventura São Roque, Santa Maria do Oeste.
- Laranjeiras do Sul: Porto Barreiro; Rio Bonito do Iguaçu, Cantagalo, Virmond.
- Cascavel: Ibema, Braganey, Três Barras do Paraná, Guaraniaçu, Campo Bonito.
- Medianeira: Vera Cruz do Oeste, Missal, Santa Lúcia, Diamante D'Oeste.

Norte

- Tamarana, Jardim Alegre, Candido de Abreu,Grandes Rios.

Vale do Ribeira

- Cerro Azul, Itaperuçu, Bocaiúva do Sul, Adrianópolis.

Sul

- Contenda, Cruz Machado, Balsa Nova, São João do Triunfo.

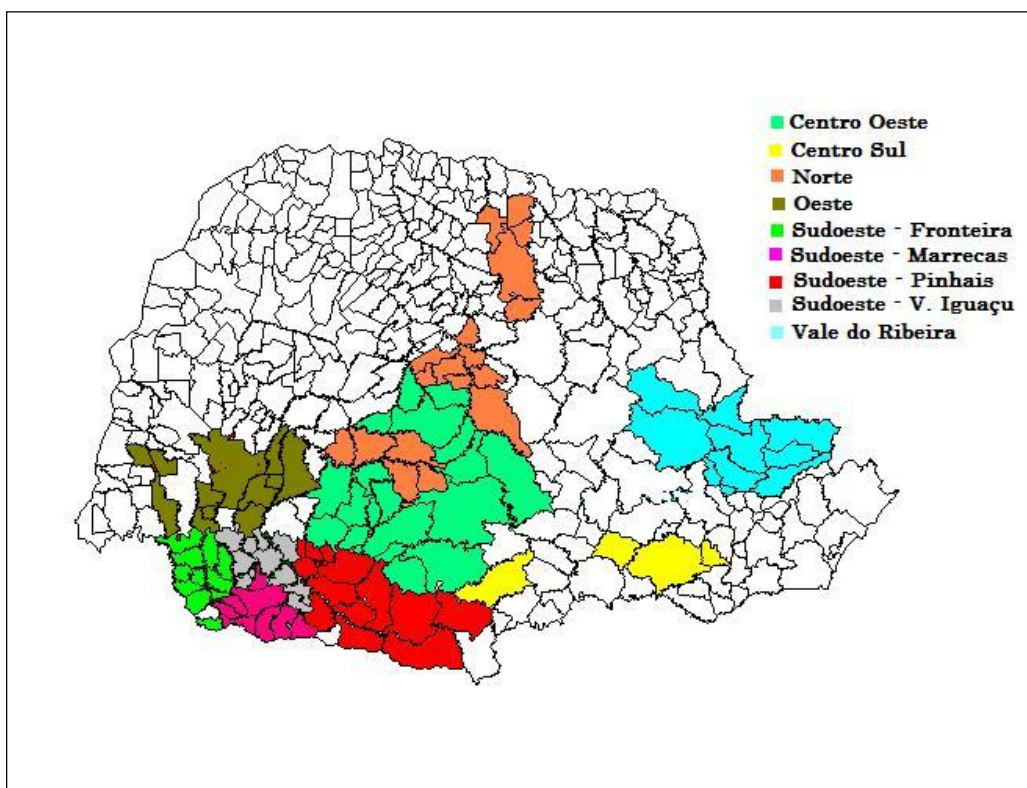


Imagem 41: Micro regiões de abrangência do projeto

Resultados esperados

- a) Construção de 4.400 planos familiares e demanda de crédito, a partir da realidade local dos agricultores familiares, elaborando em conjunto com as famílias e os Agentes de ATER;
 - Avanço do processo de reconversão dos sistemas de produção convencional (principalmente da cadeia fumo) para sistemas agroecológicos e/ou alternativos (tendo presente da cadeia do leite a pasto);
 - Participação efetiva dos agricultores familiares e suas organizações nas atividades do projeto de ATER;
- b) Fortalecimento das famílias e suas organizações, a partir da sistemática de acompanhamento contínuo das unidades familiares/grupos e da complementação dos conhecimentos através das oficinas, intercâmbios e cursos;

- Capacitação de 70 agentes de ATER, distribuídos nas 12 microrregiões de atuação do projeto;
- Desenvolvimento de estratégias de formação que priorizem ações de preservação e recuperação da biodiversidade nas comunidades;
- Fortalecimento das ações dos Fóruns Microrregionais das Entidades da Agricultura Familiar;
- Abertura de novos mercados e canais de comercialização via apoio das Cooperativas Solidárias e acesso ao crédito via Cresol;
- Produção de alimentos saudáveis que possam ser incluídos nos programas institucionais de governo e outros mercados; Avaliação dos resultados dos trabalhos de ATER desenvolvidos nos arranjos produtivos e nas unidades produtivas familiares;
- Relatórios de sistematização das oficinas e seminários de ATER;
- Construção de uma proposta de ATER pública não governamental, através do fortalecimento e organização da rede de ATER UNICAFES.

Sobre o monitoramento

O Monitoramento, sistematização e avaliação das ações de ATER foram coordenadas pelo Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento - (CEADES), e realizado por ARL (2014).

A monitoria envolveu:

- Acompanhamento e assessoria na construção de metodologias, participativas, visitas às regiões e entidades parceiras, sistematização das experiências, e resultados da avaliação do projeto;
- Sistematização e elaboração de proposta metodológica de ATER para a partir dos acúmulos históricos exercitados neste projeto.

A monitoria realizada durante a execução do projeto tenha como objetivos principais assessorar as avaliações e qualificar a sua continuidade.

Portanto realizou-se ações de monitoramento contínuo do projeto, desde sua implantação, nos municípios, microrregiões e regiões, junto às reuniões tanto do Conselho Gestor da ATER como da Comissão Operacional, promovendo análises

avaliativas, subsidiando ajustes, novas elaborações e reorientações operacionais e organizacionais.

No andamento do projeto os principais aspectos e dimensões considerados foram:

- Organização – coordenação;
- Estrutural - condições de trabalho – metas;
- Capacitação - formação – informação;
- Metodologia – instrumental (caderno) – estratégia;
- Outras.

Tabela 24: Resumo das atividades de monitoramento:

Atividades realizadas	Data e Local	Resultados - produtos
1. Reunião Ceades e Agência	Fevereiro – Chapecó/SC	Discussão inicial sobre proposta de monitoramento
2. Reunião com coordenação da Agência	Fevereiro – Francisco Beltrão	Ajustes na proposta para execução do monitoramento
3. Elaboração de instrumento de pesquisa para o monitoramento	- Diversos	Elaboração de proposta e instrumento para o monitoramento
4. Reunião com o Conselho Gestor, Coordenação operacional e Coordenações micro regionais	- Francisco Beltrão -	Avaliação – discussão e ajuste propositivo à proposta de monitoramento e ao conteúdo das planilhas, que seguem abaixo
5. Seminário Estadual de Avaliação e Planejamento	Guarapuava – 23 e 24 de março de 2010	- Contribuição na preparação metodológica para o seminário; - Assessoria ao processo de avaliação e planejamento durante o seminário; - Pré- sistematização do resultado
6. Seminários Micro Regionais de avaliação e monitoramento	Pitanga – 24 de maio	- Assessoria na avaliação e planejamento; - Sistematização
	Vale do Ribeira – 25 de maio	
	Cruz Machado – 26 de maio	
	Cascavel – 01 de junho	
	Itapejara – 09 de junho	

	Laranjeiras do Sul – 10 de junho	
7. Sistematização das informações	Julho de 2010	Relatório preliminar
8. Continuidade do acompanhamento de atividades coletivas e seminários do projeto	Várias	
9. Monitoramento da aplicação dos questionários de avaliação final dos resultados 10. Reuniões de avaliação final nas micro regiões e visitas às famílias envolvidas.	Setembro de 2012	
11. Preparação, síntese e sistematização dos dados dos questionários;	Setembro de 2012	
12. Seminário final	Outubro de 2012.	
13. Discussões – oficinas e elaboração de documento final com proposta metodológica para ATER	Outubro de 2012.	

Tabela 25: Execução, resultados alcançados (principais ações):

Visitas – planejamento produtivo			
Executora	Previsto	Realizado	Diferença
Cooperpinhais.	400	400	0
Coopermarrecas.	400	400	0
Coopermarrecas.	400	382	-18
Cooperfronteira.	560	560	0
Cooperecológica.	320	319	-1
Biolabore	400	396	-4
Cooperecológica.	320	320	0
Cooperiguaçu.	320	317	-3
Cooperecológica.	320	318	-2
Cooperecológica.	320	320	0
Biolabore	320	320	0
Cooperiguaçu.	320	320	0
	4.400	4.372 = 99,4%	(28) -

Plano ação familiar			
Executora	Previsto	Realizado	Diferença
Cooperpinhais.	400	400	0
Coopermarrecas.	400	400	0
Coopermarrecas.	400	366	-34
Cooperfronteira.	560	556	-4
Cooperecológica.	320	317	-3
Biolabore	400	391	-9
Cooperecológica.	320	320	0
Cooperiguaçu.	320	320	0
	4.400	4.349 = 98,8%	(51)-
Intercâmbios- temática agroecologia			
Executora	Previsto	Realizado	Diferença
Cooperpinhais.	5	5	0
Coopermarrecas.	5	5	0
Coopermarrecas.	5	4	-1
Cooperfronteira.	7	7	0
Cooperecológica.	4	4	0
Biolabore	5	5	0
Cooperecológica.	4	4	0
Cooperiguaçu.	4	4	0
Cooperecológica.	4	4	0
Cooperecológica.	4	4	0
Biolabore	4	4	0
Cooperiguaçu.	4	4	0
	55	54= 98,2%	(1)
Iniciativas de transição agroecológica			
Executora	Previsto	Realizado	Diferença
Cooperpinhais.	20	20	0
Coopermarrecas.	20	21	1
Coopermarrecas.	20	20	0
Cooperfronteira.	28	28	0
Cooperecológica.	16	16	0
Biolabore	20	20	0
Cooperecológica.	16	16	0
Cooperiguaçu.	16	16	0
Cooperecológica.	16	16	0
Cooperecológica.	16	16	0
Biolabore	16	16	0
Cooperiguaçu.	16	16	0
Cooperpinhais.	20	20	0

Coopermarrecas.	20	21	1
	220	221 = 100,5%	1

Dados Empresa Delta Assessoria – 25 de junho de 2012.

Seminário Estadual de Avaliação e Planejamento

Realizou-se seminário estadual durante a execução do projeto para avaliação e ajustes no planejamento da continuidade. Para preparação deste evento enviou-se o questionário em anexo (**ANEXO 02**) para a equipe de agentes (as) técnicos (as) e coordenações micro regionais.

A sistematização desta pesquisa foi enriquecida com as discussões realizadas durante o seminário de avaliação em Guarapuava (23 e 24 de março de 2010) que reuniu agentes, coordenações regionais e geral do projeto, assessorias e lideranças de entidades parceiras, conforme segue:

Tabela 26: Resultado de levantamento e resultado do Seminário:

DIMENSÃO ASPECTO: ESTRATÉGIA - METODOLOGIA - INSTRUMENTOS		
<i>REGIÃO</i>	<i>AVANÇOS – CONQUISTAS - FACILIDADES</i>	<i>DIFICULDADES- DESAFIOS</i>
VALE DO RIBEIRA e SUL	- o material como ponto de partida e suporte	- necessidade de adaptação do questionário a cada realidade
CENTRO		- mais prática
VALE DO IGUAÇU e MARRECAS	- caderno de apoio	- Teoria e burocracia - Metas – prática
FRONTEIRA e PINHAIS	- diálogo - avanços - trocas de experiências	- mobilização das famílias para as oficinas - objetividade no diagnóstico
OESTE	- metodologia utilizada nas oficinas	- falta de material e atraso
CORDENADORES (AS)	+ boa escolha dos agentes - coordenadores e famílias	- participação nas oficinas - desistência de famílias
NORTE E PITANGA		- mobilização
DIMENSÃO ASPECTO: FORMAÇÃO - CAPACITAÇÃO		
<i>REGIÃO</i>	<i>AVANÇOS – CONQUISTAS - FACILIDADES</i>	<i>DIFICULDADES- DESAFIOS</i>
VALE DO RIBEIRA e SUL	- auxílio dos coordenadores nos espaços de formação (oficinas)	- capacitação específica para cada região - aceitação pelos agricultores
CENTRO		- mais material de apoio - informação
VALE DO IGUAÇU e MARRECAS	- profissionais da área - envolvimento de ONGs e Universidades	
FRONTEIRA e PINHAIS		- não há experiências práticas de referência - mais materiais para orientação
OESTE	- troca de experiências	- falta de cursos técnicos

		- falta de informação - burocracia
CORDENADORES (AS)		- formação dos agentes - agentes sem experiência - coordenadores sem experiência
NORTE E PITANGA		
DIMENSÃO ASPECTO 1: ORGANIZAÇÃO – COORDENAÇÃO -		
<i>REGIÃO</i>	<i>AVANÇOS – CONQUISTAS - FACILIDADES</i>	<i>DIFICULDADES- DESAFIOS</i>
VALE DO RIBEIRA e SUL		- falta de apoio das entidades e clareza do projeto de ater - coordenadores são sobrecarregados
CENTRO		- organização local - planejamento de local de trabalho - marketing – comunicação (identificação)
VALE DO IGUAÇU e MARRECAS	- empenho das demais entidade	- atrasos - falta de interesses das entidades locais
FRONTEIRA e PINHAIS	- entidades disponíveis para apoiar e articular - compreensão das metas a serem executadas - explicações dos (as) coordenadores (as) sobre o projeto	- disponibilidade de datas para as metas dos projetos (oficinas e intercâmbios) - falta de parceria
OESTE	- boa organização – atuação dos coordenadores	- atraso de materiais - cumprimento dos horários (Unicafes)
CORDENADORES (AS)	- articulação com as entidades	- falta de compreensão do processo - atraso do material - falta de comprometimento das entidades - acúmulo de atividades dos agentes
NORTE E PITANGA	- aceitação por parte de muitas famílias - confiança das famílias	- cumprimento das metas
DIMENSÃO ASPECTO 1: INFRA ESTRUTURA – CONDIÇÕES DE TRABALHO		
<i>REGIÃO</i>	<i>AVANÇOS – CONQUISTAS - FACILIDADES</i>	<i>DIFICULDADES- DESAFIOS</i>
VALE DO RIBEIRA e SUL	- alguns estão sem problemas com transporte - autonomia para horário de trabalho	- transporte - salário - pouca presença dos coordenadores das entidades locais
CENTRO		- locomoção - espaço físico nas entidades para trabalhar
VALE DO IGUAÇU e MARRECAS	- indicação inicial das famílias	- locomoção - pagamento irregular
FRONTEIRA e PINHAIS	- espaço cedido pelas entidades - contrapartidas (combustível - impressão)	- sala própria - deslocamento para as visitas - falta de recursos para impressão de materiais - dificuldades com o pagamento
OESTE	+ alimentação dos produtores + disponibilidade de combustível	- falta de veículos - falta de participação das entidades;
CORDENADORES (AS)	- parcerias	- deslocamento (coordenação e agentes) - tempo de execução

NORTE E PITANGA	- parcerias	- transporte
--------------------	-------------	--------------

Durante o seminário realizou-se trabalho de grupo para aprofundar as questões levantadas e propor encaminhamentos para qualificação da continuidade do projeto/processo, qualificada em plenária final, onde se iniciou inclusive o planejamento operacional, sendo que este foi remetido para ser concluído em reunião nas micro regiões e junto à coordenação **(ANEXO 03)**.

Questões gerais observados na rodada de visitas seminários microrregionais:

Realizou 06 seminários micro regionais de avaliação e monitoramento (em todas as micro regiões envolvidas no projeto) envolvendo algumas famílias de agricultores, entidades locais, coordenação micro regional e agentes técnicos que atuavam em cada micro região.

Segue uma síntese dos aspectos levantados nos seminários:

Pontos a melhorar:

- a) Falta de dialogo entre a equipe técnica (coordenador e agente local) com as entidades parceiras, como consequência:
 - Dificuldade de negociar as contrapartidas de deslocamento nos municípios;
 - Falta de compreensão por parte das entidades locais sobre o projeto e do que ele pode ser bom para o seu desenvolvimento;
 - Problemas de relacionamento entre entidades e as equipes de ATER;
- b) Dificuldade de compreensão por parte dos coordenadores e dos agentes de ATER sobre o projeto e também sobre a proposta política da unicafes, isso dificulta inclusive o trabalho nas famílias;
 - Em muitas regiões faltam do coordenador e do diretor da cooperativa de ATER reunir a equipe técnica para debater o projeto, a proposta de ATER da unicafes, planejar as estratégias de expansão dos trabalhos da cooperativa, debater metodologia de trabalho e outros assuntos que façam com que se crie uma opinião comum e melhore os laços entre o grupo;

- Agentes locais envolvidos com outras atividades em alguns casos não priorizam a execução do projeto;
- Agentes de ATER desistindo do projeto por falta de estrutura de trabalho e falta de acompanhamento por parte da coordenação do projeto (coordenadores micro regionais, coordenação geral, grupo gestor, unicafes e agencia), é necessário que estes atores estejam mais presentes nas regiões;
- Falta maior inserção dos agentes locais e coordenadores nos espaços de debates regionais e municipais.
- Em muitos municípios há um baixo envolvimento das entidades, o projeto fica em uma única entidade sem olhar o conjunto;
- A metodologia dos planos familiares não é bem compreendida pelos agentes e coordenadores;
- Atraso na execução das metas;
- Coordenadores não se sentem parte do processo;
- Baixo envolvimento das entidades nas oficinas, oficinas sendo realizadas sem nem sequer os ramos cooperativos participarem
- Vários coordenadores assumindo outras funções fora do projeto, projeto ficou para segundo plano;

Pontos positivos:

- a) Em muitos locais as entidades não se reúnem e o projeto é o motivador central para que as entidades retomem as conversas sobre este e sobre outros temas de interesse:
 - Plano municipal de ATER;
 - Comercialização;
 - Retomada do trabalho de base, entidades voltam a visitar os seus associados;
 - Pensamento de projeto único para o município;
- b) Está sendo revelado um grupo de pessoas (agentes locais e coordenadores) que tem a competência e com interesse pelo cooperativismo solidário, um grupo que é capaz de tocar outros processos futuros;

- c) A unicasfes está se tornando mais conhecida nos municípios, mostrando trabalho;
- d) Metodologia única para o estado, e debate com foco na agroecologia;
- e) Em muitos municípios há um envolvimento das organizações e instituições para a execução do projeto (cooperativas, prefeituras, Emater, sindicatos,...);
- f) Há um fortalecimento institucional do Cenater;

Aspectos apontadas no monitoramento

Quanto à duração e seqüência do projeto e processo:

O tempo do projeto previsto era de um ano com possibilidade de aditivo de continuidade, sendo que os processos populares normalmente necessitam de temporalidade maior.

Porém houve dificuldades com a descontinuidade na liberação dos recursos, em parte decorrente do nível de execução das metas, da burocracia envolvida e da ousadia territorial do projeto, levando às interrupções momentâneas dos trabalhos em diversos espaços.

A continuidade do processo em partes foi suprida pelas próprias organizações locais envolvidas, que contrataram os técnicos e continuaram os trabalhos. Porém junto à maioria das famílias envolvidas o trabalho parou com o fim dos recursos do projeto, já que não há outros serviços de ATER pública mais abrangente e continuada.

Essa descontinuidade já era uma preocupação anterior das famílias, que se sentiam inseguras e questionavam quanto à preocupação em iniciar mais um processo que pode parar, pois não lhes faltam referências de outras iniciativas interrompidas com a curta duração e o término de projetos. Ameaça que mais uma vez se torna realidade.

Quanto à organização/ articulação

Inicialmente havia significativa dificuldades de mobilização e envolvimento das famílias, dado à pouca compreensão sobre o projeto, a proposta e a metodologia. Nos espaços onde foi realizado um diálogo coletivo essa dificuldade foi contornada. Também na fase inicial a grande burocracia resultante da aplicação do diagnóstico atrasou e dificultou a prática.

Este aspecto sugere a necessidade de um trabalho anterior a ser realizado nesse tipo de projeto e processo, tanto no que se refere à estratégia e metodologia de trabalho como para um entendimento inicial sobre a agroecologia, tanto para minimizar a resistência das famílias à adesão ao processo, como para diminuir a dificuldade de mobilização para as oficinas e outras atividades coletivas.

Por se tratar de um projeto interinstitucional o envolvimento parcial das organizações locais afetava o bom desenvolvimento do projeto e processo, tornando-se um desafio a ser superado durante a execução do projeto, sendo que se percebeu um maior envolvimento e comprometimento inicial das entidades no processo e gradativo afastamento. Identificou-se que o conhecimento do projeto e entendimento da metodologia não estava muito claro, e percebeu-se também certo distanciamento entre os objetivos do projeto e processo e os objetivos e prioridades das organizações locais.

Dado a essa fragilidade de respaldo institucional necessário para o andamento do processo e projeto vinculou-se ao empenho e respaldo anterior de alguns coordenadores. A busca de outras parcerias com Universidades e ONGs mostrou-se bastante efetiva para o reconhecimento do trabalho e contribui na qualificação do mesmo. Reforçou-se também o diálogo com as organizações locais o que melhorou o envolvimento em algumas microrregiões.

Por se tratar de um projeto piloto, a distribuição das ações em uma grande área de abrangência tornou-se uma dificuldade, tanto na gestão do dia a dia, como para o acompanhamento e monitoramento mais continuado do andamento da execução física e efetividade metodológica do projeto e processo.

Estrutural - condições de trabalho – metas

Expressam-se condições bastante distintas entre os agentes – em algumas situações as contrapartidas das entidades locais foram cumpridas. Em

outras houve disponibilização de combustível, mas faltou o veículo. Com menor intensidade apareceram dificuldades com estrutura física e com materiais.

Capacitação - formação – informação

Houve necessidade de processo de formação técnica específica durante o andamento dos trabalhos, que em partes foi resolvida pela disponibilização de materiais. Mas percebeu-se a necessidade de processo de formação inicial mais intenso (“pré-serviço”), e necessidade de mais momentos formativos com temas técnicos mais específicos durante o andamento do projeto. Aspectos esses a serem considerados em futuros novos projetos.

Metodologia – instrumental (caderno) – estratégia

Quanto à metodologia e burocracias do projeto, evidencia-se que a fase de planejamento na construção dos planos familiares de transição, associada à burocracia do projeto (cadastramento da família e levantamento de dados para as entidades) gerou demasiada burocracia e atuação com papéis. Isso tem contribuído na desmotivação das famílias que reclamam por mais ações práticas.

A troca de experiências se mostrou como uma estratégia muito efetiva. Em algumas regiões reclamou-se pela falta de experiências de referência e estudo para facilitar a troca de experiências.

Identificou-se grande heterogeneidade quanto ao nível de capacitação e de experiência dentre os agentes. As dificuldades foram maiores por se tratar de uma nova metodologia, o que requer uma capacitação específica dos agentes, que até foi realizada de forma insuficiente, pois se contava com a experiência anterior de grande parte dos agentes, que haviam participado de processo que adotou a mesma metodologia.

Outra dificuldade que resultou da expectativa que as famílias agricultoras têm da atuação de um técnico ou agente, criadas pelo sistema convencional de assistência técnica, onde o técnico traz sempre a receita pronta de fora.

Outras

A continuidade do processo é um aspecto muito importante já que a construção dos planos familiares de transição agroecológica é a primeira fase de um processo continuado. O “tempo de projeto” apenas dá conta da fase de construção dos planos e início da execução, ou seja, “o tempo de processo” é bem maior, o que sugere a necessidade de continuidade através de novo projeto. Isso vem gerando muita apreensão junto aos agentes e famílias envolvidas, sendo que muitas se manifestam vítimas de outros processos iniciados e interrompidos com o fim de projetos.

5.6.3 - Projeto de ATER em Rede no Vale do Ribeira

Aspectos Gerais do Projeto

O Projeto de Ater em Rede foi uma iniciativa das entidades do Vale do Ribeira abrangendo 07 Municípios envolveu ao todo 900 famílias.

Foi coordenado e executado pela Cooperiguaçu envolvendo uma equipe de 12 agentes de campo e 02 auxiliares administrativos. Conta ainda com a colaboração de uma equipe de especialistas e técnicos de apoio.

Dentre os principais desafios destacaram-se:

- Ajuntar forças e potencializar o trabalho das diversas entidades parceiras;
- Exercer uma metodologia participativa, embasada na construção coletiva do conhecimento, que amplie a organização e o protagonismo popular.
- Contribuir na construção de um novo desenvolvimento, um novo papel e uma proposta sustentável para o campo, embasada na agroecologia.

Ações e metas previstas no projeto e resultados alcançados

Tabela27: Ações previstas e resultados alcançados- Ater Vale do Ribeira

ATIVIDADE	Previsto	Realizado	% executado
Diagnósticos	900	900	100 %
Visitas técnicas	: 2.700	2.430	90 %
Planos familiares	900	720	80 %
Planos Comunitários	90	em todas as comunidades foram realizadas atividades coletivas - em torno da comercialização e outras - os planos ainda é um desafio a ser construído	
Dias de campo e intercâmbios	eventos: 10	eventos: 09	90 %
	Obs. Quanto ao número de pessoas a serem envolvidas a execução atingiu aprox. 70% - ainda há um dia de campo a ser realizado e estão sendo realizadas atividades complementares		
Mutirões	Obs. Esta atividade não estava proposta no projeto, está nas atividades complementares - foram realizados 15 mutirões, envolvendo em torno de 150 pessoas -		

Síntese dos resultados da pesquisa de avaliação por segmento

Como preparação para o seminário final de avaliação realizou-se pesquisa em 15% das famílias e também junto à representação das organizações parceiras envolvidas no projeto/processo. Essa pesquisa de campo foi realizada pela técnica Vera Marcondes nos meses de fevereiro e março de 2012.

Elaborou-se formulário distinto para cada segmento, conforme segue sistematização resultante:

Tabela28: Síntese monitoramento qualitativo entidades Vale do Ribeira

SÍNTESE - MONITORAMENTO QUALITATIVO			
Entidades			
Entidades entrevistadas: Coopafi/ C. Azul - Cresol / C. Azul - Sec. Agr. C. Azul - Astrafi – C. Azul - Pac - Cresol – Bocaiuva Do Sul - Coplar – Adrianópolis - Aprotunas – Tunas do PR - Grupo Orgânico Aopa – Bocaiúva - Unicafe - Fórum Do Território:			
Aspectos	Dificuldades	Avanços/aprendizados	Sugestões - continuidade (novo projeto – novo processo)
Relação/ importância	- Não houve dificuldades	- Mais organização e no planejamento das famílias	- Que haja continuidade dos trabalhos, foi feita a primeira

da ATER para os objetivos da entidade	<ul style="list-style-type: none"> - Muita burocracia, (preencher papel) - Teríamos que ter feito um monitoramento mais próximo - edital complicado de cumprir - Pouca comunicação com entidades - transporte Potencializar as ações coletivamente - Não existia ATER antes, o Escritório da Emater tava fechado, reabriu - relação com prefeitura - Agricultura cabocla, pouca terra, não se adequa as exigências de mercado 	<p>Inseridas no PAA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conversão para agroecologia - Agricultor Agregar mais renda nos seus produtos - Melhor uso do solo - diversificação da produção - Inserção a políticas públicas - Proposta diferente para o desenvolvimento da região, fez o trabalho, pois EMATER não consegue dar conta de tudo - Presença permanente nas UPF - Contato direto com os agricultores - Orientações as Famílias - Trabalhos de campo (pré laudo) - Reabertura do escritório d a EMATER - Melhoria das pastagens, e da qualidade do leite - Avanços na comercialização via PAA - Mudança do técnico dinamizou o trabalho com as famílias - Trabalho essencial no desenvolvimento de novas experiências de agroecologia, e produção, pensando no desenvolvimento local - Acompanhamento e orientação permanente dos agricultores 	<p>parte, agora é que vai ser possível fazer avançar de fato</p> <ul style="list-style-type: none"> - Abranger novas famílias - Incentivo a agroindústria - Organização da produção para demandas do PAA e PNAE - Ter mais ações práticas nas UPF - Menos Burocracia (papel) - Acompanhamento continuado - Estruturação da propriedade - Desenvolver mais a agroecologia - Avançar mais no PAA e PNAE Continuidade do trabalho para organização da produção para o mercado, PAA e PNAE - Dar continuidade no projeto, para não desestimular, desanimar os agricultores
Organização – coordenação – reuniões – parcerias	<p>A coordenação precisa estar mais presente, com cobrança e firmeza</p> <p>Dificuldade de unidade das entidades, muitas divisões, dificuldades de visão do todo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - incentivo aos debates sobre o desenvolvimento da produção, agroecologia, cooperativismo - Contribuir na organização do crédito - Avançamos pouco, na organização das famílias - A ater motivou o dialogo e aproximação das entidades - estímulo a permanência do Jovem no campo, com renda 	<p>A coordenação melhorou bastante, no segundo momento, principalmente nas relações pública.</p> <p>Coordenação acompanhar mais os trabalhos</p> <p>Promover integração dos trabalhos de ATER no Vale</p> <p>Trabalho conjunto, Cooperiguaçu, Emater, prefeitura, Incubadora</p> <p>Entidades reunirem-se mais vezes para avaliarem e replanejarem durante o processo.</p> <p>Entidades Contribuírem mais na avaliação dos técnicos especialmente os indicados por elas.</p>
Metodologia estratégia – geral	No inicio teve dificuldades, devido na aplicação, por	- O planej. Fam. Quando desenvolvido, contribui, faz as pessoas pensarem o que fazem,	Planejar junto, orientando - Entidades precisam saber do que esta sendo feito

<i>Plano Familiar Plano Comunitário</i>	ser uma ferramenta nova - Não foram a campo, planejar junto - Não foi desenvolvido, só apresentado	planejarem, visualizarem o futuro. - Mexeu com as famílias - Visualização das possibilidades e benefícios da conversão - Ter mais tempo para aplicação, para que agricultores possam ter confiança no trabalho - Fortalecimento da relação entre as organizações parceiras - ainda é muito recente não nos permite ver resultados, precisa mais tempo - abordagem participativa	-
<i>Instrumentos — outros materiais</i>		O trabalho com as tirolesas, esta fazendo a diferença, por ser um grande gargalo no trabalho dos agricultores	- fazer referencia de trabalho - Deixar marcas - União das entidades para criar referencias de trabalho nas UPF
<i>Capacidade técnica Equipe</i>	Alguns técnicos estavam com muita demanda de trabalho Inexperiência de alguns técnicos - Ter maior capacitação sobre o que fazer nas diferentes situações - Alguns agente não foram nas casa para fazer o diagnostico - Equipes precisam saber elaborar projetos Não tinha Trabalho de ATER - Agentes precisam ser mais permanentes	- Avançou com a substituição por outros mais experientes - Ajuste na equipe qualificou o trabalho - Excelente equipe, bem capacitada e com linguagem simples _ Técnicos conhecedores da realidade, facilita a atuação, linguagem popular, acessível - ATER diferenciada, participativa - Respeito aos agricultores e sua cultura	- a Equipe que está, aprendeu a fazer, conhecendo e atuando. - Parcerias podem contribuir no acompanhamento; Parcerias podem contribuir na avaliação no processo - técnicos ser mais capacitado na área do crédito - O PRONAF, pode ser um bom motivo para diversificação da propriedade - Cobrar mais responsabilidade da equipe, (marcar é cumprir a agenda) - Fazer avaliação permanente dos agentes no processo - ter mais gente com experiência para a ajudar os iniciantes Manter o trabalho coma mesma equipe, continuidade do processo - Divulgar mais as ações desenvolvidas (propaganda) - Mais práticas, experimentos demonstrativos ajudam a formar - Fazer um trabalho mais próximo das famílias, para poder perceber melhor os resultados - Técnicos agirem como

			equipe, desenvolvendo entre ajuda e potencializando os trabalhos - Dialogar mais, circular informações
<i>Estrutura – condições de trabalho para os agentes:</i>	Não tivemos - Faltou carro, moto da cooperiguação Estrutura não pode ser problema	Disponibilizamos estrutura quando necessário (carro, moto, adiantamento de \$, alimentação) - Nos demos carro, moto, local	Dar sequência nos trabalhos iniciados Garantir transporte para a equipe, independente das entidades
<i>Outros</i>	Faltou ter monitoramento no processo, com parceiros - Carro		- Técnicos da Sec. Participar da capacitação da cooperiguação para por auxiliar no trabalho - integrar ações (prefeitura, EMATER, Cooperiguação) - Garantir um carro para cada agente trabalhar

Tabela 29: Resultados do efeito do projeto/ processo (aplicado somente quando a liderança entrevistada diz ter conhecimento da realidade no campo)

Aspecto	Situação anterior	Avanços - principais ações e práticas realizadas	Nota	Condição Futura desejada
Conhecimento agroecológico – capacitação agricultores (as)	- Havia um trabalho anterior de agroecologia da AOPA - Muito discurso e pouca prática - Convencional	- mais famílias estão entrando na conversão para agroecologia, aprendendo mais - Iniciativas motivadoras do processo, animam pra conversão Inserção nos grupos orgânicos - Muito cedo para observar grandes avanços, mas teve muita iniciativa boa, precisa dar seguimento	(2) 01 a 05 (3) 05 a 07 (4) 07 a 10	Ater Estimular mais A.F, para fazer frente aos avanços do pinus e da pecuária - Trabalhar mais a fertilidade do solo que esta enfraquecido.
Planos Familiares de desenv. Sust. E Transição Agroecológica	Não existia planejamento	Quem esta fazendo é positivo Agricultores ainda não fizeram, tem dificuldades de planejar, pensar o futuro	(1) 01 a 05 (4) 05 a 07 (4) 07 a 10	Todas as famílias desenvolvendo seus Planos familiares Precisa acompanhamento a campo
Principais práticas agroecológicas adotadas	Praticas agroecologicas desenvolvidas pela	- Diversificação da produção - Correção de solos - adubação verde - Alporquia	(1) 01 a 05 (4) 05 a 07 (4) 07 a 10	Mais práticas agroecologicas, intercâmbios,

	AOPA	- Caldas e biofertilizantes - Apicultura, aproveitando a floração das frutas - campo de pastagem Adubo da independência		
Diversificação da Produção e Produção para o auto consumo	Muito focado no Citros (Ponkan e laranja)	- com o estímulo a produção para comercialização diversificada, vai também para o auto consumo	(1) 01 a 05 (3) 05 a 07 (5) 07 a 10	Estimular a produção de animais para auto consumo
Fruticultura	Pelo histórico da região, muito citros	Hoje, temos maior diversidade, e o trabalho tem estimulado para isto - Inserção de outras frutas, nos pomares Laranja, Ponkan, goiaba, banana, caqui, jabuticaba, acerola, abacaxi, maracujá, uva, morango, melão, mamão	(0) 01 a 05 (3) 05 a 07 (6) 07 a 10	
Sistemas agroflorestais	Não existia	- ainda não tiveram muitos avanços, - - pequenas iniciativas - pequenas iniciativas motivadas pelos intercâmbios	(3) 01 a 05 (2) 05 a 07 (4) 07 a 10	
Qualificação projetos PRONAF	Inadimplência, Sem preparo para acesso	Recuperação de varias famílias Planejamento de viabilidade e pagamento Orientações sobre o programa Poucos projetos novos, mas existe demanda	(1) 01 a 05 (3) 05 a 07 (5) 07 a 10	Nós damos as demandas de PRONAF, os agentes fazem o trabalho
Custos de Produção e Renda	Pouca gente faz	Seria muito positivo fazer - Diminuiu a inadimplência, aumentou adesão	(3) 01 a 05 (2) 05 a 07 (4) 07 a 10	
Comercialização – mercado local – PAA - PNAE	Dificuldade de produção e organização - 440 projetos	- dobrou o numero de famílias entregando no PAA - qualificou - diversificação de produtos	(0) 01 a 05 (1) 05 a 07 (8) 07 a 10	Melhorar a gestão e o acompanhamento dos projetos de PAA e PNAE

	<ul style="list-style-type: none"> - Prefeitura não apóia - Dificuldades de organização das famílias - Problemas de gestão de recursos, não pagamento as famílias desmotivou 	- 600 projetos _ Comercialização da produção no CEASA e feiras, poucas famílias no PAA,		
Organização - Local (produção, Processamento, comercialização) Institucional (Entidades, representação...)	Varias organizações, pouca comunicação	<p>Avançou na organização da produção, comercialização, orientação para freiteiros</p> <p>- NUNCA teve uma ação de ATER como está que dialoga com todos os atores, construindo unidade, fortalecendo o que já existe</p> <p>Reuniões comunitárias estimulam a produção e diversificação</p> <p>Comercialização nas feiras e supermercados locais</p>	(1) 01 a 05 (3) 05 a 07 (5) 07 a 10	<p>Constituir espaços de beneficiamento da produção</p> <p>Integrar projetos entre entidades.</p> <p>Criar espaços de comercialização local, feiras</p>
Acesso às políticas públicas e infraestrutura	Sindicatos fazem ponte ao acesso a políticas públicas	<p>- despertou demanda para crédito fundiário</p> <p>- Incentivo ao acesso a água potável</p> <p>Habitação: operada pelos Sindicatos e Cooperafi</p>	(1) 01 a 05 (4) 05 a 07 (4) 07 a 10	<p>Desenvolver a política do Crédito fundiário;</p> <p>Regularização fundiária</p>
Outros		Bem capacitados, Linguagem simples Atuentes	(0) 01 a 05 (1) 05 a 07 (8) 07 a 10	

Tabela 30: Monitoramento qualitativo - SISTEMATIZAÇÃO Planilha Agentes de Ater

Perfil agentes

Numero de entrevistados: 11

Média de Idade	Sexo
28 anos (Maior: 45,	3 mulheres

menor 19)	8 homens
-----------	----------

Formação:

Curso	Quantidade	Agentes
Agronomia	4	Marcos, Daniela, Nilton, Celso
Técnico agrícola	4	Keli, Jéssica, Elizeu, Josiel
Técnico agroecologia	2	André, Davi
Técnico Florestal	1	Elisson

Experiência Profissional:

Entidade	Principais atividades
EMATER	Técnico, acompanhamento, projetos
IAPAR	Acompanhamento orgânicos
AOPA	Agente de desenvolvimento
DESER	Agente desenvolvimento
COOPAFI	Atendimento, Projetos PAA
ZENEGA	RECEITUARIO
CRESOL	Projetos
Primeira experiência Cooperiguaçu(neste projeto)	Dois agentes

Avaliação do processo/ projeto pelo agente:

Aspectos	Dificuldades	Aspectos positivos - avanços/aprendizados	Sugestões - continuidade (novo projeto – novo processo)
<i>Organização – coordenação – reuniões - parcerias</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação política fraca - Enrolou no início - Realização das reuniões comunitárias - Inexperiência da coordenação - Pouco controle das metas - Faltou mais coordenação, especialmente no início, acompanhamento - faltou acompanhamento das entidades para apresentar e fortalecer os 	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento direto aos agricultores - Atendimento as demandas locais - Aprendemos fazer na prática, com nossos próprios erros - Fizemos muito trabalho - Mobilização das pessoas; - Adquirimos confianças dos agricultores - Melhor relação com entidades 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhor organização da equipe - Transparência do que acontece - A coordenação coordenar de fato, estar presente - Trabalhar mais próximo as famílias, construindo resultados concretos - Melhorar a seleção das famílias - Continuar o projeto, pois

	agentes - Entender a relação do projeto com MDA e entidades	- Apoio, de entidades parceiras	somente iniciamos o trabalho
<i>Metodologia estratégia – geral Plano Familiar Plano Comunitário</i>	- Atraso no diagnostico, prejudicou a aplicação do PDF - colocar em prática o PF - diagnostico pesado, cansativo, demorado - Por não ter participado da capacitação teve dificuldades de aplicar o PF - Precisa ter acompanhamento - Reunir as famílias	- Boa metodologia, mas precisa de mais tempo para desenvolver - Contribuiu para que os agricultores pudessem visualizar suas propriedades - Ajuda no controle de entradas e saídas -è difícil para a s famílias fazerem, por não terem o hábito de planejar e calcular custos de produção - Aprendizados gerais na ação - Metodologia precisa ser realizada junto no inicio - Trabalhos realizados em grupos menores favoreceu o trabalho	- desenvolver, acompanhar Planejar e acompanhar o desenvolvimento - Equipe Fortalecer Os técnicos na prática - Conhecer e usar metodologias eficazes para abordagem das famílias
<i>Instrumentos – outros materiais</i>		Material de apoio ajudou a entender melhor o planejamento da UPF	Elabora materiais de apoio nas linhas de produção que trabalhamos
<i>Capacidade técnica</i>	- Faltou maior integração, comunicação entre a equipe - Dificuldades de trabalhar com culturas anuais, frutas - Capacidade técnica fraca, aprender fazer fazendo	- excelente capacitação no inicio com Valdemar, porém, precisamos de capacitação na área específica da Fruticultura - Aprendi fazer com o que tem, sem ficar reclamando - Agora já conhecemos as famílias temos respaldo no trabalho - Apoio dos colegas nos trabalhos -	Ter estagiários no processo - Se continuar o projeto, fazer cursos de capacitação na área de fruticultura, pragas e doenças - Fazer o trabalho dentro dos prazos estabelecidos, para evitar correrias no final - fortalecer o trabalho em Grupo - Trabalho mais direto na UPF
<i>Estrutura – condições de trabalho</i>	- Não teve problemas, apoio das entidades - Utilização de veículo próprio - Com chuva fica impossível chegar a algumas famílias Usar carro de entidade, que nem sempre estava disponível Cadastros muito espalhados, dificulta o acesso _ Moto em alguns casos	- Apoio das entidades na estrutura - A chegada dos carros da Cooper agilizaram o processo - Aplicar a teoria aprendida no colégio na pratica com agricultores -	Cooperiguaçu, garantir uma carro para cada dois agentes Morar mais próximo do local de atuação - Coordenação negociar mais politicamente e fazer contrato de uso dos veículos; - MDA ser mais ágil na análise/avaliação dos produtos e liberação dos pagamentos

	facilita, mas em determinadas situações impossibilita o trabalho		Melhorar estruturas para dias de campo
<i>outros</i>	Burocracia do MDA, dificultou o repasse dos recursos em tempo certo, penalizando os técnicos e o trabalho - Desenraizar as famílias do veneno, e iniciar a conversão		Contratar mais técnicos, agilizar os processos - Continuidade do projeto, sem interrupção do trabalho - Buscar mais apoio das prefeituras locais - MDA antecipar partes dos recursos para arrancada dos trabalhos

Resultados - efeito do projeto/ processo junto às unidades familiares de vida e produção

Aspecto	Situação anterior	Avanços - principais ações e práticas realizadas	Nota	Condição Futura desejada
Conhecimento agroecológico – capacitação agricultores(as)	- Produção convencional - Uso de agrotóxicos - Pouco conhecimento	- trabalho de convencimento e apoio a conversão agroecológica Início do trabalho em muitas famílias e continuidade noutras que estavam em processo de conversão - Famílias e grupos que já produzem orgânico - Os dias de campo e intercâmbio ajudaram muito neste processo de convencimento Houve melhorias, mas só veremos resultados a médio prazo -	(0) 01 a 05 (6) 05 a 07 (5) 07 a 10	Desenvolver a agroecologia com as famílias atendidas - Formar grupos de produtores orgânicos
Planos Familiares de desenv. Sust. e Transição Agroecológica	Sem planejamento, exceto as famílias que já vinham sendo atendidas pela AOPA	- Poucas famílias estão fazendo, mas todas estão com material e interessados em desenvolver	(0) 01 a 05 (7) 05 a 07 (4) 07 a 10	Todas as famílias aplicando o PF
Principais práticas agroecológicas adotadas		- adubação foliar - caldas - piqueteamento - adubação verde - Uso do esterco - diversificação e melhoria das pastagens - Compostagem Sementes crioulas	(1) 01 a 05 (5) 05 a 07 (5) 07 a 10	

		<ul style="list-style-type: none"> - Supermagro - Uréia natural - Urina de vaca - Controle fitoterápico de Berne e carrapato - Alporquia Conservação de recursos naturais 		
Diversificação da produção e produção para o auto consumo	Concentrada em poucas culturas para comercio Pouca produção de animais para consumo	<ul style="list-style-type: none"> - Avanços ainda muito preliminares - Varias famílias estão diversificando - Muitas famílias já produzem o básico para alto consumo - Tem boa diversificação 	(0) 01 a 05 (5) 05 a 07 (6) 07 a 10	Continuar estimulando da produção e produção para auto consumo Estimular a aquisição de animais para auto consumo
Fruticultura		<ul style="list-style-type: none"> - Melhorias dos pomares - Mudas registradas - Uso de caldas pra controle de doenças - Recuperação d e pomares 	() 01 a 05 (5) 05 a 07 (6) 07 a 10	
Sistemas agroflorestais		Visitas de intercambio na cooperafloresta, estimularam os agricultores a iniciar o processo	(3) 01 a 05 (5) 05 a 07 (3) 07 a 10	Desenvolver agrofloresta como alternativa para região
Qualificação projetos PRONAF		<ul style="list-style-type: none"> - Maioria das famílias tem acesso - Muitas não querem acessar, não gostam de dividas 	() 01 a 05 (4) 05 a 07 (5) 07 a 10	
Custos de Produção e Renda	Não fazem	- Poucas famílias têm habito de fazer, temos estimulado	(4) 01 a 05 (4) 05 a 07 (3) 07 a 10	Que todas as famílias desenvolvam os PF, e com isto planejem os custos de produção e renda
Comercialização - mercado local – PAA - PNAE	Projetos com entidades parceiras e outras Calote, de associações que não pagou	<ul style="list-style-type: none"> - Inserção de mais famílias no PAA e PNAE - Famílias entenderam melhor a política e seu funcionamento, - Melhoria na organização da produção - Aumento da renda dos agricultores 	(0) 01 a 05 (4) 05 a 07 (7) 07 a 10	Ampliar os recursos - Continuar o convenio, para poder dar continuidade ao acompanhamento a estas famílias
Organização - Local (produção, Processamento,	Não havia iniciativa de organização e beneficiamento	<ul style="list-style-type: none"> Avançou no entendimento da importância do associativismo e cooperativismo - Foi trabalhado na proposta de 	(1) 01 a 05 (4) 05 a 07 (6) 07 a 10	

<i>comercialização)</i> <i>Institucional</i> <i>(Entidades,</i> <i>representação...)</i>	da produção	construir unidade de beneficiamento da produção		
Acesso à políticas públicas e infra-estrutura	Políticas públicas mais desenvolvidas pelas associações e cooperativas Várias famílias atendidas em situação de extrema pobreza Maioria das famílias atendidas tem bolsa família Regularização fundiária, terras de herança dificulta acesso a casa	Não houve muito avanço, exceto PAA , PNAE e Pronaf - Encontrar estas famílias e cadastrá-las Contribuir para que tivessem acesso a documentação Informar-lhes e orientar-lhes sobre outras políticas, moradia, luz, água, crédito, etc. - Apoio na resolução da garantia de água potável a famílias atendidas em situação de risco(consumindo água suja)	(0) 01 a 05 (5) 05 a 07 (6) 07 a 10	Apoiar o acesso a políticas de habitação, saneamento e infra-estrutura estradas, agroindústrias, - Contribuir para inclusão das famílias em situação de extrema pobreza
Outros			() 01 a 05 () 05 a 07 () 07 a 10	

Tabela 31: Planilha famílias

Tabela: Avaliação do processo/ projeto pelas famílias:

Aspectos	Dificuldades	Avanços/aprendizados	Sugestões - continuidade (novo projeto – novo processo)
<i>Metodologia</i> – <i>estratégia</i> - <i>geral</i>	-Não teve dificuldade(42 respostas) - metodologia fácil - Difícil é chegar até em casa - Metodologia Boa (13 respostas) - A Agente(Maria Fernanda) já era estagiária, isto facilitou no trabalho - Maria Fernanda veio pouco - Não teve dificuldades	- Aprendemos muitas coisas de como melhorar nossa produção - Explica bem os temas(02 respostas) - Apreendi nas reuniões, várias informações de nosso interesse - aprendi nas reuniões, principalmente remédios para curar o gado - Orientações para o cadastro no PAA - É começo, ta iniciando o trabalho, tem que continuar - aprendemos mais(III (como plantar, fazer enxerto, adubo, crédito e remédios para gado,...) - Dias de campo e reuniões, (ver para fazer) Conhece bem a realidade - Apreendi muito sobre como melhorar a produção e teve muitas informações - Já participávamos do trabalho da	-Que os técnicos fiquem com a gente pelo menos 5 anos - Projeto ter mais tempo Ter mais momentos de capacitação para os agricultores Planejar a produção escalonada para tender as demandas do PNAE - Continuar o trabalho/projeto (42 respostas) - Muito inicial o trabalhos, tem muito mais a ser feito - Equipe técnica acompanhar mais, não demorar muito para voltar - Mais dias de campo

	Não conseguiu participar no dia de campo	Universidade(incubadora) demos continuidade, com a cooperiguação -Contribuiu na conscientização para deixar o veneno e plantar orgânico (02 respostas) - Aprendemos como melhorar a produção e comercialização Tirolesa - Adubação verde	- práticas - Orientar mais a campo - Fazer dias práticos nas UFP
- Plano Familiar - Plano Comunitário	- falta dedicar mais tempo - Não quis fazer (02 respostas) - Não fez ainda (07 respostas) - Está fazendo, mas meio tordo os desenhos - Pouca aplicação	- está em implantação - esta aplicando (03 respostas) - Tem que desenvolver/importante (06 respostas) _ importante fazer para visualizar onde gastamos e o que ganhamos - Fazer na área nova de terra	Concluir o planejamento (04 respostas) - Fazer o planejamento com a ajuda do Técnico - Planejar bem a propriedade
Capacidade técnica dos agentes e atuação dos agentes	- já faziam trabalho com incubadora (Maria Fernanda)	- Tem boa capacidade, interesse, sabe explicar e tem respeito pelos agricultores (03 respostas) -Explicava Bem (07 respostas) -Bem capacitados/preparados -Boa capacidade (07 respostas) -Muito boa (05 repostas) -Tira dúvidas, deixa o numero do telefone -Esforçados Conhece bem a situação/realidade - Bom Conhecimento (0 respostas) - trabalho sério e comprometido - Sabe ensinar a jeito certo de fazer - Tem mais gente ajudando/ trabalhando - Aprendemos várias coisas de produção (03 respostas) - Sabe trabalhar com os agricultores	- Equipe continuar, para aprender mais -Continuar equipe (09 respostas) - Explicar mais para as pessoas simples -“Importante ter ATER para apoiar a agricultura se não acaba” - Agentes fazer acompanhamento nas lavouras - Estar mais capacitados na área de frutas e verduras - Garantir que cada técnico tenha transporte porque são longe as famílias
Outros		-Maria Fernanda deixou saudades - a vinda do Marcos trouxe inovações	Continuar o trabalho por mais tempo Técnicos ajudarem a resolver os problemas da produção

Resultados - efeito do projeto/ processo

Aspecto	Situação anterior	Avanços - principais ações e práticas realizadas	Nota	Condição Futura desejada
Conhecimento agroecológico –	- Não tinha recebido	- Dia de campo de produção agroecológica	(05) 01 a 05 (12) 05 a 07	Ter acompanhamento

capacitação recebida	capacitação -Usava muito veneno (04 respostas) - Sempre produção orgânica Convencional (08 respostas) Usava pouco veneno, orgânico na verdura (03 respostas) -10 anos sem veneno	- Aprendemos de tudo um pouco(plantar, vender, enxerto, - Continuar produzindo orgânico (03 respostas) - Aprendemos como plantar, distancia das plantas adubação - Como produzir mais orgânico (04 respostas) - Orientações de rotatividade de plantio - Explicações sobre a produção orgânica – - dificuldade de sair do convencional, porque todos são convencionais Pouco, porque teve dificuldade em participar nos intercâmbios e dias de campo	(25) 07 a 10	técnico para produzir verduras - Melhorar as coisas para lidar na roça - Deseja ter propriedade totalmente agroecológica (03 respostas) - produção de ovos e galinha caipira.
Planos Familiares de desenv. Sust. E Transição Agroecológica	Não tinha	Está fazendo (06 respostas) -Início da transição para agroecologia	(-) 01 a 05 (6) 05 a 07 (10) 07 a 10	Planejamento total da propriedade
Principais práticas agroecológicas adotadas		- Adubação verde (10 respostas) - Uso de Esterco (17 respostas) - Caldas (09 respostas) - arado carpeleira Campo de pastagem (04 respostas) -Uréia - Controle de carrapatos e bernes - Alporquia (04 respostas) - Tratamento palanque (02 respostas) - palhada (05 respostas) - Urina de vaca (02 respostas) - Húmus de minhoca - "remédio para curar berne" - remédios com ervas (03 respostas) - Tirolisas: - agrofloresta (03 respostas) - Conservação do solo -adubo da independência - Rotação de culturas (03respostas)	(1) 01 a 05 (11) 05 a 07 (31) 07 a 10	Ter uma terra própria ou com contrato mais seguro - Produzir mais e ter mais comercio - Pretende trabalhar tudo orgânico

		-sementes crioulas -Nenhuma (02 respostas)		
Diversificação da produção e produção para o auto consumo	Igual agora (03 respostas)	- Ampliei minha área de produção, produzo de tudo pra consumo e sobra vendo - Planta bem diversificado, - Plantava de tudo para consumo (04 respostas) -arroz -Feijão (07 respostas) - frutas (07 respostas) - De Tudo para consumo (06 respostas) - verduras (09 respostas) - Leite (04 respostas) -Batata doce (03 respostas) - Milho (11 respostas) - Maior parte da produção é para auto consumo, venda só feijão, - queijo (04 respostas) - frango (06 respostas) - Olericultura (02 respostas) - Animais - Mandioca (07 respostas)	(-) 01 a 05 (7) 05 a 07 (11) 07 a 10	- Formar uma horta - Implantar pomar - Organizar bem a comercialização
Fruticultura	Não tinha Ponkan	Início dos pomares - Somente para consumo (09 respostas) - Caqui (11 respostas) -Ponkan (25 respostas) - pêssego - ameixa (03 respostas) - Figo (04 respostas) - Laranja (20 respostas) - Banana (04 respostas) - Maracujá (05 respostas) -Uva (05 respostas) - Iniciar pomar (10 respostas) - Expandir pomar (11 respostas)	(2) 01 a 05 (9) 05 a 07 (28) 07 a 10	Aumentar o pomar
Sistemas agroflorestais	Não conhece Não Faz (06 respostas)	Não faz (04respostas) Após vista a agrofloresta, iniciou o trabalho	(5) 01 a 05 (-) 05 a 07 (02) 07 a 10	
Qualificação projetos PRONAF	- Não Faz (06 respostas) - Fez pedido -Não quis (07 respostas) - Muita burocracia - Não teve problemas (04 respostas)	- Não consegue acessar por falta de documentos - Automático (07 respostas) -Grupo quer pegar trator - Micro crédito - Investimento Cresol (02 respostas) - Custeio (07 respostas) - Não conseguiu acessar - Somente precisou fazer	(5) 01 a 05 (3) 05 a 07 (22) 07 a 10	Poder acessar o crédito Não quer ter dívidas (03 respostas)

	-Precisava avalista - Terreno de inventário	análise de solos		
Custos de Produção e Renda	Não faz (16 respostas) - Faz C.P (03 respostas)	Não faz, mas percebe que a renda melhorou - faz para verificar as perdas e ganhos da produção -Aprendeu com os técnicos a fazer	(7) 01 a 05 (5) 05 a 07 (3) 07 a 10	
Comercialização - mercado local - PAA - PNAE	Ceasa (08 respostas) Mercado Local (04 respostas) Feira (03 respostas)	-Fez projeto -Entrega na compra direta(PAA e PNAE) (30 respostas) Verduras e cheiro verde - entrega para Sindicato e Aprafi - A compra direta é que está nos salvando -Ceasa (19 respostas) - Mercado Local (07respostas) - Feira – CTBA (02 respostas)	(3) 01 a 05 (7) 05 a 07 (32) 07 a 10	-Muito bom daria nota mais de 10, ampliação - Precisa pagar em dia - Precisa ser mais rápido o pagamento - cotas menores (02 respostas) - Aumentar Cotas (02respostas) - Ser Menos Burocrático (03 respostas) - comprar mais vacas e vender mais verduras - Freteiro ter carros menores, juntar tudo num deposito e depois entregar - avançar nas orientações burocráticas do programa
Organização - Local (produção, Processamento, comercialização) Institucional (Entidades, representação...)	Aprafi e sindicatos Não participa(III) - A criação das organizações deu voz aos agricultores	- Associado no sindicato (12 respostas) - Aprafi (04 respostas) - As organizações ajudam sempre que precisa - Coopafi (09 respostas) - Astrafi (08 respostas) - Cozinha comunitária/conservas/panificação (04 respostas) - Cresol (24 respostas) - Associação Produtores (04 respostas) - Aprotunas (03 respostas) - cresol formou muita gente	(-) 01 a 05 (3) 05 a 07 (25) 07 a 10	Organizações precisam organizar melhor a embalagem dos produtos
Acesso às políticas públicas e infraestrutura		-Não acessa nenhuma - PAA (05 respostas) - Bolsa Família (16 respostas)	(-) 01 a 05 (5) 05 a 07 (21) 07 a 10	

		<ul style="list-style-type: none"> - Luz para todos (08 respostas) - Salário maternidade - Luz fraterna, tarifa Social (08 respostas) - Aposentadoria (04 respostas) - Leite da criança (03 respostas) - Minha casa minha vida (03 respostas) 		
Outros	<ul style="list-style-type: none"> - Tinha assistência da casa de sementes - não tinha assistência técnica - "Técnicos a gente via a uma vez por ano" - sem ATER - Não tinha técnico a campo 	<ul style="list-style-type: none"> - Bom trabalho - Ajudam os agricultores - Excelente atendimento - 	(-) 01 a 05 (3) 05 a 07 (38) 07 a 10	Continuar o trabalho, Cada vez mais forte Fazer mais visitas práticas a campo - Continuar o projeto porque o técnico já é de confiança do povo(caiu na graça do povo) - Fazer cursos de capacitação para agricultores, juventude - ser menos papel e mais prática - Planejar conforme a época de plantio Mais orientação a campo

As informações apresentadas a seguir trazem uma síntese geral das principais questões levantadas na pesquisa.

Tabela 32: Síntese Geral da avaliação qualitativa

ASPECTO	FAMÍLIAS AGRICULTORES	ENTIDADES	AGENTES
Organização Coordenação Equipe agentes Parcerias Estrutura – condições de trabalho	Dificuldades: Positivo: <ul style="list-style-type: none"> - agentes com experiência anterior; - agentes conhecedores da realidade local; - agentes comprometidos e envolvidos com a realidade que se colocam ao lado da família; - bem preparados/ capacitados. Sugestões:	Dificuldades: <ul style="list-style-type: none"> - muita burocracia; - a coordenação precisaria estar mais presente; - necessidade de monitoramento mais próximo; - inexperiência de alguns agentes. Positivo: <ul style="list-style-type: none"> - mais organização e no planejamento das famílias Inseridas no PAA.	Dificuldades: <ul style="list-style-type: none"> - o envolvimento inicial das entidades poderia ser maior; - dificuldade de mobilização inicial; - dificuldades com chuva (motos - estradas); - famílias muito dispersas. Positivo: <ul style="list-style-type: none"> - forte articulação junto aos agricultores na realidade concreta;

	<ul style="list-style-type: none"> - continuidade do trabalho por pelo menos 5 anos; - continuidade da equipe; - importância da assistência técnica para a sobrevivência e desenvolvimento da agricultura familiar; - capacitar mais os agentes na área da fruticultura e olericultura; - transporte próprio para os agentes. 	<p>Sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - que haja continuidade dos trabalhos, foi feito a primeira parte, agora é que vai ser possível fazer avançar de fato; - ampliar para mais famílias; - mais presença junto às unidades familiares; - necessidade de ser um trabalho permanente; - permanência da atual equipe na continuidade; - ampliar e qualificar a comunicação; - transporte próprio para os agentes; - melhorar a estrutura. 	<ul style="list-style-type: none"> - o apoio das entidades; - boa capacitação metodológica e propositiva inicial; - bom apoio estrutural das entidades. <p>Sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - mais tempo para ações concretas; - mais comunicação e integração na equipe; - mais capacitação técnica específica para os agentes (cultivos, criações, crédito; - (projetos,...); - buscar maior interação e apoio nas prefeituras.
	<p>Propostas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - qualificação da coordenação; - continuidade do trabalho para a efetiva execução, pois está planejado e organizado; - maior comunicação com as entidades; - planejar junto com as entidades; - maior interação na equipe; - criação de proposta de formação/ capacitação permanente na equipe; - moradia do agente mais próximo ao local de atuação; - criar mecanismo de comunicação; - transporte próprio para os agentes; - integrar com outras entidades locais (ações conjuntas como formação etc.); - articulação de redes locais de ATER; - ampliação das parcerias e qualificação das parcerias (ex. UFPR). 		

ASPECTO	FAMÍLIAS AGRICULTORES	ENTIDADES	AGENTES
<p>Proposta</p> <p>Metodologia - estratégia geral</p> <p>Plano Familiar</p> <p>Plano Comunitário</p> <p>Outros materiais</p>	<p>Dificuldades:</p> <p>Positivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - bom resultado de formação e informação; - ajudou a conhecer a realidade e planejar; - trouxe novas tecnologias; - continuidade de outros trabalhos já iniciados antes; - contribuiu na busca da superação dos agrotóxicos; - e ações iniciais para transição agroecológica; - instrumentos contribuem com o planejamento e 	<p>Dificuldades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - é uma ferramenta nova - pouco tempo para execução do planejado; - precisa ter um acompanhamento continuado. <p>Positivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - trabalho essencial no desenvolvimento de novas experiências de agroecologia, produção, e cooperação, pensando no desenvolvimento local; - valorização e respeito à cultura e realidade local; - quando desenvolvido, contribui, faz as pessoas pensarem o que 	<p>Dificuldades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - as famílias não têm o hábito de planejar e avaliar os custos de produção. <p>Positivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - material de apoio contribuiu para que os agricultores pudessem visualizar entender e planejar seus sistemas de produção. <p>Sugestões:</p> <ul style="list-style-type: none"> - acompanhamento e continuidade do trabalho;

	gestão da unidade familiar. Sugestões: - mais momentos de capacitação; - planejar a produção (PNAE); - acompanhar mais as famílias e não demorar para voltar; - mais dias de campo e práticas nas unidades familiares; - necessidade da ajuda do agente na aplicação dos instrumentos.	fazem planejar, visualizarem o futuro; - abordagem participativa; - importantes inovações tecnológicas; - fortalecimento da relação entre as organizações parceiras. Sugestões: - planejar junto com as entidades; - envolver mais as entidades; - construir mais unidades de estudo e referência; - criar referências coletivas; - organização e planejamento produção p/ comercialização.	- melhorar estruturas para dias de campo.
	Propostas: - construir mais unidades de estudo e referência; - criar referências coletivas; - mais dias de campo; - mais capacitação junto às famílias; - organização e planejamento na comercialização.		
Outros	Dificuldades: - os agentes reclamaram do excesso de burocracia proposta pelo MDA, principalmente relacionando-se aos diagnósticos, o que criou um sobre trabalho, pois os planos familiares também envolveram um diagnóstico físico e funcional dos sistemas de produção; - a seleção das famílias e a DAP consumiram muito tempo - que poderia estar sendo usado para trabalho concreto. Sugestões: - MDA ser mais ágil na análise/avaliação dos produtos e liberação dos pagamentos.		

QUESTÕES CONCRETAS - ESPECÍFICAS				
ASPECTO	NOTA			PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES
	Obs. - a nota refere-se ao nível de execução, resultados obtidos e satisfação das famílias, sendo Insatisfatório = 00 a 05; Bom = 05 a 07; Muito Bom = 07 a 10			
	FAMÍLIAS	ENTIDADES	AGENTES	
Conhecimento agroecológico	00 a 05 = 12 % 05 a 07 = 28 % 07 a 10 = 60%	00 a 05 = 0 % 05 a 07 = 0 % 07 a 10 = 0%	00 a 05 = 00 % 05 a 07 = 54 % 07 a 10 = 46%	- Os dias de campo e intercâmbios contribuíram muito com a construção do conhecimento agroecológico; - É um processo inicial com maiores resultados a médio e longo prazo; - É grande a expectativa inicial em torno das práticas agroecológicas; Traz novas perspectivas ao Vale.
Capacitação famílias		Obs. não responderam, não tinham informações suficientes		

Planos Familiares de desenv. sust. e transição agroecológica	00 a 05 = 00 % 05 a 07 = 26 % 07 a 10 = 84%	00 a 05 = 11 % 05 a 07 = 44 % 07 a 10 = 45%	00 a 05 = 00 % 05 a 07 = 54 % 07 a 10 = 46%	- Não havia planejamento; - Desafio de execução do planejado e qualificação dos planos; - Exercer o planejamento em todas as unidades familiares.
Adoção e desenvolvimen- to de práticas agroecológicas	00 a 05 = 02 % 05 a 07 = 26 % 07 a 10 = 72 %	00 a 05 = 11 % 05 a 07 = 44 % 07 a 10 = 45%	00 a 05 = 09 % 05 a 07 = 46 % 07 a 10 = 45%	- Havia um bom trabalho iniciado principalmente pela AOPA; - A adoção de tecnologias e práticas agroecológicas tem sido principal ação concreta junto às unidades familiares.
Diversificação da Produção e Produção para o auto consumo	00 a 05 = 00 % 05 a 07 = 39 % 07 a 10 = 61 %	00 a 05 = 11 % 05 a 07 = 33 % 07 a 10 = 66 %	00 a 05 = 00 % 05 a 07 = 45 % 07 a 10 = 64 %	- Normalmente há uma boa diversificação e produção para o auto consumo; - o desafio é a qualificação do auto consumo; - desafio da introdução e ampliação da produção de pequenos animais.
Fruticultura	00 a 05 = 05 % 05 a 07 = 23 % 07 a 10 = 72 %	00 a 05 = 00 % 05 a 07 = 33 % 07 a 10 = 66 %	00 a 05 = 00 % 05 a 07 = 39 % 07 a 10 = 61 %	- muito focado nos citros; - necessidade de introdução e aproveitamento de outras frutas; - desafio da recuperação e transição agroecológica nos pomares existentes.
Sistemas agroflorestais	00 a 05 = 71 % 05 a 07 = 00 % 07 a 10 = 29 %	00 a 05 = 33 % 05 a 07 = 22 % 07 a 10 = 45 %	00 a 05 = 27 % 05 a 07 = 46 % 07 a 10 = 27 %	- É um potencial para o Vale, mas sistemas agroflorestais ainda são poucos conhecidos; - Os intercâmbios têm contribuído para ampliar a informação a respeito.
Qualificação projetos PRONAF	00 a 05 = 17 % 05 a 07 = 10 % 07 a 10 = 72 %	00 a 05 = 11 % 05 a 07 = 33 % 07 a 10 = 56 %	00 a 05 = 00 % 05 a 07 = 44 % 07 a 10 = 45 %	- algumas famílias não querem acessar o crédito; - foram atendidas as demandas; - há necessidade de qualificar.
Custos de Produção e Renda	00 a 05 = 47 % 05 a 07 = 33 % 07 a 10 = 20 %	00 a 05 = 11 % 05 a 07 = 33 % 07 a 10 = 56 %	00 a 05 = 36 % 05 a 07 = 36 % 07 a 10 = 28 %	- esse é um grande desafio; - os resultados requerem mais tempo de trabalho para serem avaliados.
Comercializa- ção – mercado local – PAA - PNAE	00 a 05 = 07 % 05 a 07 = 17 % 07 a 10 = 76 %	00 a 05 = 00 % 05 a 07 = 11 % 07 a 10 = 91 %	00 a 05 = 00 % 05 a 07 = 36 % 07 a 10 = 64 %	- destacam-se os bons resultados devem-se ao PAA e as feiras; - há desafios para além dessas iniciativas.
Organização - Local produção Institucional	00 a 05 = 00 % 05 a 07 = 11 % 07 a 10 = 89%	00 a 05 = 11 % 05 a 07 = 33 % 07 a 10 = 56%	00 a 05 = 09 % 05 a 07 = 36 % 07 a 10 = 55%	- as organizações estão acompanhando o trabalho; - avançou um pouco na organização da produção -

				mas muito trabalho ainda precisa ser feito - tanto na produção, processamento, como na comercialização.
Acesso às políticas públicas e infraestrutura	00 a 05 = 00 % 05 a 07 = 19 % 07 a 10 = 81%	00 a 05 = 11 % 05 a 07 = 44 % 07 a 10 = 45%	00 a 05 = 00 % 05 a 07 = 45 % 07 a 10 = 55%	- É forte a presença de políticas públicas - destacando-se bolsa família; - a atuação maior do trabalho de ater foi junto ao PAA e Pnae - em trono de ações que já estava acontecendo; - contribuindo na organização e envolvendo novas famílias.
Outros	- Há fortes manifestações quanto à importância deste trabalho, pois muitas famílias não tinham assistência técnica; - Há manifestações positivas em relação à metodologia: forma de abordagem - forma de atuação do agente (papel) - conteúdos trabalhados (proposta)			

Considerações, conclusões e encaminhamentos do seminário de avaliação do Projeto

Após sistematização dos questionários, realizou-se um Seminário Regional de Avaliação do Projeto Rede de ATER Da Agricultura Familiar Vale Do Ribeira – PR, em Cerro Azul, nos dias 21 e 22 de março de 2012. O seminário teve como objetivo avaliar o trabalho realizado, resolver suas fragilidades, e a partir dos avanços qualificar a continuidade.

A programação dividiu-se em 08 momentos:

- a) Mesa de abertura;
- b) Apresentação do trabalho de Ater a partir da experiência de famílias agricultoras;
- c) Apresentação de síntese do diagnóstico;
- d) Apresentação do resultado do monitoramento;
- e) Debate inicial;
- f) Trabalho em grupos;
- g) Apresentação e debate;
- h) Plenária final.

Para fins desta síntese avaliativa e propositiva, transcrevem-se as principais considerações, conclusões e encaminhamentos.

Principais considerações:

Nesta fase inicial o trabalho de ATER envolveu muitas atividades de diagnóstico, planejamento e organização, tanto do conjunto como junto às unidades familiares de produção.

Muitas ações concretas foram realizadas, mas, sobretudo estão criadas as condições para efetiva multiplicação e qualificação destas ações práticas planejadas e iniciadas. A grande preocupação das famílias de agricultores, entidades e da equipe é com a continuidade do trabalho;

Considerações a partir do trabalho de grupos:

As considerações e conclusões a seguir são resultantes da pesquisa de monitoramento, do diagnóstico da realidade e discussões realizadas no seminário.

Planilha 33: Conclusões avaliativas

ASPECTO	QUESTÕES POSITIVAS	QUESTÕES A MELHORAR	PROPOSTAS
Organização Coordenação Equipe - Agentes Parcerias Estrutura condições de trabalho	- ajustes organizacionais e na equipe durante o projeto; - consolidação da equipe e formação de agentes do próprio município; - parceria com as entidades (financeira e estrutural); - os objetivos confluem com os objetivos das entidades.	- As entidades da rede querem participar mais das discussões e monitoramento; - qualificar a condição de parceria na rede de ater; - mais autonomia de deslocamento (transporte) dos agentes; - condições para escoamento da produção; - mais aproximação entre as entidades; - mais organização entre agricultores e técnicos.	- qualificar a interação e atuação do Conselho Gestor; - mais reuniões entre a cooperativa e as entidades parceiras para planejamento de atividades conjuntas; - ampliar a rede de entidades parceiras e discutir sobre o papel e contribuição de cada uma; - iniciar articulação e mobilização para construção de redes locais de ATER; - ampliar para mais famílias e envolver as famílias quilombolas das comunidades contempladas; - buscar apoio da prefeitura para coleta de lixo; - mais capacitação dos agentes antes de ir para as comunidades; - melhorias na forma de pagamento dos agentes; - agendar previamente as visitas com as famílias.

ASPECTO	QUESTÕES POSITIVAS	QUESTÕES A MELHORAR	PROPOSTAS
Proposta	- dias de campo; visitas; reuniões;	- houve poucas	- mais trabalho

Metodologia estratégia geral	- unidades de referência e estudo; - as famílias são envolvidas no diagnóstico da realidade e decidem o plano de futuro (protagonismo);	atividades específicas com a questão gênero; - mais auxílio direto do agente na construção dos planos familiares;	específico com as mulheres e jovens; - envolver mais a família;
Plano Familiar	- os agentes conhecem a realidade, se envolvem e se tornam parceiros das famílias;	- mais visitas dos técnicos;	- organizar previamente uma agenda junto às famílias;
Plano Comunitário	- materiais utilizados; - formação de grupos;	- realizar mais visitas dos agentes às famílias;	- realizar mais dias de campo e mais próximos das famílias e da realidade local;
Outros materiais	- agentes empenhados e esforçados; - ajuda na organização da propriedade e da produção; - incentivou os jovens; - incentivo e estímulo à agroecologia e tecnologias adequadas à região; - incentivo à diversificação das unidades familiares para auto consumo e comercialização; - os planos familiares são importantes para o futuro das unidades familiares; - as atividades de capacitação foram boas;	- reforçar mais a transição agroecológica; - mais aprofundamento conceitual/teórico da agroecologia.	- qualificar o trabalho na área da comercialização; - organizar mais grupos; - mais assessoria.

ASPECTO	QUESTÕES POSITIVAS	QUESTÕES A MELHORAR	PROPOSTAS
Tecnologias - práticas	- tirolesas para transporte da produção;	- adequar as tecnologias e propostas à realidade de cada município.	- mais formação de tecnologias concretas para os agentes; - acesso e ou suporte/ apoio na produção de mudas, sementes e kit's para preparados agroecológicos; - construção de agroindústrias. - construir mais cabos aéreos;
Outros		- melhorias nas estradas para deslocamento dos agentes e escoamento da produção; - MDA mudar o sistema de lançamento dos produtos e forma de pagamento dos mesmos.	- elaboração de carta nos municípios de solicitação da agilização das tramitações junto ao MDA e garantia de continuidade dos trabalhos; - levar a discussão para Conferência Nacional; - não mudar a equipe para a continuidade.

Síntese principais aspectos a considerar na pesquisa:

Quanto à duração e seqüência do projeto e processo:

Avaliou-se que houve pouco tempo para execução do planejado e entende-se que os verdadeiros resultados desse processo somente se realizam no médio e longo prazo.

Quanto à organização/ articulação

Destacaram-se os aspectos relacionados à correta adequação à realidade local, tanto no que se refere ao contexto como também na continuidade de outros trabalhos já iniciados antes sendo que, os objetivos confluíram com os objetivos das entidades, o que facilitou o envolvimento e fortaleceu a relação e articulação entre as organizações parceiras. Outro aspecto avaliado como positivo foi a capacitação e consolidação de agentes do próprio município, conhecidos e reconhecidos pelas famílias, tanto que as famílias se empenhavam em contribuir para essa formação pensando no futuro do trabalho.

Entendeu-se que o processo de construção inicial com as entidades foi insuficiente sendo que as mesmas demoraram para entender a proposta e tornar-se sujeito orgânico mais ativo e efetivo, tanto nas elaborações, articulações junto às famílias, monitoramento e ajustes. As famílias também demoraram para entender que se tratava de uma proposta diferenciada de ATER, e reclamaram maior interação e organização entre agricultores e agentes técnicos.

Foi positiva a formação/organização de grupos de produção.

Estrutural - condições de trabalho – metas

Apesar do empenho das entidades houveram dificuldades estruturais, pois essa aproximação com as propostas e desafios das próprias entidades proporcionou outros compromissos e envolvimento dos agentes e dificultou a execução das metas obrigatórias nos projetos. Também a estrutura das entidades disponibilizada para o trabalho de ATER era limitada e precisava atender as necessidades e agendas da própria entidade, limitando a atuação dos(as) agentes.

Capacitação - formação – informação

O resultado de formação e informação foi positivo, pois ajudou a conhecer a realidade e planejar, trouxe novas tecnologias e contribuiu na busca da superação dos agrotóxicos e, por envolver agentes das próprias comunidades contribuiu na formação de novas lideranças locais (os/as agentes).

Metodologia – instrumental (caderno) – estratégia

Houveram muitas manifestações positivas em relação à metodologia na efetividade da condição participativa, na forma de abordagem, forma de atuação dos(as) agentes (papel) e conteúdos trabalhados (proposta). Como no Vale do Ribeira já havia um trabalho inicial de agroecologia foi muito positiva a metodologia e estratégia, pois qualificou e potencializou o processo local existentes, a destacar:

- o envolvimento das famílias no diagnóstico da realidade e decidem o plano de futuro (protagonismo);
- a valorização e respeito da cultura e realidade local;
- os planos familiares são uma ferramenta nova como forma de diagnóstico e planejamento do futuro das unidades familiares, sendo que os instrumentos contribuíram com o planejamento e gestão da unidade familiar especialmente na organização da propriedade e da produção;
- dias de campo, intercâmbios, mutirões e unidades de referência e estudo;
- os(as) agentes conheciam a realidade se envolveram e se tornam parceiros(as) das famílias;
- qualidade e acessibilidade dos materiais utilizados;
- incentivou os jovens;
- incentivo à diversificação das unidades familiares para auto consumo e comercialização, o e estímulo à agroecologia e ações iniciais para transição agroecológica, e a construção de tecnologias adequadas à região;

Outras

Avalia-se também que foi frágil o trabalho de gênero e houve poucas atividades específicas com as mulheres e a constatação da necessidade envolver mais a família.

Também houveram fragilidades na execução prática dos planos familiares e reclama-se o maior auxílio direto do agente na execução;

Avalia-se como muito significativa a contribuição na qualificação da produção e organização juntos às iniciativas de mercado institucional (PNAE e PAA),

mas reclama-se poucos avanços na área da comercialização mais ampla da produção.

5.6.4 Chamada ATER INCRA – CEAGRO

Avaliação a partir do acompanhamento e contribuições diretas na execução do projeto/processo

O desafio nessa iniciativa se multiplicou porque além da execução do projeto e o grande número de metas previstas, buscou-se atuar a partir da realidade local e das decisões locais tanto no âmbito das unidades familiares/camponesas de produção e vida, e ainda, contribuir com as estratégias do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. A liberação dos recursos financeiros para realização dos trabalhos se dá exclusivamente através da comprovação da execução das metas do projeto onde 100% das horas de trabalho estão planejadas em atividades predeterminadas. Assim quase toda demanda que resulta do processo participativo, praticamente ser realizada de forma paralela.

Na iniciativa do Ceagro houve muita troca de membros na equipe técnica, fragilizando o processo de formação e/ou exigindo a retomada de conteúdos já acumulados por parte da equipe.

Esse projeto de ATER é parte do trabalho do Ceagro na região, que se realiza em 11 municípios da região Centro Oeste do Paraná, e tem a agroecologia como uma das estratégias centrais.

Avaliação realizada pela equipe técnica e coordenação

No relatório de avaliação aparecem diversos outros aspectos, que vão para além dos aspectos metodológicos, que são importantes, mas para fins dessa sistematização centrou-se a atenção aos aspectos metodológicos.

Os planos comunitários contribuíram muito para o fortalecimento da identidade e percepção do protagonismo coletivo na trajetória histórica da comunidade, como expresso no relatório da avaliação:

Nas atividades comunitárias foi muito importante trabalhar o resgate da história das famílias assentadas, pois de certa forma estamos valorizando as suas histórias e, ao mesmo tempo, estabelecendo uma relação de confiança. A nossa metodologia de trabalhar os planos comunitários e planos familiares foi uma experiência muito importante, pois planejamos as atividades conforme as demandas das comunidades e famílias assentadas. Também nota-se uma participação mais ativa das discussões por parte dos técnicos e assentados fazendo realmente uma troca de experiência. (Síntese relatório de avaliação Ceagro, outubro de 2012, p.03)

Com relação aos planos familiares a dificuldade maior relaciona-se ao fato das famílias estarem muito envolvidas dos agrotóxicos e outros recursos do modelo agroquímico. Mas análise das unidades familiares que o plano propicia ajudou a compreender a pouca funcionalidade dos sistemas de produção, sua grande dependência externa e altos custos, com baixos resultados.

Trabalhar com as famílias um plano de transição das propriedades para produção orgânica tivemos e termos dificuldade, pois muitas famílias acham que não existe outra forma de produção além do pacote do agronegócio. Isso vai ser superado se a avançarmos mais em fazer experiência práticas de construção coletiva do conhecimento junto com os agricultores.

...

Percebemos que as famílias que estão na transição muitas entraram, porque estão falidas e verem a agroecologia como uma saída do barraco e esse resultado, nos coloca dois desafios. Primeiro a formação da equipe e apropriação do conhecimento da agroecologia, desenvolver pesquisa, etc. Segundo de trabalho com o próprio agricultor de fazer experiência e construir conhecimentos práticos junto aos agricultores. (Síntese relatório de avaliação Ceagro, outubro de 2012.)

Mesmo que nos planos familiares pouco se tenha avançado na transição agroecológica, mas muitas iniciativas e práticas agroecológicas foram amplamente iniciadas, como a aplicação de pó de rocha, a implantação de 45 (quarenta e cinco) sistemas de pastejo racional rotativo iniciados e mais 30 (trinta) planejados, melhoria de pastagens e introdução de leguminosas, adubações verdes, e outras. 46 (quarenta e seis) famílias iniciaram a transição agroecológica nos seus sistemas de produção, destacando-se a produção de hortaliças, leite orgânico e frutas.

Atualmente o INCRA – superintendência do Paraná está recomendando a aplicação de Planos Familiares de ações para Transição Agroecológica nos editais de seleção pública de ATER para assentamentos da reforma agrária.

Foi a experiência onde mais avançou a agroecologia dado ao projeto de ATER - mas, sobretudo à atuação geral do Ceagro, MST e MPA, e UFFS. Em 2010 inicia-se a organização do Núcleo Regional de Agroecologia Luta Camponesa da Rede ECOVIDA na região do território da Cantuquiriguaçu, construído

principalmente por iniciativa do Ceagro em parceria com o MST e o MPA que são os movimentos sociais mais organizados nesta região que levam essa bandeira da agroecologia.

A região é representada por grandes forças produtivas do agronegócio, e nos últimos anos sofrendo com a ofensiva da soja e o milho transgênicos - que entram também nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, instalando a monocultura e deixando a margem dos processos produtivos e econômicos os camponeses, com seus sistemas de produção fragilizados, dependentes de insumos externos, com renda insuficiente, e em ambientes crescentemente degradados. Nesse modelo não conseguem acessar as "tecnologias" como maquinário, sementes, insumos e principalmente não possuem área de terras e nem escala necessárias para essas tecnologias. Dessa forma acabam arrendando seus lotes e vivendo com uma pequena porcentagem de recursos a margem do sistema econômico, tencionando para a busca de complementação na renda no trabalho assalariado fora do sistema de produção, ou até mesmo ao êxodo rural.

Como estratégia de resistência e ofensiva mais efetiva a esse modelo e também na construção de uma proposta mais sustentável para o campo, criou-se na região em 2010 um Núcleo de agroecologia articulado na Rede Ecovida. Essa articulação e organização vêm avançando no debate, na troca de experiências, na produção de alimentos, na participação e conscientização da sociedade em diversos setores, quanto à importância do alimento saudável, da reforma agrária, da proteção do meio ambiente, da valorização da cultura camponesa, viabilização da produção familiar e ecológica.

Atualmente o Núcleo Regional de Agroecologia Luta Camponesa conta com 40 grupos, em 12 municípios da região e aproximadamente 500 famílias envolvidas na transição agroecológica. A metade destes grupos já está significativamente consolidada e os demais se encontram em fase inicial de organização. Alimenta-se a perspectiva de envolvimento de próximo a 1.000 famílias nos próximos anos.

A metodologia de transição agroecológica em construção visa à massificação da proposta, contemplando a diversidade de condições e perspectivas das famílias agricultoras na região, visando desde a redução dos custos de

produção, a qualificação do auto consumo, a diversificação dos sistemas de produção ampliando a resistência e resiliência dos mesmos.

No campo da produção e comercialização envolve atividades centrais da economia das famílias, como o leite - onde conta-se com uma agroindústria quase concluída para 20.000 litros de leite dia (orgânicos). No momento destaca-se a produção de hortaliças e frutas que vão para as feiras, PAA e PNAE, e inicia-se a distribuição de cestas de alimentos agroecológicos entregues a domicílio. Alimenta-se a expectativa de em breve abastecer o restaurante universitário (em torno de 900 refeições dia), buscar outros espaços no mercado local/regional e de entrar no circuito de comercialização da Rede, numa perspectiva futura de estabelecer uma rota de circulação semanal de produtos orgânicos entre Foz do Iguaçu a Curitiba.

Tem parceria forte com a UFFS (Universidade Federal Fronteira Sul), e com a Experiência de Cooperação de Mondragon (País Basco - ES).

5.7 SÍNTESE DAS PRINCIPAIS QUESTÕES AVALIATIVAS DAS EXPERIÊNCIAS ESTUDADAS

Embora essa análise pretendesse estudar a efetividade metodológica, percebeu-se que outros aspectos tiveram influência muito significativa durante a realização dos projetos e afetaram efetividade dos resultados alcançados. Portanto, entendeu-se que os resultados tanto dependem da metodologia, como do contexto e condições mínimas necessárias para que uma proposta se realize.

5.7.1 Sobre a relação/interação entre Projetos e processos

Como as experiências analisadas foram financiadas por projetos do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) através da Secretaria da Agricultura Familiar e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), evidenciam-se algumas dificuldades resultantes principalmente das condições predeterminadas para o possível financiamento e até mesmo de condições construídas na elaboração dos projetos. Uma das questões significativamente relevante é a desconexão do tempo de projeto e tempo de processo. O tempo dos projetos é cronologicamente determinado e com metas numericamente definidas.

Em um processo organizacional e de trabalho popular na prática não a temporalidade cronológica é relativa, e as metas muitas vezes precisam ser reajustadas e revistas, pois os contextos são dinâmicos. Segue uma síntese das principais dificuldades identificadas durante a pesquisa:

a) Os projetos têm tempo cronológico determinado, sem possibilidade de ajustes e, com exceção da experiência do Ceagro, que está tendo continuidade para além de um ano, os demais projetos tiveram a duração prevista de um ano, e não foi possível a obtenção de recursos para sua continuidade. Como o trabalho das organizações, como cooperativas, ONGs, ou outras entidades da agricultura familiar realizam grande parte de seus trabalhos através de projetos, dependem da disponibilidade de recursos para continuar o trabalho. Quando havia maior disponibilidade de recursos advindos da cooperação internacional havia maior continuidade porque os projetos normalmente eram de dois ou mais anos, com freqüente renovação. Hoje a grande maioria dos projetos são editais governamentais e sua duração é de um ano, com poucos casos de renovação. Assim, nos projetos estudados, nas discussões iniciais com as famílias, era comum o questionamento: “Isso é algo mais conseqüente que vai continuar, ou é mais um projeto que termina logo e nos deixa novamente abandonados?”.

b) Além da descontinuidade enquanto projeto de financiamento, os projetos tiveram sérios problemas de descontinuidade durante sua execução, levando inclusive a prorrogações nos prazos. Isso ocorreu principalmente pela lenta tramitação burocrática junto ao governo nas análises das prestações de contas, mas também houve situações de dificuldades de execução de metas nos prazos previstos. As duas principais conseqüências foram a geração de desconfiança e descrédito junto às famílias de agricultores e a perda e substituição de profissionais já capacitados e inseridos nas comunidades.

c) Os projetos se dizem sustentados em metodologias participativas, mas metas e conteúdos são previamente estabelecidos e, impedem as possibilidades dos necessários ajustes em função dos contextos e das conjunturas locais. Isso constrange os ideais participativos e influenciam os resultados do processo participativo. Os processos de organização popular e de construção coletiva do desenvolvimento são dinâmicos. Assim ocorrem duas ações paralelas: cumprir as metas para prestar contas e liberar os recursos e realizar o processo de fato, que

muitas vezes requer outras ações que não previstas no projeto. Como normalmente as metas do projeto são muitas, fica prejudicada a parte do processo.

d) As avaliações realizadas pelo governo nos projetos e processos estudados se pautaram basicamente nos meios e não nos fins, ou seja, no nível de execução das metas, nas listas de presenças e outros mecanismos numéricos de aplicação dos recursos e não nos resultados efetivos junto às famílias de agricultores. Se as avaliações se dessem embasadas na efetividade dos resultados a que se propõe o projeto, as metas e ações predeterminadas poderiam ser flexibilizadas.

e) Além da burocracia de prestação de contas, os projetos do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) impuseram diagnósticos das famílias e dos sistemas de produção para fins de cadastro e banco de dados. Isso na prática tornou-se uma dificuldade, pois no início do trabalho, quando se inicia a interação do agente técnico com a família, onde as atenções deveriam se voltar para a unidade familiar e para os objetivos do trabalho se gasta um tempo grande para esse diagnóstico, que inclusive gera desconfiança da família. O conteúdo das questões desse diagnóstico elaborado por burocratas fora da realidade traz muitas questões pouco sintonizadas com o trabalho e com a realidade, ou até mesmo questões impossíveis de serem aplicadas, como por exemplo, no Vale do Ribeira, o questionário perguntava sobre a idade das galinhas, que virou inclusive motivo de gozação. A metodologia proposta para esse trabalho também propõe um diagnóstico analítico e propositivo a ser construído coletivamente junto às unidades familiares, dentro do plano familiar. Assim realizaram-se dois diagnósticos, com conteúdos e objetivos diferentes.

5.7.2 Sobre a organização e articulação das redes locais

Um dos maiores desafios dos Projetos e processos consistiu em integrar as entidades que mesmo sendo próximas em termos de história ou ação e articuladas informalmente em um mesmo Fórum de Entidades da Agricultura Familiar ou camponesa ainda guardam reservas entre si e tem dificuldades de se perceberem como partes de um projeto comum e promover a desenvolvimento local e sustentável.

O planejamento participativo, principalmente em nível de comunidade e município, aproxima as entidades e a partir desta aproximação, é possível ampliar as articulações. No entanto, até agora os Planos Municipais de extensão agroecológica em rede foram elaborados, mas resta a dúvida de como se desenvolverão, pois alguns desafios se evidenciam: quais os limites que estas redes locais encontrarão? Como garantir a continuidade das redes?

Como não há espaços ou processos mais amplos, vivos, reconhecidos e permanentes de construção do desenvolvimento local, cada organização tende a ter seu projeto/proposta para o desenvolvimento, muitas vezes pensado a partir da própria organização e que pode mudar de acordo com a orientação da gestão em vigor. Quando se trata de organizações de fora e gestadas fora do município ou que vão para além do município a complexidade é ainda maior, pois no local se tem pouca autonomia e ações e os recursos são destinados a programas e ações pouco flexíveis ou nada flexíveis, a serem executadas em metas obrigatórias.

As famílias agricultoras não têm espaço na gestão e orientação política e estratégica das instituições públicas, como no caso das Instituições de ATER, e mesmo na gestão municipal, os conselhos são pouco operantes, com papel limitado e pouco representativo de fato.

Na construção dos Planos Municipais percebia-se grande disposição e contribuição dos agentes representantes das organizações, mas essa condição provavelmente não teve a mesma efetividade a partir “do todo” da organização.

Portanto identificam-se limitações estruturais na organização social, política e econômica para uma possibilidade participativa efetiva capaz de orientar e reorientar estrategicamente o desenvolvimento local.

Assim as articulações em rede têm maior efetividade em torno de eixos temáticos e ações concretas mais específicas, tendem aglutinar organizações mais alinhadas ideologicamente, e cumprem um papel de tencionar e disputar algumas dimensões no processo de construção do desenvolvimento local/regional. Percebe-se isto mais claramente no Sudoeste do Paraná e no Vale do Ribeira, nas demais regiões de abrangência dos projetos/processos estudados, essa condição, é ainda mais frágil.

Essa articulação de rede também se mantém fortemente no espaço do movimento social institucionalizado e de representatividade e participação limitadas

da e na sociedade, e mesmo do e no segmento específico no qual se insere, a exemplo das organizações da agricultura familiar/camponesa. Essas redes também não tem se aglutinado ou articulado em torno de perspectivas de transformação sócio política mais ampla na sociedade.

Em vários projetos/processos havia o desafio de articulação dos grupos e comunidades em outras redes, como a Rede Ecovida de Agroecologia (que se articula também nas regiões de abrangência dos trabalhos), isso se realizou apenas parcialmente, com exceção do trabalho do Ceagro, na região do Centro Oeste do Paraná, onde ainda não havia Núcleo da Rede, sendo esse criado com a contribuição expressiva do projeto/processo de Ater em andamento.

5.7.3 Sobre o papel e a condição da “assistência técnica”

Em todas as experiências a maioria dos agentes envolvidos não tinha muita experiência prática anterior, mas mesmo assim a condição da “extensão rural” e da assistência técnica está presente tanto na forma de atuação dos agentes técnicos como na expectativa das famílias. O entendimento do técnico que traz a solução de fora já é parte da compreensão do que é ser técnico e para que serve o técnico (papel), tanto pela formação do técnico quanto pelo insistente exercício metodológico da extensão rural oficial realizado por muitos anos.

Nas experiências com processo de formação permanente, com encontros de avaliação e trocas de experiências mais constantes, isso pode ser atenuado. Nas demais experiências isso se tornou uma dificuldade maior, sendo que facilmente os agentes técnicos abandonavam os instrumentos e metodologias participativas e assumiam a velha condição do “ser técnico extensionista”.

Outra situação que dificultou maiores avanços metodológicos foram as trocas de agentes técnicos, principalmente em função das discontinuidades na liberação de recursos, sendo que os substitutos que assumiam seus espaços não haviam participado de processo de formação inicial realizado, e por isso tiveram dificuldade para entender a proposta.

Poucos técnicos que participaram de um projeto/processo seguiram em outros projetos já que diante da boa capacitação e desempenho vários foram contratados pelas organizações locais, como a Cresol, prefeituras e outras.

5.7.4 Sobre a estratégia metodológica

Parte significativa da intencionalidade estratégica e metodológica proposta teoricamente e pretendida nos projetos/processos não foi alcançada. Segue uma síntese de fatores e condições que afetaram os resultados estratégicos:

- Formação e percepção criada a partir da prática anterior dos agentes técnicos e das famílias com a proposta da “assistência técnica e extensão rural”;
- Obteve-se maior avanço quando foi assumida a condição de projeto piloto para construção coletiva e sistematização de proposta metodológica para superação da “extensão rural”, a destacar o Projeto de Ater das Entidades do Sudoeste. Mesmo tendo sido esse o projeto mais afetado pela descontinuidade na liberação de recursos, levando às interrupções temporárias do trabalho e substituição de agentes técnicos.
- Embora os editais já estejam propondo a transição agroecológica pouco se referem às metodologias, e ao proporem metas predeterminadas numericamente e no tempo, dificultam e até impedem condições e aspectos básicos fundamentais para as metodologias participativas e processos populares.
- A capacitação e formação dos agentes técnicos, anterior e durante os processos, foram insuficientes.
- Foram realizados poucos momentos de formação com as entidades parceiras e menos ainda com as famílias envolvidas sobre os conteúdos e estratégia metodológica proposta.
- Na maioria das iniciativas havia necessidade de temporalidade maior para a ampliação da organização e autonomia dos processos iniciados, sendo que o Agente técnico ainda desempenhava papel que caberia à organização local.

- A intencionalidade de governo e muitas vezes também das organizações quando se refere ao técnico são produtivas e pouco políticas.
- Os instrumentos e materiais contribuíram de forma significativa para a visão sistêmica, na transição agroecológica, na construção coletiva e na ampliação do protagonismo das famílias e comunidades.

Embora o êxito massivo tenha sido limitado, houve avanços muito significativos em situações mais localizadas que geraram processos organizacionais e de protagonismo coletivo, como por exemplo, na comunidade de Rio Vitória em Enéas Marques (ANEXO II). Também houveram grandes avanços e transformações junto à muitas unidades familiares de vida e produção. Houveram também avanços muito significativos na transição agroecológica em processo estratégico regionalizado na iniciativa do Ceagro.

5.7.5 Instrumentos metodológicos de apoio à proposta

Os instrumentos são partes do método porque incorporam importantes condições e dimensões estratégicas, como o protagonismo coletivo, a decisão da família, a visão sistêmica e a perspectiva transformadora da realidade e da sociedade, e outras, como anteriormente descritas. Por isso podem e devem ser adaptados e ajustados, desde que, não se perca as dimensões estratégicas neles incorporadas.

E, dado à metodologia da pesquisa-ação adotada, em cada processo os instrumentos foram adaptados de acordo com os objetivos maiores dos projetos, e ao passar de cada experiência os mesmo foram sendo ajustados e qualificados. Os planos comunitários e familiares foram exercidos em todas as experiências, já os planos municipais não foram assumidos apenas em um dos projetos/processos estudados.

Sobre os Planos Familiares

Embora o hábito do planejamento não seja tão presente nas unidades de produção e vida familiares (UPVF) este instrumento se tornou bastante efetivo para

o diagnóstico, percepção das várias dimensões, avaliação e planejamento. Evidenciou as interações que existem entre os distintos subsistemas ou componentes dos sistemas das UPVF, registrando as diferentes dimensões e condições desejadas pela família no processo de conversão agroecológica que compreende: o sistema de produção agropecuário; as mudanças nas relações familiares; as ações de proteção ambiental e; as relações existentes ou a estabelecer com organizações da agricultura familiar; o mercado; outras.

O desenho é uma estratégia adequada ao forte senso prático dos(as) agricultores(as). Este vai fortalecer a visão e o desenho que estes já têm “em mente”. O desenho proporciona uma visão sistêmica do todo da unidade de produção, incluindo as atividades produtivas, aspectos ambientais, estrutura, localização, etc.

Possibilita a análise do sistema, facilita a contribuição do técnico e cria condições para a tomada de decisão da família quanto às melhorias e mudanças a serem realizadas. O planejamento operacional organiza as ações e visualiza a contribuição do agente técnico.

A gestão e o controle financeiro dos sistemas é outro aspecto em que as famílias têm dificuldade e não colocam “no papel”. Foram muitas as propostas e tentativas, mas as mesmas funcionam enquanto os técnicos estão ajudando a fazer as anotações e cálculos. O plano possibilita uma avaliação geral do sistema.

Os planos familiares enquanto instrumento de diagnóstico evidenciaram a interação que existe entre os distintos subsistemas ou componentes dos sistemas das unidades de produção e vida familiar, registrando as diferentes dimensões e condições desejadas pela família no processo de conversão agroecológica. Possibilitaram uma análise crítica e serviram de instrumento de planejamento, identificando as mudanças desejadas e determinando as ações a serem realizadas na produção, relações sociais e meio ambiente.

De forma geral, enquanto síntese das propostas construídas durante as experiências desenvolvidas pode-se identificar:

Na área ambiental os trabalhos de proteção de fontes e de recuperação da mata ciliar, representam as ações mais importantes; a organização da produção leiteira e a filiação à respectiva cooperativa (Claf) bem como “se por em dia com o sindicato”, aparecem como as principais preocupações das famílias; na área de infra-estrutura e políticas públicas, destacando-se o financiamento da habitação rural; no acesso ao crédito constata-se falta de orientação sobre as diferentes linhas do Pronaf e grande expectativa com relação ao crédito fundiário; a produção própria de sementes e o

piqueteamento de pastagens (manejo racional rotacionado); quanto à comercialização, as famílias mais carentes são as que mais valorizam a possibilidade de acessar o PAA, as feiras e o comércio local, dado. O STR tem sido a organização mais próxima desse público carente. (Bracagioli e Lannoy, 2010, p. 41).

Ver um exemplo de plano familiar de transição agroecológica de família assentada na comunidade de Nossa Senhora da Aparecida, município de Rio Bonito do Iguaçu – **(ANEXO 04)**.

Sobre os Planos Grupais e/ou comunitários

Resgatar e entender a história partir da vivência e experiência das pessoas tem sido uma ação envolvente junto às comunidades rurais. As análises e contribuições reflexivas realizadas pelos agentes técnicos, juntamente com as famílias ampliaram a percepção dos momentos vivenciados pelas famílias tem se tornado importantes momentos de trocas de informação e de formação.

Os Planos grupais e/ou Comunitários mesmo entendidos como um processo de diagnóstico e planejamento que quando bem conduzido, tem resultado em novas percepções sobre a realidade, e contribuído na construção de novas propostas para o desenvolvimento da localidade.

Assim como nos Planos Familiares, as propostas dos Planos Comunitários subdividem-se de modo geral em seis grandes grupos. No entanto, neste caso foram também denominados grupos de ações para a área social, de saúde ou cultural que, em se querendo, podem ser todas consideradas como de política pública ou infra-estrutura. O grupo de ações da produção também tem sido denominado aqui de econômico.

Identifica-se uma grande interação entre os planos comunitários e planos familiares, tornando-se assim os dois instrumentos complementares, elevando a amplitude para uma dimensão de interesse coletivo em torno de atividades e interesses comuns.

Por fim, importante destacar que alguns métodos aparentemente simples (como a linha do tempo), permitem que façamos hipóteses preliminares sobre a realidade percebida por determinada comunidade. Os aspectos ressaltados indicam a ênfase percebida pelos agricultores e pode ser chave para alavancar processos de desenvolvimento rural.

A comunidade rural foi vista como unidade sistêmica e o trabalho de ATER conseguiu resgatar a vida comunitária e retomar ações conjuntas. Há comunidades que resgataram sua história e perceberam a importância da atuação local nos contextos e realidades construídas. “Entendemos que para compreender a realidade na sua dimensão mais qualitativa, a *linha do tempo* constitui-se em um importante instrumento.” (Bracagiolli e Lannoy, 2010, p. 30).

Por fim, importante destacar que alguns métodos aparentemente simples (como a linha do tempo), permitem que façamos hipóteses preliminares sobre a realidade percebida por determinada comunidade. Os aspectos ressaltados indicam a ênfase percebida pelos agricultores e podem ser chave para alavancar processos de desenvolvimento rural. (Bracagiolli e Lannoy, 2010, p. 35-36).

A metodologia utilizada proporcionou “(...) a qualificação mínima do processo de análise e planejamento, de modo a ampliar a visão de mundo e o senso crítico das famílias participantes” (Bracagiolli e Lannoy, 2010, p. 28).

Identifica-se uma grande interação entre os planos comunitários e planos familiares, tornando-se assim os dois instrumentos complementares.

Em geral as propostas dos Planos Comunitários incorporam aquelas dos Planos Familiares dando-lhes uma amplitude maior. Assim por exemplo, (...)se ao nível do Plano Familiar a demanda trata de organização da produção leiteira como uma questão de filiação do produtor à cooperativa (Claf), ao nível do Plano Comunitário, a mesma refere-se à necessidade de organizar um serviço de coleta para o transporte da produção leiteira. Por conseguinte existe de modo geral, uma correspondência entre as demandas ou ações propostas ao nível dos Planos Familiares e as demandas ou ações propostas nos Planos Comunitários. (Bracagiolli e Lannoy, 2010, p. 28).

O Plano de Desenvolvimento da Comunidade Rural bem como o Plano Familiar de Conversão, orientaram as atividades de um grupo acompanhado e definiram a responsabilidade e o papel das famílias e também do agente local de ATER.

Embora ainda seja possível melhorar a proposta os planos comunitários tiveram papel importante no trabalho de ATER sendo, “(...) este processo encontra-se em construção e aprendizagem, porém tem sido significativo para compreender o sistema de produção e entender as propostas prioritárias de cada comunidade.” (Bracagiolli e Lannoy, 2010, p. 28).

Ver Plano Comunitário de ações para o desenvolvimento sustentável e transição agroecológica da comunidade de Rio Vitória do Município de Enéas

Marques – **(ANEXO 05)**, e segue também um exemplo de Plano Grupal do feirantes de Chopinzinho **(ANEXO 06)**.

Sobre os Planos Municipais de ATER

Historicamente as organizações e instituições de Ater têm seus próprios planos de trabalho, muitas vezes elaborado fora do local e da realidade concreta, ou envolvendo interesses mais específicos e às vezes até antagônicos entre os propósitos dos planos. Também as aproximações e parcerias se dão mais facilmente a partir de ações específicas. Portanto construir planos municipais de Ater é um dos desafios maiores.

Foram previstos a construção Planos Municipais de ATER em vários projetos e programas desenvolvidos, como experiências piloto factíveis de serem realizadas naqueles municípios onde o contexto político fosse favorável, entendendo-se por ela a relação entre governo local e entidades da agricultura familiar. A organização ao nível local de um comitê e de um fundo para planejar as ações de ATER no município, completa a gestão social da ATER municipal. Trata-se de somar esforços, evitando duplicidades e promovendo sinergias entre estruturas afins com base na definição de ações prioritárias. Ela decorre da constatação da crescente existência ao nível do município, de estruturas dispersas e qualificadas ou qualificáveis que, por interesse público, podem realizar esforços conjuntos.

Os planos municipais foram elaborados em quatro municípios, a saber: Itapejara do Oeste, Coronel Vivida, Renascença e Ampére. Metodologicamente eles seguiram quatro passos (e no mínimo quatro reuniões). Os dois primeiros foram de diagnóstico, seja da realidade local quanto da realidade e das demandas de cada entidade participante. O terceiro passo tratou da definição das prioridades e o quarto do planejamento operacional.

A proposta dos Planos Municipais de ATER evidencia grande diferença entre a proposta e a trajetória histórica do serviço de extensão rural estatal, conforme mencionam os pesquisadores:

Sendo a mesma institucionalizada de forma centralizada, hierarquizada ou piramidal, construída mais para a oferta de produtos (pacotes) do que para a organização da demanda local. Priorizou metodologias de massa (rádio/dias de campo) em detrimento das metodologias grupais e

participativas. Por tanto, a ATER Pública Convencional contrapõe-se a Extensão Pública Agroecológica, embasada na articulação de diferentes estruturas de extensão rural (estatal e não-governamental) na execução de um Plano Municipal de ATER construído com a participação dos principais atores de desenvolvimento rural do município. (Bracagioli e Lannoy, 2010, p. 43).

Para a execução dos planos tratou-se também da criação de um fundo cujo caráter pode ser virtual, já que não se trata de um financiador ou de diversos financiadores aportando recursos financeiros para uma mesma conta bancária. Foram estimados os diferentes aportes, inclusive dos agricultores beneficiários, para planejar a melhor forma de maximizar os recursos disponíveis localmente.

Nos quatro casos, a estratégia metodológica de ação foi similar ao desenvolvido por este projeto: acompanhar grupos de famílias nas comunidades para construir planos familiares e planos comunitários de desenvolvimento.

Ver plano comunitário de ATER agroecológica de Coronel Vivida – **(ANEXO 07)**.

Em partes, os instrumentos desenvolvidos vem sendo adotados em trabalhos das organizações como o Sistema Cooperativista da Cresol e o Programa de ATER – INCRA, a destacar os planos familiares de transição agroecológica – dado à sua efetividade no planejamento e mudanças junto às unidades familiares de produção e vida, conforme manifestação em parecer nas páginas finais desta tese **(ANEXO 08)**.

5.7.6 Sobre as ações coletivas de construção do conhecimento

De forma geral pode-se concluir que a metodologia consegue romper significativamente com a “extensão” e o “difusionismo” exercendo uma condição dialógica participativa. As análises e as tomadas de decisões de fato contaram com o protagonismo maior da família e envolveram, além da dimensão econômica, as dimensões social e ambiental. Mas, pode-se concluir também, que o agente técnico externo anda exerce um papel muito importante no andamento do processo, mesmo que centralmente de problematizar, organizar e animar, a continuidade ainda depende fortemente do ambiente externo.

Um desafio a ser exercitado em novas iniciativas é buscar possibilidades para ampliar a participação horizontal da construção do conhecimento através do estímulo à criatividade e do potencial investigativo e inovador das famílias

agricultoras. De forma geral conclui-se que o exercício do “campesino a campesino” ainda foi de pouca efetividade, dado às seguintes hipóteses:

- Influência da pressão cotidiana do modelo agroquímico e industrial e a multiplicidade de atores propulsores dessa proposta (mídia, lojas agropecuárias, “técnicos vendedores”, técnicos de empresas integradoras, técnicos ATER convencional, ...);
- Pré-determinação (“engessamento”) metodológica dos projetos;
- Necessidades de qualificação e ajustes metodológicos na própria proposta em construção.

Como continuidade nesse processo de construção social, dado à essa constatação, o Ceagro está iniciando a construção de uma iniciativa embasa na reformulação da experiência de competição-cooperação (Immerzeel y Cabrero 2003, e Immerzeel 2006).

5.7.7 Gênero

Embora esse não tenha sido objeto de análise, percebe-se poucos avanços no que se refere à mudanças mais efetivas da condição das mulheres como sujeito social no processo de produção. Evidenciam-se alguns aspectos positivos nas experiências:

- a) Existência de metas de atividades/ações específicas para com as mulheres, como formação, dias de campo, intercâmbios, nos projetos de ATER;
- b) A participação das mulheres e jovens na construção dos planos familiares de transição agroecológica, que trouxe outras visões e percepções, tanto de diagnóstico como de propostas concretas para as mudanças a serem implantadas;
- c) A existência de recursos específicos para ações concretas como construção de unidades de beneficiamento, estrutura para produção, mudas e outras, que tem estimulado as mulheres a se organizarem;
- d) A frequência com que o tema da questão de gênero e geração é pautado nas atividades coletivas (encontros, reuniões, etc.)

No caso da Região Centro Oeste do Paraná (Cantuquiriguaçu e entorno) dado à constatação dos poucos avanços efetivos na condição das mulheres criou-se

um Grupo de Trabalho (GT) de “Gênero e Agroecologia” para qualificar essa construção potencializar as possibilidades que a agroecologia propicia em relação a esse desafio. Em sua atuação inicial, o GT destaca algumas constatações e propôs algumas orientações e ações iniciais:

Constatações

- Agroecologia tem novos valores entre as pessoas. A agroecologia é uma alternativa ao capitalismo e ao agronegócio;
- A sociedade identifica atividades femininas que não são reconhecidas como trabalho, e na maioria dos casos não geram renda ou não são visíveis;
- A educação da família mantém/reproduz a divisão sexual de tarefas, e perpetua o patriarcalismo e o machismo;
- Como historicamente as mulheres ocupam mais os espaços privados (casa) e os homens os espaços públicos, as mulheres podem se acomodar e não considerar importante a sua presença em espaços de tomada de decisões;
- As mulheres têm dificuldade de acesso ao crédito;
- Os programas do governo promovem a inclusão das mulheres em atividades que gerem renda e favorecem o seu acesso aos programas públicos. A agroecologia pode aproveitar deste interesse para tornar visível o trabalho da mulher dentro da agricultura familiar. Um exemplo é a titularidade das mulheres do DAP (Declaração de aptidão para agricultura familiar).

Propostas:

- Para incorporar a perspectiva de gênero na agroecologia é imprescindível trabalhar com os casais (compartilhar os diferentes pontos de vista/opiniões);
- Sensibilização agroecológica no acampamento 1º de Maio;
- Trabalhar nos grupos da Rede (Nova Vida, Recanto, etc....) a través dos casais que estão acompanhando as discussões já iniciadas;
- Em abril/maio 2014 organizar um seminário prático sobre Gênero e Agroecologia (troca de experiências);
- Fazer sempre convite aos casais. Discutir gênero com grupos mistos;
- Adaptar as reuniões as necessidades das pessoas considerando especialmente a condição das mulheres (lugar, hora,...);
- Fazer trabalho de formação em 3 níveis: Família, Grupo Produtivo, Rede Ecovida;

- Repetir experiência de reflexão em outros grupos.

No interior da Rede Ecovida

- Questionar porque as mulheres não estão inseridas na coordenação;
- Calendário de ações com enfoque de gênero.

5.7.8 Aspectos gerais

Por se tratar de jovens, a maioria filhos de agricultores com formação de nível médio em agroecologia, mesmo com boa capacidade de iniciativa e liderança, percebia-se limitações metodológicas e técnicas. Visando a qualificação da equipe, mas também diante da proposta da reconstrução coletiva da metodologia prevista em cada processo, realizaram-se encontros de formação inicial, oficinas e seminários regionais, de trocas de experiências, estudo e re-planejamento.

Na maioria dos projetos e programas os processos de formação e capacitação foi prejudicada pela descontinuidade. A exceção dessas interrupções foi o projeto de Inclusão Social sustentado por recursos internacionais e aqueles desenvolvidos com repasse do INCRA possibilidade de continuidade para mais de um ano. Mesmo assim os resultados foram efetivos, conforme conclusão dos pesquisadores:

“Importante salientar que apesar de todos os problemas de descontinuidade, o projeto representa parte importante no processo de construção de um sistema de ATER em rede no território do Sudoeste do Paraná.” (Bracagiolli e Lannoy, 2010, p. 50).

As experiências desenvolvidas de ATER possibilitaram perceber que a articulação das organizações em rede tenciona o poder público local em atender a demandas historicamente reivindicadas. A construção das demandas planejadas e encaminhadas coletivamente pressionou o poder local a incluir as famílias menos favorecidas em processos de desenvolvimento local, a democratizar as políticas públicas orientando recursos que mesmo escassos, surtiram grande efeito em localidades carentes. As conquistas de políticas públicas vieram mais quando as comunidades se organizaram e encaminharam coletivamente as demandas levantadas nos planejamentos.

Em todos esses processos perseguiram-se alguns valores, condições e práticas de superação da lógica da “extensão rural”, buscando a construção social

do conhecimento. O quadro abaixo traduz uma síntese de aspectos e dimensões centrais evidenciando as diferenças conceituais e práticas entre as metodologias.

Tabela 34: Aspectos e dimensões centrais evidenciando as diferenças conceituais e práticas entre as metodologias na Extensão rural e na construção social do conhecimento:

Extensão Rural e assistência Técnica	Processos participativos e de construção social do conhecimento
O desenvolvimento pensado de fora para dentro – de cima para baixo	O humano como sujeito de sua própria educação, sua história; Protagonismo coletivo e popular;
Atividades específicas – fatores específicos - isolamento de fatores (reducionismo e positivismo)	Visão sistêmica e holística – validação sistêmica do conhecimento acadêmico/especialista; Método científico interage com a complexidade da realidade;
Conhecimento acadêmico como válido	Conhecimento válido é resultado da interação do conhecimento acadêmico com o conhecimento tradicional, histórico, local.
Conhecimento predeterminado	Capacidade de aprender e reformular continuamente o conhecimento necessário a partir das situações em mudança.
Visão de projeto – tempo cronologicamente determinado	Visão de processo – tempo de processo não cronologicamente predeterminado
Soluções prontas – receitas e insumos	Soluções construídas e/ou adaptadas
Oferta de propostas, produtos e tecnologias.	Necessidades das comunidades
Transferência/ difusão	Construção/ troca/intercâmbio
Campos demonstrativos	Unidades de Estudo
Pesquisador decide sobre a pesquisa a ser realizada	Pesquisa participante – pesquisa-ação
Ajuste da pratica à teoria	Sistematização/ teorização junto à prática - dialética
Relações verticais	Relações horizontais
Extensionista	Agente
Competição	Cooperação – entre ajuda
Perspectiva do desenvolvimento alicerçado no desenvolvimento técnico	Consideração de dimensões políticas, sociais, econômicas e ambientais, e valores humanizantes nas decisões e ações.

Síntese condições e dimensões características nas diferentes metodologias (Arl, 2013).

5.8 DEPOIMENTOS DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS/ CAMPONESAS E AGENTES DE ATER ENVOLVIDOS NAS EXPERIÊNCIAS DE CONSTRUÇÃO SOCIAL DE PROPOSTAS PARA O CAMPO E METODOLOGIA DE ATER NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Candói

Contexto em que as famílias eram dependentes dos cultivos de soja, milho, feijão e fumo e os agricultores estavam endividados e “quebrados” e muita



Da esquerda para direita: Gabriel Stefanski agricultor, Pedro Luciano Mirloski - presidente da Coorlaf, Rosenildo Bayer - Agente técnico

gente estava indo embora (êxodo rural), onde o projeto contribuiu muito na ampliação da diversificação e construção de novos conhecimentos através das trocas de experiências e dos intercâmbios.

“A gente pensava que o crédito iria resolver os nossos problemas, mas não resolveu, pois ia direto para as lojas de insumos” (Pedro Luciano Mirloski).

“Se há 10 anos alguém falasse de se sustentar plantando verduras, mandioca batata doce e outras coisas chamavam de louco. O projeto foi importante para ampliar possibilidades para sobreviver sem dependência” (Pedro Luciano Mirloski).

“Vimos como é importante a união das entidades e organizações para construir uma nova proposta para o campo e melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras... até alguns filhos voltaram” (Pedro Luciano Mirloski).

“O projeto nos ajudou a enxergar outras coisas e aproveitar melhor os recursos e o espaço que tem na propriedade” (Gabriel Stefanski).

Cantagalo

Marciano Zanrosso, presidente da Coopergalo reclama da dificuldade e burocracia para Gestar esse tipo de projeto, sua descontinuidade e curta duração, sendo que no campo as mudanças são lentas.



Marciano Zanrosso – Presidente da Coopergalo.

“Começou bonito o projeto, nós estávamos felizes,... mas o maior problema desses projetos são os cortes, pois leva uns seis meses só para pegar confiança no técnico, teria que ter um contrato de pelo menos três anos” (Marciano Zanrosso)

“O projeto ajudou a melhorar a qualidade do leite. A próxima meta era melhorar os solos e as pastagens, mas o projeto não teve continuidade” (Marciano Zanrosso)

“De 2011 para cá não temos mais nenhuma assistência técnica” (Marciano Zanrosso).



“Hoje não temos assistência técnica, se a gente precisa tem que se virar por conta. Essa ajuda que a Unicafe estava dando para nós era muito boa”. (Fernandes Daros)

São Roque Boa Ventura

Em São Roque Boa Ventura o trabalho teve continuidade através das organizações locais (Principalmente Cresol).



Da esquerda para direita: Luciana, o filho, Márcio Forkviski e Paulo Bomifácio - Agente técnico

“Se o trabalho terminasse com o projeto no final de 2010, devido a curta duração, não teria um resultado muito positivo, mas com a seqüência, de todo um trabalho em longo prazo, conseguiu-se avanços importantes” (Paulo Bonifácio – agente técnico).

“A gente é pequeno e com uma visão que trabalhava em cima da soja e milho e em cima de área arrendada, era preciso iniciar atividades novas para não ficar dependente de soja, pois a área era pouca e quando não dava complicava” (Márcio Forkviski - agricultor).

“Foi importante o acompanhamento técnico antes e durante a elaboração dos projetos, pois muita gente não tem certeza se aquele projeto vai dar certo e se vai conseguir pagar, que leva ao endividamento” (Márcio Forkviski - agricultor).

Manoel Ribas



Da esquerda para direita: Edite Rockembak (agricultora), Adriana Tussi (Agente técnica) Adriana, Valmir e Leonor Preussler (agricultores)

A partir de oficina sobre o cooperativismo iniciou-se um grupo em torno de uma cozinha comunitária, onde no início eram realizadas atividades de final de semana para comercializar na comunidade (pastéis e bolos), depois se iniciou a produção para os programas institucionais.

“Para a gente o projeto foi muito importante para nossas iniciativas, sem ele não teria nada disso” (Adriana Preussler – agricultora)

Missal



Da esquerda para direita - João Carlos e Edite Inês Wiegert na padaria, Clésio Weber - agente técnico e o galpão de fumo que virou depósito

“Os técnicos do fumo vinham só vinham para empurrar coisas,... e o maior problema são os venenos que são utilizados” (João Carlos Wiegert – agricultor)

Em Missal houveram iniciativas de diversificação, incluindo a atividade leiteira e algumas agroindústrias familiares



Unidade familiar de Jaime Weit, que substituiu a atividade de fumo pela produção de leite e galpão de fumo virou depósito de feno.

presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Missal, Adelar Correia



“Se houvesse uma assistência técnica de qualidade muitas famílias não teriam deixado o campo e estariam melhores” (Adelar Correia- Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Missal)

Santa Tereza do Oeste



“De negativo, quando a gente embalou no projeto as metas estavam cumpridas, e você não consegue fazer uma mudança significativa em um sistema de produção em oito ou dez meses. E isso tem repercussão para um futuro projeto, pois as pessoas param de acreditar, a exemplo do que se vê no Sudoeste, onde já se iniciou vários projetos que terminavam logo a seguir” (Valdir Neis – coordenador micro regional).

Rio Bonito do Iguaçu



Acima agricultor Osmar Fraron e área de pastagem - ao lado direito galpão de fumo emprestado para o vizinho

“Para fazer a transição precisa de acompanhamento e de recursos” (Osmar Fraron – agricultor)



O agricultor Sebastião ferreira de oliveira e o líder da Cresol Antônio Moisés

“No começo deu um pouco de trabalho, pois não tinha pasto” (Sebastião Ferreira de Oliveira – agricultor)

“O que mais deu certo foi quando começamos a lutar com o gado leiteiro, foi desde aquela época até agora” (Sebastião Ferreira de Oliveira – agricultor)

agricultor)

Sebastião Ferreira Oliveira deixou de cultivar fumo e está ampliando a atividade da produção de leite. Está discutindo com os filhos sobre a sucessão. Os filhos já garantiram que um deles vai ficar.

Laranjeiras do Sul

“Nós sofremos muito, mas aprendemos com o projeto a articular com as entidades, sendo que hoje temos 33 agentes técnicos atuando nas parcerias construídas, sendo que em torno de 90% dos agentes técnicos do projeto foram absorvidos nestas parcerias (Ernani Tabaldi – agente técnico – coordenador micro regional)



Ernani Tabaldi – agente técnico coordenador micro regional

“Para a transição agroecológica é necessário mais tempo e segurança para as famílias” (Ernani Tabaldi – agente técnico – coordenador micro regional)

Chopininho



Da esquerda para direita - parreira e a cobertura de solo - Ari e o agente técnico Evandro Fontana - Lucia, Ari e o filho.

“Hoje não tem mais nada, se você tem algum problema tem que correr atrás. A maioria é das lojas e eles vêm aqui é para vender, não querem saber se está produzindo ou se está dando certo ou não” (Ari Macari – agricultor)

Coronel Vivida



Serema da Silva, agricultora e coordenadora do grupo de trabalho de gênero em Coronel Vivida

“O projeto deu um ânimo bom e mexeu com a comunidade criando novas perspectivas, mas quando estava criando ritmo na prática, o projeto acabou e o trabalho parou. Foi bom porque deu uma mexida, foi ruim porque terminou na metade” (Serema da Silva – líder comunitária – referindo-se à necessidade de mais tempo para consolidação do processo social que se iniciou)

“É muito importante uma assistência técnica diferenciada que atenda as condições e possibilidades da agricultura familiar” (Serema da Silva – líder comunitária)

Itaperoçu



Brás Costa Rosa - diretor Cresol
Itaperoçu

“O processo de capacitação foi muito importante, pois ampliou a capacidade social e fortaleceu as organizações, e as informações técnicas proporcionaram muitas práticas novas”

“O projeto de Ater mudou muitas coisas nos sistemas de produção, mas deveria ter continuado para de fato concretizar as mudanças propostas” (Airton Bueno Ribas, líder sindical)



Airton Bueno Ribas -
presidente do sindicato dos
trabalhadores rurais.

O projeto contribuiu muito na melhoria da qualidade dos produtos entregues nos programas do PAA e PNAE, tanto na produção, na preparação e acondicionamento para a entrega. Houve um trabalho intenso e decisivo da agente técnica Tatiana que atuou na época. (Airton Bueno Ribas, líder sindical)

Rio Branco do Sul



José Rubens Machado e Judite
Machado frangos caipiras e
suínos ao ar livre

melhor” (Rubens Machado – agricultor).

“Antes só chegava o atravessador, não tinha essas ajudas, hoje está

A família ampliou a diversificação da produção iniciando a produção de frango caipira e suínos que vendem na feira e nas casas na cidade, produz um pouco de milho para os animais e iniciou plantio de frutíferas. Ainda produz outras culturas mais para autoconsumo, como o feijão, a batata doce, amendoim e batatinha (batata inglesa) e vendem as sobras. Está implantando amendoim forrageiro e a missioneira gigante nos piquetes para as galinhas. A produção já é agroecológica.

Segundo Roberto Guilherme Plewka, coordenador micro regional, *“a metodologia usada é importante, pois fazemos com que os agricultores percebam a necessidade de estar realizando um plano de desenvolvimento da propriedade... sendo que as visitas tiveram um papel importante para gerar discussões gerais sobre o processo produtivo de cada agricultor...”*.

Outras manifestações em relação às metodologias participativas e construção social do conhecimento de outras experiências precursoras das iniciativas abordadas nesta pesquisa ação participativa:

“Mas, o que mais me interessou dentro do curso é que nós agricultores é que passamos nossas experiências e provamos, na prática, que a agroecologia é possível independente do local ou do clima da região.” (Fernanda Benghi Marfil – Região Metropolitana de Curitiba)

“O mutirão se tornou o ponto de encontro da comunidade, além do trabalho e troca de experiência, há momento de discussão sobre outros assuntos de interesse da comunidade” (Renato Hilmann – Cerro Azul)

“Essa troca de experiência na capacitação ajudou. Eu aprendi como manejar e tenho certeza de que, o que eu sabia e pude passar, ajudou aos outros e sei que esse trabalho é o nosso futuro.” (Mauro, grupo Terra Seca - Adrianópolis)

“O trabalho dos multiplicadores é o ponto chave da agrofloresta. Trabalhar junto, levar aquela prática com bastante carinho. Através dessa amizade, dessa união, desse gosto que o multiplicador já tem dentro dele, ele passa então para aquela

família, que ainda não tem essa prática. Aí a coisa cresce.” (José Baleia, Barra do turvo/SP)

“Eu estou sendo patrão de mim mesmo e já coloquei três filhos no projeto trabalhando para eles mesmos. Não tem aquele negócio de ir lá para cidade, ficar lá dois, três meses procurando emprego e quando está começando a gostar do serviço, a empresa manda embora.” (Ditão, Barra do turvo/SP)

“Vieram aqui umas visitas de consumidores, aí quando chegavam lá na feira, nossa! Era uma alegria. A cada 3 a 4 clientes que chegavam, tinha 1 que já tinha vindo aqui. Explicava, pros outros, como era e falava: você tem que comprar! Porque é assim e assim! Eles fazem isso! Fazem aquilo! Eles ficam encantados só de saber!” (Clóvis, Adrianópolis)

“Hoje eu colho os frutos. Eu digo não só os frutos, que as pessoas podem medir, que se possa vender, mas os frutos que dou mais valor, a satisfação interior de ver uma coisa tão bonita florindo e que a gente faz parte efetiva desse processo...” (Pedro, Adrianópolis)

“Há muitos anos compro na feira, vejo nisso uma relação mística e de inteligência... busco o meu bem estar, mas quero que isto chegue a todos... esses agricultores vivem em equilíbrio no planeta, nós buscamos o equilíbrio, o desequilíbrio nos deixa infelizes”. (Hermes Palumbo - morador urbano de Curitiba - consumidor da feira ecológica)

“Primeiro a gente tem que pensar na própria alimentação, em seguida no abastecimento da comunidade, depois no município e região, e por último em levar para fora... a relação e venda direta é o caminho, a feira é a melhor opção.” (José Antônio da Silva Marfil - agricultor agroecológico)

CONCLUSÃO

A trajetória do desenvolvimento rural brasileiro é resultado de diferentes momentos políticos com maior e outros com menor interface com a realidade local, suas condições e as perspectivas populares. Essa trajetória marcada pela forte presença do Estado e dos governos, mas oportunamente influenciados de forma mais incisiva pela sociedade civil através de Movimentos Sociais e/ou mobilizações massivas.

O campo foi um dos espaços de maior influência direta do Estado e mais recentemente por grandes corporações, tanto no papel a ele estabelecido no desenvolvimento agroquímico e industrial, como na influência do modelo proposto para o próprio campo, embasado nos objetivos e base tecnológica da revolução verde, que propiciou o avanço do capitalismo no campo.

Nos últimos anos evidencia-se uma interação e integração entre a agricultura, a produção de insumos, grandes complexos agroindustriais, redes de supermercados e o capital financeiro e as grandes corporações multinacionais, impérios agro alimentares, que passaram a controlar a produção e o abastecimento. Presenciamos o avanço do agronegócio através da crescente presença de corporações empresariais. No campo prevalece a lógica do agronegócio provocando grandes mudanças estruturais, tomando fisicamente os territórios através da concentração do capital e das terras, através do arrendamento das terras, e ideologicamente através da mídia criando-se uma forte apologia ao agronegócio como uma forma de indução a uma hegemonia de ocultação da questão agrária e dos conflitos relacionados, apresentando apenas o caráter produtivista e economicista. A tomada dos territórios, a concentração de capital, da terra e dos recursos naturais resultam da intensificação das políticas neoliberais da atual fase do capitalismo, que por sua vez aumentam as desigualdades sociais e que, após desmantelarem as organizações da classe trabalhadora, agora estão afetando, sobretudo a população camponesa.

As metodologias e estratégias utilizadas foram unidirecionais, impositivas e praticamente sem influência e/ou questionamentos por parte das famílias agricultoras ou movimentos sociais populares do campo na sua primeira fase

(durante a ditadura militar), envolvendo a vinculação das políticas públicas ao exercício do modelo.

Como resultado das resistências populares e ressurgimento dos movimentos sociais a partir do final da década de 1970 e nas décadas seguintes, e sob influência das conseqüências do modelo, acumulam-se elaborações tanto nas propostas para maior efetividade na sustentabilidade junto ao campo, nas proposições e prática metodológicas participativas e de construção social, como também, na influência de políticas públicas. Essa retomada organizacional resulta de decisiva influência formativa e organizativa da educação popular.

Após a eleição de Lula, muitas políticas públicas idealizadas pelos movimentos da sociedade civil começam a sair do papel para a prática. Uma das conquistas se destaca para o campo, a política nacional de ATER. Entre as virtudes dessa construção está a sua capacidade de ter conseguido agregar num só campo, governo e organizações da sociedade civil. Outros avanços históricos dessa construção inicial são a exclusividade da agricultura familiar, compreendendo todos os segmentos contemplados em lei, e o enfoque da agroecologia que passa a orientar as ações e programas governamentais, além da construção de um plano específico para o desenvolvimento da agroecologia, o PLANAPO. No entanto enquanto estas pequenas, mas fundamentais mudanças começam a emitir sinais, as velhas estruturas permanecem vagando no modelo convencional e como toda a mudança gera desconforto, a reação conservadora aparece. Além de que, mesmo nesses avanços, acentua-se a lógica do capital derivada do paradigma agrário no capitalismo, que perpassa as políticas públicas.

O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) com priorização e incentivo aos alimentos orgânicos são uma porta de entrada importante também como instigadores de novas relações entre a produção e o consumo em circuitos curtos e diretos. Há o desafio organizacional e de ampliação dessas possibilidades, que poderão compor as estratégias dos Movimentos Sociais, especialmente na proposta da Reforma Agrária Popular do MST, que busca uma nova significação para a luta pela terra, a produção e os objetivos da produção, na realidade concreta de disputa dos territórios. Mas é necessário ir além e ampliar a interação orgânica entre campo e cidade em torno da plataforma do alimento, e das dimensões não capitalistas envolvidas.

Como parte na reafirmação estratégica do papel do campo vale destacar as seguintes dimensões de multifuncionalidade do campo para além da produção de alimentos limpos: a garantia da soberania e segurança alimentar, a geração de trabalho e renda; a conservação da biodiversidade e demais recursos naturais; recomposição positiva do balanço energético na produção; a sustentação econômica local; e, a condição do campo agricultura familiar/camponesa como modo de vida e forma de produção.

E para que o campo seja capaz de cumprir com este papel precisa reforçar suas formas próprias de sobrevivência fora da produção de escala e fora da atual lógica de mercado envolvendo a retomada da recampinização na busca por maior autonomia, através da recomposição dos sistemas de produção priorizando a produção para o auto consumo, a diversificação, e a transição agroecológica como forma de qualificação da fertilidade e funcionalidade dos sistemas, mas, sobretudo na construção de uma proposta de interação positiva no ambiente.

Trata-se de um movimento de resistência e de sustentação de uma forma de produção e modo de vida próprio, que a partir de sua identidade classista precisa ser reanimado para tornar-se sujeito social na sustentação e qualificação da sua própria existência, enfrentamento do capitalismo, e contribuição propositiva na transformação social. Nessa luta, importantes condições e características históricas da agricultura familiar/camponesa podem proporcionar vantagens muito significativas, a destacar: as formas de produção não capitalistas, forte economia de subsistência, e a agroecologia como forma de ampliação da resistência, resiliência e autonomia perante o capital.

Esta proposta e condições devem ser assumidas ideologicamente e politicamente nas lutas das famílias, organizações e movimentos sociais do campo, numa perspectiva para além do campo em torno desse ideário não capitalista, discutindo a articulando-o com os moradores da cidade e as organizações de trabalhadores urbanas, e transformar essa utopia camponesa numa práxis política

A agroecologia é condição básica e por isso é necessário ampliar as elaborações e práticas agroecológicas que conflitam com o modelo, mas ao mesmo tempo estão em disputa com o próprio modelo quanto aos seus objetivos centrais, profundidade e amplitude das dimensões sociais, ambientais e econômicas almejadas. A agroecologia assumida enquanto condição tática de resistência e

sobrevivência no atual contexto conjuntural e estrutural, mas, sobretudo enquanto estratégia de enfrentamento e proposição de uma nova condição nas relações produtivas envolvendo as dimensões sociais, ambientais e econômicas. Assim é preciso qualificar as estratégias de transição agroecológica para uma perspectiva de massificação em processos mais amplos e organizados de construção política nos territórios.

Embora a agroecologia valorize atividades tradicionalmente exercidas pelas mulheres e valores como a ética, a participação, que contribuem na reconstrução das relações e criação de novas condições e espaços para as mulheres, é necessário um reforço no trabalho para que essas condições de fato se tornem efetivas. Embora a grande raiz da desigualdade social esteja de fato na divisão social do trabalho e na dominação dos meios de produção e do capital, a condição das mulheres é agravada com a divisão sexual do trabalho.

No que se refere às metodologias na construção social do conhecimento, de forma geral, apesar dos avanços, pode-se concluir pela insuficiência do método científico e suas correntes, mas também pela necessidade de qualificação das propostas participativas para que efetivamente se tornem horizontais e capazes de construir novos conhecimentos, pois o “novo” não se constrói com velhas ferramentas preparadas para outras perspectivas, mas também não com métodos limitados ou pessoas despreparadas. Nesta construção, para ampliar e qualificar a capacidade transformadora é necessário a permanente qualificação metodológica e estratégica, sendo uma metodologia participativa e popular assumida como a operacionalização de uma perspectiva envolvendo os métodos, técnicas, dinâmicas e processos associados a uma dimensão estratégica transformadora, alicerçada a uma visão de mundo que incorpora perspectivas e valores exercidos em uma nova consciência social e ambiental para uma sociedade sustentável. Uma metodologia que potencialize a formação (técnica, tecnológica e política) para uma condição crítica e dialética, a organização (produtiva, política e social) institucionalizada ou não, e a multiplicação (horizontalização, massificação e verticalização) para a afirmação e articulação de múltiplos sujeitos.

Há um grande desafio para as próximas iniciativas no fortalecimento recriado do exercício do campesino a campesino e em processos organizados

politicamente, pois o campo hoje está sofrendo forte incidência e pressão de um grande número de sujeitos do modelo capitalista em exercício.

Enfim, nas experiências construídas, sistematizadas neste trabalho, identificam-se avanços significativos, mas muitos desafios se apresentam.

Dentre os avanços destacam-se:

- O exercício de métodos e técnicas participativas como: construção coletiva, trocas, intercâmbios, unidades de estudo, pesquisa-ação participante, sistematização/ teorização junto à prática – dialética;
- As pessoas como sujeito de sua própria educação, sua história, no exercício do protagonismo coletivo e popular;
- Visão sistêmica e holística – validação sistêmica do conhecimento acadêmico/especialista, onde o método científico interage com a complexidade da realidade;
- Conhecimento válido é resultado da interação local, na realidade concreta do conhecimento acadêmico com o conhecimento tradicional, histórico, local;
- Capacidade de aprender e reformular continuamente o conhecimento necessário a partir das situações em mudança;
- Visão de processo e tempo de processo não cronologicamente pré-determinado;
- Soluções construídas e/ou adaptadas de acordo com as necessidades das comunidades;
- A formação, organização, mobilização e multiplicação como condições simultâneas e permanentes;
- A construção de relações horizontais entre famílias e agentes de ATER;
- A animação do exercício da Cooperação, a entre ajuda, e outros valores humanizantes nas decisões e ações.

Dentre os desafios vale destacar:

- A influência e o enquadramento ideológico e metodológico da lógica capitalista neoliberal sobre as pessoas e sobre os projetos;
- A superação do modelo capitalista hegemonicamente instalado no campo seus mecanismos de influência e dominação e a conseqüente

concentração e integração da produção de insumos, da produção em si, da comercialização, do capital e das terras;

- A ampliação e o fortalecimento organizacional do campo e sua maior interação e articulação com a cidade;
- Reforço no trabalho relacionado à gênero e geração;
- A ampliação da formação política e da capacitação técnica permanente junto às famílias agricultoras/camponesas e agentes de ATER.
- A ampliação da capacitação para o exercício das metodologias efetivamente participativas;
- A reanimação da auto-estima e da iniciativa na condição de agricultor (a) pesquisador (a) e a efetiva horizontalização para construção social do conhecimento;
- A superação da dependência de projetos para (principalmente governamentais) para sustentação estrutural dos processos e a conseqüente descontinuidade;
- A continuidade nos processos para além dos projetos.

Este último é aspecto considerado grave em todos os projetos e processos estudados e referências trazidas pelas próprias famílias de outros projetos e processos. Esta dependência de projetos e conseqüente descontinuidade atrapalhou as expectativas em torno do efeito das metodologias participativas em construção, pois o tempo do projeto dificilmente coincide com o tempo de processo e as metas dos projetos, mesmo que construídas participativamente podem não mais serem adequadas no transcorrer do processo social que se desencadeia.

Síntese propositiva:

1. Retomada ampla dos processos de formação política e do trabalho de base, campo e cidade, aproximação e interação nas lutas comuns dos trabalhadores nos territórios no exercício de uma nova práxis social e política; (Centros de Educação Popular, Movimentos Sociais do Campo e da Cidade)
2. Amplo processo de formação política ideológica no campo para a compreensão do modelo e da lógica do capital e reforço à consciência e identidade de classe; (Centros de Educação Popular, Movimentos Sociais do Campo)

3. Realização de amplo debate junto à agricultura familiar/camponesa em todos os territórios sobre o futuro da agricultura familiar/camponesa envolvendo os modelos de produção, tipo e objetivos da produção, resistência e resiliência dos sistemas de produção, aumento da autonomia relativa; (Fóruns de articulação regional, ONG's, Movimentos Sociais do Campo, Núcleos de Agroecologia)
4. Articulação, cooperação e solidariedade entre campo e cidade em torno de propostas sustentáveis envolvendo dimensões e condições não capitalistas na produção e acesso ao alimento de qualidade; (Fóruns de articulação regional, ONG's, Movimentos Sociais do Campo e da cidade, Núcleos de Agroecologia)
5. Massificação da discussão e da transição agroecológica nos territórios; (Fóruns de articulação regional, ONG's, Movimentos Sociais do Campo, Núcleos de Agroecologia)
6. Avaliar os avanços, retrocessos e novos desafios relacionados à institucionalização da agroecologia no Brasil: o marco legal e normas de produção; o PLANAPO, PAA e PNAE, a ATER agroecologia, crédito, etc. (Redes regionais de Agroecologia, ANA, ABA e Movimentos Sociais do Campo)
7. Continuidade da construção metodológica, ampliando a condição horizontal reforçando a condição do campesino a campesino, na construção social do conhecimento; (CEAGRO, COOPERIGUAÇU, UNICAFES e outras organizações interessadas na qualificação das metodologias de ATER)
8. Ampliar e exercer de forma permanente processo de formação técnica, tecnológica e política junto aos agentes de ATER; (CEAGRO, COOPERIGUAÇU, UNICAFES e outras organizações interessadas na qualificação das metodologias de ATER)
9. Quanto à gênero criar processo próprio de ações a serem exercidas e mantidas junto às iniciativas de transição agroecológica; (Núcleo Regional de

Agroecologia Luta Camponesa, MMC, ONG's, Movimentos Sociais do Campo, outros Núcleos e Redes de Agroecologia)

10. Criar proposta e desenvolver ações de formação junto às famílias e creches para uma incidência transformadora nas relações de gênero especialmente na primeira infância, infância e adolescência; (Núcleo Regional de Agroecologia Luta Camponesa, MMC, ONG's, Movimentos Sociais do Campo, outros Núcleos e Redes de Agroecologia)
11. Continuidade das discussões e tensionamentos para revisão no formato dos editais de ATER para que de fato possibilitem as metodologias participativas e a condição processual nos projetos. (UNICAFES, ONG's, Movimentos Sociais do Campo, Redes de Agroecologia)
12. Buscar formas autônomas e independentes de sustentação dos processos de construção social do conhecimento; (UNICAFES, ONG's, Movimentos Sociais do Campo, Redes de Agroecologia)

BILBIOGRAFIA

- ABRAMOWAI, R. Et alii. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. UNESCO. Brasília, 1998.
- ADAMOVSKY, Ezequiel, et alii. *Repensar la política en la era de los movimientos y de las redes*. Icaria & Más Madera. España, 2007.
- ARL, Valdemar; RHINKLIN, Hansjörg. *Livro Verde 2 Agroecologia*. Cepagri e Terra Nova. Caçador/SC. 3ª Ed. Revisada. 2001.
- ARL, Valdemar. *Transição Agroecológica em Sistemas Familiares de Produção*. Coleção PróJovem Saberes do Campo. Ed. UFPR Litoral, Matinhos – PR, 2013.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 1998.
- ARENDT, Ana. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2005.
- BOFF, Leonardo. BETTO, Frei. BOGO, Ademar. *Valores de uma prática militante*. Consulta Popular, cartilha nº 09. São Paulo. 2000.
- BRANDAO, Carlos. Rodrigues. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BOTELHO FILHO, Flávio Borges Filho (Organizador) *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial - contribuições ao debate*. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados 5. n. 17, Brasília, 2005.
- CALLE Ángel, GALLAR. DAVID, Candón. José. *AGROECOLOGÍA POLÍTICA: la transición social hacia sistemas agroalimentarios sustentables*. Revista de Economía Crítica, nº16. 2013.
- CALLE, Angel. *Nuevos Movimientos Globales: Hacia la radicalidad democrática*. Editorial Popular. Madrid, 2005.
- CALLE, Angel. *Repensar la política, en de las redes y la era de los movimientos*. Icaria. Barcelona, ES. 2010.
- CAPORAL, Francisco R. AZEVEDO, Edizio O. Etalli. *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Educação à distância. 2011.
- CAPRA, Fritjof. *Conexões ocultas: Ciência para uma vida sustentável*. São Paulo. Ed. Cultrix. 2002.
- CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Editora Cultrix. São Paulo/SP. 1996.
- CARVALHO, Horácio Martins DE. *Comunidade de resistência e superação*. Curitiba. Gráfica Editora Perez Ltda. 2002.
- CAVICCHINI, Alexis. *Radiografia do Poder*. Editora Tama. São Paulo, 1989.

- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Volume 2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- _____, Manuel. *Sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CAZELLA, Ademir A. BONNAL, Philippe, MALUF, Renato S. *Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- FAO. *El estado de La inseguridad alimentaria en El mundo - Crisis económicas: repercusiones y enseñanzas extraídas*. Organización de las Naciones Unidas para La agricultura y la alimentación. Roma, 2009.
- FONSECA, Fernanda de A. C. MEDAETS, Jean Pierre. *Produção Orgânica: Regulamentação Nacional e Internacional*. Ministério do Desenvolvimento Agrário : NEAD. Brasília, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Ed. Paz e Terra, 31ª edição. 1996.
- _____, PAULO. *Pedagogia do Oprimido*. Ed. 38ª ed. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola, 6ª Edição. São Paulo. 2007.
- GOLEMAN, Daniel. *Inteligência Emocional*. Editora Objetiva Ltda. Rio de Janeiro, RJ. 1995.
- GRATIOT-ALFANDÉRY, Hélène. *Henri Wallon*. tradução e organização: Patrícia Junqueira. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, Coleção Educadores. Recife, 2010.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla. *Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia*. Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 35-45, jan./mar. 2001.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla. *De la Sociología Rural a la Agroecología*. Icaria Editorial S.A. Barcelona. Espanha, 2006.
- GUZMÁN, E. S., MOLINA, M. G. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Via campesina. Expressão Popular, 2ª edição. São Paulo, 2013.
- IMMERZEEL, Willem H.M. Van. *Pobreza - Cómo lograr cambios acelerados: Experiencias, resultados y enfoque de una metodología innovadora en América Latina*. Dexcel – Development & Excellence. Cusco, 2006.
- IPARDES. *Diagnóstico socioeconômico do Território Cantuquiriguaçu*. Projeto de Inclusão Social e Desenvolvimento Rural Sustentável - Paraná. Curitiba, PR, 2007.
- JUNG, C.G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Edit.Vozes 2ª Edição, Petrópolis, RJ.2000
- KHATOUNIAN, Carlos Armênio. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Livraria e Editora Agropecuária. Botucatu/ SP. 2001.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética*. Editora Brasiliense, 25ª Edição. São Paulo 2008

- LEFF, Henrique. *Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau. Ed. da FURB, 2000.
- LÖWY, Michel. *O pensamento de Che Guevara*. Editora Expressão Popular, São Paulo. 1999.
- MATURANA, Humberto. *Emoções e Linguagem na Educação e na Política*. Editora UFMG. Belo Horizonte, MG, 1998.
- MAZOYER, Marcel. ROUDART, Laurence. *Histórias das agriculturas do mundo: Do neolítico à crise contemporânea*. Instituto Piaget, Lisboa. 1998.
- McFARLAND, Henri S. N. *Teoria Psicológica & Prática Educacional: desenvolvimento humano, aprendizagem e avaliação*. Tradução Jurema Alcides Cunha. Editora Globo. Porto Alegre, RS, 1977.
- MONTIBELLER-Filho, G. *O mito do Desenvolvimento Sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis. Ed. Da UFSC, 2001.
- MEJÍA, Marco Raúl J. AWAD, Myriam Inés G. *Educación popular hoy: En tiempos de globalización*. Ediciones Aurora. Bogotá. Colombia, 2004.
- MOLLISON, Bill. *Introdução à Permacultura*. Trad. André L. J. Soares. MDA/SDR/PNFC. Brasília. 1998.
- MORIN, E. *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2002a
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da Luta pela Terra e o MST*. Edit. Expressão Popular. São Paulo, 2001.
- NAREDO, José M. *La economía en evolución: historia y perspectivas de las categorías básicas Del pensamiento económico*. Siglo vientiuno de España Editores, s.a. Madrid. ES, 2003.
- NEVES, Delma P. MEDEIROS, Leonilde S. *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Alternativa. Rio de Janeiro. 20013.
- NEF MAX, Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Montevideo. Icaria, 1993.
- ODUM, Eugene P. BARRETT, Gary W. et al. *Fundamentos de Ecologia*. CengageLerning. São Paulo, SP 2008.
- PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: Uma leitura desde o campo democrático e popular*. Tomo Editorial, Camp. Porto Alegre, RS, 2001.
- PETRAS, James. *"Intelectuais, uma crítica marxista aos pós-marxistas"*. Lutas Sociais 1. Edit. Xamã. São Paulo, 1996
- PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Editora UFRGS. Porto Alegre, 2008.
- SAKAKIBARA, Chuzo. *O fundamento da Agricultura Natural*. Fundação Mokiti Okada. São Paulo. 1998.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. SILVA, Ranulfo Peloso da. *Trabalho de base*. Cartilha nº 4 - Consulta popular. Gráfica e Editora Perez Ltda. São Paulo, 1999.

- SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura Familiar e Industrialização – Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS. Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- SILVESTRO, Milton Luiz et alii. *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Epagri. NEAD/MDA - Brasília. 2001
- Brasília : Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001
- SOSA, Bráulio M. et alii. *Revolución agroecológica: Movimiento de Campesino a Campesino de la ANAP en Cuba*. ANAP/ Via Capesina. La Habana, Cuba, 2011.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. Editora Cortez, 18ª edição. São Paulo, 2011.
- TOLEDO, M. V. *Campesinidad, agroindustrialidad, sostenibilidad: los fundamentos ecológicos e históricos del desarrollo rural*, Cuadernos de Trabajo 3: 1-45, Grupo Interamericano para el Desarrollo Sostenible de la Agricultura y los Recursos Naturales, México, 1995.
- TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. Trad. M. Resende, Lisboa, Antídoto, 1979. A formação social da mente. Trad. José Cipolla Neto et alii. Livraria Martins Fontes, São Paulo, 1984.
- WALLON, Henri [1941]. *A evolução psicológica da criança*. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2007.

Textos, artigos, teses e fontes eletrônicas

- A FETRAF-SUL/ CUT e o Novo Sindicalismo* – Marcos Rodrigues da Silva e Leonida Reich. Gráfica Agnus.
- AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, Porto Alegre, v.3, n.3, Jul./Set 2002.
- ANA - ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Carta Política do II Encontro Nacional de Agroecologia. Recife: ANA, 2006.
- BOGO, Ademar. *A mística: parte da vida e da luta*. 03/2010 em <http://base.d-ph.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8237.html> (visitado em 15/11/2013)
- CALLE, Angel. Et al. *Estamos en medio: necesidades básicas, democracia, poder y cooperación*. Capítulo del libro Democracia Radical. Entre vínculos y utopías. Icaria. Barcelona, 2011.
- CARTILHA Programa agrário do MST - Texto em construção para o VI Congresso Nacional”. Secretaria Nacional do MST. 3ª edição setembro. São Paulo-SP, 2013.
- CARVALHO, Horácio Martins de. *Camponeses: mais além da convivência com o capital*. Curitiba – PR – Janeiro de 2015.

- COUTINHO, Joana A. GOMES, Ilse. *Estado, movimentos sociais e ONGs na era do neoliberalismo*. Revista Espaço Acadêmico, nº 89, outubro de 2008. http://www.espacoacademico.com.br/089/89gomes_coutinho.pdf - Consultado em 03/01/2015.
- CEPIS, Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. *Concepção de Educação Popular do Cepis*. Maxprint Editora e Gráfica Ltda. São Paulo - SP, 2007.
- DENAEYER, Simone. *Porqué tanto interes por los biocombustibles*. Université Libre de Bruxellas. Curso de Master en Agroecologia, UNIA, 2008.
- DOVER, M. J.; TALBOT, L. M. *Paradigmas e princípios ecológicos para a agricultura*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1992. 42p.
- EMATER, *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável* - Revista da Emater/RS, v. 3, n.1, Jan./Mar./ 2002.
- FALS BORDA, Orlando. *Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla*. Federación para el Análisis de la realidad Colombiana (FUNDABCO). Bogotá, Colombia. 1978, em www.ts.ucr.ac.cr (visitado em 12/11/2014).
- FAYAD, Jamil, et al. *Sistema de plantio direto de hortaliças: espaço de discussão e prática para uma agricultura sustentável*. Epagri/Cepagri/STR Caçador, 2004.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. UNESP. SP, 2004.
- FORMAÇÃO BÁSICA MULTIPLICADORA. Cepagri- Cepis, 1996.
- FRANCO, Maria A. S. *Pedagogia da Pesquisa-Ação*. Educação e Pesquisa, vol. 31, núm. 3, setembro-dezembro, Universidade de São Paulo. 2005, pp. 483-502.
- GEILFUS, Frans . *80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación* / Octava reimpressão– San José, Costa Rica - C.R.: IICA, 2009.
- LINERA, Alvaro García. Versión extractada y modificada del artículo *Sindicato, multitud y comunidad*. De García et alli. Tiempos de rebelión. La Paz, 2001.
- GLIESSMAN, Stephen. *Desde una agricultura sostenible a sistemas agroalimenticios sostenibles*. Universidade Internacional de Andalucía. Programa interuniversitario oficial de posgrado, 2008.
- GOSS, Karine P. PRUDÊNCIO, Kelly - *TESE - O conceito de movimentos sociais revisitado*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91.
- GOUVEA da Silva. ANTONIO Fernando: *A Metodologia Freireana na formação do militante social em projetos ambientais*. Curitiba, 2005.
- GUIVANT, Julia S. *Contribuições da Sociologia Ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo*. In *Estudos Sociedade e Agricultura*, 19, outubro, 2002: p. 72-88.

- GUZMÁN, G. ALONSO. A, POULIQUEN, Y. SEVILLA,. *Las metodologías participativas de investigación: um aporte al desarrollo local e endógeno*. II Congreso de la Sociedad Española de Agricultura Ecológica. Pamplona – Iruña, septiembre de 1996.
- MAIA, George A.R. et al. *Novo Manual da Extensão Proex*. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. RJ. 2008.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *El Hombre y el Mito. El alma matinal*. Lima: Biblioteca Amauta, 1970.
- MIGUÉLEZ, Miguel Martínez. *Actualización de la Epistemología y Metodología en Educación*. III Jornadas de Innovación Educativa Universidad Centroccidental Lisandro Alvarado 30 Barquisimeto – Edo. Lara Nov - 02 Dic 2005.
- MPA - *Origem e Organização do Movimento dos Pequenos Agricultores*. Movimento dos pequenos Agricultores. Keops, Porto Alergre/ RS, junho de 2002.
- NAREDO, José Manuel. *Agroecología: Economía Y Sostenibilidad: La economía ecológica en perspectiva*. Universidade Internacional de Andalucía. Programa interuniversitario oficial de posgrado, 2008.
- PEREIRA. Dulcinéia de Fátima Ferreira, Pereira Eduardo Tadeu. *Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 72-89, dez.2010.
- SOUZA, José Martins de, *O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rura*. Estudos avançados vol.15 nº 43 São Paulo Sept./Dec. 2001.
- SANCHEZ de Puerta, F. (1990): *La extension como instrumento para el desarrollo: Aproximación al caso español*. Tesis doctoral. Departamento de Economía e Sociología Agrarias. Universidad de Córdoba. (mimeo).
- PEREZ, Julian Casarino. *A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da rede ecovida de agroecologia*. UFPR, 2013.
- PETERSEN, Paulo. Introdução. In: PETERSEN, Paulo (Ed.). *Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades*. In: ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA, 2., 2007, Rio de Janeiro. Caderno do... Rio de Janeiro: ANA, 2007.
- ROSSET, Peter M. TORRES Maria Elena Martinez. *Movimientos Sociales Rurales y Agroecología*. Contexto, Teoría e Processo, 2013. Context, Theory, and Process. *Ecology and Society* 17(3): 17. <http://dx.doi.org/10.5751/ES---05000---170317> (Traducido por Viviana Tipiani) – visitado em 20 de janeiro de 2015.
- SANTOS, Alvorí Cristo dos. *Um olhar sobre a renda da agricultura agroecológica - ferramenta para a percepção de contradições da economia de mercado*. Boletim do Deser – conjuntura agrícola nº 146. Curitiba, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Transnacionais de alimentos lucram com aumento da fome*. Carta Maior - 07/05 – São Paulo, 2008.

- SEVILLA GUZMÁN, E. *Para una sociología del desarrollo rural integrado*. In: Materiales de Trabajo del Ciclo de Cursos y Seminarios sobre Agroecología y Desarrollo Sostenible en América Latina y Europa. Universidad Internacional de Andalucía, 1995.
- SCHERER-WARREN, Ilse. LÜCHMANN, Lígia H. H. *Artigo - Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil*. Política & Sociedade, Nº 5 – outubro de 2004, p.13 a 35.
- SCHUTTER, Olivier de. *Agroecology and the Right to Food*. Relatório apresentado na 16ª Sessão do Conselho para os Direitos Humanos das Nações Unidas [A/HRC/16/49], 8 de março, 2011.
- SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Tese de doutorado, UNB, 2009.
- TEIXEIRA, Gerson. *Subsídio para análise do abastecimento de alimentos básicos no Brasil*. Janeiro de 2014.
- THIOLLENT, Michel. *Construção do conhecimento e metodologia da Extensão*. UFRJ. Texto apresentado no Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - João Pessoa – PB, 2002.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro anual da ANPOCS. Caxambu, MG. Outubro 1996.
- ZIBECHI, Raúl. *Movimientos Sociales: nuevos escenarios y desafíos inéditos*. OSAL221, Ano VII Nº 21, septiembre – dicie.
- ZOLET, Gilmar, et al. *Agricultura familiar no sul do brasil Realidade, perspectivas e possibilidades: um enfoque a partir dos movimentos sociais do campo, pelo viés da agroecologia*. Passo Fundo/RS, Abril de 2006.
- <http://desinformemonos.org> /2013/11/ *Brasil, de los jóvenes iracundos a los nuevos rebeldes*. Ángel Calle Collado - Posted By Tonelada Barro On noviembre 10, 2013 @ 12:59
- <http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2013/08/agroecologia-alia-preocupacao-ambiental-com-questoes-sociais.html>
- www.suamente.com.br – set 2013
- <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8237.html>- em 28/01/2014.

ANEXOS

ANEXO 01

PRINCIPAIS ONG'S DE ASSESSORIA E APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR/CAMPONESA NO SUL DO BRASIL ENVOLVIDAS NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA

Identifica-se e descreve-se a seguir, sucintamente, o perfil das Ong's mais próximas dos movimentos sociais e mais alinhadas com uma perspectiva transformadora tendo a agroecologia como base, que atuam no campo no Sul do Brasil.

ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

A ASSESOAR é uma associação de agricultores/as familiares, camponeses/as que contribui para o surgimento e o fortalecimento de espaços organizativos e de articulação política do campo popular, tendo em vista a construção de conhecimento, na perspectiva da educação popular, da agroecologia e do desenvolvimento sustentável e multidimensional.

Seus principais objetivos e eixos temáticos são os direitos econômicos, sociais e culturais, a agroecologia, a segurança/soberania alimentar, a biodiversidade, a educação popular, a organização, a educação do campo, as questões de gênero e geração e as políticas públicas.

Para atingir seus objetivos estabelece relações de parceria com organizações, instituições e atua junto aos movimentos sociais e organizações populares.

A região de atuação da ASSESOAR é basicamente no Sudoeste do Paraná. No entanto, elabora estudos utilizados em todo o Brasil e em organizações internacionais.

Centro Vianeí de Educação Popular

Foi uma das principais entidades na promoção de tecnologias alternativas, especialmente na década de 1980. Hoje, o Centro Vianeí atua junto aos movimentos e organizações populares e na assessoria aos trabalhadores rurais organizados ou em processo de organização. Busca uma sociedade democrática, participativa, justa e solidária. Tem como eixos centrais o cooperativismo de crédito, formação de jovens, capacitação técnica e política através de cursos de educação popular, produção agroecológica na agricultura familiar, comercialização sócio-solidária, agroindustrialização artesanal e certificação de produtos agroecológicos.

A sua região de atuação é o Planalto Serrano de Santa Catarina.

CEPAGRI - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais

O Cepagri atua nas regiões do Alto Vale do Rio do Peixe e no Planalto Norte de Santa Catarina e colaborou na assessoria, animação e capacitação de pessoas e organizações, basicamente rurais, numa perspectiva de construção do desenvolvimento sustentável embasado na agroecologia. Sua atuação é, basicamente, através de grupos e/ou associações. As ações prioritárias concentram-se nas áreas da agroindustrialização de pequeno porte, na comercialização direta, na gestão rural, na produção de sementes, no emprego de tecnologias de produção ecologicamente corretas, além de outros aspectos que visam à melhoria das condições e qualidade de vida.

Teve contribuição significativa na organização inicial da Rede Ecovida de Agroecologia e participação na articulação nacional de educação popular em um momento de revisão estratégica e metodológica.

Há, aproximadamente, 10 (dez) enfrentou grave crise política em função da sua decisiva contribuição em processo local de enfrentamento do poder capitalista e tentativa de reconstrução popular transformadora nas organizações proporcionando reações, principalmente junto ao Partido dos Trabalhadores que era pouco combativo e onde prevaleciam os interesses pessoais de dirigentes e, também, em função da sua contribuição, em parceria com pesquisadores da Epagri, na transição agroecológica junto aos plantadores de tomate da região. As condições criadas levaram a uma forte reação das forças políticas conservadoras, que se

utilizaram das “falsas lideranças” presentes nas organizações e no Cepagri, para interromper o processo de transição para a agroecologia em andamento.

CEMEAR - Centro de Motivação Ecológica e Alternativas Rurais

O Cemear é uma entidade que congrega grupos de agricultores ecológicos e outros profissionais, da região do Alto Vale do Itajaí de Santa Catarina, na missão de buscar a melhoria da qualidade de vida, através da cooperação, da agroecologia e do fortalecimento da agricultura familiar. Atua, principalmente, na organização e motivação de grupos na produção, comercialização, processamento, capacitação e formação.

CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

O Cepagro atua no desenvolvimento rural e urbano da região Metropolitana de Florianópolis e tem como principal objetivo a promoção da qualidade de vida do agricultor familiar, bem como, do crescente número de migrantes urbanos. Desenvolve suas atividades de forma participativa e em colaboração com diversas instituições. Seu público é formado por agricultores familiares, grupos formais e informais, associações comunitárias rurais e urbanas, organizações de assessoria, professores, alunos e pesquisadores.

Teve dois momentos distintos na sua trajetória: na sua origem assumia a condição de entidade coordenada por outras entidades e realizava trabalhos de criação e apoio às propostas inovadoras. Foi o Cepagro, em parceria com a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), que iniciou as primeiras cooperativas de crédito, que deram origem ao Sistema Cresol em Santa Catarina. Na sequência, o Cepagro torna-se uma entidade singular e autônoma, com trabalho mais regionalizado na grande Florianópolis.

Centro Ecológico - Serra e Litoral Norte do RS

Foi uma das primeiras e das principais entidades propulsoras da agroecologia, na década de 1980. O Centro Ecológico tem sua base de atuação nas

regiões Serra e Litoral Norte do Rio Grande do Sul e Sul de Santa Catarina e tem como objetivo viabilizar a adoção de tecnologias alternativas na produção agrícola, embasadas na preservação ambiental e na justiça social. Atua na assessoria para a produção, processamento e comercialização de produtos ecológicos, resgate e manejo da biodiversidade agrícola e alimentar, organização de produtores e consumidores, capacitação de técnicos, formulação de políticas públicas para uma agricultura sustentável e na luta contra a utilização de transgênicos. Desenvolve cursos de agricultura ecológica, agroindustrialização de produtos ecológicos, associativismo e planejamento, especialmente voltados para agricultores familiares e técnicos da área.

CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares

É uma entidade de grande relevância na construção de tecnologias populares alternativas nas décadas de 1980 e 1990 e atuante até os dias atuais. A missão do CETAP é contribuir para a afirmação da agricultura familiar e suas organizações, atuando na construção da agricultura sustentável com base nos princípios da agroecologia, formação e capacitação, acompanhamento a grupos de agricultores e assessoria. Com sede em Passo Fundo/RS o CETAP atua diretamente em 33 municípios das Regiões Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul.

CAPA - Centro de apoio ao Pequeno Agricultor

O CAPA é uma organização não governamental ligada a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Presta assessoria na organização social e política, na formação e na produção de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, comunidades indígenas e quilombolas.

Tem como objetivo promover o desenvolvimento local de forma sustentável e solidária, visando o fortalecimento das organizações dos agricultores e das redes de cooperação solidária, utilizando metodologias que valorizem a participação e o conhecimento local, associando a teoria com a prática e promovendo a equidade das relações, autonomia e bem estar das famílias.

Atua nos três estados do Sul do Brasil, com núcleos em Erechim, Santa Cruz do Sul, Pelotas, Saltinho, Verê e Marechal Cândido Rondon.

ECOCITRUS - Cooperativa dos Citricultores Ecológicos do Vale do Caí

A ECOCITRUS é uma Cooperativa de Pequenos Agricultores Citricultores Ecológicos do Vale do Caí, tem como objetivo resgatar e construir a agricultura sustentável, socialmente justa, ecologicamente correta e economicamente viável na região. Atua na tecnologia de produção, industrialização da produção, comercialização e certificação solidária.

Busca atuar em toda a cadeia produtiva, desde a produção de insumos, organização social, formação, geração de tecnologia e credibilidade, industrialização e comercialização.

Atua na região da bacia hidrográfica do Rio Caí. Rio Grande do Sul.

IEEP - Instituto Equipe de Educadores Populares

O IEEP resulta da articulação de organizações de agricultores, pastorais e sindicatos em torno do desenvolvimento rural sustentável, fundado na sustentabilidade sócio-ambiental dos pequenos agricultores, das populações de baixa renda das pequenas e médias cidades das regiões Centro e Centro Sul do Paraná. Desenvolve atividades de formação e experimentação na construção de alternativas técnicas, sociais e econômicas, no âmbito das comunidades em que atuam.

É uma “entidade combativa”, alinhada com as lutas sociais e parceira dos movimentos sociais populares.

CEFURIA - Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo

O CEFURIA tem como objetivo construir o protagonismo popular, contribuir na formação da cidadania plena, ajudar o povo a ter vez e voz. Sua finalidade é fortalecer a organização popular e as lutas do povo por melhores

condições de vida. Promove cursos e debates, acompanha grupos de base, faz o registro das lutas em vídeos e impressos, disponibilizando subsídios temáticos para estudo e pesquisa, apoiando as mobilizações sociais.

Os serviços e as áreas de atuação são Videoteca Popular, Quem TV Produções, Editora Gráfica Popular, Casa do Trabalhador, Centro de Documentação e Biblioteca Popular Mara Vallauri, Lojinha Solidária, Escola de Formação Política Milton Santos e Lorenzo Milani, Projeto Rede da Vida, Talher Fome Zero, Economia Popular Solidária, Comunicação Popular, Projeto Popular para o Brasil.

DESER - Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais

O DESER é uma entidade das organizações da agricultura familiar que realiza sistematização de informações, pesquisas e estudos, elaboração de propostas e políticas e assessoria às organizações, movimentos, entidades e instituições vinculadas à agricultura familiar.

Sua missão estratégica é contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e de suas organizações e para a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento sustentável, democrático e solidário.

AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

A AS-PTA tem como missão apoiar a construção de capacidades políticas e institucionais de organizações da agricultura familiar para que elas assumam, de forma crescente, o protagonismo na formulação e defesa de padrões de desenvolvimento rural que associam a equidade social, a viabilidade econômica e a conservação dos recursos ambientais.

Tem estimulado e coordenado importantes iniciativas de seleção e produção de sementes crioulas.

Seu objetivo principal é a promoção do desenvolvimento da agricultura brasileira com base nos princípios da agroecologia e no fortalecimento da agricultura familiar. Realiza a construção coletiva do conhecimento agroecológico e a sua implementação junto a agricultores e agricultoras experimentadores.

APACO - Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense

A APACO estimula e assessora o desenvolvimento da agricultura de grupo nas regiões Oeste e Meio Oeste de Santa Catarina. É formada e dirigida por grupos de agricultores familiares que se organizam e desenvolvem suas atividades de forma cooperada, a partir das suas próprias experiências em comunidades. Tem por objetivo o desenvolvimento sustentável e solidário para a construção de um novo modelo de agricultura, com base na cooperação das unidades de produção familiar e nos princípios da agroecologia.

Sua principal contribuição histórica está na promoção e desenvolvimento da agroindustrialização familiar de pequeno porte.

IMCA - Instituto Morro da Cutia

A missão do IMCA é promover o desenvolvimento sustentável da sociedade, através da agroecologia, da comercialização ética, justa e solidária e da educação ambiental. Tem como público prioritário a agricultura familiar, fortalecendo a região em que está inserido, bem como, atuando em nível nacional e internacional.

Atua na reciclagem de resíduos industriais; comercialização no mercado justo e economia popular solidária; assessoria e capacitação a grupos de agricultores, a projetos de adequação ambiental e na produção de mudas. Possui um centro de formação com estrutura bioconstruída para hospedagem e realização de cursos.

AOPA - Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia

A missão institucional da AOPA é animar e potencializar o protagonismo popular, através de movimentos e processos que fortaleçam a organização das famílias agricultoras e consumidoras, construindo a agroecologia como alternativa na transformação social.

Realiza formação e organiza e acompanha grupos na produção, nas feiras e no circuito de trocas. Atualmente, contribui na organização de iniciativas de PNAE e PAA e é uma das principais animadoras do circuito de trocas da Rede Ecovida.

Atua nas Regiões Metropolitana de Curitiba, Centro-Sul, Litoral do Paraná e Vale do Ribeira em São Paulo.

ACEVAM - Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba

A missão de ACEVAM é facilitar o processo de conscientização, compartilhando vivências coletivas, solidárias e corresponsáveis, fortalecendo a agricultura familiar ecológica, o agroecoturismo e o consumo consciente. Tem como objetivo central organizar, fortalecer e consolidar a agricultura familiar ecológica. Atua no Extremo Sul Catarinense

COOPERAFLORESTA

A Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/PR caminha em busca do fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento de uma consciência ambiental, visando a construção da agroecologia e da prática agroflorestal para o enfrentamento da exclusão social, através de alternativas de produção e renda para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Para tal, a Cooperafloresta propõe-se contribuir em processos de organização, formação e capacitação das famílias agricultoras, planejamento dos sistemas agroflorestais, além do beneficiamento, agroindustrialização e comercialização da produção.

É uma das principais referências em sistemas agroflorestais multiestratos e biodiversos do Sul e do Brasil.

Atua no Vale do Ribeira, envolvendo os municípios de Barra do Turvo (SP), Adrianópolis e Bocaiúva do Sul (PR).

FUNDAÇÃO RURECO

A Fundação RURECO tem como objetivo central apoiar e articular, regionalmente, as ações dos pequenos agricultores nas áreas de produção, beneficiamento, comercialização e associativismo. Suas ações orientam-se pelos princípios da agroecologia, estimulando a organização e a capacitação dos agricultores familiares. Atua na região Centro do Paraná.

COOPERIGUAÇU – Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços

A COOPERIGUAÇU – Cooperativa Iguaçu de Prestação de Serviços nasceu em 1988, em resposta à necessidade de organização dos profissionais das Ciências Agrárias que lutavam junto com os movimentos populares por uma nova proposta de desenvolvimento rural. Foi constituída com a missão institucional de promover alternativas que proporcionassem viabilidade econômica, equilíbrio ecológico e justiça social, priorizando a agricultura familiar e suas organizações.

A Cooperiguaçu tem participado das discussões com relação à nova política de ATER, desde 1997, por ocasião da realização dos primeiros encontros em Brasília sobre uma nova política de ATER, assim como, na primeira Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizada em Brasília, nos dias 10 e 11 de novembro de 2004, quando houve o lançamento oficial da PNATER pelo Governo Federal. De lá para cá, tem se envolvido, ativamente, nas ações promovidas pela PNATER – Política Nacional de ATER, como as conferências de ATER, alguns debates da Lei Nacional de ATER (Lei 12.188 de 2010) e, mais intensamente, na Lei de ATER Estadual do Paraná (Lei 587 de 2012), em fase de regulamentação.

A Cooperiguaçu sempre manteve um número médio de cinquenta profissionais cooperados das áreas de agronomia, veterinária, economia doméstica, administração rural, pedagogia, geografia, técnico florestal, técnico em agroecologia, técnico agropecuário, técnico agrícola e conta, ainda, com a participação de agricultores de “notório saber”. A estratégia adotada pela Cooperativa foi de evitar o inchaço, apoiando a constituição de outras cooperativas parceiras. Resultado disso foi a criação da Coopepermarrecas, da Cooperfronteira, da Cooperpinhais e de uma Central, hoje denominada CENATER (Central das Cooperativas de ATER do Paraná), constituída, atualmente, por seis Cooperativas no Estado e filiada a CENATER Nacional.

A Cooperiguaçu tem, estatutariamente, habilitação para atuar em todo o território nacional, no entanto, tem concentrado suas ações no estado do Paraná. O público prioritário de atuação ao longo de sua história foi a agricultura familiar e os assentados da reforma e suas organizações. Os trabalhos desenvolvidos pela instituição visam a construção de estilos sustentáveis de agricultura para apoiar na busca do desenvolvimento local. Para isso, orienta-se pelos princípios

agroecológicos e considera que o conhecimento deve ser construído a partir da realidade local, das famílias, grupos, comunidades e suas organizações.

A Cooperiguaçu³⁶ desenvolve projetos do governo federal, estadual, municipal e de entidades da agricultura familiar e assentamentos da reforma agrária através de convênios, de chamadas públicas e outras modalidades. Nesses anos de atuação tem acumulado boa experiência no planejamento, execução, monitoramento e avaliação destas ações. No entanto, uma das grandes aprendizagens institucionais foi na construção de parcerias locais.

CEAGRO –Centro de desenvolvimento sustentável e capacitação em agroecologia

O Ceagro é um centro de assessoria e apoio criado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) na região Centro Oeste do Paraná. Realiza cursos técnicos, acompanhamento técnico às famílias assentadas e pesquisa na área da transição agroecológica.

Em seus dez anos de existência, o Ceagro tem contribuído na promoção da cooperação, na formação e mobilização das mulheres e jovens e na organização da produção agroecológica.

Mais recentemente vem respondendo a editais de ATER, através de Chamadas Públicas do INCRA e do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), adotando, também, a metodologia proposta nesta sistematização. Com isso aumenta sua capacidade de atuação na região.

Em 2010, iniciou a criação de um Núcleo Regional de Agroecologia da Rede Ecovida. Essa articulação em rede tem contribuído para o avanço do debate, da troca de experiências, da produção de alimentos, da participação e conscientização da sociedade em diversos setores, quanto a importância do alimento saudável, da reforma agrária, da proteção do meio ambiente, da valorização da cultura camponesa e da viabilização da produção familiar e ecológica. Atualmente, o Núcleo Regional de Agroecologia Luta Camponesa conta com 36 grupos, em 12 municípios da região e com, aproximadamente, 450 famílias

³⁶ A sistematização metodológica apresentada neste livro é resultado, basicamente, do esforço realizado pela Cooperiguaçu em vários projetos de ATER, em vários projetos de parceria com organizações e movimentos sociais do campo.

envolvidas na transição agroecológica. A perspectiva é de chegar a 1.000 famílias, nos próximos anos.

Tem parceria com a UFFS (Universidade Federal Fronteira Sul), e com a Experiência de Cooperação de Mondragon (país Basco - ES). Atua na região Centro Oeste do Paraná.

Há, ainda, outras entidades criadas recentemente, sendo a maioria articulada, principalmente, com a organização da produção, crédito ou ATER, entre elas: Sisclaf, Sistema Cresol, Infocus, Coopafi, Cenater, Unicafe.

ANEXO 02

Questionário de levantamento de informações aplicado em processo preparatório do encontro de monitoramento, avaliação e re-planejamento – Projeto ATER – Unicafe PR:

Nome:

Município:

Avaliação planejamento

Dimensões a serem consideradas e colocadas em ordem de peso de influência:

- Organização – coordenação -
- Estrutural - condições de trabalho -
- Capacitação - formação - informação
- Metodologia – instrumental (caderno) – estratégia
- Outras

Em cada dimensão citar os aspectos específicos relevantes – por ordem de peso de influência:

DIMENSÃO ASPECTO 1: ORGANIZAÇÃO – COORDENAÇÃO -	
<i>DIFICULDADES- DESAFIOS</i>	<i>AVANÇOS – CONQUISTAS – FACILIDADES –</i>
1. –	1.
2. –	2.
3. –	3.
DIMENSÃO ASPECTO 2: ESTRUTURAL - CONDIÇÕES DE TRABALHO	
<i>DIFICULDADES- DESAFIOS</i>	<i>AVANÇOS – CONQUISTAS – FACILIDADES –</i>
1. –	1.
2. –	2.
3. –	3.
DIMENSÃO ASPECTO 3: CAPACITAÇÃO - FORMAÇÃO - INFORMAÇÃO	

<i>DIFICULDADES- DESAFIOS</i>	<i>AVANÇOS – CONQUISTAS – FACILIDADES –</i>
1. –	1.
2. –	2.
3. –	3.
<i>DIMENSÃO ASPECTO 4: METODOLOGIA – INSTRUMENTAL (CADERNO) – ESTRATÉGIA</i>	
<i>DIFICULDADES- DESAFIOS</i>	<i>AVANÇOS – CONQUISTAS – FACILIDADES –</i>
1. –	1.
2. –	2.
3. –	3.
<i>OUTRAS :</i>	
<i>DIFICULDADES- DESAFIOS</i>	<i>AVANÇOS – CONQUISTAS – FACILIDADES –</i>
1. –	1.
2. –	2.
3. –	3.

ANEXO 03

Tabela encaminhamentos e planejamento operacional iniciada e encaminhada durante seminário intermediário projeto ATER – Unicafe PR:

<i>ASPECTOS</i>	<i>ESTRATÉGIAS</i>	<i>AÇÕES</i>	<i>OPERACIONALIZAÇÃO</i>
Falta de presença e peso institucional	1. Dialogar/ envolver / comprometer as entidades	a) Discussão por município	<i>Quem:</i> <i>Quando:</i> <i>Como:</i>
		b) Seminário/ oficina com as entidades – regional = apresentação projeto proposta... avaliação – replanejamento – envolvimento	<i>Quem:</i> <i>Quando:</i> <i>Como:</i>
		c) Envolver nas demais oficinas – trazer outros temas para as oficinas (metodologia do tema gerador)	<i>Quem:</i> <i>Quando:</i> <i>Como:</i>
	2. Ampliar/ buscar outras parcerias (Universidades – Ong's)		<i>Quem:</i> <i>Quando:</i> <i>Como:</i>
Pouca compreensão das famílias agricultoras sobre o projeto – proposta – metodologia Dificuldade de mobilização	1. Associar o projeto/ processo à realidade local – envolver as pessoas	a) (outros temas) = tema gerador	<i>Quem:</i> <i>Quando:</i> <i>Como:</i>
		b) realizar atividades práticas nos momentos de oficinas: reuniões	<i>Quem:</i> <i>Quando:</i> <i>Como:</i>
		c) reforçar a informação sobre o projeto/ processo	<i>Quem:</i> <i>Quando:</i> <i>Como:</i>

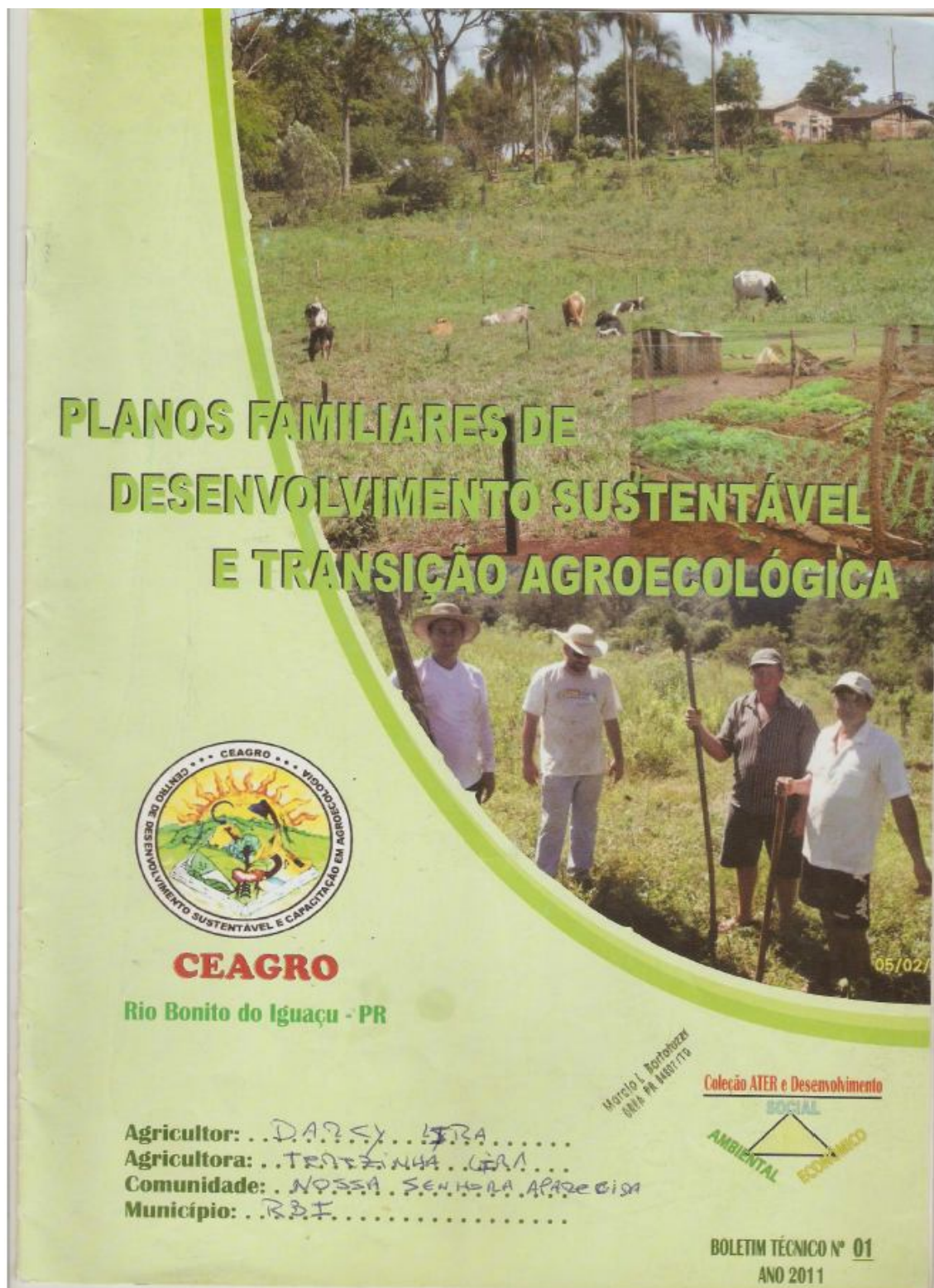
Muita burocracia e pouca prática	2. Reforçar a mobilização e informação	a) envolver mais dirigentes das entidades nas ações de mobilização – entidades co- promotoras	Quem: Quando: Como:
		b) Envolver os coordenadores na mobilização das famílias	Quem: Quando: Como:
		c) ampliar a divulgação através das entidades	Quem: Quando: Como:
Capacitação dos agentes – coordenadores - proposta - metodologia - questões técnicas	1. Ampliar a capacitação dos agentes	a) Videoconferências	Quem: Quando: Como:
		b) cursos (nas regiões – descentralizada) – ler estudar a cartilha	Quem: Quando: Como:
		c) materiais técnicos	Quem: Quando: Como:
		d) visitar experiências práticas (intercâmbios)	Quem: Quando: Como:
	2. Maior articulação interação regional de agentes – reunir a região – trocar experiência	a) troca de experiências	Quem: Quando: Como:
		b) ajudas entre agentes	Quem: Quando: Como:
Estrutura – deslocamento	1. ajustar contrapartidas – acertos com as entidades parceiras locais	a)	Quem: Quando: Como:
		b)	Quem: Quando: Como:
Operacional – pagamentos	1. remuneração individual? 2. Ajustar o cumprimento das metas e prazos	a)	Quem: Quando: Como:
		b)	Quem: Quando: Como:
Continuidade do processo	1. Esclarecimento às famílias e organizações sobre a perspectiva e o desafio da continuidade		Quem: Quando: Como:
	2. Realizar com competência o projeto e o processo		Quem: Quando: Como:
	3. Maior envolvimento das entidades na		Quem: Quando:

	estratégia e proposta		<i>Como:</i>
	4. Organização: entidades, famílias, agentes...		<i>Quem:</i> <i>Quando:</i> <i>Como:</i>


Obs. A finalização do planejamento operacional foi remetido para ser realizado nas regiões

ANEXO 04

Plano Familiar de Transição Agroecológica



**PLANOS FAMILIARES DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
E TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA**


CEAGRO
Rio Bonito do Iguaçu - PR

Agricultor: ..DARCY LIRA.....
Agricultora: ..Terezinha Lira.....
Comunidade: ..NOSSA SENHORA APARECIDA
Município: ..RBI.....

Marcelo L. Bonafina
DATA: 05/02/11

Coleção ATER e Desenvolvimento

SOCIAL
AMBIENTAL
ECONOMIA

BOLETIM TÉCNICO Nº 01
ANO 2011



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
CAPACITAÇÃO EM AGROECOLOGIA
CNPJ 02.193.823/0001-05
Fone: (042) 36354329
Rua sete de Setembro n.º 2885, CEP: 85301-070, Laranjeiras do Sul - PR
Lote 1, vigência: 2012 a 2013



PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO
Unidade de Produção Familiar (UPF)

Cód.:1042201

Projeto de Assentamento: Ireno Alves dos Santos

Município: Rio Bonito do Iguaçu

Nome do Agricultor:

Cód. SIPRA: PRO 13400002388

N.º Lote: 57

Comunidade: Nossa Senhora Aparecida

Técnico responsável: Silvia Dias e Regiane

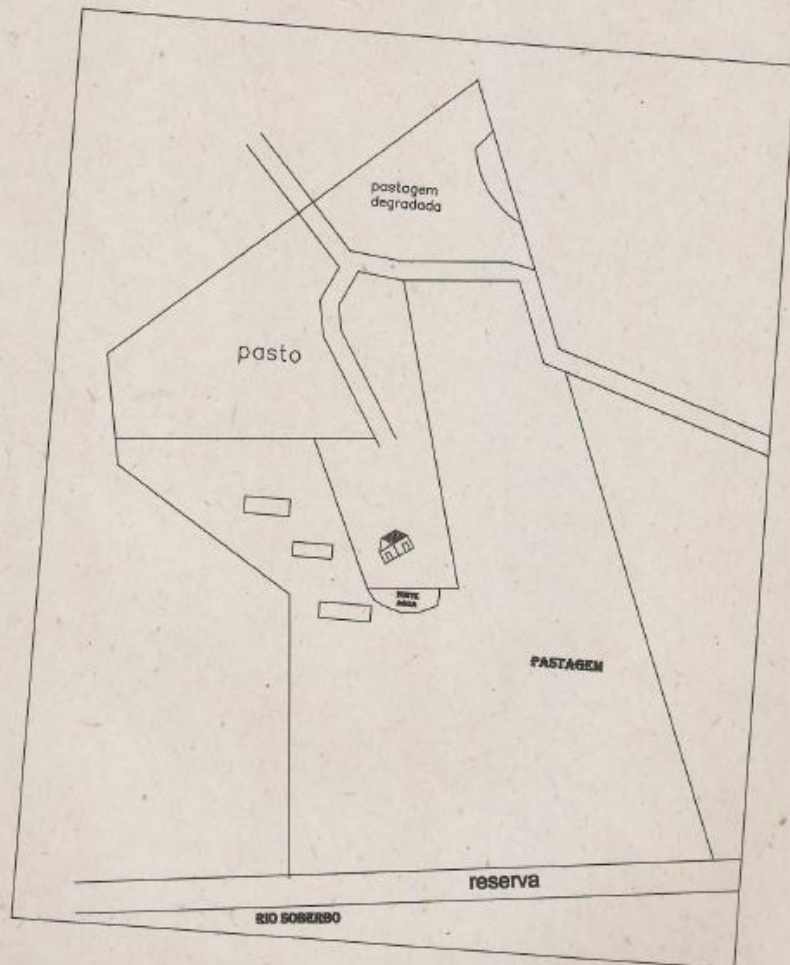
Nome dos integrantes da Família presentes no momento da visita: Darci e Terezinha

1. Desenho/ croqui da condição atual da unidade de produção

Nesta página, cada família desenha a unidade de produção na sua condição atual.



SITUAÇÃO ATUAL.



2. Desenho/croqui da condição futura desejada

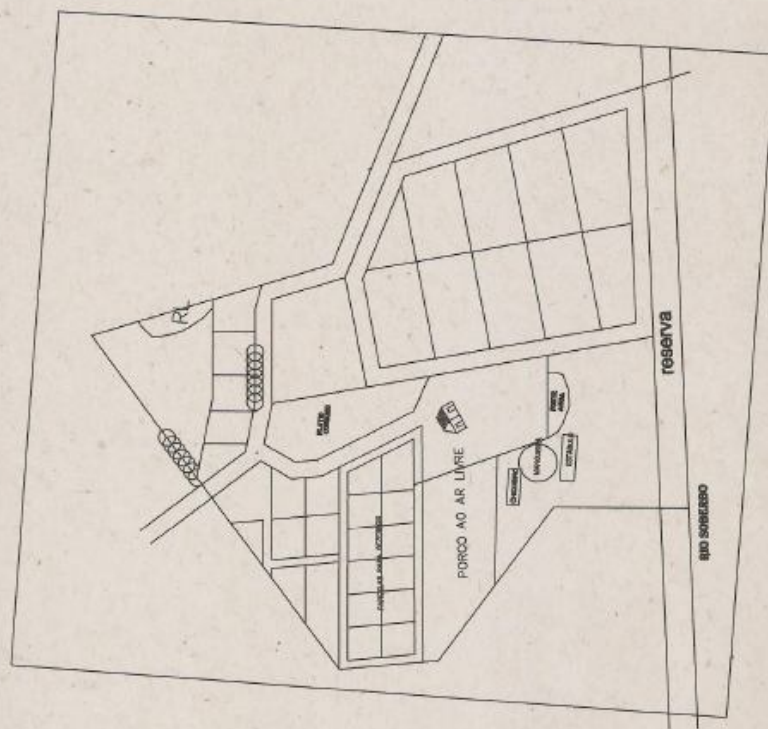
2



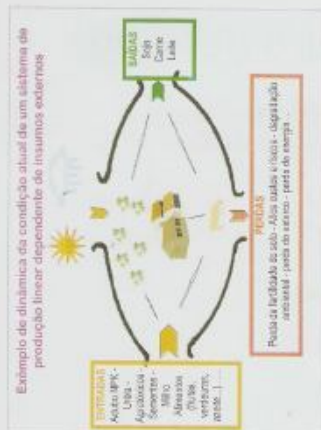
Nesta página desenhar a condição de futuro desejada dentro do processo de transição agroecológica, destacando as mudanças desejadas.



SITUAÇÃO DESEJADA.



3. Visão dinâmica do sistema de produção da unidade de produção em estudo



Condição atual

ENTRADAS

Higienização	→ 650,00 x 12 = 780,00
Med. vet.	→ 550,00 x 12 = 660,00
Suporte sanitário	300,00
Doença reprodutiva	2400,00
Farmácia	600,00
Consumível	600,00
Lu2	→ 720,00
Total	6060,00
+ 720,00 (Carnes)	
Total	6780,00
Gasto total anual com as entradas	R\$ 6060,00

Gasto total anual com as entradas
R\$ 6060,00

PERDAS
Frutões - 500
PI o consumo
Hortelã - 810
Hortelã - 810

Estimativa do valor das perdas
R\$

SAÍDAS

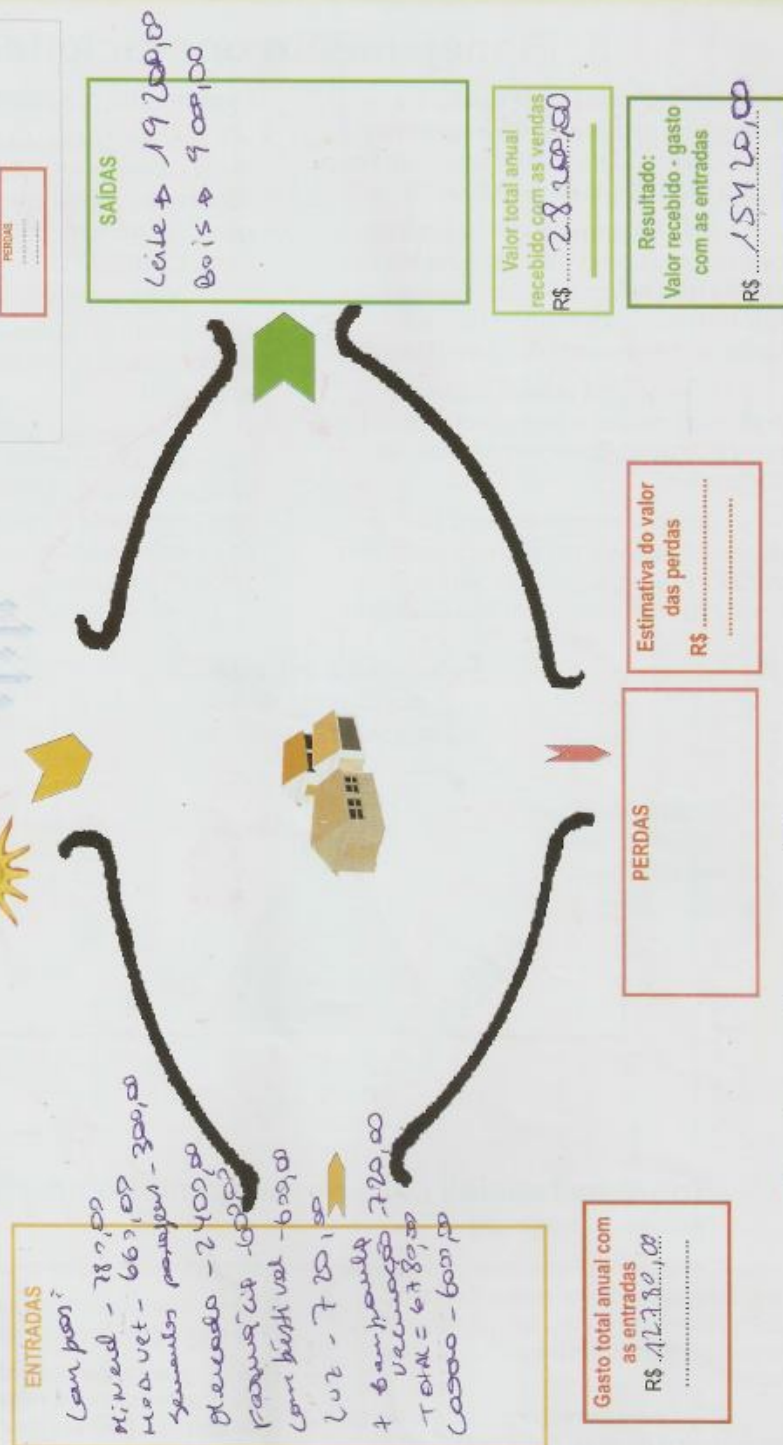
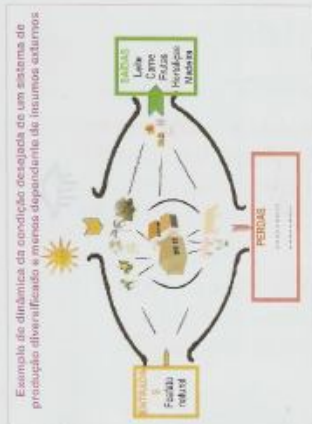
Leite	→ 2800,00 x 12
	12960,00
30i	→ 900,00
Total	13860,00

Valor total anual recebido com as vendas
R\$ 13860,00

Resultado:
Valor recebido - gasto com as entradas
R\$ 7800,00

Há áreas arrendadas para terceiros? ... Tamanho da área: ... *Mohe* Tipo de cultivo: ...

Condição desejada



Sobre a área arrendada:

5. Planejamento operacional

O desenho e a dinâmica do sistema de produção já traduzem as principais mudanças que precisam ser agora planejadas para execução.

Mas há dimensões importantes nos sistemas de produção e na vida da família que talvez não apareçam fisicamente no desenho, mas que também necessitam de planejamento.

O esquema abaixo traduz os principais pilares a serem considerados na construção do desenvolvimento sustentável.

Essas dimensões valem para o desenvolvimento no planeta terra, nos países, regiões, territórios, municípios, comunidades e também nas unidades

familiares de produção.

- A dimensão social relaciona-se especialmente com aspectos como sociedade, comunidade, família, geração, gênero, educação e cultura, lazer, e outros.
- A dimensão econômica visa a garantia da qualidade de vida e reprodução futura do sistema de produção.
- A dimensão ambiental é a garantia da conservação e continuidade da fertilidade e funcionalidade do sistema e relaciona-se também conservação das águas, solos e clima, etc.



Sobre as tabelas para o planejamento operacional: (próximas páginas)

Os aspectos levantados nas tabelas operacionais a seguir contemplam os objetivos e prioridades do projeto, mas devem ser ajustados com a realidade local.

O planejamento operacional pode ser feito aos poucos, de acordo com as

prioridades e/ou necessidades.

Sempre definir prioridades para não se perder em meio a muitas ações.

É importante ficarem bem definidas e encaminhadas as responsabilidades e tarefas dos agentes de ATER.

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL	CONDIÇÃO DESEJADA			
SOCIAL <u>Gênero</u> • Espaço e papel • Organização <u>Geração</u> • Espaço, oportunidades para os jovens <u>Organização</u> • Comunidade • Grupos <u>Qualidade de vida</u> educação - saúde - lazer ; • Organização, embelezamento da unidade familiar - etc...	Grupo Reside - Mas todos (+vids)	COMO, QUANTO, METAS	QUANDO FAZER	Papel do(a) Agente	
	Reuniões / Atividades Inter-câmbio sobre agroecologia em curso	1 P/ mês Tracer experiência em agroecologia	mensais Janeiro	promover essas atividades e outras de tracer de experiência !!	

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL	CONDIÇÃO DESEJADA
AMBIENTAL Solos <ul style="list-style-type: none"> • Atribuição verde • Cobertura do solo • Controle da erosão • Biodiversidade Água <ul style="list-style-type: none"> • Proteção de fontes, • controle de efluentes/dejetos • Outros Adequação ambiental legal <ul style="list-style-type: none"> • Áreas de preservação permanente Saneamento <ul style="list-style-type: none"> • Esgoto doméstico 	<p>- Fenda pode gerar aproveitamento do lixo orgânico</p> <p>- Aproveitamento de enteiros e miúdo do gado</p> <p>Atividade sobre educação ambiental. Solicitar para as famílias fazerem experiências na área ambiental, fazer um lote onde possa receber o canteiro orgânico.</p> <p>Plata coletiva</p>	<p>El auter e fonte protegida</p> <p>Continuar com o uso adequado do lixo orgânico e dando o devido destino a este.</p> <p>- Continuar usando as pastagens e enteiros e miúdo do gado.</p> <p>Quando FAZER</p> <p>Papel do(a) Agente</p> <p>Organizar as atividades e discutir temas como APP, Reser, Lei, Legislação ambiental e orgânicos (leis das m...), outros orgânicos</p>

DIMENSÃO	CONDIÇÃO ATUAL	CONDIÇÃO DESEJADA
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA PRODUÇÃO DE LEITE Animais/plantel <ul style="list-style-type: none"> Quantidade de vacas Qualidade das vacas Reposição animais Outros Alimentação <ul style="list-style-type: none"> Pasto - qualidade e manejo Pasto para inverno Alimentação complementar Suplementos Outros Manejo <ul style="list-style-type: none"> Parasitas Doenças Água Outros Outros	<p>Ter áreas protegidas Hortos/Plantas / Fitoterápicos CADASTRO BARRICA</p>	<p>PAU Hortos/Plantas CADASTRO Familiar Barricada</p>
	<p>O QUE FAZER</p> <p>Produção leite (pastoril) Divisão áreas Sotogreagem Planejamento Beti fixação do lote (rede e covide)</p> <p>Oficinas de fitoterapia no uso animal</p>	<p>QUANDO FAZER</p> <p>Novembro/Dez/12 Janeiro/Feve Março/Abril Dezembro/12 Fevereiro/13</p> <p>Papel do(a) Agente</p> <p>Realizar a orientação e organização da comunidade para família e comunidade e certificação Realizar a capacitação no uso de fitoterápicos orientar e</p>
	<p>COMO, QUANTO, METAS</p> <p>Novembro 2012 Dezembro 2012</p> <p>acompanhar o processo de certificação</p> <p>Realizar uma oficina de fitoterápicos para a comunidade e certificação</p> <p>acompanhar a comunidade e certificação</p>	<p>Janeiro Fevereiro</p>

6. Considerações gerais

Este plano deve ser revisado e ajustado anualmente ou sempre que necessário.

Nesta revisão é importante considerar os seguintes aspectos:

1 Redimensionar as metas não alcançadas, e entender e justificar porque as

mesmas não foram realizadas.

2 Avaliar os objetivos ultrapassados e estabelecer novas metas para os mesmos;

3 Trocar experiências com as demais famílias em processo de transição agroecológica.

Para refletir:

O que é qualidade de vida?

Adaptado de Olavo Bilac por Valdemar Arel

Um dia um agricultor cansado de tanto trabalhar, enfrentando secas e chuvas, pagando cada vez mais caro os insumos, necessitando de quantidades cada vez maiores de insumos para produzir a mesma coisa, vendo a terra se acabar, tomou uma decisão: vender o sítio e ir para cidade.

Este agricultor não participava das organizações da agricultura familiar, e não tinha idéia que era possível construir novas possibilidades para o campo, como a conversão para agroecologia.

Portanto, foi para cidade e contratou um jornalista para anunciar o negócio. Assim o jornalista veio ver o sítio e anunciou em um jornal: "Eis a possibilidade que você precisava para viver bem e ser feliz - um lugar fantástico, onde tem água pura para beber, açude para pescar, muita natureza onde na aurora da manhã os pássaros lhe fazem serenata. Neste lugar você não terá mais patrão e não fica dependente do supermercado para comer, terá um alimento fresco, puro e sem contaminação. Podemos ainda falar em sossego e tranquilidade, onde você e a natureza se tornam uma coisa só e você redescobre a vida... Uma propriedade organizada, e com boa estrutura de produção. É um excelente negócio - o proprietário aceita troca por casa na cidade e carro usado..."

Passados alguns anos o jornalista encontrou novamente o agricultor na rua e perguntou:

- "E aí, conseguiu vender o sítio?"

O agricultor muito tranquilo respondeu:

- "Não vendi! Depois que eu li o anúncio, descobri que eu possuía um paraíso e decidi que jamais pensaria em cometer tal erro. Além disso, descobri que da forma que estava produzindo realmente não dava mais - hoje estou participando das organizações, sou agroecológico - minhas terras melhoraram, as multinacionais não me exploram mais e estou mais feliz..."

EXPEDIENTE

CHAMADA PÚBLICA DE ATER SR09/PR Nº 01/2011 - Contrato: CRT nº 49.000/11

Execução e Coordenação: Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia - CEAGRO

Apoio: Ministério do Desenvolvimento Agrário/ INCRA

Coordenação operacional: Ciliana Federici - Agentes de ATER: Ciliana Federici, Ademir Junkerfeuerborn, Dirlene de Camargo Siveira, Cleomar de Witi, Marcelo Antunes de Souza, Márcio Luciano Bortoluzzi, Cleide Harumi Nishimura, Carolina Peroni de Jesus, Cleusa Maria de Souza, Leonardo Pereira Xavier, Vander Batista Alves.

... **Parcerias:** Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) - Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Central de Associações Comunitárias do Assentamento Ireno Alves dos Santos (CACIA) - Mundukide - Núcleo Regional de Agroecologia Rede Ecovida -

Endereço: Ceagro - Rua Sete de Setembro, nº 2885 - Centro - Laranjeiras do Sul - Cep 85.301-070 fone: (42 - 3635 5853)

ceagromst@hotmail.com

Este caderno e a proposta metodológica que o envolve resultam de acúmulos históricos construídos na educação popular pelos Movimentos Sociais e Ong's. Antecede-se uma importante sistematização realizada pelo Cepis e Cepagri em 1996 com o título «Formação Básica Multiplicadora». Processo esse retomado pela Cooperiguação no esforço de construção de uma metodologia popular de ATER. A metodologia, os conteúdos e instrumentos foram coletivamente qualificados e re-sistematizados em várias iniciativas anteriores como também neste processo e projeto em andamento.

Elaboração/ sistematização: Valdemar Arel - Rio Bonito do Iguaçu, setembro de 2011.

3.Visão dinâmica do sistema de produção da unidade
De produção
Condição atual

Entradas	Saídas
Sal mineral : 780,00	Leite mês: 1080,00
Medico veterinário: 660,00	Ano: 12. 960,00
Sementes: 300,00	Venda boi: 9.000,00
Mercado: 2.400,00	Total: 21960,00
Farmácia: 600,00	
Combustíveis: 600,00	
Luz: 720,00	
Compra de remédios(campanha vacinação /animal): 720,00	Saídas-entradas: sobra ano : 9180,00
Prestação carro- 6000,00	
Total:12.780,00	
<p align="center">Perdas</p> <p align="center">Frutas: 300,00</p> <p align="center">Esterco animais que servem adubação</p>	

4.Visão dinâmica do sistema de produção da unidade
Condição desejada

Entradas	Saídas
Sal mineral : 780,00	Leite: 19200,00
Medico veterinário: 660,00	Bois 9.000,00
Sementes: 300,00	Total- 28200,00
Mercado: 2.400,00	Saídas -entradas:15820,00
Farmácia: 600,00	
Combustíveis: 600,00	
Luz: 720,00	
Compra de remédios(campanha vacinação /animal): 720,00	
Prestação carro- 6000,00	
Total:12.780,00	
<p align="center">Perdas</p> <p align="center">Frutas: 300,00</p>	

Colocar uma análise de quais as vantagens na produção orgânica:

Colocar uma análise de quais as vantagens na produção orgânica:

Fazendo-se a análise financeira o agricultor terá uma sobra anual de 15820,00 com a transição para o leite agroecológico por aproveitar o esterco do animal na pastagem. Além da garantia de um alimento sem resíduos químicos (alimento Limpo) e também garantindo assim a auto sustentabilidade na sua UPA. O beneficiário já tem uma renda maior na produção leiteira devido a sua produção de leite em média 1200 l mês podendo alcançar os 1600lmes ainda esse ano e com perspectiva de chegar aos 2500 l leite mês, isso devido a implementação de um Pastoreio Racional Voisin. Devido a sua produção agroecológica a família já recebeu a certificação e sua área de pastagem servirá como uma unidade de estudo para demais famílias, sendo que cabe ressaltar que o PRV está sendo desenvolvido de acordo com as condições da família e apoio do Ceagro. Há família também vende bovinos de corte, por isso tem um rebanho mestiço.

Dimensão	Condição Atual	Condição desejada
TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA	Total rebanho – 30 cabeças	Ter 12 vacas em lactação sempre
PRODUÇÃO DE LEITE	Lactação - 8 vacas	Aumentar e melhorar piqueteamento (PRV):
Animais/plantel	1 touro Tabapua	42 piquetes
Quantidade de vacas	Raças mestiça zebuínas	Água e sombra
Reposição animais	Pasto: gramas africana, tifton, aveia de verão, milho e azevém	Inserindo as leguminosas nessa
Outros	Complemento cana de açúcar	área (trevos, amendoim forrageiro)
Alimentação	Pasto de Inverno Aveia	Manter a área de cana para complementar alimentação no inverno
Pasto – qualidade e manejo	Já tem um início de piqueteamento (17)	Sombrear a áreas de pastagem
Pasto de inverno	Não tem água e sombra nos piquetes	Continuar com a homeopatia e fitoterapia no controle de parasitas e doenças nos animais
Alimentação complementar	Tratamento:	
Suplementos	Homeopatia, fitoterapia e campanhas de vacinação	
Outros	Uso de sal mineral,	
Manejo		
Parasitas		
Doenças		
Água		

Outros outros			Aumentar a produção de leite
	O que fazer	Quando fazer	Responsável
	1- Reuniões grupo Mais vida	mensalmente	Silvia Rejiane e grupo
	2- Fazer apresentação do de discussão da produção orgânica e projeto do leite	Novembro de 2012	Rejiane e Silvia
	3- Cadastro na rede ecovida	Novembro de 2012	Silvia e Regiane
	4- Fazer barreiras que faltavam	Junho 2013	Silvia, Rejiane e agricultor
	5- Medir a área para fazer piqueteamento	Dezembro de 2012	Silvia e Marcio
	6- Implementar o piqueteamento (PRV)	Abril- maio 2013	Silvia Rejiane e Agricultor
	6- Manter tratamento com homeopatia e fitoterapia nos animais	Durante o ano	Macio Rejiane, Silvia + agricultor
	7- certificação	Fevereiro de 2013	Silvia e Rejiane
	8- Levar água nos piquetes	maio de 2013	Agricultor
	11. Inserir as leguminosas de inverno (trevos)	maio de 2013	Silvia, Rejiane agricultor
	12- Fazer sobre semeadura de inverno	Abril- maio	Silvia, Rejiane e agricultor.
	13- cursos, dias de campo e intercambio	Durante 2013	Ater e grupo

A família já alcançou a certificação orgânica do lote esse ano, o que já foi um grande avanço. Almeja continuar na atividade leiteira e com a venda de bovinos para corte, para para isso está investindo no melhoramento de pastagem e piquetamento. Também pensa no futuro trabalhar em outros programas como a feira municipal, PAA e Pnae. Sendo que para isso vai depender de sobra de tempo e do grupo, pois a família tem pouca mão de obra. Também possuem uma variedade de frutas e hortaliças para o auto sustento.

ANEXO 05

Plano Comunitário de Ações para o Desenvolvimento Sustentável

PLANO DE AÇÕES COMUNITÁRIAS PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL







Projeto de
ATER
Cooperativada da Agricultura
Familiar
Sudoeste - PR

MDA
MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
RURAL

CRESOL

SISCLAF

STRs

COOPAR

COOPERIGUAÇU

COMUNIDADE DE RIO VITORIA

MUNICÍPIO ENEAS MARQUES- MAIO 2008

CONVÊNIO CRESOL BASE SUDOESTE
MDA/CADCA Nº 0200043-32/2006.

PROMOVENDO A SUSTENTABILIDADE JUNTO A AGRICULTURA FAMILIAR

Plano Comunitário Eneas Marques/ PR 2008

Coordenação Do Projeto:

Grupo Gestor De Ater Das Entidades Da Agricultura Familiar
Sudoeste - Paraná
coordenador geral do projeto de ATER: Olivo Dambros
Coordenador Ater Do Fórum Marrecas: Lindomar Schimitz
Agente Local De Ater: Simone Frizon

Eneas Marques - Maio de 2008.

I - Apresentação do Projeto

O "Projeto de acompanhamento técnico e extensão rural cooperativado" desenvolve ações diretas para 1.500 famílias de agricultores (as) do Sudoeste do Estado do Paraná, com ênfase em comunidades rurais empobrecidas em 30, dos 42 municípios do Território Sudoeste, priorizando aqueles que possuem pelo menos uma cooperativa da Agricultura Familiar em atividade.

A estratégia de focar a ação em comunidades rurais encontra suporte na forma de organização original da população rural do Sudoeste do Paraná que guarda estas características desde a ocupação pelos imigrantes vindos do sul (seja pela orientação da Igreja, ou pela aproximação das famílias e seus parentes), e se organiza em comunidades. É verdade que não existe um limite rigorosamente definido entre uma comunidade e outra, mas há um sentido de pertencimento das famílias e por isso há uma caracterização específica de organização dos agricultores em comunidades rurais.

O suporte técnico operacional para desenvolver as ações deste projeto de ATER em REDE é composto por equipes de ATER microrregionais. Cada microrregião tem pelo menos uma equipe de ATER formada por agentes locais (técnicos de nível médio com formação agroecológica, egressos de Casas familiares Rurais e/ou agricultores com notório saber), técnicos de apoio (profissionais de nível superior das ciências agrárias e/ou afins) e coordenadores de equipe.

Através da construção dos Planos de Desenvolvimento Comunitários percebemos melhoria da auto-estima coletiva, maior interesse de participação nas organizações e acesso às políticas públicas locais. Associados aos encontros comunitários estão sendo desenvolvidas ações nas Unidades de Produção e Vida Familiar (UPVF) e grupos afins, orientadas a partir dos Planos de Reconversão Ecológica das Unidades Produtivas Familiares.

Outra ação estratégica do Projeto se desenvolve através dos Planos Municipais de ATER em fase de elaboração e implementação em quatro municípios da Região Sudoeste (Coronel Vivida, Itapejara do Oeste, Renascença e Ampére). Estes Planos visam integrar as ações públicas de ATER (governamentais e não governamentais) para minimizar custos e aperfeiçoar as ações. Pretende-se que a realização destes Planos Municipais sirva de motivação e referência aos demais municípios.

Todas as atividades desenvolvidas são monitoradas, avaliadas e publicadas no final da execução do projeto.

Este Plano comunitário foi construído para auxiliar na construção, organização e encaminhamento das propostas comunitárias de desenvolvimento sustentável. Deve adequar-se a realidade de cada local e servir como ferramenta para mobilização de cada comunidade no acesso as políticas públicas e no fortalecimento das organizações da agricultura familiar.

O grande desafio assumido é de construção de propostas de desenvolvimento economicamente mais viáveis, socialmente mais justas culturalmente adaptadas e ambientalmente sustentáveis:

- Diferenciadas no conteúdo, tendo como base a agroecologia, superando a lógica do pacote pronto que vem de fora.
- Diferenciadas na metodologia, porque se desafia a superar a lógica do técnico repassador, criando a lógica da construção coletiva, colocando os (as) agricultores e agricultoras como sujeitos principais do processo.

Esta é uma publicação conjunta de varias organizações cooperativadas do Sudoeste do Paraná (COOPAFI, CRESOL – BASER, BASE SUDOESTE, CRESOL BASE FRONTEIRA, SISCLAF e COOPERIGUAÇU.engajadas na busca de novas perspectivas para a agricultura familiar.

A Coordenação.

II - Apresentação da Comunidade

O projeto de ATER em Enéas Marques iniciou em julho de 2007 através de um debate puxado pelas entidades da agricultura familiar do município que são a Cresol e o STR e conta com apoio da prefeitura municipal em ações para implementação do projeto, as comunidades escolhidas foram: Rio vitória, Km 32, Km 29, isso devido as comunidades serem próximas e as mesmas fazem parte de um micro sistema denominado micro bacia Rio Vitória.

A comunidade de Rio Vitória possui atualmente 95 sócios, participam do grupo 30 famílias, sendo 21 do Rio Vitória famílias, o local possui topografia medianamente acidentada, a base da economia é a produção de leite, a comunidade conta com associações de: micro sistema de abastecimento de água, duas associações de produtores de leite, associação de moradores, associação de bocha.

A comunidade do km 32 faz parte da comunidade do Rio vitória e são nove as famílias que participam do grupo que participam do projeto.

Para esta comunidade projeto tem como base a metodologia participativa, onde a comunidade participa assumindo papel de ator principal no processo de transformação da realidade, sendo o agente local apenas motivador de processo para isso é utilizado alguns instrumentos para o levantamento da problemática e apontamento de soluções para este grupo e que seguem uma seqüência:

- i. Resgate histórico da comunidade
- ii. Diagnostico rural participativo (identificação da problemática, avanços e aspirações da comunidade)
- iii. Debate e definição de estratégias de ação para a comunidade
- iv. Planejamento operacional
- v. Encaminhamento das demandas/ execução do projeto comunitário.

Alem do instrumento metodológico teórico enunciado a cima foram conciliadas outras ações de caráter mais pratico, sob forma de intercâmbios, construção de unidades



constituição da igreja
foto cedida pela familia Rholing

de estudo e conversas com outras entidades e com o próprio poder publico com o objetivo de estar conseguindo implementar as ações que a comunidade apontou como estratégias para o desenvolvimento local e sustentável.

Abaixo destacamos a história da comunidade do Rio Vitória narrada por algumas pessoas da comunidade.

Famílias Que Fazem Parte do Grupo De ATER Da comunidade de Rio Vitória

Florentina Einsing Lembeck Zanoni. Juvelino Zanoni. Joelcir Zanoni	Osni Seferino Bento Gervi S. Bento Andolina B Bento
Otilia Seferino Bento. Joselino Einsing Lembeck. Tiago Bento Lembeck	José Seferino Bento Alizette Dal-Bello Bento Mônica S. Bento Evandro S. Bento
Marino Antonio Frizon. Helena Teresinha Frizon Simone frizon Adriane Frizon Delmar M. Lima Andrei F. Migliorini	Rafael Lembeck Edrielle Becker Tarcisio Lembeck Lurdes Z Lembeck Luan V Lembeck
Claudino Santo Frizon Lurdes Jung Frizon Fabiane Frizon Gilvano Soares	Ivo Nurnberg Madalena Meurer Nurnberg Dulce Nuernberg
Inês Nurnberg Meurer Gregório Meurer Edilson Meurer	João Hermenegildo Padilha Valdir Seferino Bento Elibia M Bento
José Meurer Maria Nuernberg Meurer Crisiano Meur Juliano Meurer Adriano Meurer	Eloir Dall-Bello Neida Schilickmann Dall-Bello Atilio Dall-Belo Elida R Dall-Belo Ediandro Dall-Belo Edivan Dall-Belo Edina Dall-Belo
Adair Soares da Silva Olga Seferino da Silva	
Sibel Ferreira Marques Darci Ferreira de Andrades	
Francisco Felisberto Lidia Lobave Felisberto Alcemir A. Felisberto	
José Suchenski Sirlei Soares Suchenski Eder Suchenski Diego Suchenski Ana.C Suchenski Edvan Suchenski	
Claudinei Bonin Soeli Farias Rodrigo Bonin Lucas Bonin	
Valdir Schilickmann Rose Marli Padilha Schilickmann	
José Soares Roseli Padilha Soares Marco A. Soares Débora Soares	

III - Resgate Histórico

Os primeiros moradores desta comunidade foram: Campolin, Américo da Silva, Damásio, Marsal, João da Silva, Chico Cunha, Lifoncio Bicudo, Pedro Damásio, Josina, Alfredo Coni, Antonio Alziria, Antoninho Machado, Antonio Silva, Quintiliano Soares da Silva, Bergoncio, Procópio, Schilink.

Quando os imigrantes chegaram neste local havia alguns moradores denominados caboclos, ao perceber a chegada das demais famílias escondiam-se no mato. Os primeiros imigrantes vieram de: Santa Catarina municípios de Serra Baixa, Olhens, Serra Furada, Rio Grande do Sul.

A mudança era trazida de caminhão onde havia estradas e após de carroça e então quando não era mais possível seguir levavam a de cargueiro, ou então braçalmente.

As casas eram construídas de tábua lascada e falquejadas, não havia água encanada, retirava-se de poços ou então



SAFRA DE PORCOS
FOTO CEDIDA PELA FAMÍLIA BVELJAMIM HENZ

utilizava -se água do rio, para limpeza da casa as escovas eram de aguano (esponja do mato), e para limpeza das panelas usava-se cinza.

As famílias eram numerosas, precisavam plantar para subsistência da família então começaram derrubar as árvores com machado, serrotes, utilizando algumas para construção e as demais eram enleiradas deixando apodrecer plantavam manualmente ou com matraca, limpando com enxada, foice. As sementes para o plantio eram do próprio sítio ou trocavam com os vizinhos pois o mercado era a base de troca.

Plantavam; milho para fazer farinha, e para tratar os animais, arroz o qual era socado no pilão e posteriormente aventado com peneira, batata e mandioca para alimentação própria e para alimentação dos suínos (era cozida), eram alimentados também com pasto, soltos ou em mangueiras, quando gordos trocava-se por terra ou por outras mercadorias.



PRIMEIRA COMUNHÃO
FOTO CEDIDA PELA FAMÍLIA DA SRA. ALVES ROLING

A cana de açúcar era para alimentação animal e para o consumo humano, faziam açúcar, melado era feito nos engenhos movidos com bois ou cavalo.

A iluminação inicialmente era com lampião a gás, somente mais tarde chegou a luz elétrica.

A primeira igreja tinha como padroeiro Sagrado Coração de Jesus, media aproximadamente 30m² feita de tábua lascada e chão batido, e situava-se ao lado do cemitério onde atualmente é o terreno do Sr. José Soares no lado oposto onde atualmente está o Capitel a São Roque, e passado algum tempo mudaram - a para o outro lado da estrada a igreja e o cemitério devido a grande umidade existente naquele local sendo então de aproximadamente 96m² de madeira, pintada de azul. Para limpeza da igreja utilizavam água do rio colocando em tonéis amarrados em vara levada por duas pessoas, com muita dificuldade, pois o rio situava-se longe da igreja.

O padre era chamado de José Bosma vinha até a comunidade uma vez por mês do distrito Jaracatiá (nome dado devido grande quantidade desta espécie de mamoeiro), atual Enéas Marques vinha a cavalo, pernoitava nas casas e então rezava missa no outro dia e partia.



times de futebol
foto cedida pela
família Rholing



Passando-se aproximadamente 8 anos a comunidade cresceu devido o número de famílias que migraram surgiu a necessidade de se fazer outra igreja situada mais ao centro da comunidade pois neste local havia fácil acesso das pessoas e disponibilidade de água, é neste local que se encontra ainda hoje.

Mudando então a padroeira que passou a ser Santa Rita de Cássia, doada pelo Sr. Lacerda, foi construída de madeira, mais ou menos nessa época iniciou a construção da primeira escola: João Batista de Lasale Construída no atual terreno do Sr. Claudino S. Frizon, construída com madeira vinda de Francisco Beltrão doada por Lorenzetti, o primeiro professor foi: Felix Padília. Passado algum tempo mudaram para perto da igreja no centro da comunidade



Escola de comunidade inauguração data de 20.03.86
foto cedida pela família do Sr. Cláudio Pires.

Após algum tempo fundaram o capitel São Roque, pois situava-se mais próximo de algumas casas, facilitando os momentos de oração ficava na atual propriedade do Sr Claudino S. Frizon, passado algum tempo mudaram - o para o atual propriedade do Sr, Luiz Dal-Bello ali ficou mais algum tempo e mudaram-o para a atual propriedade do Sr. José Soares. As pessoas que por este lugar passavam paravam para fazer suas orações e deixar suas ofertas.

A comunidade foi crescendo em meados de 1970 a 1980 os jovens reuniam-se para se divertir com matinés e na comunidade tinha 5 times de futebol devido a grande quantidade de jovens.

Plantava-se milho, feijão, mandioca, batata, trigo e faziam também grandes safras de suínos cuja comercialização era feita a base de troca, mesmo quando acontecia os períodos de estiagem os rios não secavam, pois havia grande quantidade de matéria orgânica no solo e preservação da mata ao redor dos rios pois as árvores que eram derrubadas em enleiradas e apodreciam tornando-se matéria orgânica.

Passado algum tempo as crianças começaram a estudar na cidade de Enéas Marques começaram a incentivar as crianças para morar na cidade pois o campo era tido como atraso, com isso as pessoas começaram mudar - se para as cidade, muitos foram para Joinville, Brusque, Blumenau, famílias mudaram-se para Nova Vitória a qual originou-se o nome devido as famílias serem da comunidade do Rio Vitória.

Começou um grande desequilíbrio biológico, infestação de plantas invasoras, insetos, doenças, a produção começou a cair, plantava-se, mas nem sempre colhia-se. E aproximadamente na década de 80 começaram a utilização de agrotóxicos onde no início houve grande resistência por parte dos agricultores, mas após aderiram a essa prática.

Atualmente o numero de famílias e de pessoas na comunidade diminuiu, a principal atividade agrícola é pecuária leiteira, as famílias em geral tem boas condições de moradia: luz elétrica em todas as propriedades, água encanada e telefone, (Não abrange toda a comunidade) e fácil acesso ao transporte para cidade, etc.



FOTO: GRUPO DE JOVENS DA COMUNIDADE
FOTO CEDIDA PELA FAMILIA DA SRA. OTILIA S. BENTO



FATOS MARCANTES DA VIDA DA COMUNIDADE DESDE A DÉCADA DE 60 ATE OS DIAS ATUAIS:

... Até dec 60	Déc de 70 a 80	Dec de 90 a 2007
<ul style="list-style-type: none"> • Imigrantes de: Santa Catarina e Rio Grande. • Vieram de caminhão até onde havia estradas. • Bastante mata. • Desmatamento. • Rios com bastante água limpa. • Plantio somente para o auto consumo. • Enxurrada. • Queimada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Destoca. • Leiras de madeira que eram queimadas. • Arrancavam tocos com enxadas. • Estiagem. • Bastante pessoas na comunidade (cinco times de futebol). • Início da migração. • Bastante mão de obra. • Em 87 uso de herbicidas e fungicidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição de pessoas na comunidade. • Colégio para as cidades. • Incentivo das escolas para os jovens irem para a cidade. • O agricultor tido como atrasado. • Jovens não querem mais ficar no interior (na cidade a vida é mais fácil). • Vendedores de batatinha, cebola, frutas. (Nas casas.)



IV- DRP

Levantamento das Demandas

1) ASPECTOS AMBIENTAIS:

Avanços	Problemas	Futuro desejado
<ul style="list-style-type: none"> • Proteção de fonte • Plantio de arvores como: eucalipto. • Aumento das matas na comunidade que a 20 anos à trás. • Conscientização em preservar o meio ambiente. • Plantiu de arvores nativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Grande uso de agrotóxicos. • Pouca preservação ambiental. • Falta de proteção nas nascentes. • Se deixar crescer e mata não pode – se derrubar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção de fontes. • Recuperação da água potável. • Recuperação da mata nativa.

2) ASPECTOS SOCIAIS:

Avanços	Problemas	Futuro desejado
<ul style="list-style-type: none"> • Patrulha agrícola. • Cancha de bocha. • Campo de futebol. • Salão da comunidade, (melhoria). • Igreja construída pela comunidade. • Churrasqueira na comunidade. • Água canalizada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de participação na comunidade, desunião. • Pouca disponibilidade para ajudar nos trabalhos da comunidade. • Sistema de abastecimento de água não abrange toda a comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Água encanada para todos. • Mais interesse e participação dos jovens nos espaços que a eles pertence.



3) ASPECTOS ECONOMICOS:

Avanços	Problemas	Futuro desejado
<ul style="list-style-type: none"> • Boas condições de moradia. • Dinheiro: essencial para viver. • Associação de leite. • Associação de moradores. • Associação do micro sistema de abastecimento de água. • 	<ul style="list-style-type: none"> • Alto custo de produção: sementes, adubo, agrotóxicos. • Baixo preço para venda dos produtos: leite, milho, carne, feijão, etc. • Falta de recursos, financeiros. • Dificil comercialização dos produtos devido a inspeção sanitária. • Pequena margem de lucro nas lavouras. • Muita burocracia para fazer financiamento. • Não há estabilidade no preço do leite. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos para recuperação das terras. • Ter sobra de dinheiro. • Não depender de financiamento. • Garantia de fonte de renda. • Produção de sementes. • Melhoria em geral.

4) ASPECTOS LIGADOS A POLITICAS PUBLICAS:

Avanços	Problemas	Futuro desejado
<ul style="list-style-type: none"> • Candidatura única. • Bolsa família. • Bolsa escola. • Atendimento, posto de saúde 24 horas. • Estradas em boas condições até nas propriedades. • Melhoria no transporte escolar. • Comunidade em ação (dia de lazer entre as comunidades). • Inseminação artificial em bovinos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco investimento nos portos de exportação e em transporte de grãos. • Lenta construção do hospital municipal. • Alto valor dos insumos. • Atendimento de maquinários lento e priorizando sempre os grandes produtores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria das estradas com asfalto. • Política econômica igualitária. • Mais eficiência na produção leiteira.



V- EIXOS PRIORITÁRIOS DE AÇÃO

Depois de vários debates que aconteceram na comunidade ficaram foram priorizados três eixos principais de ação o primeiro diz respeito a questões ambientais, o segundo sobre políticas públicas e o terceiro se refere a questão econômica, como mostra a seqüência com as ações estratégicas dentro de cada eixo:

Eixo 1: Ambiental.

- Preservação do meio ambiente
- Recuperação das áreas de preservação legal e permanente
- Proteção das fontes

Eixo 3: Econômico e organizativo.

- Produção de semente.
- Composto.
- Debate: sistema de produção leite.
- Dejetos de suínos e de bovinos.
- Urina de vaca.
- Caldas.
- Adubação de aviário, folel.
- Adubação verde.

Pelas dificuldades de se debater o eixo políticas públicas optou-se por priorizar o eixo econômico e ambiental.



VI- PLANO OPERACIONAL DE EXECUÇÃO

EIXO I -ECONÔMICO / ORGANIZATIVO:

Estratégia	Ações.	Como/ Quando.	Quem	Quando.	Condições/ considerações
ORGANIZAÇÃO DE UNIDADES DE ESTUDO NA QUESTÃO DE FERTILIDADE E DE PRODUÇÃO DE SEMENTES	Adubação verde	Verão:Feijão mucuna.	Marino Ivo	Nov/dez 07	
	Produção de semente.	Inverno:Aveia, azevém, nabo, etc.	Marino, Ivo, Osni José S Bento	Maio 08	Acompanhar.
	Composto	Plantio de milho de variedade	Marino Ivo	Nov/dez 07	
		Agente ver material teórico, didático e orientar a produção e o agricultor providenciar material para a produção	Valdir Schilikmann	Dez 07	Acompanhar.
	Adubação de aviário, foleim.	Uso de urina de vaca na produção de milho	Ivo	Nov 07	Acompanhar
	Caldas.	Calda sulfocálcica, bordaleza	Marino, Ivo, João, Gregório, Florentina Rafael, Osni, José Bento, Valdir S Bento Maria	Fev/março 08	Acompanhar. Apoio do sindicato para fazer com grupo.
	Debate: sistema de produção de leite.	Intercambio.	Todos que tiverem interesse.	10/11/07.	Dar nome até dia 04/11/07.
	Dejetos de suínos e de bovinos.	Ver irrigação fazer avaliação da viabilidade com as famílias	Famílias:José Soares, Valdir Schilikmann	2008	
	Urina de vaca.	Uso de urina na produção de milho	Ivo	Out 07	acompanhar



EIXO II - AMBIENTAL / POLITICAS PUBLICAS:

Estratégia	Ações.	Como/ Quando.	Quem	Quando.	Condições/ considerações
Melhoria do meio ambiente	Capacitação sobre agrofloresta.	Curso de formação com pratica em uma unidade referencia.	Ver técnico.	Mai de 2008	
	Proteção de fonte	Buscar parcerias Viabilizar cerca, mudas: nativas, frutíferas, palmito, banana.	Ivo Francisco Eloi Adair José Meurer Juvelino Claudinei João Claudino	2008	Sindicato, prefeitura
Melhores condições se vida	Melhorar saneamento	Fazer Fossa e Banheiro	Famílias que necessitam	2008	Prefeitura fornecer materiais



VII- ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PLANO

A coordenação do plano comunitário de desenvolvimento se dará da seguinte forma:

O sindicato se responsabiliza pelas proteções de fontes e pela demanda de habitação;

A prefeitura municipal entrará com apoio na área de saneamento básico e na distribuição de mudas de árvores nativas para repovoamento das áreas de preservação permanente e reserva legal;

A cresol se disponibiliza em avaliar as propostas de crédito investimento;

Na comunidade cada ação tem um responsável para execução como no mostrado no quadro do plano operacional de execução.



ANEXO 06

Plano Grupal – Feirantes de Chopinzinho - PR

PLANO DE AÇÕES COMUNITÁRIAS PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



**GRUPO
FEIRANTES**

**MUNICÍPIO
CHOPINZINHO- PR
- MAIO 2008**

CONVÊNIO CRESOL BASE SUDOESTE
MDA/CADCA Nº 0200043-32/2006

PROMOVENDO A SUSTENTABILIDADE JUNTO A AGRICULTURA FAMILIAR

Plano Grupal Feirantes 2008

Coordenação Do Projeto:

Grupo Gestor De Ater Das Entidades Da Agricultura Familiar
Sudoeste - Paraná
coordenador geral do projeto de ATER: Olivo Dambros
Coordenador Ater Do Fórum Marrecas: André Mosselin
Agente Local De Ater: Regiane Franco
Chopinzinho - Maio de 2008.

I - Apresentação do Projeto

O "Projeto de acompanhamento técnico e extensão rural cooperativado" desenvolve ações diretas para 1.500 famílias de agricultores (as) do Sudoeste do Estado do Paraná, com ênfase em comunidades rurais empobrecidas em 30, dos 42 municípios do Território Sudoeste, priorizando aqueles que possuem pelo menos uma cooperativa da Agricultura Familiar em atividade.

A estratégia de focar a ação em comunidades rurais encontra suporte na forma de organização original da população rural do Sudoeste do Paraná que guarda estas características desde a ocupação pelos imigrantes vindos do sul (seja pela orientação da Igreja, ou pela aproximação das famílias e seus parentes), e se organiza em comunidades. É verdade que não existe um limite rigorosamente definido entre uma comunidade e outra, mas há um sentido de pertencimento das famílias e por isso há uma caracterização específica de organização dos agricultores em comunidades rurais.

O suporte técnico operacional para desenvolver as ações deste projeto de ATER em REDE é composto por equipes de ATER microrregionais. Cada microrregião tem pelo menos uma equipe de ATER formada por agentes locais (técnicos de nível médio com formação agroecológica, egressos de Casas familiares Rurais e/ou agricultores com notório saber), técnicos de apoio (profissionais de nível superior das ciências agrárias e/ou afins) e coordenadores de equipe.

Através da construção dos Planos de Desenvolvimento Comunitários percebemos melhoria da auto-estima coletiva, maior interesse de participação nas organizações e acesso às políticas públicas locais. Associados aos encontros comunitários estão sendo desenvolvidas ações nas Unidades de Produção e Vida Familiar (UPVF) e grupos afins, orientadas a partir dos Planos de Reconversão Ecológica das Unidades Produtivas Familiares.

Outra ação estratégica do Projeto se desenvolve através dos Planos Municipais de ATER em fase de elaboração e implementação em quatro municípios da Região Sudoeste (Coronel Vivida, Itapejara do Oeste, Renascença e Ampére). Estes Planos visam integrar as ações públicas de ATER (governamentais e não governamentais) para minimizar custos e aperfeiçoar as ações. Pretende-se que a realização destes Planos Municipais sirva de motivação e referência aos demais municípios.

Todas as atividades desenvolvidas são monitoradas, avaliadas e publicadas no final da execução do projeto.

Este Plano comunitário foi construído para auxiliar na construção, organização e encaminhamento das propostas comunitárias de desenvolvimento sustentável. Deve adequar-se a realidade de cada local e servir como ferramenta para mobilização de cada comunidade no acesso as políticas públicas e no fortalecimento das organizações da agricultura familiar.

O grande desafio assumido é de construção de propostas de desenvolvimento economicamente mais viáveis, socialmente mais justas culturalmente adaptadas e ambientalmente sustentáveis:

- Diferenciadas no conteúdo, tendo como base a agroecologia, superando a lógica do pacote pronto que vem de fora.
- Diferenciadas na metodologia, porque se desafia a superar a lógica do técnico repassador, criando a lógica da construção coletiva, colocando os (as) agricultores e agricultoras como sujeitos principais do processo.

Esta é uma publicação conjunta de varias organizações cooperativadas do Sudoeste do Paraná (COOPAFI, CRESOL – BASER, BASE SUDOESTE, CRESOL BASE FRONTEIRA, SISCLAF e COOPERIGUAÇU.engajadas na busca de novas perspectivas para a agricultura familiar.

A Coordenação.

II - Apresentação do Grupo

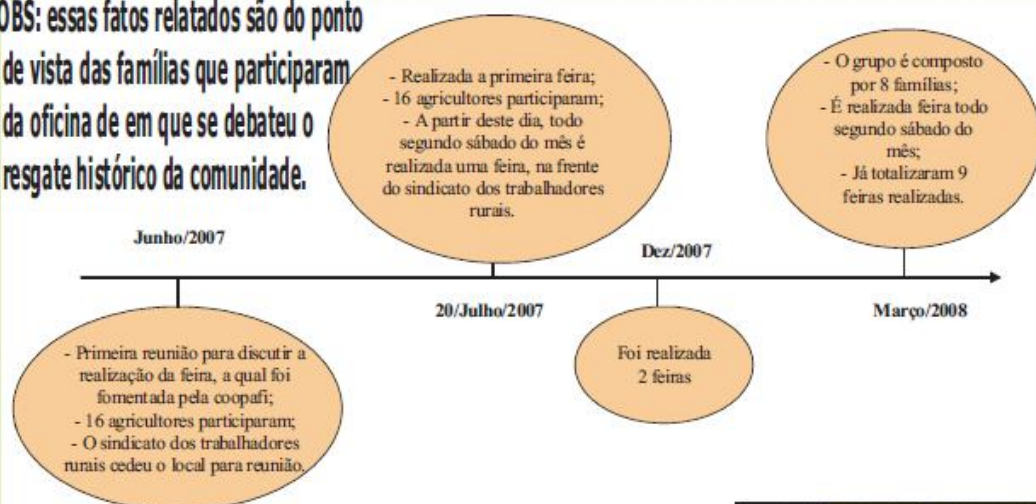
O grupo de Feirantes é formado atualmente por oito famílias, as quais possuem propriedades em diferentes comunidades. Entre os produtos comercializados na feira estão os seguintes: Derivados da cana de açúcar (Caldo de cana, Cachaça, Melado, doces), Salgadinhos Caseiros, Salame, Torresmo, Bolos caseiros, Galinha Caipira, Pão Caseiro, Cuca, Medicinais, Geléias, Ovos, Olerícolas, Vinagre, Feijão, Pipoca, Artesanato, Amendoim,, Mandioca, Vassoura, Macarrão, Nata, Panetone, bolacha caseira, Bijuterias, Nata, Manteiga e Queijo.

FAMÍLIAS ENVOLVIDAS NO PROJETO DE ATER

FAMÍLIA	COMUNIDADE	PRODUTOS VENDIDOS
Silvana Backes de Bortoli	Água Amarela	Derivados da Cana-de-açúcar, Salgadinhos, Salame, Torresmo, Bolos e Galinha Caipira.
Márcio Kaiser Alivina Kaiser	Linha Silva	Pão Caseiro e Cuca.
Deonir Remor Maria Tereza Remor Sergio Remor	São Francisco	Verduras, Geléias, Ovos, Medicinais, Vinagre, Pão caseiro, Feijão, Pipoca, Amendoim e Artesanato.
Ivanir Aparecida Muller Blank	Bugre Alto	Macarrão e Nata.
Eliseu da Silva Everlane de Fátima David	Três Saltos	Verduras, Amendoim, Bolacha, Cuca e Mandioca.
Geni Mariza Fontonive	Fatura	Artesanato, Pão Caseiro, Ovos, Mandioca, Galinha Caipira e Bolinhos Caseiros.
Rovanir Julio Fucks		Nata, Cuca Batida, Queijo e Manteiga.
Amarildo Secco Márcia Secco		Verduras
Aldoniro Ferreira Cleunice Rodrigues		Cenoura, Alface e Beterraba

III - Resgate Histórico

OBS: essas fatos relatados são do ponto de vista das famílias que participaram da oficina de em que se debateu o resgate histórico da comunidade.



IV- DRP


Levantamento das Demandas

O quadro abaixo foi construído com as famílias envolvidas no projeto de ATER, com o objetivo de iniciar um debate sobre alguns problemas/desafios que o grupo enfrenta.

Quadro 1: Diagnóstico dos problemas/desafios enfrentados pelo grupo

DESAFIOS/PROBLEMAS	AVANÇOS	CONDIÇÃO DESEJADA	A QUEM COMPETE
<ul style="list-style-type: none"> Não possuem coordenadores, secretária e tesoureiro 	<ul style="list-style-type: none"> É realizada uma reunião mensal para discussão de encaminhamentos para a realização das feiras. 	<ul style="list-style-type: none"> Tirar dois Coordenadores, uma secretária e um tesoureiro 	<ul style="list-style-type: none"> Ao grupo
<ul style="list-style-type: none"> Os assuntos discutidos nas reuniões não são registrados 	<ul style="list-style-type: none"> - 	<ul style="list-style-type: none"> Passar a registrar as reuniões em livro ata 	<ul style="list-style-type: none"> Ao grupo
<ul style="list-style-type: none"> Preço dos produtos 	<ul style="list-style-type: none"> É mantido dentro de uma média 	<ul style="list-style-type: none"> - O preço dos produtos deve continuar dentro de uma média - Deve-se haver a divulgação dos preços dos produtos vendidos 	<ul style="list-style-type: none"> Ao grupo
<ul style="list-style-type: none"> Falta de divulgação da feira 	<ul style="list-style-type: none"> É realizada através do motoboy, das rádios e de panfletagem. 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar todos os meios de comunicação acessíveis 	<ul style="list-style-type: none"> Ao grupo e as entidades da agricultura familiar
<ul style="list-style-type: none"> Falta de estrutura física, pois o grupo utiliza mesas emprestadas de comunidade vizinha 	<ul style="list-style-type: none"> O sindicato dos trabalhadores rurais cede local para a realização da feira 	<ul style="list-style-type: none"> - Buscar apoio para obtenção de mesas ou barracas para a realização das feiras - Estudar melhor local para passar a realizar as feiras 	<ul style="list-style-type: none"> Ao grupo, poder público (SEAB e EMATER) e entidades da agricultura familiar
<ul style="list-style-type: none"> Fundo feira 	<ul style="list-style-type: none"> - 	<ul style="list-style-type: none"> Discutir porcentagem em relação ao lucro para ser depositado no fundo feira 	<ul style="list-style-type: none"> Ao grupo
<ul style="list-style-type: none"> Falta de regulamentos 	<ul style="list-style-type: none"> - 	<ul style="list-style-type: none"> Construir o estatuto próprio para o grupo 	<ul style="list-style-type: none"> Ao grupo

VI- PLANO OPERACIONAL DE EXECUÇÃO

ESTRATÉGIA	AÇÕES	COMO	QUEM	QUANDO	CONDIÇÕES/CONSIDERAÇÕES
ORGANIZAÇÃO	Apontar nomes para assumir os cargos de coordenadores, secretária e tesoureiro.	Em reunião com todos os integrantes do grupo	Todo o grupo	Outubro/2007	Este item deve ser aprofundado no momento da construção do estatuto do grupo.
	Comprar um livro ata	Com o dinheiro do fundo feira	O secretário do grupo	Outubro/2007	Todas as reuniões realizadas pelos grupo devem ser registradas no livro ata, assim como as decisões tomadas.
	Acordar preços dos produtos a serem comercializados	Em reunião com todos os integrantes do grupo	Todo o grupo	Novembro/2007	Este item deve ser registrado no do estatuto do grupo.
	Organizar uma tabela de preços dos produtos comercializados nas feiras	Através de um levantamento a ser realizado com o grupo	Coordenadores	Dezembro/2007	

ESTRATÉGIA	AÇÕES	COMO	QUEM	QUANDO	CONDIÇÕES/CONSIDERAÇÕES
ORGANIZAÇÃO	Divulgar os dias que serão realizadas as feiras, assim como os produtos que serão comercializados	Através da rádio Chopin e do motoboy	Coordenadores e representantes da agricultura familiar	- O motoboy deve passar um dia antes da feira e no dia a ser realizada - E na rádio chopin durante o programa do sindicato dos trabalhadores rurais e nas entrevistas dadas pelos representantes das entidades da agricultura familiar	- A divulgação será realizada com o dinheiro do fundo feira.
	Pedir apoio ao poder público para a compra de mesas ou barracas para o grupo	Através de documento a ser discutido pelo grupo e encaminhado à prefeitura, seab e emater.	Todo o grupo	Fevereiro/2008	
	Estudar local adequado para a realização das feiras	Através de reunião a ser realizada com todos os integrantes do grupo	Todo o grupo	Janeiro/2008	



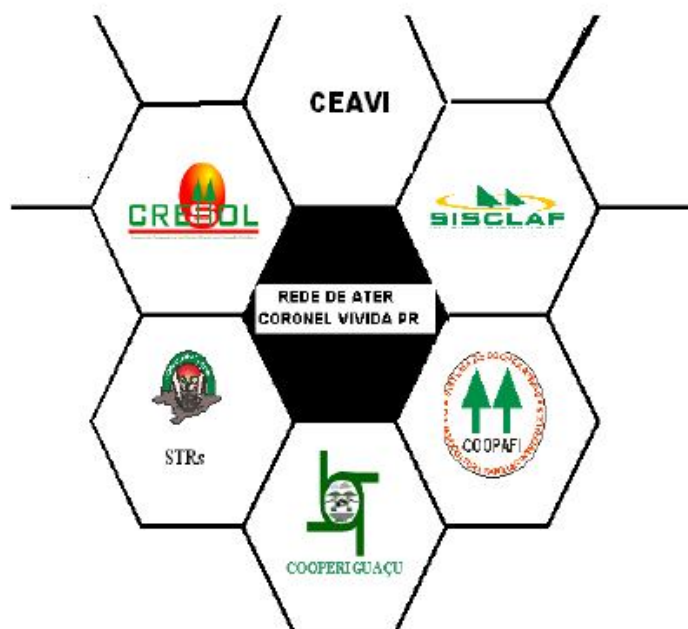
ESTRATÉGIA	AÇÕES	COMO	QUEM	QUANDO	CONDIÇÕES/CONSIDERAÇÕES
ORGANIZAÇÃO	Acordar porcentagem a ser destinada por cada feirante ao fundo feira, assim como o dia a ser pago.	Através de reunião a ser realizada com todos os integrantes do grupo	Todo o grupo	Janeiro/2008	A porcentagem será diferenciada em relação a sócios e não sócios da coopafi
	Construir o estatuto para o grupo	Através de reunião a ser realizada com todos os integrantes do grupo	Todo o grupo	A partir de Fevereiro/2008	
	Realizar avaliações mensais em relação a organização	Através de reunião a ser realizada com todos os integrantes do grupo	Todo o grupo	mensalmente	Nestas avaliações surgiram novos problemas que deverão ser debatidos pelo grupo, afim de fortalecer a organização.



ANEXO 07

Plano Municipal de ATER – Coronel Vivida

PLANO MUNICIPAL DE ATER AGROECOLÓGICA



Coronel Vivida – PR

Introdução

Este plano Plano Municipal de ATER Agroecológica resulta da sistematização de trabalho realizado pelas organizações da Agricultura Familiar do município de Coronel Vivida localizado no Sudoeste do Paraná, entre os anos de 2009 e 2010.

Participaram de sua elaboração efetiva as entidades que fazem parte do fórum local das entidades do município (Cresol, Coopafi, Cooperiguaçu, Coooperpinhais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Claf, Associação da casa familiar Rural e central das Associações de Agricultores(CEAVI), com despesas custeadas pelo projeto de Ater Cooperativada do Sudoeste e das próprias entidades. Vale ressaltar que em vários momentos houve a participação das entidades públicas de ATER local (Prefeitura e EMATER), com colaborações muito importantes.

A expectativa é de que este Plano de ATER, objeto de discussão do conjunto das entidades locais, expresse acúmulos dos diversos sujeitos que executam políticas públicas locais, na perspectiva da superação de diferenças e construção de iniciativas comuns e/ou conjuntas para o fortalecimento da agricultura familiar com foco no desenvolvimento local e sustentável.

O formato apresentado está composto por três distintas, mas complementares partes. Na "Primeira Parte" apresentam-se alguns elementos relativos aos **acordos sobre gestão, recursos e metodologia para EXECUTAR O PLANO municipal de ATER na prática: GESTÃO; RECURSOS; METODOLOGIAS**. Na "Segunda Parte" são descritos alguns dos componentes sobre o **"Diagnóstico, definição e execução das ações"**: DIAGNÓSTICO DA REALIDADE do município; ELABORAÇÃO DO CRONOGRAMA DAS AÇÕES e OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES. E, na "Terceira Parte" é apresentada uma proposta de MONITORAMENTO e AVALIAÇÃO; CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS e RESULTADOS ESPERADOS

Com essas três partes descritas acima, conclui-se de que está encaminhado a tarefa inicial para que a partir desta, o poder público local chame as organizações que tem atuação direta como Agricultura familiar e comece a execução em nível de campo das ações estratégicas diagnosticadas neste município.

Espera-se que através deste Plano estimular a reflexão sobre processos já existentes na perspectiva de superar o imenso desafio de criar um saber metodológico e organizacional, capaz de promover o protagonismo dos agricultores familiares, de emprestar um caráter cada vez mais endógeno ao processo de desenvolvimento, bem como integrar as diversas organizações que executam ações de ATER pública em nível local.

RESUMO DO PLANO MUNICIPAL DE ATER

Nome do Plano	PLANO DE ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E EXTENSÃO RURAL (ATER) DE CORONEL VIVIDA
Coordenação geral, (política)	CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - CMDR
Gestão operacional	COMITÊ MUNICIPAL DE ATER
Parceiros	Banco do Brasil, MDA, Governo do Estado
<u>Recursos;</u> Gestão e Fontes	Humanos, logísticos, financeiros..
	Reativação do Fundo de Desenvolvimento Rural da Agricultura familiar OU SIMILAR.
	PRONAF, projetos DE ENTIDADES, PREFEITURA, outros...
Objetivo Geral	Desenvolver ações de ATER Grupal junto a 50 grupos de 5 A 7 FAMILIAS localizados em 50 comunidades rurais do município de Coronel Vivida.
Público beneficiário	Serão beneficiadas diretamente 250 famílias de agricultores familiares e indiretamente 500 famílias.
Espaço de Atuação	<ul style="list-style-type: none"> • Unidades familiares (250) • Grupos de famílias (50 grupos comunitários) • Nas famílias, grupos e comunidades rurais
Período	Duração de 03 anos, com possibilidade de renovação nos anos seguintes.
Destaque do Projeto	Realizar ações de ATER orientada pelos princípios da Agroecologia, planejadas junto as famílias, grupos, comunidades, entidades municipais da agricultura familiar, com foco no desenvolvimento local e sustentável
Equipe técnica	DE CAMPO; Agentes de ATER <i>de nível médio</i> ;
	COORDENAÇÃO da Equipe: <i>01 profissional de nível superior</i>
	<i>EQUIPE DE APOIO: Profissionais que já existem nos quadros técnicos e/ou contratação de serviços especializados.</i>

APRESENTAÇÃO

I - PRIMEIRA PARTE

**" Acordos sobre gestão, recursos e metodologia para EXECUTAR
O PLANO municipal de ATER "**

1. GESTÃO
2. RECURSOS
3. METODOLOGIAS

II - SEGUNDA PARTE

"Diagnóstico, definição e execução das ações"

1. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE do município
2. ELABORAÇÃO DO CRONOGRAMA DAS AÇÕES para
3. OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES

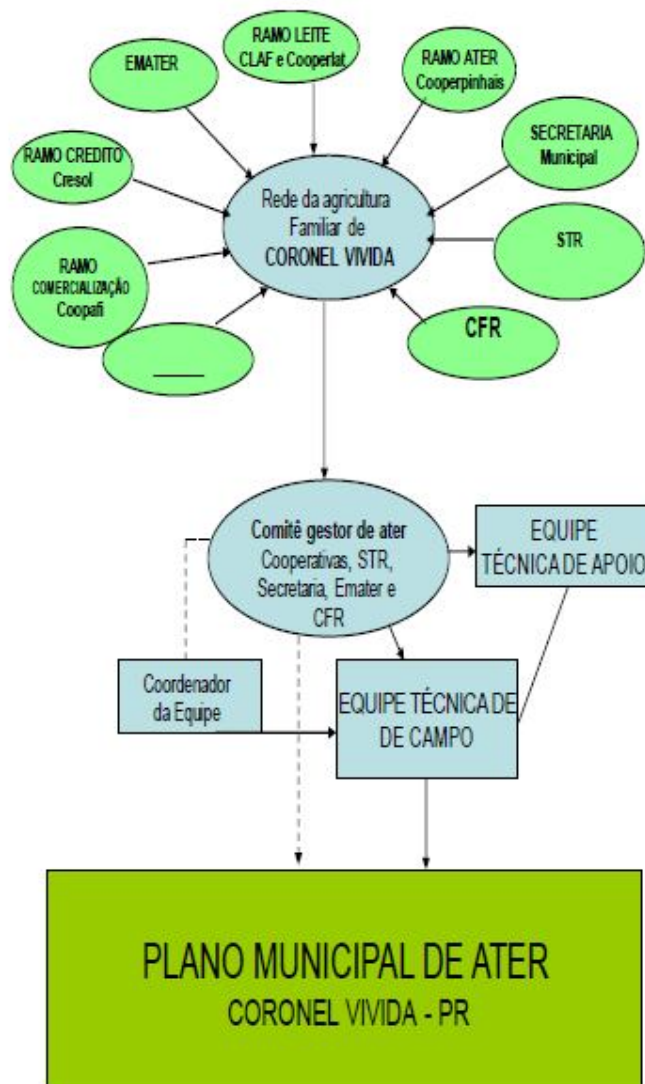
III - TERCEIRA PARTE

1. MONITORAMENTO e AVALIAÇÃO
2. CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS
3. RESULTADOS ESPERADOS

OPERACIONALIZAÇÃO

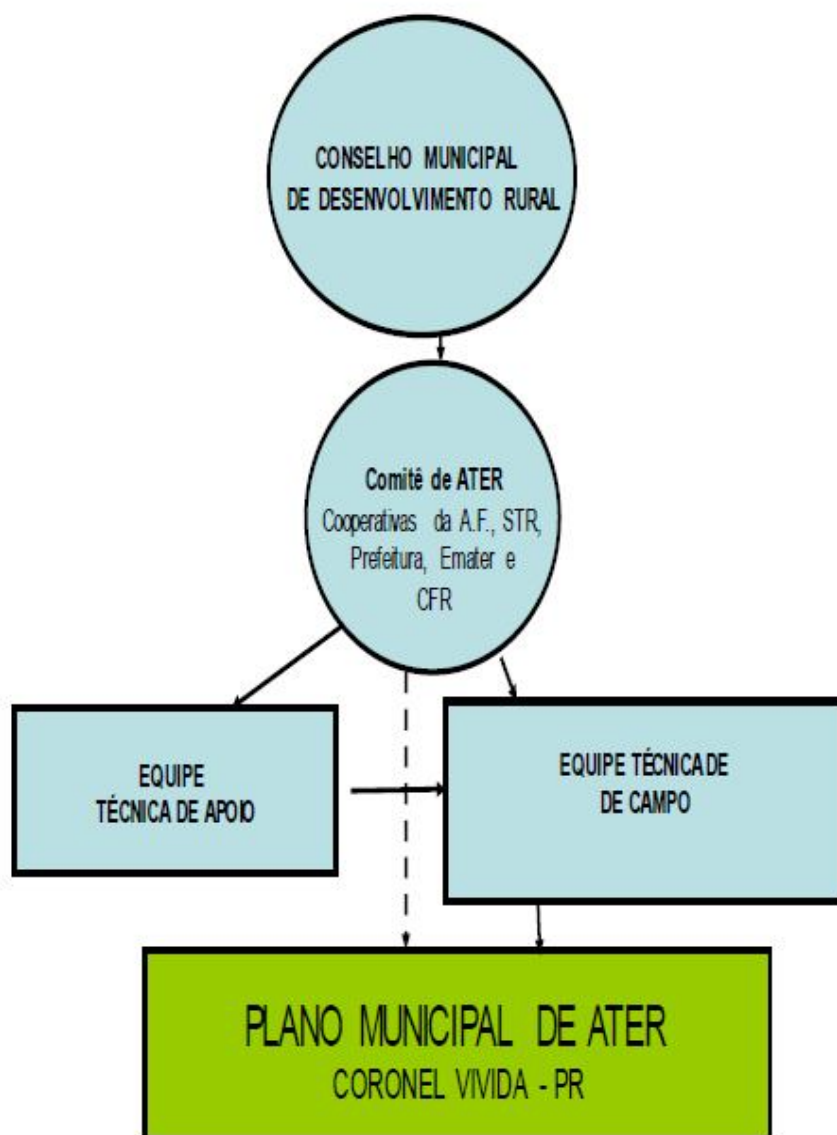
I - PRIMEIRA PARTE

1. Coordenação geral



ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E EXTENSÃO RURAL, ATRAVÉS DA REDE DE ENTIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CORONEL VÍVIDA - PR

2. Gestão Operacional



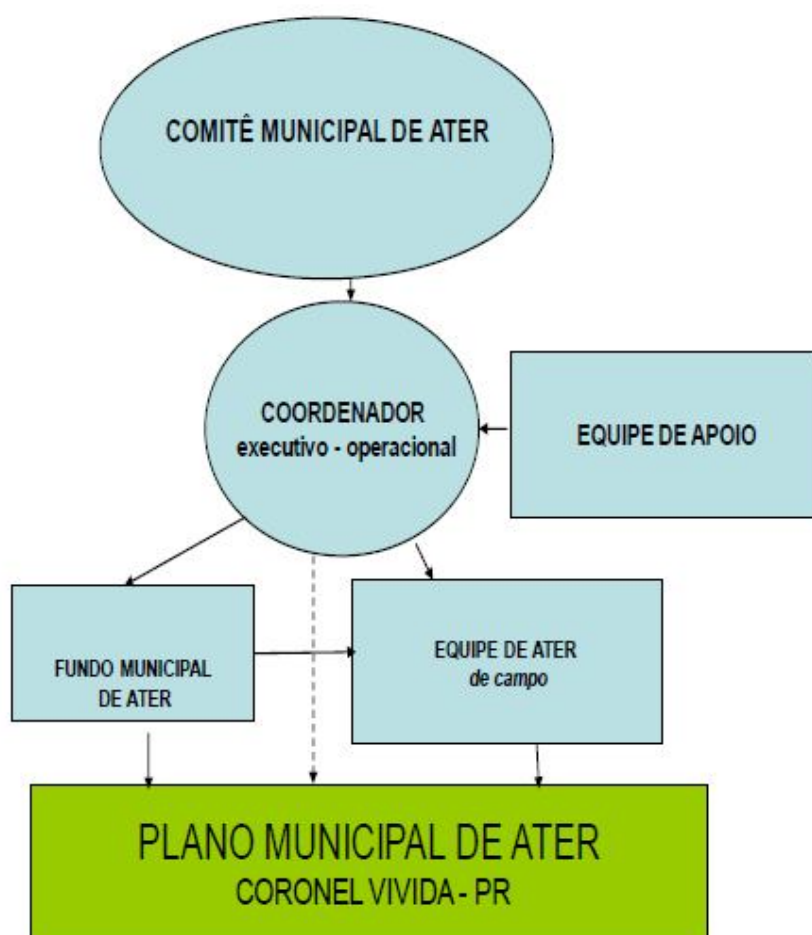
3. Recursos

a. Fonte dos recursos;

A previsão é de que os recursos sejam viabilizados pela prefeitura Municipal através de fontes próprias, emendas parlamentares, outras.

Outra fonte prevista é das próprias entidades da Agricultura familiar que atuam no município. Espera que estas participem com recursos provenientes de fontes, como; % do leite comercializado, % dos créditos de custeio e investimentos, projetos governamentais e outros.

b. Gestão dos recursos



b. Volume de recursos por ano e formas de aplicação

METAS	ATIVIDADES por ano	TOTAL
META 1 – Construir e executar 250 planos familiares e duzentos cursos ou intercâmbios comunitários	Visitas familiares (04 visitas /família e grupo = 1000 visitas) 2 visitas por dia = 500 dias Deslocamento técnico = 40 km por dia x r\$ 0,5= r\$ 20,00/dia x500 dias=10.000,00	85.000,00
	Cursos/intercâmbios 04 cursos por grupo ou comunidade. (200 cursos ou intercâmbios de campo) 02 dias técnicos por curso ou intercambio = 400 dias x 40 km x r\$0,50= 8.000,00	68.000,00
	Assessoria Assessoria técnica especializada (200 dias técnicos de nível superior)x r\$ 300,00/dia	60.000,00
	Sub total	185.000,00
META 2 - Capacitação da equipe de ATER	Capacitação Cursos de capacitação aos Agentes de ATER (06 cursos) Assessoria =R\$ 3.000,00 Materiais de apoio = R\$ 1200,00 6 cursos x 10 técnicos x dois dias = 120 diárias x 70,00a diária = R\$ 8.400,00 Divulgação e mobilização= R\$ 1.200,00	13.800,00
	Sub total	13.800,00
META 3 – Coordenação do Plano Municipal (acordos, encaminhamentos, monitoramento, avaliação e sistematização).	Seminários municipais (Um no início e outro no final) 04 dias de Assessoria=1.600,00 Materiais de apoio= R\$ 500,00 120 diárias = R\$ 4.800,00	6.900,00
	Reuniões do Comitê municipal de ATER 12 reuniões x 5 pessoas x 100 reais	6.000,00
	Reuniões do CMDR. 6 reuniões x 12 pessoas x 20,00 reais	1.440,00
	Encontros setoriais para estabelecer de acordos e procedimentos.	Contrapartida entidades
	Monitoramento, avaliação e sistematização.	12.000,00
	Sub total	26.340,00
Demanda técnica	Técnicos de nível médio; 900 dias por ano. (valor bruto do dia técnico = R\$ 150,00) Assessoria – 200 dias técnicos por ano. (valor bruto do dia técnico= R\$ 250,00)	
Investimento por ano	Total	253.140,00

3. METODOLOGIA;

"Forma de definir e operacionalizar as ações"

Meta1. TRABALHO DE CAMPO (famílias, grupos e comunidades).

a) Construir e executar 250 planos de transição ecológica junto as unidades familiares através de:

- *Visitas familiares,*
- *Visitas grupais*
- *Tardes de campo*

b) Realizar 200 cursos junto aos 50 Grupos comunitários

- *Com os grupos*
- *Com as comunidades*
- *Com as Mulheres*
- *Com os Jovens*
- *Através de Intercâmbios*

Meta 2 . CAPACITAÇÃO DA EQUIPE DE ATER.

a. Curso inicial intensivo de três dias.

b. Cursos bimestrais de um dia

Meta 3. COORDENAÇÃO GERAL DO PLANO MUNICIPAL DE ATER

a. Reuniões do CMDR.

b. Reuniões do Comitê municipal de ATER

c. Seminários municipais para debate/encaminhamentos

d. Monitoramento/avaliação das ações do Plano de TER

DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

META 1 - TRABALHO DE CAMPO JUNTO A 250 FAMÍLIAS RURAIS

a) Construir e executar os Planos Familiares

É importante que as visitas sejam feitas preferencialmente de forma grupal podendo participar famílias vizinhas ou com atividades afins. Recomenda-se pequenos grupos de 4 a 7 famílias. Fazer visita individual somente para casos extremos.

As visitas serão realizadas conforme os profissionais, as famílias e suas entidades acharem mais adequadas. O importante é de que se possa construir o plano da Unidade familiar, inclusive referenciando as demandas de crédito.

Recomenda-se que o Agente de Ater responsável pelo plano daquela família tenha claro alguns passos e compromissos para se chegar à construção efetiva do plano. Entre estes passos, está o diagnóstico; o planejamento, comparando a realidade atual com a realidade desejada, a construção de demandas de custeio e investimento e outros fora do crédito, e a elaboração do plano de ações familiares que será executado em sequência.

A previsão é de que 1 agente de ATER local atue no município e atenda aproximadamente 10 grupos. Considerando de que cada grupo deverá ser formado por 3 a 7 famílias, cada agente atenderá uma média de 50 famílias. Portanto, para acompanhar as 250 famílias definidas para o primeiro ano de experiência serão necessários 05 agentes de ATER local (profissionais de nível médio, de preferência com formação em Agroecologia).

A definição das famílias por comunidade será feita no início do projeto pelas próprias comunidades com o apoio do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

A infraestrutura de apoio, assim como o custeio para a realização das visitas, deslocamento e a alimentação nas unidades familiares ou grupos serão custeados pelos agricultores familiares e suas organizações e pela prefeitura municipal.

b) Cursos junto aos grupos de famílias rurais

Serão realizados 200 cursos durante o ano para os cinquenta grupos comunitários, na proporção de 4 cursos por ano em cada grupo comunidade. Os conteúdos dos cursos atenderão as demandas dos planos de ações familiares e do próprio grupo ou comunidade e podem variar de local para local.

Para assessorar os cursos que preferencialmente devem incluir a parte prática de campo, serão necessários profissionais especializados. Estima-se de que serão necessários um mínimo de 200 dias técnicos de nível superior, na proporção de 4 dias de trabalho por ano para cada grupo, conforme os conteúdos demandados pelas famílias daquele grupo e dentro das metas estabelecidas inicialmente. Se estas demandas forem possíveis solucionar com os profissionais do quadro de uma das entidades da rede, é menos custo do projeto, caso não tenha esse profissional, poderá ser contratado de fora.

A mobilização dos agricultores familiares para participarem destes cursos será feita pelo agente de ATER local, juntamente com as entidades da agricultura familiar.

As contrapartidas de alimentação, material didático, infraestrutura e transporte ficarão por conta dos agricultores e suas organizações e prefeitura municipal.

META 2 – CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Será realizado 1 curso de capacitação dos agentes de ATER na fase inicial do projeto de duração aproximada de 2 dias e com o objetivo de orientar e capacitar Agentes de ATER. Deverão participar da capacitação as lideranças locais, para que compreendam minimamente sobre os processos de formação técnica, mas também tenham oportunidade de uma participação ampla tanto dos homens, como das mulheres e jovens que fazem parte das famílias, grupos e comunidades participantes.

A cada dois meses aproximadamente haverá um curso de aprimoramento, contínuos ao curso inicial. Nestes momentos se fazem os debates e se espoe como o trabalho de campo está sendo executado.

Os custos para alimentação e pernoite serão por conta do projeto, no entanto, os custos de material didático e outros serão por conta das entidades parceiras do projeto e da prefeitura municipal.

Os temas a serem abordados nos cursos serão aqueles debatidos e acordados inicialmente que visavam a busca da sustentabilidade através das dimensões econômicas, ambientais, sociais e políticas – institucionais.

SOBRE A EQUIPE DE ATER

1. Sobre o papel, perfil e contratação da Equipe de ATER

Compreende-se por equipe de ATER, o conjunto de profissionais formados pelos Agentes Locais de ATER, Profissionais de Apoio e Coordenador de equipe, ambas as funções caracterizadas abaixo;

2.1. Agente local de ATER

O Agente Local de ATER caracteriza-se como um educador, animador e organizador com capacidade técnica que de toda a Equipe que exercerá a função de maior proximidade junto às famílias, grupos e comunidades rurais. O agente não precisa saber tudo, mas sempre que necessário deve buscar informações junto à equipe, entidades ou bibliografias. Suas tarefas prioritárias são definidas no planejamento operacional dos planos grupais / comunitários e planos familiares. De todos os profissionais, os agentes locais de ATER, atuarão mais próximos da base e por isso redobra a importância de sua qualificação.

É recomendável de que os Agentes de ATER atuem pelo menos uma semana por mês, na sua propriedade ou com pai, tios ou alguém que lhe proporcione essa possibilidade. Muda muito a forma de ação quando um Agente tem que resolver questões internas da unidade familiar. Passa a compreender de forma orgânica as dificuldades de outras famílias e por isso age de forma mais realista.

Como afirmamos anteriormente recomenda-se de que estes agentes possuam formação em agroecologia em médio ou pós-médio. Podem ser agricultores ou filhos de agricultores familiares e podem continuar a trabalhar parte do tempo como afirmamos acima. Essa valorização dos recursos humanos locais evita criar maior dependência econômica destes para com projetos de ATER, cujas fontes de financiamento geralmente são instáveis e os montantes de recursos são variáveis.

O Agente de ATER tem a função de apoiar a realização dos diagnósticos Rurais Participativos - DRPS, do Plano do grupo Comunitário de

Desenvolvimento e dos planos de transição das Unidades Familiares. Deve estar bem inserido e engajado nos processos de desenvolvimento local, sendo além de técnico, um animador Comunitário. Para a execução adequada e ciente dessas ações junto às famílias e comunidades a melhor relação encontrada foi quando cada agente foi responsável por 50 famílias.

2.2. Profissionais de apoio

São aqueles que por formação e/ou função, focam sua ação técnica de modo setorial: leite, comercialização, crédito, sementes, educação, saúde, etc.. Evidentemente que o nível de comprometimento com uma função setorial poderá variar, mas o importante é que ele possa respaldar não apenas um setor específico como, por exemplo, a atividade leiteira, mas também as ações de desenvolvimento local, sobretudo ao nível da Comunidade Rural.

Esses profissionais deverão ser de nível superior e desenvolverem atividades afins, demandadas pelas famílias, grupos ou comunidades rurais. Recomenda-se de que a atuação destes profissionais seja de pelo menos um dia de por comunidade ou grupo comunitário a cada dois meses.

2.3. Coordenador ou articulador da Equipe de ATER

O coordenador desempenhará a função de acompanhar e apoiar as ações dos agentes, articular a equipe com as lideranças locais, fazer a mediação política com os dirigentes das entidades locais, conselhos municipais de Desenvolvimento Rural, poder público e outras entidades ou instituições necessárias.

Recomenda-se de que estes ou estas coordenadoras sejam escolhidos pelas lideranças das entidades da Agricultura Familiar que atuam no âmbito do município. Na maioria das vezes são os coordenadores que auxiliam os agentes locais. Assim, os profissionais de apoio só vêm para atender demandas de temas específicos. No geral quem encaminha as demandas para as entidades, fóruns e poder público é o coordenador.

2.4. Sobre a forma de contratação da Equipe de ATER

O modo de legalizar a prestação dos serviços passa pelo formato institucional da entidade ao qual o profissional está vinculado. Recomenda-se a contratação por meio de uma Cooperativa de ATER pelo fato de seu arranjo institucional permitir que um profissional se associe, bastando apenas o consentimento do conselho administrativo da cooperativa.

SEGUNDA PARTE;

1. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE LOCAL

EIXOS	LIMITES	AÇÕES ESTRATÉGICAS
A. Ambiental	Falta de adequação ambiental das propriedades	Aplicar o código florestal e outras leis ambientais
	Contaminação das águas	Proteger fontes de água e encostas
	Esgotamento dos recursos naturais	Preservação e recuperação dos recursos naturais
	Perda da biodiversidade	Preservar a biodiversidade local
	Uso excessivo de venenos e insumos químicos	Maior controle dos agrotóxicos e insumos químicos.
	Demasiado uso de práticas convencionais	Ampliar o uso de práticas sustentáveis
B. Político/ Institucional	Falta de articulação entre as entidades locais.	Melhorar a articulação entre as entidades gov. e não governamentais
	Dificuldade estrutural e de gestão das ONGs	Fortalecer as organizações
	Demasiado valor do urbano	Valorização da agricultura familiar
	Pouca participação das organizações nas decisões locais	Aumentar a participação da agricultura familiar nas decisões locais
C. Social/ cultural	Pouca transparência e urbanização das Políticas Públicas	Políticas públicas transparentes e garantia da proporcionalidade no acesso
	Perda de valores culturais do campo	Preservar/ Recuperar os valores culturais do campo
	Falta de apoio a saúde preventiva e tradicional	Promover a saúde preventiva e resgatar conhecimentos populares
	Esvaziamento/desmobilização das comunidades rurais	Interiorizar o desenvolvimento e valorizar as comunidades rurais
D. Econômico	Falta de renda contínua no campo	Apoiar a cadeia do LEITE com ênfase no Sistema Silvo-Pastoril
	Pouca produção para o autoconsumo das famílias	Incentivar a produção para autoconsumo familiar
	Pouca diversificação e baixa produção alternativa	Apoiar a diversificação e ampliar a oferta de alimentos
	Demasiado custo com sementes e insumos químicos	Reduzir custos com insumos químicos, produzir sementes próprias e insumos alternativos
	Pouca opção de mercado aos alimentos da agricultura familiar	Criação de canais de comercialização para os alimentos da agricultura familiar
E. Formação da equipe de ATER	Profissionais formados pelo modelo convencional e pouco envolvimento com entidades da agricultura familiar	Apoiar processos de formação e capacitação para atuação no desenvolvimento rural local e sustentável

2. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES

A. EIXO AMBIENTAL

Gargalos	Ação estratégica	O que fazer? "atividades"	Quem?	Quando?	Onde?
Falta de adequação ambiental das propriedades	Aplicar o código florestal e outras leis ambientais	Fazer o SISLEG das propriedades	Equipe técnica de ATER com apoio do Departamento de Meio Ambiente	Em um ano	Começar pelas 250 famílias acompanhadas
Contaminação das águas	Proteger fontes de água e encostas	Analisar águas e Proteger as fontes/riachos	Equipe técnica de ATER	Em um ano	Começar pelas 250 famílias acompanhadas
Esgotamento dos recursos naturais	Preservação e recuperação dos recursos naturais	Preservar rios, controlar erosão do solo e preservar as matas	Equipe técnica de ATER com apoio da secretaria de educação e CFR	Durante os três anos do projeto	Nas comunidades rurais onde estão os grupos trabalhados
Perda da biodiversidade	Preservar a biodiversidade local	Fiscalização rigorosa sobre os agrotóxicos (averiguar os clandestinos)	Equipe técnica de ATER com apoio da promotoria pública e ADAPAR	Durante os três anos do projeto	No município
Uso excessivo de venenos e insumos químicos	Maior controle dos agrotóxicos e insumos químicos.	Produzir caldas, sementes crioulas, biofertilizantes	Equipe técnica de ATER	Durante os três anos do projeto	Começar pelas 250 famílias

B. EIXO POLÍTICO – INSTITUCIONAL.

Gargalos	Ação estratégica	O que fazer? "atividades"	Quem?	Quando?	Onde?
Falta de articulação entre as entidades locais.	Melhorar a articulação entre as entidades gov. e não governamentais	Fortalecer as decisões do CMDR e Aplicação conjunta do Plano Municipal de Ater e outros projetos afins	As próprias entidades da agricultura familiar e as instituições do estado que atuam em nível local	Sempre	No Município e na região
Dificuldade estrutural e de gestão das ONGs	Fortalecer as organizações da Agricultura Familiar	Apoio estrutural e Cursos de gestão e outros para as entidades.	O conselho Municipal de desenvolvimento rural, as próprias entidades e o poder público.	Sempre	No município
Demasiado valor do urbano	Valorização da agricultura familiar	Socialização de estudos sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento local	O conselho Municipal de desenvolvimento rural, as próprias entidades e o poder público.	Sempre	No Município e na região
Pouca participação das organizações nas decisões locais	Aumentar a participação da agricultura familiar nas decisões locais	Participar nos espaços conselhos municipais das diversas áreas da administração pública.	O conselho Municipal de desenvolvimento rural, as próprias entidades.	Sempre	No município

C. DIMENSÃO SOCIO - CULTURAL

Gargalos	Ação estratégica	O que fazer? "atividades"	Quem?	Quando?	Onde?
Pouca transparência/urbanização das Políticas Públicas	Políticas públicas transparentes e proporcionalidade no acesso	Socializar as informações sobre o acesso as políticas públicas locais	Conselho Municipal de Desenvolvimento rural	Em todo o tempo	Junto ao Conselho Municipal
Perda de valores culturais do campo	Preservar/Recuperar os valores culturais do campo	Fazer cadastro de valores e talentos rurais e incentivar a apresentação destes talentos	Equipe de Ater e coordenação	Em todo o tempo	No município através do departamento de Cultura
Falta de apoio a saúde preventiva e tradicional	Promover a saúde preventiva e resgatar conhecimentos populares	Realizar cursos de saúde preventiva nos grupos comunitários	Equipe de Ater e coordenação	Em todo o tempo	Nos grupos comunitários através da secretaria de saúde.
Esvaziamento/de smobilização das comunidades rurais	Interiorizar o desenvolvimento e valorizar as comunidades rurais	Fazer levantamento sobre o êxodo que está acontecendo e sobre a situação das comunidades rurais	Equipe de ATER e Conselho Municipal de desenvolvimento Rural	Em todo o tempo	Nas comunidades rurais

D. DIMENSÃO ECONÔMICA

Gargalos	Ação estratégica	O que fazer? "atividades"	Quem?	Quando?	Onde?
Falta de renda continua no campo	Apoiar a cadeia do LEITE com ênfase no Sistema Silvo-Pastoril	Apoiar tecnicamente a produção, transformação, comercialização e legislação em relação a cadeia Leite	Equipe de ATER, coordenação e equipe de apoio.	Todo o tempo do projeto	Junto as 250 famílias acompanhadas e as cooperativas de leite: CLAF e Cooperlate
Pouca produção para o autoconsumo das famílias	Incentivar a produção para autoconsumo familiar	Incentivar a produção de frutas, hortaliças, tubérculos e pequenos animais	Equipe de ATER, coordenação e equipe de apoio.	Todo o tempo do projeto	Junto à 250 famílias acompanhadas
Pouca diversificação e baixa produção alternativa	Apoiar a diversificação e ampliar a oferta de alimentos	Incentivar produção para PNAE e PAA, apoiar na definição do cardápio escolar, na definição das famílias, na produção, transporte e comercialização.	Equipe de ATER, coordenação e equipe de apoio.	Todo o tempo do projeto	Junto à 250 famílias acompanhadas
Demasiado custo com sementes e insumos químicos	Reduzir custos com insumos químicos, produzir sementes próprias e insumos alternativos	Instalar 50 campos de produção de sementes crioulas, públicas e de domínio locais, adubos verdes, mudas de pastagens	Equipe de ATER, coordenação e equipe de apoio.	Todo o tempo do projeto	Junto à 250 famílias acompanhadas
Pouca opção de mercado aos alimentos da agricultura familiar	Criação de canais de comercialização para os alimentos da agricultura familiar	Apoiar a Coopafi como fornecedora e compradora de produtos alternativos, beneficiadora e acondicionamento das sementes e ração animal.	Equipe de ATER, coordenação e equipe de apoio	Todo o tempo do projeto	Junto à 250 famílias acompanhadas

E. FORMAÇÃO da EQUIPE TÉCNICA

Desafios	Ação estratégica	O que fazer? "atividades"	Quem?	Quando?	Onde?
Profissionais formados pelo modelo convencional e pouco envolvimento com entidades da agricultura familiar	Apoiar processos de formação e capacitação para atuação no desenvolvimento rural local e sustentável	Curso de capacitação inicial	Equipe de campo Coordenação, Equipe de Apoio, Dirigentes locais	Início de execução do Plano	Coronel Vivida Casa familiar Rural
		Curso de capacitação 02	Equipe de campo Coordenação, Equipe de Apoio, Dirigentes locais	Dois meses após o primeiro	Coronel Vivida Casa familiar Rural e campo
		Curso de capacitação 03	Equipe de campo Coordenação, Equipe de Apoio, Dirigentes locais	Dois meses após o segundo	Coronel Vivida Casa familiar Rural e campo
		Curso de capacitação 04	Equipe de campo Coordenação, Equipe de Apoio, Dirigentes locais	Dois meses após o terceiro	Coronel Vivida Casa familiar Rural e campo
		Curso de capacitação 04	Equipe de campo Coordenação, Equipe de Apoio, Dirigentes locais	Dois meses após o quarto	Coronel Vivida Casa familiar Rural e campo
		Curso de capacitação 06	Equipe de campo Coordenação, Equipe de Apoio, Dirigentes locais	Dois meses após o quinto	Coronel Vivida Casa familiar Rural e campo

III - TERCEIRA PARTE

1. MONITORAMENTO /AVALIAÇÃO

Esta meta objetiva executar ações de monitoramento contínuo do projeto, desde sua implantação, no município, assim como, manter uma dinâmica uniforme de todo o projeto, evitando que uma COMUNIDADE tenha mais privilégio do que outra na execução das ações.

2. CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS

Deverão ser buscadas parcerias que possam contribuir para que as ações tenham mais eficácia, assim como que cda vez mais famílias vão entrando no projeto.

3. RESULTADOS ESPERADOS

Construção de 250 planos familiares de transição agroecológica, a partir da realidade local dos agricultores familiares, elaborando em conjunto com as famílias e os Agentes de ATER;

- Avanço do processo de transição dos sistemas de produção convencional para sistemas agroecológicos e/ou alternativos.
- Participação efetiva dos agricultores familiares e suas organizações nas atividades do projeto de ATER;
- Fortalecimento das famílias e suas organizações, a partir da sistemática de acompanhamento contínuo das unidade familiares/grupos e da complementação dos conhecimentos através das oficinas, intercâmbios e cursos;
- Capacitação de agentes de ATER, distribuídos nas comunidades ou microbacias de atuação do projeto;
- Abertura de novos mercados e canais de comercialização
- Produção de alimentos saudáveis que possam ser incluídos nos programas institucionais de governo e outros mercados;
- Avaliação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos nos arranjos produtivos e nas unidades produtivas.

Elaboração: Entidades da Agricultura Familiar de Coronel Vivida

Sistematização: COOPERIGUAÇU/2010

Coordenador: Olivo Dambrós.

ANEXO 08

Parecer do Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre os Planos Familiares de Transição Agroecológica.

PARECER

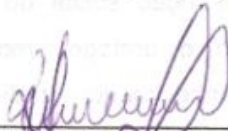
Vimos por desta expressar aspectos avaliativos sobre as estratégias e metodologias de transição agroecológica adotados em experiências da Cooperiguaçu e do Ceagro na execução dos projetos de ATES em Assentamentos da Reforma Agrária no Estado do Paraná, referindo-nos e destacando a proposta e instrumento dos **planos familiares de transição agroecológica**, conforme segue:

1. Permite que haja início de uma ruptura com a lógica difusionista unilateral do agente externo recompondo o papel do agente técnico com atuação bilateral, onde a família expressa suas reais necessidade, permitindo que o agente técnico atue apenas como um facilitador do processo de desenvolvimento da propriedade.
2. Contribui na construção social do conhecimento que tem na família agricultora o protagonismo principal, possibilitando a interação do conhecimento tradicional e histórico com o conhecimento acadêmico na construção do conhecimento necessário para a sustentabilidade atual junto à agricultura familiar/camponesa.
3. É um instrumento que permite estabelecer uma visão holística e sistêmica da forma de produção considerando as dimensões ambiental, econômica e social.
4. É fundamental no processo de avaliação e qualificação da dinâmica funcional e financeira das unidades familiares de produção e vida, visto que as famílias camponesas em sua maioria não costumam fazer registro da atividade produtiva de forma econômica/financeira, assim como fazer avaliações internas da propriedade.
5. Os planos familiares são os primeiros passos que as famílias dão visando a transição agroecológica envolvendo o desenvolvimento

social, ambiental e econômico. No entanto, a efetividade na transição dependerá fatores internos e externos que muitas vezes possuem resistências que demandarão mais tempo para serem efetivadas.

6. Os planos familiares tem uma função pedagógica muito grande, pois não é um estudo de algo distante, supérfluo ou sem nexos, mas é um estudo que muitas vezes transcende a vida da família inteira.
7. Os planos familiares fazem parte das metodologias de ATER permitindo que a partir dele (plano) o profissional de Ater tenha elementos concretos para aplicar outras metodologias as famílias beneficiárias permitindo que elas possam aproveitar ao máximo o que está disponibilizado.

Atenciosamente,



Rogério Rodrigues
Perito Federal Agrário
Eng. Agrônomo pela UFPR
Especialista em Geoprocessamento pela PUCPR
Chefe do Serviço de Desenvolvimento de Assentamentos
Chefe Substituto da Divisão de Desenvolvimento do Incra PR
Coordenador Regional do Programa de Ater do Incra no Paraná

Curitiba, 05 de fevereiro de 2014.